

Vera Fátima Gasparetto

**CORREDOR DE SABERES:
VAVASATI VATINHENHA (*mulheres heroínas*) E REDES DE
MULHERES E FEMINISTAS EM MOÇAMBIQUE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Luzinete Simões Minella (UFSC/PPGICH)

Coorientadora: Isabel Maria Casimiro (UEM/CEA)

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

GASPARETTO, Vera Fátima
CORREDOR DE SABERES : VAVASATI VATINHEMHA
(mulheres heroínas) E REDES DE MULHERES E FEMINISTAS
EM MOÇAMBIQUE / Vera Fátima GASPARETTO ;
orientador, Luzinete Simões MINELLA, coorientador,
Isabel Maria CASIMIRO, 2019.
462 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

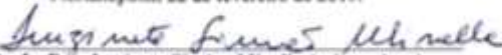
1. Ciências Humanas. 2. Movimentos de Mulheres.
3. Feminismos e Redes. 4. Corredor de Saberes. 5.
Moçambique/África. I. MINELLA, Luzinete Simões. II.
CASIMIRO, Isabel Maria. III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

VERA FÁTIMA GASPARETTO

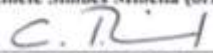
Corredor de Saberes: Vavasati Vatinhenha (mulheres heroínas) e Redes de Mulheres e Feministas em Moçambique

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutoria* em Ciências Humanas e aprovada, em sua forma final, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2019.



Profa. Dra. Luzinete Simões Minella (orientadora)



Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas

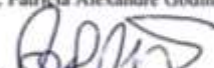
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Luzinete Simões Minella (presidente) - UFSC



Profa. Dra. Patrícia Alexandre Godinho Gomes (membro externo) - UFBA



Profa. Dra. Simone Pereira Schmidt (membro interno) - UFSC



Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (membro interno) - UFSC

DEDICATÓRIA

“Essa mulher não vai morrer!!!”

Essa tese é dedicada à Maria Adozinda de Almeida, 56 anos (*in memoriam*), falecida no final de 2017. Ativista, guerreira incansável que dedicou sua vida à luta pelos direitos das mulheres moçambicanas, que tecem seus cotidianos com muita garra, protegidas com seus panos de capulanas. Mulher para quem não existiu “não”, de coração generoso e ternura no olhar. Líder grevista na luta contra a exploração da indústria açucareira, fundadora da AMUDEIA, que trilhou chãos e chãos com as bandeiras em defesa da vida plena das mulheres. Com sua capacidade visionária moveu muitas coisas e não teve medo...ela nunca teve medo. Da sua força muitas vitórias brotaram, da sua vida muito exemplo se segue... E Adozinda viverá para sempre dentro de nós, que seguimos em

marcha até que todas sejamos livres!



Eu sou Maria Adozinda. Aqui na AMUDEIA eu acho que sou muito feliz. De todas essas mulheres, sou muito feliz, desde quando eu sou trabalhadora lá na empresa de açúcar Maragra sempre andei fazendo leis, para melhorar para toda mulher trabalhadora. A Associação é assim mesmo: essas mulheres todas são deste núcleo todo, todas são o meu fruto e todas sabem falar e fazer. Agora eu já não faço nada, por eu já ouvi e vi que afinal esta mulher está a fazer isto e mais aquilo e eu a dizer: - É isso que eu quero! E agora essa coisa de doença está muito mal para mim, mas todas essas mulheres andavam a fazer oração, todas essas mulheres

disseram: “Essa mulher não vai morrer!”. Mas eu estava lá no Maputo, três vezes na sala de reanimação! Não é possível! (...) Ali na nossa associação já não vou, apenas vou despedir agora vou fazer minhas coisas porque essas mulheres todas já estão bem lá em Nampula, Beira, todas estão bem! Também essa coisa de Fórum (Mulher) foi muito boa para mim, muito bom! Mesmo quando foi para fazer ajuda eles estão a me ajudar e essa coisa de países, tenho muitos países de troca de experiência, quando eu vou para lá todos faziam assim! Tenho muita experiência então levei para elas todas essas sabem, agora estou muito cansada! (Maria Adozinda de Almeida, 2017).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Luzinete Simões Minella, uma pessoa indescritível em termos humanos e acadêmicos, que me conduziu por esse caminho com generosidade, com firmeza, com acolhida, com compreensão, com paciência e sobretudo sabedoria. Obrigada para sempre por fazer parte dessa caminhada, por acolher meus medos e dúvidas, acreditar nas minhas maluquices e ousadias, por me segurar e dar asas.

À coorientadora Isabel Maria Casimiro por seu acolhimento e generosidade, por partilhar sua trajetória, sua história de vida e profissional, além de proporcionar os encontros com as mulheres de Moçambique que enredaram essa tese. Estendo a gratidão à sua família (João Carlos Trindade, Catarina Trindade e Joana Trindade) e ao querido Felisberto Pedro Cuna, que nos acolheu com muito carinho.

Às professoras da Banca de Defesa de Tese: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Godinho Gomes, Prof^ª. Dr^ª. Rosana de C. Martinelli Freitas (UFSC), Prof^ª. Dr^ª. Simone Schmidt, Prof^ª. Dr^ª. Claudia Mortari e Prof^ª. Dr^ª. Cristina Scheibe Wolf pela leitura e contribuições ao trabalho.

À banca de qualificação de Tese: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia de Lima Costa e Prof^ª. Dr^ª. Rosana de C. Martinelli Freitas pelas contribuições que redirecionaram o rumo do trabalho e me desafiaram a superar as limitações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de parte do Doutorado, que teve seu trabalho de campo com recursos do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e pela Bolsa de Estudos do último ano, que permitiu a escrita da tese.

Às políticas públicas de educação que investem na Pós Graduação e na pesquisa científica como um projeto de desenvolvimento para o Brasil, especialmente às políticas de inclusão dos governos Lula e Dilma.

À todas as pessoas da Universidade Eduardo Mondlane que porporcionaram as condições para os estudos. Em especial à direção, equipe de pesquisadores/as e funcionários/as do Centro de Estudos Africanos (CEA) por me acolher como pesquisadora associada e oferecer todas as condições para a realização do trabalho de campo.

Ao Lázaro Cossa pela inestimável contribuição com parte das transcrições das entrevistas.

À equipe de docentes, coordenadoras e funcionárias do PPGICH pelos esforços incansáveis de criar as melhores condições para o percurso do Doutorado, de valorização e reconhecimento de cada uma de nós.

Às pessoas queridas dos vários laboratórios e espaços da UFSC que muito nos ajudam na caminhada com as trocas intelectuais e afetivas incríveis que

fazemos no Instituto de Estudos de Gênero e no Laboratórios de Estudos de Gênero e História.

Agradeço em especial às companheiras da Comissão Organizadora (professoras e colegas) do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11 pela lindeza que produzimos. Foi um marco na minha vida, na experiência de colocar os movimentos sociais e a academia frente a frente no diálogo aberto e franco. Sem especial à Ana Maria Veiga, Cristina Scheibe Wolff e Simone Schmidt, Luciana Gransotto e Carmem Vera Ramos e a todas as companheiras da Comissão de Movimentos Sociais.

Agradeço pela confiança das professoras Miriam Grossi e Cristina Scheibe Wolff em me delegarem a negociação da transição do MM para Moçambique em 2020 durante o trabalho de campo. Agradeço a oportunidade de estar na comissão organizadora do MM 2020, de estarmos juntas e continuarmos caminhando.

Às/aos amigas/os e familiares que tiveram a paciência de compreender minhas ausências nessa fase tão intensa da vida, nesse ciclo de tempo onde todas crescemos, cada pessoa na sua trajetória em busca da realização dos seus projetos.

Em honra à minha amada mãe e ao meu pai, que na sua ausência física e presença espiritual legaram uma vida de luta e de resistência que me fizeram perseguir sonhos quase impossíveis.

Ao meu filho Aiko Gasparetto, por toda a parceria que temos ao longo das nossas vidas, pelas compreensões e incompreensões que nos fazem crescer e sermos melhores, por seu amor que me dá energia para realizar sonhos e projetos. Te agradeço meu filho pela maravilhosa capa da tese, feita com teu talento e que traduz esse trabalho em expressão e beleza singulares.

Ao querido companheiro, amor, amigo, cúmplice, Hélder Pires Amâncio, presente no Brasil e em Moçambique. Parceiro de pesquisa, de escrita, de reflexão, de trocas, de consultas, de revisão e de colo. Sua presença paciente, amorosa, acolhedora e crítica estão impregnadas em cada parte desse processo. Gratidão por toda sua generosidade pessoal e intelectual, pela força e encorajamento.

Ao meu manão querido Paulo César Gasparetto, minha irmã Joceane Gasparetto, minha mana Márcia Chitolina e Marcos Chitolina. Dedico esse trabalho aos nossos sonhos de criança, às nossas esperanças de um mundo bonito e melhor.

À minha amada e querida tia e mãe Antonieta Leal Chitolina e tudo o que fez por nós, que com seus diários de classe me ensinou a amar o “ser professora”. À mulher inspiração para a vida, o feminismo na prática e os estudos, tia Bernardete Gasparetto. Ao meu tio, sempre fonte de inspiração e sabedoria, Oraci Chitolina.

Aos seres não humanos Solar e Júpiter que foram companheira/o constante na escrita da tese e minhas fontes de saúde mental. À equipe da X ONE que foram responsáveis pela saúde física, em especial ao professor Tales Wienke.

Ao amigo querido Elton Francisco que sempre acreditou no meu potencial acadêmico. Às minhas amigas: Adriana Kremmer, Edina Antunes, Mariléia Sauer, Simone Brenner, Patrícia Barcellos e Ione de Souza (*in memoriam*). Obrigada pelo carinho e parceria.

Para Amigas/os e colegas especiais e queridas/os do/no Doutorado: Alexander Cordovés, Ana Soraia de Biasi, Deysi Garcia Rodriguez, Catarina Nascimento, Evandro Oliveira, Frederico Bustamante, Gisele Palma Moser, Krisciê Perini, Jéfferson Virgílio, Liana Dalla Vecchia, Marcos Sardá Vieira, Marinês da Rosa, Morgani Guzzo, Rebecca Corrêa e Silva, Roselete Aviz e Vivian Dias.

À amiga querida do coração Luciana Gransotto, pela parceria que criamos na MM/FG 2017, no DICH e para a vida. Obrigada pela leitura crítica e amorosa da tese, imprescindível para me encorajar e fazer a revisão final.

Às professoras e alunas/os que oportunizaram o compartilhamento do aprendizado nos estágios docência: Marisa Camargo, Fernanda Nascimento e Maria José Baldessar.

À minha amora Ezra Chambal Nhampoca, com quem tive a honra de conviver nesse tempo que estive no Brasil, com quem aprendi tanto sobre vida e o compartilhar e o educar. Amor extensivo à Dominique, Dawina e Maia, suas filhas queridas. Amiga, obrigada pelo Nkomiso (resumo em changana) que trouxe uma energia espiritual muito forte para esse trabalho.

Para amigas/os moçambicanas/os: a querida Liendina Chirindza, meu *boss* Tirso Siteo e ao Bloco 4 Foundation pela oportunidade da parceria, ao mano Hélio Maúngue e todos os caminhos que me abriu, ao *muzaya* Jonas Valente, ao *madala* Jorge Banze, ao querido Hélio Parruque e família. Obrigada por seu carinho e amizade, por terem acreditado nos meus projetos e terem dado um pouco de si para que eu me tornasse uma pessoa melhor.

Às/os amigos/as que fiz em Moçambique: Tina Hennecken Andrade e família, às/os companheiras/os da FES, ISCOS, OTM. Aos/Às queridos/as Mateus Almeida, Lucas Santos, Nicoli Viegas e Rebeca Gomes que foram pessoas fundamentais na minha vida em Moçambique.

Aos colegas que conheci no evento “Encontros com Moçambique”, que fortaleceram o projeto e ampliaram as redes, especialmente Regiane Augusto de Mattos, Matheus Pereira, Alex (Lecco) França.

À família de Amâncio Muendane e Amina Abdul pelo carinho com que me receberam, pela compreensão, pelos ensinamentos, pelas lições de vida pelo exemplo do cotidiano, por todos os conselhos e amorosidade. À Zauria, Hέλvia

e Melina que foram minhas anjas. Ao Mano Titino, Marcial e Júnior que foram parceiros. À tia Madalena que foi uma mãe. Com eles reaprendi a viver em família novamente.

À Professora Claudia Fonseca pela inspiração com sua pesquisa em Burkina Faso e suas “mulheres valentes”.

Aos colegas do Moz Floripa e nossas “Diálogos com Moçambique”, onde tiver oportunidade de participar em todas as edições. Aqui incluo as pessoas queridas da comunidade africana em Florianópolis, que contribuíram para mudar meu olhar sobre o mundo.

Ao processo do Mestrado: agradeço à Ilse Scherer-Warren, às integrantes da banca (Luzinete Simões Minella, Teresa Kleba Lisboa e Sandra Caponi), ao professor Ricardo Gaspar Muller e às/os companheiras/os que ali fiz: Cirilo Sanhá, Karin Caneparo, Luciana Raimundo, Paulo Muxanga, Sandy Kramb. Processo que me legitimou a tornar-se uma pesquisadora.

Às companheiras de trajetória da CUT, que são tantas: Eliana dos Santos, Marlene Miranda, Rose Mari Gomes, Sônia Solange dos Santos Viana, Carmem Foro, Maria Ednalva Bezerra (*in memoriam*), Silvana Klein (*in memoriam*), Elisa Schapke, Mara Weber, Mara Feltes, Cida Reis, Maria Helena Oliveira, Sueli Adriano, Leticia Radattz, Carla Delfino, Daniela Soares da Silva. Aos companheiros: Cleverson Oliveira, José Sabino, Jair Sambudio. Nos processos de busca me oportunizaram reflexões e aprendizados.

Às mulheres que passaram pelos cursos de feminismo na CUT, às mulheres dos coletivos estaduais que proporcionaram um grande aprendizado e se dispuseram a ouvir minhas percepções. Agradecer também àquelas mulheres e homens que não conseguiram entender o que era o projeto, mas que com certeza que essa experiência me fez ter a certeza das escolhas.

Depois de tantos anos longe da universidade, onde aprendi com e no movimento sindical, na comunicação e na educação. A tentativa de unir educação e comunicação, assim como gênero e sindicalismo na Escola Sul. O tanto que aprendi ali, com tantas turmas, Dirigentes que me trouxeram suas percepções práticas e teóricas sobre o mundo, e com quem caminhamos.

Aos colegas: Pérsio Plensack, Marco Levay, Veridiana Direnzo, José Isaias Zazá, Jodat Jawabri, Ubirajara Toledo, com quem aprendi na teoria-prática a educação popular.

Ao jornalismo, que fujo e cortejo, Rosângela Ribeiro Gil, Jama, Renato Hoffman, Katia Marko, Geraldo Muzykant (*in memoriam*).

Para as/os professores/as de Jornalismo: Elisa Kopplin, Sérgio Endler, Pedro Osório, com que aprendi a prática de um jornalismo libertário.

Às minhas professoras de toda a caminhada, desde a primeira série na escolinha Padre Reus, a primeira professora Maria Helena, a Diretora Eronita (uma mulher negra maravilhosa). Da Leonice Maria Carniel, Annemarie Kaplan,

Liége Dal Ponte Peres (que nos falou de Ché Guevara), Valentina que falava em geopolítica: todas me instigaram ao aprendizado e ao conhecimento.

A todas as pessoas com quem eu aprendi na gestão do Estado a colocar em xeque a teoria e a prática, as perspectivas de políticas públicas, suas potências e limites.

Não posso deixar de falar da experiência de vender a força de trabalho, onde tive meus primeiros passos vivendo as contradições do capitalismo na pele no chão de fábrica da Artefina e na loja Primavera.

Agradecer a todas as pioneiras e as que continuam sendo pioneiras, por que cada tempo tem as suas e eu me coloco entre essas que abrem os caminhos para essa percepção.

A Gladis Gassen (*in memoriam*), Ana Cristina Kircheimm, Deisimer Gorczewski, a todas as mulheres da ‘Comunicação no Feminino’ que foi o meu despertar para as questões de gênero e o feminismo.

Agradeço a todas as ativistas do 8M, da Rede Mulher e Mídia, da Marcha Mundial das Mulheres, da Marcha das Vadias, da Marcha das Margaridas, da Marcha da Maconha, da Marcha das Mulheres Negras, do RAP. Em especial as amigas Tânia Slongo e Sandra Muñoz.

A todas as lutas e resistências contemporâneas dos feminismos que fazem e se refazem e que ajudam a beber novas ideias, inspirações e a tecer novas questões.

Agradeço a Moçambique. Busquei fazer minha pesquisa num lugar fora do eixo central de produção de conhecimento e encontrei no país as condições para aprofundar meus estudos sobre movimentos sociais, com ênfase para os movimentos de mulheres e feministas, buscando as relações entre as mulheres dos movimentos sociais de lá e de cá/de cá e de lá. Agradeço a todas as mulheres e meninas moçambicanas - que me emocionam, que me mexem, que me remexem, me contagiam e transformaram meu ser com seus exemplos de vida e luta.

Agradeço a Davi Kopenawa, pois sua trajetória narrada no livro “A Queda do Céu” me ajudou a enfrentar de peito aberto todas as questões de saúde física, mental e espiritual. Me ajudou a compreender o processo de transformação que um doutorado promove, pois nunca mais serei a mesma: “É verdade que os *xapiri* às vezes nos apavoram. Podem nos deixar como mortos, desabados no chão e reduzidos ao estado de fantasmas. Mas não se deve achar que nos maltratam à toa. Querem apenas enfraquecer nossa consciência, pois se fôssemos apenas vivos, como a gente comum, eles não poderiam endireitar nosso pensamento. Sem virar outro (...) seria impossível ver as coisas como os espíritos as veem” (2015, 141).

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é analisar como se organizam os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique, compreender suas principais agendas e lutas políticas por direitos a partir da Rede Fórum Mulher. O problema que estimulou a realização desta pesquisa é duplo: a persistência por um lado, do desconhecimento da produção intelectual feminista e de gênero africana na América Latina no geral e no Brasil em particular e, do outro lado, de uma visão ocidental ainda dominante das mulheres africanas como vítimas e não como sujeitos de sua própria história, que desenvolvem em seus próprios contextos e condições históricas estratégias de resistência às várias formas de opressão e discriminação.

Como forma de contribuir para a reflexão deste problema realizamos entre os anos 2016 e 2018 uma pesquisa empírica em Moçambique cuja abordagem teórico-metodológica é interdisciplinar e de inspiração etnográfica, tendo como recursos as técnicas de entrevista, da observação e descrição nos espaços frequentados, bem como, numa vasta revisão da literatura existente sobre gênero e feminismo, formas de organização e resistências das mulheres em África, com foco para o país em estudo.

A articulação de uma epistemologia interdisciplinar fundamentada principalmente nos feminismos Sul-Sul, que cruza aspectos da Antropologia, da História, da Sociologia e diversas produções e abordagens teóricas, como por exemplo, decoloniais, interseccionais e nos níveis macro e micro sociológicos, possibilitou-nos compreender que as mulheres africanas e moçambicanas em particular lutam pelo protagonismo de sua própria história. Entre as potências do trabalho está a visibilidade de suas lutas cotidianas e a busca pelos direitos junto ao Estado, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica tanto no espaço público como no privado.

Também revelou que a visão de África apenas como campo de produção de dados precisa ser superada, pois, como procuramos demonstrar especialmente a partir da vasta produção intelectual de mulheres e feministas africanas e moçambicanas, o continente é lugar também de uma produção teórica e empírica fundamental e digna de conhecimento e circulação pelo mundo afora.

É pensando na possibilidade de uma maior circulação deste conhecimento e no estreitamento de relações de troca de experiências intelectuais Sul-Sul de forma mais simétrica, perene e permanente entre pesquisadoras/es e ativistas que intitulamos este estudo “**Corredor de Saberes: vavasaki vatinhenha** (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique”.

Palavras-chave: 1. Movimentos de Mulheres. 2. Feminismos. 3. Redes. 4. Corredor de Saberes. 5. Moçambique. 6. África.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze how women's and feminist movements are organized in Mozambique, to understand their main agendas and political struggles for rights from the Fórum Mulher Network. The problem that stimulated the realization of this research is twofold: the persistence, on the one hand, of the ignorance of feminist intellectual and African genre production in Latin America in general and in Brazil in particular, and on the other hand, of a still dominant Western view of African women as victims and not as subjects of their own history, who develop in their own contexts and historical conditions strategies of resistance to various forms of oppression and discrimination.

In order to overcome this problem, we carried out an empirical research in Mozambique between 2016 and 2018, whose theoretical and methodological approach is interdisciplinary and ethnographic in inspiration, having as resources the techniques of interviewing, observation and description in the spaces frequented, as well as as in a broad review of existing literature on gender and feminism, forms of organization and resistance of women in Africa, with a focus on the country under study.

The articulation of an interdisciplinary epistemology based mainly on South-South feminisms, which crosses aspects of Anthropology, History, Sociology. and diverse theoretical productions and approaches, such as decolonial, intersectional and macro and micro sociological levels, enabled us to understand that African and Mozambican women in particular are protagonists of their own history. Among the powers of work is the visibility of their daily struggles and the search for rights with the State, which include the right to own body, to the city, to work, to land and to the recognition of their social and economic contribution both in the public space as in private. It also revealed that the vision of Africa only as a field of data production needs to be overcome because, as we seek to demonstrate especially from the vast intellectual production of African and Mozambican women and feminists, the continent is also a place of fundamental theoretical and empirical production and worthy of knowledge and circulation throughout the world.

It is thinking of the possibility of a greater circulation of this knowledge and of the closer relations of exchange of South-South intellectual experiences in a more symmetrical, permanent and permanent way among researchers that we call this study "*Vavasati vatinhenha* (female heroines) and networks of women and feminists in Mozambique".

Keywords: 1. Women's Movements. 2. Feminisms. 3. Networks. 4. Corridor of Knowledge. 5. Mozambique. 6. Africa.

NKOMISO¹

Ngongometo yikulu wa ntirho lowu i kuxopaxopa matshamela ya mintlawwa ya vavasati ni vafeminixta tikweni ra Musambiki ni kutwisisa maaxjenda ya yona lawa ya nkoka ni makungu ya kulwela timfanelo hi kulandza mintirho ya *Rede (ntlhangano) Fórum Mulher*. Lesvi svihikuceteleke kuyendla nxiyanxiyo lowu i svilo svimbirhi: hi tlhelo rin'wana, ave kusikisela ka kungativiwi ka minxiyanxiyo ya Vufeminxta ni yoyelana ni Rimbewu ematikweni ya Afrika, Merika wa Dzonga hi kuyeneta, ni le Brazili, hi tlhelo. Nakona, hi rin'wana tlhelo, kuvoneka lesvaku mavonela ya matiko ya Mpelajambu mahali lawa mafumaka, nakona mavonela lawa makombisa vavasati va Afrika tani vaxanisiwa ntsena, handle ka kuvakombisa tani vahanyi va matiwi ya vona, vavasati lava vahluvukaka etindhawini leti vatihanyelaka ka tona ni hi matshamela ya mahanyela ya vona ni marhengu ya kutilwela ka mixaka yinyingi ya vuxololi ni xihlawuhlawu.

Hi ndlela ya kuhlengela hi mapimu, mayelanu ni mhaka leyi, hiyendlile ntirho wa vuxiyaxiyi aMusambiku eka malembe ya 2016 ni 2018, nxiyanxiyo lowu wulandzeke nongoti-mayendlela ya vupatsitijondzo ni mpfuletelo wa xintivovanhu, na kutirhisiwa vutshila la buluxivutisela, jondzolangutisa ni kutshandza tindhawini leti hingava ka tona, ni ka matsalwa yohambanahambana lawa mangakona yoyelana ni ta rimbewu ni feminixjimo, malungisela ni malwela ya Vavasati va Afrika, nahikongomisisa tiko leri vuxopaxopi bzi yendliweke kona.

Kuyehleketa mayelanu ni majondzela ni majondzisela ya vupatsitijondzo lawa ya nkoka, ngopfunngopfu eka tijondzo ta Femixjimo ya matiko ya Dzonga-Dzonga, lawa manga ni matshamela yofana eka Ntivovumunhu, Ntivomatimu, Ntivomahanyisanela, nisvimbenyambenyani, hambi hi matsalwa yombanahambana ni ka minongoti, tani hi, minongoti yotlhanga yoyelana ni vuyali bza vukolonyi eka matshamela ya ntvomahanyisanela yoyeneta ni ya xitlhelo, lesvi sviyendleke kuva hitwisisa lesvaku vavasati va Afrika, va Musambiki, hi tlhelo, i vahanyi vohanyanya va matimu ya vona. Ndzeni ka mintirho ya vona ya nkoka, kuvoneka svinene malwela ya vona ya siku ni siku ni kulavetela kuve ni timfanelo mahlweni ka Mfumo, lesvi svipatsaka kuve ni mfanelo mayelanu ni miri wa vona, mfanelo yohanya doropeni, mfanelo yova ni ntirho, mfanelo yova ni misava ya vutirhelo ni mfanelo ya kunyikiwa lisima hi kola ka nhlengelo wa vona ka ta mahanyisanela ya vanhu ni le ka ta mbindzu tikweni, angave ndzeni ka xithungu kumbe hi ximunhu ntsena.

Nakona, nxiyanxiyo lowu ukombise lesvaku ntloveto wa kuvona Afrika ntsena tani ndhawu yokola vutivi, wufanela kutshikiwa, hikusa, tani hi laha

¹ Resumo em changana, traduzido pela moçambicana, Doutora em Linguística pela UFSC em 2018, Ezra Chambal Nhampoca.

hizameke kukombisa há kona, ngopfungopfu kusukela ka matsalwa ya vavasati ni vafemixta va Afrika, ni va tiko ra Musambique, hi kutala ka wona, ntikonkulu Afrika nakona, i ndhawu leyi kubindzuliwaka minongoti ya nkoka leyi yikombisaka mahanyela, svilo lesvi na svona svifanelaka kutiviwa ni kuhaxiwa emisaveni hinkwayu.

Ave hi kunavela kuhaxisisa vutivi lebzi ni kuyengetela ntirisanu wa ncincelanu wa vutivi ra matiko ya Donga-Dzonga hi ndlela yoyelana, yokungaheli ni yokala yingatsemelisiwe ndzeni ka vaxiyixi va vavasati ni va vanuna, lesvi svihiyendleke kuva hinyika nxiyanxiyo lowu, xinhloko lexi xingo “**Muhoxo wa Vutivi:** vavasati va tinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique”.

Marito ya nkoka: 1. Mintlawa ya vavasati; 2. Mafeminixjimu. 3. Maredi. 4. Muhoxo wa Vutivi. 5. Musambiki. 6. Afrika.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa da África pós Conferência de Berlim.	58
Figura 02 - Mapa de Moçambique.	65
Figura 03 - “Mercado de Frutas”, do Artista Valente Malangatana.	69
Figura 04 - Mulheres durante a luta de libertação transportando suprimentos.	79
Figura 05 - Mulheres participam do Destacamento Feminino na luta armada.	79
Figura 06 - Cartaz de divulgação do Seminário no CEA.	134
Figura 07 - Reprodução da notícia sobre o MM em Moçambique.	135
Figura 08 - Cartaz do ato público do Fórum Mulher.	144
Figura 09 - Materiais publicados pelo Fórum Mulher.	145
Figura 10 - Materiais publicados e/ou distribuídos pela AMPCM.	146
Figura 11 – Integrantes da AMUDEIA.	147
Figura 12 – Encontro de trabalhadoras domésticas.	148
Figura 13 - Entrevista com ativistas na sede da ASCHA.	151
Figura 14 - Apresentação cultural das jovens da ASCHA.	152
Figura 15 - “Cerimônia da Panela” na Associação Hixikanwe.	153
Figura 16 - Dia Mundial de Combate ao HIV/SIDA.	154
Figura 17 - Aida Moraes (ao centro) representa o COMUTRA no encontro da Juventude da OTM.	156
Figura 18 - Mulheres rurais marcham pelo reconhecimento do seu trabalho pelo governo.	157
Figura 19 - Coordenadora lê a Declaração das Mulheres Rurais.	158
Figura 20 - Reprodução da Página da Lambda na rede social Facebook.	162
Figura 21 - Ato público denuncia a violência contra as mulheres nas ruas.	164
Figura 22 - Cartaz do Ato Público Sepúlveda Vive.	164
Figura 23 - Mulheres dançam durante a Conferência da MULEIDE.	167
Figura 24 - Materiais educativos e informativos produzidos pela WLSA.	169
Figura 25 - Graça Samo representa os movimentos sociais na Abertura do 13º Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo	170

Gênero 11 e integrantes da MMM Moçambique fazem batucada na Marcha Internacional por Direitos.	
Figura 26 - Artesanato representando a família.	172
Figura 27 - Projeto “Mamãs, Bebês e Capulanas: cuidados e afetos tecidos nos corpos” com a jovem Carolina Abú Ussemane com seu filho.	175
Figura 28 - Áreas de atuação das organizações.	339
Figura 29 - Rede Fórum Mulher: organizações pesquisadas.	354
Figura 30 - Cartaz de chamada da ação pública.	398

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas e autoras conforme bibliografia acessada. Fonte: A autora e Gasparetto e Amâncio, 2017.....	225
Quadro 2 - Perfil das organizações pesquisadas durante o trabalho de campo. Fonte: A autora.....	311
Quadro 3 - Reivindicações contemporâneas. Fonte: A autora.....	404

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAWORD - Associação de Mulheres Africanas para Pesquisa e Desenvolvimento
- AEMO - Associação dos Escritores Moçambicanos
- AEIMO - Associação de Economia Informal de Moçambique
- AFF - Fórum Feminista Africano
- AH - Associação Hixikanwe
- AMME - Associação Moçambicana Mulher e Educação
- AMMCJ - Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica
- AMODEFA - Associação Moçambicana para a Defesa da Família
- AMPCM - Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno
- AMUDEIA - Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira
- AMUEDO - Associação de Mulheres Empregadas Domésticas
- AR - Assembleia da República
- ASCHA - Associação Sócio Cultural Horizonte Azul
- BM - Banco Mundial
- BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China (bloco econômico)
- CAN - Centro Associativo dos Negros
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCBM - Centro Cultural Brasil-Moçambique
- CEA - Centro de Estudos Africanos
- CECAGE - Centro de Coordenação para os Assuntos de Género
- CECAP - Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros
- CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- CIP - Centro de Integridade Pública
- CISL - Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori
- CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- CMM - Conferência das Mulheres Moçambicanas
- CNAM - Conselho Nacional para Avanço da Mulher
- CNM - Confederação Nacional dos Metalúrgicos
- CNUM – Comissão Nacional para a Unesco em Moçambique
- CNP - Comissão Nacional do Plano
- CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CP - Código Penal

COMUTRA - Comitê Nacional da Mulher Trabalhadora
CONFECON - Conferência Nacional de Comunicação
CONSILMO - Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAA - Departamento de Arqueologia e Antropologia
DAWN - Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era
DEMG - Departamento de Estudos da Mulher e do Gênero
DF - Destacamento Feminino
DSR - Direitos Sexuais e Reprodutivos
DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
FACOTRAV - Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores/as de Vanguarda
FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FES - Fundação Friedrich Ebert
FLCS - Faculdade de Letras e Ciências Sociais
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FOMMUR - Fórum das Mulheres Rurais
FORCOM - Fórum das Rádios Comunitárias
FÓRUM MULHER - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique (Movimento de Libertação)
Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique (Partido)
FSA - Fórum Social Africano
FSM - Fórum Social Mundial
GAD - Gênero e Desenvolvimento
GCG - Grupo de Coordenação de Género
GEPR - Gabinete da Esposa do Presidente da República
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
HOPEM - Homens pela Mudança
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDS - *Institute of Development Studies*
IMAGES - Inquérito Internacional sobre Homens e Igualdade de Género
INCAF - Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares
INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
INE - Instituto Nacional de Estatística
INFOR - Inquérito Nacional ao Setor Informal

IOF - Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares
IPEA - Instituto de Pesquisas Aplicadas
ISCOS - *Cooperazione Sindacale allo Sviluppo*
ISP – Instituto Superior Pedagógico
ITCILO - *International Training Centre of the International Labour Organization*
LAMBDA - Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais
LO Noruega - Instituto de Estudos Sindicais
MANU - *Mozambique African National Union*
MDM - Movimento Democrático de Moçambique
MGCAS - Ministério de Género, Criança e Ação Social
MINEDH - Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MOVFEMME - Movimento das Jovens Feministas de Moçambique
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST- Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MuGeDe - Mulher, Género e Desenvolvimento
MULEIDE - Mulher, Lei e Desenvolvimento
NEM - Núcleo de Estudos da Mulher
NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento na África
NESAM - Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos
NUER - Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas
NUMMA - Núcleo Mulher e Meio Ambiente
OCPLP - Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OJM - Organização da Juventude Moçambicana
OMM - Organização da Mulher Moçambicana
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONP - Organização Nacional dos Professores
ONU - Organização das Nações Unidas
OSC - Organizações da Sociedade Civil
OTM - Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
OUA - Organização da União Africana
PAE - Programas de Ajustamento Estrutural
PALOPs - Países Africanos de Língua Portuguesa
PDSE - Programa Doutorado Sanduíche no Exterior
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGICH - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PRE - Programa de Reabilitação Econômica
PRN - Programa de Reconstrução Nacional
PVHS – Pessoas Vivendo com HIV/SIDA
RDSR – Rede dos Direitos Sexuais e Reprodutivos
REF – Revista de Estudos Feministas
RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana
RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação
RI - Relações Internacionais
SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SI - Secretariado Internacional
SIDA - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SINTIME - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica Metalomecânica e Energia
SNE - Sistema Nacional de Educação
SNMT - Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SPM - Secretaria de p para as Mulheres
TARV - Tratamento Antirretroviral
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
WLSA - *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (Mulher e Lei na África Austral)
UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFICS - Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNAMI - União Africana de Moçambique Independente
UNEDAMO - União Democrática Nacional de Moçambique
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
WID - Mulheres no Desenvolvimento
WAD - Mulheres e Desenvolvimento
VGB - Violência Baseada no Gênero

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: WODI LA MUNTINI.....	23
1.1 UM ATLÂNTICO QUE NOS UNE: LAÇOS HISTÓRICOS NAS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA E BRASIL	29
1.2 INTERCÂMBIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: ALGUMAS PESQUISAS SOBRE MOÇAMBIQUE	40
1.3 O TRABALHO DE CAMPO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES DO FÓRUM MULHER.....	44
1.4 TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES DA PESQUISA	49
1.5 A ORGANIZAÇÃO DA TESE: MOMENTOS E CAPÍTULOS ...	52
1º MOMENTO – (Re) Localizando África/Moçambique	55
2 O CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE E A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES DAS MULHERES E FEMINISTAS.....	57
2.1 A PORTA DE ENTRADA PARA A ÁFRICA: MOÇAMBIQUE E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES	58
2.2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS LUTAS	74
2.3 RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO PERÍODO COLONIAL..	88
2.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS DAS MULHERES NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA	95
2.5 (RE) CONSTRUÇÃO DO ESTADO MOÇAMBICANO: PAZ PARCIAL, GUERRA PERMANENTE.....	103
3 CIRCULANDO AS EPISTEMOLOGIAS NO SUL-SUL: LABIRINTOS, SABERES, (RE)EXISTÊNCIAS E CONEXÕES.....	108
3.1 OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA FEMINISTA, LOCALIZADA, ANTIRRACISTA, INTERSECCIONAL, INTERDISCIPLINAR E DECOLONIAL.....	110
3.1.1 O cruzamento das interseccionalidades com as teorias decoloniais e epistemologias feministas na América Latina e África.....	120

3.1.2 Decolonialidade e Feminismos do Sul-Sul.....	123
3.2 CAIXA DE PANDORA: O PROCESSO DE CRIAR UM MÉTODO EFETIVO PARA UMA PESQUISA SINGULAR.....	126
3.2.1 Trilhando caminhos: a metodologia do trabalho de campo...132	
3.2.2 As entrevistas como fonte: trajetórias que se (re) encontram.137	
3.3 OS LABIRINTOS PERCORRIDOS NO TRABALHO DE CAMPO.....	142
3.3.1 FM - Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento	143
3.3.2 AMPCM - Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno.....	145
3.3.3 Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira.....	146
3.3.4 AMUEDO - Associação de Mulheres Empregadas Domésticas.....	147
3.3.5 ASCHA - Associação Sócio Cultural Horizonte Azul	150
3.3.6 AH - Associação Hixikanwe	153
3.3.7 COMUTRA - Comitê Nacional da Mulher Trabalhadora... 155	
3.3.8 FOMMUR - Fórum das Mulheres Rurais	156
3.3.9 LAMBDA - Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais.....	161
3.3.10 MOVFEMME - Movimento das Jovens Feministas de Moçambique.....	163
3.3.11 MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento... 167	
3.3.12 WLSA - Mulher e Lei na África Austral (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust).....	168
3.3.13 MMM - Marcha Mundial das Mulheres (Secretariado Internacional)	169
3.4 “COM VIVÊNCIAS” E APRENDIZADOS DO COTIDIANO....	170
3.4.1 Andando pelo país.....	175

4 GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES SUL-SUL: LUTA POR DIREITOS E PELO (RE) CONHECIMENTO DAS MULHERES NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE	180
4.1 POR QUE O SUL-SUL?	182
4.2 A GLOBALIZAÇÃO, O CONHECIMENTO E AS RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS	192
4.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ANALÍTICAS DO PENSAMENTO AFRICANO EM RELAÇÃO À MULHER, MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO	214
2º MOMENTO - (Re) Conectando Resistências e Saberes	250
5 O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE /ÁFRICA	252
5.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO NO CONTEXTO AFRICANO: UM CAMPO EM CONSTITUIÇÃO?	253
5.2 O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO E A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UEM/CEA	264
5.2.1 Documentos sobre os estudos de gênero na UEM/CEA	274
5.2.2 O lugar do gênero na UEM contemporânea: o CeCaGe	282
5.3 AS RELAÇÕES ENTRE ACADEMIA E ATIVISMO: ENTRE-LUGARES DA WLSA	283
5.4 A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO FEMINISTA E DE GÊNERO: TRAJETÓRIAS, VISÕES, PERCEPÇÕES E TENSÕES	288
5.4.1 Controvérsias e concordâncias em torno dos temas em debate	297
6 VAVASATI VATINHENHA E A REDE FÓRUM MULHER: ESTRATÉGIA POLÍTICA, GESTÃO E ARTICULAÇÃO	308
6.1 A HISTÓRIA E A ESTRUTURA POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO FÓRUM MULHR	331
6.2 A ORGANIZAÇÃO EM REDE DO FÓRUM MULHER	348
6.3 FORMAS DE ATUAÇÃO E A METODOLOGIA FEMINISTA	362
7 VAVASATI VATINHENHA E A REDE FÓRUM MULHER: A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO AO ESTADO	369

7.1 A CONSTRUÇÃO DO DIREITO E O LUGAR DAS MULHERES NA LEI E NA JUSTIÇA	370
7.2 ARENAS DE (RE) PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM LABIRINTO DE RELAÇÕES	385
7.3 O FÓRUM MULHER E A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA CONTEMPORÂNEA.....	393
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A LUTA CONTINUA.....	411
ANEXO A - Credencial do Centro de Estudos Africanos.....	451
ANEXO B - Estrutura do Fórum Mulher.....	452
APÊNDICE A - Quadro das/os entrevistadas/os.....	453
APÊNDICE B - Questionário Semi-estruturado Ativistas/ Lideranças.....	459
APÊNDICE C - Questionário Semi-Estruturado Acadêmicas /Pesquisadoras.....	460
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ...	461

1 INTRODUÇÃO: WODI LA MUNTINI²

“Só nascemos corpos, não nascemos corações.”

(Ditado da etnia *Chopi*)

O que é uma tese? O que é escrever uma tese sobre movimentos de mulheres e feministas em Moçambique? Nem todos os meus esforços, da minha orientadora e coorientadora, nem todas as concepções teóricas e metodológicas aportadas nas ciências humanas serão capazes de ajudar a traduzir a experiência de quatro anos de doutorado e dos sete meses de trabalho de campo, o convívio político, acadêmico, ativista e afetivo que foram construídos nessa convivência material Brasil-Moçambique, ao mesmo tempo que transnacional, dialogando com vários saberes e epistemologias dessas mulheres heroínas (*vavasati vatinhenha*)³.

Descrevo parte dessa experiência num momento de aprofundamento do neoliberalismo em nível global e de articulação de resistências em diferentes regiões do mundo, envolvendo mulheres e homens, que afetam, em particular, os dois contextos em que me situo. O lugar de brasileira, que vive um cenário político, econômico, social e cultural afetado por mais um ataque na história da construção da democracia no Brasil, articulado por setores reacionários (que inclui uma aliança entre parcelas do executivo e do judiciário, amplos setores do legislativo, com apoio de parcela da população). Um lugar de aumento das violências e retrocessos nos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira e pelos movimentos feministas.

O outro lugar é o de estrangeira em Moçambique, país que me acolheu num intenso período de sete meses, no qual realizei o trabalho de campo. Na tese tento sistematizar as trajetórias, lutas, vidas e emoções implicadas nesse empreendimento acadêmico e militante, que me envolve enquanto mulher e pesquisadora em olhar e me relacionar com o ativismo e a academia que fazem/pensam/vivem/refletem as mulheres, o gênero e o feminismo em Moçambique.

Ambos os lugares inseridos na ebulição no feminismo internacional vivida na última década e as decorrências que essas demandas e lutas criaram na relação com os Estados e suas respectivas sociedades e a academia. As mulheres e suas pautas feministas estão nas

² Significa “com licença” na língua changana.

³ *Vavasati vatinhenha* é um termo na língua changana que significa “mulheres valentes” ou “mulheres heroínas” em português brasileiro. Fonte: Ezra Chambal Nhamponca.

ruas e enquanto faço a pesquisa acontece o 8M há dois anos, nascido da resistência ao fascismo de Donald Trump nos Estados Unidos, as legalizações do aborto são debatidas no Brasil e na Argentina, aprovada na Irlanda. Mulheres chilenas lutam contra a violência e a desigualdade de gênero, colocando o governo contra a parede, mulheres espanholas intensificam a resistência ao retrocesso de direitos, a construção da agência coletiva de mulheres curdas e sua luta contra a escravidão imposta pelos modelos patriarcais (ÓCALAN, s.d.)⁴. Mulheres árabes que resistem em dizer se querem ou não seus véus.

A chamada “primavera das mulheres”⁵ não sai das ruas e no Brasil as mulheres estão na cena pública por vários motivos: desde as manifestações “Fora Temer”, contra o golpe - que tirou a primeira mulher eleita democraticamente no país para a presidência da República -, na organização do “#elenão” -contra a eleição de Bolsonaro para a presidência do país -, mobilizações pontuais em diferentes estados e mobilizações gerais nas datas mais importantes, marcando o combate aos feminicídios, à violência doméstica, ao assédio sexual nas universidades, na luta pela reforma agrária, nas ocupações urbanas de sem tem tetos, no artivismo. Estão no protagonismo, lutando por seus direitos. Sim, isso inspira, motiva, traz potência. Mas por que estão as mulheres nas ruas?

Pelos mesmos motivos que saíram de dentro das suas casas desde o início do feminismo. Novas e velhas pautas se encontram, as gerações dialogam, se complementam e se ressignificam. Já não é uma onda, são várias ondas que se juntaram e formam um ‘tsunami’. Sim, um ‘tsunami’ feminista está em curso e desafia a uma grande virada para aprofundar as fissuras no sistema, na rearticulação do poder capitalista frente à expansão dos direitos e resistindo ao reacionarismo internacional.

As demandas feministas são diversas e algumas percorrem outras direções. Estratégias de emancipação colocam a sustentabilidade da vida no centro, numa aposta direta contra os atuais modelos de existir, buscando outros paradigmas, como o ambientalismo e o decrescimento, o *buen vivir* e o respeito à vida da terra, como reflete a economista feminista espanhola Amaia Orozco:

Em primeiro lugar, a vida da maioria está se tornando precária: situações de incerteza são

⁴ Conferir o texto “*El movimiento de mujeres kurdas en Turquía*” (BOSGAN, 2016). In: *Genealogías Críticas de la Colonialidad en América Latina, África, Oriente*. BIDASECA, Karina (Org.).

⁵ Esse termo foi utilizado por várias pesquisadoras e mesmo em veículos de comunicação brasileiros.

generalizadas, as mais variadas dimensões vitais são atacadas (acesso à educação, moradia, alimentação, livre decisão de reprodução, etc.) e as formas de precariedade são agravadas. Vive-se o dia e a planificação a médio ou longo prazo torna-se impossível. Em segundo lugar, a lacuna entre precariedade e exclusão é encurtada e cada vez mais pessoas passam a viver no limite, não tendo os meios necessários para a vida. Finalmente, os mecanismos de inclusão/exclusão funcionam cada vez menos como uma porta que marca um limite claro que abre ou fecha e cada vez mais como um complexo sistema de comportas que te deixa parcialmente fora e parcialmente dentro aparecer estradas bifurcadas, onde você não sabe qual dos seguintes passos pode levar ao abismo (OROZCO, 2014, p. 192-193).

Emergindo desse contexto, a pesquisa de doutorado intitulada “Corredor de Saberes: *vavasati vatinhonha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique” busca trazer para os campos do feminismo brasileiro e latino-americano uma parte da realidade das mulheres africanas e moçambicanas (em particular) inseridas nessa movimentação dos feminismos globais, aproximando os conhecimentos produzidos nesse continente e nesse país aos nossos saberes, buscando relações glocalizadas (SANTOS, 2002; NGOENHA & CASTIANO, 2011).

A tese objetiva apresentar uma compreensão de como os movimentos de mulheres e feministas ligados ao Fórum Mulher (FM), integrantes da sociedade civil, se organizam, articulam, reivindicam, negociam e atuam junto ao Estado para a construção de políticas públicas para as mulheres em Moçambique. O trabalho focalizará o período da chamada II República Moçambicana, que teve como marco a Constituição de 1990 e a chamada “abertura democrática” que permitiu o surgimento das ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), campo do qual faz parte a organização FM, criada também em 1990. A análise será realizada a partir de uma contextualização histórica sobre os feminismos no país desde o período de luta contra o colonialismo português até os dias de hoje, com o retrato do trabalho realizado pelas organizações com as quais tive contato no trabalho de campo.

Em diálogo com os objetivos específicos busco, através de uma pesquisa de inspiração etnográfica, identificar os mecanismos de

organização, articulação, reivindicação e negociação (gestão política e organizacional) dos movimentos de mulheres e feministas e suas redes em Moçambique em contextos transnacionais, em particular aqueles ligados ao Fórum Mulher. Também analiso como esses movimentos de mulheres e feministas se relacionam com o Estado, como as ativistas ocupam os espaços de poder e de decisão, além de mapear as reivindicações, propostas, conflitos, agendas/pautas e conquistas desses movimentos junto ao Estado moçambicano, optando por incluir suas falas/entrevistas no decorrer da escrita, desde a “Introdução”.

Na primeira versão do projeto de tese, antes da qualificação, um dos objetivos era verificar como o Estado moçambicano, mais precisamente o Ministério de Gênero, Criança e Ação Social (MGCAS) implementava suas ações e realizava ações transversais de políticas para as mulheres junto ao conjunto do governo. Me perguntava como efetivamente seriam aplicados pelo Estado os recursos da agenda construída com os movimentos de mulheres e feministas, analisando o orçamento destinado e o orçamento aplicado e as ações efetivadas. Encontrei a coordenadora Nacional de Gênero, Angelina Paulo Lubrino, em seu gabinete no dia 18/01/2017, quando conversamos sobre a relação do Estado moçambicano com os movimentos de mulheres e feministas para a construção de uma agenda que atendesse às demandas da sociedade civil.

Quando da qualificação do projeto debatemos com as professoras da banca sobre duas problemáticas: o excesso de objetivos que o meu trabalho se propunha, aliado ao escasso tempo concedido pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)⁶ para a realização da pesquisa de campo. Isso somado às dificuldades de acesso aos órgãos e agentes do Estado em Moçambique nos levou a optar em deixar de fora a verificação específica sobre o seu papel e a efetividade das políticas negociadas (se essas são ou não incorporadas em programas de governo, documentos, legislações, orçamento estatal etc. e quais os recursos destinados para esses objetivos).

Um enfoque novo que surgiu no decorrer do trabalho de campo e que dá título à tese é o que chamo “Corredor de Saberes”. Esse termo cunhei na primeira etapa da pesquisa de campo em Moçambique em dezembro de 2016, pois na viagem aérea observei no mapa de voo que o percurso é em linha reta, remetendo à ideia de um corredor. A localização geográfica favorece as relações entre os dois continentes devido as

⁶ A proposta inicial era de ficar um ano em Moçambique para realizar a pesquisa de acordo com os objetivos iniciais.

latitudes similares (especialmente com a África Subsaariana), pois apresentam climas semelhantes e um litoral atlântico com composições parecidas.

Esse “corredor de saberes” pode proporcionar trocas e ser o lugar para a circulação de tecnologias epistemológicas, facilitando a circulação entre as teorias feministas do Sul-Sul. Minha perspectiva acrescenta à reflexão das feministas, brasileira Cláudia Lima Costa com a cubana Sonia Alvarez (2013), que falam da importância de lutar pelos deslocamentos de representações do ocidente em direção a novas geografias e línguas descoloniais que promovam o tráfico de teorias de duas mãos entre o Norte e o Sul:

Desejando facilitar tais deslocamentos, coeditamos uma antologia que implementa uma política tradutória a partir de um tráfico despuddorado das teorias e práticas feministas através das fronteiras geopolíticas e disciplinares, colocando os feminismos das latinas/ mulheres de cor/feministas pós-coloniais no norte das Américas em diálogo com teorias, práticas, culturas e políticas feministas no sul, e vice-versa (Idem, 2013, p. 54).

Quando fiz a revisão de literatura observei que há muito interesse no/do Brasil sobre Moçambique, entretanto, raras são as produções teóricas moçambicanas que aqui circulam, a não ser aquelas dos/as cânones da literatura⁷ e de estudantes moçambicanas/os ligadas/os a universidades brasileiras, que realizam seus trabalhos de campo no seu país de origem. Do mesmo modo, o encontro com a produção de teóricas africanas constituiu um processo de “escavação”, complexo e sinuoso. Ao acessar a literatura percebi o vasto manancial produzido, as diversidades de contextos que levaram a romper em mim a visão da África como um lugar pré-concebido, essencializado, racializado, estranhado, homogeneizado, vitimizado (MBEMBE, 2001; 2018; 2018a). Isso me motivou a refletir sobre um processo teórico-metodológico e de posicionamento de um lugar de fala/escuta⁸ que possa favorecer uma via de duas mãos, contribuindo para superar as assimetrias de conhecimento

⁷ Especialmente Mia Couto e Paulina Chiziane.

⁸ Desenvolvi uma visão sobre fala/escuta a partir de minha trajetória profissional, militante e acadêmica e das experiências nos/com os movimentos sociais no Brasil e em Moçambique.

entre os dois continentes, utilizando-me de perspectivas epistemológicas decoloniais.

Entre os desafios dos estudos decoloniais está a reconstrução da historiografia a partir da narrativa das mulheres dominadas pelo sistema colonial. Isso implica em desaprender os privilégios acadêmicos e em praticar uma vigilância epistêmica que traduza, desvele as práticas e os conceitos coloniais, favorecendo a emergência de uma visão decolonial a partir do resgate dos protagonismos das mulheres moçambicanas, que foram apagados e invisibilizados das histórias contadas pelos “vencedores”⁹ e pela geopolítica do conhecimento. Essa “ferida colonial” (MIGNOLO, 2008) afeta os idiomas e a linguagem, a assimilação, o racismo, o tecido social e, especialmente, as subjetividades dos povos que habitam os territórios que foram ocupados pelo sistema colonial/neocolonial, como foi e é o caso de Moçambique.

Surge assim, o desafio de contribuir para dar visibilidade e somar na circulação de diferentes conhecimentos no trânsito do “Corredor de Saberes” que liga o Brasil/América Latina à África/Moçambique, com ênfase para o ativismo e os estudos feministas, os saberes diversos que interagem na realidade local e em seus coletivos e ações políticas. Essa relação intercontinental, apesar dos seus diferentes marcadores sociais, carrega tendências históricas e relações assimétricas e tem em comum a colonização portuguesa e o uso de idiomas semelhantes.

Outro aspecto que me motivou é que, ainda que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornem obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, ainda são incipientes a visibilidade e o conhecimento dos saberes do campo de gênero e feminismo em África/Moçambique no âmbito da academia brasileira e na formação docente. Saberes esses que tem similitudes, mas acima de tudo diferenças e diversidades, que desestabilizam nossa visão de senso comum sobre aquele país e continente que forma um imaginário de África dos três “Cs”: Crises, Catástrofes e Conflitos (NHAMPOCA, 2015)¹⁰, ao invés do lugar que é na realidade de vidas, lutas e potências.

Minha perspectiva político-acadêmica representa um compromisso com a projeção dos feminismos africanos, particularmente

⁹ Mesmo nas lutas de libertação em que as mulheres tiveram protagonismo, elas são apagadas da história. Por isso utilizo o termo vencedores, no masculino e entre aspas.

¹⁰ Joaquim Nhampoca é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique) e esteve na UFSC para o debate “Os três Cs da África (crises, catástrofes, conflitos) e a desconstrução do rótulo”, em 25 de junho de 2015, promovido pelo Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas (NUER).

os moçambicanos, e a vontade de contribuir para a ampliação da circulação das produções das ativistas e teóricas africanas/moçambicanas, bem como de nossos olhares e perspectivas para aquele território e as mulheres que ali vivem: as experiências e lutas dos diferentes coletivos, os compromissos com a participação das mulheres no espaço público, com a construção de políticas públicas e suas visões sobre as questões econômicas e a urbanização, seus deslocamentos internos, a vida rural, a vida urbana, a expropriação de terras e a denúncia a todas as formas de violências. Múltiplos fios que tecem uma teia do movimento de mulheres e feministas que se espalham de forma horizontal e vertical: múltiplas ligações, múltiplos espaços e múltiplos protagonismos.

1.1UM ATLÂNTICO QUE NOS UNE: LAÇOS HISTÓRICOS NAS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA E BRASIL

Meu Grito

Das minhas entranhas me sai este grito de desespero:

Minha mãe distante, minha África, onde estás?

Sabes que eu existo e choro por ti em toda a América?

Não ouves a voz do meu pranto, minha mãe?

Escuto apenas o marulhar das ondas do Atlântico

Escuto o eco da minha própria voz. Ninguém me responde

Parece que a África se esqueceu dos filhos vendidos ao mar

Mãe África, eu existo!

Estou aqui na América, esperando o teu abraço
(CHIZIANE, 2018, p. 41).

Pensando as relações geopolíticas e do conhecimento, no livro “O Atlântico Negro”, o inglês Paul Gilroy (2012) fala de um circuito transatlântico que interconecta o Mundo Novo, a Europa e a África, por onde navegou a tráfico, a escravidão e a racialização, mas por onde circulam saberes, culturas, ideias e proporcionam a base da construção do próprio “negro” e a transgressão do seu destino. Demonstra o Atlântico como um lugar de paradoxos, onde o caráter híbrido das ideias e o intercâmbio entre o pensamento negro e as ideias dominantes “brancas”, a coexistência entre a produção cultural e as identidades negras e modernidade. O aprofundamento da globalização proporciona novos espaços para intercâmbios de ideias, relações em redes, que podem ser de

diferentes âmbitos, mas no nosso caso interessa, especialmente, as de movimentos e acadêmicas.

O Brasil também está inserido nesse contexto de uma Atlântico que ao invés de separar, une, ainda que para fins questionáveis. Uma primeira fase das relações do Brasil com África se iniciou no século XVI com o tráfico transatlântico de escravos, perdurando até a abolição da escravatura no Brasil em 1888. Registros das relações entre Brasil Moçambique datam do período pré-colonial, quando o comércio negreiro obrigou milhares de moçambicanos escravizados¹¹ a aportarem no Brasil, sendo este junto com Cuba o principal importador da força de trabalho, formando o terceiro e quarto pólos de captação da riqueza moçambicana, precedidos pela Índia e Portugal (SERRA, 2000). Estudos apontam que o tráfico de seres humanos entre os dois países iniciou-se no século XVIII, intensificando-se no século XIX, encerrando-se somente no início do século XX. Apesar de que as informações sobre a entrada dos escravizados foram destruídas nos portos brasileiros, registros de saída das pessoas dos portos de Moçambique indicam que foram milhares de pessoas, como aponta o historiador português José Capela (2010) e o sociólogo moçambicano Carlos Serra (2000).

Segundo a historiadora moçambicana Benigna Zimba, as mulheres, devido à sua função reprodutiva, tinham um valor mais alto no tráfico de pessoas. “A partir do momento em que a mulher tivesse um filho, assume-se que vai crescer e ser outro escravo. A mulher escravizada, quando entrava no barco, tinha outros problemas, como ficar mais vulnerável a todas as vicissitudes da viagem, a ficar sem água; se estivesse grávida, com um bebê pequeno, o nível de mortalidade e probabilidade de não chegar ao destino era maior” (ZIMBA, 2016, n.p.).

O papel da mulher na escravatura foi de coragem, segundo vários relatos coletados por Zimba (2016), “na medida em que ela não se faz de vítima”, desde o processo de captura, acabavam por se entregar para evitar ser violada e violentada, para evitar que matassem seus filhos e seus maridos. Ela analisa que “há um papel vitorioso da mulher”, porque, quando os escravos eram vendidos, os comerciantes e os compradores batiam nos escravos, testando quem chorava (sendo este considerado era menos forte). Então, “A mulher, ao apanhar, acabou por arranjar uma maneira de chorar para dentro (sons guturais). Essa maneira de chorar fica

¹¹ Escravizado é alguém que sofreu escravização. Conforme o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, escravizar significa “[...] submeter (alguém) à condição de escravo [...]. [...] exercer dominação moral sobre; oprimir [...]. [...] tornar submisso, dependente” (p. 803).

até aos dias de hoje (...) chora pelo coração, chora sem berrar, chora sem dizer palavras”, avalia a historiadora (ZIMBA, 2016).

Os anos de 1497 e 1505 são marcos da presença efetiva dos portugueses em Moçambique. Nesse período de dois séculos foram contabilizadas a comercialização de 9 milhões de pessoas escravizadas, caçadas no interior do território (ZIMBA, 2016). Entre os anos de 1815 e 1820 calcula-se que saíram anualmente 10 mil pessoas do país com destino ao Brasil. Dados de 1819 estima que chegaram ao Brasil 5.234 pessoas destinadas à escravidão (SERRA, 2000, p. 81), capturadas em Moçambique através de guerras regulares promovidas pelos colonos portugueses para manter um fornecimento regular de “cativos negros” (idem, p. 82), ciclo que encerrou-se oficialmente no ano de 1851 (devido à pressão britânica), mas na prática somente no início do século XX, com o fim do envolvimento de fato do Brasil no tráfico humano de africano/as.

A caça ao escravo teve importantes repercussões no país. A mais importante consistiu, naturalmente, no facto de se retirar às sociedades a sua mais importante força energética. Em sociedades onde o nível das forças produtivas é baixo, a escravatura traz (e trouxe) consequências por vezes irreparáveis, as quais não podem ser comparadas com as consequências da caça ao elefante ou da produção do ouro (SERRA, 2000, p. 83).

Esse contingente de pessoas ao chegar no Brasil trabalhou nas plantações de café, cacau, algodão, açúcar e chá, fornecendo matéria-prima para a ascensão do capitalismo industrial europeu. Habitaram o país e deixaram seus descendentes, contribuindo para a formação do povo brasileiro e influenciando na cultura, hábitos e modos de vida, favorecendo a coexistência e diversidade da nossa formação histórica.

Um documento elaborado pelo Banco Mundial (BM) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) chamado de “Ponte sobre o Atlântico — Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento” (2011) descreve o envolvimento crescente dos dois continentes. Os estudos sobre as relações “Norte-Sul” entre o Brasil e a África concentravam-se nas ligações com o Hemisfério Norte e contribuíram para a compreensão do contexto internacional, mas distorceram a história cultural, política e social que une os dois continentes, como o “legado” do tráfico de escravos no Atlântico. Prova disso é que o Brasil tem 50,7% da população de descendência africana (de um total de 191 milhões de habitantes em

2010), sendo a segunda maior população africana do mundo, atrás apenas da Nigéria (IBGE, 2010).

Pesquisas sobre as relações entre o Brasil e África trouxeram novas perspectivas ao padrão tradicional de análise “Norte-Sul” ao considerar o Atlântico Sul mais como um canal de transferência cultural e experiências políticas e sociais do que um oceano geopolítico como o Atlântico Norte. As pesquisas demonstram que foram criadas fortes ligações, identidades culturais e padrões comuns pelas experiências de longo prazo da África no Brasil e vice-versa, o que contribuiu para aprimorar a historiografia das relações entre os dois (BM e IPEA, 2011, p. 3).

As relações do Brasil com a África, desde o século XVI aos dias atuais, enfrentaram des/continuidades, oscilando de acordo com as conjunturas políticas e econômicas nacionais e redefinições geopolíticas internacionais. No período da história colonial brasileira, o Atlântico unia duas margens num só sistema de produção de escravidão: na margem litorânea americana estava a recepção da força de trabalho escravizada. Na margem africana a reprodução de escravos, como afirma o sociólogo brasileiro Remo Mutzenberg (2014). O estudo do Banco Mundial (BM) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada IPEA (2011) identifica diferentes períodos específicos dessas relações ao longo dos séculos, evidenciando também o contato com Moçambique.

Um primeiro período está ligado à história colonial do Brasil (entre o século XVI e o início do século XIX), que se caracteriza pelo tráfico de escravizados e por relações econômicas e sociais. Da independência do Brasil (1822) até 1950, há uma decadência gradativa das relações do Brasil com a África haja vista a concentração das relações brasileiras com a América Latina, Europa e América do Norte (BM e IPEA, 2011).

Há uma retomada de relações que caracteriza o segundo período, com os processos de independência e construção dos estados africanos pós-coloniais. O Brasil adaptou sua política externa ao cenário internacional, relacionando-se com os estados africanos recém independentes, mas de forma superficial. De 1960 a meados dos anos 1970 ocorre uma reaproximação política (relações exteriores) e econômica (comercial), quando o Brasil foca no Atlântico Sul. A crise da década de 1980 interrompe esse processo, levando a um “esquecimento” da África, mas a reestruturação econômica neoliberal ocorrida na década

de 1990 marca a retomada da política externa do governo brasileiro com o continente (BM e IPEA, 2011).

O terceiro período iniciou nos anos 2000 e chega à atualidade, quando foram feitos investimentos de empresas internacionais na África para a exploração de recursos naturais, o que se deve também à política de incentivos adotados pelos países do continente para atrair investimentos. O quadro da diplomacia política e econômica brasileira assumida nesse último período revela que Moçambique é alvo prioritário de interesses, considerando as cooperações técnicas entre os dois países e os investimentos de empresas brasileiras, tais como a Vale, a Odebrecht, a Siemens do Brasil, a Petrobras, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outras.

Desde o fim da escravidão até a independência dos países da África criou-se uma lacuna nas relações, que foi aos poucos sendo superada, se iniciando pela retomada do contato com os países falantes de língua portuguesa, até então chamados “lusófonos” e atualmente denominados Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs)¹². No período da Ditadura Militar, momento em que Moçambique conquistava sua independência do colonialismo português, o Brasil manteve relações diplomáticas ambíguas e contraditórias, pois adotava uma linha ideológica anticomunista, ao mesmo tempo em que tinha interesse nos mercados africanos, como analisa o historiador espanhol Albert Farré (2017).

O Itamaraty, por um lado, apoiava oficialmente o direito à soberania dos países africanos que estavam vivendo um ciclo de independências, por outro, não queria conflitos com os “ex-colonizadores”. Assim, reconheceu prontamente a independência de Moçambique em 1975, manifestando sua posição no mesmo dia da proclamação da república e estabeleceu relações diplomáticas entre os dois países. No ano seguinte (1976) o governo brasileiro instalou sua Embaixada em Maputo¹³ mas os dirigentes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que tiveram seu escritório no Rio de Janeiro fechado pela ditadura, continuavam a olhar o governo brasileiro com desconfiança (FARRÉ, 2017).

Com o agravamento do regime ditatorial no país e a sua expansão para a América Latina, muitos exilados/as brasileiros/as se refugiaram nas ex-colônias portuguesas alinhadas naquele momento com o bloco

¹² Os cinco países da África que adotaram a língua portuguesa como oficial são Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

¹³ A Embaixada de Moçambique em Brasília foi inaugurada em 1998.

socialista, conforme a historiadora brasileira Desirée Azevedo (2012), identificando que Moçambique e Brasil faziam parte de uma rede de esquerda internacional. Moçambique recebeu até 1980 grande contingente de brasileiros/as que buscaram asilo político, entre eles o líder comunista, Luís Carlos Prestes, que foi várias vezes a Moçambique, sendo atribuído seu nome a uma aldeia comunal na província de Gaza.

Sendo o Brasil uma das maiores economias do mundo, houve por parte dos governos brasileiros uma necessidade de ampliar suas relações e mercados, levando em conta o crescimento e dinamismo das economias africanas. Os governos ampliaram seu relacionamento com a África para além dos países de língua portuguesa, incluindo relações comerciais diversas, investimentos em indústrias, intercâmbios e transferência de conhecimentos na educação e na saúde, além de conexões na área cultural, como linguística, música, literatura, televisão e culinária (BM, IPEA, 2011). Ainda assim o processo histórico deixou feridas como o racismo e o preconceito, que precisam ser debatidas e suas compreensões aprofundadas:

As desigualdades culturais e sociais afetaram as relações do Brasil com os países africanos. Quando, na segunda metade do século XX, o Brasil começou a renovar seu interesse na África, a sociedade brasileira ainda estava longe de aceitar plenamente os seus afrodescendentes e sua herança africana. A crítica generalizada da hierarquia cultural deixada pela escravidão levou a um discurso relativamente ingênuo sobre a reaproximação com a África, grande parte do qual continuava cego para o fato de que o Brasil, apesar de suas ligações históricas e culturais com África, estava despreparado para construir um novo relacionamento com o continente (BM e IPEA, 2011, p.32).

Nos últimos anos, no Brasil, os movimentos negros reivindicaram um conjunto de políticas de reparação e compensatórias, incluindo a criação de novas instituições federais sobre questões raciais e o acesso de afrodescendentes ao ensino superior, com a criação da política de cotas, que no momento em que escrevo essa tese sofrem sérias ameaças devido aos retrocessos nesse âmbito pospostos pelo presidente do Brasil recém empossado.

A criação da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08 que formalizaram o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como matéria obrigatória do currículo das escolas públicas e privadas foi considerada um avanço importante, e coloca demandas às instituições de ensino superior para ser implementada em termos de formação docente e também aos programas de formação inicial e continuada. A Lei fomenta o debate e a implementação da política com ações como o incentivo à pesquisa, à produção e distribuição de livros temáticos e atividades educativas sobre o tema que superam os muros das universidades, envolvendo ONGs, administrações públicas e criação de instâncias no âmbito do Estado (SPONCHIADO E SILVA, 2008).

No período do governo Luiz Inácio Lula da Silva aprofundaram-se os laços do Brasil com a África e no governo Dilma Rousseff estes continuaram seu fortalecimento. Com Moçambique as relações se estreitaram no âmbito da cooperação técnica, desenvolvendo-se parcerias em áreas como saúde, agricultura (especialmente a familiar), educação e formação profissional (BRASIL, s.d.). Há convênios na área da cultura e o Brasil mantém em Maputo o Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM).

Muitos projetos controvertidos, como o ProSavana, executado pela estatal EMBRAPA, e a instalação da Companhia Vale, que tem recebido críticas de pesquisadores e da sociedade civil moçambicana, embora sejam resultados de projetos de cooperação bilateral com Moçambique, estão entre os de maior vulto já realizados pelo Brasil no exterior (BRASIL, s.d.). O estudo das brasileiras Ana Garcia e Karina Kato revelam a parceria público-privada para a exploração das empresas brasileiras:

A política de cooperação triangular entre Brasil, Japão e Moçambique é idealizada e estruturada em estreita sintonia com os planos logísticos de atuação da Vale no norte de Moçambique. O ProSavana entende o desenvolvimento e a modernização do setor agropecuário moçambicano a partir do estabelecimento de corredores logísticos que ligam as áreas de extração mineral em grande escala, como a mineração de carvão na Província de Tete e a exploração de gás natural na Província de Cabo Delgado, aos portos exportadores para os mercados asiáticos. O estabelecimento e a recuperação do corredor logístico no norte do país é peça-chave para os investimentos naquela região

e elemento ativador da reconfiguração do território, direcionando-o para a lógica de atuação das grandes cadeias agropecuárias e minerais (GARCIA E KATO, 2016, p. 79).

Para resistir a essa política, foi realizada em Maputo, entre 23 e 24 de outubro de 2017, a “III Conferência Triangular dos Povos: Brasil – Moçambique – Japão: Não ao ProSavana”, onde foram proferidos vários depoimentos contrários à usurpação de terras pelas multinacionais:

Nós, a população, queremos regressar aonde estão os nossos antepassados, queremos fazer nossas cerimônias, por isso essa Conferência queremos que as ONGs, a UNAC, as Uniões Provinciais tentem nos apoiar, nós estamos sem terra. A terra fértil foi ocupada, sabendo que o governo sabe que há leis da terra, mas não quer expandir aquelas leis para a população, se não fossem a ONGs, a Sociedade Civil a expandir a divulgação da Lei da Terra nós não teríamos nenhum conhecimento de que a terra realmente pertence ao Estado, que o Estado somos nós que somos povo. É nesse momento que estou a pedir que realmente precisamos estar de acordo sempre para alcançarmos nossos objetivos (Depoimento de camponês 1, 23/10/2018)¹⁴.

A fala a seguir foi proferida por uma liderança do Fórum das Mulheres Rurais (FOMMUR) e relata a realidade da sua região com a chegada do Prosavana, a falta de escuta da voz de camponeses/as pelas autoridades e o descumprimento da Lei de Terras. Ao final ela recebe palmas e gritinhos, chamados de *N’kulungwani*, que é uma expressão de celebração, concordância e representação, que revela a impotência diante de medidas desestabilizadoras dos espaços sociais e ambientais:

A situação lá não está boa. Dizer para quem está a ouvir a falar de lá, sabe o que acontece, o povo que está lá no campo não estamos bem, estamos a passar mal. O que está a acontecer lá não há consulta comunitária, nem pelo menos considerar que as pessoas cuidam da terra. Estão a tratar as pessoas como animais. Naquela zona uma empresa

¹⁴ Nos relatos das/os entrevistadas/os será mantido o “português moçambicano”.

entrou, não se fez nenhuma consulta nem consentimento. Estavam a prometer uma escola, hospital, a abertura dos furos de água, pois é uma zona um pouco complicada. E o régulo¹⁵ nem quis apresenta para a comunidade e acabou por aceitar, sem explicar. Aquela terra do camponês é a sua vida toda, a enxada é uma parceira para um camponês (...) Nós sentimos carne e osso. Camponês ... se estamos a mentir por que que não se organizam para ver o está a acontecer conosco, por que não há essa consideração? ...o empresário por sua vez ameaçou o camponês que foi retirar seu produto. Pensa que ser moçambicano é nada, quer saber seu governo (...) Ultimamente o governo chama o empresário, conversam entre eles e "sim, sim, sim", nem pergunta ao camponês o que está a acontecer, e considerar o direito dele. Parece brincadeira quando estamos a apresentar esse caso, mas vão lá ver no campo o que estão a prometer (...) O camponês que ia procurar lenha ou capim para a cobertura da casa dele já não tem direito. Estamos mal, estamos tristes com essas mentiras, por que não estão a nos olhar? Já estamos aborrecidos, se estamos a chorar aqui em frente é para nos ouvir, por que não há consideração da voz do camponês? Por que está sendo esquecida a produção camponesa? Por quê? Onde que vamos viver? (Depoimento da camponesa 2, 23/10/2017).

Ainda com todas as controvérsias, as brasileiras Elga Lessa de Almeida e Elsa Sousa Kraychete, do Laboratório de Análise Política Mundial (Brasil) (2010) afirmam que no caso africano as aproximações histórico-culturais fizeram com que até 2009 os países africanos de língua portuguesa recebessem o correspondente a 55% dos recursos do Estado brasileiro destinados a projetos de cooperação técnica, incluindo projetos executados em Moçambique (Agência Brasileira de Cooperação, 2010). Tais projetos mostram uma variedade temática dos acordos e reafirmam questões defendidas pelos governos brasileiros em organizações

¹⁵ Régulo vem do latim *regulus* que significa "pequeno rei". O título foi utilizado pelos portugueses nas suas colônias para designar figuras de autoridade (como chefes das comunidades) entre os povos colonizados. Em Moçambique os régulos existem ainda hoje e tem poder sobre as comunidades locais.

internacionais, como o combate ao HIV/SIDA, a produção de medicamentos antirretrovirais, o combate à fome (melhoria tecnológica na produção de alimentos e programas sociais).

O intercâmbio comercial entre os dois países apontava, até 2013, tendência de crescimento, tendo quadruplicado no período de 2008 a 2012. Segundo o Itamaraty (BRASIL, s.d.) “a atuação de empresas brasileiras no país é diversificada, abrangendo setores como energia, mineração e infraestrutura –, tende a crescer e contribui para o desenvolvimento de Moçambique” (BRASIL, s.d.). Tudo indica que as relações estão mantidas devido aos contratos dos acordos bilaterais entre os dois países, ainda que controvérsias venham se apresentando no caminho.

Mutzenberg (2014) traz questões sobre impactos, tensões e conflitos provocados pela presença da empresa Vale¹⁶ em Moçambique, desde 2004, onde desenvolve atividades como a extração de carvão em Moatize – projeto Evate, Nampula – rocha fosfática – ferrovias Moatize-Beira e Moatize-Nacala, terminal portuário de Nacala. A área ocupada para o desenvolvimento dos Projetos da Vale é de 23.780 hectares. A ocupação desta área implicou no reassentamento de 1.365 famílias, de responsabilidade da Vale, como pesquisaram os moçambicanos João Mosca e Tomás Selemane (2011).

Nesse contexto emergiram protestos dos reassentados que têm a Vale como seu adversário, devido ao não cumprimento de compromissos acordados com as famílias reassentadas decorrentes da ocupação da área destinada à mineração. Esses protestos têm se articulado em nível transnacional e estão na pauta dos impactos negativos provocados pelos megaprojetos do capitalismo internacional na ocupação de territórios de países da periferia do sistema mundo, reconfigurando posicionamentos políticos de organizações sindicais, de instituições de pesquisas e ONGs, levando a questionar os benefícios dos grandes projetos para a sociedade como um todo.

O economista moçambicano Carlos Nuno Castel-Branco (2013) destaca que em Moçambique o poder político pode estar focado na aliança entre o capital nacional e internacional, orientado para construção e sustentação da apropriação privada dos recursos e rendas e acumulação privada do excedente produzido, sem uma perspectiva pública. O discurso

¹⁶ A Companhia Vale é uma mineradora multinacional e brasileira e está presente, atualmente, na África do Sul, Angola, Gabão, Guiné, Libéria, Malawi, Moçambique, República do Congo e Zâmbia, desenvolvendo diferentes atividades ligadas a extração de minérios, ferrovias e terminais portuários.

da pobreza tem mobilização de ajuda externa, os problemas de cada grupo, como territórios, gênero, geração, têm argumento para justificar o seu direito social a rendas, entretanto, há uma ausência de projeto para a sociedade como um todo. De fato, existe uma pressão de setores da sociedade moçambicana em relação aos incentivos fiscais e isenções que o governo oferece aos investidores do setor de mineração e petróleo (MOSCA E SELEMANE, 2011, ROSÁRIO, 2010), que não beneficiam o conjunto da população do país.

Apesar de todas essas iniciativas, a consolidação das relações entre Brasil e Moçambique, no sentido de se estabelecerem relações verticais ou horizontais, não depende apenas de acordos de cooperação e intercâmbio, mas das dinâmicas políticas internas e externas, que necessitam ser construídas de formas mais simétricas, devido ao papel ambíguo que o Brasil tem exercido nas relações com os países africanos:

No processo de desenvolvimento mundial desigual, o Brasil se encontra diante de profundo dilema entre ser “explorador” e ser “explorado”, num interior cinzento que não é centro nem periferia. Ao mesmo tempo em que sua atuação, em alguns momentos, parece buscar o rompimento com determinados “papéis” que lhe estariam reservados no cenário internacional, incluindo-se num movimento maior de promotor de uma “nova ordem mundial”, com maior protagonismo dos países do Sul, noutros se alinha e age de maneira a reafirmar seu lugar na corrida imperialista das principais potências mundiais, reservando sua posição de potência regional que se ancora, sobretudo, nas relações de exploração e poder mantidas com as suas periferias (GARCIA E KATO, 2016, p.83).

Nesse sentido observamos que inúmeros movimentos sociais, incluindo os movimentos de mulheres e feministas, questionam os processos sociais e políticos locais em conexão com processos transnacionais, com o objetivo de denunciar e tensionar as teorias e práticas políticas sobre desenvolvimento, dependência e cooperação nas relações Norte-Sul e Sul-Sul no continente africano e em Moçambique, que tem na base da sua história o colonialismo, o racismo e o patriarcado.

As inovações na relação do Brasil com a África passam por abandonar atitudes discriminatórias em relação ao continente africano e

por uma escuta ao ativismo da sociedade civil dos dois continentes que tem se unido para denunciar práticas de governos e empresas privadas em nome de um desenvolvimento que afeta negativamente a vida de camponeses, trabalhadores/as e das mulheres, com visíveis impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Segundo o estudo do BM/IPEA, é preciso dar “ênfase no comércio, cooperação e intercâmbios políticos entre estados democráticos estáveis, sem esquecer a dívida política e emocional do Brasil com a África, incorrida durante o tráfico de escravos que durou séculos” (2011, p. 34).

1.2 INTERCÂMBIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: ALGUMAS PESQUISAS SOBRE MOÇAMBIQUE

A realização da pesquisa em Moçambique visa contribuir para o processo de produção de conhecimento na relação Brasil-África, no âmbito das relações Sul-Sul, que foi desenvolvido em diversos programas do governo brasileiro, direcionados à pesquisa, cooperação, trocas de tecnologia e financiamento envolvendo também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na cooperação na área da educação destacam-se quatro iniciativas de ensino superior que unem atualmente o Brasil e a África/Moçambique. A Universidade Aberta de Moçambique, esforço conjunto de quatro instituições brasileiras e quatro moçambicanas nas áreas de matemática, biologia, pedagogia e administração pública. A criação em 2010 da Universidade Federal para a Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) que oferece acesso a ensino superior aos alunos e professores de países africanos de língua portuguesa e fortalece ligações históricas e culturais entre o Brasil e os países de língua portuguesa na África e em outros continentes.

Desde 2003 foram criados dois programas que oferecem bolsas em universidades brasileiras. O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Dados até 2010 revelam que o Brasil recebeu 4.300 estudantes de graduação (de 20 países) e 237 estudantes de pós-graduação (de 14 países). Outra iniciativa é o reforço do diálogo direto entre universidades brasileiras e da África Subsaariana, com equipes multidisciplinares trabalhando na África na identificação de limitações e prioridades, em áreas como merenda escolar e produtividade agrícola e técnicas para educação online (BM e IPEA, 2011).

Desde que se reestabeleceram as relações entre os dois países, Moçambique recebe um contingente de estudantes e pesquisadores/as do Brasil com interesse em acompanhar os efeitos da intervenção das indústrias brasileiras na economia e na sociedade moçambicana. Embora esse não seja o foco da minha pesquisa, considero necessário enumerar alguns exemplos de trabalhos consultados que vem sendo realizados em e sobre Moçambique a partir de brasileiros e de moçambicanos/as no Brasil.

A revisão de literatura se iniciou com a leitura do livro “Paz na Terra, Guerra em Casa”, da moçambicana Isabel Casimiro (2014), com o objetivo de fazer uma resenha para a Revista de Estudos Feministas (REF)¹⁷. As referências bibliográficas revelaram um arsenal de estudos africanos, moçambicanos, latino-americanos e brasileiros. Desde então venho fazendo um trabalho de escavação teórica, em busca de acessar a literatura sobre gênero, feminismo, movimentos sociais e produção acadêmica no contexto africano, com ênfase para Moçambique.

Nessa revisão de referências africanas verifiquei que, no geral, os países africanos são pouco contemplados pelos estudos feministas e de gênero a partir de pesquisadores/as brasileiros/as. Busquei na Plataforma Scielo e no Google Acadêmico as produções teóricas de pesquisadoras/es do Brasil ou moçambicanos/as que estudam no Brasil e que realizaram seus estudos em Moçambique, numa perspectiva de gênero e também as áreas com temas de maior destaque. Citarei apenas alguns exemplos desses trabalhos, pois não objetivo fazer um levantamento exaustivo dessas pesquisas.

O historiador Valdemir Zamparoni (2002) foi um dos primeiros brasileiros a pesquisar em Moçambique. No texto “As ‘escravas perpétuas’ & o ‘ensino prático’: raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930” historiciza a organização da resistência de uma camada social de negros e mulatos à dominação colonial, se articulando como grupo e fazendo reivindicações, criando inclusive um jornal. Para eles a felicidade do povo vinha da educação como fonte de emancipação social, difundindo a educação feminina como fator de libertação da mulher.

O artigo “De sogra para nora para sogra: redes de comércio e de família em Moçambique”, da brasileira Márcia Jardim (2007), analisa a relação entre uma nora e uma sogra e integra uma pesquisa sobre a família em Moçambique, dialogando com outros estudos sobre família hindu

¹⁷ A Revista de Estudos Feministas é editada pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>. Acesso em: 21 dez. 2018.

como o lugar de reserva das marcas identitárias das populações às quais se atribui origem indiana em África.

“O ‘Destino das Mulheres e de sua Carne’: Regulação de Gênero e o Estado em Moçambique”, do brasileiro Osmundo Pinho (2015), discute a continuada produção/regulação da mulher, de seu corpo e das relações de gênero e parentesco no contexto da transição pós-colonial em Moçambique a partir de documentos históricos que se referem ao conturbado processo de elaboração do Código Penal e Civil dos Indígenas de Moçambique (de 1941 a 1946), documentos oficiais da FRELIMO e artigos publicados na revista *Justiça Popular* (de 1980 e 1987).

O moçambicano Luiz Passador (2010) fez seu Doutorado na UNICAMP e no artigo “As mulheres são más”: pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique” ressalta a importância de falar em ontologias que incluam a noção de pessoa, demonstrando o quanto a literatura antropológica sobre a vida no Sul de Moçambique evidencia a centralidade do parentesco e das formas familiares na constituição da pessoa e dos sistemas socioculturais. Ele aponta os vários estudos que focalizam as formas de aliança e descendência para ajudar a entender a lógica dos sistemas socioculturais e das individualidades, considerando que na região sul do país operam uma ontologia e uma noção de pessoa particulares, que permanecem como fundamentos das relações desses sujeitos com o mundo.

A tese de Doutorado sobre “Mulheres Moçambicanas: Resistência, Associativismo e Feminismo”, foi defendida por Aldenir Dias dos Santos em 2016, na PUC de São Paulo e tem como objetivo compreender a produção da vida material e da possível autonomia de mulheres no sul de Moçambique através do trabalho associativo nas cooperativas da União Geral das Cooperativas (UGC). A autora aponta que elas resistem de forma individual e coletiva, através de redes de solidariedade e organizações de mulheres, assim como as experiências históricas de autonomia e empoderamento das mulheres em regiões Africanas, e a história recente do seu país são fundamentais para a compreensão de como elas vivem a Moçambique contemporânea. O trabalho refletiu sobre questões como geração de renda, formas de empoderamento, autonomia na gestão das suas vidas.

O antropólogo moçambicano, Segone Ndangalila Cossa, defendeu na UFRGS, em 2014, a dissertação intitulada “Corpos Ubíquos: Estudo Etnográfico sobre a Construção Social dos Corpos em Moçambique”. A pesquisa sobre os ritos de iniciação feminina foi realizada na região matrilinear do Norte de Moçambique, onde o autor problematiza e complexifica a visão que reduz as relações de gênero à dominação

masculina. Revela ainda como as mulheres que protagonizam os ritos de iniciação estruturam o seu cosmo, definem papéis sociais, constroem noções sobre corpo e sexualidade, colocando-se numa posição onde se afirmam como sujeitos sócio- históricos nas suas comunidades.

Há diversos trabalhos sobre literatura Moçambicana, especialmente sobre a obra da escritora Paulina Chiziane e do escritor Mia Couto, dois ícones literários que circulam internacionalmente. Exemplo disso é a tese “Abraço utópico entre *logos* e *sofia* em romances de Paulina Chiziane”, da brasileira Marli Maria Mendes, defendida na PUC de Minas Gerais, em 2009, que reflete sobre as narrativas literárias de Chiziane, em especial sobre a obra “*Niketche: uma história de poligamia*” (2004), explorando a possibilidade de conciliação entre os lugares do masculino e do feminino, considerados no ocidente como antagônicos, mas que em Moçambique e em África tem outra perspectiva.

No artigo “Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional”, a brasileira Desirée Azevedo (2012) reconstrói as redes sociais que levaram brasileiros exilados da ditadura civil-militar (1964-1985) a cooperar a partir de 1975 com a República Popular de Moçambique. Ainda que tenha sido um pequeno número de pessoas migrantes, as entrevistas com militantes reconstituem a relação entre agentes sociais envolvidos nesse processo migratório e no contexto histórico de polarização política da Guerra Fria, momento em que a “esquerda internacional” se constituía enquanto uma alternativa política de relações sociais à qual pertenceram as/os entrevistadas/os. O artigo tenta compreender a relação política entre ativistas brasileiros/as e os líderes da FRELIMO.

Na UFSC, o moçambicano Esmael Alves de Oliveira defendeu a tese de doutorado “Qualquer semelhança não é mera coincidência: uma análise do HIV/AIDS no cinema moçambicano” (2014). A intenção da tese foi analisar o cinema moçambicano sobre o HIV/AIDS, alicerçado na perspectiva antropológica em diálogo interdisciplinar (filosófico, literário e cinematográfico) a respeito das tessituras desta experiência narrativa em Moçambique, levantando suas especificidades, articulações e sentidos.

Observei que destacam outras produções na área da agricultura, com vários estudos do campo da história de Moçambique e sobre a presença do Brasil em África/Moçambique através da cooperação Sul-Sul, o papel da EMBRAPA no país e as ambiguidades da implantação do ProSavana. Há também incontáveis pesquisas sobre o impacto da instalação da empresa Vale no país, a polémica dos reassentamentos, o caso do Corredor de Nacala. Na área da saúde se destacam pesquisas

e/sobre a cooperação técnica em relação à prevenção e medicalização do HIV/SIDA. Destacam-se, ainda, pesquisas no campo da antropologia, da educação, da sociologia que buscam relacionar a presença brasileira no Índico.

1.3 O TRABALHO DE CAMPO JUNTO ÀS ORGANIZAÇÕES DO FÓRUM MULHER

No âmbito epistemológico essa pesquisa intenciona contribuir para preencher lacunas de estudos em ciências humanas no campo teórico das relações Sul-Sul, através de uma pesquisa realizada fora do eixo de produção de saberes considerados hegemônicos. Que assim proporcione uma ampliação do conhecimento sobre as especificidades das práticas políticas e da produção teórica dos movimentos de mulheres e feministas em África/Moçambique, a partir de um olhar sobre o território e o protagonismo das atrizes políticas.

Em Moçambique investigamos através da observação direta, prioritariamente, a trajetória e a experiência política e organizativa do Fórum Mulher (FM) - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, criado em abril de 1990 e oficializado em 1993, com 35 membros efetivos (organizações nacionais de sociedade civil), por iniciativa de Ursula King do Fundo das Nações Unidas para a Infância (PNUD/UNICEF), de Oficiais de Programas Mulher no Desenvolvimento e de diversas outras organizações financiadoras e doadoras de recursos internacionais.

Atualmente sua sede fica em Maputo, mas sua representatividade se estende para as províncias. Articula uma rede composta por 94 membros (organizações), sendo 50 membros efetivos e 44 não efetivos (deste total, 17 organizações estão apontadas como “já não existe”). Destas conhecemos, acompanhamos e entrevistamos integrantes de 13 organizações (descritas no capítulo 3), que tem em comum a luta pela liberdade e igualdade das mulheres moçambicanas. São organizações de variada natureza: movimentos autônomos, associações, organizações comunitárias de base, organizações nacionais e internacionais, agências, organizações governamentais e não governamentais, organizações religiosas, ligas de partidos políticos, organizações camponesas, operárias, empresárias, cooperativas e sindicato, contando com a presença de mulheres e de homens.

Elas compõem o que chamo de movimentos de mulheres e feministas em Moçambique. Seus perfis e características são abordados detalhadamente no capítulo 6. Uma das principais organizações com a qual o FM se articula em âmbito global é a Marcha Mundial de Mulheres

(MMM), que atualmente tem a sede do Secretariado Internacional (SI) em Maputo.

O debate sobre as diferenças e interconexões entre os movimentos de mulheres e feministas foi amplamente debatido pela academia, pelas ONGs e em documentos dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, que buscam nas suas trajetórias compreender a si mesmos (SOARES, 1994, ALVAREZ, 2000). A brasileira Vera Soares (1994) traz uma possibilidade de reflexão, que considero adequada para pensar a realidade moçambicana:

Para uma compreensão destes movimentos tem sido usual fazermos referência ao movimento feminista como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo. As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que é uma pluralidade de processos. O movimento de mulheres, a semelhança dos movimentos sociais, é "uma noção analítica, que abriga um imenso guarda-chuva, abrigando ações coletivas diversas, com diferentes significados, alcances e durações"¹⁸ (SOARES, 1994).

Segundo Soares (1994), na década de 1980 organizaram-se muitos grupos feministas em vários centros urbanos do Brasil e da América Latina. Nesses espaços as mulheres se organizaram e organizam de múltiplas formas, dando visibilidade a um conjunto de diferentes reivindicações e formas de luta, até então marginalizadas na sociedade e à margem das organizações políticas. "As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder, e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta

¹⁸ Essa citação a autora se refere ao texto "Movimentos Sociais no Brasil. em busca de um estatuto político" (mimeo). Texto apresentado ao ILDES, São Paulo (PAOLI, 1993)

marginalidade” (SOARES, 1994, p. 15) e constroem alianças com outros setores dos movimentos de mulheres (ALVAREZ, 2000).

Do ponto de vista teórico, os trabalhos de Isabel Maria Casimiro constituíram um ponto de partida para abordar o contexto moçambicano, no que se refere a história das lutas das mulheres, a partir do qual mergulhei nas tramas dos feminismos africanos. No continente o feminismo é considerado um movimento político para transformar as relações de gênero que oprimem as mulheres. A autora ressalta que o feminismo representa “a luta popular das mulheres pela libertação das várias formas de opressão a que estão sujeitas” (CASIMIRO, 2011, p. 5). Para algumas acadêmicas do continente o feminismo, ainda que seja um conceito problemático como veremos no decorrer da tese, se enraíza na realidade africana, e surge da consciência sobre a opressão, que faz com que as mulheres desafiem as diversas formas de discriminação baseadas nas relações de gênero (AMADIUME, 2001; OYEWMI, 2000, 2004; MCFADDEN, 2011; MAMA, 2013). Motivador de constantes reflexões e entendimentos diferenciados:

O conceito de feminismo é algumas vezes mal interpretado. O feminismo é a luta pela justiça para todos, mas com ênfase nas mulheres, porque são aquelas que estão mais desequilibradas na balança. Mas ainda há mulheres que não se dizem feminista. Há ainda uma ideia de que o conceito feminismo é igual mulheres, portanto defende as mulheres e os homens ficam de lado. Tivemos um seminário em agosto de 2016 sobre feminismo político com africanas de vários países, da MMM, e foi uma boa ocasião para discutir várias posições, como a ligação entre a academia e a militância. Havia muitas somente acadêmicas, algumas acadêmicas e militantes e outras que eram só ativistas de várias organizações. Então ainda temos que caminhar para que o conceito e a profundidade do feminismo sejam interpretados como a defesa dos direitos, a igualdade para todos (Terezinha da Silva, entrevista em 12/01/2017).

Passa a ser uma questão de desafio pessoal, mas também para as organizações de mulheres/feministas e para o espaço acadêmico, devido aos preconceitos com a categoria:

Isso é um desafio muito grande mesmo a nível de algumas organizações que em termos de intervenção e postura são feministas mas dificilmente encontramos nos próprios documentos, nos planos estratégicos uma afirmação de que são organizações feministas. Porque realmente tem um certo temor relativamente ao que é feminismo, dado o sentido pejorativo em certas mentes relativamente a questão de se afirmar que são feministas, mas em termos da prática do dia-a-dia realmente são. Esse é um desafio muito grande, decorrente das próprias instituições, que algumas delas ainda são patriarcais e os próprios homens tem temor relativamente ao feminismo para não perder toda uma série de privilégios, toda uma série de lugares que já conquistaram e que receiam que as mulheres os possam usurpar dessas mesmas posições (Ana Loforte, entrevista em 12/01/2017).

Em Moçambique a luta das mulheres sempre existiu, os registos históricos revelam ocorrências desde o período pré-colonial, no período colonial, na luta pela independência e no período pós-independência que trataremos com mais ênfase (CASIMIRO, 2014; Teixeira, 2009; CUNHA, 2010; HEDGES E CHILUNGO, 1999).

As lutas travadas nos períodos de 1980 e 1990 no país levaram ao surgimento de organizações de mulheres e de luta pelos seus direitos humanos. Esses movimentos foram impulsionados pela promulgação da II Constituição da República¹⁹ e pela criação da Lei 8/91, sobre as Associações, consagrando o princípio da liberdade de associação e organização política da cidadania dentro do sistema multipartidário (CASIMIRO, 2011).

Esse processo resultou das conquistas na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), dirigida pela FRELIMO, ocorrida entre 1964-74, e teve “um importante papel pelo seu posicionamento em relação à libertação da mulher como fator fundamental para a libertação da sociedade, assim como as políticas assumidas a partir da independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975” (CASIMIRO, 2011, p. 2).

¹⁹ Aprovada em novembro de 1990 pela Assembleia Popular, garante a separação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como a realização de eleições livres e a democracia representativa (CASIMIRO, 2011).

O surgimento de associações de mulheres está relacionado a vários aspectos da história de Moçambique no século XX, sobretudo nas últimas quatro décadas. Algumas das organizações surgiram num ambiente neoliberal de crítica do Estado pós-independência, por este não ter promovido o desenvolvimento²⁰ dentro das expectativas e das necessidades da sociedade. Outras surgiram por iniciativa de grupos com necessidade de se organizar para resolver questões concretas de sobrevivência, que mostraram mais eficazes na luta pelo desenvolvimento a nível micro e local (CASIMIRO, 2011, 2014; ROSÁRIO, 2010).

Essas organizações são diversas quanto aos seus objetivos, diversidades de integrantes, têm diferentes regiões de atuação assim como de programas de trabalho. As agendas/pautas nesse período estão voltadas para os direitos humanos, combate à violência, questões de sobrevivência econômica, bem-estar social, desenvolvimento da família, terra, educação, saúde, habitação, emprego, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água, divisão sexual do trabalho, identidade feminina, relações sociais e de poder (DEUS *et al*, 2011; CASIMIRO, 2011; LOFORTE, 2003).

O FM se enquadra na perspectiva teórica dos novos movimentos sociais, pois reúne movimentos de mulheres e feministas para construir redes, alianças e coalizões com as variadas dimensões e diferenças de classe, cor da pele, etnia, língua e outras identidades (PISCITELLI, 2008; SAFFIOTI, 2003; CASIMIRO, 2014). As ativistas se posicionam e criam ações coletivas para reivindicar junto ao Estado políticas públicas e mudanças na legislação, assim como a ampliação das estruturas de tomada de decisão e tem em comum a luta pela liberdade e a igualdade das mulheres moçambicanas (CASIMIRO, 2011).

Nossa intenção com esta pesquisa é de contribuir com reflexões e proposições que emergem dessas ações e trafeguem no “corredor de saberes”, circulem nos ambientes dos ativismos, nos espaços acadêmicos e junto a agentes de políticas públicas, de modo a produzir uma avaliação que aponte novas perspectivas para as relações entre Brasil- Moçambique. A busca é de transitar conhecimentos que provoquem reflexões sobre o protagonismo das mulheres e seu exercício de cidadania em Moçambique.

²⁰ “Estado considerado autocrático, e que não possibilitou o crescimento dum movimento associativo autónomo, fora do seu controle, à semelhança do que acontecera no período colonial” (CASIMIRO, 2011 apud SOGGE, 1997).

1.4 TRAJETÓRIA E MOTIVAÇÕES DA PESQUISA

A concepção e a motivação da pesquisa resultam da minha trajetória pessoal, ativista, profissional e acadêmica, imbricada com o feminismo, as lutas das mulheres e com a luta pela democratização da comunicação no Brasil. Hei de ter “capacidade de enfrentar a incerteza e encontrar os meios que nos permitam navegar num futuro incerto, erguendo ao alto a nossa coragem e a nossa esperança” (MORIN, 2000, p. 11). Isso me inspirou a uma mudança no pensamento e na forma de olhar para o universo pesquisado, especialmente sendo outra, branca, ocidental, no quase desconhecido território de Moçambique. Incertezas e dúvidas que me acompanharam no ingresso e no reingresso ao campo, no choque cultural causado pelo “estranho” e potencializaram a pesquisa e a relação de profundo respeito com as mulheres que deram suas vozes a esse trabalho.

Na minha experiência como educadora da Escola Sindical Sul, da Central Única dos Trabalhadores (CUT)²¹, coordenei pedagogicamente o programa “Comunicação e Cultura”, que desenvolvia ações na área de educomunicação para o movimento sindical, assim como o programa “Gênero e Sindicalismo”. Este segundo articulado com as Secretarias de Mulheres das CUTs da Região Sul e com a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT), voltado para a formação e o empoderamento das trabalhadoras na busca pelos seus direitos nos âmbitos da redistribuição, do reconhecimento e da participação (FRASER, 2007), contribuindo para qualificar a implantação da paridade da participação de mulheres e homens nas direções.

Entre as ações profissionais destaca-se na área de Gênero e Sindicalismo a coordenação em 2008 do Projeto Bem-me-quer, financiado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), voltado para a multiplicação de formadoras em políticas públicas para as mulheres. Em 2014 coordenei o curso de Formação de Formadoras em Gênero, elaborado coletivamente com as dirigentes das CUTs, com a finalidade de formar multiplicadoras para a formação com mulheres na base social da Central. Em parte das atividades que mediei, voltadas para homens e mulheres, foi abordada a interseccionalidade de classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração e território como dimensões inseparáveis da luta pela transformação social.

Também realizei atividades de educação popular diretamente com os sindicatos e suas direções, com ONGs, associações, partidos políticos,

²¹ Da qual me desliguei em dezembro de 2017, durante a estada em Moçambique.

voltados ao tema da comunicação e expressão (também no feminino), que trouxeram uma base empírica de fundamental importância para a constituição da minha própria subjetividade enquanto mulher e feminista e para as minhas análises teóricas. Foram essas relações que fundamentaram meu olhar e prática feminista e desafiaram-me ao ingresso na academia, influenciada decisivamente pelo compromisso com as causas das classes populares, em especial das mulheres da classe trabalhadora.

Como jornalista e ativista atuei no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e no processo de Conferência de Comunicação (CONFECOM), que coordenei em Santa Catarina, indicada pela sociedade civil. Nesse período tive a oportunidade de representar a CUT em discussões sobre a imagem da mulher na mídia no Fórum Social Mundial (FSM) 2009 e no Seminário Nacional “A Mulher e a Mídia 6”²², com a palestra “A Conferência Nacional de Comunicação e o olhar das mulheres”.

Minha trajetória educacional no ensino fundamental e médio foi em escolas públicas nas periferias de Sapucaia do Sul-RS. Iniciei o ensino superior em 1989, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), ingressando na graduação em Comunicação Social – Jornalismo. Meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) abordou a chegada da internet no Brasil e seu uso pelo movimento sindical – no caso a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB/RS). Após realizar essa pesquisa continuei com estudos relacionados ao campo profissional na educação política e sindical, na educação popular e na sociologia, constituindo a visão interdisciplinar que predomina na minha atual perspectiva teórica²³.

Foi com as tramas dessas vivências, leituras da realidade e referenciais teóricos que elaborei a dissertação de Mestrado em Sociologia Política (PPGSP/UFSC) intitulada “A busca por uma *cidadania da imagem*: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia” (GASPARETTO, 2014).

Na dissertação, minhas escolhas teóricas dialogaram com parte da obra acadêmica feminista, acentuando o caráter interseccional,

²² O Seminário foi organizado pelo Instituto Patrícia Galvão e a palestra proferida no Seminário Nacional “A Mulher e a Mídia 6”, realizado entre 6 e 8 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro – RJ está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mCxbdNC6sRk>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

²³ No texto procuro dialogar com as quatro áreas de concentração do PPGICH: Estudos de Gênero, que é minha área, Condição Humana e Modernidade, Estudos do Meio Ambiente e com a nova área, criada em 2018, África e suas Diásporas.

articulando no seu pano de fundo as perspectivas de classe, raça/etnia e gênero/sexo e debatendo as questões históricas, culturais e sociológicas numa perspectiva interdisciplinar. Essa interseccionalidade permeia o conjunto do trabalho, olhando para os movimentos de mulheres e feministas que se organizam em redes, de modo a compreender a natureza contestatória e de enfrentamento aos processos hegemônicos que articulam patriarcado, preconceito e capitalismo (GASPARETTO, 2014).

Durante a realização do Mestrado tive contato com estudantes da comunidade Africana na UFSC, quando me chamou a atenção o investimento do governo brasileiro na recepção de estudantes e meu/nosso desconhecimento sobre o universo africano. Seus relatos destacavam que vieram a descobrir o que é racismo no Brasil. Suas percepções aprofundaram meu desejo de contribuir para a luta antirracista. Inicialmente, pensei em desenvolver a pesquisa de campo na Espanha, realizando um estudo comparativo sobre a legislação e a imagem da mulher na mídia. Essas relações, somadas aos contatos com as epistemologias do Sul-Sul, as reflexões compartilhadas no DICH e as leituras dos estudos decoloniais me levaram a realizar a investigação na África²⁴, buscando compreender com mais profundidade a realidade de um lugar pouco estudado pela academia brasileira.

Conhecer parte da rede de pesquisadores/as brasileiros que realizam seus estudos no país foi um marco nessa trajetória quando participei do evento acadêmico “Encontros com Moçambique”, ocorrido na PUC/RJ em 2015²⁵. Posteriormente a comunidade de estudante moçambicanos/as da UFSC começou a realizar anualmente o evento “Diálogos com Moçambique” no qual trocamos sobre nossos trabalhos e auxiliou na compreensão do contexto moçambicano.

A opção por Moçambique deveu-se a uma pesquisa inicial na internet que revelou o volume de ativismo em relação aos direitos das mulheres no país. Isso fortaleceu o desejo de contribuir para a construção de uma academia antirracista, capaz de fortalecer os diálogos e a cooperação Sul-Sul, bem como a articulação de redes de pesquisas que proporcionam a criação de um “corredor de saberes” entre os dois países, de modo a tentar contribuir para superar a carência de estudos feministas e de gênero no Brasil em diálogo com a África. E, ainda, para favorecer a circulação entre os feminismos africanos e brasileiros, especialmente

²⁴ Ressalto aqui que ao conhecer um pouco da história geral, o que mais me marcou foi o genocídio em África com o processo de escravização.

²⁵ O texto que apresentei nesse encontro intitulado “Os desafios epistemológicos de uma pesquisa interdisciplinar feminista com movimentos de mulheres no Brasil e em Moçambique” foi publicado no livro Encontros com Moçambique (2016).

contribuir para divulgar as epistemologias (modos de pensar, modos de vida, teorias e metodologias) de lá para cá.

A partir de um olhar visceral sobre a realidade do país, meu compromisso é o de amplificar as vozes das mulheres das chamadas “periferias” e dar passagem aos saberes locais produzidos pelos movimentos de mulheres e feministas, assim como das acadêmicas feministas. Um movimento histórico local que coloca o país no mapa global, articulado com as lutas transnacionais justamente na década da Mulher Africana, que vai de 2010 a 2020²⁶.

1.5 A ORGANIZAÇÃO DA TESE: MOMENTOS E CAPÍTULOS

A tese está organizada em dois momentos, além da Introdução e das considerações finais, pensados a partir da forma como se organizam as atividades dos movimentos sociais e da educação popular: 1) (Re) Localizando África/Moçambique e 2) (Re) Conectando Resistências e Saberes. Ao longo dos capítulos serão inseridas as falas das entrevistadas e serão feitas as articulações entre o campo empírico e analítico²⁷.

O *Momento I* terá no capítulo 2 o tema “O contexto de Moçambique e a trajetória das organizações das mulheres e feministas”, no qual descrevemos o contexto geopolítico e cultural do país, as primeiras impressões, a história das lutas e a especificidades dos movimentos de mulheres e feministas no país. O capítulo 3 é intitulado “Circulando as epistemologias no Sul-Sul: labirintos, saberes, (re) existências e conexões”. Nele serão abordados vários aspectos: a epistemologia feminista, interdisciplinar, antirracista, interseccional e decolonial, a metodologia no trabalho de campo, as multimetodologias, epistemologias do Sul- Sul, Norte-Sul, Brasil – Moçambique.

O capítulo 4 é voltado para pensar “A globalização, as relações Sul-Sul e as implicações na luta por direitos e pelo (re) conhecimento das mulheres na África/Moçambique”, dentro da perspectiva de uma

²⁶ A Década da Mulher Africana foi declarada pela União Africana (UA) e abrange 10 áreas prioritárias, entre as quais a luta contra a pobreza, o empresariado feminino, a contribuição das mulheres para a paz, a segurança e a luta contra a violência, assim como os problemas de governo e de proteção jurídica da mulher. A iniciativa surge num momento em que as mulheres africanas continuam a sofrer da falta de proteção e do uso sistemático da violação como arma de guerra (Além Mar, 2014).

²⁷ No texto irei manter palavras na versão em changana, pois fazem parte de categorias nativas de uma linguagem moçambicana tal qual é falado na região sul do país, que seria um contrassenso traduzir, pela perspectiva decolonial e pela ideia do “corredor de saberes”.

articulação dos feminismos do Sul-Sul a partir da relação Brasil-Moçambique, em diálogo com os feminismos africanos e global e a agenda de lutas das mulheres, construindo um referencial teórico de questionamento ao feminismo acadêmico hegemônico, buscando referências Africanas/Moçambicanas.

No *Momento II*, um novo capítulo surgiu após o Plano de tese: não há como deixar de fora da discussão o “O campo dos estudos de gênero em Moçambique”, que será tratado no capítulo 5, com o objetivo de analisar o campo de gênero dos estudos acadêmicos, as trajetórias de formação das autoras, sua constituição epistemológica, suas visões e percepções sobre categorias como desenvolvimento, gênero, feminismos, tradição x modernidade, relação ativismo x academia entre outras, assim como suas percepções sobre a relação academia e militância, com especial ênfase para a organização da WLSA, pois muitas dessas mulheres representam, ao meu ver, a história viva do país.

Os capítulos 6 e 7 são complementares e tratarão respectivamente do tema “*Vavasati Vatinhenha* e a Rede Fórum Mulher: estratégia política, gestão e articulação” e do tema “*Vavasati Vatinhenha* e a Rede Fórum Mulher: a construção da Agenda de políticas públicas junto ao Estado”. A partir do trabalho de campo, das entrevistas e da observação participante, sintetizaremos a história, as formas de organização e a constituição do Fórum Mulher e suas organizações, a agenda/pautas das organizações observadas, as concepções e percepções das organizações e ativistas, as políticas públicas para as mulheres e a relação com o Estado.

Nas considerações finais teço reflexões sobre o conjunto do trabalho, apontando aspectos que não pude aprofundar na tese e os desafios de superar a distância epistêmica entre Brasil e Moçambique, que fortalecem a necessidade de trafegar pelo “corredor de saberes”, pelos conhecimentos produzidos em Moçambique e em África, de trazer sua potência epistêmica para o lado do Atlântico onde está o Brasil e a América Latina.

Trago ainda a necessidade de romper com os estereótipos e preconceitos e conectar nossas forças físicas, energias espirituais e capacidades intelectuais para a transformação de realidades tão diversas e ao mesmo tempo tão similares. Especialmente o protagonismo das redes de organizações de mulheres e feministas que constroem à sua maneira a luta e a resistência moçambicana.

Minha perspectiva é voltar para a África contemporânea um olhar que valorize as/os sujeitas/os políticas do continente e sua capacidade de luta e de resistência aos processos históricos que tentaram subjugar o continente pelo Norte e pelos demais países do Sul. É necessário que se

permita a superar a visão negativa, passiva, impotente e trágica associada ao continente: africanas/os são protagonistas da sua própria história, que por si só revela a disposição em converter a repressão e a exploração em novas possibilidades de resistência. Esse fato se repete na sua relação com o Brasil.

É necessário aprender a olhar essa relação de modo diferente daquele olhar criado pela tradicional cooperação Norte-Sul. Olhar de forma mais horizontal, nos paralelos e meridianos que nos aproximam, ajuda a enxergar e decifrar discursos excludentes em relação à/ao outra/o, inclusive quando esse outro faz parte de nós de tal forma que não sabemos quem é um ou o outro. Revela a possibilidade de experiências comuns que resultam de uma identidade compartilhada.

Evidencia os perigos a superar e as possibilidades de solidariedade e de cooperação construídas sobre novas bases, menos hierárquicas, mais éticas e respeitadas, baseadas na alteridade de povos que vivem realidades muito semelhantes e caminham juntos para superar a herança colonial, ainda presente entre e dentro de nós. A seguir apresento os aspectos epistemológicos dessa pesquisa feminista, interdisciplinar, antirracista, interseccional, localizada e decolonial em Moçambique.

1º MOMENTO – (Re) Localizando África/Moçambique

*ABC do preconceito - Azagaya*²⁸

A

África, terra de doenças e guerras
Muito calor, sexo pobreza e ferras
Ciências diz que é onde surgiu o
primeiro homem no mundo
O homem diz que é onde fica o
terceiro mundo

B

Branco é o mulungo, patrão, Deus do
africano
Ele está sempre certo porque o erro é
humano
Tem os cabelos de Jesus e a cara do
dólar
Tá sempre do outro lado da mão preta
que pede a esmola

C

Chefe é o dono da curva da felicidade
Da barriga que é maior que o pênis
levantado
É o dono do salário, logo é o dono da
verdade
Não admite o contrário, não pode ser
contrariado

D

Dinheiro é unidade de medida dos
homens
Quanto mais dinheiro tem mais
importantes os seus nomes
É a única língua em que todos se
entendem
E os que não falam a língua os outros
não os compreendem

E

Estrangeiro rima com dinheiro
É por isso que o nosso povo é muito
hospitaleiro
É o que chega em segundo mais é
tratado como o primeiro
É o que chega pedreiro e sai
empreiteiro

F

Feitiçaria é doença dos pobres
Africanos e latinos com inveja nos
olhos

É a explicação para perdas e mortes

É também a explicação para a riqueza
dos fortes

G

Governo tem sempre a culpa quando é
o povo quem julga

Mais povo tem memória curta, a
sentença não executa

Governa o partido com maioria
absoluta

É uma instituição naturalmente
corrupta

H

Homossexual é um ser anormal
Enteado de Deus, filho legítimo do
mal

Vergonha dos pais e da família no
geral

É fruto da colonização cultural

Abcd...

Igualdade só existe na matemática

Nos direitos humanos que não se
aplicam na prática

Homens são todos iguais segundo a
ciência

Mas basta vir o dinheiro para mostrar
a diferença

J

Juventude é aquela fase da vida
Que só quando é abusada é que se diz
bem vivida

Junta romance, tv, festa e bebida

Oferece à juventude e depois chama-
lhe perdida

L

Licenciado ou seja, sr. Doutor

Mais que formação significa salário
superior

Significa ver tradições como coisa
ridícula

Que não se enquadram nos padrões
modernos de vida

M

De mulato, que não tem bandeira

Se for homem é ladrão, se for mulher

²⁸Azagaia é um rapper moçambicano, conhecido pelo teor crítico de suas letras, que refletem sobre aspectos do cotidiano. Notabilizou-se versando sobre questões políticas e de governação em Moçambique com a música “As mentiras da verdade” em 2007, do álbum *Babalaze* (SITOE, 2018).

é pistoleira
 Pode até ser dos santos como
 marcelino
 Mas pagará pelo pecado de não ser
 preto genuíno
 N
 Negro, ou se preferirem preto
 Se a vítima é o predicado, preto é o
 sujeito
 O que tem de talento para música e
 para o desporto
 Tem de exibicionismo e inveja do
 outro
 O
 Ongs sempre com boas intenções
 Aqui deve ser o inferno, tá cheio
 dessas organizações
 Oferecem boas condições e pagam em
 dólares
 Dão mais esmola para acabar com
 nossas molas
 P
 De pobreza absoluta
 A 37 anos que é a razão da nossa luta
 Preto e político, mentiroso, filho da
 luta
 A 37 anos que enriquece à nossa custa
 Q
 Quarto de pensão agora é quarto de
 motel
 Lugar discreto que se paga para se ser
 infiel
 E não precisa esconder o anel
 Quem disser que lá te viu provou do
 mesmo mel
 Abcd...
 R
 Religião é a suruma do povo
 O fumo que nos faz acreditar de novo
 Na velha promessa de uma vida
 melhor
 Quando entregamos ao pastor o fruto
 do nosso suor
 S
 Soropositivo, de positivo só o nome
 Foi ao bicho com muita fome agora é
 o bicho que lhe come
 Tratado como lixo até que nisso se
 transforme

E mais que a doença é isso que lhe
 consome
 T
 De tradição que é para gente
 suburbana
 Mas quando chega o desespero todos
 vamos à cabana
 Tradição que é para gente sem escola
 Mas se é necessário uma missa somos
 gente sem escolha
 U
 S.a ou se quiserem eua
 Estados unidos da américa, melhor
 não há
 A super potência que o mundo
 controla
 Então bachir ficou na merda quando
 alguém bufou lá
 V
 De valor que muitos confundem com
 preço
 Pessoas com valor não se vendem por
 nenhum preço
 Isso não me impede de pedir o cache
 que mereço
 É que o pão para alimentar a minha
 vida tem preço
 W
World wide web, ou seja internet
 Rede de pornografia, pirataria que
 reflecte
 Os negócios que nunca irão à falência
 Drogas, sexo e violência
 X
 Xenofobia é a justiça popular
 Quando o pão sobe de preço alguém
 vai ter que pagar
 E geralmente é um irmão da mesma
 cor
 Que paga o nosso desespero sangue e
 suor
 Z
 Zimbabwe, ontem o celeiro de África
 Hoje é a capital da inflação e da
 governação trágica
 E já matou milhares de inocentes
 Condenados por contestarem os seus
 dirigentes

2 O CONTEXTO DE MOÇAMBIQUE E A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES DAS MULHERES E FEMINISTAS

Os nossos projetos dever ser históricos e pessoais. Históricos, enquanto devem ter em conta dados conhecidos, das experiências feitas e refletidas, e das previsões racionalmente possíveis. O conhecimento dos dados, das experiências e das previsões pode mudar substancialmente; assim como os projetos e as soluções até aqui avançadas não excluem uma reformulação necessária. Pessoais enquanto cada um de nós é responsável; ninguém deve responsabilizar os fatos, sobre a política ou sobre os outros, pelo que acontece: cada um de nós é protagonista da sua própria vida, e da própria história, rumo aos corredores do devir (NGOENHA, 2014, p. 193-194).

Esse capítulo resulta de olhares entrecruzados de duas fases do trabalho de campo. As primeiras impressões da minha visita ao país em dezembro/2016 a fevereiro/2017 e as segundas impressões, quando realizei o trabalho de campo entre setembro/2017 a janeiro/2018, com o apoio do PDSE-Capes.

Meu olhar é permeado de uma história espiralada (PEIRANO, 2014) que li, vi e ouvi, de vivências e memórias. Dos primeiros contatos, não pude deixar de fora da narrativa as emoções que senti, o choque cultural transformador em que mergulhei, a intensidade da vivência com as mulheres e com o povo. Apresento o contexto geopolítico e cultural de África e Moçambique, algumas histórias da resistência ao colonialismo português e o papel das mulheres.

Por fim, reflito sobre a situação pós-independência, o surgimento do Estado Moçambicano, a Constituição da República e as especificidades do surgimento das primeiras organizações e movimentos de mulheres e feministas em Moçambique, enfatizando o contexto do surgimento da organização Fórum Mulher e sua rede de organizações nos anos 1990, que são o foco da pesquisa.

2.1 A PORTA DE ENTRADA PARA A ÁFRICA: MOÇAMBIQUE E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Conhecer a África e Moçambique fazia parte das coisas que um dia sonhei e que minha imaginação infantil achava exótico, estranho, diferente. A África é o terceiro continente em extensão territorial do planeta, com um território de 30 milhões de km², que cobre 20,3 % da sua área total. Limita-se ao norte pelo Mar Mediterrâneo, a sul pela confluência dos Oceanos Índico e Atlântico; a este pelo Oceano Índico e a oeste pelo Oceano Atlântico. Os últimos dados sobre a formação geopolítica são de 2011, informando sua composição por 55 países onde vivem populações estimadas em um bilhão de habitantes, sendo o segundo mais populoso da Terra. Estima-se que 60% da população vive no meio rural.

O continente apresenta uma diversidade étnica, cultural, social, econômica, política. Também a diversidade geográfica levou a subdivisão de duas Áfricas: a Mediterrânea (ao norte) e a Subsaariana (ao sul), sendo o deserto do Saara a barreira natural entre as duas.

Figura 01 - Mapa da África pós Conferência de Berlim



Fonte: As duas Áfricas, s.d.29

A África Mediterrânea é costeada pelo oceano Atlântico e pelo mar Mediterrâneo e integrada por Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito, e tem características físicas e humanas semelhantes às do Oriente Médio. Seu clima é desértico, e a região é ocupada desde o século VII por povos árabes, responsáveis pela propagação do islamismo, que predomina como

²⁹ Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/as-duas-africanas.htm>>. Acesso em: 15 set. 2018.

religião. A atividade agrícola é desenvolvida nas regiões do vale do Nilo e na área conhecida como Maghreb.

A África Subsaariana abrange a maior parte do continente africano e a maior concentração populacional, predominando a população negra. Há uma diversidade cultural devido aos diferentes grupos étnicos e seus elementos distintos (línguas, danças, religiões, modos de vida etc.). Essas diversidades étnicas por vezes geram conflitos entre os diferentes grupos. Durante a colonização, os europeus dividiram aleatoriamente o continente. Sem respeitar as peculiaridades de cada grupo, separando assim, grupos de uma mesma etnia e estabelecendo territórios com grupos rivais. A síntese da história da África e das especificidades de Moçambique, serão elaboradas a seguir, de acordo com as contribuições de autores/as tais como Rodolfo Pena, Wagner de Cerqueira, Nei Lopes, José Macedo, Jose Luís Cabaço, Teresa Cruz e Silva, Conceição Osório, Achille Mbembe.

As políticas de ajuste estrutural implementadas no continente na década de 1990 levaram às dívidas externas com o FMI que são impagáveis, levando o continente a um paradoxo econômico: a maior parte dos países possui abundância de riquezas naturais e baixíssimas riquezas monetárias (CERQUEIRA, s.d.).

Predomina o caráter exploratório dos mercados transnacionais sobre o continente e seus países são em geral, exportadores, atualmente de matérias-primas (*commodities*), sem esquecer seu passado de exportação de força de trabalho escravizada. Nesse caso, as economias dos países tornam-se muito dependentes das empresas transnacionais que exploram a terra e seus recursos, aliado a questões políticas e econômicas internas que levam à concentração de renda e de poder, o que contribuiu para que a população local não receba os benefícios da produtividade de suas terras (PENA, s.d.)³⁰.

A falta de apoio efetivo dos organismos internacionais e seus papéis ambíguos de imposição do neoliberalismo e ao mesmo tempo de “ajuda”, fazem com que os países africanos, em sua maioria, apresentem “baixa qualidade de vida”, verificados nas baixas médias de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que no ranking realizado pela ONU, em 2010, das 20 últimas posições, 19 pertencem aos países da África Subsaariana (CERQUEIRA, s.d.), resultantes de um processo de construção de pobreza.

³⁰ Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/africa-2.htm>>. Acesso em: 15 set. 2018.

Moçambique é um dos 55 países africanos e está inserido nesse contexto mais amplo de uma narrativa “catastrófica” sobre a África, contém suas especificidades que observei com mais detalhes por um período de 7 meses. Sua costa leste é banhada pelo Oceano Índico e suas fronteiras estão ligadas a Tanzânia ao norte; Malawi, Zâmbia, Zimbabue, Suazilândia a oeste, África do Sul ao sul e o Oceano Índico ao leste. Está localizado na África Austral, que é uma das regiões consideradas economicamente mais desenvolvidas do continente.

O território de Moçambique, tal como se configura atualmente, era habitado por grupos dispersos de caçadores, coletores e pastores dos povos coissã e no século III d. C. foi povoado por antepassados dos atuais bantos³¹ locais que se dedicavam à agricultura e ao pastoreio. No século VIII chegaram os primeiros mercadores árabes, que ocuparam a região, incluindo parte do atual Zimbábue (LOPES E MACEDO, 2017).

Estes trouxeram produtos do Oriente Médio (contas, objetos de cerâmica e vidro, além de tecidos e sal) que eram trocados por ouro, marfim e chifres de rinocerontes. Depois chegaram os persas, que junto com os árabes dominaram a economia ao longo do Rio Zambeze durante o século XV. Esses fatores influenciaram um grande desenvolvimento econômico da região. Durante o período pré-colonial a região não tinha uma unidade política centralizada, mas coexistiam vários reinos. O reino xona (ao norte, entre os rios Zambeze e Limpopo) liderava os reinos macua, yao e maravi. Ao sul se localizava o povo tonga, que tinha várias unidades políticas (LOPES E MACEDO, 2017).

A denominação Moçambique lhe foi atribuída devido à ilha do mesmo nome, localizada ao norte do país, que foi rota das grandes navegações e núcleo inicial da colonização portuguesa, que se iniciou no final século XV. Efetivamente ocupam o território em 1505 e em 50 anos tomam dos muçulmanos o controle do comércio do ouro, com o objetivo de chegar às minas do Zimbábue. Em 1572 suas forças militares chocaram-se com forças locais, numa luta que durou três anos. Demorou três séculos para os portugueses dominarem completamente o território que denominaram Moçambique (LOPES E MACEDO, 2017).

A sociedade moçambicana sofreu nas últimas décadas um processo de exploração capitaneado pela brutalidade da guerra colonial e da repressão, os traumas de uma guerra de agressão (guerra civil), e a

³¹ Bantos é um grande conjunto de povos agrupados por afinidades etnolinguísticas, localizados nos atuais territórios da África Central, Centro-Ocidental, Austral e parte da África Oriental. Tiveram influência importante na economia, na tecnologia, criação de instituições sociais e lideranças, fundando Estados importantes (LOPES E MACEDO, 2017).

violência de transformações econômicas, políticas e culturais impostas pelo neoliberalismo econômico, que marcaram profundamente a vida de suas comunidades (CABAÇO, 2001).

Ao iniciar essa pesquisa, apesar do meu interesse por Moçambique, conhecia muito pouco sua história e nunca tinha visitado o país. A decisão de fazer a primeira viagem resultou da necessidade de qualificar o projeto de Doutorado em maio de 2017. Com as indefinições na condução do governo do Brasil tive dúvidas sobre a efetividade do PDSE. Fiz a primeira viagem com recursos próprios na companhia de um amigo moçambicano, partindo no dia 20 de dezembro de 2016 rumo a esse país desconhecido, na perspectiva (também) de que pela primeira vez meus pés tocassem o Oceano Índico que banha a costa leste do continente africano. Este aspecto confere ao país vantagens econômicas em relação aos países do interior, na medida em que através dos seus portos, oferece possibilidades de ligação desses territórios com o mar.

Para chegar ao destino passamos pela histórica Johannesburgo (capital da África do Sul). Ao chegar em Maputo nem senti que nas 24 horas anteriores não havia dormido: fui viver Moçambique e estar com sua gente, conhecer algo dos seus modos de vida que fariam parte de uma nova fase da minha vida.

Viver Moçambique, observar suas gentes, pisar na terra, respirar seu ar, olhar e sentir. Saborear seus temperos, sentir seus cheiros, olhar o movimento das ruas e ver a luta pela sobrevivência em cada esquina (PEIRANO, 2014). Há sim gingados e alegrias que não esmorecem sob sóis escaldantes (no período a média era 39 graus). Um outro mundo habitado por pessoas que enfrentam sua realidade de um modo diferente, que não é possível entender com o pensamento padrão ocidental: um choque cultural. Me dei ao direito de viver à flor da pele essas emoções, andar à deriva, sem ter medo de ser afetada e subjetivada. Observar e estar junto – não fazer uma pesquisa apenas teórica e um relato asséptico, de gabinete, de internet, mas vivida com todos os sentidos: razão, emoção, pele, paixão, desilusão (MATURANA, 1998; HARDING, 2008, PEIRANO, 2014).

Nessa primeira etapa vivi momentos emocionantes de descoberta e resolvi deixar de lado as estratégias tradicionais de entrada em campo, planejadas em cada detalhe, como estava descrito no meu plano de trabalho (PEIRANO, 2014). Ao contrário, me propus a deixar as coisas acontecerem, viver e estar conectada com as vivências que surgiam no caminho, o que me levou a conhecer pessoas e viver situações que enriqueceram o trabalho de pesquisa: interagindo com sorrisos, conversas, entrevistas, cumprimentos, ou apenas convivências que são os

momentos de estar com as pessoas vivendo seus cotidianos. Conhecendo os quintais, as machambas, as cozinhas, as salas de estar. Espaços considerados privilegiados para a convivência dos agregados familiares, que totalizam 6.746.496 unidades no país, segundo o IV Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) (INE, 2017).

Viver Moçambique e seus encantos, a intensidade da região sul do país, formada pelas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, seus paradoxos, ambiguidades e contradições: tanto sol e chuva; tanta beleza e lixo; tanta luta e discursos vazios; tanta riqueza e necessidade: tanto viver com o que se tem. Sendo um mulungu (branca), num país de imensa maioria da população negra, circulei em todos os ambientes que tinha vontade de estar, o que não parece ser uma coisa comum, pois despertava muita curiosidade por onde passava. Não tive medo de nada do que me alertaram e também não sofri discriminação ou preconceito.

Um episódio que revela o quanto as pessoas brancas têm um lugar de privilégio no país, ocorreu quando um senhor, visitante da família da residência onde estava hospedada, pediu para o dono-da-casa me chamar. Em changana³² disse-me que estava admirado de ver uma branca trabalhando para servir um negro, me parabenizou por estar com uma Capulana (pano amarrado na cintura) e envolvida nos serviços domésticos. Fez-me chorar copiosamente, fazendo desse dia um marco: pela primeira vez na vida tive vergonha da cor da minha pele. Vergonha pela colonização e todas as suas consequências na história de Moçambique, do Brasil e em especial sobre os povos designados de “raça negra” (MBEMBE, 2018). Outros conceitos e paradigmas pediram passagem para questionar a supremacia branca, ocidental, capitalista, patriarcal, masculina que ocupou o território no período colonial e que mantém suas raízes no neocolonialismo: na cultura, na política, na subjetividade, na economia, no social.

A simplicidade e a ostentação andam juntas. Desigualdades sociais tão parecidas com as nossas, pois ainda que Brasil e Moçambique sejam distantes geograficamente, foram colonizados pelas mãos e chibatas portuguesas. Na região sul do país essa herança está em toda parte, assim como a memória do movimento de luta pela libertação, liderado por Samora Machel e Eduardo Mondlane³³, permanece viva nas ruas e praças

³² Língua local predominante na província de Maputo.

³³ Eduardo Chivambo Mondlane é considerado herói moçambicano por ter sido um dos fundadores e primeiro presidente da FRELIMO. Liderou, junto com Samora Machel, a organização que lutou pela independência de Moçambique do domínio colonial português. Em 3 de fevereiro de 1969, aos 49 anos, foi assassinado por uma encomenda-bomba. Nessa

das cidades e vilarejos. São monumentos, nomes de ruas, museus que representam o ideal socialista e de igualdade entre os seres humanos, mas que no meio do caminho foi interrompido pelos interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nessa batalha, as políticas neoliberais venceram e o povo Moçambicano paga o seu preço.

A diversidade etnolinguísticas é uma característica do país, que é multilíngue, com 17 línguas banto padronizadas ortograficamente e outras que vem sendo estudadas, incluindo a separação entre dialetos e variantes. “Por essa razão é difícil dizer de forma categórica quantas línguas existem em Moçambique” afirma o linguista moçambicano Alexandre Timbale (2018, p. 119). A língua portuguesa³⁴ foi oficializada em 1975, com a independência do país, e coexiste com essas línguas banto, que são faladas por 89,3% da população, segundo dados do RGPH (2007). O autor ressalta que no meio rural, onde vive a maior parte da população, se fala diversas línguas banto e que no país quem não conhece a língua oficial fica desprovido dos serviços básicos e em desvantagem no acesso à justiça, educação, saúde:

A política linguística determinou que o português seria a única língua oficial, o que significa que as cerca de vinte línguas bantu (faladas pela maioria da população) não possuem nenhum valor de prestígio, sendo assim usadas em situações de comunicações informais e longe da elite e das oportunidades. Uma das justificativas da oficialização apenas do português é o fato de existir no país várias línguas, o que dificultaria a escolha das oficiais. Não concordamos com este ponto de vista porque as línguas bantu moçambicanas seriam oficiais nos locais onde elas ocorrem (TIMBANE, 2018, p. 120).

Ainda assim, o Estado reconhece e valoriza as línguas maternas como patrimônio cultural e educacional e incentiva o ensino bilíngue nas escolas (INS; INE; ICF MACRO, 2010). No dia-a-dia das cidades as

data se celebra o Dia dos Heróis Moçambicanos. Deu nome à Universidade Eduardo Mondlane (UEM), uma das mais respeitadas da África.

³⁴ O português brasileiro é outro idioma, que precisa ser falado pausadamente para ser compreendido. Para Timbale “a língua oficial (língua portuguesa) é de origem europeia e é muitas vezes descrita como uma segunda língua, porque é vista como um complemento à língua materna, ou primeira língua” (2018, p. 120).

pessoas se comunicam com as várias línguas maternas. Em Maputo as conversas no idioma changana são as mais comuns.

O antropólogo moçambicano José Luís Cabaço analisa o quanto questões geolinguísticas e as diferenças culturais no campo etnolinguístico são fundamentais para compreender a base das origens dos conflitos na região da África Austral e em Moçambique, que perduram ainda na atualidade:

Por motivos de ordem cultural, por razões históricas relacionadas com migrações e invasões, por embates derivados da cumplicidade de algumas chefaturas com traficantes de escravos ou colonos, por tradicionais disputas por gado, território e outras formas de riqueza e prestígio etc., a convivência entre os diferentes grupos etnolinguísticos nem sempre foi fácil e as rivalidades conduziram com frequência à guerra. As relações de dominador-dominado daí nascidas estão na origem da absorção de uns grupos por outros, bem como de polarizações que enraízam no tecido social moçambicano valores centrífugos ainda hoje recorrentes nos momentos de crise. A base econômica comum de agricultura de subsistência e de pastoreio não foi suficiente para consolidar uma plataforma de entendimento suscetível de aproximar e tornar homogênea essa população e origem banto. Fanon explica bem como o sentimento de solidão, no desespero da tenebrosa noite colonial levou o colonizado a explodir a própria raiva e frustração contra o seu irmão de destino, na “impossibilidade” de o fazer contra o colono (CABAÇO, 2001, p. 354).

O território que constituiu o país de Moçambique, a partir da Conferência de Berlim (1884/5), está localizado no sudeste do continente africano, na região designada de África Austral³⁵. A população do país, segundo os dados do IV RGPH de 2017, é de 28.861.863 de habitantes. Do total, 15.061.006 são mulheres, o que equivale a 52,19% e 13.800.857 são homens, representando 47,81%. Uma parcela expressiva da

³⁵ A África Austral é um bloco econômico composto pelos seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, constituindo a SADC, estabelecida em 1992 (IILP, 2011).

população moçambicana é jovem³⁶, com 46,9% de pessoas abaixo dos 15 anos de idade. Pesquisas do Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICFI (2013) evidenciam que a evolução das taxas de natalidade criou uma estrutura populacional jovem, com uma base muito larga e achatada no topo (INE, 2012). Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), de 2007, a média de vida da população é de 50,9 anos (48,8 para os homens e 52,9 para as mulheres)³⁷

Figura 02 – Mapa de Moçambique



Fonte: Pinterest, 2018.

Com uma superfície de 799.380 Km², a densidade demográfica é de 36,1 habitantes/Km². Uma região geopolítica importante, vizinha à África do Sul, país que integra o BRICS, bloco econômico que reúne o Brasil, a Rússia, a Índia e a China³⁸. A organização político-administrativa

³⁶ A taxa global de fecundidade é de 5,7 filhos por mulher (INE, 2007).

³⁷ Sobre esse aspecto não tivemos acesso aos dados do Censo 2017.

³⁸ Segundo o site do Itamaraty, o BRICS atua em duas prioridades: a coordenação em reuniões e organismos internacionais e a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus integrantes. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 23 mar. 2017.

de Moçambique é feita em 11 Províncias³⁹ (o que equivale a Unidades Federativas no Brasil), Distritos⁴⁰, Postos-Administrativos e Localidades. O país é formado pelas regiões Norte, Centro e Sul. Na região Norte estão as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Na região Centro localizam-se Zambézia, Sofala, Manica e Tete, que tive a oportunidade de conhecer. Na região Sul, por onde circulei no litoral, está Inhambane, Gaza e Maputo.

O PNUD, de 2013, aponta Moçambique como um dos países com economia de rápido crescimento na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em África e no mundo, com taxas de crescimento do PIB de 7,5%, o que é considerado um recorde no país. No entanto, este crescimento é impulsionado pelos setores extrativistas e o capital estrangeiro e suas empresas transnacionais que exploram o gás natural, o carvão mineral (MOÇAMBIQUE, 2010), o que não se traduziu em oportunidades de trabalho digno para a maior parte das pessoas. O sociólogo moçambicano Hélio Maúngue (2015) questiona em que medida esses índices de crescimento econômico se refletem em índices de desenvolvimento socioeconômico e consequente melhoria das condições de vida das populações.

O estudo da WLSA “Corporações econômicas e expropriação: raparigas⁴¹, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize” (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2017) analisa o impacto negativo desse crescimento econômico sobre as comunidades, que são desestruturadas num contexto de deslocamento forçado, resultando na perda da soberania sobre o território: “a desterritorialização provoca implicações na desestruturação identitária e na exclusão do ponto de vista material e simbólico” (idem). Para as mulheres reassentadas verifica-se uma perda de direitos:

Evidenciamos aqui dois aspectos: o primeiro é o agravamento da situação no que se refere ao acesso a recursos que se manifesta, por um lado, na impossibilidade de reprodução do seu modo de vida como provedora da alimentação para a família e na redução de sua capacidade de atingir alguma

³⁹ As províncias são geridas por um governador e um secretário permanente (nomeados pela presidência da República), e diretorias provinciais equivalentes aos Ministérios (AMÂNCIO, 2015).

⁴⁰ Os Distritos são subdivisões das Províncias, os Postos-administrativos são subdivisões dos Distritos e as Localidades são subdivisões dos Postos-administrativos.

⁴¹ Raparigas é o mesmo que meninas em português brasileiro.

autonomia econômica (...). Por outro lado, ao desapossamento das mulheres da terra, da água e do mercado, vem acrescentar-se a desocultação dos conflitos e dos elementos mais graves presentes na ordem de gênero. Referimo-nos à reposição da poligamia, ao aumento da violência doméstica e à proliferação dos casamentos mesmo prematuros. Um segundo aspecto diz respeito à resposta de algumas mulheres às condições adversas e a rejeição da violência. (...) Ao tempo que denunciam as arbitrariedades das empresas, as mulheres deixam de silenciar a violação de direitos, produzidas no espaço privado (...) é sem dúvida um passo importante para a reversão da subalternidade (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2017).

O Inquérito Nacional aos Orçamentos Familiares (IOF), realizado pelo INE (2011) entre os anos 2008/09, visava atualizar os índices de desenvolvimento em Moçambique e verificar a situação do país em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os dados apontam que entre 2002/03 e 2008/10 aumentou o número de pessoas abaixo da linha de pobreza de 9,9 milhões para 11,7 milhões. Os dados de 2008/09 em relação às áreas rural e urbana apontam que mais da metade dos/as moçambicanos/as vive abaixo da linha de pobreza: nas áreas rurais 56,9% da população vive nessa condição e nas zonas urbanas, 49,6% (INE, 2011).

Moçambique é um país predominantemente agrário, onde cerca de 65% da população (INE, 2007, projeção 2018) vive no meio rural e a maioria da população em idade produtiva (a partir de 15 anos) desenvolve atividades econômicas e de subsistência na agricultura, na pecuária e na silvicultura (Instituto Nacional de Saúde/INE, 2011 e ICF Macro, 2010). Esses setores recebem menos investimento público e tem mais dificuldade de acesso a crédito bancário e políticas públicas de incentivo à produção agrícola e distribuição dos produtos.

Esses dados estatísticos podem reproduzir visões analíticas dicotômicas entre o rural e urbano, como se fossem realidades separadas. No entanto essa dicotomia é problematizada pela antropóloga moçambicana Ana Loforte (2003, p. 9) na pesquisa de doutorado que realizou em Lulane, na periferia de Maputo. A autora ressalta que dada a “natureza dos habitantes”, se constitui “um meio complexo onde se confrontam sistemas de parentesco e práticas heterogêneas, numa imbricação de espaços rurais e de zonas urbanizadas”, borrando-se assim,

as fronteiras entre rural e urbano no cotidiano. Percebi essa imbricação ao dialogar com muitas mulheres que têm pequenas machambas de subsistência nas periferias das cidades, de onde tiram no cotidiano o alimento da família e o excedente é levado ao mercado informal ou trocado com amigas e familiares que também cultivam hortaliças, verduras, legumes e frutas, utilizadas na culinária e na produção de bebidas.

A desigualdade duplicou e aumentou as diferenças de renda e acesso aos recursos entre as famílias urbanas e rurais, bem como entre as províncias do Norte e do Sul, se alargou (IOF 2008/2009; 2014/2015). Poucos países oferecem um contraste social tão forte como Moçambique e a desigualdade geográfica pode tornar-se fonte de tensões políticas pois maioria das fontes de recursos naturais estão localizadas nas províncias do Norte (ITCILO, s.d.).

As elevadas taxas de pobreza e de desigualdade são consequências de fatores como altos índices de desemprego, o subemprego (setor informal) e a pobreza estrutural (SILVA, 2017)⁴². A taxa de desemprego nacional oscila entre 22% e 27%, afetando especialmente mulheres e jovens das áreas urbanas. Estima-se que a economia formal gera 700 000 empregos, contudo o maior contingente da força de trabalho (cerca de 11 milhões de pessoas) é forçado a viver e sobreviver nas atividades da economia informal (IOF, 2014/2015). Verifica-se que, mesmo em centros urbanos, a vasta maioria de moçambicanos/as exercem atividades de subsistência, como trabalhos por conta própria sem empregados/as ou como trabalhadores/as familiares sem remuneração (ITCILO, s.d.).

O Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento estima que a economia informal represente 40% do Produto Interno Bruto (PIB), ainda que não haja dados atualizados, representativos e pormenorizados sobre o setor da economia informal. Em 2004 foi realizado o Inquérito Nacional ao Setor Informal (INFOR), que definiu um quadro conceitual para a recolha de dados sobre a informalidade, integrado depois a dois estudos: o Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares (INCAF), realizado em 2012/2013; e o IOF, realizado em 2014/2015. Entretanto nenhum destes inquéritos fornece dados confiáveis sobre o âmbito da economia informal, predominante na cena cotidiana urbana e rural. Algumas pistas surgem nos dados sobre os agregados familiares, as quais revelam que mais de

⁴² Na realidade, trata-se da forma concreta de manifestação da pobreza no período da globalização que se sustenta por meio de uma nova construção discursiva e se reproduz segundo as singularidades históricas de cada país (SILVA, 2017, p. 50).

80% exercem a sua atividade econômica principal na economia informal (ITCILO, s.d.).

Os mercados informais estão ao longo das ruas, ocupados pelas pessoas em busca da sobrevivência. Esse é um dos aspectos marcantes em cada parte do país: os mercados funcionam dia e noite e vendem de tudo que se possa imaginar: legumes, frutas, verduras, pães, cereais, peixes, bebidas, óleos, calçados, roupas, peças de automóveis, eletrônicos e muito mais. São praticamente mercados de trocas onde as pessoas vendem e compram como uma importante alternativa de renda. É a busca do “ganha pão” de cada dia espalhada pelas ruas, avenidas, beiras das estradas, nas ruelas, beira da praia, sob o sol, debaixo das árvores, sob barracas, nas calçadas, nos centros, nas periferias.

Figura 03 – “Mercado de Frutas”, do Artista Valente Malangatana



Fonte: Reprodução da obra.

Para além do comércio, o mercado é um lugar de convivência, de troca, de socialização, com uma profusão de cores, culinárias, artesanatos, risadas, olhares curiosos, alegrias e também de conversas, de uma atitude crítica sobre a situação econômica e social em que vivem. Visivelmente a presença das mulheres domina o mercado. As mulheres, historicamente, tiveram um destaque nas estruturas sociais africanas, organizando-se à volta do mercado para manter seu autogoverno e autonomia econômica. “Daí o fato de ter existido uma luta permanente das mulheres para manter o controlo do mercado, a espinha dorsal da economia de subsistência Africana” (AMADIUME, 1997: 74-86, 89-105, 196 *apud* CASIMIRO, 2014, p.78).

Nos centros urbanos, o rendimento proveniente do trabalho informal, considerado complementar no passado, tornou-se essencial para a sobrevivência dos agregados familiares. Em consequência do preconceito de gênero na elaboração das políticas, o trabalho informal, e em particular as atividades associadas ao trabalho das mulheres, são tratadas como sendo empregos de menor importância. Segundo Castel-Branco (2016), na economia formal as vagas para mulheres são retratadas como se exigissem menos competências que as atividades masculinas e em consequência disso, recebendo os salários mais baixos.

Na África Austral, o desemprego e a falta de terra levaram ao surgimento de famílias menores, não do tipo nuclear, mas grupos residenciais multi-geracionais, os quais no passado poderiam ter atuado semi-autonomamente, mas que agora funcionam como um único agregado familiar. Outra tendência verificada nos estudos é a do aumento das famílias chefiadas por mulheres separadas e que ficam com suas crianças. Casimiro (2008) analisa que algumas situações podem estar associadas à relutância destas em casar após a experiência dum divórcio, ou ao reduzido campo de manobra que as mulheres têm no controle dos recursos, no acesso à formação e emprego e no regresso ao trabalho nas machambas.

A informalidade é mais elevada entre as mulheres e os jovens rurais das províncias do Centro e do Norte de Moçambique (INCAF, 2012/2013) mostram que, onde as oportunidades de emprego formal são ainda mais limitadas. A disparidade de gênero fica mais evidente nas províncias do Sul, onde as mulheres representam 72,9% da força de trabalho do setor informal. A existência de melhores oportunidades para os homens na economia formal, em particular no setor público, bem como a prevalência de trabalhadores migrantes da África do Sul, podem contribuir para entender essa assimetria (ITCILO, s.d.).

O trabalho informal tem sua força de trabalho composta por diversas faixas etárias. O trabalho infantil (crianças entre 0-14 anos) representa 2% de trabalhadores/as e operadores/as no trabalho informal. Cerca de 10% das pessoas têm menos de 20 anos, a maior parte tem entre 20 e 55 anos e mais de 25% já ultrapassaram a idade da reforma⁴³.

Em termos de habilitações académicas, mais de 50% da população com um diploma do ensino secundário⁴⁴ são trabalhadores/as por conta

⁴³ Reforma é o mesmo que aposentadoria no Brasil. A economia informal é uma fonte de rendimento para os idosos devido a inexistência de formas alternativas de segurança de rendimento, pensões ou assistência social (ITCILO, s.d.).

⁴⁴ Equivalente ao Ensino Médio no Brasil.

própria ou trabalhadores/as familiares sem remuneração. Há um contingente de jovens trabalhadores informais altamente qualificados que recorrem ao trabalho informal, pelo menos temporariamente, por não conseguirem encontrar outro tipo de emprego. São expectativas, projetos, sonhos, desejos, necessidades e modos de vida e de pensamento dentro de um universo que vai de 15 anos até a idade adulta, que oficialmente é de 35 anos. No entanto, segundo a antropóloga moçambicana Alcinda Howana (2013) ser adulto significa atingir expectativas de independência econômica e de reconhecimento social. Dentro desse universo as raparigas e mulheres têm necessidades que também precisam ser debatidas e compreendidas.

Howana (2013) observa que amplos setores da juventude moçambicana vivem em estado de *waithood*, o que significa viver em “estado de limbo”, em “estado de espera”, ou na gíria “pendurados”, “encurralados”, com dificuldade de conquistar as condições econômicas e o reconhecimento social de adultos. Mas não se trata de uma espera passiva, pois estão as “desenrascar a vida” de forma dinâmica e criativa, negociando formas de estar e interagir em sociedade. Nos clamores de liberdade querem boa educação, empregos decentes, acesso aos símbolos de bem-estar e consumo das sociedades capitalistas em que vivem.

Ainda que haja um investimento do Estado no programa chamado “Educação para todos”, executado em parte da África sob a orientação do Banco Mundial, as taxas de analfabetismo em Moçambique são de 49,9%, sendo as mulheres as mais afetadas (63,9%) enquanto os homens representam 33,2% (INE, 2011). Os dados se agravam nas áreas rurais e nas diferentes regiões, sobretudo nas províncias do Norte e do Centro do país.

A maioria da população não tem acesso às condições materiais de existência (WARREN, 2012; FRASER 2007) no que se refere a energia elétrica, água, saneamento e habitação. No setor de energia apenas 6,5% da população do país têm acesso à eletricidade (25% nas áreas urbanas, 2% nas áreas rurais), 20% dos agregados familiares têm acesso a água potável (8% da área rural e 70% nas áreas urbanas)⁴⁵ e apenas 1,9% da população possui água canalizada dentro de casa (INE, 2007). Estima-se que somente 7% dos agregados familiares têm acesso a saneamento básico.

Esses dados se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,437, medido em 2018, colocando Moçambique entre os 10 países com os índices mais baixos do mundo. Dados do PNUD (2013)

⁴⁵ Segundo o PNUD (2013) 42% da população tem acesso à água potável.

apontam que mais de um terço da população vive com menos de um dólar americano por dia. Isso relacionado ao indicador de qualidade de vida do IDH revela que o país tem como receita média mensal por agregado familiar 1.560 Meticais⁴⁶, o equivalente a 55 dólares americanos.

O transporte coletivo público é praticamente inexistente, levando a uma mobilidade urbana caótica, dominado pela informalidade e pode ser classificado abaixo de precário, como é o caso dos chamados “chapas” (serviços de vans informais) e dos “*My love*”, carretas abertas que recebem esse nome porque as pessoas precisam andar agarradas umas às outras para não cair da condução. Andando por três províncias, observamos a circulação das *Txopelas* (que significa “pendura-te”). Essas motos triciclos são uma alternativa de transporte mais barata em relação aos táxis e circulam nas cidades.

Assim como na maioria dos países de orientação econômica neoliberal, observamos em Moçambique uma ausência do Estado no provimento das condições materiais da população, que vive em situação de extrema pobreza. Verificamos um Estado de Exceção (AGAMBEN, 2002), que leva a uma “vida nua”, em contraponto a existência política, a exclusão em detrimento da inclusão:

O estado de exceção no qual a vida nua era, ao mesmo tempo, excluída e capturada pelo ordenamento, constituía, na verdade, em seu apartamento, o fundamento oculto sobre o qual repousava o sistema político; quando as suas fronteiras se esfumam e indeterminam, a vida nua que o habitava libera-se na cidade e torna-se simultaneamente o sujeito e o objeto do ordenamento político e de seus conflitos, o ponto comum tanto da organização do poder estatal quanto da emancipação dele (AGAMBEN, 2002, p.16-17).

Essa ausência se revela no provimento da saúde e da seguridade, da promoção de trabalho, emprego e geração de renda, na educação, infraestrutura (saneamento, luz-água), mobilidade urbana, serviços urbanos (coleta de lixo, serviços de correios) entre outras políticas de fundamental importância para a sobrevivência e circulação da população. As diferentes lideranças feministas que entrevistei apontam que essa

⁴⁶ Considerando os dados do censo de 2007. A conversão da moeda metical com o real equivale atualmente a cerca de R\$ 16,24 por 1 MZN.

situação que o país vive tem um impacto no cotidiano das mulheres e meninas em Moçambique, pois a omissão e a violência exercida pelo Estado (MBEMBE, 2018a) contra as cidadãs e cidadãos geram, conseqüentemente, violências físicas e simbólicas nas relações familiares e pessoais, extrapolando o espaço público e penetrando nos espaços domésticos (SAMO, 2017; DEUS, 2017; MANDLHATE, 2017).

Isso é resultado das políticas de Estado, que faz baixo investimento político e reduz o financiamento de ações para a promoção de direitos humanos, comprovado pelo relato da Coordenadora Nacional de Gênero do MGCAS, Angelina Paula Lubrino, que teve seu baixo orçamento reduzido ainda mais no início de 2017, restando recursos apenas para a parte da assistência social:

Bom, a atribuição do orçamento foi sempre exígua, sempre uma percentagem muito reduzida, muito mesmo, porque nós temos que saber que aqui temos o Ministério a funcionar, mas também temos o nosso braço executor que é o Instituto Nacional da Ação Social e todos os pacotes de proteção social (...), e lá não falta aqueles carenciados, mal nutridos, doentes crônicos, os paupérrimos mesmo idosos, pessoas com deficiência, estes casos são resolvidos nem com cortes orçamentais, para estes são reservados mas as restantes atividades recebem realmente corte (...) (Angelina Lubrino, entrevista em 18/01/2017).

Ela fala sobre a importância dos ensinamentos de Samora Machel sobre a libertação da mulher, ainda que sua leitura revele uma dubiedade em relação ao conceito de emancipação, que interpretei como “a mulher deve se libertar, porém não muito”:

(...) a nova dinâmica do próprio desenvolvimento do país com novas ideologias fez com que as coisas mudassem, mas foi preservado o ensinamento que o presidente Samora deixou. Ele é o pilar até hoje, embora está sendo retrabalhado, reestruturado. Mas o princípio foi aquele onde ele foi um grande defensor do desenvolvimento da mulher. Quando ele dizia emancipação não é a mulher deixar de pilar o milho. Aliás muitos até agora continuam a ter má interpretação do conceito de emancipação (Angelina Lubrino, entrevista em 18/01/2017).

À sombra da memória de Samora Machel, políticos moçambicanos recorrem às falas do ex-presidente para justificar a atual orientação da política econômica do país. Samora viveu de 1933 a 1986 e é um ícone como líder revolucionário de inspiração socialista, que liderou a Luta pela Independência de Moçambique em relação ao colonialismo português e se tornou o primeiro presidente de Moçambique libertado.

É chamado de “Pai da Nação” e morreu numa suspeita queda de avião em território sul-africano. Em vários de seus discursos públicos defendia a igualdade entre os sexos e a presença da mulher na luta política. Sua visão sobre a participação das mulheres na transformação da sociedade era muito avançada para a época e o contexto em que viveu. Hoje se fala, na boca do povo, que se Samora fosse vivo, Moçambique seria outro país.

2.2 O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS LUTAS

Nesse tópico faremos uma breve retrospectiva histórica sem a pretensão de ser exaustiva, mencionando fatos históricos com foco na resistência das mulheres desde a ocupação do território moçambicano pelo colonialismo se iniciou no século XV e foi se consolidando ao longo dos séculos. Vários/as autores/as contribuem para a elaboração da síntese a seguir, como Benigna Zimba, Josina Machel, Ana Luísa Teixeira, Amélia Bazima, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Severino Ngoenha, José Castiano, Cristiano Matsinhe, documentos e entrevistas.

De acordo com Zimba, os portugueses foram cúmplices de outras nações na rede de tráficos de escravizados e criaram alianças internas para a captura de seres humanos: “Muitos de nós, moçambicanos, não sabemos que foram compatriotas que participaram e tiveram um papel crucial sem o qual os portugueses não tinham como caçar escravos. Já vimos que à frente das caravanas está sempre um africano. Há uma elite [africana] que beneficiou do comércio de escravos” (2016, n.p.).

A Conferência de Berlim chancelou a divisão dos territórios africanos entre os impérios europeus, designando aos portugueses o que nomearam Moçambique, aprofundando a exploração de corpos e territórios (riquezas naturais, força de trabalho de homens e mulheres), ocupação sem perdão. O colonialismo português negava aos colonizados quaisquer direitos, a opressão se dava sobre homens e mulheres que tinham somente a obrigação de reproduzir os sistemas de dominação

colonial fascista. A beleza natural do país não foi destruída, mas as consequências da violência imperial marcam a vida das pessoas:

Falamos de um legado e esse legado é ideológico. Acabou a escravatura e o trabalho forçado, mas ficou uma mentalidade, e uma forma de submissão que é transmitida intrinsecamente de geração em geração - e isso até hoje, para determinados sectores sociais, ainda existe. A submissão não desaparece em 40 anos, a colonização mental não desaparece em 40 anos. Há sempre sequelas. Ao nível da mentalidade, de pensar, de sentir: a maneira como a pessoa [se] senta, anda (ZIMBA, 2016, n.p.).

Zimba (2016) analisa que em Moçambique persiste a escravidão até hoje, refletida no comportamento e simbolizada nas danças e mímicas ligadas à ela:

Ainda dançamos a retratar o que foi a escravatura. A escravatura ainda está na cultura. Há sempre algo que subsiste, que não se tira com tratados. Isto aplica-se à própria realidade moçambicana e às dinastias que tiveram fortes laços com o sistema colonial. Não é fácil fazer com que um descendente de régulo — regra geral, um “chefe negro moçambicano nomeado pela administração colonial para gerir uma região” - entenda que o progenitor era “um grande escravocrata” (ZIMBA, 2016, n.p.).

Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 25 de junho 1975⁴⁷, após dez anos de LALN, movida contra o governo colonial português pela FRELIMO. As mulheres tiveram um protagonismo nas frentes de batalhas, através do Destacamento Feminino (DF), criado em 1967 (CASIMIRO, 2014; TEIXEIRA, 2009; OMM s.d.; ISAACMAN e STEPHEN, 1984). Um contingente importante de mulheres foi agente da revolução moçambicana e estimulou a integração feminina no período pós-independência no âmbito da vida política, econômica, social e

⁴⁷ A independência política de Moçambique foi negociada entre a FRELIMO e o Governo português e firmada no acordo de Lusaka em sete de setembro de 1974.

cultural do país, resultado da sua participação em questões políticas desde o enfrentamento ao regime colonial (ZIMBA, 2003).

O combate buscou, através da participação popular, reconquistar a dignidade, a personalidade e a autonomia de mulheres e homens moçambicanos/os, os seus direitos à própria terra e à vida, a autodeterminação e a independência. Para integrar todas as populações no seu projeto político, a FRELIMO criou estruturas para o envolvimento popular no debate da concepção e adoção dos seus programas, para avançar nas zonas de guerra, nas zonas libertadas e na frente da clandestinidade (BAZIMA, 1994).

O nascimento do projeto nacionalista moçambicano está ligado a dois movimentos históricos opostos e aos nomes de Eduardo Mondlane e da FRELIMO. O primeiro movimento fundamentado na cultura dos diferentes povos autóctones, eram culturalmente homogêneos, com limitações geográficas bem definidas, fronteiras traçadas por Berlim, que não correspondiam às dinâmicas políticas locais, próprias, forjadas pelos diferentes grupos nacionais e com suas estruturas (Estados, Impérios). A extensão de uma identidade política aos grupos culturalmente heterogêneos foi acompanhada por medidas jurídicas, econômicas, políticas e culturais que se inscrevia nas dinâmicas culturais autóctones, “Todavia, nenhuma destas dinâmicas correspondia nem geográfica, nem politicamente àquilo que os portugueses chamaram de Moçambique” (NGOENHA E CASTIANO, 2007, p. 25).

O segundo se baseou na história do movimento Pan-africano, criado pelos/as negros/as na diáspora, o qual nunca renunciou ao objetivo de unir politicamente e de lutar pela autodeterminação dos povos africanos (NGOENHA E CASTIANO, 2007), que impactaram o pensamento do sociólogo e antropólogo Eduardo Mondlane quando esse viveu e estudou nos Estados Unidos e foi funcionário da ONU. No livro “Lutar por Moçambique”, Mondlane (1995)⁴⁸ formula um diagnóstico preciso da relação de dominação histórica que os portugueses estabeleceram com o povo moçambicano, identifica a terra como sendo a principal fonte de lucro e expõe as bases do nascimento do pensamento nacionalista que levou à criação da FRELIMO:

Como todo o nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional

⁴⁸ O livro foi publicado pela primeira vez em inglês com o título “*The Struggle for Mozambique*”, em 1969.

é o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio português. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, territorial, econômica e cultural. Em Moçambique, foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou as bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial (MONDLANE, 1995. P. 87).

Esses dois processos citados suscitaram questões importantes para quem pensava a luta de libertação do povo africano. Por exemplo, qual seria o ponto de partida das lutas de libertação?

Por falta de uma ideia clara de unidade e mesmo de condições práticas para que essa unidade fosse possível, começou-se a falar de unidades regionais. Mas uma vez mais tinha que se definir os contornos políticos e jurídicos de tal unidade. E, sobretudo, definir-se se tal unidade devia preceder ou vir depois das independências, das delimitações individuais daquilo que eram os Estados coloniais (NGOENHA E CASTIANO, 2007, p. 25).

Contudo, prevaleceu a ideia de que era preciso unir as aspirações e ações do ponto de vista da solidariedade social e da identidade política africana. Ngoenha e Castiano (2007, p. 25) afirmam que Mondlane sabia que o quadro geopolítico das independências africanas era apoiado pela ONU, dirigida então pelas mesmas potências que 50 anos antes dividiram o continente “sem se preocuparem nem com as culturas nem com os homens negros que nós somos, com a convivência dos novos dirigentes africanos, deve ser o espaço da colonização europeia, portanto português para Moçambique”.

A formação da FRELIMO ocorreu num encontro realizado em 25 de junho de 1962, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, resultou de um processo complexo de fusão dos movimentos nacionalistas, como a União Democrática Nacional de Moçambique (UNEDAMO), a *Mozambique African National Union* (MANU) e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) (NGOENHA E CASTIANO, 2007). As três organizações reivindicaram a sua legitimidade nos povos respectivos,

decidiram pela união em torno do projeto Frente de Libertação Nacional de Moçambique não como um simples somatório dos grupos etno-tribais, pois desse modo não poderia ser aceita no interior do país. Quanto ao exterior, recebeu do Pan-africanismo uma caução, não uma legitimação, assim como paradoxalmente recebeu aval da ONU e da Organização da União Africana (OUA) como movimento de libertação e posteriormente como representante do povo moçambicano (Idem).

A organizações que aderiram à LALN informavam e mobilizavam os camponeses quanto às intenções da FRELIMO e da guerra, incentivando-os a cultivar para alimentar o exército, assim como transportar armamentos e outros bens por longas distâncias. Nessas atividades, as mulheres tinham uma presença fundamental, como conta a ex-combatente, Hauwa Subed:

Sim, foi duro, mas a verdade é que, antes de começarmos a lutar estávamos a sofrer. Os colonialistas chamavam-nos macacos e não nos respeitavam, Não tínhamos nada, fosse direito que fosse. Antes de vir a FRELIMO, eu já sabia disto mas quando os primeiros camaradas chegaram à nossa zona, discutimos mais profundamente e dissemos: - Esta terra é nossa e estamos a ser roubados. (...) No começo, eram principalmente os homens que tomavam parte da guerra. As mulheres continuavam a trabalhar nos seus campos. Mas, depois, começávamos cada vez mais a tomar consciência de que as mulheres não se deviam pôr a parte. Esta luta era de todos. Foi então que começamos a formar o nosso grupo de milícias. A viagem, da fronteira da Tanzânia até a base, com todo o equipamento à cabeça, podia-se fazer em seis ou sete dias, mas quando encontrávamos os colonialistas, podia durar um mês. Havia minas nos caminhos, havia emboscadas, e as nossas cargas eram tão pesadas!! Às vezes chorávamos, chorávamos... (OMM, s.d., p. 15-17).

Figura 04 - Mulheres na luta armada transportando suprimentos



Fonte: OMM, s.d., reprodução de imagem, p. 17.

Figura 05 - Mulheres participam do Destacamento Feminino



Fonte: OMM, s.d., reprodução de imagem, p. 97.

De acordo com Casimiro (2014), a FRELIMO foi um dos poucos movimentos nacionalistas no continente Africano que defendeu a emancipação da mulher simultaneamente à luta pela libertação do jugo colonial. Durante o II Congresso da FRELIMO, em julho de 1968, foi escrita a Resolução Número 4, sobre a Luta Armada, enfatizando a importância da criação do Destacamento Feminino pelo trabalho que desenvolvia.

Para realizar mais completa e eficientemente a participação da mulher moçambicana na luta, foi criado o Destacamento Feminino, cujas funções principais são:

Mobilização e organização das massas populares;
 Recrutamento de jovens de ambos sexos, para
 engajá-los na luta armada;
 Produção;
 Transporte de material;
 Proteção militar das populações (OMM, s.d., p. 2).

O comunicado final da I Conferência das Mulheres Moçambicanas (CMM), realizada em 1973, situou a mulher moçambicana no contexto internacional, frente a situação das mulheres de outros continentes, revelando a percepção das revolucionárias sobre a situação em outros países, nos quais as mulheres estavam privadas dos seus direitos mais fundamentais, impedidas de participar na vida política, confinadas à vida doméstica. Ao mesmo tempo, a CMM enfatiza as implicações do encontro entre o patriarcado colonial e local: “mas é em países como o nosso, onde concepções tradicionais sobre a submissão da mulher e concepções colonialistas se combinaram ou justapuseram, que esta opressão e exploração atingem graus mais extremos” (I CMM, 1973), causando um complexo de inferioridade nas mulheres, que necessita ser superado (idem).

O sistema colonial agravou a situação interna das mulheres moçambicanas, submetidas a uma concepção dominante no sistema tradicional que as inferioriza com as práticas do *lovolo*⁴⁹ - que as coloca como objeto de compra e venda -, a poligamia e os casamentos forçados e prematuros. Essas práticas são consideradas um obstáculo à sua integração na luta de libertação, pois as condiciona à vida doméstica, a servir aos maridos ou ao trabalho agrícola, impedindo-as de participar nas tarefas políticas culturais e sociais (I CMM, 1973). Esses desafios estão presentes na luta do FM ainda hoje, como relata o depoimento:

Para nós a cultura é dinâmica em todo lado do mundo (...) a cultura cimentada, a cultura negativa não é cultura. A cultura que fere meu direito não pode ser cultura. A cultura que me subjuga, que me discrimina, que só funciona para me oprimir não pode ser cultura, não pode ser algo que eu aceite na minha sociedade, na minha comunidade. A cultura tem que ser justa para nós, não pode criar danos

⁴⁹*Lovolo* é a grafia oficial changana para lobolo, que é a palavra local para designar “o preço da noiva”. É um ritual através do qual a família da noiva é recompensada economicamente pela passagem da mulher e dos seus filhos para a família do marido (TEIXEIRA, 2009; MAÚNGUE, 2015).

físicos, emocionais, essa é uma cultura machista. Queremos uma cultura que mude, porque a cultura é dinâmica, nós queremos sim e estamos a propor a mudança da cultura, é possível substituir elementos e práticas na cultura por práticas positivas e ter uma cultura mais harmoniosa na nossa sociedade e não uma que faz uma menina de 10 anos fugir de casa por ter medo de casar com um indivíduo de 40 anos. Cultura não pode estar só em volta da mulher a prejudica-la. Essa cultura que tem se propagado até hoje e estamos na África tentando mapear onde é que estão os aspectos positivos da cultura, por que se não tiver, não funciona (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

No sentido da superação dessa realidade, consideram a revolução como o momento de reestruturar sobre as ruínas uma sociedade nova, onde o poder pertence às massas trabalhadoras, e por isso a importância da integração das mulheres nas lutas do processo revolucionário, contribuindo diretamente para a vitória da revolução e a para apressar o momento da sua libertação. Essa participação precisava dar-se com a inserção das mulheres no quadro da FRELIMO, com a criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), aprovada pelo Comitê Central em 1972 e que veio somar forças ao trabalho do Destacamento Feminino (DF), agregando militantes potenciais que estavam à margem do processo revolucionário (CMM, 1973). Nesse encontro, foi declarado o 7 de abril como Dia da Mulher Moçambicana, em homenagem à morte da guerrilheira Josina Machel, que era responsável pelo DF. Samora Machel, em seu discurso histórico nessa conferência, intitulado “*A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de continuidade, condição de seu triunfo*”, afirma:

A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado

pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono (MACHEL, 1973).

Para Machel, o fim do sistema de exploração imposto pelo colonizador somente acabaria quando fosse liquidada toda a exploração do “homem” pelo “homem” e a exploração da “mulher”. A pesquisa de Isaacman e Stephan (1984) identifica o aumento da opressão feminina durante o período colonial, pelo fato de trabalharem mais que os homens, e reforçada pelas práticas de subalternização das mulheres, que nas leis consuetudinárias não eram consideradas pessoas no sentido legal e na legislação colonial não tinham nenhuma proteção. Além da disseminação de um padrão cultural de submissão homens e a forte influência do cristianismo, resultante da aliança entre os estados coloniais e a Igreja (MONDLANE, 1995).

A tanzaniana Shireen Hassim (2005) analisa que o nacionalismo pode ser uma faca de dois gumes, permitindo a entrada das mulheres na esfera pública ao mesmo tempo em que preconiza um modelo de sociedade política profundamente marcado por gênero. Na estrutura nacionalista, a inclusão das mulheres não pode ser separada da noção de papéis políticos distintos de gênero, fazendo com que o nacionalismo mobilizasse as mulheres como agentes políticas com responsabilidade ao mesmo tempo que as impedia de exercer a agência para corrigir as assimetrias de poder entre mulheres e homens.

Prova disso é nas zonas libertadas em Moçambique a divisão sexual do trabalho não mudou, continuando as mulheres a preparar a alimentação e a realizar o trabalho doméstico, permanecendo a dupla jornada de trabalho. Conforme Josina Machel, o trabalho feminino teve destaque na área da mobilização e educação política do povo e dos guerrilheiros (homens e mulheres):

Neste trabalho nós explicamos ao povo a necessidade de lutar, que tipo de luta estamos a travar, contra quem lutamos, quais as razões da nossa luta, os nossos objetivos, por que é que escolhemos a luta armada como o único caminho para a independência, quem, são os nossos inimigos e quem são os nossos verdadeiros amigos, etc. Nós explicamos o trabalho que estamos a fazer, os resultados que já alcançamos (MACHEL, 1970, p. 20).

Depois da independência, “a mulher é percebida e representada, em primeiro lugar, pelo seu papel de mãe” (LOFORTE, 2003, p. 54). A condição das mulheres como atrizes invisíveis é histórica também em Moçambique. Apesar dessas ambiguidades o posicionamento da mulher moçambicana no contexto pós-colonial foi profundamente alterado (TEIXEIRA, 2009) devido à sua conscientização e agência política ser um dos objetivos centrais do governo da FRELIMO.

No entanto, o fim da condição de subalternidade africana (Spivak, 1985) em Moçambique, como consequência do fim da presença colonial, não erradicou uma hierarquização de gênero, que resultou parcialmente do que consideramos ter sido uma colagem de um modelo de governação marxista-leninista a uma realidade social, política e cultural extremamente complexa e heterogênea. É, aliás, bem conhecido o debate entre as correntes do feminismo e a teoria marxista-leninista que, no seu enfoque na primazia do capital e na subalternização generalizada dos trabalhadores, negligenciou a condição da mulher (TEIXEIRA, 2009, p. 5088).

No âmbito das relações de gênero, o Programa de Reconstrução Nacional do Governo (PRN) da FRELIMO, baseava-se dos ideários da OMM que tinha por objetivo eliminar as práticas tradicionais, como o *lovolo*, a poligamia e os ritos de iniciação. A OMM trouxe essas agendas à cena pública por considerar que acentuavam a discriminação das mulheres, mas há controvérsias sobre a ausência de uma negociação com a base social acerca das transições de comportamentos em relação a essas práticas. Segundo o ponto de vista de Teixeira “Foram, assim, negligenciadas redes de apoio mútuo entre mulheres, incentivadoras da sua própria construção dos papéis a desempenhar na família” (2009, p.5086).

As transformações nas dinâmicas culturais têm mudado a relação da sociedade com o *lovolo*, mas este costume continua sendo uma questão polêmica, pois pode favorecer a subordinação das mulheres e a perpetuação da violência, como analisa uma das entrevistadas:

Interfere muito, porque nós encontramos até mulheres que acham que “o homem tem direito de me bater porque ele lobolou-me então ele tem o direito de bater-me”. Também encontramos

homens que dizem “eu lobolei a ela e não estou a dever nada a família dela, portanto ela tem que fazer tudo que eu quero”. Mas nós temos estado a trabalhar com esta mulher para lhe fazer ver que o fato dele a ter lobolado não a torna uma peça de roupa que ele usa como quer. Dizemos a ela: “Tu és um ser humano, também tens os teus direitos, aquele lobolo não foi para te comprar, foi apenas para juntar as vossas famílias, foi um símbolo de junção das vossas famílias”. Também estamos a educar as novas gerações para que não valorizem o lobolo (Rafa Machava, entrevista em 17/01/2017).

A prática do *lovolo* persiste nas sociedades do Sul e tem importância fundamental para a condição da mulher, atualmente saindo da realidade rural para o contexto urbano, aliando tradição e modernidade. Nessa forma de casamento os parentes do noivo presenteiam a família da noiva. Sua prática foi acentuada quando “A introdução do trabalho assalariado pela economia colonial pôs fim à utilização de gado como moeda de troca, tornando-se o ritual do *lovolo* um crescente veículo de rentabilização do casamento, pelo investimento nas capacidades produtivas e reprodutivas da mulher” (TEIXEIRA, 2009, p.5080).

A Constituição da República Popular de Moçambique, de 20 de junho de 1975, é o marco da I República, composta de 25 artigos, que revelam sua vocação libertária. Moçambique aparece no artigo 1º como “Um Estado soberano, independente e democrático sob a direção da Frelimo”. O artigo 2º revela a Democracia Popular como a ideologia moçambicana. A Frelimo como a entidade que “supervisiona a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo” está no artigo 3º, revelando a mistura entre o partido e o Estado. Os objetivos fundamentais da República constam no artigo 4º:

A eliminação das estruturas de exploração e opressão coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes é subjacente a extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; a defesa e consolidação da independência e da unidade nacional; o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados;

o prosseguimento da luta contra o colonialismo e o imperialismo (MOÇAMBIQUE, 1975).

Lutar contra o colonialismo, libertar Moçambique e ser soberano eram princípios constitutivos na formação da nação moçambicana, e deveriam marcar sua relação com a comunidade internacional, configurados dentro de um espaço geopolítico determinado e pela unidade nacional (NGOENHA E CASTIANO, 2007)

O processo revolucionário estimulou a participação e, posteriormente, a eleição de muitas delas para cargos públicos em âmbito nacional, ocupando assim espaços de poder e decisão, ainda que nas esferas distritais haja uma baixa participação. Entretanto, o aparelho de Estado cooptou quadros da FRELIMO que mantiveram as estruturas herdadas do sistema colonial, com práticas autoritárias e um modelo de desenvolvimento que caminhou para a estagnação econômica (CASIMIRO, 2014). O projeto nacional, de orientação marxista-leninista aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BID), trocando a construção do socialismo pelo receituário neoliberal.

Os 16 anos de guerra civil (1976-1992) envolveram a Frelimo e os militares da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e foram avassaladores para a construção do Estado moçambicano e a recuperação da vida do seu povo. Com o país fragilizado no âmbito político e econômico, com profundas repercussões sociais, a adesão do governo aos princípios das instituições da *Bretton Woods* (Banco Mundial e FMI) incorporou às políticas de ajuste estrutural em 1987, marcando o ingresso na economia de mercado, a liberalização da economia e a abertura das fronteiras do país para o capital internacional. O Acordo Geral de Paz foi firmado em Roma em 04/10/1994 entre o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama.

O livro “Eu Mulher em Moçambique” organizado por Ana Elisa Afonso (1994), co-editado pela UNESCO e pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), foi escrito nesse cenário de guerra. Resulta de esforços de várias autoras que refletem sobre o sofrimento, os esforços e os desafios enfrentados pelas mulheres nesse período, reunindo textos resultantes de reflexões realizadas em encontros sobre “Mulheres e Desenvolvimento”. Afonso (1994, p.9) avalia que a obra vem à luz num momento de transformação social e consolidação da paz e “pretende sim oferecer pontos de referência que poderão orientar os trabalhos preparatórios da próxima Conferência Internacional sobre “Mulher, Paz e Desenvolvimento”, que terá lugar em Pequim, em 1995”. Nesta

Conferência, a delegação moçambicana contou com a representação de mulheres do Estado e da sociedade civil.

Essa fase da guerra, ainda em andamento, tem sido marcada pela implementação do neocolonialismo (PRAT, 2008; NGOENHA E CASTIANO, 2007), caracterizado pela tomada das decisões políticas pelos “de fora”. Ou seja, por agências econômicas e monetárias, utilizando-se “os controles sobre o comércio exterior e sobre os bancos” (PRATT, 2008, p. 34). De acordo com Loforte (2003), nesse contexto um Estado-nação tem todas as obrigações, mas não tem autoridade para decidir questões políticas ou econômicas, o que leva também a uma crise de pertencimento da sociedade, que constitui o problema cultural da neocolônia, levando à privação das liberdades, utilizando-se do âmbito jurídico-legal e os marcos das normas e tradições, sendo as mulheres as mais penalizadas com políticas de controle sobre os destinos de suas vidas e corpos.

A promulgação da Constituição da República, em 1990, faz a transição no processo de relações democráticas entre Estado e Sociedade Civil, pois deu aparato legal às liberdades civis e políticas, com aumento de Organizações da Sociedade Civil (OSC), que permitiu a emergência de outras formas de organização e associação, assim como estabeleceu as condições para a entrada de ONGs no país. Também possibilitou a organização de partidos políticos, marcando a passagem do país de um sistema de partido único para um sistema multipartidário.

Conforme o antropólogo moçambicano Cristiano Matsinhe (2005), tais medidas provocaram um processo de tensões e conflitos que abriram diálogos entre o Estado e a sociedade civil para o enfrentamento de problemas sociais e econômicos decorrentes da guerra civil, que foi formalmente encerrada com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 4 de outubro de 1992, em Roma. Rehana Carpuchande reflete que, apesar do cenário democrático e a dita abertura ao diálogo, a cultura do silêncio, herdada do colonialismo, moldou as pessoas e persiste ainda na atualidade:

No nosso contexto, embora a opção partidária é livre e a Constituição, no artigo 36, diz que a pessoas não devem ser discriminadas em função da opção partidária, sabemos que no dia-a-dia há muito espaçamento entre aquilo que diz a lei e o que são as práticas. E isso faz com que muitas das vezes as pessoas fiquem num silêncio. A própria colonização fez isso com os negros que acabavam ficando silenciados, que eram oprimidos e isso os

moldou. As pessoas internalizaram essas diferenças. Mas depois a própria independência e a centralização do poder e da economia e a perseguição que se fazia fez com que as pessoas ficassem um pouco silenciadas para essas questões. Até no falar, no expressar-se realmente e que o que está a dizer não vai ter represália, e represália não vem logo. Naquele momento até pode ser dito "isso é bem-vindo, é uma ideia nova", mas depois vai ter implicações. As pessoas eram presas, algumas silenciadas, eram enviadas aos campos de reeducação, por que eram vistas como afronta ao sistema. Mas eram pessoas que pretendiam trazer a ruptura em relação à forma como as coisas vinham sendo abordadas, e mostrar que não tinha era a única via que existia a um assunto em causa, que precisava ser discutido, debatido (Rehana Carpuchande, entrevista em 16/12/2017).

Retomando o pensamento de Matsinhe, ele interpreta a complexidade do período de transição para o pluripartidarismo como o prelúdio da falência oficial do sistema socialista totalitário que interpenetrou as instituições do Estado naquele período e apostava nas “Organizações Democráticas de Massas” para as ONGs e revela a aproximação e a adesão a modelos de organizações sociais vigentes nos sistemas liberais:

A progressiva admissão das ONGs e a omissão/exclusão do Partido Frelimo, como “guia orientador” até nos programas de combate à SIDA, reflete a conjuntura de mudanças e incertezas que caracterizaram Moçambique nesse período, no que concerne à sua linha de orientação político-ideológica (MATSINHE, 2005, p. 46).

A Constituição definiu no seu Artigo 1º que Moçambique é um Estado de justiça social, abrindo uma nova fase de luta pela igualdade de direitos entre os/as cidadãos/ãs. Segundo a moçambicana Amélia Bazima (1992), a nova ordem jurídica consagra o princípio universal da igualdade do homem e da mulher na ordem jurídica. A CR garantiu direitos às mulheres, por exemplo, no Artigo 7º, sobre a igualdade do direito ao trabalho; no Artigo 29º, prevendo igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos; no Artigo 30º, considerando a participação na defesa do

país como um dever central para ambos os sexos; no Artigo 57º, apoia a emancipação da mulher, valoriza e encoraja sua presença na defesa da pátria e em todas as esferas da atividade política, econômica, social e cultural do país (MOÇAMBIQUE, 1990; BAZIMA, 1992). Ainda que as leis estabeleçam a igualdade, o depoimento da ativista a ASCHA evidencia as contradições entre elas e a realidade:

E dizer que aqui em Moçambique a nossa sociedade ainda é muito machista, que olha mais para os deveres do que para os direitos. A rapariga é vista como um objeto, uma pessoa que não tem direitos. Apenas deve cumprir e nada deve ser. Como posso dizer, há uma grande diferença entre o homem e a mulher. A desigualdade de gênero ainda vive na nossa sociedade. Como sempre digo, o colonialismo acabou, mas a escravatura ainda permanece, os homens com poder e as mulheres, as malvistas pela sociedade. Nós queremos uma sociedade com igualdade, onde as raparigas e os homens tenham as mesmas oportunidades (Manu, EC ASCHA, 22/09/2017).

As reflexões da filósofa argentina Maria Luiza Femenías (2007) nos ajuda a compreender a situação em territórios de países em situações pós-coloniais, nos quais os mecanismos de inclusão e exclusão das mulheres são atravessados pela diversidade étnica e cultural, tendo a religião um papel fundamental⁵⁰. Isso levou a um sexismo que está impregnado nas Constituições Modernas, assim como os modelos excludentes não formais que perpassam o tecido social e toda a estrutura da sociedade.

2.3 RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO PERÍODO COLONIAL

Aqui abordo as diferentes formas que assumiu o enfrentamento de homens e mulheres à exploração colonial portuguesa em Moçambique, entre as quais, a luta contra a exploração colonial, a resistência ao impedimento da formação de movimentos políticos dentro e fora do país e o papel dos intelectuais, do movimento cultural (HEDGES e CHILUNDO, 1999) e do artivismo. A peça de teatro intitulada “A festa

⁵⁰ Uma parcela de 28% da população é católica, seguida de muçulmanos (18%) e dos que seguem a religião Sião/Zione (16%). Os seguidores das igrejas evangélicas e pentecostais são 11% e 19% declara não professar religião (INE, 2010).

do preto”, representada pelo grupo teatral *Mintsu*⁵¹, formado por jovens atores moçambicanos, retrata a realidade cotidiana, abordando questões como o desemprego, o transporte, a saúde e as relações humanas, representa um exemplo desse enfrentamento. Numa de suas falas, um personagem afirma: “O inimigo entrou dentro de nós”.

Para ilustrar os efeitos do colonialismo na vida das mulheres trago uma parte da entrevista com a ativista do FM, Nzira de Deus, refletindo sobre o passado colonial e sua presença ainda hoje:

Não sei como posso trazer essa reflexão sem olhar o colonialismo como uma exploração, tudo que é opressão, exploração não vai trazer nada de bom, só reforça as diferenças, as desigualdades e a exploração. Um grupo que vem colonizar o outro entra numa sociedade dando poder mais a um grupo do que ao outro. No caso de Moçambique a diferença entre homem e mulher sempre existiu e a colonização vai reforçar o poderio deste grupo masculino em detrimento do grupo feminino (...). (...) eu não consigo identificar aspectos positivos do colonialismo (...) no tempo colonial as mulheres passavam muito mal, eram muito oprimidas, eram muito violentadas, violadas então nem falo. Não tinham sequer palavra e hoje continuamos na mesma situação. Se o colonialismo é um processo de exploração, de expansão, de imperialismo que vem associado ao capitalismo, de retirada de recursos e hoje vejo isso a acontecer também com as grandes companhias chegando aqui para tirar riqueza ou explorar os nossos recursos. No fim do dia, quem está sofrer nesse processo todo são as mulheres, porque quem de fato trabalha a terra e produz alimentos são as mulheres. Quem faz a gestão, quem faz a manutenção dos recursos são as mulheres. E é delas que a terra está sendo tirada e sendo negociada com quem? Com os homens: é de homem para homem, de cavalheiro para cavalheiro. As senhoras não estão no espaço da negociação e se formos olhar para a história é mesma coisa. Quando chegou o colono encontrou Ngunghane, encontrou Subuza, se formos a ver

⁵¹ *Mintsu* é do idioma changana e significa “raiz” em português. Assisti uma montagem dessa peça no Teatro Gil Vicente em dezembro de 2017.

os nomes todos quem negociava aquilo, a invasão portuguesa, machistas todos eles com quatro ou cinco mulheres. O colono chegou lá e reforçou o poderio deles. (...) o neocolonialismo continua também perpetuando as mesmas coisas, não tem trazido nada de positivo e na verdade a nossa luta também é anticolonialista. Há vários “nós”. Como movimento da MMM temos companheiras em vários países se queixando da exploração e de ocupação dos seus territórios e dos seus corpos. Na história de Moçambique a maneira de agradar o colono era oferecer mulheres: “pode dormir com esta que escolhe uma destas mulheres para poder se deitar com ela”. Não muda nada e é o que acontece hoje, então só reforça o lugar de objetificação da mulher (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

O período do Estado Novo em Portugal (1926-1974) e a influência do fascismo provocou um endurecimento do colonialismo, acentuando a exploração, a repressão, a utilização do confronto direto, da violência e das armas. A repressão política tentou impedir as organizações anti-coloniais. Os colonos utilizaram táticas de cooptação, enquadrando em moldes aceitáveis as aspirações da elite moçambicana para evitar o surgimento de uma plataforma anti-colonial comum entre a pequena burguesia de diferentes origens sociais/raciais e os extratos sociais mais explorados fascista (HEDGES e CHILUNDO, 1999).

Após a II Guerra Mundial alguns fatores contribuíram para a resistência do povo moçambicano: havia um clima favorável às lutas antifascistas, e em 1945 foi criada a ONU, sendo sua prerrogativa obrigar os países colonizadores a preparar os países colonizados para a independência. No mesmo ano aconteceu o V Congresso Pan-Africano que reivindicou o fim do colonialismo e a independência para todas as colônias, assim como a Índia conquistou a sua em relação ao regime inglês.

Foi nesse ambiente de luta antifascista e anti-colonial internacional e de confrontação pela retomada rígida do regime colonial na África Austral que foram criadas pelo regime colonial associações com aparato legal, pelas quais pretendia-se neutralizar a resistência e enquadrar as aspirações culturais e políticas da pequena burguesia e dos vários grupos raciais: o Centro Associativo dos Negros de Lourenço Marques; as Associações Africanas de Lourenço Marques e de Quelimane e o Núcleo Negrófilo de Manica e Sofala (HEDGES E CHILUNDO, 1999, pág. 202).

Acontecimentos ocorridos nos finais da década 1940-50 mostraram que quaisquer iniciativas a favor dos negros através dessas associações legais seriam reprimidas pelo regime colonial, fazendo surgir em Lourenço Marques⁵², em 1949, o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), que funcionava dentro do Centro Associativo dos Negros (CAN), que mais tarde organizaram a fuga de jovens para a FRELIMO e estabeleceram uma rede de informações dos movimentos e ações do Governo e Exército colonial, através do contato com mulheres prostitutas (CASIMIRO, 2014). Esse era o novo nome do Instituto Negrófilo, e tinha por objetivo “fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sua comunidade” (HEDGES E CHILUNDO, 1999, pág. 203).

O aparelho repressivo colonial era integrado pelos administradores coloniais, os sipaios, os régulos aliados, os capatazes e os recrutadores das plantações e trabalho migratório, que tiveram um papel fundamental na disciplinarização da divisão de trabalho colonial: a qualificação e a identificação da força de trabalho e sua distribuição entre as várias exigências da economia colonial. Hedges e Chilundo (1999) apontam que o recurso à violência (física e simbólica) era parte integrante do aparelho, mas mesmo diante da opressão os trabalhadores não se renderam, organizando a resistência

Quando o regime salazarista entrou na defensiva, a repressão à atividade política moçambicana foi realizada com meios mais sofisticados e camuflados de controle do trabalho. Contudo “o rigor da repressão, a intensificação da exploração rural e das barreiras raciais no trabalho, a crescente divisão e alienação das terras em benefício dos colonos e a discriminação religiosa” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 97) inspiraram a revolta, o que implicou em diferentes reações e formas de contestação, constituindo a resposta moçambicana à situação colonial.

Em 1961, as organizações moçambicanas (articuladas dentro do país) coordenaram a luta anti-colonial, unificando as diferentes estratégias e construindo um programa e um aparelho político capaz de enfrentar a forma específica de colonialismo em Moçambique (HEDGES e CHILUNDO, 1999), que resultou na FRELIMO.

Teixeira (2009, p.5082) afirma que “A contestação ao regime colonial português e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência foram não raro protagonizados por mulheres em Moçambique, e a sua inclusão nos estudos de gênero sustenta-se na necessidade de reconhecer

⁵² Antigo nome de Maputo.

o seu papel interventivo no processo histórico”, desafiando a contextualizar social e culturalmente a análise da condição da mulher africana.

A resistência ao regime colonial persistiu com greves encabeçadas pelos/as trabalhadores/as das açucareiras, dos caminhos de ferro, com motins nas pedreiras, protestos etc. Foram ações motivadas pelos acontecimentos internacionais com informações transmitidas por rádio, encorajando os oponentes ao regime colonial. As mulheres protagonizaram protestos como a greve ao cultivo forçado do algodão, em 1947 (TEIXEIRA, 2009).

Teixeira (2009) ressalta que nesse período a força de trabalho das mulheres foi imprescindível na agricultura devido ao deslocamento dos homens para o trabalho estatal, às companhias concessionárias e à migração para as minas de ouro na então Rodésia (atual Zimbábue) e na África do Sul. O cultivo forçado de algodão, sisal e tabaco passa a ser feito por mulheres nas províncias de Tete, Zambézia, Sofala e Manica.

Entre 1945-55, formaram-se associações e movimentos juvenis, como o Movimento dos Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM), que fazia intensa propaganda contra o Estado Novo, distribuindo panfletos clandestinos com textos como “Combater as grandes injustiças sociais de que estavam a ser vítimas dos trabalhadores por parte dos patrões... (e)... promover a unidade de todos os africanos” (SOPA, 1985 *apud* HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 202).

No período 1940 a 1950, a luta de camponeses/as e demais trabalhadores/as somou-se à resistência e sofreu fortes ataques da estrutura repressiva, que considerava o povo moçambicano como força de trabalho para o capital e para isso mobilizava todo seu aparato para impedir os direitos políticos, pois “O objetivo principal da administração colonial era manter, de uma forma permanente, e para seu proveito econômico, a submissão das populações dos territórios ocupados” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 209).

A resistência às culturas forçadas (*chibalo*) e ao empobrecimento manifestou-se em diversas regiões do país, tendo as mulheres um importante papel na resistência. Elas se recusaram a abandonar as machambas de subsistência para plantar as sementes de algodão para o colono (HEDGES e CHILUNDO, 1999; TEIXEIRA 2009). A agência das mulheres esteve presente na organização de turnos de distribuição do trabalho no cultivo do algodão através de uma rede de apoio mútuo chamada *mafunana*, o que permitiu a manutenção das machambas para o sustento próprio (TEIXEIRA, 2009).

As formas de resistência às culturas forçadas eram diversas, por vezes silenciosas e sutis⁵³: como cozinhar clandestinamente as sementes, semear e queimar fora do prazo indicado e cultivar áreas menores do que as estipuladas pelo regime. A resistência incidiu, igualmente, “contra os baixos preços oferecidos nos mercados e através da recusa em transportar o algodão em grandes distâncias, à cabeça, para o mercado” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 211). Também ocorriam fugas para as zonas onde a administração colonial era menos eficiente e, conseqüentemente, menos violenta, assim como a participação nas lutas de trabalhadores/as em territórios vizinhos, favorecendo a troca de experiências e de estratégias de luta.

Segundo Hedges e Chilundo, somavam-se a essas táticas os encontros clandestinos para organizar a resistência, principalmente em relação ao cultivo forçado de algodão. Esse movimento nomeou-se *mfluxe-mfluxe*, que na língua Tsonga significa “coisa desconhecida que anda de noite” (1999, p. 212). A comunicação entre ativistas era feita por mensageiros/as de confiança e, caso as formas de resistências cotidianas não dessem resultados, eram organizadas manifestações.

Os autores destacam que a ideia de “superioridade cultural” do regime colonial teve sucesso temporário com a disseminação de padrões culturais favoráveis à dominação (HEDGES E CHILUNDO, 1999, p. 221). Para isso, foi instituído um sistema educacional e religioso cujo objetivo era descaracterizar e despersonalizar sistematicamente homens e mulheres moçambicanos (cultivando valores como amar o Estado, a pátria portuguesa e a Igreja católica) para negarem sua própria cultura e modos de vida.

Parte da reestruturação do colonialismo alicerçou-se na urbanização crescente (TEIXEIRA, 2009), trazendo desafios às posições tradicionais das mulheres, especialmente sua ligação com a agricultura.

A exploração por parte das autoridades coloniais portuguesas, a necessidade de devolver o valor do *lovolo*, no sentido de pôr fim ao casamento, ou a perspectiva de alterar a sua condição financeira, conduziu a vários movimentos migratórios de

⁵³ As ações de resistência das mulheres remeteram ao estudo “Formas cotidianas da resistência camponesa” do americano James Scott (2002), que fez uma etnografia entre 1978 e 1980, em uma vila da Malásia, destacada produtora de arroz. Ele analisa uma tentativa de boicote - protagonizado por grupos de mulheres que transplantavam mudas de arroz – aos proprietários que contrataram colhedeiças automáticas para substituir o trabalho manual.

mulheres para as cidades, designadamente para a capital, então Lourenço Marques. Estas deslocações em massa tiveram início nos primeiros anos da década de 1940, sendo que muitas mulheres se viram obrigadas a recorrer à chamada “economia paralela”, experienciando uma precariedade em muito resultante do fraco investimento na educação por parte da governação colonial (TEIXEIRA, 2009, p. 5082).

A contestação cultural a partir de experiências concretas do povo moçambicano colocou obstáculos aos valores impostos pelo regime português, a partir de uma estratégia de reformulação e resistência da cultura popular contra a realidade colonial. Foram valorizados os contos narrados em ambientes familiares, as músicas e canções dos trabalhadores nos campos e nos portos, a dança, as artes plásticas (esculturas e máscaras), a pintura, a literatura oral e escrita, constituindo formas de crítica social e de protesto utilizando-se das línguas locais.

“Estas formas de expressão foram as mais viáveis, porque, eram, geralmente, imunes à censura colonial, por serem, em grande medida, incompreensíveis ao colonizador, que menosprezava a língua e a cultura do povo” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 222). Na literatura destacou-se a presença da poetisa Noémia Sousa como representante de uma nova geração surgida nos anos 1940, que somou sua intelectualidade à contestação, com poemas como “Se quiseres me conhecer”:

Se quiseres compreender-me
vem debruçar-te sobre minha alma de África,
nos gemidos dos negros no cais
nos batuques frenéticos dos muchopes
na rebeldia dos machanganas
na estranha melancolia se evolvendo...
duma canção nativa, noite dentro...
E nada mais me perguntas,
se é que me queres conhecer...
Que eu não sou mais que um búzio de carne
onde a revolta de África congelou
seu grito inchado de esperança (2016, p. 40-41).

2.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS DAS MULHERES NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O protagonismo das mulheres numa primeira fase do período pós-independência em Moçambique estava conectado a uma agenda dos novos movimentos sociais em âmbito transnacional, centrada no enfrentamento à globalização capitalista, voltados à superação da exclusão e a promoção de práticas de gênero emancipadoras.

As denúncias ao colonialismo e seus efeitos perdura ainda hoje nas músicas, museus, documentários, filmes e na literatura, que tem como uma de suas expoentes a escritora Paulina Chiziane. Na sua obra “*As Andorinhas*” (2016), a autora conta histórias de resistência ao colonialismo e o papel das mulheres na sobrevivência das sociedades e os dilemas que se colocam à medida que os costumes e tradições entram em choque com outros processos:

Sou filho de uma pátria agreste onde se matam os homens para que as mulheres sofram de enxada na mão, alimentando, sozinhas a nova geração de escravos. Sou dessa pátria explorada, mas não serei um machileiro, nem mineiro, nem polígamo. Muito menos um escravo. Por que um chivambo não chora, dizia a mãe. Um Chitlango não se verga, mesmo que sofra, repetia a avó. De repente cai na realidade: serei mesmo rei? (...) Protector de quem se sou protegido por duas pobres mulheres que se esfalfam de sol a sol para me garantir alimento? (CHIZIANE, 2016, p. 37).

São as contribuições de várias autoras e entrevistadas que contribuem para a síntese a seguir, como Molar Ogundipe, Ana Luísa Teixeira, Rafa Machava, Graça Samo e o destaque para o livro “*Paz na Terra, Guerra em Casa*”, de Isabel Casimiro (2014), que faz um estudo histórico-sociológico sobre as organizações de mulheres em Moçambique. O início dos movimentos pela emancipação das mulheres tem raízes nesses processos históricos, encontrando um campo fértil na luta anticolonial, perdurando no período pós-independência, revelando a dificuldade dos políticos nacionalistas em aceitarem as mulheres nas frentes de lutas e em cargos de poder e decisão (CASIMIRO, 2014).

Articulando uma visão ampla com questões da realidade em África, Casimiro (2014, p. 75-76) trata das “vagas do feminismo”⁵⁴, concluindo que os movimentos de mulheres e feminismos emergem historicamente de quatro frentes: 1) o movimento endógeno de mulheres nas sociedades africanas; 2) a resistência anticolonial; 3) os movimentos de libertação nacional; 4) as ações de grupos de mulheres profissionais e acadêmicas, com independência econômica. Dessa diversidade surgem movimentos representativos misturando diferentes correntes feministas, como a endógena, a liberal, a radical, a socialista, a marxista, as feministas negras da diáspora. Todos focados na emancipação da mulher nas sociedades⁵⁵.

Esses movimentos questionaram os paradigmas de desenvolvimento conservadores e conformistas, confrontando-os com o resgate da história das mulheres sem cair nos erros da corrente central da historiografia Africana⁵⁶, que desconsidera as especificidades das experiências e as diversidades das mulheres dos países africanos (CASIMIRO, 2014). Inclusive a importância do protagonismo e da agência das mulheres na história da África para a construção de sua autonomia econômica, como demonstrado no depoimento da Coordenadora da Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Rafa Machava:

(...) é um desconhecimento da realidade local que vocês não têm e mesmo se eu te levar para uma comunidade tu vais lá encontrar mulheres fortes, as mulheres que asseguram os lares hoje são as mulheres porque elas trabalham dia e noite elas podem estar a vender na rua e ainda saírem dali para ir fazer comida para as famílias em casa, são mulheres muito fortes de muita garra, temos mulheres aqui que já são empresarias partindo do nada, nós também lutamos mas é verdade que a maior parte ainda são coitadinhas, mas há muita mulher em termos de percentagens, as mulheres que ainda são coitadinhas se calhar ainda são

⁵⁴ O que equivale nos estudos feministas do Ocidente às “ondas do feminismo”.

⁵⁵ Casimiro salienta as nuances e características diferenciadas dos países africanos, gênero-sexo, raça-grupos étnicos, classe, estatuto, idade, religião, momentos históricos e territorialização, revelando seu olhar interseccional na análise.

⁵⁶ Segundo a autora, a historiografia africana foi hegemonizada por três paradigmas a partir de 1960: a Escola Nacionalista, a Escola do Subdesenvolvimento ou da Dependência e a Escola Marxista.

menores em relação aquelas que já avançaram bastante, mesmo a nível das comunidades, com aquela pobreza toda podes apanhar uma mulher que tem um hectare de machamba para alimentar uma comunidade inteira sendo uma mulher (Idem, entrevista em 17/01/2017).

Após as independências as relações entre a sociedade e o Estado na África são fortemente influenciadas pelo modelo ocidental e do norte: os países “libertados” passaram a ser dirigidos pela pequena-burguesia e se caracterizaram pela crise de acumulação capitalista, pela ditadura de partido único e pela ausência de democracia social (CASIMIRO, 2014), onde se destaca o impacto desses contextos na vida das mulheres. A coordenadora do Secretariado Internacional da MMM, Graça Samo, analisa a resistência das mulheres no que se refere à permanente ocupação de seus corpos-territórios e o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento neoliberal e suas mazelas na vida das pessoas:

Olha por exemplo, quando a gente fala de alternativas da Marcha, a gente fala de como constrói a democracia, para fortalecer a organização das mulheres, tem que construir os valores da democracia e da liberdade e da justiça e da coletividade, esses conceitos todos. E quando a gente vai para uma dimensão do que fazer? A gente diz as mulheres estão em resistência, resistimos contra o que? Contra todas as formas de opressão, contra todas as formas de instrumentalização do nosso corpo, da nossa mente, do nosso trabalho, a defesa da terra, corpo, terra e território, como a gente diz. A defesa do corpo-terra-território significa você ter que resistir "a dizer que não queremos isso", fundamentados em princípios que contrariam nossos valores, que atentam contra a vida, que atentam contra a sustentabilidade de vida, mas como alternativa, o que que nós queremos? Por que lutamos contra as transnacionais? Por que são elas a representação do capitalismo, a representação mais alta de como o patriarcado de sustenta, como se retroalimenta, através dessas forças de controle, de ocupação e intimidação. Quando falamos do tema da militarização, muitas coordenações trabalham esse tema, é por que é um instrumento de controle das mulheres, essa

violência que a gente tá falando é a forma como o sistema toma para controlar, para intimidar, causar medo e manter a mulheres naquele lugar de controle. Então como a gente trabalha para romper isso, como que a gente constrói as alternativas? (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Casimiro (2014) dialoga com essas questões e analisa que a cidadania e a democratização no continente africano são pouco refletidas, levando a uma elaboração superficial e reducionista sobre as consequências da colonização portuguesa, ainda que os movimentos de mulheres e feministas tenham buscado alternativas fora do receituário tradicional para analisar as ações da sociedade civil:

(...) as mulheres têm sido exímias na sua capacidade de ‘costurar’ diferentes estratégias de resistência, em espaços para si desconhecidos, mas em que elas penetram através duma construção diferente de espaço, através de uma diferente linguagem, maneira de vestir, de cuidar da sua família, através de redes que vão engendrando, e em que se verifica uma miscigenação de culturas (CASIMIRO, 2014, p. 146).

As organizações de mulheres em África precisam ser analisadas de forma ampla, buscando na história o contexto das organizações tradicionais de mulheres, o quadro de participação na luta armada e o processo de chegada das ONGs. Casimiro (2014) considera importante ainda os aspectos sociais, político, econômicos, culturais, ideológicos e psicológicos, as dimensões objetivas e subjetivas das mulheres moçambicanas e das organizações estudadas. A autora busca as raízes no período da pré-colonial, na luta contra o sistema escravagista, no período colonial, na organização da resistência armada, na ação da FRELIMO, no período pós-independência. Acrescento a reflexão sobre a atualidade e à resistência ao neocolonialismo.

O movimento de mulheres em Moçambique conhece ritmos diferentes, desde os anos 1960, estando hoje num processo de transformação, através das práxis política, sendo de destacar as respostas do Estado a tal ativismo, através de mecanismos políticos e legais que, se por um lado, abriram espaços para diferentes tipos de

participação, também bloquearam ou dificultaram os espaços públicos, conquistados pelas mulheres. Neste sentido, é possível ver como as diversas organizações engendram respostas diferentes, procurando algumas aliar-se aos partidos ou ao governo, e outras, construir plataformas de solidariedade, através do reconhecimento do que as mulheres podem trazer para estas plataformas, a partir das práxis do seu ativismo. O papel do Estado tem sido, pois, contraditório, na medida em que cria as condições para o processo de democratização mas, ao mesmo tempo, considera subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, alicia outras, apoia movimentos conservadores no sentido de neutralizar o movimento progressista de mulheres e, aprova projetos econômico-sociais, que excluem camadas crescentes da população (CASIMIRO, 2014, p.332).

Segundo Casimiro, a participação na luta armada levou as mulheres a questionar as relações sociais de gênero e o projeto de sociedade a ser construído mas “não se verificou um repensar das tarefas reprodutivas da mulher, ou seja, das tarefas invisíveis que já se ocupavam bastante, e que contribuíram para aumentar seu tempo de trabalho, no âmbito da divisão sexual do trabalho” (2014, p.190). Outro ponto que identifiquei como sendo sensível, tratado ainda como segredo é o tema dos “campos de reeducação”. Uma entrevistada que pediu para não ser identificada fala das contradições que envolvem esse período:

Tu tinhas que provar que tinhas uma ocupação e se não tivesse as pessoas eram enviadas para os chamados campos de reeducação, no Niassa, por exemplo. A informação que nos chocou é que mulheres que eram trabalhadoras do sexo foram levadas para lá. Elas estavam conosco desde o início da luta pela independência e até hoje me lembro dos seus nomes. Tu estas a me fazer entrar em coisas tão particulares e poderia te dar outros tipos de respostas e a falar sobre outras coisas, mas nem sempre que a gente tem a oportunidade de falar disso. Depois algumas delas saíram e nos procuraram. Mulheres absolutamente desfeitas. Eu lembro-me de ter conversado com elas, e uma das

coisas que elas disseram "mas por que que nos levaram se foi para continuarmos a fazer a mesma coisa". Portanto elas foram levadas para serem usadas sexualmente pelos militares (Entrevistada 2017).

Esses episódios e muitos outros que existiram fazem parte do rol de temas tabus, que estão colocados sob silenciamento, especialmente por parte do poder público. Dentro dos paradoxos do período pós independência surge em 1973 a OMM, organizada nacionalmente e voltada para mobilizar as mulheres para integrá-las nas tarefas de reconstrução do país.

A estreita ligação da OMM com a Frelimo e com a ideologia marxista-leninista contribuiu para politizar o posicionamento social e cultural das mulheres, atribuindo às moçambicanas um protagonismo, ainda que marcado pela divisão sexual da atividade política: “A participação de mulheres nos próprios Grupos Dinamizadores, iniciativa governamental no sentido de mobilizar e consciencializar politicamente as populações locais, se limitou ao serviço social, sendo que os homens mantinham o poder decisivo” (TEIXEIRA, 2009, p. 5085 *apud* ISAACMAN E STEPHEN, 1980, p. 30).

O governo da Frelimo, com a agenda da OMM, implementou políticas sociais para incentivar a participação feminina na atividade política, como as creches. O empenho da Frelimo e da OMM resultaram, por exemplo, na nomeação de Graça Machel como Ministra da Educação e a uma ocupação significativa de quadros femininos no Comitê Central: em 1991 foram 57 de mulheres a ocupar cargos, num total de 160 membros (TEIXEIRA 2009).

Em 1980 foi criada a União Geral das Cooperativas Agropecuárias de Maputo (UGC), quando o Presidente da República Samora Machel apelou à criação de “Zonas Verdes” e “Machambas do Povo” para resolver os problemas de alimentação da população urbana e gerar renda às famílias desempregadas e sem terras. A UGC apresentou uma agenda de políticas públicas para a agricultura e para a assistência técnica à produção anual nas machambas, em diálogo com outros movimentos sociais.

Casimiro argumenta que a OMM e a UGC são organizações características do período revolucionário, gestadas em climas políticos distintos, num contexto de crise devido à saída de técnicos que voltaram para Portugal e à desestabilização movida pelo *apartheid* da Rodésia e África do Sul. Ambas “com características endógenas, fruto de

necessidades concretas, sentidas pelo movimento de libertação ou por grupos específicos de mulheres, distinguindo-se, deste modo, das organizações criadas no período que se segue à imposição do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), em 1987” (2014, p. 240).

Novas organizações surgem a partir das possibilidades previstas na segunda Constituição de 1990, período marcado por mais autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido Frelimo. Nessa fase destacamos a criação em 1991 da MULEIDE, que tem como foco a defesa e consolidação dos direitos das mulheres, envolvendo movimentos, governos e ONGs. Entre suas ações destaca-se a troca de experiências nas áreas de educação legal, reforma política, serviços jurídicos, a promoção de direitos civis como instrumentos de organização, a investigação de problemas legais e a implantação de uma rede regional de emergência às violações das mulheres (especialmente a violência doméstica) (MACHAVA E NOA, entrevista em 17/01/2017).

De acordo com Casimiro (2014), a Associação Moçambicana Mulher e Educação (AMME) foi criada em 1994 e estava presente em várias províncias. Seu objetivo era pressionar o Ministério da Educação para educar as mulheres, criando Centros de Formação Permanente voltados às estudantes adultas e raparigas, bem como a mulheres docentes, ministrando cursos de alfabetização e organizando cursos intensivos de formação profissional.

Entretanto, as políticas de ajuste estrutural levaram ao desmantelamento do que ainda era um embrião de um Estado de bem-estar social, considerado economicamente incapaz de promover o desenvolvimento. Surgiram Socos para contribuir com a governança, realizando pressões e controle sobre as instituições do Estado. Parte delas eram financiadas por recursos internacionais intermediados por ONGs e motivadas pela imposição da ajuda externa ao desenvolvimento do país, num ambiente neoliberal de crítica ao papel do Estado.

Casimiro (2014) chama atenção para o papel ambíguo das ONGs. Por um lado, elas têm um papel fundamental em projetos de desenvolvimento, inclusão social, observação dos direitos humanos, tendo como método o diálogo com a sociedade civil. Entretanto, por outro, argumenta sobre o perigo de ONGs substituírem as políticas públicas efetivas e beneficiar mais “profissionais da ajuda de classe média global do que os ‘receptores’ da ajuda” (CASIMIRO, 2014, p. 153). Ogundipe (2013, p. 46) alerta para o “crescimento cínico da indústria das ONGs” em África, com ingerências e discursos que se apropriam dos movimentos, sem compreender as raízes e a natureza dos problemas das mulheres.

As justificativas para o surgimento das OSCs baseavam-se na avaliação de que eram capazes de contribuir com a governança, realizando pressões e controle sobre as instituições do Estado. Muitas dessas foram financiadas por recursos internacionais intermediados por ONGs e motivadas por fatores como a imposição da ajuda externa ao desenvolvimento do país num ambiente neoliberal de crítica ao papel do Estado (CASIMIRO, 2014).

Iniciativas de grupos específicos com necessidades concretas de sobrevivências mais eficazes e efetivas criaram organizações para gerar alternativas de desenvolvimento em nível micro. Entre estes grupos estão as organizações de mulheres de caráter voluntário que surgem na década de 1980, sem fins lucrativos, baseadas em solidariedades “tradicionais” do período pré-colonial, que são reproduzidas no período pós-independência. Amadiume (1997 *apud* CASIMIRO, 2014) os caracteriza como movimentos antipoder, por manterem sua autonomia, sua forma de viver e de se relacionar. Estas formas de entreatajuda e solidariedade ao nível da base resistiram ao período colonial e, segundo a autora, hoje são importantes estratégias de sobrevivência em âmbito rural e urbano, às quais as pessoas tinham pertencimento por parentesco, etnia, território, filiação, nascimento, idade ou sexo. Essa experiência é importante ainda hoje, “num momento de adaptação às novas condições de vida, e de reestruturação das redes de solidariedade” (CASIMIRO, 2014, p. 218).

O Gabinete da Esposa do Presidente da República (GEPR) foi criado em 1990, sob a responsabilidade da Primeira-Dama, com a tarefa de auxiliar as pessoas em suas necessidades materiais, orientado por uma perspectiva assistencialista. Recebeu recursos do PNUD e de outras fontes internacionais. Em razão da ligação de suas dirigentes às elites no poder, Casimiro (2014, p. 206) caracteriza essa organização como *femocrata*: “A *femocracia* é uma estrutura de poder feminino antidemocrático, que se proclama em defesa da mulher comum, mas que não a realiza na prática, por estar dominada por uma pequena elite de mulheres (...)”. A nigeriana Molar Ogundipe analisa que nesse período predominou a visão do “primeiro damismo” em grande parte do continente, sendo um dos setores, entre outros, que tentou se apropriar dos movimentos de mulheres também em outros países africanos, como Nigéria e Gana (OGUNDIPE, 2013).

O Fórum Mulher (FM) - Coordenação para a Mulher e Desenvolvimento foi criado em 1990, e articula um conjunto de organizações de mulheres e feministas, que funcionam tanto dentro do país, como algumas das mencionadas anteriormente, como organizações internacionais, que declaram ter como objetivo lutar de forma coletiva por

políticas públicas, pela liberdade e igualdade das mulheres, como aprofundarei nos capítulos 6 e 7.

2.5 (RE) CONSTRUÇÃO DO ESTADO MOÇAMBICANO: PAZ PARCIAL, GUERRA PERMANENTE

Moçambique vive uma realidade de (re) construção do Estado e da vida das pessoas, que é um mosaico dos processos devastadores que viveu na sua história de escravização, colonialismo, lutas de libertação, guerras civis e neocolonialismo. Ainda que alguns estudos considerem que o país teve uma história de sucesso no sentido da construção da paz e do desenvolvimento, observa-se um estado de guerra permanente, um processo frágil sob constante ameaça, pois atualmente vive em estado de alerta devido aos conflitos internos em algumas regiões do país, promovidos pela rivalidade entre a Frelimo e a RENAMO e também por grupos ditos islâmicos que atuam ao norte do país com rebeliões e focos de violência. Essa questão tem sido central nas lutas dos movimentos de mulheres, conforme a ativista e coordenadora da WLSA, Terezinha da Silva, que expressa o papel ambíguo do BM/FMI:

Eu estava a ler um relatório sobre pobreza em Moçambique e que o FMI dizia que os pobres agora são mais pobres do que em 2000. A desigualdade entre os que tem e os que não tem aumentou. Aumentou a pobreza urbana, estão a morrer de fome. Então agências internacionais e os que emprestam dinheiro em Moçambique levam uma abordagem sobre o apoio as necessidades básicas da população a questão da água, a questão da saúde, a questão da irrigação portanto não depender só da chuva, a questão das cadeias de valor eu estou a produzir tenho que ter condições para poder chegar e vender (...). Então, essas dificuldades as pessoas pensam que é o destino e essa questão da violência está muito interligada com as muitas necessidades básicas (...). Então o povo africano, o povo moçambicano é resiliente olha as lutas, olha as guerras que nós tivemos, desde a independência, desde antes da independência, no tempo colonial, depois da guerra dos 16 anos e agora há esta guerra. Então as pessoas fogem, saem das suas casas, nós aguentávamos, nós morríamos até ter que sair de

casa, fugir porque há conflito de poder, é tudo poder. De poder de ter o norte, de ter o centro por causa das riquezas do sub-solo. Eu também não havia de aguentar, pronto não sou *bantu* mas é muita resistência, então isso realmente, eu aceito que este investimento todo para as necessidades básicas para as pessoas terem o mínimo, é verdade que também há muita diferença entre nós, aqueles que têm, e aqueles que não têm (Terezinha da Silva, entrevista em 12/01/2017).

A inglesa Meera Sabaratnam (2017)⁵⁷, em seu livro *Decolonising Intervention International Statebuilding in Mozambique*⁵⁸, argumenta que o país ainda vive em estado de guerra, apesar da realização de eleições democráticas e a desmobilização das armas sob a supervisão da ONU após o fim da guerra civil em 1992. O alto crescimento do PIB, a abertura democrática, as medidas de reestruturação econômica e política com o apoio de organizações internacionais, (especialmente da Breton Woods, doadores bilaterais, agências multilaterais e ONGs) e o registro de uma queda no nível de pobreza absoluta entre 1996/7 e 2003/4 (FMI, 2007), não foram suficientes para calar as armas: “o tema que sempre foi presente nos movimentos em África, é ‘Paz e Desmilitarização’, por que a maior parte dos países africanos estão em conflitos, estão na guerra”, confirma Graça Samo (entrevista em 26/01/2018), da MMM.

Sabaratnam (2017) constata que há estudos no campo das relações internacionais sobre as intervenções internacionais de construção de Estados que incorporam aspectos de desenvolvimento, construção da paz, paz liberal, reconstrução pós-guerra, promoção da boa governança e capacitação geral em “estados frágeis” e situações de conflito no sul global. Tais estudos enfatizam o tema da soberania dos países que “recebem a ajuda”, situando-a em termos da legitimidade moral e política da intervenção, seu papel na manutenção da ordem internacional e na promoção de normas especificamente liberais.

A autora assinala que algumas pesquisas demonstram o paradoxo imperial que prepondera na governança internacional em um território

⁵⁷ Suas pesquisas enfocam as relações Norte-Sul (tanto na teoria quanto no discurso político), práticas de construção de estado, desenvolvimento e projeção de autoridade ao longo do tempo e espaço, bem como as formas de resposta política e organização que estas originam. Geograficamente prioriza o sul da África e o Oceano Índico. Fonte: <https://www.soas.ac.uk/staff/staff86523.php>. Acesso em: 08 jul. 2018.

⁵⁸ Decolonizando a intervenção internacional do Estado Nação em Moçambique (tradução da autora).

onde o projeto é levar a soberania e fortalecimento do Estado, mas que para isso mina a soberania nacional (2017). Há um tendência de debate que examina as interseções entre intervenção-globalização e a instalação de uma ortodoxia política e econômica neoliberal global, protagonizada pelo Ocidente, que vem intervindo para reformatar todos os estados, especialmente os do Sul global.

Para Sabaratnam (2017) isso leva a que a soberania não seja mais a marca de uma fronteira estatal, mas seja uma fronteira, onde há uma indefinição, um borramento de espaços e responsabilidades regulatórias e administrativas, que fragiliza os estados nacionais. A autora observa que há uma intervenção externa que está sob os objetivos da produção da governança liberal global, centrada nos interesses de instituições internacionais como o BM, e discute as condicionantes dos resultados da intervenção no terreno e as lacunas entre política e práticas dessas instituições.

É justamente sobre a problemática da soberania, que marcou a transição da I para a II República que tratam Ngoenha e Castiano (2007, p. 33), ao perguntarem: “Pode-se progredir em democracia, recuando em soberania?”. Eles mesmo respondem:

Em 1992 a liberdade, como anti-colonialismo se junta a democracia. Teoricamente trata-se de um avanço considerável. Todavia, a opinião pública moçambicana parece acreditar que a nível da liberdade fundamental (independência e soberania), Moçambique tenha pura e simplesmente regredido (regresso dos portugueses, economia sob tutela, ONG, cooperação, doadores etc.) (NGOENHA E CASTIANO, 2007, p. 33).

É necessário que o Estados do norte façam uma revisão das atuais práticas de intervenção e dinâmicas que incorporem aspectos de soberania, imperialismo e governança dentro de estruturas históricas hierárquicas de colonialidade mais profundas que condicionam fortemente a ordem atual e os regimes de intervenção, considerando as estruturas que a constituem, seus fracassos e limitações. Uma das saídas apontadas por Sabaratnam (2017, p. 6) é a “necessidade de uma ética política da assistência internacional focada em questões de responsabilidade, justiça e reparação, que possam contrariar as relações de disponibilidade e dependência embutidas nos regimes de intervenção contemporâneos”. Essa ética política precisa ter em conta que a paz é

necessária não só no âmbito público, mas também na vida privada, que afeta especialmente as mulheres, como analisa Nzira de Deus:

Depois da guerra, em 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz. Em 1993 começou a se perceber que o contexto de violência tinha terminado, as armas tinham silenciado no país, mas nas casas continuava a existir muita agressão, muita violência. Então não havia uma paz efetiva. Se celebrava a assinatura da paz, mas era uma euforia que as mulheres não estavam a sentir, porque havia muita violência psicológica, econômica e muita agressão física. Foi um contexto de chegada de apoio internacional para o país, porque estávamos em “paz”. Então os grandes parceiros internacionais começaram a se interessar pelo Moçambique de dar todo apoio ao desenvolvimento, a reconstrução do país e esse apoio também chegou para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e também vinha esta agenda de gênero, dos direitos da mulher. Esse grupo de pessoas foi sentando, conversando: algumas faziam parte de Ministérios, outras da academia, outras curiosas, outras jornalistas que decidiram sentar e disseram “não, alguma coisa não está bem, por que nós continuamos sofrendo violência”. As pesquisadoras identificaram que eram traumas de guerra, os homens passavam por aquela frustração toda. Aquele sofrimento que tiveram durante o período de 16 anos de conflito e voltavam às suas casas e não tinham emprego, não tinham orientação para as suas vidas e começavam a descarregar tudo aquilo em cima das mulheres. Havia a necessidade de se fazer alguma coisa porque não estava a dar, as mulheres não estavam a conseguir participar efetivamente na vida, no desenvolvimento e na construção do país. Então foi daí que começou o FM, como a plataforma para articular os problemas que as mulheres estavam a enfrentar no pós-guerra e a refletir um pouco sobre a sociedade e o papel da mulher (Idem, entrevista em 13/01/2017).

O neocolonialismo se utiliza de outras armas, que não bélicas, como o medo, a miséria, o controle do Estado, o controle dos corpos e do território. Essa contextualização nos revela que as lutas e as formas de protagonismo das mulheres se confundem com a história de Moçambique, desde quando o país nem tinha esse nome e sua organização política se dava de outro modo. Procuramos situar a/o leitora/a sobre o contexto da pesquisa e trazer dados que ajudem a refletir sobre as idas e vindas da luta de classes, das lutas de gênero/sexo, do enfrentamento ao racismo e aos preconceitos geracionais, das disputas pelos corpos-territórios.

No texto “Da idealização da FRELIMO à compreensão da história em Moçambique” (1986), Aquino de Bragança e Jacques Depelchin fazem uma revisão crítica da história, que muitas vezes chega linear, idealizada, oficializada, sem as contradições, ambiguidades e incompletudes que constituem o motor dialético da história, incluindo nele eventuais degenerações de processos considerados ideais, que impactam a vida das mulheres.

Essas (des)continuidades passam por uma longa travessia, que percorre o planeta e se tornam globais, em busca da justiça e da equidade de gênero, que ainda parecem sonhos distantes, mas que das memórias da história emergem com vigor e revelam a presença e a potência da luta das mulheres na construção de um mundo melhor também em Moçambique.

No capítulo 3 serão discutidas as bases epistemológicas que sustentam a tese, acrescida de uma narrativa auto reflexiva sobre a imersão no campo, as opções metodológicas e as diferentes ferramentas utilizadas na pesquisa a partir de uma descrição detalhada das atividades realizadas com cada organização. Faço uma reflexão sobre a ética e o compromisso na/para/com a pesquisa e descrevo o método analítico dos dados coletados e produzidos, assim como os desafios de uma escrita que dialogue com a generosidade das meninas e mulheres entrevistadas e que faça justiça à realidade dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique.

3 CIRCULANDO AS EPISTEMOLOGIAS NO SUL-SUL: LABIRINTOS, SABERES, (RE) EXISTÊNCIAS E CONEXÕES

Compreender o contexto onde se insere o trabalho, descrito no capítulo 2, é fundamental para explicitar as escolhas epistemológicas que fizemos. No início da pesquisa, partimos das seguintes questões: como contribuir para o “corredor de saberes” por onde trafegam as epistemologias (modos de pensar, modos de vida, teorias e metodologias) de Moçambique/África para o Brasil, e também numa via de lá para cá? Como contribuir para construir epistemologias feministas do Sul-Sul⁵⁹ e dar visibilidade ao seu volume e diversidades? Como dialogar com os saberes das teóricas do Norte global que têm realizado esforços para construir teorias que valorizem as produções de conhecimento do Sul-Sul⁶⁰ e com os lugares fora do circuito hegemônico do sistema de ser, saber e poder? Como olhar para os movimentos de mulheres e feministas de Moçambique a partir do meu lugar?

Antes de mais nada, quero refletir sobre o meu lugar de fala/escuta e me posicionar como uma mulher de origem pobre, uma feminista antirracista branca, descendente de trabalhadores rurais que migraram da Itália e da Tchecoslováquia para o Brasil em busca do sonho de uma vida melhor. Uma pessoa que trilhou uma trajetória dentro dos movimentos sociais, como intelectual orgânica, articulando carreira profissional, ativismo e produção de conhecimento com a atenção voltada para as pluralidades de pauta que se interpenetraram.

Ao longo do processo do doutorado, fui construindo em mim mesma a legitimidade intelectual⁶¹ de ser uma branca e brasileira que estuda um país africano, levando sua bagagem, escutando, falando e trocando. Para sustentar o meu posicionamento, vou me utilizar das palavras da nigeriana Amina Mama (2013), que afirma que é possível estarmos juntas nos processos de resistência:

⁵⁹ Isso não significa a exclusão das epistemologias do Norte, apenas a ênfase nas epistemologias do Sul-Sul.

⁶⁰ Nesse sentido Sul-Sul significa reconhecer que mesmo dentro desse território há marcadores de diferenças na legitimação do conhecimento produzido tanto na academia como fora dela.

⁶¹ Por inúmeras vezes fui questionada no Brasil sobre o porquê uma branca tem interesse em estudar na/sobre África. Há um debate sobre o lugar de fala, indicando que uma pessoa branca não pode falar pelas pessoas negras, sobre o qual eu concordo, pois acho que não devemos falar por ninguém a não ser por nós mesmas. Entretanto considero, como pesquisadora e ativista, que todas as pessoas podem falar para/com/sobre o que acharem importante, relevante, que afete seus interesses, pois a produção de conhecimento deve ser um lugar aberto, dialógico e democrático.

Pero esto no anula el problema principal: la dominación masculina blanca en la política global y el relativo poder de definición que poseen las mujeres blancas occidentales. Debemos definir nuestros términos. Para decirlo claramente, el feminismo blanco nunca ha sido lo basta fuerte para ser el “enemigo” en la forma en que podemos considerar el capitalismo global como enemigo. Las constantes diatribas contra las “feministas blancas” no tienen la misma relevancia estratégica que podría haber tenido hace veinte años, cuando vinculamos el feminismo al análisis antirracista (MAMA, 2013, p. 14).

Também quero trazer o pensamento da *chicana* Gloria Anzaldúa (2005), que propôs um movimento feminista de inclusão dentro do pensamento latino-americano ou chicano-latino, pensando as fronteiras invisíveis desses territórios híbridos, herdados da colonização, que nos desafiam a fazer parte dos dois mundos. Ao invés de estabelecer lugares demarcados, de criar uma nova consciência *mestiza*, criar novos espaços e rasuras, um espaço de identidades e lutas comuns a partir do direito às diferenças, a coexistência de contradições que convergem para a mestiçagem e a hibridez que propõem romper com o silêncio imposto pela cultura hegemônica anglo-saxônica:

A cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância. Ao nos destituir de qualquer autodeterminação, deixou-nos fracas/os e vazias/os. Como um povo temos resistido e ocupado posições cômodas, mas nunca nos foi permitido desenvolver-nos sem restrições, sermos nós mesmas/os completamente.

A luta é interior: chicano, índio, ameríndio, mojado, mexicano, imigrante latino, os anglos no poder, classe trabalhadora angla, negros, asiáticos. Nossas psiques parecem-se com as cidades fronteiriças e são povoadas pelas mesmas pessoas. A luta sempre foi interior, e se dá em terrenos exteriores. Devemos adquirir consciência da nossa situação antes de podermos efetuar mudanças internas, que, por sua vez, devem preceder as mudanças na sociedade. Nada acontece no mundo

“real” a menos que aconteça primeiro nas imagens em nossas mentes (ANZALDÚA, 2005, p 705)

A proposta aqui é a de buscar a conexão das pessoas e dos povos entre si, na busca pela legitimação da identidade híbrida, incluindo aqui as relações Sul-Sul. Isso se refere especialmente o povo africano, que está em constante transformação-circulação, criando uma tolerância às ambiguidades, contradições, equilibrando culturas, criando personalidades plurais, transformando as ambivalências “por que o futuro depende da quebra de paradigmas” (ANZALDÚA, 2005, p. 707), do desmonte da dualidade sujeito-objeto e da criação de uma consciência coletiva que leve à transformação. Em outras palavras,

A resposta para o problema entre raça branca e de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra (ANZALDÚA, 2005, p. 707)

3.1 OS CAMINHOS DE UMA PESQUISA FEMINISTA, LOCALIZADA, ANTIRRACISTA, INTERSECCIONAL, INTERDISCIPLINAR E DECOLONIAL

Na seção a seguir me posiciono, primeiramente, sobre algumas questões fundamentais para narrar minhas escolhas antes e durante o trabalho de campo, o imenso volume, a variedade e a riqueza do material recolhido. Ainda explico os critérios de seleção das informações que constam na tese, buscando dialogar com os objetivos propostos e outras questões que surgiram no caminho e que nos parecem de fundamental importância apresentar nesse capítulo.

Do ponto de vista epistemológico, que inclui o caminho metodológico, o planejamento do trabalho, o ingresso no campo e a constituição do referencial teórico, dialogamos com a mexicana Martha Salgado (2008), para quem o papel da pesquisa é criar propostas inovadoras no âmbito da produção de um conhecimento não sexista, realizando uma investigação interessada em conhecer a partir das mulheres, compreendidas como sujeitas conhecedoras e conhecíveis.

Uma objetividade feminista que traga na pesquisa a contestação, a desconstrução, a esperança na transformação dos sistemas hegemônicos de conhecimento e das formas de ver, de escutar e de falar (HARAWAY, 1995).

As narrativas ocidentais sobre ciência e objetividade tendem a utilizar a lógica binária de corpo x mente, sujeito x objetivo, objetividade x subjetividade, razão x emoção. Os binarismos alimentam a ciência androcêntrica e colonial. Haraway (1995, p. 24) propõe aprender a ver, olhar com outros olhos e criar uma objetividade feminista que sabe dos seus limites, da sua localização limitada e do conhecimento localizado: olhar numa perspectiva parcial (não total) capaz de criar redes de conexão e diálogo (não relativizar), e prestar contas às “outras”, de ver a partir da periferia e dos abismos: “Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação objetiva, firme e racional”.

O conhecimento situado e localizado é um recurso para pensar em como reconstruir as ciências “de baixo” a serviço de pessoas e grupos subjugados pelos processos coloniais, históricos e hegemônicos. Me coloco junto a quem habita e pensa nas fronteiras e que precisa se desprender e praticar a desobediência epistemológica. É nesse entre-lugar Brasil e África, nesse espaço de fronteiras borradas que coloco meu pensamento fronteiro em busca de atender a condição apresentada por Mignolo (2017) de pensar decolonialmente. Nesses dois mundos em que habito e penso as margens, as fronteiras, as bordas e os abismos ficam tênues e dão lugar às histórias locais que se confrontam com projetos globais.

Parte da literatura sobre feminismos em África faz uma crítica aos pressupostos epistemológicos dos estudos de gênero no e sobre o continente (feminismo ocidental e os modelos teóricos exógenos que impõem explicações sobre as realidades das mulheres africanas). Por isso, nossa revisão de literatura priorizará a produção de teóricas africanas/moçambicanas, alguns autores do continente que têm contribuído para uma produção endógena, a partir das realidades e saberes locais, ainda que se utilizando do chamado conhecimento universal, dialogando com africanistas e outras produções que trafegam em África. Essa opção nos parece coerente, a partir das nossas escolhas por uma epistemologia decolonial, que propõe o diálogo entre os saberes populares e os saberes acadêmicos, essa produção de conhecimento híbrida que emerge da vida concreta e pode ser articulada ao conhecimento pluriversal.

Na crítica realizada aos saberes exógenos que produzem soluções prontas às vivências e problemáticas das mulheres africanas, a teoria decolonial não está isenta de críticas, mas percebemos nessa perspectiva interfaces que contribuem para pensar a realidade no continente, pois há muitas similaridades históricas entre os países africanos e sul-americanos. Essas similaridades resultam da longa intervenção colonial nesses territórios que implicou situações semelhantes na vida das mulheres, como as violências, o controle sobre seus corpos e também a emergência do seu protagonismo, das lutas e resistências ao processo de colonização da vida cotidiana.

Farei justiça às inspirações epistemológicas de diferentes lugares da geopolítica do conhecimento, que marcaram minha trajetória e motivaram a construir o projeto de pesquisa para o trabalho de campo. Essas fontes foram de fundamental importância para estabelecer os marcos da pesquisa no terreno e dar uma base de sustentação mesmo nos momentos de crise e conflitos internos sobre os rumos a seguir nas situações de pesquisa face a face, que são muito diferentes daquelas previstas nos planos de trabalho.

A pesquisa feminista se dedica a analisar situações específicas da vida das mulheres com abordagens de problemas em suas múltiplas dimensões, exigindo, portanto, que como investigadora me situe num contexto de troca, interação e compartilhamento, trabalhando numa perspectiva sistêmica⁶², sendo ao mesmo tempo, sujeita, mas também objeto da investigação, tentando garantir as condições de perceber a agências “das outras”, com respeito, empatia, sensibilidade e uma objetividade feminista.

Objetos com agência, como atores/agentes (sujeitos) do saber e da construção do conhecimento: “(...) a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. De fato, levar em conta a agência dos “objetos” estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências (HARAWAY, 2016, p. 37).

Várias teóricas feministas contribuem para a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, sendo que algumas têm especial

⁶² Essa perspectiva é baseada na visão do francês Edgar Morin (2000, p. 22), para quem “A complexidade exige uma reforma de pensamento, o que pressupõe mudar a universidade. Como fazê-la? Há uma dupla missão: a universidade deve se adaptar à sociedade ou a sociedade deve se adaptar à universidade? Todos adivinharão que recusarei a escolha e tentarei ultrapassá-la de forma complexa[...]. A universidade é conservadora, regeneradora, geradora. Conserva, memoriza, integra, ritualiza um patrimônio cognitivo; regenera-o pelo reexame, atualizando-o, transmitindo-o; gera saber e cultura que entram nessa herança”.

destaque na minha trajetória acadêmica e ativista. Destaco a mexicana Martha Patricia Castañeda Salgado (2008), as estadunidenses Sandra Harding (1996), Nancy Fraser (2007), Donna Haraway (2016) e Glória Anzaldúa (2005), que é de origem mexicana.

Ainda a argentina María Luisa Femenías (2007), a brasileira Djamilia Ribeiro (2017), a panamenha Linda Alcoff (2016), a dominicana Yuderkis Espinosa Miñoso (2014). Suas análises revelam o quanto as considerações políticas são legítimas para a justificação, o que me proporciona um ponto de partida para o projeto epistemológico decolonial que considere a identidade e a localização de sujeitos de conhecimento.

Ainda que muitas acadêmicas não considerem ser possível o diálogo entre essas autoras, percebo nas leituras realizadas interconexões que revelam o quanto há influências e a importância do conhecimento circular, que influencia, problematiza, gera crítica, inspira ou mesmo faz declinar de certos caminhos teóricos, mas que não se pode descartar a importância de mulheres que abriram caminhos na reflexão epistemológica e crítica sobre o feminismo acadêmico e sua relação com a militância.

Não é preciso, nem necessário, nem possível, que tenhamos acordo e unanimidade sobre os diferentes pontos de vista, produzidos a partir de diferentes contextos históricos, territórios (incluindo entre-lugares), pertencimentos étnico/raciais, orientações sexuais, gerações, questões das pessoas com deficiência, diferentes formas de violências e opressões, diferentes ações dos Estados e da sociedade civil sobre a vida pública e privada.

Diálogo com o projeto de Alcoff (2016) de “mudar a geografia da razão” e olhar para o campo de pesquisa e trazer elementos desse campo que superem o “obstáculo epistemológico”. Tenho a intenção de aliar minhas reflexões ao trabalho reconstrutivo da epistemologia e dos modos de fazer reivindicações responsáveis, confiáveis e adequadas à complexidade da realidade investigada. Esse projeto requer que reavaliemos os conhecimentos rejeitados e desvendemos os fundamentos do chamado progresso epistêmico, que determina quem tem ou não legitimidade na produção de conhecimento. Para garantir essa reavaliação, segundo Alcoff, a consciência da localização é imprescindível:

O projeto de decolonização epistemológica (e a mudança da geografia da razão) requer que prestemos atenção à identidade social não simplesmente para mostrar como o colonialismo

tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade enquanto outras têm sido fortalecidas. [...] presume a importância epistêmica da identidade porque entende que experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento (ALCOFF, 2016, p. 136).

No decorrer do século XX vários grupos sociais e acadêmicos fizeram críticas à exacerbada racionalidade científica e aos abusos da ciência moderna (como os grupos de combate ao racismo, à homofobia, ao capitalismo, ao colonialismo etc.), mas, segundo Harding (1996), nenhuma delas afetou tanto a reflexão sobre o conhecimento hegemônico quanto as críticas feministas às formas de fazer ciência.

Harding (1996) e Salgado (2008) concordam em relação aos aspectos complexos e sua potencialidade para desvendar os múltiplos fatores articulados para sustentar as desigualdades entre homens e mulheres baseadas no gênero, que afeta também a produção do conhecimento científico hegemônico, implicando na necessidade de observar como operam essas interseccionalidades no campo da produção teórica.

A intencionalidade de tráfegar as práticas e teorias feministas nesse “corredor de saberes” Brasil – Moçambique toma sentido ao somar-se na tentativa de superação das iniquidades e das desigualdades, por intermédio da geração de conhecimentos que se agregam ao projeto emancipatório dos movimentos pesquisados, desafiando a realizar uma investigação de, com e para as mulheres (SALGADO, 2008) que esteja implicada com esses processos.

No sentido de contribuir com a mudança social, o feminismo acadêmico causou uma revolução epistemológica no século XX, devido ao seu campo conceitual ser complexo, interdisciplinar e focado “en comprender, explicar, interpretar y desmontar los conocimientos que han sustentado el androcentrismo en la ciencia” (SALGADO, 2008, n.p.), que subordina as mulheres e o “feminino” ao contexto de dominação patriarcal.

Na perspectiva de superar o androcentrismo e as dicotomias rígidas nas ciências e na epistemologia, Haraway (2016), Harding (1993) e Salgado (2008) criticam o compromisso da ciência com a normatividade, necessidades e desejos masculinos, quase exclusivamente ocidentais e burgueses. Elas propõem superar os olhares binários na observação e

descrição do conhecimento, desconstruindo pólos tais como objetividade x subjetividade; conhecedor (*knower*) x objeto de investigação; sujeito x objeto; razão x emoção; mente x corpo. Acrescento aqui a necessidade de superar os binarismos norte x sul, oriente x ocidente, ainda que por vezes sendo necessários de serem demarcados.

Haraway (2016) e Harding (1993) propõem a busca por uma “ciência sucessora” que permita a diferença irreduzível e a multiplicidade radical dos conhecimentos locais. Para evitar essas oposições binárias, Haraway (*idem*) recupera o potencial da visão para a construção da objetividade feminista, posicionamentos e responsabilidades feministas que evitem as dicotomias. Ela defende políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação que primem pela parcialidade (e não universalidade) como condição para sermos ouvidas/os nas propostas de produção do chamado conhecimento racional, mas que não ignore o sistema sensorial, de objetividade que dialogue com a subjetividade:

(...) este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada - do homem branco - alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação. Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (HARAWAY, 2016, p. 18).

O reducionismo da ciência normativa e sua linguagem imposta como parâmetro da tradução, da conversão, da mobilidade de significados e a dita universalidade é perverso e atua sobre os poderosos âmbitos mentais das ciências globais auxiliado por doutrinas de objetividade que produzem hierarquias sobre validades de conhecimento (HARAWAY, 2016).

Vários/as teóricos/as sociais críticos/as têm feito um trabalho epistemológico em uma esfera descritiva e crítica para fugir do repetitivo imperialismo epistemológico e a violência epistêmica, ocidental, permeados por extremas desigualdades de poder (MCCLINTOCK, 2010). Alcoff (2016) propõe o abandono dessa epistemologia normativa, elabora uma crítica às supremacias do conhecimento existente, aos objetivos estratégicos que ocultam, às exclusões não declaradas, à conexão entre as matrizes de poder, conhecimento e desejos, suas interconexões e interdependências, fazendo a seguinte reflexão:

A recusa à epistemologia foi motivada por falta de reflexão política da epistemologia. Isso é produto de uma rejeição da orientação individualista que a maioria das epistemologias exhibe, que super enfatizam a agência individual e superestimam o auto entendimento individual. Isso é uma rejeição da tentativa da epistemologia em colonizar as reivindicações de conhecimento e a manutenção da hegemonia ocidental no domínio da racionalidade, das virtudes intelectuais e da verdade (ALCOFF, 2016, p. 132).

Segundo o ponto de vista da autora, a epistemologia normativa tem sido a teoria protocolar utilizada pelo ocidente para o domínio discursivo, colocada numa posição de autoridade que se presume o direito de julgar os conhecimentos e saberes tácitos, acumulados ao longo da vida de indivíduos/as e grupos. Classifica e julga os saberes originados de vários lugares culturais e sociais, como os reivindicados por “parteiras, as ontologias de povos originários, a prática médica de povos colonizados e até mesmo relatos de experiência em primeira pessoa de todos os tipos” (ALCOFF, 2016, p. 131).

Esse argumento se relaciona com o desafio das pesquisas feministas no sentido de utilizar o poder das teorias críticas modernas para criar uma rede de conexões que inclua a capacidade de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes, com poderes também diferenciados. Haraway (2016, p. 33) considera que “O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial”.

Alcoff (2016) critica a função normativa da epistemologia que está relacionada ao modo como o conhecimento é produzido, quem está autorizado/a produzir, quem e o que tem credibilidade, como são delineados os objetos de investigação e como se obtém influência politicamente reflexiva sobre as delimitações da ontologia.

Além disso, o projeto normativo por si mesmo requer a rearticulação do relacionamento entre identidade e conhecimento. Se quisermos estabelecer que o posicionamento social faz uma diferença epistemicamente relevante, devemos ser capazes de articular a razão e a forma como isso ocorre. A inclinação anti-identidade prevalece na teoria social e é um obstáculo ao projeto de decolonização do conhecimento

pois, debilita a capacidade de articular as críticas a hegemonia teórica do Norte global (ALCOFF, 2016).

Também alguns movimentos sociais pelos direitos humanos têm compactuado com a ideia de que políticas identitárias são incompatíveis com a luta de classes. Movimentos políticos baseados na identidade são considerados essencialistas e a-históricos (estes recebem críticas da direita, de liberais, da esquerda). Setores antagônicos se unem para argumentar que a política identitária fratura o corpo político, pois enfatiza as diferenças e o foco sobre identidades é reducionista. Entretanto, Alcoff (2016) resgata a potência intelectual-militante que os novos movimentos sociais causaram nas estruturas acadêmicas:

O mais importante legado dos chamados novos movimentos sociais para a academia foi uma onda de demanda por diversidade. Frente a isso, a libertação não mais poderia ser formulada em nome de uma simples e homogênea classe. Dentro da academia, esses movimentos assumiram a forma de demandas por uma agenda de pesquisa libertadora que poderia ser produzida mediante a criação e a institucionalização de programas de investigação em estudos feministas e de gênero, estudos lésbicos, gays, bissexuais e transgêneros, estudos étnico-raciais, estudos pós-coloniais e, mais recentemente, estudos sobre deficiência. A omissão e a distorção de pesquisas e investigações sobre largas áreas da experiência humana requerem uma reforma disciplinar e institucional, incluindo novas metodologias de investigação (ALCOFF, 2016, p. 142).

Entretanto, Alcoff (2016) chama a atenção para a lenta corrosão do discurso que fundamentou essas novas áreas de estudo e erosão do fundamento intelectual que propõe decolonizar a academia, liderada pela cética filosofia pós-moderna que questiona termos fundantes como humanismo, identidade, progresso, verdade e libertação. Categorias que podem ter diferentes sentidos a partir do lugar e de quem as analisa. Para fazer frente a esse processo que impede o avanço de novos paradigmas, Alcoff (2016) traz e inspira algumas reflexões.

Entre elas, a importância de fundamentos intelectuais e políticos que possibilitem alianças com vistas a uma agenda unificada para o trabalho acadêmico e a capacidade de invocar um “nós” para incluir os

grupos que são alvo de formas de opressão baseadas na identidade. Também de fazer novas articulações fundamentadas na reflexividade histórica e contextual, de identidades e conhecimentos, “que possam justamente explicar porque a decolonização ainda não foi suficiente na academia, porque isso ainda não foi foco de preocupações acadêmicas e epistêmicas e como, concretamente, podemos revisar e reformar nossas epistemologias em tempo para a próxima revolução” (ALCOFF, 2016, p. 142).

Nesse caminho, Haraway (2016, p. 23) ressalta a potência dos “saberes parciais localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”. Considerando que os posicionamentos das pessoas subjugadas não são inocentes e nem isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação. Elas têm experiência com modos de negação “através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo” (idem):

Todas essas fotografias do mundo não deveriam ser alegorias da mobilidade infinita e da permutabilidade, mas da elaborada especificidade e diferença e do amoroso cuidado que as pessoas têm de ter ao aprender como ver fielmente do ponto de vista do outro, mesmo quando o outro é a nossa própria máquina. Isto não é distanciamento alienante; é uma alegoria possível para versões feministas da objetividade (HARAWAY, 2016, p. 22).

Outra perspectiva está na epistemologia política, que contribui para um entendimento mais amplo do conhecimento e da verdade e pode conduzir a um conjunto de opções epistêmicas para avaliar estruturas interpretativas e procedimentos. De acordo com Alcoff (2016), a epistemologia política considera as condições que estruturam os papéis epistêmicos, revela a arbitrariedade na distribuição da autoridade, da presunção de credibilidade, cria condições para a existência de uma agência epistêmica individualizada, elucida as condições contextuais relevantes e as irrelevantes para a questão da justificação.

A ideia da “analética”, formulada pelo argentino Enrique Dussel traz uma opção ético-política pelo/a oprimido/a e aponta para a urgência do reconhecimento da perspectiva, da experiência e do conhecimento

desses/as sujeitos/as por parte do discurso epistêmico predominante. Na compreensão de Alcoff, trata-se de uma chamada política para mudar o modo como desenvolvemos e avaliamos as teorias de justiça e de entender como as teorias sociais não se engajam com algumas das dificuldades mais críticas encaradas pelos pobres em âmbito global (2016). É um chamado ao entendimento daqueles/as que são ignorados/as e a atribuir autoridade epistemológica aos pobres, às suas perspectivas, àquelas pessoas que tem vidas e experiências marginalizadas e que também possuem suas verdades:

Devemos ser capazes, uma vez mais, de dizer com convicção: o que está em jogo em nossa luta é não menos que a verdade sobre o mundo. Devemos, uma vez mais, ser capazes de mostrar como o fascismo e o colonialismo não têm nenhuma reverência pela verdade. Para cumprir este objetivo, uma linguagem libertadora deve ser capaz de promover explicações epistemológicas por si mesmas, justificando seus processos de justificação. O niilismo epistemológico não pode ser verificável porque não pode ser suficientemente reflexivo sobre quais reivindicações e procedimentos justificatórios estão alimentando seus próprios julgamentos teóricos e críticos. Não podemos mais colapsar conversas sobre verdade em conversas sobre estratégia ou evitar o trabalho de pensar sobre as implicações ontológicas de nossas reivindicações de verdade. O alibi para evitar o positivismo não pode mais funcionar diante do volume e da seriedade do trabalho epistemológico pós-imperialista sobre o contexto e a localização histórica da verdade e da justificação (ALCOFF, 2016, p. 134).

A epistemologia fronteira e a perspectiva analética demandam um desprendimento epistemológico em busca da libertação⁶³ em relação à matriz colonial eurocêntrica. Esse desprendimento epistemológico requer pensar desde a alteridade, destruir a dominação dos saberes coloniais e negar a “verdade” das narrativas ontológicas modernas. O pressuposto desse desprendimento é um pensamento fronteiro em contraponto ao pensamento ocidental que funda a modernidade. A decolonialidade

⁶³ Nos termos de Enrique Dussel.

consiste em mudar os termos e não apenas o conteúdo da conversa (MIGNOLO, 2017).

Entra nessa discussão a ideia de assumir a identidade “impura” (FEMENÍAS, 2007) do povo latino-americano e africano, o que equivale a reconhecer nossa cultura mestiça (ANZALDÚA, 2005) e, paradoxalmente, romper com as políticas liberais de identidade (impostas pelo poder patriarcal, racista e econômico) que potencializam a invisibilidade e tornam inaudíveis as demandas dos povos desses territórios, em especial as das mulheres, que “em sua maior parte a história do trabalho feminino e da resistência das mulheres foi relegada às laterais da história” (MCCLINTOCK, 2010, p. 342).

O reposicionamento dessas teorias e o diálogo com os saberes africanos enriquece a compreensão dessas sociedades etnicamente complexas e diversas, produzindo uma singularidade analítica que expõe a forma como se opera a discriminação. (Re) contar as trajetórias dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique vai contribuir para superar uma metanarrativa universalizante, que anula as pluralidades e diversidades constituídas pelas realidades complexas e as diferentes demandas, que exigem também diferentes alternativas às estruturas estabelecidas.

Estudar os feminismos e perspectivas teóricas que circulam no Brasil e em África, especialmente em Moçambique constitui um desafio interdisciplinar pela diversidade epistemológica da produção teórica que atravessa os feminismos do Sul-Sul. Somado a isso, a realização do trabalho em outro território implica em compreender o global, o particular, assim como os conflitos e resistências locais (FRASER, 2007; CASIMIRO, 2014).

3.1.1 O cruzamento das interseccionalidades com as teorias decoloniais e epistemologias feministas na América Latina e África

O conceito de interseccionalidade é fundamental nessa pesquisa não só como uma categoria de análise, mas como uma perspectiva para observar o campo da pesquisa no contexto moçambicano. Além das clássicas teóricas estadunidenses⁶⁴, autoras como as brasileiras Adriana Piscitelli (2008), Heleieth Saffioti (2003), a argentina María Lugones (2008) e a escritora do Zimbábue, Anne McClintock (2010) colaboram para a definição desse conceito ressaltando, no campo dos estudos feministas Sul-Sul, as imbricações das categorias classe social, raça-etnia,

⁶⁴ Conferir Avath Brah (2006), Angela Davis (2013), Kimberle Crenshaw (2002).

gênero-sexo e gerações. Nessa pesquisa destaco também as interações dessas categorias no âmbito dos diferentes territórios abordados (África, Sul-Sul, Norte-Sul, urbano-rural e centro-periferia).

A perspectiva interseccional proporciona uma análise capaz de verificar a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008). Essa abordagem problematiza os modelos teóricos totalizantes, superando a dimensão de gênero por si só, prestando atenção a outras diferenças, para além das sexuais. MacClintock (2010) inclui no campo das interseccionalidades a questão da nação e dos processos coloniais.

O sistema neoliberal se sustenta a partir dessas interseccionalidades, estruturadas por modelos coloniais que perduram e sobrevivem, impostos pelos Estados/sociedade hegemônicos, e são aspectos fundamentais para pensar as realidades das mulheres que vivem em países que sofreram processos de colonização e atualmente vivem sob o neocolonialismo (PRATT, 2008; NGOENHA E CASTIANO, 2011).

Nesses contextos neocoloniais, Saffioti (2003) observa o entrecruzamento dos eixos patriarcado, racismo e capitalismo, que provocam o sofrimento de bilhões de mulheres no mundo, trazendo sua contribuição para pensar as interseccionalidades. Esses eixos se interpenetram na vida das mulheres, formando subjetividades que são fortalecidas pelos estereótipos veiculados pela mídia e estas constituem relações sociais que merecem ser analisadas pela teoria também de forma integral.

Segundo a autora, para pensar essas três dimensões podemos observar as transformações na ordem patriarcal de gênero e sua intersecção histórica com o racismo e com o capitalismo. As estruturas patriarcais de poder são ambíguas e contaminam positivamente as instituições sociais e as condutas das pessoas, pois nelas circulam também as matrizes subversivas de gênero. Entretanto, é preciso destacar que existem espaços para o imponderável, possibilitando que muitas mulheres e homens transformem os destinos com os quais nasceram (2003). No entanto, as pessoas nascem com o destino relativamente traçado dentro de uma classe social, pertencem a um sexo/gênero e a uma raça/etnia, o que as limita dentro de uma estrutura social, dependendo da sua condição, por exemplo, no mercado de trabalho:

Numa estrutura racista, sexista e classista, obviamente, as trabalhadoras não se constituem da mesma forma que os trabalhadores. Elas são sempre trabalhadoras mulheres brancas ou

trabalhadoras mulheres negras ou de outra raça/etnia (SAFFIOTI, 2003, p.36).

Essa leitura permite analisar as necessárias transformações na ordem patriarcal de gênero e suas implicações com o racismo e com o capitalismo, originando as chamadas “transgressões” por parte dos movimentos de mulheres e feministas e dos feminismos acadêmicos, que levam a um processo que têm promovido mudanças nas diferentes sociedades. Essas relações humanas que ocorrem ao interior da estrutura social, com agentes sociais de interesses diversos, se chocam muitas vezes sem possibilidades de conciliação, assim como geram conflitos passíveis de composição e negociação dentro dos espaços democráticos.

María Lugones (2008) investiga a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a construção da indiferença dos homens em relação às violências dirigidas sobre as mulheres de cor, e o quanto a separação dessas categorias leva a uma cegueira epistemológica, que impede de ver as violências. A autora constrói a categoria “sistema de gênero colonial/moderno” a partir de uma perspectiva decolonial, estabelecendo uma conexão entre as obras do sociólogo peruano Aníbal Quijano, da socióloga nigeriana Oyèrónke Oyèwùmí (1997) e da mestiça europeu-americana, nativa americana e árabe-americana Paula Gunn Allen (1986). Ela reconhece as importantes contribuições de Quijano através das categorias colonização do ser, do poder e do saber, mas amplia a perspectiva, incluindo a colonização de gênero.

Essas feministas apresentam o lado oculto do sistema de gênero moderno/colonial no trabalho de Quijano sobre a colonialidade do poder. Elas analisam a construção diferencial de gênero em termos raciais, assim como enxergam que além do controle sobre o sexo, seus recursos e produtos, há o controle sobre o trabalho, que é racializado e generificado simultaneamente. Assim percebem a articulação entre trabalho, sexo e colonialidade do poder:

Oyèwùmí y Allen, por ejemplo, nos han ayudado a darnos cuenta de la magnitud total del alcance del sistema de género colonial/moderno en la construcción de la autoridad colectiva, de todos los aspectos de la relación entre capital y trabajo, y en la construcción del conocimiento (LUGONES, 2008, p. 99).

3.1.2 Decolonialidade e Feminismos do Sul-Sul

O pensamento decolonial que hoje vem tomando corpo em espaços acadêmicos tem suas raízes no século XVII na luta anti-imperialista na América Latina, nas resistências dos povos e em registros de tratados políticos decoloniais, escritos pelo peruano Wama Pomam de Ayala e pelo escravizado liberto Otabbah Cugoano. O porto-riquenho Nelson Maldonado Torres (2008), especialista em literatura comparada, cunhou a categoria “giro des-colonial” para designar o movimento contemporâneo que expressa a resistência teórica e prática, política e epistemológica da modernidade/colonialidade (M/C). Nessa perspectiva, a descolonização é interpretada como um projeto inacabado em nível global, como resistência aos processos coloniais/neocoloniais ainda em curso.

O autor (2008, p. 84) examina a relevância da descolonização nos níveis epistemológico, ético e político, refletindo sobre a ética decolonial e epistemológica a partir de uma visão histórica e teórica da “virada decolonial”, olhando para os cruzamentos de diferentes genealogias do pensamento e seu reflexo em diferentes gêneros de escrita, discursos, expressões artísticas e movimentos sociais.

Assim, a “decolonialidade” é o terceiro elemento da tríade que leva à compreensão de que só existe modernidade em coexistência com a colonialidade “intrinsecamente associada à experiência colonial” (idem)⁶⁵. Convergingo com a visão de Maldonado, o semiólogo argentino Walter Mignolo argumenta que a perspectiva da colonialidade do saber denuncia a “violência epistêmica”, resultante do eurocentrismo e do colonialismo, imbricados para sustentar a “diferença colonial e a geopolítica do conhecimento” e a “invenção do outro” (MIGNOLO, 2002).

No campo dos estudos feministas, uma demarcação entre a visão decolonial e a pós-colonial é feita pela dominicana Ochy Curiel (2007), no texto “*Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista*”. Sua perspectiva crítica às teorias pós-coloniais argumenta que os efeitos do colonialismo se colocam em todos os campos, especialmente do saber, com uma ciência de cariz masculino,

⁶⁵ O M/C reuniu um conjunto de intelectuais das Américas, especialmente da Latina, tendo como marco de sua trajetória a obra “La colonialidade de saber: eurocentrismo y ciencias sociales” (LANDER, 2005). A ideia do grupo de um “giro decolonial” privilegia os debates sul-sul e se baseia em ideias como a análise da herança colonial a partir da teoria do “Sistema-Mundo”, de Imanuel Wallerstein, a ideia de “Filosofia da Libertação”, de Enrique Dussel, e a “Teoria da Dependência”, de Anibal Quijano.

heteronormativo, branco e androcêntrico, que predomina também em muitos países africanos (CASIMIRO, 2014; OYÈWÙMÍ, 2017).

Curiel (2007) recupera as denúncias realizadas pelas feministas racializadas (afros e indígenas) ao poder patriarcal e capitalista nos anos 1970 e as críticas às brancas do Norte, as interseccionalidades da opressão sobre as afrodescendentes e indígenas, subalternizadas nas sociedades, nas ciências sociais e na perspectiva do próprio feminismo hegemônico branco.

Os saberes das mulheres nas suas vidas singulares e heterogêneas são testemunhos aptos para a produção acadêmica na perspectiva de “descolonizar” e, para Curiel (2007), isto significa entender a complexidade de relações e subordinações sobre “*otros*”, as relações interseccionais, aprofundadas na obra *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala* (MIÑOSO *et al*, 2014):

El viraje epistemológico en plena transición que estamos experimentando las feministas provenientes de trayectorias y posicionamientos críticos y contra hegemónicos en Abya Yala nos coloca ante el reto de contribuir al desarrollo de un análisis de la colonialidad y del racismo – ya no como fenómeno sino como episteme intrínseca a la modernidad y sus proyectos liberadores – y su relación con la colonialidad del género. La apuesta obliga a abandonar y cuestionar activamente esta pretensión de unidad en la opresión entre las mujeres. Para ello estamos dispuestas a alimentarnos, articularnos y comprometernos con los movimientos autónomos que en el continente llevan a cabo procesos de descolonización y restitución de genealogías perdidas que señalan la posibilidad de otros significados de interpretación de la vida y la vida colectiva (MIÑOSO, 2014, p. 12).

Há teóricas que acrescentam a essa análise a crítica à heteronormatividade obrigatória e a uma modalidade específica de patriarcado que resulta das articulações entre o poder colonial e o poder local (MACCLINTOCK, 2010, EBOH, 2000). A contribuição do Grupo M/C soma-se a outras vozes e movimentos intelectuais e sociais que colocam em evidência as teorias e epistemologias produzidas no contexto

do Sul-Sul, hoje influentes em várias áreas do conhecimento e em várias universidades do mundo.

Paradoxalmente, a estadunidense Catherine Walsh (s.d.) sugere usar a expressão “decolonização” para distinguir um afastamento das teorias pós-coloniais, ligadas aos centros hegemônicos. Ao mesmo tempo, o termo marca uma virada de paradigma que valoriza as influências que favorecem a construção e a elaboração teórica do grupo M/C, inclusive as influências do pós-colonialismo, criticada pelo grupo, o que se torna relevante para a pesquisa aqui proposta, que dialoga com várias linhas teóricas.

Inspirada nessas contribuições, entendo que um dos desafios para “decolonizar o pensamento” e o “ser, o poder e o saber” é repensar a academia como um lugar plural e dialógico que possa propor espaços de reflexão entre ativistas e acadêmicas para conversar sobre o sentido dos projetos acadêmicos e políticos, descolonizar os feminismos na teoria e na prática e constituir a hegemonia de um pensamento acadêmico-militante na América Latina, no Brasil e em África. Construindo assim, uma nova perspectiva, com uma genealogia própria, a partir das realidades concretas, dos compromissos, preocupações e produções epistêmicas que contribuam para descolonizar os feminismos nos dois continentes. Segundo Miñoso *et al*, por exemplo, existe um vínculo visceral entre teoria e prática e “hay una distancia com la mirada hegemónica sobre qué es conocimiento, ya que se reconoce que los movimientos sociales lo producen y hacerlo es una preocupación de orden político y un campo de batalla (2014, p. 18).

Para o colombiano Arturo Escobar, as lutas contra a dominação do sistema mundo moderno/colonial necessitam incorporar centralmente estratégias de despatriarcalização, favorecida pela intersecção entre feminismos e decolonialidade. “Son las elocuentes voces feministas (...) quienes nos ofrecen los análisis más contundentes y lúcidos sobre las múltiples formas en que se desafía la hegemonia desde las realidades subalternas” (MIÑOSO *et al*, 2014, p. 11-12).

A obra de Miñoso *et al* (2014) apresenta perspectivas epistemológicas que contribuem para a formulação de feminismos decoloniais e contra hegemônicos, denunciando a colonialidade como uma forma de poder a partir da hierarquização da raça e do sexo. Consideramos esse ponto de vista de fundamental importância para dialogar com a realidade dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique, a partir das observações no trabalho de campo e das 47 entrevistas realizadas com as atrizes políticas que ressaltam e refletem sobre as desigualdades de gênero.

A fala delas expressa uma diversidade de abordagens, temas, sujeitas/objetos de pesquisa, que tem em comum um mesmo território, o que nos leva a valorizar a produção dos saberes periféricos, dos saberes bordas, do conhecimento promovido pela ação e pela luta política e a perspectiva interseccional, articulando as imbricações de classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração, nação, entre outras.

Assim, me somo à crítica aos saberes hegemônicos e a crítica às teóricas que deles fazem parte, devido aos impactos no campo do feminismo e dos estudos de gênero na América Latina e na África, que subordinam de alguma forma a importância das lutas dessas regiões e, conseqüentemente, as produções teóricas que delas surgem. Essa ruptura com os paradigmas exclusivamente ocidentais me desafia a trazer algumas perspectivas africanas/moçambicanas a partir dos debates e experiências locais concretas, contribuindo para apontar alternativas teóricas que dialoguem com a vida cotidiana das atrizes políticas de diferentes pertencimentos.

Nossa busca será por um olhar que supere a visão construída pelo feminismo ocidental sobre as mulheres africanas (enfatizando as moçambicanas) como vítimas, sem capacidade de agência. A proposta é superar a ideia de vitimização e potencializar a resistência ao colonialismo que dominou a natureza, o gênero, o poder, o ser e o saber.

3.2 CAIXA DE PANDORA: O PROCESSO DE CRIAR UM MÉTODO EFETIVO PARA UMA PESQUISA SINGULAR

Há várias controvérsias sobre o Mito de Pandora. Entre as versões, uma diz que antes de ser enviada à Terra, Pandora recebeu uma caixa com a recomendação de que jamais a abrisse pois continha desgraças para a humanidade (a discórdia, a guerra e todas as doenças do corpo e da mente) e um único dom: a esperança. Com sua curiosidade, Pandora abriu a caixa de onde saíram os males no mundo, mas a fechou antes que saísse a esperança. Outra versão é de que Pandora foi mandada por Júpiter, que lhe entregou como presente de casamento uma caixa, onde cada deus colocou um bem. Pandora abriu a caixa, e todos os bens escaparam, exceto a esperança. Escolho essa versão do mito para argumentar e narrar minhas escolhas metodológicas para a prática efetiva da pesquisa, que eu pensava ter solução nos manuais de investigação e em textos sobre metodologia.

Descobri que precisava abrir a minha Caixa de Pandora e dentro dela, encontrar “meus bens”: os métodos, técnicas e ferramentas de inspiração etnográfica que permitiram a inserção e o diálogo no campo,

com o cuidado e cautela que esses merecem para que a recolha de dados e as informações fossem as mais fidedignas e éticas, sabendo que entre eu e elas (as mulheres com quem estabeleci contato), entre nós, há muitas distâncias, mas (também) afetividades, semelhanças, potências e histórias comuns e singulares, que nos tornam únicas e – ao mesmo tempo – cúmplices desse trabalho de campo.

A tese, ainda que escrita por minhas mãos, se faz com e sobre a sociedade dos movimentos sociais de mulheres e feministas e tem diferentes escalas de complexidade à medida que atinge a micropolítica do cotidiano e a relação direta desses movimentos com suas bases. O que há de semelhanças e diferenças nessa pequena sociedade e o que isso diz sobre elas? Que tipo de subjetividade as move enquanto pessoas singulares e que pauta as unifica em escala coletiva?

A cumplicidade faz parte sim da pesquisa, ela resulta da confiança que se constrói e do entendimento que as pesquisadas, as fontes, têm ao perceber que não as tratei como objeto, mas como sujeitas da pesquisa, que interagem e tem sua voz escutada e que o desafio da pesquisadora não é dar voz⁶⁶, mas amplificar essas vozes que já existem, usando a tese como uma caixa de ressonância de saberes. Considero que a imersão na realidade de Moçambique foi intensa, mas insuficiente, o que me leva a ter cautela para não cometer uma violência epistemológica sobre esse lugar tão estranho ao meu cotidiano e correr o risco de falar por, ao invés de falar com. Por isso a tese pretende ser um lugar dessas vozes das intelectuais africanas, das ativistas, das mulheres com as quais convivi e li para, numa narrativa polifônica, contar um pouco das observações, constatações, perspectivas, subjetividades, vivências e experiências. Ainda que a brasileira Rosália Duarte (2004) chame a atenção para os riscos e ambiguidades dessa relação da pesquisadora com a narrativa do campo estudado:

Fora desses parâmetros, é a fala do pesquisador que será ouvida no relatório de pesquisa e não a da comunidade silenciada; uma fala polifônica, espera-se, pois a ela estarão incorporadas as vozes dos informantes, mas, ainda assim, uma fala

⁶⁶ A expressão “dar voz” é questionável, por isso proponho a ideia de fluxo, passagem às polifonias, às diferentes vozes e protagonismos do movimento de mulheres e feministas. A esse respeito, a professora Luzinete Simões Minella tem se posicionado e levado à reflexão de discentes e docentes em atividades acadêmicas, questionando a narrativa de várias autoras que utilizam-se da ideia de “dar voz”.

pessoal, de natureza acadêmico/científica, emitida a partir de um lugar de poder (Idem, p. 218).

Amina Mama (2011) reflete sobre a ética feminista no campo a partir de relatos de várias pesquisadoras que trouxeram questões importantes para pensar a relação com as sujeitas-objetas pesquisadas, as quais também têm suas percepções sobre quem pesquisa, que nos leem e respondem (às vezes de acordo com nossas expectativas, às vezes ao desencontro delas), de maneiras que nem sempre percebemos.

Um dos desafios colocados é o fato de que ser engajada e comprometida com as lutas locais e globais das mulheres exige um grau maior de envolvimento e de responsabilidade no trato das pesquisadas e nas escolhas para a escrita da tese, devido ao grau de reciprocidade construído no processo.

Sendo uma outra, estrangeira, ativista, comprometida com a escuta e com as causas das mulheres, fui aceita em todos os espaços, mas tenho dúvida se o nível de relação criado foi suficiente para que algumas entrevistadas aprofundassem certas questões colocadas. Em que medida criamos intimidade ou nossos diálogos foram superficiais? Em que medida escutei de fato o que elas disseram e será que percebi a autonomia dos seus pensamentos?

Como pesquisadora estou empenhada em compreender a organização, a rede, e o que pensam algumas das lideranças/ativistas. Mas também estou me desafiando a compreender esse contexto pelos olhos delas, trazendo suas narrativas e procurando um equilíbrio na análise, que fuja dos meus padrões pré-concebidos sobre a outra. Como acadêmica tenho que escrever e publicar a pesquisa, que talvez possa no seu resultado não agradar ou não ser fidedigna o suficiente para algumas pessoas. Eventualmente posso vir a fazer críticas e isso sempre coloca a pesquisadora em risco de romper os laços construídos.

Há casos em que me foram contadas histórias de vida, questões delicadas e sensíveis, pessoais, que revelam subjetividades de meninas, o que apresenta desafios analíticos. Há casos em que as mulheres preferiram contar, falar em changana, mas tive a ajuda para a tradução, e foi preciso estabelecer parâmetros para a entrevista narrativa. Muitas delas não entendiam por que queria entrevistá-las. Achavam suas histórias pouco importantes, ficavam tímidas, mas aos poucos se soltavam e o diálogo fluía com naturalidade.

As conexões que estabeleci com essa comunidade geram responsabilidades que expõem questões de reciprocidade e obrigação

social que também variam de um local para outro, exigindo um grau de sensibilidade e tato da investigadora.

A questão da ética, assim, não é apenas burocrática, com as credenciais⁶⁷ fornecidas pelo PPGICH e pelo CEA que me legitimaram institucionalmente enquanto pesquisadora, ou assinaturas das entrevistadas firmadas nos termos de consentimento livres e esclarecidos ou em autorizações verbais no início das gravações, mas construída na relação de respeito com as sujeitas da pesquisa, que são as protagonistas desse processo.

A questão da ética não é só garantir o anonimato das entrevistadas menores de idade ou das mulheres que assim preferirem, por medo de represálias e perseguições. Por que se posicionar com sinceridade pode provocar consequências na vida de uma pessoa. Mas as perguntas são: como construir relações éticas na pesquisa? Como ter responsabilidade com o campo e as sujeitas-objetos da investigação?

Quantas vezes dispomos de ouvir e não ouvimos? Escuto mas não compreendo! O quanto às vezes entendemos a língua, mas como compreender o seu significado? Dimensões diferentes do ouvir e escutar! E quanto vezes vemos mas não enxergamos? Do quanto é mais fácil interpretar de acordo com nossa zona de conforto e olhar etnocêntrico, de ter preguiça de ir buscar as referências que de fato podem fazer a diferença? Como nos propõe o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira(1996), há de se fazer a conexão entre as dimensões do “Olhar, do Ouvir e do Escrever”!

É preciso ter razão e sensibilidade para perceber o não dito, e do que foi dito, aquilo que não pode ser escrito. Há insuficiências, então, e elas são necessárias, elas são escolhas. Conforme lembra Mama,

A pesquisa ativista tem como premissa uma política de solidariedade. Uma ética de pesquisa ativista exige que nós não apenas desafieemos o cânone acadêmico por não mantermos a distância, mas realmente aprofundarmos ainda mais, nos relacionarmos ativamente com nossos “sujeitos de pesquisa” e explorarmos formas de nos unirmos e apoiarmos suas lutas. No entanto, essa ética da solidariedade exige um alto grau de autoconsciência e reflexividade. Isso requer que tomemos um cuidadoso conhecimento de nossa própria subjetividade - manifesta em nosso

⁶⁷ Anexo A – Credencial do Centro de Estudo Africano.

múltiplo posicionamento como sujeitos políticos, institucionais, étnicos, de gênero, sexualizados e classificados de determinados locais (2011, p. 14).

Assim, afirmo que a pesquisa não é neutra, não é desinteressada, não é objetiva dentro da visão tradicional de objetividade, não é imparcial, não é asséptica, não é isenta e nem distante. É justamente por ser localizada, interessada, afetada, parcial, engajada, contaminada, comprometida com a objetividade feminista e situada que tomo a liberdade de tecer uma escrita híbrida, narrada na primeira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural (para evitar a impessoalidade da terceira pessoa). Isso por que há momentos que falo de mim e de reflexões individuais, mas há muitas situações em que reflito a coletividade do trabalho de campo e de reflexões acadêmicas com colegas, com minha orientadora e coorientadora, conversas coletivas.

A tese não se faz sozinha, mas com as falas/escutas das múltiplas vozes das mulheres e raparigas que se posicionam, que depõem, que gritam, que denunciam, que dançam, que performam, que cantam, que lutam. São os ecos desses movimentos pluriversos que emergem e tomam forma, sabendo das responsabilidades das minhas escolhas e de que muitas questões correm o risco de ficar de fora.

Foram “conversas ao pé do ouvido”⁶⁸, foram encontros marcados, outros resultaram dos acasos, e também desencontros, entrevistas desmarcadas ou não realizadas, que certamente deixam lacunas. Foram encontros nos escritórios, gabinetes, conferências, na universidade, na sede do movimento, em cafés, cozinhas, quintais, reuniões, seminários, atos públicos, shows, no caminhar pelas ruas, nas manifestações. Em cada momento, com cada pessoa, um aprendizado.

Eu e nós são pronomes possíveis e necessários, assim como o compromisso com a tessitura de uma linguagem inclusiva de gênero, que intenciona superar a linguagem binária (AESBISCHER; FOREL, 1991). Também a tentativa de criar novas ou reinventar palavras, experimentar uma nova forma de escrita que questiona a linguagem colonial que perdura e expressa as escolhas políticas que decorrem dos interesses de dominação econômica e cultural. O propósito de questionar significados e sentidos da linguagem e recorrer à necessidade de um novo léxico libertador (ALCOFF, 2016), percebendo o protagonismo das mulheres nessa reinvenção.

⁶⁸ As conversas informais que revelam segredos que a entrevistada não contaria com um gravador ligado.

Há um léxico da “subalternidade” ao qual estão ligadas palavras como marginais, terceiro mundo, esclarecer, preguiça, vinculadas ao uso denotativo, desqualificador de pessoas, processos e lutas. Enquanto faço essa reflexão, sonho em criar novas palavras e sentidos para as que já existem, quem sabe um “novo mundo” para nossos territórios do Sul-Sul, e novos sentidos para margens e bordas, porque são fronteiras nas quais é possível encontrar saídas. Periferias como lugares também nobres, onde se inventam e reinventam ações para superar as dificuldades impostas aos nossos cotidianos, que estão em deslocamentos permanentes (NOTAS de campo, 14 de setembro 2017, p.85).

Uma das teses centrais de Gramsci (2014) é que a cultura dominante marginaliza os grupos sociais subalternos, cancelando o significado político e histórico de seu pensamento e de suas ações. Ao invés de estudar as origens de um acontecimento coletivo e as razões de sua difusão e do seu ser coletivo, isolavam o protagonista e se limitavam a fazer sua biografia patológica. Para uma elite, os grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico, e tentam esconder a profundidade do mal-estar social, econômico e político que levam às rebeliões e as revoltas desses grupos. Assim, os subalternos são relegados à periferia da cultura, da economia e da política, classificados como bizarros, desequilibrados, atípicos, meras curiosidades. Uma das maiores dificuldades dos grupos sociais subalternos na luta contra a hegemonia dominante é encontrar um caminho que supere as barreiras que não lhes permitem serem escutados (LIGUORI E VOZA, 2014, Verbetes “subalterno”). Os/as subalternos/as falam, o que precisam é ser escutados e respeitados em sua agência e protagonismo.

O caráter complexo (MORIN, 2000; 2005) de uma pesquisa está presente em todas as suas etapas, desde o planejamento, a execução no terreno, a organização dos dados e a escrita, o que me leva a busca de aproximações multimetodológicas (SALGADO, 2008), para dar conta da sua amplitude, pois a metodologia está implicada com a teoria. Complexidade no sentido de “o que é tecido junto”, do latim “*complexus*”. Sobre a utilização de várias metodologias, Salgado afirma:

(...) en el plano concreto de la investigación feminista lo que prevalece es la adopción de la multimetodología, la cual supone, primero, que no hay una normatividad metodológica que se aplique acríticamente a las investigaciones y, segundo, que las elecciones metodológicas son contingentes a los factores ya mencionados: la contextualidad, el

carácter experiencial y la orientación teórica (SALGADO, 2008, n.p.).

Considero esta proposta como o caminho mais adequado à pesquisa feminista pelo fato de minhas escolhas dependerem de fatores como o contexto de Moçambique, do caráter experimental no trabalho de campo, demandando diferentes estratégias e abordagens e da orientação teórica que foi constituída, em parte, durante o percurso, no qual optei por um referencial que prioriza as produções africanas/moçambicanas.

Isso demonstra o comprometimento das pesquisas feministas em contribuir para a expressão de um saber empírico dos movimentos de mulheres e feministas, somados à produção de conhecimentos que essas mulheres produzem, desejam e necessitam. Essa produção atende a três recomendações: 1) consolidar a investigação feminista como um campo epistemológico rigoroso; 2) fazer pesquisas inclusivas que evidenciem as múltiplas interações das mulheres com outros sujeitos e com o meio ambiente; 3) manter uma atitude crítica dentro e fora da comunidade epistêmica feminista comprometida com a mudança social (HARDING, 1996).

A perspectiva multimetodológica (SALGADO, 2008) adotada durante as fases da pesquisa de campo orientou a pesquisa empírica qualitativa (DENZIN E LINCOLN, 2006), a observação direta em 13 organizações da sociedade civil que atuam no campo dos movimentos de mulheres e feministas, as entrevistas com as ativistas de movimentos sociais e com acadêmicas, a participação observante, a análise de conteúdos (BARDIN, 2010) e outras ferramentas que me utilizei da “Caixa de Pandora”. Também observei como as ativistas e atrizes sociais constroem seus protagonismos, suas pautas, (re)produzem relações de poder e hierarquia nos seus espaços de intervenção, em diferentes níveis organizacionais desses movimentos e em outras redes de relações sociais, quer seja presencial ou virtual.

3.2.1 Trilhando caminhos: a metodologia do trabalho de campo

Como várias/os autoras/es mencionam em seus trabalhos, não se trata de buscar uma receita, um método pré-definido, único para o trabalho de campo. Os caminhos trilhados por cada investigador/a dependem dos contextos, das subjetividades das pessoas envolvidas, das condições sociais, materiais, teóricas e políticas da investigação, que também produzirão diferentes resultados. Entendo que os “guias” e

“manuais” de investigação oferecem sugestões a partir das experiências singulares vivenciadas por aqueles/as que os escreveram, e servem de inspiração para que busquemos os nossos próprios caminhos (RAYNAUT, 2014; DENZIN E LINCOLN, 2006; SCHNEIDER E SCHMITT, 2006; DUARTE, 2004; OLIVEIRA, 1996; PEIRANO, 2014; SARDAN, 2017).

O planejamento da pesquisa com os movimentos de mulheres e feministas foi processual, submetido à constante verificação e adequação à medida que avançaram os contatos, dando margem ao inusitado, aos elementos surpresa que o campo ainda hoje proporciona. O trabalho de caráter transnacional teve seu pré-campo e sondagens realizadas pela internet: a busca de textos de teóricas africanas, de informações sobre perfil das ativistas, pesquisas nos sites e redes sociais dos movimentos, trocas de e-mails solicitando autorização para a pesquisa, mensagens pelo Facebook, contatos com a UEM e muitas outras atividades teriam sido impraticáveis sem as ferramentas digitais.

Como a base textual predomina nas interações no ciberespaço, o tratamento e análise dos dados baseou-se na dimensão das escritas e conversas, na utilização de imagens, *emoctions*, uso de maiúsculas, dos signos e outros significados da linguagem de computador. A coleta de dados nos estudos com/na internet apresenta dificuldades com a observação direta e para a realização de entrevistas, pois a análise textual, de áudio e vídeo, impede ou limita a leitura da linguagem corporal e outras performances das sujeitas pesquisadas, favorecidas no diálogo face-a-face, na dimensão do “olhar” da pesquisa presencial. Concordo com Rifiotis quando sugere que as pesquisas acadêmicas no âmbito do “ciberespaço” se defrontam com desafios teóricos-metodológicos, pois analisam as interações com a mediação do computador e se utilizam dessa mesma interação para a compreensão acerca de sujeitos/objetos de pesquisa (RIFIOTIS, 2010)⁶⁹.

Presencialmente, a pesquisa de campo em Moçambique teve dois períodos. Na primeira permanência no país, o planejamento foi realizado com minha orientadora Luzinete Simões Minella, sendo uma etapa de sondagem, compreensão do contexto e entrevistas exploratórias entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017. Nessa estada viajei, visitei e convivi com famílias moçambicanas da região sul do país (Maputo, Gaza e Inhambane), conhecendo o cotidiano das mulheres e suas lidas em contextos urbanos e rurais. Na maior parte desses contatos, contei com a

⁶⁹ Theophilos Rifiotis é um antropólogo brasileiro, professor na UFSC.

presença de Hélder Pires Amâncio, doutorando de Antropologia Social da UFSC.

No campo acadêmico as atividades foram planejadas e avaliadas em reuniões de orientação com a professora Luzinete Simões Minella quando verificamos que esse tema emergia e nos cabia decidir de tratar dele ou não. A coorientação com a professora Isabel Maria Casimiro foi fundamental para o planejamento e a entrada na rede que tive acesso no campo, pois auxiliou a estabelecer diálogos com docentes e a propor uma agenda de encontros com lideranças do FM. A primeira conversa foi com a Diretora Executiva do FM, Nzira de Deus, em 13/01/17, que relatou a história dessa organização política e da sua gestão, bem como de algumas organizações da rede.

Como pesquisadora associada ao CEA, fui convidada a realizar o Seminário “Os desafios epistemológicos de uma pesquisa interdisciplinar como movimentos de mulheres e feminista em Moçambique”, apresentando meu projeto de pesquisa de doutorado tendo a oportunidade de receber críticas e comentários que contribuíram para a tese.

Figura 06 – Cartaz de divulgação do Seminário no CEA



Fonte: Centro de Estudo Africanos/UEM. Página do Facebook.

Aproveitando a passagem por Moçambique, fui designada pelas professoras da UFSC, Miriam Grossi e Cristina Scheibe Wolff, para dialogar junto ao CEA, nomeadamente junto a Isabel Casimiro e a alguns movimentos de mulheres e feministas, sobre a possibilidade de que sediassem o 14º Congresso Mundos de Mulheres, em 2020. Algumas acadêmicas e ativistas do país aceitaram a proposta e treze delas

participaram das atividades do 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) e do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG11), realizado na UFSC entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017. Esse momento de troca de experiências integra as atividades do “corredor de saberes”, pela oportunidade de intercâmbio antes, durante e depois do evento, quando voltei para a segunda etapa da pesquisa de campo.

O tema do MM 2020, “FeminismoS AfricanoS – Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um *corredor de saberes* que cuida e resiste” se inspirou nos diálogos que mantive em 2016, durante a sessão de qualificação do projeto de tese, quando criei a categoria “corredor de saberes”, conforme consta na matéria do Jornal Diário Catarinense em entrevista de Isabel Casimiro e Graça Samo à jornalista Ângela Bastos:

O título fala em ‘corredores dos saberes’ e foi inspirado na pesquisa da jornalista brasileira Vera Gasparetto, que na tese de doutorado estuda o feminismo entre as mulheres moçambicanas. A professora Isabel Casimiro dá aulas na Universidade Eduardo Mondlane e faz parte da organização do evento que será realizado em Maputo. (...) - A nossa história é feita de desafios, temos a participação das mulheres como guerrilheiras nas lutas de nosso país e nós queremos valorizar isso. Além do fato de sentirmos que o meio acadêmico é ainda muito machista - diz a feminista (BASTOS, 2017).

Figura 07 - Reprodução da notícia sobre o MM em Moçambique.



Fonte: Jornal Diário Catarinense – 04/08/2017

A segunda etapa da pesquisa em Moçambique ocorreu no âmbito do PDSE, no período de setembro de 2017 a janeiro de 2018, quando me dediquei à observação, às entrevistas, tendo também acompanhado atividades públicas dos movimentos, manifestações, eventos acadêmicos, eventos da sociedade civil, eventos familiares, viagens.

As atividades de intercâmbio acadêmico extrapolaram o espaço da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Nosso objetivo foi de aprofundar conhecimentos sobre as epistemologias feministas africanas, em particular em Moçambique, sobre a história do país e do continente e, ainda, sobre o campo interdisciplinar em Ciências Humanas em África. No decorrer dessa segunda etapa da pesquisa, tive a oportunidade de colaborar em aulas, colóquios, congressos, conferências e em seminários, apresentando trabalhos acadêmicos e entrevistando algumas teóricas do campo de gênero. Também colaborei com a comissão organizadora do 14º Congresso Mundos de Mulheres, que ocorrerá em 2020 no país: participei de debates sobre o objetivo do encontro, assessoriei ao Planejamento Estratégico do evento, elaborei relatórios, projetos, documentos e cartas contribuindo para dar a largada à sua organização.

No âmbito do trabalho de campo, a observação direta foi realizada junto às OSCs (movimentos de mulheres e feministas de Moçambique) que atuam na área dos direitos humanos das mulheres, filiadas à rede Fórum Mulher. Visitei 13 organizações feministas listadas no capítulo 3 e 6, tendo participado de reuniões, planejamentos, capacitações, encontros, seminários, fóruns, ações públicas, além de conversas informais e entrevistas com algumas lideranças.

Outro aspecto que favoreceu a aproximação foi a participação observante: essa consistiu em colaborações na revisão de relatórios e planejamento de atividades, assessorias, palestras, contribuição em formações levando a experiência do Brasil sobre gênero, mulheres, sindicalismo, juventudes, planejamento estratégico, arte, ativismo, mídia e comunicação.

A pesquisa documental (legislação de Moçambique, documentos governamentais, relatórios institucionais, prestação de contas, publicações das organizações) foi feita junto às organizações observadas, sites e redes sociais, bem como no arquivo histórico, nas bibliotecas da UEM e do CEA. Acervos dos movimentos sociais, como WLSA e FM, também foram consultados. Outra parte da pesquisa foi realizada antes, durante e depois do trabalho de campo presencial, por intermédio das comunicações nas mídias digitais (blogs, sites, redes sociais). Cabe ressaltar que essa tarefa é uma das mais complexas de serem realizadas,

em parte porque algumas organizações não dispõem de arquivos e no caso daquelas que possuem o acesso é restrito e burocratizado.

A organização do conjunto do material recolhido no trabalho de campo foi feita em dois tipos de arquivos: o físico (separado por cada organização pesquisada) e o virtual, organizado em pastas no computador. O arquivo virtual é o que mais precisa de atenção no decorrer do trabalho de campo, garantindo que não se percam os dados coletados com cópias de segurança e a permanente identificação detalhada do material para que não se extravie no decorrer do trabalho e torne-se intratável ao final do processo de recolha, especialmente gravações em áudio, vídeo e fotografias. Para preservar melhor as informações, criei um arquivo específico para colocar o material de cada organização pesquisada. O uso de imagens tem um espaço necessário na tese pois cumpre a função de retratar um pouco de uma realidade distante. Por isso mesmo, dei especial atenção a aspectos como nomeação, créditos e datas.

3.2.2 As entrevistas como fonte: trajetórias que se (re) encontram

No trabalho de campo, realizado em 2017 e 2018 foram realizadas entrevistas com 47 lideranças e ativistas das organizações estudadas: 26 entrevistas individuais de tempos variados (a maior parte acima de uma hora), duas entrevistas coletivas com grupos e quatro realizadas em dupla com o antropólogo moçambicano Hélder Pires Amâncio⁷⁰. Os contatos foram feitos antes, durante e depois da estadia em Moçambique, por SMS, telefone, Skype, Whatsapp, Facebook e e-mail. O quadro descritivo das entrevistadas está no Apêndice A.

Considero as entrevistas fundamentais para a escuta das vozes das ativistas que são protagonistas das lutas pelos direitos das mulheres e da construção do campo de gênero no âmbito acadêmico moçambicano. Para realizá-las, utilizei dois questionários semi-estruturados (um voltado para ativistas⁷¹, e outro para as acadêmicas⁷²), com questões centrais aos objetivos da tese e com conteúdo e categorias que elegemos como fundamentais para compor os temas e eixos de reflexão na tese. Optamos por citar os nomes verdadeiros das entrevistadas que nos autorizaram a citar seus relatos em trabalhos acadêmicos, pois entendemos que seu protagonismo na cena pública/acadêmica merece ser de destacado e

⁷⁰ Parte destas entrevistas foram filmadas e tem como objetivo a realização de um documentário sobre as Ciências Sociais em Moçambique.

⁷¹ Apêndice C - Roteiro semiestruturado de entrevista com acadêmicas e pesquisadoras.

⁷² Apêndice B - Roteiro semiestruturado de entrevista com ativistas.

valorizado. Por uma questão de ética serão usados pseudônimos no caso das pessoas que não autorizaram a citar seus nomes e daquelas que são menores de idade, ou ainda, no caso de falas registradas em comunicações orais durante eventos públicos, nas ocasiões em que não foi possível identificar os nomes.

As questões abertas se revelaram uma opção adequada, pois muitas das entrevistadas me surpreenderam com falas antes do início formal das entrevistas, mudando completamente o roteiro do questionário, que para cada entrevista era revisto e melhorado. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, Duarte (2004) recomenda alguns cuidados para realizar uma entrevista, como a definição precisa dos objetivos de pesquisa, que devem estar bem nítidos na mente da pesquisadora; o conhecimento (com alguma profundidade) do contexto em que vai realizar a investigação (experiência pessoal, conversas com pessoas daquele contexto, leituras de estudos precedentes)⁷³ e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada em campo. Sugere ainda preparar-se para estar segura e autoconfiante no diálogo com a entrevistada e certa informalidade e descontração na conversa, focando nos objetivos que nos aproxima daquela pessoa como fonte empírica da investigação.

Outro ponto que concordo com a autora é considerar a entrevista como um momento de troca e aprendizado, pois simultaneamente à coleta de informações, através do diálogo, a/o entrevistada/o tem também a oportunidade de rever sua própria história e trajetória, de reflexividade, de (re) fazer, de avaliar seu percurso biográfico, analisar sua cultura e valores, de observar as marcas que constituíram seu grupo social de pertencimento, as tradições de seu povo. A esse respeito, Duarte (2004) comenta:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. Avaliando seu

⁷³ Nesse quesito realizamos com a professora Luzinete Simões Minella os Estudos Dirigidos para a qualificação da tese com o tema “Movimentos de Mulheres e Feministas em Moçambique”. O Plano de Ensino dessa disciplina, ministrada em 2016, incluiu referências sobre a história de Moçambique, dos movimentos de mulheres e dos debates feministas, entre outros aspectos.

meio social, ele estará se auto-avaliando, se auto-afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias (DUARTE, 2004, p. 220).

Para iniciar o diálogo, apresentava inicialmente o contexto e os objetivos da pesquisa, buscando criar uma relação de confiança e empatia, tal como fiz na entrevista com duas pessoas integrantes da LAMBDA:

Foi uma descoberta a LAMBDA e uma grande oportunidade conhecer. Dar visibilidade dentro da tese, em particular a organização LGBTTIQI em Moçambique. Participando da organização do MM 2020 onde será importante trabalharmos juntos e promover as questões de gênero, mostrando as particularidades das organizações, em especial esse segmento que precisa de solidariedade. Então a gente veio mais para conversar, trocar ideias e conhecer como funciona a LAMBDA do ponto de vista da sua agenda e da sua organização institucional (Entrevistadora VG, 20/11/2017).

Essa abordagem deixava as pessoas à vontade. Observei que, para aprofundar as questões em uma entrevista, é preciso de uma média de uma hora de conversa e deixar as questões controversas para o final, quando a/as pessoa/s entrevistada/s já estão mais confiantes em si mesmas e mais a vontade, talvez pela proximidade que se cria ao longo da entrevista. É preciso registrar que, no seu decorrer, as entrevistas reservaram surpresas, elementos novos que fizeram as conversas enveredar por outros caminhos, entretanto, buscamos garantir as principais questões dentro do objetivo do trabalho.

As entrevistas foram majoritariamente gravadas em áudio, mas também gravei uma parte em vídeo, com o objetivo de realizar um documentário sobre as falas das ativistas dos movimentos de mulheres e feministas, como uma forma de retribuição à toda a ajuda que prestaram à pesquisa.

Em muitas atividades (conferências, palestras, apresentações, marchas), registrei em áudio e vídeo as falas, pois se tratavam de atividades públicas e comunicações orais. No decorrer da narrativa, ao serem utilizadas, serão identificadas. Algumas dessas falas foram

registradas em contextos de ação e denúncia, o que as torna representativas no contexto das demandas dos movimentos sociais.

O registro das observações e das entrevistas foi feito nos cadernos de campo, nas gravações e filmagens de entrevistadas, depoimentos, observações, nas fotografias. Também fiz anotações das conversas informais complementares. Os cadernos de campo consistem em oito blocos/cadernos, marcados com cores diferentes e catalogados conforme os seguintes temas: 1) “Estado e políticas públicas” (marcador Rosa): contém as anotações sobre as atividades nas quais as representações do Estado estavam presentes. Nele constam comentários e análises que fiz sobre políticas públicas; 2) “Movimentos” (marcador Amarelo) é o tema que predomina nas observações. Neles anotei impressões que obtive nos eventos, atividades, ações, observações sobre as ativistas e seus posicionamentos; 3) “Academia” (marcador Verde) onde estão as impressões sobre as atividades acadêmicas das quais participei como ouvinte ou apresentadora e as reflexões que ali realizei. Escrevi neles meus diários de campo, notas de viagens e outras sobre o cotidiano do país, que estão relatadas no Capítulo 2 e no final deste capítulo.

As transcrições das entrevistas foram feitas em equipe: cerca da metade do material foi transcrita por mim⁷⁴, outra metade pelo moçambicano Lázaro Cossa e duas por Hélder Pires Amâncio. Para realiza-las, combinamos alguns critérios para tentar garantir a integridade entre o que foi dito e o que foi transcrito, sabendo dos riscos que há na transferência da linguagem oral para a textual. As entrevistas foram transcritas na íntegra, colocando entre parênteses os silêncios, dúvidas, expressões de alegria, tristeza, surpresas, forças de expressão, vícios de linguagem, pois dão sentido, expressão e vida à narrativa da entrevistada. Essas considerações não serão utilizadas na íntegra, mas ajudaram a pesquisadora a compreender o contexto, os ditos e os não ditos na fala, de modo a me manter mais próxima do seu cotidiano.

O trabalho de transcrição é um dos mais complexos do processo pós-campo por dois fatores: o trabalho braçal e as questões emocionais envolvidas. Não é tarefa simples (re) ouvir as falas das entrevistadas e colocar no papel, porque voltam memórias, lembranças, contextos, e vem a responsabilidade que é preciso ter com aquela pessoa que cedeu sua voz, tempo e conhecimento para o trabalho e, junto com isso, uma certa insegurança sobre o que é possível ou não colocar na tese. Essa cautela é

⁷⁴ Utilizei para a transcrição o *software* InqScribe, para o qual é transportado o áudio gravado e na mesma plataforma é digitado o conteúdo.

fundamental para não ferir suscetibilidades pessoais e coletivas, como é o caso do nosso trabalho que prioriza representações de movimentos.

Assim, para analisar os dados da investigação, me utilizei do aporte interdisciplinar que oferece a análise de conteúdo proposta pela francesa Laurence Bardin (2010), pois ajuda na compreensão das narrativas e produções das ativistas e organizações dos movimentos sociais e das acadêmicas em Moçambique, dos seus posicionamentos em seminários, reuniões, a forma de organização, os conteúdos dos protestos e suas percepções sobre as relações com outras redes de movimentos sociais.

A tarefa de tratar os dados das entrevistas exige uma cautela e estranhamento (OLIVEIRA, 1996) da pesquisadora de estar aberta ao novo no que diz respeito à interpretação, à reconstrução de categorias, tentando romper com a tendência de buscar no material empírico a confirmação de nossas perspectivas iniciais e de justificar nossos pressupostos teóricos. “Precisamos estar muito atentos à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação”, alerta DUARTE (2004, p. 216).

Por isso, as análises temáticas propostas por Bardin (2010) se tornaram úteis para os meus objetivos, pois revelam as representações sociais, como as análises formais atuam sobre as formas discursivas e as análises estruturais ajudam a compreender como elementos da mensagem se organizam e revelam aspectos subjacentes e implícitos. Os procedimentos que ela sugere passam pela organização da análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a demarcação do campo e a constituição do *corpus* (documentos a serem submetidos aos procedimentos analíticos).

O segundo passo é a codificação (o tratamento do material e a transformação sistemática dos dados), o que implica fazer recortes, enumerar, classificar e agregar os conteúdos, constituindo os “núcleos de sentido”, passando à categorização (processo de inventário e classificação) e à inferência (uma forma de indução dos fatos a partir dos objetivos da análise).

Procurei seguir os passos sugeridos por Bardin (2010) para fazer o agrupamento das ideias a partir de entrevistas/conversas e depoimentos, tentando identificar a partir dos objetivos, dos questionários semi-estruturados, na leitura geral das transcrições e na observação direta, de onde emergiam as principais categorias a partir também das preocupações colocadas pelas atrizes políticas.

Assim, identificamos 17 categorias, sobre as quais realizamos uma busca no campo do ativismo de modo a verificar as percepções e para conferir se as questões colocadas nas entrevistas ou percebidas pela nossa

análise correspondiam às preocupações das entrevistadas, quais seus posicionamentos e de suas organizações.

As categorias “feminismos africanos”, “relação com a academia”, “emancipação” e “palavras de ordem” não apareceram nas buscas. Na busca sobre as categorias “políticas públicas” e “patriarcado” houve uma ocorrência. Nos centramos então nas demais categorias, que tiveram diferentes níveis de manifestação. “Empoderamento” e “autonomia” tiveram baixa expressão. Gênero, feminismo/feminista, machismo, organização, pautas, rede/redes, agenda/agendas, desenvolvimento foram as de maior expressão e praticamente apareceram nas falas de todas as entrevistadas. A categoria “financiamento” aparece na metade das entrevistas com ativistas.

Ainda que essas categorias não sejam estanques, na análise descrevemos o que nos dizem as narrativas/observações, verificando as interfaces e interações, diálogos e aproximações, diferenças e/ou divergências, distanciamentos de posições, procurando dialogar com uma teoria a partir de perspectivas africanas. É recomendado que se relativize as classificações, pois nunca darão conta da complexidade e da diversidade que é um trabalho de campo, que neste caso, resultou num dossiê de 250 páginas de transcrição de entrevistas, que descrevem os posicionamentos e parte das trajetórias de cerca de 50 pessoas. A escrita final demandou escolhas relacionadas ao objetivo da tese e uma edição, que é a forma de dar coerência ao que é dito sem alterar o sentido das falas.

Entendo que a proposta de Bardin (2010) é bastante atual e problematiza as perspectivas epistemológicas proporcionadas pelos saberes da era digital, de fundamental importância para uma pesquisa de caráter transnacional, pois devido à distância entre Brasil e Moçambique, grande parte da pesquisa foi realizada na e pela internet em virtude das possibilidades que o ciberespaço oferece para troca de informação com as atrizes políticas e com pesquisadoras na fase de planejamento do trabalho de campo, e de acompanhamento das pautas/agendas políticas nas redes sociais, utilizadas para mobilização de ativistas para as ações públicas e presenciais dos movimentos sociais.

3.3 OS LABIRINTOS PERCORRIDOS NO TRABALHO DE CAMPO

Os dados descritos na sequência foram sistematizados a partir do trabalho de campo junto às organizações. Os documentos utilizados, entrevistas, cadernos de campo, legislações, referências, redes sociais,

sites, lugares, datas, documentos, atividades das quais participei são fontes fundamentais desse trabalho, descritas no decorrer da tese. O objetivo do item a seguir é descrever as metodologias, técnicas, estratégias, ações realizadas com/em cada organização com a qual tive contato, detalhando as ferramentas com a contribuição das notas e Diários de Campo.

3.3.1 FM - Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

O primeiro contato com o FM foi na página do Facebook, meio pelo qual conseguimos conversar e estabelecer um contato permanente, que se tornou mais próximo com as atividades do Congresso Mundos de Mulheres: a negociação da ida a Moçambique em 2020, as tratativas para a vida da delegação no Brasil, as atividades que realizamos no 13º Mundos de Mulheres na UFSC e as atividades de planejamento em Moçambique para o próximo MM.

Na primeira etapa no país acompanhei a ação pública do FM, nomeada “Basta de Violência contra as mulheres e raparigas”, realizada em 21 de janeiro de 2017, na Praia Costa do Sol - Maputo, motivada pelos casos de violência durante a “quadra festiva”⁷⁵. A Ministra da Saúde, Nazira Abdula, informou que durante esse período foram registrados 156 casos de violação sexual e 290 de violência doméstica, traduzindo um aumento de 25% e 7% respectivamente, em relação ao ano de 2016. O ato contou com a presença de mulheres artistas e performances artísticas (artivismo). Participaram da organização do evento, o Fórum Mulher, bem como o MovFemme, ASCHA, MMM, Rede de Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSR), Liga de ONGs em Moçambique.

⁷⁵ A “quadra festiva” é o período que compreende as festas de Natal e Ano Novo.

Figura 08 - Cartaz do ato público do Fórum Mulher



Fonte: Fórum Mulher, 2017

Para a segunda etapa da pesquisa, de cinco meses, o Plano de Trabalho foi feito no dia 18/09/2017 Nzira de Deus, devido ao objetivo inicial de acompanhar oito organizações ligadas à rede FM. Deus (2017) informou que o FM atua em quatro áreas temáticas, que foram utilizadas como demarcações estruturantes para nossa análise, em cruzamento com as categorias citadas anteriormente.

Após o planeamento, Nzira me passou o contato de todas as pessoas a serem procuradas e se dispôs a conversar com cada uma delas para me apresentar. Ela informou sobre um conjunto de agendas de reuniões e atividades as quais eu poderia acompanhar como ouvinte/observadora. Entre elas, acompanhei parte da pesquisa “Ação para o empoderamento e a responsabilização social”, realizada junto ao FM pelo *Institut of the Development Studies* (IDS), coordenada pela antropóloga moçambicana Katia Taela. O grupo focal da pesquisa dialogou sobre representação e legitimidade das organizações vinculadas ao FM, algumas das quais são as mesmas que pesquisei. Acompanhei três ações públicas organizadas pelo FM, em articulação com as demais organizações e parceiros responsáveis pelo financiamento.

Também realizei entrevistas específicas com ativistas do FM, sendo duas delas como mencionei com Nzira de Deus; com a Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional, Júlia Mpfumo e com a de Coordenadora do Programa de Participação Política, Sheila Mandlhate (18/12/2017); com a Coordenadora do Programa de

Direitos Sexuais e Reprodutivos, Maira Domingos (28/01/18); e com a liderança da província de Sofala, Carlota Fernando Uate Inhamussua (24/10/2017). A Presidente do Conselho de Direção do FM, Paula Vera Cruz conversou informalmente comigo em vários momentos, mas não foi possível realizar entrevista devido a problemas de agenda da ativista.

A consulta ao acervo do FM revelou a produção de diferentes tipos de publicações, como livros, cartilhas, folheto, revista, materiais com diferentes linguagens, voltada a públicos como as organizações ligadas ao FM, formadores/as de opinião e a base social das organizações.

Figura 09 - Materiais publicados pelo Fórum Mulher



Foto: Vera Gasparetto, 11/09/2018.

Continuo acompanhando as ações e publicações pelo site e pelo Facebook e conversando com minhas fontes pelo WhatsApp e e-mail. Para compreender o funcionamento da rede FM acompanhei as organizações descritas a seguir.

3.3.2 AMPCM - Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno

O primeiro contato com a representante da AMPCM, Rebeca Glória, ocorreu durante uma reunião do FOMMUR, do qual a Associação faz parte. Em várias ocasiões estive com Rebeca, pois ela é uma ativista que se articula com várias organizações do FM e representa a AMPCM em vários espaços e Fóruns de trabalhadoras/es rurais. Visitei a sede da Associação num casario antigo do centro de Maputo em 20/11/2017.

Nessa ocasião, tive acesso a materiais de divulgação da AMPCM e de cooperativas filiadas, cadernos didáticos, legislação (A nova lei geral das cooperativas, No. 23/2009). Também entrevistei oficiais de programas e uma das coordenadoras da Associação, que falou sobre o trabalho de empoderamento das mulheres:

As mulheres já são capazes de falar, o que era um problema sério aqui em Moçambique: uma mulher não falava numa reunião. Só falava em casa quando o marido autorizasse, mas agora tem voz ativa, apresentar as suas preocupações, as suas ideias, as suas propostas e também consegue gerir as suas receitas. Muitas vezes trabalhava, pegava sua renda e tinha que entregar ao marido (AMPCM 2, entrevista em 20/11/2017).

No Bairro Zimpeto integrantes de cooperativas fazem a comercialização de seus produtos diretamente das machambas.

Figura 10 - Materiais publicados e/ou distribuídos pela AMPCM



Foto: Vera Gasparetto, 11/09/2018.

3.3.3 Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira

Em 13/10/17 nos dirigimos⁷⁶ à sede da AMUDEIA em Manhiça, a cerca de 40 km de Maputo, onde encontramos uma das referências do ativismo feminista moçambicano, Maria Adozinda de Almeida (Diretora Executiva da Associação), que veio a falecer em dezembro de 2017. Ao chegar lá encontramos uma casa toda pintada com personagens infantis, pois a Sede da Associação, que fica perto do mercado local, abriga uma escola de educação infantil para a comunidade. Fomos recebidas com

⁷⁶ Fui acompanhada pelo colega Hélder Pires Amâncio.

batata doce, mandioca cozida e chá. Fizemos a refeição antes de começar a conversa com as cinco representantes presentes. Sentamos em círculo, expliquei o objetivo do trabalho e fizemos uma entrevista coletiva, onde cada uma contou um pouco da sua história e se referiu às razões da sua participação na AMUDEIA.

Figura 11- Integrantes da AMUDEIA



Foto: Hélder Pires Amâncio, 13/10/2017.

Elas nos pareceram muito felizes com o casamento de uma das integrantes que seria dia seguinte, recomeçando a sua vida, após uma longa trajetória de violência doméstica. Nos emprestaram para fazer cópia um documento muito importante para elas: o Plano Estratégico da AMUDEIA 2014-2018. No mesmo dia, conhecemos a fábrica Maragra (Marracuene Indústria Açucareira), onde teve início a luta das mulheres contra as demissões coletivas. Encontrei-as muitas vezes depois disso, em atividades do FOMMUR, em feiras onde comercializam os produtos vindos diretamente da machamba, em atividade do FM. Posteriormente conversei com a integrante Dulce Catarina Narciso, que esteve em Florianópolis durante o MM 2017 e me contou a história da Associação.

3.3.4 AMUEDO - Associação de Mulheres Empregadas Domésticas

O primeiro contato com a AMUEDO se deu por intermédio da coordenadora Ana Matilde Macuácuá, numa reunião do FM. Ali combinamos de conversar o que aconteceu em 15/10/2018 na Marcha das Mulheres Rurais em Marracuene. Sentamos numa sombra e ela começou

a contar como iniciou sua trajetória militante pelos direitos das trabalhadoras domésticas e quais são os principais desafios das suas lutas:

O regulamento do trabalho doméstico foi adaptado pelo próprio Ministério do Trabalho, que já tinha os instrumentos do tempo colonial, só que servia pra eles, os portugueses. O trabalhador africano, assim como o negro moçambicano não tinha direito a esse instrumento. Ali não fizeram muita coisa, tiveram que inverter os mesmos dizeres que vinham do tempo passado para favorecer os/as trabalhadores/as domésticos/as do tempo da independência. Publicaram ali, dali alguém levou e meteu na gaveta. A nossa luta é pela divulgação e aplicação do regulamento, e não vamos desistir (Ana Matilde Macuácuá, entrevista em 15/10/2017).

Participei do “Seminário de Disseminação do Regulamento do Trabalho Doméstico”, organizado pela AMUEDO e pelo FM, aconteceu no dia 01/11/2017 no Hotel Kaya Kuanga⁷⁷ e reuniu cerca de 40 pessoas, sendo 30 trabalhadoras da base. A mediadora da reunião propôs uma apresentação em pares e falar sobre “o que é o melhor do trabalho doméstico. Como consigo um pouco de dinheiro e independência do meu marido? Qual a pior coisa do trabalho doméstico?”, com o objetivo de recolher as experiências e a expectativa das trabalhadoras com a formação.

Figura 12 - Encontro de trabalhadoras domésticas



Foto: Vera Gasparetto, 01/11/2017.

⁷⁷ Na língua changana significa “minha casa”.

Ouvi os depoimentos das trabalhadoras domésticas: relatos da exploração que vivem, da falta de respeito que sofrem, da ausência do cumprimento dos direitos trabalhistas e da falta de dignidade com que são tratadas. Não houve nenhum relato positivo nos depoimentos que tive a oportunidade de escutar. Foi um momento de falas abertas, sinceras, desabafos e partilha, que deram a dimensão da problemática desse setor, tanto das dificuldades que elas enfrentam no local de trabalho, como para pensar uma estratégia de organização para a AMUEDO, como ilustra a fala da trabalhadora doméstica:

A empregada doméstica tem que ser como um trabalhador qualquer, de uma empresa qualquer. Não é por que ela está na minha casa, lava a minha roupa e tudo mais que eu não devo respeitar. Tem de respeitar essa pessoa por que é ela que cuida das minhas coisas, eu devo tudo a ela. Trabalhar com um bom patrão é trabalhar com alguém que te respeita, que sabe respeitar quando não estás bem de saúde ou alguém em casa, por que somos pessoas, saímos para trabalhar e deixamos pessoas em casa. Acho que ser bom patrão é saber que a empregada se alimenta, que tem que ir pra casa, tem que ter salário por que ela também vem trabalhar por que tem uma necessidade. Pra mim é troca de favor. Eu trabalho pra ti por que tu não tens tempo para fazer trabalho de casa, trabalho pra ti para me dar salário por que preciso (Trabalhadora Doméstica 8, AMUEDO, 2017).

Nesse encontro estive uma representante do Ministério do Trabalho, prestando contas sobre as ações realizadas em relação ao regulamento. Consultei a o Decreto 40/2008 de 26 de Novembro, sobre o Regulamento de Trabalho Doméstico e a dissertação de Mestrado *Legislating Worker Justice: The Formalisation of Paid Domestic Work in Maputo, Mozambique*, da moçambicana Ruth Kélia Castel-Branco (2012), que analisa as quatro organizações que representam trabalhadoras/es domésticas/os no país, historiciza a luta do setor desde o período colonial e as lutas atuais pela implementação do regulamento do trabalho doméstico.

3.3.5 ASCHA - Associação Sócio Cultural Horizonte Azul

A primeira vez que conheci as raparigas e jovens da ASCHA foi durante um ato público em janeiro de 2017. Nesse ato elas desenvolveram várias ações de artivismo: performances variadas, teatro, danças, música, poesia deram o tom da manifestação, de maneira criativa, com denúncias contundentes e com uma linguagem simples e direta. Aquele momento não me saía da cabeça e comecei a buscar mais informação sobre o trabalho da Associação, adicionando a coordenadora, Dalila Macuácuá aos contatos do Facebook e nossas trocas virtuais nos levaram ao primeiro encontro em 22/09/2017. Qual foi a surpresa que ao chegar para uma entrevista na sede da ASCHA, no Distrito de Maxaquene, em Maputo: fui recebida por Dalila, Laura Winasse (que conheci no 13º MM, em Florianópolis) e por mais 10 meninas da Associação, de idade entre 12 e 16 anos. Foi um impacto, pois não esperava ouvir os relatos contundentes sobre suas trajetórias de vida e o papel da ASCHA nas suas vidas como um lugar de acolhimento que as fez se perceberem enquanto merecedoras de direitos, de Escola, de sonhos, como conta uma das raparigas presentes na entrevista coletiva:

O que mais me deixava forte com aquela metade de pão, com aquela chávena de chá que eu tinha dia e noite, aquilo sempre dava um sinal: “continua, não pára nunca, o seu caminho é esse, continua, não desista! Tu és forte, tu és rapariga, empoderada, tu tens que ter autoestima, saber vencer os teus problemas, encarar. Amanhã terás um futuro bonito. Um futuro brilhante”. Aquela chávena de chá e metade de pão me dizia, ainda que não falamos, eu sentia, eu dormia, eu ia a escola (suja), sem algo para aplicar, sem pasta, ia com meu plástico, com meu único caderno para cinco disciplinas, uma metade de caneta, e meu dedo é muito grande, mas eu continuava, eu sabia que era esse o caminho, daqui pra frente parto pra cima. Eu tinha fé, eu hei de conseguir, hei de ser alguém na vida. Me apareceu um presente nos meus 7/8 anos, que foi o presente mais bonito do mundo que eu tive de lá para cá. Um presente que até hoje sei desfrutar, que é essa Associação maravilhosa, essa casa bonita, é pequena, mas é uma casa onde cabem todas nós, onde nós temos a nossa voz, onde somos donas de nós mesmas, onde nos ensinam a caminhar, pouco

a pouco chegamos em frente (Ada, EC ASCHA, 22/09/2017).

Depois desse dia nos tornamos amigas, onde nos encontrávamos elas vinham correndo me abraçar, brincar, conversar. Esse clima afetoso gerou novas possibilidades de encontros e de acompanhamento, como no Ato “Sepúlveda Vive” e outras atividades do FM das quais as ativistas da ASCHA participam. Dalila me solicitou uma revisão do Relatório do Fórum Distrital, que aceitei fazer por que tinha interesse em ler o conteúdo e retribuir a gentileza que fizeram em me receber. Depois disso, me convidaram para uma reunião no dia 14/11/17, que foi outra surpresa, pois encontrei oito jovens ativistas numa sala apertada, mas ali ficamos. Elas falaram que gostam muito das abordagens, dinâmicas e métodos do feminismo brasileiro e me pediram algumas ideias para construir a metodologia do Encontro do Fórum Municipal, que aconteceu em dezembro de 2017. Falei que para elas seria simples de fazer a diferença na abordagem dos conteúdos, por que é isso que elas já fazem enquanto ASCHA: a forma criativa, a arte como protesto, o desafio de construir a igualdade de gênero em cada fala.

Figura 13 - Entrevista com ativistas na sede da ASCHA



Foto: Laura Winasse, 22/09/2017.

Durante a realização do Fórum Municipal com o tema “Gênero, Cultura e Políticas Públicas para raparigas, mulheres e jovens na cidade de Maputo”, nos dias 12 e 13/12/17, foi ressaltado o protagonismo das raparigas na construção das atividades. Observei que este espaço é de cruzamento de ideias e de intercâmbios, com a presença de outros movimentos, agentes do Estado e de parceiros financiadores da Associação. Participei do conjunto das atividades como observadora,

além de que me convidaram para contribuir em dois debates, falando sobre “Feminização do HIV/SIDA: novas infecções – o caso do Brasil” e sobre: “Ciberativismo e feminismo”, na mesa “Médias, comunicação alternativa e artevismo” (que foi o foco da minha pesquisa de mestrado).

Figura 14 - Apresentação cultural das jovens da ASCHA



Foto: Vera Gasparetto, 12/12/2017.

A entrevista com a coordenadora Dalila ocorreu em 03/01/2018, quando me contou sua trajetória, as motivações para criar a Associação e os desafios atuais da agenda, por exemplo, a questão dos uniformes para raparigas (a obrigatoriedade do uso das saias maxi) que levou a um protesto na Escola Nordeste 2 com a presença da Ministra da Educação e do Desenvolvimento Humano (MINEDH), Conceita Sortane, para exigir a melhoria das condições da Escola, com o fortalecimento dos chamados “Espaços Seguros de cidadania e liderança feminina”, ou seja, segundo a ASCHA,

(...) um lugar de auto-organização, de formação, de informação, de solidariedade, de amor, de empatia, onde as raparigas e mulheres jovens se sentem livres, a vontade para estar, participar, expressar seus sentimentos, sem medo de sofrer qualquer tipo de discriminação, opressão e violência baseada no gênero dentro e fora das escolas dos bairros periurbanos (...) (s.d., n.p.).

Tive acesso ao folhetos e materiais produzidos e continuo acompanhando algumas de suas ativistas e a própria ASCHA pelas páginas do Facebook.

3.3.6 AH - Associação Hixikanwe

Na primeira ida ao país fui convidada por Isabel Casimiro para fazer uma visita à Associação, da qual nunca havia ouvido falar e a qual o próprio nome me remetia a um estranhamento. No dia 24.01.2017 fomos participar da ‘Cerimônia da Panela’ e ao chegar àquele lugar fui acometida de uma emoção muito forte. A simplicidade do lugar, das pessoas, o envolvimento causado por toda a cerimônia, o método de trabalho proposto pelas coordenadoras da AH revelaram o cuidado e respeito que dedicam às pessoas vivendo com HIV/SIDA, usuárias da associação (especialmente mulheres e crianças). Nesse dia tive conversas informais com várias pessoas ali presentes, que me contaram como chegaram à AH, o quanto é importante o trabalho feito para sua sobrevivência. Há os casos de ativistas que ajudam outras pessoas e que se dizem muito satisfeitas em contribuírem para levar o conhecimento sobre o uso do antirretroviral e a prevenção.

Figura 15 - “Cerimônia da Panela” na Associação Hixikanwe



Foto: Vera Gasparetto, 24/01/2017.

Durante a cerimônia observei os rituais e performances que transformam uma situação dramática do que elas denominam “viver positivamente”, utilizando os potes de antirretroviral como instrumento de batucada que acompanham as canções buscando levar mensagens de esperança e estímulo ao tratamento. Encontrei por diversas vezes a fundadora e coordenadora Judite de Jesus Fondo, com quem conversei, inclusive no 13º Mundos de Mulheres, na UFSC. Ela me ofereceu um documento intitulado “Historial da Associação Hixikanwe”. Na segunda etapa do trabalho de campo acompanhei o evento “O papel da família da

prevenção do HIV”, organizado pelo Conselho Municipal de Maputo e transmitido na Televisão de Moçambique (TVM), por ocasião do Dia Mundial de Combate ao HIV/SIDA.

Figura 16 - Dia Mundial de Combate ao HIV/SIDA



Foto: Vera Gasparetto, 19/12/2017.

Registrei os vários momentos em filmagens, gravações e fotografias, anotando no caderno de campo os resumos das conversas informais. Utilizo como fonte sobre a AH a Dissertação de Mestrado de Hélio Maúngue (2015), que retrata o significado do trabalho realizado desta Associação na vida das mulheres que nela convivem:

Passando por momentos de pouca aceitação social, as mulheres têm no contato com outras mulheres infetadas uma ocasião para elevar a sua autoestima. É como se elas ganhassem uma nova identidade. Identidade essa que contrapõem à identidade desvalorizada que marca a pessoa infetada. É uma oportunidade para fugir aos rótulos e conotações negativas que a sociedade lhes impõe. A convivência com mulheres infetadas passou a ser uma maneira de elas mesmas darem sentido à vida. É um mecanismo de coesão na construção de suas identidades soropositivas. Estar com as outras mulheres, como apontamos antes, faz com que elas tenham o sentimento de pertença e de participação e de estar em um lugar com outras mulheres infetadas porque “ganhei muita coisa, ganhei família. Somos uma única família” (MAÚNGUE, 2015, p. 114-115).

3.3.7 COMUTRA - Comitê Nacional da Mulher Trabalhadora

Ainda que o mercado de trabalho formal seja de baixa ocupação no país (CASTEL-BRANCO, 2012) considere importante conhecer como as mulheres desse setor se organizam. As entrevistas com Aida de Jesus Moraes, coordenadora do COMUTRA da Zambézia, ocorreram na província de Tete, em 17/10/17, quando ela falou da sua compreensão sobre feminismo, falou do Comitê e da necessidade de construir a paridade de participação política dentro do movimento sindical:

Feminismo eu entendo que são mulheres que estão preocupadas com uma causa comum para um bem-estar da própria mulher e lutam, assim como homens também se identificam com o feminismo, porque abraçam esta causa estão interessados com o bem-estar da mulher. Não quer dizer feminismo ser só de mulher. Nós falamos de machismo porque os homens sempre puxavam a sardinha para seu lado queriam que tudo fossem eles, tinham mais poder, queria que a decisão fosse só para os homens. Mas hoje as mulheres estão fazendo as lutas, trabalhando em colaboração com os homens (...). Não temos ainda a paridade nas direções. Só temos uma cota de 30% de presença das mulheres nas formações. Gostaríamos que fosse 50/50 de paridade, mas estamos a lutar, a dizer que tem que ter mulheres. Nós estamos modificando a situação, não vai ser possível a paridade agora mas a igualdade de gênero, trazer as mulheres e envolvê-las, isso vamos tentar conseguir (Aida Moraes, entrevista em 17/10/2017).

Foi uma conversa durante o “Seminário Nacional sobre desemprego e sindicalização”, promovido pela Fundação Friedrich Ebert (FES), *Cooperazione Sindacale allo Sviluppo* (ISCOS) e o Comitê Nacional de Jovem Trabalhador (OTM). Nesse encontro apresentei o trabalho intitulado “A participação dos jovens no sindicalismo moçambicano numa visão de gênero”.

Figura 17 - Aida Moraes (ao centro) representa o COMUTRA no encontro da Juventude/OTM



Foto: Vera Gasparetto, 19/12/2017.

Posteriormente conversei com a dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica Metalomecânica e Energia (SINTIME), a sindicalista Inocência Tembe, em 24/01/18 sobre o COMUTRA Nacional. Ela apresentou dois documentos: o “COMUTRA APRESENTA-SE” e o “Regulamento Interno do COMUTRA do SINTIME. No âmbito sindical, devido às minhas relações na CUT, fui convidada para falar sobre “Os desafios da unidade na Ação Sindical”, num curso da OTM para dirigentes (homens e mulheres), em 27.09.2017. Tentei conversar com outras dirigentes desse setor, mas depois de várias tentativas, não foi possível.

3.3.8 FOMMUR - Fórum das Mulheres Rurais

O FOMMUR não estava nos planos iniciais da tese pois não tinha ideia da importância das suas metas, da sua capacidade de articulação e do quanto é representativo da vida moçambicana: 70% da população vive na área rural, e desse total, 58% são mulheres (INE, 2007). Cerca de 80% da agricultura familiar é feita por mulheres. Acompanhei inúmeras atividades em que tive oportunidade de acompanhar as lideranças do FOMMUR e seus posicionamentos sobre a vida da mulher rural, suas lutas, suas pautas e demandas. A agricultura na economia moçambicana tem três funções: alimentar a população, fornecer matéria prima para a indústria de transformação e contribuir para buscar superávit na balança comercial, já que o país cada vez mais importa alimentos (MOSCA, 2017).

No dia 18/09/17, quando realizava o planejamento do trabalho de campo com Nzira de Deus, do FM, ela me convidou para acompanhá-la a uma reunião das organizações camponesas na Cáritas. Fizemos uma rodada de apresentação e me contaram que tratavam da organização da agenda do segundo semestre, que incluía as atividades do 15 de outubro, Dia Mundial da Mulher Rural, já que o governo preparava o lançamento da campanha agrícola. Questionavam sobre as políticas públicas para o setor agrícola e tratavam da “Conferência Triangular dos Povos: Brasil, Moçambique, Japão”, para debater os desafios da gestão do território diante dos grandes empreendimentos, como o ProSavana.

Alguns dias depois, em 28/09/17, ocorreu uma nova Reunião das Mulheres Camponesas com representação do Ministério da Agricultura, para debater a legalização dos Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Várias destacaram as dificuldades e a representante do Ministério da Agricultura tangenciou seus posicionamentos, retrucando que elas é que não sabiam encaminhar os papeis. As agricultoras responderam que o governo não respeitava as mulheres no processo de concessão dos documentos. Gravei falas dessa reunião, combinadas com as coordenadoras da atividade e no seu uso será garantido o anonimato.

Em 15/10/2017 - Dia Mundial das Camponesas - no Distrito de Marracuene, próximo a Maputo, aconteceu a Marcha das Mulheres Rurais, que reuniu cerca de 300 camponesas que marcharam por terra, concessão de crédito, contra as sementes transgênicas e as desapropriações de terras.

Figura 18 - Mulheres rurais marcham pelo seu reconhecimento



Foto: Vera Gasparetto – 15/10/2017.

A marcha foi organizada pelo FOMMUR, com o apoio do FM e da UNAC. Durante essa atividade foi lida pela coordenadora do Fórum, Rebeca Mabui, a II Declaração das Mulheres Rurais.

Figura 19 - Coordenadora lê a Declaração das Mulheres Rurais



Foto: Vera Gasparetto – 15/10/2017.

Nosso bem-estar e a nossa autonomia está ligada ao acesso à terra e aos recursos que a natureza disponibiliza para viver, pelo que, queremos ser incluídas na discussão e decisão sobre o uso da terra e dos recursos naturais em Moçambique (...). Como maiores usuárias da terra, queremos ter maior controle sobre este recurso, através da obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, em nome das mulheres ou como co-titulares, sobretudo mulheres viúvas, mães solteiras e mulheres chefe de família, com menos burocracia e custos acessíveis e ajustados à nossa realidade, de modo que o Direito à Propriedade e Herança seja uma realidade para as mulheres moçambicanas (FOMMUR, 2014).

Durante o evento as camponesas entoaram canções de protestos em changana e dançaram. Considerei esse momento muito intenso, uma vivência especial da realidade dessas mulheres, que falavam no direito de produzir e de ter tempo para tratar dos assuntos políticos do seu interesse,

como a luta pela terra. Após esse encontro, em meu diário de campo fiz a seguinte reflexão:

Estou muito impactada por tudo o que tenho aprendido. Que feminismo é esse de que falam? Que discussão de gênero é essa? Que discussões categóricas e de práticas precisam ser feitas no cotidiano para equilibrar tradição/cultura x igualdade de gênero e direitos das mulheres, sendo que dentro das próprias organizações há rígidas hierarquias? Há quem se serve primeiro (e estava nessa condição), há quem ganha mais e melhor comida. Há as agências financiadoras que decidem quem vai falar e o que vai falar, que controlam tudo e ditam as normas do andamento da atividade: nada pode sair do roteiro, até mesmo o Festival de Talentos, que a plateia queria que todas vencessem, determinaram que precisava de uma só vencedora. Há discursos governamentais vazios, de quem deveria fazer e nada faz. Há a representante da UNAC exaltando o governo. Mulheres maltratadas pelo tempo/sol. Fortes, vitais, bem vestidas com seus modelos de capulanas. Marcham, cantam, gritam, rezam, dançam. Reivindicam e abdicam. Senti falta de ouvir as vozes das camponesas das diferentes localidades.

Rezas...canções...conversas...poesias...falas traduzidas para changana para que as camponesas possam compreender. Conhecimentos das mulheres ali brotando da terra (DIÁRIO DE CAMPO VG, 16/10/2017).

Outra atividade representativa que acompanhei foi a Conferência “20 anos da Lei de Terras”, organizada pela União Nacional dos Camponeses (UNAC), realizada em 18 e 19/10/17, com a presença da presidente, Ana Paula, ativistas, pesquisadores/as da área rural e do Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Ismael Correia. As pesquisas apresentadas e os relatos das/os camponesas/es que sofrem com o descaso sobre os conflitos de terra proporcionaram um panorama da situação no país, a gravidade da falta de fiscalização sobre o cumprimento da Lei de Terras, o papel vacilante do governo. Na mesa “Terra, Poder, Gênero e Conflitualidades” Rebeca Mabui (FOMMUR) e Nzira de Deus (FM), representaram o movimento de mulheres.

A III Conferência Triangular dos Povos: Brasil – Moçambique – Japão: “Não ao ProSavana” aconteceu nos dias 24 e 25/10/2017 e contou com ativistas moçambicanas/os e brasileiras/os. Os/as japoneses/as não conseguiram visto para entrar no país. Camponeses/as apresentaram opções populares como modelo de desenvolvimento agrário e rural, capaz de priorizar a produção de alimento e não de *commodities*. Várias mulheres rurais e os movimentos como MMM, FM e FOMMUR se posicionaram no decorrer da Conferência, assim como foram apresentados estudos das consequências dos 10 anos do ProSavana no país, que expropria e não respeita a vida e os direitos humanos. Ressaltou-se que megaprojetos não significam desenvolvimento, pois não há proteção pública ao direito das comunidades locais. Palavras de ordem eram gritadas em coro ao final de cada fala:

Globalizemos a luta!
 Globalizemos a esperança!
 Globalizemos a luta!
 Globalizemos a esperança!
 Cansados?
 Não
 Cansados?
 Não
 Na luta do povo?
 Ninguém descansa
 Na luta do povo?
 Ninguém descansa (PALAVRA DE ORDEM,
 2017).

A palavra de ordem “Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!” é da Rede Internacional Via Campesina, que articula também o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, à qual o FOMMUR é ligado. Uma das coordenadoras me convidou a participar da “Formação Política Feminista” ocorrida nos dias 3 e 4/11/17, em Marracuene, voltada para a reflexão e os planos do FOMMUR para o próximo período. Esta foi uma oportunidade para ouvir vários depoimentos sobre o que e como elas pensam e quais as principais questões em âmbito organizativo para que possam avançar. Uma das falas da reunião reflete sobre as dificuldades que enfrentam para avançar na sua organização:

(...) A mulher rural é que deve eleger a pessoa que vai coordenar as funções da mulher rural. Na

Manhã nós todas escolhemos a quem vai nos coordenar. A Dona Adozinda e há outras mulheres nas províncias. É daí que começa a confusão, aquela ali não estudou, como é que vai falar, como que pode enfrentar com o governo. Aquele que está a coordenar lugar x não tem qualidade de falar, não tem modos de comer. Como é que você classifica uma outra mulher? É esse ponto: quem somos nós? O que queremos? Então mesmo eu sou mulher rural, eu não falo de mim: estou a falar das mulheres rurais. Uma mulher rural é aquela que vive no meio rural. Uma mulher urbana ou cidadã que sai da cidade vai fazer machamba no meio rural, essa mulher pode coordenar ações das mulheres rurais lá no campo? É conhecida essa mulher lá no campo, lá? Então a fraqueza foi essa (...) (Rebeca Mabui, Comunicação Oral Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

Entre os temas tratados destacaram-se o contexto econômico mundial, regional e nacional e o impacto nas mulheres rurais, violência contra as mulheres no meio rural, agroecologia e justiça ambiental como alternativas para a defesa da terra, liderança e participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, fortalecimento das mulheres rurais como força para mudar.

3.3.9 LAMBDA - Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais

Em visita ao escritório da LAMBDA em Maputo no dia 20/11/2017, juntamente com Helder Pires Amâncio, realizamos a entrevista com duas pessoas, responsáveis pela comunicação da organização: Frank Lileza e Francelino Zeute. No início da reunião, apresentei o objetivo da pesquisa. Nas investigações preliminares ao campo não obtive informações sobre organizações LGBT e descobrir a existência da LAMBDA e contribuir para sua visibilidade é uma oportunidade não apenas no âmbito da tese. Quando estive em Moçambique em janeiro de 2017, fiquei sabendo da Organização e a incluí como prioridade, em função dos preconceitos que sofre esse segmento, como nos revela essa fala:

O continente africano, no seu geral, quando senta e debate sobre as questões da homossexualidade, o

que salta à vista é que é importada, não é da nossa cultura, não é da nossa tradição, e de alguma maneira dá a posição de “puros”, ser africano tem uma forma puritana. Diferente de outras partes do mundo a homossexualidade automaticamente não é daqui, como se aqui não se nascessem africanos homossexuais. É uma visão ligada a questão cultural que tem um peso muito grande. Na sociedade moçambicana somos muito tradicionalistas, nossos costumes são fortes e enraizados, apesar de falarmos dos centros urbanos. As famílias prezam esses costumes e não tem como dissociar isso: os homossexuais nascem nessas famílias e a primeira coisa que quando discutimos isso é "ela, esse aprendeu aonde, com quem? na nossa família nunca tivemos alguém assim". Então são muitas coisas que chamam à questão da cultura e da tradição, que tem servido para reforçar o preconceito e a discriminação contra as pessoas homossexuais (Francelino Zeute, entrevista em 20/11/2017).

Figura 20 - Reprodução da Página da Lambda na rede social Facebook



Fonte: @lambdamoz – 11/09/2018.

O objetivo dos contatos foi conhecer a dinâmica de funcionamento da LAMBDA do ponto de vista da sua agenda de lutas e da sua organização institucional. Das atividades públicas propostas tentei acompanhar o ciclo de cinema, que acabou não ocorrendo nos dias agendados. Tive contato com materiais de divulgação e didáticos e acompanhei o desenvolvimento das atividades por intermédio das redes sociais.

3.3.10 MOVFEMME - Movimento das Jovens Feministas de Moçambique

O contato com o MovFemme ocorreu a partir do FM, que indicou a jovem feminista e uma das lideranças do movimento, Shaista de Araújo, que entrevistei em 05/10/2017, num café em frente à residência da UEM, onde residi. Shaista falou do momento de retração que vivia o este Movimento e que estavam se rearticulando pois, a Marcha realizada em 2017 e que levou à prisão três jovens feministas teve um impacto na organização. Ela também avaliou que no próximo período querem qualificar o uso das redes sociais para a comunicação com a base social. No acompanhamento que fiz à rede social Facebook observei que as postagens são didáticas, reflexivas, questionadoras e com uma linguagem que dialoga com a juventude.

O MovFemme tem realizado trabalhos de formação na comunidade, levantando os problemas do dia-a-dia e propondo a criação dos espaços seguros. Ela fala sobre as estratégias que nos remetem ao uso da educação popular para abordar os temas a partir do conhecimento do grupo. Conceitos como feminismo e gênero vem para Moçambique a partir das redes de raparigas e mulheres que circulam no âmbito do feminismo transacional, e sua tradução para a base é feita de maneira cuidadosa:

Os conceitos vêm depois da discussão dos problemas, porque tem vários grupos. O grupo onde formamos as ativistas locais, onde a metodologia é mais direta (isto existe, movimento é isto, grupo de mulheres podem reivindicar e ser movimento) e movimento questão de feminismo que é gênero. A oficina é de questionamento para lhes fazer perceber e criar ainda mais questionamento daquilo que a sociedade define para a mulher: como incapaz ou o lugar dela. Envolvemos escolas e líderes comunitários para debater em conjunto e identificar os problemas e as soluções, além de produzir documentos com a participação delas. A nossa principal preocupação era a de olhar para o problema de violência no espaço público, como elas tem o poder de questionar e de tentar contribuir para a solução deste problema. Depois dessa conversa, desse

debate trazíamos conceitos como feminismo, como gênero, através de brincadeiras de questionamento (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

O MovFemme articulou com os demais movimentos (FM, ASCHA, WLSA e MMM) a chamada para o ato público “Sepúlveda Vive” em 25 de novembro de 2017, dia internacional pela eliminação das violências contra as mulheres.

Figura 21 - Ato público denuncia a violência contra as mulheres nas ruas



Foto: Vera Gasparetto, 25/11/2017.

A chamada no Facebook do MovFemme diz “Por todas as mulheres e jovens vítimas de violência machista: sexual, doméstica e abusiva vamos erguer as nossas vozes a denunciar este mal e homenagear as que se foram! Nem Uma a menos, pois vivas nos queremos! JUNTE-SE A NOS![#SepulvedaVive](#)[#NemUmaMenos](#)”⁷⁸.

Figura 22 - Cartaz do ato público Sepúlveda Vive



Fonte: @jovensfeministasmoz

⁷⁸ www.facebook.com/jovensfeministasmoz

A história de Sepúlveda é contada em poema por uma jovem feminista, que o publicou em sua página do Facebook:

É bem bonita a mulher da foto do cartaz do acto público que marca o início dos 16 dias de activismo na luta por um mundo #Livre de violência que acontece contra as RAPARIGAS e MULHERES...
 Quem é ela?
 Uma modelo?
 Linda modelo fotográfica!
 ...#inCogitações...
 A #mulher... A #menina do cartaz...
 Foi e era...
 Agora só é espírito que habita em nós, alma que alimenta ainda mais a nossa luta e um mundo de sonhos que nós temos de realizar prosseguindo nesta jornada...
 Sepúlveda, seu nome foi...
 Era jovem como nós...
 Só tinha 20 aninhos...
 Vivia com o olhar voltado para o futuro!
 Futuro que era sonho de se formar #jornalista...
 E já dava passos bem largos para viver esse sonho...
 Porque sabia esperar na acção de construir o sonho...
 Sepúlveda era jovem como nós...
 Filha de alguém...Irmã de alguém...
 Amiga e colega de alguém...
 Vizinha de alguém, num bairro onde sempre viveu...Num bairro onde sentiu ser o seu espaço seguro...Mas não era!
 Sepúlveda mal sabia que o seu bairro era o pior dos lugares...Que os seus vizinhos não eram amigos em quem pudesse confiar...
 Não pensou que em 10 minutos que é o tempo que em condições normais fazia o trajecto hospital-casa...Faria o trajecto para morte...Sepúlveda era jovem como nós...
 Era mulher como nós...Tinha graça e confiança...Confiava com certeza Absoluta que aquela seria uma simples madrugada de regresso à casa...Depois de fazer o #aerossol para aliviar

mais uma crise de asma...Ela sentiu que era capaz de chegar à casa sã e salva porque o Hospital é no bairro..

O hospital é na zona...São apenas 10 minutitos...Mas em 10 minutos Sepúlveda não chegou à casa...Chegou-lhe sim, a #MORTE! E essa morte que lhe chegou não foi natural...Morreu de morte matada...

Perpetrada por um #fiDoPai que de certeza que não nasceu de uma mulher...

É que homens que nascem de mulheres respeitam outras mulheres...O assassino de Sepúlveda é alguém também do bairro...

O violador da linda menina do cartaz, se calhar cresceu com ela...Se calhar namorou com Sepúlveda...Se calhar foi chorar no caixão dela...Porque tudo aconteceu há 10 minutos de casa dela, quando ela voltava do hospital...O fiDoPai que matou a cada uma de nós...Ao tirar a vida de Sepúlveda...

Porque o corpo sem vida de Sepúlveda foi encontrado na rua, no chão, abusado sem vida nas proximidades da sua casa...

Também nós nos sentimos morrer...

O FiDoPai do violador nesse acto macabro...

Também fez maldito sexo com todas nós que lutamos pela liberdade e pelos direitos das mulheres...Perscrutou-nos a todas na alma e é por isso que gritamos como LEOAS

FERIDAS...SEPÚLVEDA VIVE em cada UMA de NÓS...NEM UMA A MENOS...

MEXEU COM UMA MEXEU COM

TODAS...Se os FiDosPais...

Se os FiDoPatriarcado...

Se os machistas...

Se os violadores...

Se os assassinos...

Insistirem em usar o seu Tchám para nos violarem, estuprarem, molestarem, subjugarem...Se não segurarem esse Tchám que se impõe nos penetrando forçosamente, sem o nosso consentimento...

VÃO ACORDAR SEM O TCHÁM...

VAMOS FAZER A LUTA CONTRA OS PÉNIS...E NÃO VAI SOBRAR NEM UM

SEQUER...E SE ACHAM QUE QUEIMAR
 COM ÓLEO É UM EXAGERO...
 NÓS VAMOS CORTAR OS TCHÁMS...
 Controlem essa vossa erecção de homens de carne
 fraca...E VAMOS EXIGIR QUE SE VIOLEM
 ENTRE VOCÊS PELO ÂNUS...
 JÁ QUE GOSTAM MUITO DE LUGARES
 SECOS E POR ONDE SE PENETRA À
 FORÇA...ArrrrrrrrrrriiiiiiiiiiiiiiiiiIIIIIIIIIIII
 (DENY MILICE, FEMINISTA INDIGNADA em
 construção, 2017).

3.3.11 MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento

Na primeira ida a Moçambique, tive a oportunidade de conhecer a MULEIDE e entrevistar a Diretora Executiva, Rafa Valente Machava e a Oficial de Programas, Clotilde Malate Noa (em 17/01/2017) que me contaram que a Associação foi a primeira organização da sociedade civil reconhecida em Moçambique na área dos direitos humanos das mulheres, criada em 1991, com o objetivo de promover conhecimento sobre os direitos e prestar assessoria jurídica. Na segunda etapa do trabalho de campo tentei conhecer o trabalho de atendimento voltado às mulheres, entretanto não houve a possibilidade. Contudo participei da Conferência Nacional da MULEIDE sobre as boas práticas do programa “As mulheres podem fazer”⁷⁹, realizada em 11/10/2017.

Figura 23 - Mulheres dançam durante a Conferência da MULEIDE



Foto: Vera Gasparetto, 11/10/2017.

⁷⁹ *Woman Can Do It.*

A Conferência reuniu representantes das várias províncias de Moçambique para debater temas como Mulher na liderança política; Democracia e igualdade de género (poder e distribuição do poder); Experiência sobre os 10 anos de implementação do projecto “*As Mulheres Podem Fazer*”; Principais desafios enfrentados pelas mulheres nos espaços de tomada de decisão (mecanismos de ascensão e manutenção das mulheres nos lugares de decisão); Participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão, desafios da liderança municipal. A programação incluiu também três grupos temáticos: Comunicação (linguagem, linguagem corporal, técnicas de dominação); Argumentação, discursos e debates; e Experiências de trabalho em rede como contributo para um maior alcance de resultados. Nos últimos meses, dei continuidade ao acompanhamento das iniciativas da Associação mediante consulta ao site, muito bem estruturado, contendo documentos como relatórios, projetos, planejamentos e prestação de contas.

3.3.12 WLSA - Mulher e Lei na África Austral (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust)

Meu primeiro contato com a WLSA foi por intermédio do site e da leitura das publicações (pesquisas e relatórios produzidos). Na primeira etapa da pesquisa visitei a WLSA no dia 12.01.2017 e realizei uma entrevista com duas representantes: a Coordenadora Nacional, Terezinha da Silva (assistente social) e com a Coordenadora de Investigação, Ana Loforte (antropóloga). Essa primeira entrevista ofereceu os elementos para conhecer a organização e dar continuidade à pesquisa na segunda etapa, quando realizamos entrevistas com Conceição Osório (socióloga), em 15/09/2017 (ocasião em que também consultei o acervo), com Maria José Artur (antropóloga) em 18/12/2017 e novamente com Ana Loforte em 06/12/2017⁸⁰.

A WLSA constitui uma referência de produção teórica e formação para os movimentos sociais ligados ao FM. No acervo documental e no site da organização tive acesso às produções de livros, relatórios de pesquisas, mais voltados para lideranças e formação de opinião de setores intelectuais, assim como folhetos, cartilhas, agendas, voltadas para levar informação ao meio popular. A Revista “Outras Vozes” é editada bimestralmente com uma tiragem de dois mil exemplares e enviada às organizações de mulheres das províncias. Traz artigos, posicionamentos

⁸⁰ Essas duas últimas foram conduzidas em dupla com o antropólogo moçambicano Hélder Pires Amâncio.

em relação ao Estado, charges, ilustrações, matérias de denúncia, coluna de opinião, textos sobre a luta das mulheres em contexto africano e de outros continentes.

Figura 24 - Materiais educativos e informativos produzidos pela WLSA



Foto: Vera Gasparetto – 11/09/2018.

3.3.13 MMM - Marcha Mundial das Mulheres (Secretariado Internacional)

Tive oportunidade de participar de várias conversas formais e informais com a Coordenadora do Secretariado Internacional da MMM⁸¹, Graça Samo, que foi Secretária Executiva do FM no período que esta organização assumiu institucionalmente a agenda do feminismo. A MMM é uma das organizações feministas internacionais de maior abrangência global, que tem sua sede em Maputo – Moçambique, desde 2015⁸². A primeira entrevista aconteceu em 26.01.2017, posteriormente nos encontramos na UFSC durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres, quando Samo representou os movimentos sociais na mesa de abertura do evento. Na segunda etapa em Moçambique visitei a sede do Secretariado Internacional e a entrevistei pela segunda vez em 27.01.2018. Continuo acompanhando a MMM (aqui no Brasil acompanho como ativista as

⁸¹ Existe uma organização da MMM Moçambique, coordenada pelo FM, que reúne parte dos movimentos pesquisados, por isso optei por acompanhar a MMM Secretariado Internacional, ao qual o FM é ligado.

⁸²A decisão de ter o Secretaria da MMM em Moçambique foi tomada num encontro realizado em 2014, na cidade de São Paulo, no final da permanência da MMM no Brasil.

ações da Marcha Santa Catarina) através da leitura de documentos, folhetos, sites, blogs, páginas no Facebook.

Figura 25 - Graça Samo representa os movimentos sociais no 13º Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Integrantes da MMM Moçambique fazem batucada na Marcha Internacional



Fonte: Banco de Imagens MM/FG – 11/09/2018.

3.4 “COM VIVÊNCIAS” E APRENDIZADOS DO COTIDIANO

Um aspecto pouco falado, mas que deve ser ressaltado, é a importância num contexto de pesquisa transnacional daquilo que chamo de “com vivências”. São atividades familiares, encontros afetivos, contato com amigos, rituais de batismo, casamentos, falecimentos, convivências nos mercados, nas casas, na cozinha, quintal. Participação em atividades culturais, como exposição de arte, danças, músicas, teatro. A oportunidade de fazer viajar ou de fazer turismo, ter uns dias de férias e conhecer um pouco do país. Conviver com as mulheres no cotidiano foi uma experiência das mais importantes para conhecer suas vidas, sua cultura e suas experiências concretas nos espaços público e privado.

Nas duas etapas da pesquisa em Moçambique tive a oportunidade de passar o Natal e o Ano Novo em casa de famílias moçambicanas que me inspiram a falar sobre o calor humano, sobre um tipo de fraternidade que lembrava minha infância, vivida no interior de Tuparendi - RS, onde estive até meus sete anos de idade. Nos dias de festas acompanhei o preparo cuidadoso da alimentação, comidas típicas feitas pelas mulheres da família (desde crianças até as mães): temperos deliciosos, cozimento no lume (fogo de chão), ingredientes diferentes que resultaram num banquete, acompanhado de cervejas moçambicanas, vinhos e

champanhes da África do Sul, de onde são importados grande parte dos produtos industrializados consumidos no país.

Depois da ceia, a vizinhança se visita para uma saudação tradicional, dançando e cantando em changana “*nós somos os seus vizinhos, se não acredita desmente*”, me levando a compreender o significado da “poética dos quintais” como um lugar de encontro, convívios e segredos, de que falava o artista moçambicano Valente Ngwenya Malangatana⁸³, um dos expoentes na luta pela paz no país.

Enxerguei a “poética das ruas”, com meu olhar viajante, nas dinâmicas dos mercados informais de artesanato, uma das riquezas que se encontra pelo país, movimentando uma economia que representa a principal ocupação para as mulheres (Castel-Branco, 2013; INE, 2007). Em cada localidade visitada era perceptível o comércio vasto, com produções locais, mas também peças resultantes da produção em larga escala, o que revela uma indústria do artesanato⁸⁴ criativa em Moçambique e na África.

O holandês Paulus Gerdes, no seu livro “Mulheres, Cultura e Geometria na África Austral: Sugestões para Pesquisa” (2011) identifica em várias peças do artesanato local, como carteiras e bolsas entrecruzadas, trançados espiralados, esteiras tecidas, figuras de barbante, cerâmica decorada, tatuagens e pinturas corporais, e decoração de murais, ideias e aspectos matemáticos incorporados nos padrões inventados por mulheres da região da África Austral. Segundo o autor, a observação do trabalho artesanal das mulheres africanas (GERDES, 2011) contribui para desmistificar a matemática em relação ao Gênero e à raça. O autor viu a possibilidade de relação entre o estudo da geometria com o das artes visuais, apresentando um estímulo para o futuro da educação matemática, e borrou academicamente uma das fronteiras entre ciência e a cultura popular e o trabalho artesanal e as mulheres na África Austral.

As peças artesanais ilustram a forma de ver o mundo do povo moçambicano. A obra retratada a seguir, por exemplo, entalhada em

⁸³ Nasceu em Moçambique em 1936. Foi pastor de gado, aprendiz de médico tradicional e apanhador de bolas. Tornou-se artista profissional em 1960, apoiado pelo arquiteto português Miranda Guedes. Esteve preso pela polícia colonial acusado de ligações com a FRELIMO. Após a independência envolveu-se na política, tendo sido deputado pela mesma organização. Foi um dos criadores do Movimento para Paz.

⁸⁴ Parte desse material é comercializado na Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo (FEIMA), que reúne peças e comidas originárias das diferentes províncias de Moçambique, para quem aprecia a beleza da arte, do artesanato, das plantas e da diversificada culinária moçambicana. Atrai o turismo internacional, se localiza no centro da capital do país.

madeira, é muito representativa da importância que tem a família para as pessoas em Moçambique. São famílias “alargadas”⁸⁵ (LOFORTE, 2003; AMÂNCIO, 2016), que vivem e convivem, morando juntas ou por perto, fazendo mais um “puxado” no quintal para estar juntos em momentos de festa, de dor, rituais religiosos, eventos familiares, xitiques⁸⁶, ajudas.

Figura 26 - Artesanato representando a família



Foto: Vera Gasparetto, artesanato local, janeiro de 2017.

Nas “poéticas das ruas” incluo as Capulanas, que se destacam no visual composto pelas vestes e adereços, especialmente das mulheres e meninas, utilizadas também para fazer roupas para homens, mulheres e crianças. Sua origem é atribuída às relações comerciais com a Ásia, mas seu encontro com o povo Moçambicano constituiu um símbolo de luta, de poder, de identidade e de memória da sua história. Esses panos tradicionalmente entornam os corpos das mulheres e são utilizados na casa ou para amarrar bebês junto aos corpos. Por onde se circula, nas ruas, nas estradas, nos mercados, nas machambas, encontram-se mulheres com capulanas amarradas na cintura e/ou na cabeça. A peça constitui uma forte

⁸⁵ Nas famílias alargadas o elemento mais importante é a diferenciação entre sexos, tendo em conta as relações socialmente construídas no contexto de uma sociedade patriarcal. Esta hierarquização reflete-se na divisão social do trabalho no interior das famílias. Os homens mais associados aos trabalhos exteriores (públicos) e assalariados e as mulheres ao trabalho doméstico e informal (LOFORTE, 2003, p.115).

⁸⁶ O xitique é um termo na língua changana para a prática de uma rede de ajuda social e afetiva que envolve família/colegas/amigos, que inclui uma poupança popular, pois a cada mês um/a dos participantes recebe o montante acumulado que reúne a contribuição de cada pessoa. Aqui no Brasil designamos de “bolão”.

representação cultural e simbólica do país (e do continente africano) no exterior.

No período em que estive em Moçambique, me habituei a chegar nas casas e amarrar capulana, pois de acordo com o ditado popular “uma boa moçambicana carrega sempre a sua na bolsa”. Foi uma forma de me aproximar das mulheres, uma forma de identificação que abriu muitas portas e conversas.

A antropóloga moçambicana, Esmeralda Mariano (entrevista em 17/11/2017) conta que na história de Moçambique há muitos elementos que foram se incorporando “e que depois chamamos nossos produtos, por que são produtos de propriedade nossa... a própria capulana”. Segundo seu estudo de como se estabelecem as relações entre famílias internas e externas com o casamento, a capulana representa um símbolo fundamental nas transições e transações de uma mulher que, ao casar-se, sai de um lugar para outro. No sul do país este símbolo chamava-se *n'tehe* (idem).

Um *n'tehe*, como não existia ainda a capulana, há muito tempo, usava-se a pele de um animal para pôr o bebê nas costas. Esse *n'tehe* tinha um valor muito importante, por que é ali onde cresceu, é como se fosse uma incubadora, e este *n'tehe* tem um valor por que cresceu até no sentido da formação do próprio indivíduo. É por isso que o *n'tehe* é utilizado, passado para outras gerações. Não o próprio material de couro, mas o símbolo da capulana, por exemplo, no lobolo. Tem, que dar a capulana à tia, à avó, por que foi aquela que cresceu. Que tu, homem, por exemplo, levas, vai casar com uma mulher que foi criada e educada com um *n'tehe*. Que é para dizer o que? Que é para ficar junto. Esta é a ideia. São redes, são relações que vão multiplicando mas que vão sempre atando, não é desligar completamente. É como o *n'tehe*: amarras um nó (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

A capulana é utilizada pelas mães como um acessório para amarrar as crianças de colo junto ao corpo, favorecendo o cuidado com os/as bebês enquanto são executadas outras tarefas de casa ou profissionais. Hábitos semelhantes foram observados em outros países, como por exemplo, ao analisar a situação das mulheres durante o período

escravocrata nos Estados Unidos, Ângela Davis (2013) nos faz refletir sobre a história dessas práticas:

Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os seus filhos deitados no chão perto da área onde trabalhavam, algumas recusavam em deixá-los e tentavam trabalhar no local habitual com os seus filhos nas suas costas. Como uma ex-escrava descreveu um caso na plantação onde vivia: “Uma mulher jovem não quis, como as outras, deixar a sua criança no fim da linha, mas inventou um tipo rude de saco, feito de um pedaço grosseiro de roupa, no qual colocou o seu filho, que era muito novo, sobre as suas costas, e desta forma carregou o todo o dia, e fez as suas tarefas com a enxada com o restante povo” (DAVIS, 2013, p. 13).

Observei várias cenas, como essa registrada em Inhambane, onde fiquei hospedada, com Mamã Hortência e seu neto. Enquanto a mãe do bebê vai pra escola, esta senhora executa seus afazeres cotidianos com o menino amarrado junto a si.

Durante a realização do Projeto “Mamãs, Bebês e Capulanas: cuidados e afetos tecidos nos corpos”, ouvimos vários depoimentos⁸⁷ de moçambicanas que desconhecem a origem dessa tradição, de tão antiga. O objetivo do projeto é registrar em imagens e entrevistas moçambicanas que utilizam-se da capulana para cuidarem dos seus bebês, além de tentar perceber suas motivações e percepções sobre esse hábito e forma de cuidado. Podemos concluir que essa prática é comum, inerente ao trato com as crianças, que desse modo ficam perto de quem lhes cuida o tempo inteiro: em casa, pelas ruas, sob o sol, nos mercados, no trabalho informal, chamando a nossa atenção a tranquilidade com que ali estão as/os pequeninas/os.

⁸⁷ Realizado por mim, Mateus Almeida (fotógrafo e estudante de Ciências Sociais - UFF) e Hélder Pires Amâncio (Doutorando em Antropologia Social – UFSC).

Figura 27 - Projeto “Mamãs, Bebês e Capulanas: cuidados e afetos tecidos nos corpos” com a jovem Carolina Abú Ussemame e seu filho



Foto: Mateus Almeida - Matola, 15/11/2017.

3.4.1 Andando pelo país

Uma das experiências que mais contribuíram para conhecer a cultura, os modos de vida e me relacionar com o povo foram as viagens. Recomendo que todo o trabalho de campo tenha no seu Plano de Trabalho momentos viajantes, pois são eles que oportunizam uma certa descontração da/o pesquisadora/or para estabelecer contatos informais, espontâneos e criativos com as pessoas e seus cotidianos. Andar à deriva, colhendo o que cada situação oferece de aprendizado.

Ao sair da capital Maputo e de suas características cosmopolitas, fomos em direção ao norte (províncias de Gaza e Inhambane), passando por inúmeros distritos com seus nomes peculiares, como Chimondzo, Zingoene, Nhamavila, Manjacaze, Chidenguele, Chizavane. Um cenário entremeado de pequenas zonas urbanas e extensas áreas rurais. Na viagem não encontramos savanas com leões, elefantes e girafas pelo caminho, mas pessoas caminhando à beira das estradas⁸⁸, envolvidas nas suas lidas cotidianas, as casas feitas de palhotas, chapas, caniço ou barro, o mercado informal, as paredes das casas de alvenaria pintadas com as logomarcas das empresas de telefonia multinacionais, efeitos da globalização dos

⁸⁸ As beiras das estradas são alternativas de renda (comércio da produção agrícola, artesanatos entre outras).

mercados e únicos sinais visíveis do tão aclamado desenvolvimento, que chegaria com o liberalismo econômico. Enquanto esperam os chapas⁸⁹, as pessoas disputam as sombras das poucas árvores na beira da estrada, especialmente no turno do sol escaldante entre 11h e 15h.

Homens e mulheres vigorosos/as, mulheres elegantemente vestidas com suas coloridas capulanas. Uma cena onde se percebe a presença intensa das crianças na vida social. Áreas com rede de energia elétrica, assim como áreas sem luz, pois muitas famílias não têm como pagar. As mulheres se envolvem na lida da cozinha diuturnamente. Os homens, nas lidas de forma coletiva, realizando suas funções geralmente em conjunto.

Para chegar a Inharrime, na província de Inhambane, foi uma aventura cercada de paisagens lindas. Ali me vi nos cenários e modos de viver narrados pelo escritor Mia Couto, expoente da literatura moçambicana, no livro “Mulheres de Cinza” (2015), no qual descreve situações semelhantes às que ali observei, como a relação íntima entre a vida terrena e a vida espiritual:

Todas as manhãs se erguiam sete sóis sobre a planície de Inharrime. Nesses tempos, o firmamento era bem maior e nele cabiam todos os astros, os vivos e os que morreram. Nua como havia dormido, a nossa mãe saía de casa com uma peneira na mão. Ia escolher o melhor dos sóis. Com a peneira recolhia as restantes seis estrelas e trazia-as para a aldeia. Enterrava-as junto à termiteira, por trás da nossa casa. Aquele era o nosso cemitério de criaturas celestiais. Um dia, caso precisássemos, iríamos lá desenterrar estrelas. Por motivo desse património, nós não éramos pobres (COUTO, 2015, p.17).

Em um nascer do dia seguimos pela estrada em direção ao norte e observamos os preparativos das pessoas nas suas idas e vindas. Crianças, jovens, adultos e idosos envolvidos igualmente na organização das bancas onde são oferecidos os produtos diretos das machambas da região aos viajantes, assim como artesanatos, mel e bebidas tradicionais. Muitas já estavam no cultivo/colheita desde cedo, por que em Moçambique às 5h da manhã (fuso de 4 horas adiantado em relação ao Brasil) o sol já está, como dizem, “picando”.

⁸⁹ No Brasil equivale a “peruas” ou vans utilizadas para transporte de passageiros/as.

Na cidade de Inhambane se destaca o turismo devido às numerosas praias e a herança da diversidade da arquitetura colonial e das influências que recebeu por ser um corredor comercial para diferentes povos que circulam historicamente pelo Oceano Índico. Os atrativos turísticos em Moçambique são inúmeros pela beleza natural, mas há o contraste social entre turistas e trabalhadores/as do turismo. Paisagens paradisíacas que dão a sensação de que o tempo parou e que estamos em outra dimensão. *Lodges*⁹⁰ luxuosos, que cobram em dólar e recebem turistas brancos, ao lado de palhotas, que são as moradias das pessoas que ali vivem 365 dias ao ano, e oferecem sua força de trabalho tanto nos serviços de hospedagem, de alimentação, como no mercado informal de beira de praia (alimentação, bebida, artesanato etc.). O modo como se explora a força de trabalho no turismo nas regiões de belezas naturais é muito parecido com o de certas áreas do Brasil: precarizado, informal, predatório, sem diálogo com as comunidades locais (FREITAG, 2018).

Na província de Gaza estivemos em contato mais de perto com as controvertidas visões a respeito do Imperador Ngungunyane. Ele governou a província e liderou uma das inúmeras resistências ao império português, sendo derrotado pelos colonizadores em 1895. Uma história de luta que marca a resistência desse povo que enfrentou o regime colonial e também adversários internos, o que gera controvérsias a respeito do papel do Imperador, que era amado e odiado dentro dessa província.

Andando pelo interior, conheci algumas machambas e a vida do povo trabalhador, das mulheres na sua rotina de lidar com a casa, o pátio e a roça, percebi que ali o tempo tem outra dimensão. Vontade de não sair debaixo das árvores durante os dias de sol escaldante. Perceber o sentido de viver com o que se tem. O pôr do sol, o céu estrelado, a lua, o fogo, os bichos, o quarto de banho à luz das estrelas, os quintais, as choupanas. Chamou-me a atenção o cuidado matinal com os quintais, associado a uma visão de que varrer o quintal é organizar a vida material e também a vida espiritual. Relação forte entre o humano e o divino e o cuidado com os/as antepassados/as.

Lugares para ficar olhando as estrelas, o silêncio da noite quebrado pelos cantos dos galos e corujas, a alvorada escaldante anuncia o novo dia. Cantinhos onde as crianças são envolvidas nas lidas e aprendem em casa primeiro a língua materna e na escola, o português. Lugar onde os antepassados descansam debaixo de sombras de cajueiros e são cultuados com muito respeito. Pôr do sol, nascer do dia, o ciclo da vida.

⁹⁰ O que equivale a “pousadas” no Brasil.

Em Maputo, numa noite fui até o quintal para apreciar as estrelas, ali muito fortes devido à ausência de iluminação pública na periferia. Escutava por todos os lados diferentes sons. De uma Mesquita ouvia a narrativa ritualística da reza muçulmana. Na vizinhança ouvia canções em changana de um ensaio para uma cerimônia de casamento. Essas diferentes vozes me levaram a saber mais sobre a religião no país.

Tive a oportunidade de participar de cerimônias de casamento na religião católica, que duram três dias, incluindo o *lobolo*, a cerimônia civil, a cerimônia religiosa e, finalmente o *xiguiane*. Durante a cerimônia religiosa observei os detalhes da igreja católica e a forma como mistura suas tradições e rituais com a cultura local, incorporando canções em changana e danças. A Igreja Católica usa de uma estratégia de envolver a comunidade incluindo nos símbolos religiosos elementos da cultura local, como instrumentos musicais de percussão, danças, adereços, simbologias que representam o cotidiano da vida do povo. Em Moçambique a Igreja Católica associou-se à colonização portuguesa sendo seu “braço direito”. Mesmo no século XX, o trabalho forçado, que é uma continuidade do trabalho escravo, não só teve a conivência da Igreja, como ela dela utilizou-se em 1936 para a construção da Catedral de Maputo (ZIMBA, 2016, n.p.).

Iniciei esse capítulo com uma reflexão epistemológica, enfatizando a construção do referencial metodológico do trabalho de campo, justificando minhas escolhas frente aos desafios colocados pelo contato com o terreno. Na sequência, detalhei os períodos em que estive no país e como cada um deles foi singular e ao mesmo tempo complementar. Acredito que essa distância entre as duas etapas foi necessária para um certo distanciamento afetivo-emocional, provocado pelo choque cultural e o estranhamento enquanto uma “outra”. Descrevi ainda as ferramentas e técnicas utilizadas com cada organização pesquisada, assim como os documentos aos quais tive acesso, ilustrando com fotografias alguns momentos do trabalho em campo. No tópico final do capítulo falei sobre as “com vivências” no país e da importância de estar em contato com a realidade cotidiana das pessoas que ali vivem.

Entendo que esse processo de pesquisa não se encerra com a escrita da tese, mas continuará nas relações estabelecidas e no compartilhamento dos resultados, contribuindo para a circulação de teorias a partir da superação de um espaço único, para examinar as heterorepresentações do poder patriarcal e do feminismo hegemônico, buscando potenciais traduções e negociações de um contexto ainda pouco conhecido. Me somo às vozes de feministas latino-americanas, africanas, asiáticas e mesmo do norte global, que vem desconstruindo as visões hegemônicas

e abrindo linhas de compreensão diferenciadas, que podem contribuir com novas perspectivas de entendimento das/sobre as lutas das mulheres moçambicanas, no sentido de construir e implementar práticas e políticas que ampliem o reconhecimento e a justiça.

Esta tese se soma aos discursos alternativos que buscam desvelar assimetrias e criar um campo de ação para além dos discursos: evidenciam as barreiras materiais que impedem os avanços, visibilizam as exclusões e apostam num campo de fratura à subordinação de classe, étnica/racial, sexual, geracional, religiosa, cultural, econômica etc. São esses discursos alternativos que precisam circular para fortalecer as rupturas político-epistemológicas dos contextos naturalizados, abrindo perspectivas para compreensões e ressignificações, dialogando com a análise de Casimiro sobre o cuidado em não reproduzir preconceitos:

A universalidade da subordinação da mulher em África e a tendência redutora de apresentar as mulheres do Terceiro Mundo como ‘o outro’, sem poder e passivo, associadas a uma religião, nação, etnicidade ou cor da pele reproduz as categorizações sociais e os preconceitos que prevalecem na sociedade e que são também repetidos na investigação e análise (CASIMIRO, 2008, p. 30).

Compreendo que juntar essas perspectivas ajuda a romper com a tradição e os preconceitos epistêmicos: o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva, da resiliência necessária entre a pesquisa empírica, a teoria e a metodologia, que não estão separadas, mas imbricadas entre si a partir do próprio referencial teórico. No próximo capítulo darei ênfase a uma construção teórica fundamentada em referências de pesquisadoras africanas e africanistas, em especial a produção de moçambicanas/os nesse campo, somada a uma revisão de literatura interdisciplinar (RAYNAUT, 2014) no campo das ciências humanas⁹¹, dialogando com o olhar das epistemologias feministas do Sul-Sul.

⁹¹ O trabalho se inspira em contribuições de várias/os autoras/es dos campos da sociologia, da filosofia, da história e da antropologia.

4 GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES SUL-SUL: LUTA POR DIREITOS E PELO (RE) CONHECIMENTO DAS MULHERES NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

Como vimos no capítulo sobre epistemologia, há uma crítica das/os teóricas/os decoloniais e mesmo de outras correntes à supremacia do pensamento europeu sobre a produção de conhecimento do Sul-Sul, reproduzindo-se também no âmbito da reflexão feminista. A Europa não é mais o centro de gravidade do mundo e esse é o grande acontecimento e a experiência fundamental da nossa época (CABRAL, 1999; FANON, 2008; MBEMBE, 2018). Esta transição para o pensamento crítico traz muitas possibilidades e também apresenta perigos, mas os esforços das lutas e resistências engendradas nos territórios neocoloniais, bem como os estudos feministas e de teorias decoloniais no sentido de denunciar o eurocentrismo, tem proposto alternativas epistemológicas e metodológicas, ampliado redes e atingido patamares até então inimaginados para a ciência e para o ativismo.

De acordo com o ponto de vista de Mbembe, os europeus com suas pretensões de verdade classificam e determinam o “certo” e o “errado” em relação a “invenção da raça”, a invenção da mulher e o lugar desses corpos-territórios inferiores e anormais, justificando sua subjugação e a concessão de privilégios jurídicos e econômicos aos brancos. A violência como um elemento fundamental de controle e afirmação do racismo e da crença da inferioridade alheia permitiu a exploração brutal como empreendimento civilizatório, atingindo as mulheres (MBEMBE, 2018).

O conceito de gênero também é produto da modernidade, marcada pela expansão Europeia e o estabelecimento da hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Oyèrónke Oyèwùmí (2004, p.1) observa que “em nenhum lugar é mais profunda que na produção do conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas”. A autora ressalta que “os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana” (idem), resultando no etnocentrismo e na racialização do conhecimento.

Uma descolonização incompleta, inacabada. Uma “vontade de ignorância” sobre a África, reforçada por uma globalização que apaga a realidade e as especificidades regionais do continente, ampliando as margens de tolerância aos abusos de Estados e de corporações sobre pessoas e territórios, que perduram na atualidade e desafiam a pensar uma outra globalização, como analisa o geógrafo brasileiro Milton Santos (2002). Isso leva à necessidade de compreender a complexidade da

estrutura do Estado moçambicano, por onde circulam as diferenças étnico-culturais que privilegiam os homens e implicam na violação dos direitos humanos das mulheres (CASIMIRO, 2014; LOFORTE, 2003).

No período colonial algumas mulheres africanas foram tratadas pela ciência como espetáculo, como foi o caso das Sul Africanas /Khanako (levada do sul do Kalahari para a capital) e Saartjie Baartman, a Vênus Hotentote, tirada do Cabo para ser exposta e estudada na Europa, no final do século XVIII. Foram expostas em feiras, em shows, foram feitas em “pedaços” para serem moldadas para estudos da medicina e da etnologia. Eram consideradas as primitivas, as nativas, as indígenas, as exóticas, representantes de um lugar estranhado.

No entanto nenhuma literatura chegou ao ponto de revelar como ciência e espetáculo trabalham juntos, alertam Rassol e Hayes (2001), ainda que sejam duas faces da mesma moeda: palco de pesquisa e palco de exposição, que nos estudos desses autores não encontrou uma desconstrução da pesquisa científica e as formas de exposição visual da mulher nas representações coloniais.

As histórias dessas mulheres fazem parte das “agendas ocultas de pesquisa” que tem uma lista enorme de questões a serem estudadas e recolocadas, incluindo uma dívida para com a forma como as mulheres africanas foram e são (re) tratadas pela ciência ocidental (RASSOL E HAYES, 2001). Essas não foram totalmente desvendadas na sua história dentro das “metrópoles”, como nas “periferias” do globo, persistindo a fronteira entre brancos/as e pessoas de cor, a dicotomia branco/a olha e negro/a é olhado, ligadas a outras como o norte x sul, quem pensa e quem produz, quem pesquisa e quem é pesquisada/o, quem é sujeito e quem é objeto.

Isso nos remete a várias questões: como as condições coloniais, de classe, raciais e de gênero levaram à reprodução dessas imagens em diferente momentos e lugares? Qual imaginário criaram e por que ainda persistem? Quais narrativas e que efeitos produzem no olhar e na atitude das pessoas? Como pode o mundo se calar historicamente sobre essa situação de exploração?

Essas perguntas nos guiam na tentativa de elaborar um mapa híbrido, portanto, mais fiel a diversidade do continente africano, para pensar os referenciais teóricos a partir de diferentes perspectivas e olhares sobre o campo do gênero, do feminismo, da mulher, das mulheres, das agendas e lutas por direitos em relação aos Estados no continente, tendo como base empírica a realidade de Moçambique.

A ideia de trazer essa literatura para a tese e à academia brasileira visa enriquecer o diálogo Sul-Sul e ampliar as redes de pesquisa no

âmbito dos feminismos que buscam construir uma hegemonia desse campo, contribuindo para a construção de um “corredor de saberes”. As redes de trocas com pesquisadores/as e ativistas de Moçambique possibilitaram acesso a uma parte dessa produção, assim como trabalhos que refletem sobre questões nos âmbitos epistemológico e acadêmico, além das produções de conhecimento realizadas no campo do ativismo e das lutas pela ampliação dos direitos das mulheres.

No próximo item argumentarei o opção teórico-política pela produção o feminismo Sul-Sul. Em seguida, com vistas à uma compreensão mais ampla trataremos das relações entre as ambiguidades da globalização, a produção de conhecimento e as resistências dos movimentos de mulheres e feministas. Posteriormente abordaremos as perspectivas teóricas e analíticas do pensamento africano em relação à mulher, mulheres, gênero, feminismo. Finalmente refletiremos sobre as ambiguidades de categorias como desenvolvimento, Estado e políticas públicas. Ao longo da narrativa, vamos nos utilizar de citações das autoras em diálogo com fragmentos das entrevistas.

4.1 POR QUE O SUL-SUL?

A cartografia⁹² dominante, que fundamentou grande parte dos mapas geográficos, revela ao Norte - na parte superior da linha do Equador - os países com tradição de colonização em outros territórios, destacando o continente Europeu no centro. Ao Sul, localizado na parte inferior da representação, estão os países/povos/culturas que sofreram os processos de colonização, ou seja, os chamados colonizados. Esse processo é fundante e fundado em um pensamento, que nos remete a pensar também a realidade de África:

O eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas de múltiplas camadas. Em diferentes momentos históricos do pensamento social crítico latino-americano levantaram-se algumas destas camadas. Posteriormente, sempre foi possível reconhecer aspectos e dimensões (novas camadas

⁹² A cartografia criou um sistema de linhas imaginárias que baseiam a localização dos pontos da Terra. Essas linhas são os paralelos (à linha do Equador) e meridianos (parte dos polos). Os Hemisférios Norte e Sul são divididos pela linha do Equador. O Meridiano de Greenwich divide o globo em ocidente e oriente, assim como é o parâmetro para o tempo social do Planeta Terra (horário e fuso-horário).

de ocultamento) que não tinham sido identificadas pelas críticas anteriores” (LANDER, 2005, p. 7).

A decisão das posições nos mapas e a escolha dos vocábulos para explicar tal disposição cartográfica dos países é baseada em componentes ideológicos⁹³. É nesse sentido que a obra de arte “*Mapa Invertido – Poseidon*”, de Joaquín Torres García⁹⁴, propõe uma mudança na forma de olhar e valorizar a história, as experiências, as lutas e os modos de vida das populações que habitam o lado debaixo da linha do Equador, denominada de Sul global, em especial sobre a vida das mulheres e de suas organizações e lutas. É desse modo que no âmbito das relações entre Brasil – América Latina e Moçambique – África, estamos propondo uma reflexão sobre os feminismos do Sul-Sul, lembrando que dentro desses territórios há também assimetrias de diferentes âmbitos que precisam ser consideradas. Autores/as tais como Amina Mama, Patricia McFadden, Ella Shohat e Robert Stam, Jimi Adèsina, Joana Maria Pedro, Aníbal Quijano subsidiarão a análise, tal como pode ser visto a seguir.

A compreensão sobre o que é “Ocidente” e “Oriente” também está sujeita à essas arbitrariedades cartográficas e visões dicotômicas que levam aos binarismos, como destacam Ella Shohat⁹⁵ e o estadunidense Robert Stam (2006). Ambos argumentam que existem definições construídas historicamente que evidenciam o discurso triunfalista do eurocentrismo, a versão idealizada do Ocidente como o modelo de progresso, organizador do conhecimento e relacionado, no plano das representações, com o refinamento teórico da “mente”.

Enquanto isso, a imagem do “não ocidental” está relacionada à matéria-prima do “corpo” e foi e continua sendo utilizada para justificar a exploração, a exclusão e a exterminação dos povos e das culturas não ocidentais, visando o acúmulo de riquezas nos países capitalistas do “Ocidente”, configurando aquilo que o peruano Anibal Quijano (2002) denomina como a colonialidade do poder, do ser e do saber. O fenômeno do poder é constituído pela copresença dos elementos de dominação, exploração e conflito, que impactam quatro áreas fundamentais para a existência social, resultantes das disputas pelo controle do poder sobre

⁹³ A representação do globo mais utilizada é a “Projeção de Mercator”, criada por Gerardus Mercator, em 1569. É criticada por pesquisadoras/ES ao colocar a Europa no centro do mapa, considerada um signo eurocêntrico.

⁹⁴ Este mapa foi ilustrado pelo artista uruguaio Joaquín Torres-García em 1943 (ARCOS, 2006).

⁹⁵ A autora é nascida no Iraque, viveu em Israel/Palestina e já adulta obteve a cidadania norte-americana.

elas e seus recursos e produtos: o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva (ou pública) e a subjetividade/intersubjetividade (Idem).

O deslocamento do centro econômico mundial para alguns países do Leste Asiático, liderados pela China, carrega o centro dinâmico da acumulação capitalista em uma escala global, estimulando o crescimento do resto do mundo, particularmente dos países do Sul Global. Nos últimos anos observa-se um aumento gradativo das transações comerciais entre os países asiáticos, a África e a América Latina (FERNANDEZ *et al.*, 2014). Segundo estimativas da CEPAL (2010), é a primeira vez na história do sistema capitalista que as relações comerciais entre países periféricos denotam essa densidade e dinamismo. Em relação aos fluxos financeiros, a crise de 2008 fez com que os países do Sul Global atraíssem investimento direto estrangeiro. Ainda que o Sul Global tenha uma crescente participação na geração e apropriação da riqueza mundial, a estrutura hierárquica nas relações Norte – Sul está longe de desaparecer. Pelo contrário, as relações de poder circulam e configuram novas formas de subordinação Norte-Sul e dentro do próprio Sul-Sul.

Esse conjunto de elementos interconectados e complementares operam em conjunto e formam o que Aníbal Quijano (2002) denomina de padrão histórico de poder, que no âmbito mundial articula as esferas tentando impor um padrão universal: a colonialidade do poder (que envolve a ideia de raça), o capitalismo como padrão de exploração, o Estado para o controle da autoridade coletiva, o eurocentrismo como modelo de produção de conhecimento e o controle da subjetividade e intersubjetividade.

De acordo com o sul-africano Jimi Adésina (2010, p.2), tais divisões se refletem também na produção de conhecimento: as relações desiguais de poder surgem da visão de que o Norte é o produtor de teorias e o Sul global é visto apenas como fornecedor de dados. Referindo-se aos feminismos em particular, a brasileira Joana Maria Pedro (2005), observa que na divisão internacional da produção teórica, ao “Norte” se produz (ou se dita) a teoria e no “Sul” são realizados os estudos de caso empíricos.

Entretanto, imposições ou exclusões de categorias compõem a colonização do pensamento, sem uma análise mais profunda dos contextos históricos e dos aspectos empíricos, como no caso dos estudos do Sul-Sul onde categorias tais como “mulher”, “mulheres”, “feminismos”, “feminilidades”, “masculinidades” e “gênero” se mostram atuais e necessárias. Para a socióloga swazilandesa Patricia McFadden (2001), quando o gênero e as mulheres, por exemplo, ficam conceitualmente invisibilizados, a política de resistência feminina

também fica deslocada, causando um déficit de meios políticos para responder à exclusão patriarcal.

Amina Mama (2013, p. 15) considera que, no contexto africano, a distinção entre “movimentos femininos” e “feminismo” ainda é útil, para identificar os movimentos das mulheres reacionárias. “A razão para isso é que a experiência africana inclui todas as formas de mobilização feminina, não tudo o que gostamos ou escolhemos. A história recente mostrou claramente que, na África, mesmo os regimes mais antidemocráticos não hesitaram em mobilizar as mulheres”.

Essas diversidades foram anuladas pelo colonialismo e seu “(...) etnocentrismo armado, institucionalizado e globalizado” (SHOHAT E STAM, 2006, p. 41), com o auxílio do imperialismo capitalista, justificados pelo discurso eurocêntrico. Nos países colonizados, mesmo após a independência, ficou o legado do empobrecimento da população, a destruição, o roubo e a substituição de suas identidades culturais, assim como a instituição de diversas formas de racismo.

Achille Mbembe (2018) analisa que no imaginário das sociedades europeias o negro e a raça têm sido sinônimos, designadas de forma primária, pesada, perturbadora e desequilibrada no saber e no discurso moderno sobre a “humanidade”. A aparição dessas categorias foi simultaneamente a criação do complexo nuclear que difundiu o projeto moderno de conhecimento e de governo: a criação do sujeito racial e do nacional colonialismo.

(...) o negro ser este (ou aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. Onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional. Em seguida, deve-se ao fato de que ninguém – nem aqueles que o inventaram e nem os que foram englobados nesse nome – gostaria de ser um negro ou, na prática, de ser tratado como tal. (...) ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele de, de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes,

na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de destruições psíquicas assombrosas e incalculáveis crimes e massacres (MBEMBE, 2018, p.13).

Entre os legados, o racismo é definido por Shohat e Stam (2006, p. 51) como “(...) a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica”. Em decorrência desse processo de racialização temas como a manipulação das culturas, o apagamento de suas histórias e dos significados político-identitários e a “apropriação cultural” são muito discutidos por grupos que propõem uma crítica pós-colonial e uma crítica decolonial nos países “pobres” e “miscigenados” do “Sul” ou do “Terceiro Mundo”⁹⁶.

Mama (2013, p. 14) analisa que o feminismo pós-colonial deve muito aos/às pensadores/as africanos/as, asiáticos/as e latino-americanos/as: “As feministas ocidentais concordam com muito do que dissemos sobre as várias mulheres oprimidas de várias maneiras, e a importância da classe, raça e cultura para estabelecer relações de gênero”.

Esmeralda Mariano (entrevista em 17/11/2017) narra uma vivência no trabalho de campo que ajuda no entendimento sobre o diferente sentido de “raça” em Moçambique, porque este é um marcador que pode ter sentidos diferentes dentro do próprio continente, assim como tem outro significado para o Ocidente:

No campo de pesquisa, particularmente no sul de Moçambique, em inúmeras ocasiões meus interlocutores, falantes de ronga e changana (pertencentes ao grupo tsonga), com diferentes expectativas e curiosidades, perguntaram-me qual era a minha raça, referindo-se às origens da minha família, ao nome e a língua *bantu* do meu grupo. No meu entendimento, a referência à raça, cingia-se não a cor da pele ou atributos físicos, mas ao pertencimento a um grupo étnico-linguístico africano-moçambicano. Concretamente, a questão era se eu era changana ou ronga, porque meu nome não espelhava qualquer origem *bantu*. Mais que um questionamento morfológico, a questão era

⁹⁶ Aqui nos utilizamos de aspas por considerar que esses termos estão em processo de questionamento nas ciências sociais, sem, contudo, ainda termos um novo léxico adequado às críticas feitas à insuficiência dos termos para representar as realidades.

ontológica. Meu nome (de origem portuguesa) e o meu limitado domínio da língua changana pareciam dissociar-se da estrutura sociocultural dos meus interlocutores e, portanto, limitavam-me a possibilidade de ser nativa. (MARIANO, 2017, p. 68)

Sobre as diferenças étnicas e raciais, Alcoff (2016) verifica que há uma ilusão no argumento de teóricos esquerdistas de que num novo processo revolucionário haverá menos ênfase nessas categorias, pois julgam que essas resultam das estruturas de opressão do escravismo e do colonialismo: “O colonialismo cria e reifica identidades como meio de administrar povos e estabelecer hierarquias entre eles. Por isso muitos acreditam que devemos postular como objetivo um futuro no qual as identidades criadas pelo colonialismo possam dissolver-se” (Idem, 2016, p. 137).

Esses aspectos estão relacionados não só às questões político-econômicas, mas com os discursos que se consideram portadores de uma “verdade” do conhecimento eurocêntrico a respeito de determinados temas na formação e da prática colonialista/imperialista, com destaque para os efeitos do patriarcado na vida das mulheres (MCCLINTOCK, 2010).

A feminista, ativista e poetisa nigeriana, Molaria Ogunjipe (2013) propõe correções dos aspectos negativos presentes nas culturas autóctones sem se espelhar necessariamente na Europa como modelo, mas também sem desprezar aspectos positivos de outros continentes, por que a questão maior é como superar a inferioridade das/os africanas/os em relação aos “outros”:

Para mim, as ideias sociais que devemos aceitar se baseiam no benefício do ser humano, e não se essa ideia foi levantada ou colocada em prática na Europa ou na América. Precisamos superar nosso complexo de inferioridade endêmica que temos em relação à Europa e por termos como "branco", implantado com sucesso em nossa educação colonial. Devemos pensar em nossos centros de interesse, olhando o que faz sentido e o que não é útil na África para que se enriqueça com as ideias que vêm de todo o mundo, incluindo a Europa e a América do Norte. Devemos buscar a dignidade, como nossos antepassados fizeram antes do século XV, isto é, antes do início do comércio atlântico de

escravos e a consequente teoria da inferioridade das pessoas de origem africana (OGUNDIPE, 2013, p. 39-40).

Oyèwùmí (2004) argumenta que nem todos somos globalizados da mesma forma (conexões Sul-Sul, Norte-Norte, Norte-Sul), daí sua preocupação em entender o conceito de “gênero” num sentido mais amplo e vinculado a cada contexto, pensando no conceito de *empoderamento* como um processo em que o poder das mulheres se expressa nos assuntos públicos, mas também nos privados, pois a maternidade é uma fonte de poder na África, ou outros marcadores como idade, etnia e classe ligadas ao gênero como elementos de estruturação social e determinante de condições para o exercício dos diferentes poderes. A senegalesa Ken Bugul converge com esse pensamento ao ser questionada sobre o estar “globalizada” e refletir sobre a situação no seu país:

Eu "globalizo"? com Bernadette Chirac, que tem seu palácio, enquanto eu ainda estou pagando pela casa que comprei há vinte anos na minha cidade? Poderíamos globalizar com países que têm o mesmo nível de desenvolvimento que nós, para criar um mínimo de bem-estar comum, porque a África está se tornando mais miserável. Tome um país como o Senegal. Mesmo as famílias que são chamadas "médias" só comem uma vez por dia por falta de meios. Toda vez que há menos peixe, porque a garoupa foi para as mesas dos grandes restaurantes europeus. Há algo errado! (BUGUL, 2013, p.161)

A socióloga moçambicana, Rehana Carpuchande traz uma importante reflexão sobre as dicotomias que se estabelecem na produção de conhecimento Norte-Sul, partindo de sua experiência como docente na UEM e como investigadora no campo dos estudos de gênero e feminismo, colocando no debate a questão do poder e da autonomia das mulheres em Moçambique e em África:

O importante não é criarmos dicotomias de que nós somos sulistas, nós somos africanos, nós temos que ter uma abordagem feminista só mais africana. Eu acho que o mais importante é que haja um diálogo e debate mais igualitário e de aceitação. É preciso admitir que há outros conceitos, que podem fazer

sentido. Reconhecer o caso, por exemplo o trabalho da Oyèrónke, que naquela sociedade⁹⁷ o princípio não é necessariamente o gênero. Pode ser que o gênero seja, mas está em segundo plano. Há várias críticas à pesquisa dela e vão buscar teóricos/as do Ocidente para explicar e estamos a multiplicar por zero o trabalho. Aqui em Moçambique o princípio fundamental de hierarquização é o *senhority* e não o gênero. Diria que os dois podem fazer sentido no nosso contexto, é só olhar no dia-a-dia. Quem toma decisões em que esfera em particular? Nos cuidados com as crianças, cuidado com os partos, quem está à frente desses processos? Quando uma rapariga engravida, quem tem conhecimento disso, ainda jovem, adolescente, com quem partilha a informação e até a decisão se deve fazer ou não um aborto? Os homens não entram. Então estamos a dizer que as mulheres têm ou não tem poder nesse campo? Pouco realçamos nessas várias esferas quais são os espaços em que a mulher tem poder e por que. Porque ocupa um lugar na posição das estruturas de relação de parentesco, ocupa um lugar no topo, ou não, e qual o lugar dessa mulher nessa mesma sociedade? O que significa ser a irmã mais velha, a tia mais velha, ser a sogra? Então não é uma questão de dizer que teremos gênero ou feminismo, epistemologia feminista do Norte, ou do Sul, e depois dentro do Sul ter que dizer se é mais dos países árabes, médio oriente, Índia, se é da África. Eu acho que não é por aí. Dentro deste quadro que já foi criado pelo Ocidente há milhares de anos, nós saímos daqui para ir lá nos formar e beber dessas fontes. Mas é preciso que o Ocidente admita a entrada de outros espaços de conhecimento, e haver este casamento, este diálogo, essa interconexão. É isso que está a faltar (Rehana Carpuchande, entrevista em 16/12/2017).

Entendemos que a realidade de Moçambique faz parte desses contextos que foram silenciados pelo pensamento hegemônico (católico, masculino, branco, colonial, eurocêntrico), mas, onde também emergem

⁹⁷ Refere-se ao contexto da sociedade Yorubá, pesquisado por Oyèrónke Oyèwùmí e tratado no livro *“La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género”* (2017).

proposições teóricas a partir de experiências concretas de resistência dos movimentos de mulheres e feministas ao apagamento de suas culturas, subjugação econômica e étnico-racial. A fala da Coordenadora do Programa de Participação Política do FM, Sheila Mandlhate, durante uma formação feminista para as trabalhadoras rurais, revela aspectos dos debates que circulam nos movimentos feministas em Moçambique:

Falar do feminismo é falar das lutas que nós travamos e muitas vezes somos proibidas de ser aquilo que somos. Falar do feminismo é falar em jeito de buscar a igualdade de oportunidades de direitos entre homens e mulheres. Nós vamos discutir o tema do feminismo com base naquilo que são nossas vivências. Se pensarmos no nosso passado, o que nos foi proibido de fazer como mulheres em relação aos homens. Se falamos do feminismo temos que ter em conta que é uma luta que vem desde os tempos mais remotos. Conseguimos alguns direitos, como votar, trabalhar, estudar, mas ainda existe uma barreira que tem a ver com as questões culturais, principalmente no nosso contexto. Quando falamos de cultura falamos dos hábitos, dos costumes, da religião (que também tem tido o papel de manter a forma de como a mulher é vista na sociedade). A mulher quando nasce tem que aprender a cozinhar, a lavar, a servir os homens, que na sua vida serve para nascer (Sheila Mandlhate, Comunicação Oral proferida na Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

O trabalho de consciência crítica é reforçado nesse depoimento de Chema, de 15 anos, que fala do empoderamento realizado pela ASCHA através de uma metodologia feminista de protesto utilizando o Artvismo:

Fazer parte da ASCHA é um privilégio por que tenho a oportunidade de ter muita informação, que não teria fora daqui. Tenho o privilégio de ser uma menina empoderada, de aprender várias coisas, conhecer novos lugares, e saber muita coisa de mim mesma. Aqui a sociedade é muito machista e ser rapariga não é exatamente ser a própria rapariga: não nos pertencemos por causa dos papéis sociais que são atribuídos a nós. A Associação

trabalha com rapariga e órfãs vulneráveis que não tem apoio financeiro para entrar na escola e terem a oportunidade de aprender, de saber mais sobre si mesma. Trabalha para defender os direitos, para podermos manter aquilo que é a igualdade de gênero, porque é algo que aqui em Moçambique não é muito considerado (Chema, EC ASCHA, 22/09/2017).

Dialogando com essas realidades concretas, o trabalho busca compreender as relações entre o global e o local, avaliando os impactos dos processos de globalização nas quais estão inseridas as resistências dos movimentos de mulheres e feministas de Moçambique, atenta à posição geopolítica de ex-colônia portuguesa e as implicações culturais e políticas da vida no neocolonialismo.

Busca ainda apreender a pluralidade de vozes desses movimentos no intuito de superar as metanarrativas universalizantes, que anulam as diversidades dos saberes que consideram “periféricos”. Nesse sentido a pesquisa se inscreve no campo das investigações do/no Sul-Sul, no intuito de contribuir para entender as trajetórias dos movimentos de mulheres e feministas inseridas no contexto de um país africano que buscam superar teoricamente a perspectiva da colonialidade do ser, do poder, do saber (QUIJANO, 2002) e do sistema sexo/gênero (LUGONES, 2008).

Em conexão com essa reflexão, Mama (2002, n.p.) avalia que o continente africano oferece um ponto de vista único e diferente para refletir sobre o desenvolvimento global e o impacto dos paradigmas dominantes que emanam dos centros do poder global e exercem uma influência profunda na vida africana: “Por causa dessa profunda influência, precisamos analisar e entender esses paradigmas e as ideias e premissas que os informam (...) em termos de nossas próprias realidades vividas e suas consequências”.

São paradigmas globais aos quais é preciso resistir, pois na avaliação da autora causaram consequências hostis nas comunidades, nas relações sociais, nas redes e organizações, assim como nas capacidades organizacionais e intelectuais. É desse processo que o movimento entre teoria e prática gera várias tensões que emanam das contínuas desigualdades e das hegemonias e dicotomias Norte e o Sul, o “global” e o relegado “local”, “teoria” e “prática” (Idem).

4.2 A GLOBALIZAÇÃO, O CONHECIMENTO E AS RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS

As guerras e a privatização da terra marcaram o início do capitalismo e o empobrecimento da classe trabalhadora no mundo inteiro e marcam de forma profunda os povos africanos e, dentro desses povos, as mulheres. Foram várias as formas de entrada dessas mulheres na globalização, sendo deslocadas forçadamente de seus territórios para outros, ou recebendo em seus locais de moradia os efeitos de políticas globais, ou ainda, escolhendo viver ou conviver em outros continentes. São processos marcados por tensões, conflitos, exploração, mas também por ambiguidades, pois resultam às vezes de vontades, agências e escolhas.

O primeiro fenômeno de deslocamento transnacional de africanos/as, como vimos no decorrer do texto, foi durante a escravidão, quando milhares de homens e mulheres foram arrancadas de suas terras e territórios e forçadas a viver em outros continentes, nos quais deixaram um legado de luta, trabalho e novas gerações. Os/as afrodescendentes são filho/as, netos/as, bisnetos/as dessas ancestrais.

Segundo Mbembe (2018) o tráfico de escravos/as faz parte de um tripé que marcou a biografia da história africana, mas que engendra em si uma potência de resistência, que permeia a análise que faz no livro “Crítica da Razão Negra”:

O primeiro é o da espoliação organizada, quando, em proveito do tráfico atlântico (do século XV ao XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria, e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, hostilmente predispostos contra eles, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, porém proibidos de manter relações como co-humanos, nem por isso deixariam de ser sujeitos ativos (MBEMBE, 2018, p. 13-14).

O autor analisa que lado a lado com o “macabro comércio de escravos”, que visava o lucro, existiam na Europa e nos Estados Unidos movimentos de africanos/as livres, novos/a colonos/a, que eram

antigos/as pobres negros/as (Inglaterra) ou refugiados/as da guerra civil (Estados Unidos) e que voltaram para a África, especialmente Serra Leoa. A condição negra foi transnacionalizada, sendo uma parte constitutiva da modernidade que se utilizou do Atlântico para circular. Ali conviveram várias categorias e situações contrastantes, como escravo/a traficado/a, por condenação, de subsistência, parceiro/a, meeiro/a, o manumisso⁹⁸, o/a liberto/a ou o/a de nascença.

Outro fenômeno ao qual África está vinculada foi o da perseguição das mulheres em escala global, iniciado nos séculos XVI e XVII, chamado de caça às bruxas. A italiana Silvia Federici (2017, p. 413), no capítulo “A caça às bruxas e à globalização” afirma que o fato ocorreu em várias partes do mundo, aliada ao processo de expansão global do capitalismo por meio da colonização e da cristianização, que consideravam as mulheres um perigo para seu domínio e trataram desvalorizar o poder feminino. Como as mulheres representavam a resistência, foi feita uma aliança que “assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros” (FEDERICI, 2017, p. 414). A atenção renovada que a bruxaria recebeu na África coincide com a entrada do FMI e a imposição dos programas de ajuste estrutural de caráter neoliberal nas décadas de 1980/1990, levando a um empobrecimento sem precedentes da população, espoliação de terras e desemprego e a perseguição às culturas e modos de vida, incluindo o uso de ervas e medicina tradicional (praticada por curandeiras/os).

A caça às bruxas também ocorreu na África, onde sobrevive até hoje como um instrumento-chave de divisão em muitos países, especialmente naqueles que, em determinado momento, estiveram implicados no comércio de escravos, como a Nigéria e a África do Sul. Nessas regiões, a caça às bruxas tem sido acompanhada pela perda de posição social das mulheres, provocada pela expansão do capitalismo e pela intensificação da luta pelos recursos naturais, que, nos últimos anos, vem se agravando pela imposição da agenda neoliberal. (FEDERICI, 2017, p. 416).

⁹⁸ Escravizado liberto.

No âmbito da produção do conhecimento acadêmico, várias mulheres intelectuais africanas são docentes em universidades europeias e norte-americanas, e influenciam algumas pensadoras feministas em contextos transnacionais, especialmente setores do feminismo decolonial latino-americano, que vem dialogando com algumas dessas autoras. Muitas teóricas africanas realizaram sua formação em universidades estrangeiras, como revela o “Quadro de entrevistadas” no Apêndice A. A psicóloga nigeriana Amina Mama (2002) fala da agência de africanas/os na produção teórica mundial:

Acredito que as mulheres africanas sempre contribuíram para a teoria - não apenas como dados brutos e consumíveis culturais, mas como pessoas que inspiram, desafiam e realmente produzem teoria também. O que se passa hoje pela teoria tem sido fortemente influenciado pelas intervenções críticas de africanos e outros intelectuais não ocidentais. Isto é especialmente verdadeiro dentro da práxis feminista internacional, que deve muito à experiência dos movimentos de libertação nacional e à eflorescência dos movimentos de mulheres em contextos colonizados em todo o mundo (2002, n.p.).

A circulação do pensamento africano em geral, e feminista em particular, ainda é incipiente e de difícil acesso, como mencionei anteriormente. Entretanto um exemplo animador é a tradução do livro *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*, editado em espanhol em 2017, idealizada por Yuderkis Espinosa Miñoso, que teve acesso à autora através do texto de María Lugones “Colonialidad y Género” (2008). Na introdução do livro ela avalia que o fato de que uma obra tão importante como essa permanecer ignorada em nossos contextos em um momento onde a perspectiva decolonial cresce, fala muito sobre a priorização dos estudos publicados no mercado editorial

Tomarnos en serio la propuesta de Lugones significaba habilitar lugares de escucha cerrados hasta ese momento, embarcarnos en un viaje hacia nuevas comprensiones excluidas de la comprensión feminista; así que implicó repensar, reactualizar y proponer nuevos acercamientos críticos hacia el feminismo regional del que éramos parte. Pero la

tarea misma nos llevó a sentir la necesidad de establecer mayores alianzas y conversaciones con el pensamiento descolonial - feminista o no - de pensadorxs de origen africano o provenientes de las excolonias del sur global. En general, hemos tenido muy poco contacto con el pensamiento africano y lamento decir que esto continúa así hasta el día de hoy. A pesar de que en los últimos dos o tres años se han intensificado las relaciones con África dentro de un contexto en donde va creciendo la conciencia de acercar las experiencias históricas y las luchas anti y descoloniales entre países del sur global seguimos ancladas a un movimiento que mira a Europa y EEUU y solo conoce las verdades que estos han producido sobre África. (ESPINOSA MIÑOSO, 2017, p.10).

Ainda que correndo o risco de receber críticas sobre a produção teórica “extravertida”, feitas por Paulin Hountondji (2008) acerca de trabalhos acadêmicos voltados para circular “para fora” de África”, vários trabalhos organizados em contextos externos ao continente têm reunido textos e reflexões sobre o pensamento africano. Exemplo disso é a coletânea “*Genealogías Críticas de la Colonialidad em América Latina, África, Oriente*” organizada por Karina Bidaseca e editada pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2016.

A socióloga, feminista acadêmica e ativista dinamarquesa, Signe Arnfred realizou vários trabalhos e pesquisas em Moçambique e em África. Ela organizou a coletânea *Re-Thinking Sexualities in Africa* (2004), onde objetiva repensar as sexualidades na África para além das imaginações coloniais e pós-coloniais europeias, que oscilaram entre as noções do selvagem exótico, nobre e depravado, consistentemente construindo a sexualidade de africanas/o como algo “outro/a”: construída para ser diferente das sexualidades e do *self* europeu/ocidental e para co-construir o que é europeu/ocidental como “moderno, racional e civilizado” (ARNFRED, 2004, p.7).

Estévez *et al* (2014/15) organizou na Espanha o livro “*Feminismos em las Relaciones Internacionales, 30 años después*”, que inclui reflexões sobre os feminismos em *Abya Yala* e na África, com suas diferentes perspectivas analíticas. Ainda na Espanha foi editada pela Fundación Habitáfrica, em 2012 a coletânea “Repensando África. Perspectivas desde un enfoque multidisciplinar”. Na introdução a coordenadora do Programa, Beatriz Relinque, avalia que a baixa presença da produção

acadêmica africana nas universidades espanholas se deve a fatores, como a falta de respeito e conhecimento, pois a maior parte das informações divulgadas sobre o continente destacam suas “dificuldades e problemas”, promovendo ações centradas em solidariedade e não nas relações de troca de conhecimento. Ainda assim tem se realizado iniciativas de centros de estudos, conferências, encontros entre universidades africanas e universidades espanholas que permitem alguma visibilidade e reconhecimento de ambas as partes.

O livro “*Movers and Shakers Social Movements in Africa*”, organizado por Stephen Ellis e Ineke van Kessel em 2009, em Boston, nos Estados Unidos, resulta de uma oficina e conferência que refletiram sobre movimentos sociais como fenômenos globais situados no continente africano. Fenômenos sociais específicos e difíceis de analisar numa perspectiva comparativa, por isso os autores evitaram uma definição de movimentos sociais extraídos da literatura existente, que é largamente baseada em estudos da Europa, América do Norte e América Latina.

Segundo os organizadores, a visão desses estudos poderia levar à exclusão de movimentos na África, pois estes assumem uma forma diferente. Muitos teóricos dos movimentos sociais são ativistas ou ex-ativistas e tendem a enfatizar o elemento racional na ação de protesto. Afirmam que no contexto de África há uma familiaridade do fenômeno acadêmico-ativista, como é ilustrado nos exemplos do ugandês Mahmood Mamdani, do congolês Jacques Delpechin e muitos outros de todas as partes do continente.

In this respect at least, Africa fits quite well into the global landscape of social movements. Most recently, analysts have tended to observe the changing forms and goals of social movements in the light of globalization and the rise of information technology, which have created new possibilities for networking far beyond local neighbourhoods or even the national context (ELLIS E VAN KESSEL, 2009, p. 2).⁹⁹

⁹⁹ “A esse respeito, pelo menos, a África se encaixa muito bem na paisagem global dos movimentos sociais. Mais recentemente, os analistas têm tendido a observar as mudanças nas formas e objetivos dos movimentos sociais à luz da globalização e do surgimento da tecnologia da informação, que criaram novas possibilidades de criação de redes muito além dos bairros locais ou mesmo do contexto nacional” (ELLIS E VAN KESSEL, 2009, p. 2, tradução livre da autora).

Um exemplo que aprofunda o compartilhamento dos conhecimentos, o “corredor de saberes” foi a decisão de realizar o 14º Congresso Mundos de Mulheres em setembro de 2020, em Moçambique. Esta série de eventos, conhecida como *Women’s Worlds Congress* (WWW), iniciou em 1982 em Israel, e vem articulando a cada edição a presença do feminismo acadêmico e ativista em âmbito internacional. Essa é a segunda vez que o continente recebe esse encontro, sendo a primeira em Uganda, em 2002. Na sua fala de abertura, Amina Mama (2002) reforçou que “o gênero continua a ser uma das arenas mais importantes para a transformação política e social na região africana, e existem agora muitas camadas de luta de gênero e muita experiência acumulada a considerar”.

Atualmente, a presença das mulheres moçambicanas no contexto transnacional tem sido marcada pela atuação dos movimentos de mulheres e feministas articulados com redes e alianças que vem construindo desde as lutas de libertação, a partir da visão política da OMM sobre a importância da união com mulheres de outros contextos. As moçambicanas estiveram presentes e levaram propostas em várias Conferências Internacionais (Copenhague, Nairóbi, Beijing, da Terra, da População, dos Direitos Humanos), e anualmente tem representações nos encontros anuais da *Commission on the Status of Women* (CSW)¹⁰⁰.

A presença no ativismo transnacional como protagonistas em ações de resistência de movimentos de mulheres feministas em âmbito global revela a capacidade de articulação com outras redes de movimentos, pois atualmente o Secretariado Internacional da MMM está sediado em Moçambique. A MMM constrói sua agenda a partir da análise do contexto de cada região, que procura fazer encontros de preparação e construir seus temas, por que é difícil ter um tema global, conforme relata a coordenadora da Marcha, a moçambicana Graça Samo:

No ano passado definimos o tema global "Paz e Desmilitarização", e tínhamos uma ação programada para junho, mas foi uma altura em que estavam a acontecer muitas coisas e que havia também as pessoas a puxar para a agenda da “*Ni una a menos*” e outras a puxarem para os temas das migrações por conta da crise migratória. Acabou que não conseguimos fazer uma atividade que fosse muito visível e sonante. Não houve muitos

¹⁰⁰ A Comissão sobre a Situação da Mulher é um setor da ONU voltado para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

consensos. Então, de temas, a região das Américas está trabalhando o tema pela democracia e contra o neoliberalismo. Esse tema em si pega outros subtemas, um deles é a questão da resistência contra a impunidade das transnacionais e esse já é um tema global, por que fazemos parte da Campanha pelo Tratado dos Povos (por um tratado vinculante para banir a impunidade das corporações). Os movimentos sociais começaram a trabalhar isso o que pressionou a ONU a constituir um grupo de trabalho para avançar um regimento para dar mais poder aos países e comunidades a desafiar o poder das corporações. Tem uma coisa que acontece com as multinacionais, que é o que a gente chama "paraísos fiscais", em que muitas empresas burlam a burocracia para não pagar impostos, não deve satisfação a ninguém. Fogem das leis e dos governos. São as utopias, por que na prática, até chegarmos ao tratado vinculante, é uma luta. Eu fui uma vez a Genebra, nas Nações Unidas e pude ver que muitos dos nossos governos não estão comprometidos nesse processo (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Segundo a entrevistada, as integrantes da MMM também se relacionam com os feminismos de vários países africanos, trocando informações, estratégias e metodologias de ativismo:

A gente tem o *Rural Womens Assembly*, o UMIN...que são plataformas que emergiram nos últimos tempos e para os quais a Marcha contribuiu muito para fortalecer quando participamos na Cúpula dos Povos, que acontece em agosto e é o espaço onde os movimentos sociais se articulam aqui. Outros movimentos nos conheceram e passaram a nos convidar quando falávamos da nossa formação política feminista, que foi o que ajudou a construir processos da Marcha aqui em Moçambique e a fortalecer as organizações do FM. Elas vinham para os nossos eventos e isso despertou a necessidade de que "precisamos aprender das moçambicanas". O evento da transição que veio legitimar o Secretariado aqui, foi uma loucura, lindíssimo, tínhamos convidado

muitas organizações da região e as pessoas ficaram fascinadíssimas: “Vocês falam muito da tal formação feminista, nós queremos”. (...) começamos a ir a esses espaços e a partilhar nossa metodologia, para mostrar como nós construímos. Hoje esses grupos estão fazendo melhor do que nós (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

A atual fase do feminismo se expandiu cada vez mais para um espaço político de caráter transnacional, borrando as fronteiras dos Estados Nações, dando visibilidade a *representação* que, de acordo com Nancy Fraser, é a terceira dimensão da justiça de gênero, que se soma à redistribuição e ao reconhecimento. Isso significa “ir além de assegurar voz política igual às mulheres em comunidades políticas já constituídas” (2007, p. 305) e integradas de forma equilibrada, conectando feministas ao redor do mundo em campanhas globais contra práticas patriarcais locais.

A questão política-chave em um mundo que se globaliza é como podemos integrar demandas por redistribuição, reconhecimento e representação que contestem as injustiças de gênero. A antropóloga moçambicana, docente na UEM, Carla Braga, relata sua experiência de ativismo na América Latina, que influenciou posteriormente sua trajetória acadêmica, ilustrando esse entre-lugar que podemos chamar de glocal:

(...) eu venho do ativismo na América Latina. Nos anos 1980 eu fui no Chile fiz parte de um movimento de mulheres no Chile, em pleno período da ditadura Pinochet. Isso foi uma experiência muito forte para mim, fico até emocionada quando falo disso. Eu fui parte daquilo que era um movimento pró-emancipação da mulher chilena, fazia parte do que se chamava coordenadora de ação social de mulheres, que envolvia desde organizações de base e outras redes. Foi um período muito tenso e de grandes discussões em que por um lado se unia a luta pela democracia, contra a ditadura, a luta pelos direitos humanos pensada num modo geral, mas nós sempre tentando feminizar essas questões e pensar, por exemplo, na questão das presas políticas, não só em presos políticos. (...) me lembro das primeiras discussões para organizar manifestações contra a violência política, de violência contra as

presas políticas e as feministas (nessa altura eu não me identificava enquanto tal) diziam “nós vamos fazer campanha contra a violência doméstica” (Carla Braga, Entrevista em 30/10/2017).

Esse depoimento se coaduna com a reflexão de Alvarez (2014), cuja análise considero oportuna para pensar o feminismo moçambicano nesse contexto de transformações do ativismo e seus componentes híbridos, pois não existe uma linearidade, uma fase não supera a outra, mas estão engendradas: há um descentramento e pluralização dos feminismos e fluxos verticais do gênero, há fluxos horizontais dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas. Há também uma expansão dos movimentos sociais para além da sociedade civil, ampliando-se “verticalmente” e “horizontalmente” em direção à sociedade política, ao Estado, e outros públicos dominantes nas redes nacionais e transnacionais.

Exemplo disso é que nas últimas décadas o combate à violência contra as mulheres¹⁰¹ se fortaleceu na agenda dos movimentos sociais e das academias feministas para formularem saídas, onde se constituíram experiências bem sucedidas de avanços e negociações junto aos Estados, como ajuda a analisar a portuguesa e africanista Teresa Cunha (2010).

Ela traz à tona os paradoxos da participação das mulheres na cena pública onde dificuldades se transformam em possibilidades: a falta de experiência política, o isolamento em que vivem, os ambientes hostis que dificultam a participação concertada na vida pública, somados a sua violenta entrada no mercado (sobretudo no informal), a participação no mercado globalizado e no trabalho sobre-explorado tem contribuído para interromper hierarquias, atrair violência sobre as mulheres, alterar o conceito de trabalho produtivo e reforçar a dicotomia entre público e privado.

Ainda assim essas mulheres criam novos espaços de emancipação, pois evidenciam as contradições existentes e possibilitam uma democracia discursiva sobre assuntos sensíveis como acesso aos recursos, redistribuição, reconhecimento, poder e autoridade, como ressalta:

Tornar visível a pluralidade das existências, das formas de ser mulher nas suas relações com as diferentes esferas de acção e pensamento das suas sociedades e de fazer disso uma ferramenta de luta e resistência abre possibilidades de construção de

¹⁰¹ Tratarei com mais profundidade a agenda da violência contra a mulher no capítulo 7.

narrativas pessoais e comunitárias que não têm que ser de sujeição mas podem ser de relação ou desarticulação. Para as mulheres-dos-mundos-pós-independências, o Estado, a sociedade civil e o mercado, os três pilares do contrato social moderno, formam fronteiras que se tornam visíveis em pleno processo de transformação ou de transgressão. Fronteiras e limites que muitas mulheres atravessam e sobre as quais as mulheres agem e pelas quais são coagidas. As transgressões que as mulheres imaginam e praticam, aproveitando as possibilidades geradas pelas contradições e ambivalências das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, são terrenos complexos e fracturantes que tanto providenciam espaços de luta, negociação e emancipação, quanto podem ser opressivos e ameaçadores (CUNHA, 2010, p. 56).

Na cartografia política mundial de um mundo pretensamente unipolar, baseado no “pensamento único”, a África é marginalizada através uma série de mecanismos, conforme enuncia o congolês Mbuyi Kabunda Badi (2008). Há uma marginalização no processo de tomada de decisão das iniciativas das instituições financeiras internacionais e quando seus líderes participam das regras do jogo é por que a eles estão subordinados. O continente está submisso às leis da democracia liberal, entretanto, o fracasso dos processos de democratização se explica pela substituição de oligarquias autoritárias pelas oligarquias liberais.

No contexto da “ajuda ao desenvolvimento” dos países africanos, houve uma redução de financiamento e aumentou sua sujeição a fatores condicionantes tais como: a boa governança política e econômica de acordo com as regras da democracia liberal e da economia de mercado, luta contra o terrorismo e a imigração. Aliado a esses processos, o continente foi “entregue” às ONGs, que substituíram o papel dos Estados nacionais e criaram as bases do neoliberalismo, este último, que não têm nenhum tipo de compromisso com a agenda do bem-estar social e cumprimento universal dos direitos humanos.

As consequências da adoção de políticas neoliberais na África levaram ao abandono do setor público (substituído pelas privatizações), ao aumento da dívida externa e ao aprofundamento dos sofrimentos humanos. A globalização destruiu as fundações básicas do que poderia vir a ser um “Estado providencial”, mantendo-o apenas como um aparato

de opressão, deslegitimado e desestabilizado, submetido a deveres externos em detrimento de atender aos deveres internos, avalia Kabunda Badi (2008).

Na África Subsaariana a adoção de programas de desenvolvimento e receitas do “Consenso de Washington” assemelham-se às aplicadas na América Latina: a redução drástica dos gastos sociais, as leis do livre mercado e a desregulamentação do Estado, gerando privatizações, Estado mínimo, administrado pelos interesses das instituições financeiras e capitais ocidentais, ações que se tornaram pilares do que Kabunda Badi (2008) chama de “Governo invisível” ou imperialismo ocidental.

Con la actual globalización, los pueblos africanos son víctimas de una doble dominación: el colonialismo interno de sus dirigentes y la explotación externa. Los dirigentes se han aliado con el sistema internacional y con las élites transnacionales, siendo el objetivo mantener sus privilegios políticos y económicos y beneficiarse de las ventajas de la mundialización (sobre todo las “compensaciones” que reciben de las potencias centrales por mantener sometidos a sus pueblos), en detrimento del conjunto de la población (Idem, p. 82).

O autor propõe uma redefinição do desenvolvimento baseada no pluralismo e na diversidade cultural. Além disso, entendo que é necessária uma agenda de pesquisa que amplie o olhar sobre os processos de resistências locais aos modelos de desenvolvimento exógenos, incompatíveis com as realidades do continente.

Kabunda Badi (2008) ressalta que o continente perdeu sua importância geoestratégica e geopolítica na era da Guerra Fria e foi colocado sob custódia das instituições financeiras internacionais e multinacionais, localizando-se na periferia da economia e da política global, tanto na nova divisão internacional do trabalho, na divisão intelectual do conhecimento, como na nova configuração internacional de poder. Sua marginalização se aprofundou com a imposição aos países africanos do Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), isto é, do modelo livre de desenvolvimento que causou a decomposição política e econômica de muitos Estados nacionais, tornando-os “falidos” e levando a proliferação de conflitos geoeconômicos e identitários (Idem).

De acordo com o autor, o imaginário etnocêntrico sobre a África tem sido construído sobre uma série de estereótipos, elaborados a partir

do contexto sintetizado no capítulo 2: pobreza, fome, dívida, “ajuda”, “vítima”, dependência, guerra, caos, deficiência. Kabunda Badi (2008) observa que é preciso avançar em direção a novas teorias que superem as definições pessimistas da África. O afropessimismo que é baseado em frias estatísticas internacionais, produzidas pelas agências multilaterais, bilaterais, que não levam em conta a amplitude da economia popular em redes de comércio e de solidariedade, ou a história e a cultura de cada país (NHAMPOCA, 2015).

A medida que avança a integração global dos sistemas econômicos aumenta a desintegração nacional dos sistemas políticos. A mobilidade do capital financeiro se incrementa em todo o planeta, junto com o poder das transnacionais, que favorece o saque e a exportação em grande escala de recursos naturais, utilizando as novas tecnologias para disseminar práticas que levam à fome e ao empobrecimento dos/as africanos/as.

A tanzaniana Marjorie Mbilinyi (2015) aponta que a acumulação primitiva tem sido a base da acumulação capitalista na África desde a era pré-colonial e colonial, marcada pela apropriação indevida de terras. Atualmente, as corporações multinacionais aliadas aos Estados nacionais e às instituições financeiras internacionais (BM, FMI, OMC), privilegiam a acumulação primitiva no continente. Moçambique não escapa a esta lógica de acumulação primitiva capitalista como mostram as reflexões do economista moçambicano Nuno Castel-Branco (2017) no seu artigo “Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique”.

Estas corporações acima mencionadas, usam o argumento de garantir uma “estabilidade macroeconômica” para gerar um ambiente para o investimento privado estrangeiro. Um dos fatores mais graves nesse processo é a liberalização e comoditização da posse da terra, que proporciona aos investidores estrangeiros a oportunidade de acessar grandes extensões de uma forma aparentemente “legal”. Em Moçambique, essa concentração de terras tem sido alvo de denúncias e protestos dos movimentos camponeses. A fala de Rosete, liderança da Associação de Empoderamento da Mulher de Moçambique, ligada ao FOMMUR, destaca a dinâmica das alianças entre Estado e corporações, mas também, de resistência por parte deste seguimento dos movimentos sociais:

Vou focar em alguns pontos. Primeiro ponto: a terra é vendida (com veemência). Os jogos informativos fazem questão sim de ressaltar que a terra não é vendida, que é adquirida por meio de documentação no município, mas na prática não é

isso que acontece. Eu acredito que todos aqui estamos a declarar o terreno que temos e pagamos por eles. A venda de terras não é segredo, não são vendas sigilosas. Vamos agora à internet e o que não vai faltar são anúncios de venda de terreno. A questão do abocanhamento de terra do qual foi falado por uma das mamás aqui, não é feito por pessoas singulares. São os próprios regularizadores de terra que fazem o abocanhamento de terra e depois vendem os mesmos terrenos. Então é importante que haja uma capacitação severa em relação a esse assunto da lei de terra, brochuras informativas, linguagens terra-terra, de modo a que uma camponesa ou uma mulher rural compreenda qual é de fato o seu direito. É muito importante que isso aconteça. Não vamos tapar os olhos com a peneira com coisas que estão a acontecer e precisam de medidas reais, concretas (Rosete, Comunicação Oral na reunião de 28/09/2017).

Algumas feministas africanas enfatizaram a maneira pela qual gênero e classe interagem nos processos de acumulação primitiva capitalista. Na era colonial e pós-independências os homens africanos ocupavam a maior parte das vagas do mercado formal de trabalho, sendo as mulheres relegadas às posições de mais baixa renda na cadeia ocupacional. A transição dos homens de economias camponesas não-capitalistas para o trabalho assalariado transformou as mulheres numa fonte de trabalho remunerado e não remunerado no campo e nas economias urbanas informais.

Nos últimos 30 anos as mudanças estruturais nos mercados de trabalho do capitalismo deslocaram as mulheres para o trabalho temporário barato na indústria formal, para a plantação, zonas de processamento de exportação e indústria de processamento agrícola. Mbilinyi (2015, p. 5) avalia que na Tanzânia, “como em outras partes da África, a acumulação capitalista foi baseada na extração do excedente das mulheres trabalhadoras tanto no trabalho remunerado como no não remunerado”¹⁰².

A questão é que parte da produção orientada para o mercado está sujeita ao controle e à expropriação dos rendimentos pelos chefes de

¹⁰² No original: “In Tanzania, as elsewhere in Africa, capitalist accumulation has also been based on the extraction of surplus from women peasants working in both paid and unpaid work” (MBILINYI, 2015, p. 5).

família do sexo masculino. Isso leva as mulheres rurais a procurar alternativas para vender e se envolvem em múltiplas atividades fora das machambas para gerar renda, mas com uma vida de imensas dificuldades. A fala da líder camponesa Rebeca Mabui expressa a luta do FOMMUR por políticas de Estado que enxerguem a mulher rural de outra forma, enquanto sujeitas de direitos e igualmente importantes no processo de desenvolvimento do país:

E a comunidade? Mas se é ela que está a sofrer. O que o governo pode nos ajudar? Por que queremos que pare a discriminação por que a mulher rural não é considerada. Está a guardar a terra, mas quando chega um acadêmico ou acadêmica discrimina aquela guardiã que estava ali, lhe tira a terra. Faz de conta que não vê aquela pessoa ali. Só abriu os olhos, mas não consegue ver o que está a se passar. Então a nossa fala de analfabeta é que nos impõe pra sermos discriminadas.

Por que estão a nos discriminar? Por que estão aonde? Estão nas instâncias. Mas temos que ter advocacia, mostrarmos como nós existimos. Em anos passados anualmente tínhamos encontro da sociedade civil com o presidente da república, mas agora desde que entrou esse nunca fomos lá na presidência expor os nossos problemas (Comunicação Oral proferida na Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

Em resistência aos processos de invisibilidade das diferentes demandas das mulheres do continente é que surge em 1990 centenas de associações nacionais e pan-africanas (ainda que impulsionadas por uma agenda externa de democratização do Estado) para o desenvolvimento e os direitos humanos, incluindo o recorte de gênero. A entrada em cena dessas organizações coloca na agenda novas demandas para os “novos lugares” ocupados pelas mulheres na vida cotidiana, que também passou a incluir uma presença na vida pública, tanto da política, como do mercado informal, ocupação de cargos de gestão, mercado de trabalho, presença em partidos políticos. Na direção de organizações de mulheres lideram processos que colocam na pauta os seguintes temas:

Estos movimientos insisten cada vez más en la descentralización, el Estado de derecho, la transparencia en la gestión y la lucha contra la

corrupción y la criminalidad económica. En muchos casos, además de publicar trabajos y dar a conocer su postura sobre un problema determinado mediante comunicados de prensa, esta sociedad civil ha actuado cuando lo ha considerado necesario a través de huelgas, marchas de protestas y boicots a los Gobiernos. Sin embargo, pocas veces se ocupan de nuevos derechos, tales como la biotecnología, los derechos económicos o de los trabajadores, dejados a los sindicatos (KABUNDA BADI, 2008, p. 82).

Independente do seu formato institucional – por vezes nem reconhecidas legalmente - essas associações envolveram-se na prevenção, resolução e gestão pós-guerra. Em países como Angola, Moçambique, Libéria, Serra Leoa, Guiné-Bissau, na região dos Grandes Lagos, Ruanda, Burundi e Uganda muitos movimentos sociais orientaram suas ações para a reconciliação nacional, a reintegração social de pessoas deslocadas, a busca da memória e da verdade sobre “limpezas” de grupos étnicos ou genocídios e a proteção de refugiados e vítimas de minas, reflete Kabunda Badi (2008).

Esse conjunto de problemáticas e de agendas de resistência e alternativas criou conexões dos movimentos sociais locais com redes de movimentos sociais e acadêmicas no processo de construção de alternativas advindo do Fórum Social Mundial, o que segundo Kabunda Badi (2008) levou a criação do Fórum Social Africano (FSA)¹⁰³. Realizado pela primeira vez em janeiro de 2007, em Dakar, Senegal, o FSA é integrado por movimentos sociais africanos, sindicatos, organizações de mulheres e feministas, juventude, organizações denominacionais, universidades, ONGs e outras organizações da sociedade civil.

Faz parte dessa jornada de resistência a realização de cimeiras (reuniões de cúpula) alternativas às dos Chefes de Estado da França e da África, como os de Yaoundé, Paris e Ouagadougou. Também ações contra líderes mundiais do G-8, por exemplo, o Fórum de Nairóbi (Kenia), em 2006, com a finalidade alertar contra as alianças dos líderes africanos com os europeus sobre a natureza neoliberal da Nova Parceria

¹⁰³ Seção africana do Fórum Social Mundial (FSM), realizado pela primeira vez em Porto Alegre – RS, em 2001, com o lema “Um outro mundo é possível”, contando com a representação de ativistas e intelectuais da maior parte do mundo. É realizado em janeiro para fazer contraponto ao Fórum Econômico de Davos (Suíça), organizado por dirigentes de Estados e corporações neoliberais.

para o Desenvolvimento na África (NEPAD) e as consequências das atividades das multinacionais e a globalização neoliberal na África (Idem).

Concomitante a esses processos surgem os movimentos feministas, organizações de direitos ou ONGs com o objetivo de transformar mulheres em protagonistas e não vítimas da história. Parte das organizações de mulheres caíram na falácia da “ajuda”, caridade, da “integração de mulheres” e da femocracia, despolitizando as resistências, ao invés de organizarem-se em “movimentos sociais reais”, que tem como característica lutas concretas e projeção e visibilidade política das problemáticas. Amina Mama reflete sobre como enfrentar desafios tão importantes para as mulheres num contexto de interesses tão antagônicos:

O que está claro é que a busca pela igualdade de gênero se tornou um negócio cada vez mais complicado, muito ligado à indústria de desenvolvimento global. A luta de gênero tornou-se uma que requer tipos muito específicos de crítica, capacidade intelectual e institucional, em todo o mundo, mas em nenhum outro lugar mais do que nas circunstâncias desafiadoras deste continente. Os formuladores de políticas não estão completamente errados quando identificam a falta de capacidade e perícia como um grande obstáculo à implementação de leis e políticas equitativas de gênero, ou simplesmente dizem “não sabemos como fazer isso” (MAMA, 2002, n.p.).

Os feminismos africanos estão cientes das limitações das suas estratégias até agora perseguidas, ainda que as condições sob as quais se organizam não sejam fáceis, afirma Mama (2002). Mulheres de toda a África enfrentam seus desafios de maneiras diferentes, “com muita energia e criatividade, retrabalhando o feminismo, planejando novas estratégias e implantando novas tecnologias juntamente com os novos conhecimentos adquiridos com as experiências das últimas décadas” (n.p.). Ela questiona até que ponto seria excesso de otimismo antecipar o surgimento de um movimento de mulheres unificadas coerente, forte e independente nas atuais circunstâncias.

Outros desafios são apontados também pela sul africana Shireen Hassim (2005)¹⁰⁴ ao articular nas suas reflexões o Estado, o poder político, a sociedade civil e movimentos de mulheres, olhando para os movimentos sociais e de mulheres do seu país como um vasto campo empírico e analítico para pensar alternativas e mapear produções de mulheres do Sul-Sul. Nesse campo Shireen Hassim aponta temas como a racialização das sociedades do Sul, a religião como instrumento de dominação colonial, a construção colonial de subjetividades deficitárias, a interseccionalidade de raça, gênero e classe, a participação das mulheres na vida pública, política, econômica e cultural. O depoimento a seguir retrata as contradições do processo dos movimentos e suas lutas desde reconhecimento pela existência das mulheres na cultura da sociedade, até seus direitos junto ao Estado:

Nós sabemos que a cultura é a capa, é o que está fora, é justificada para esconder este machismo e o patriarcado todo que há por detrás. O que temos como ideal é que vamos dar passos e vamos exigindo, vamos monitorando, pressionando para que tenhamos as leis implementadas na totalidade e daí também surgiu o Ministério da Mulher nos anos 1990 (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Hassim (2005) considera difícil definir “movimentos de mulheres” por que essas não se mobilizam simplesmente porque são mulheres. Não há um assunto estável para a mobilização e suas ações podem ser enquadradas em várias identidades e pertencimentos, seja como trabalhadoras, estudantes, africanas, brancas etc.

As tentativas de desagregar a identidade de gênero são complexas dado que os significados culturais da categoria "mulher" mudam em relação aos numerosos outros marcadores de identidade e diferentes contextos. A autora observa que há também uma contestação sobre como definir a noção de interesses das mulheres dadas as interações entre raça, classe e outras intersecções. “O gênero está simultaneamente em todo lugar, em que as diferenças de gênero estão inscritas em praticamente todas as relações humanas, assim como na ordenação das estruturas

¹⁰⁴ Hassim é Professora de Política e seus interesses de pesquisa estão na área de teoria e política feminista, movimentos sociais e ação coletiva, políticas de representação e ação afirmativa e política social.

sociais, políticas e econômicas de todas as sociedades, e em nenhum lugar é difícil apreendê-las como uma variável independente” (Hassim, 2005, p. 2).

O desafio colocado é de entender os movimentos de mulheres como algo constituído de modo heterogêneo, com uma perspectiva histórica e política, capaz de recuperar as diversidades de formas de organização e o amplo leque de pautas, agendas e ideologias que são usadas para mobilizá-las. Os movimentos assumem diferentes formas em diferentes contextos, operando em alguns momentos como estruturas formalizadas ou informais, assim como articulados com outras redes. A ativista do FM, Nzira de Deus, avalia que o fato de uma organização ser informal favorece uma liberdade, por que ela consegue tangenciar as estruturas de poder e controle, sem perder a capacidade de fazer a resistência política:

O FM tem registro, tem estatuto, mas politicamente uma organização não precisa disso (...) o que ajuda a sair do controle do governo e das estruturas de poder. Pode funcionar à vontade, pode articular sem ter que ter necessariamente um estatuto, um registro, um carimbo com endereço físico. Tudo que é grupo e pessoa que quer articular a agenda do direito das mulheres, igualdade de gênero tem que estar aberto para tal, não tem que perguntar quem é você, se vem de que academia ou de onde. Se você tem uma ação e quer fazer alguma plausível faça, porquê de verdade esse é o legado do novo processo: que todo mundo possa abraçar essa agenda e dizer “para que o mundo fique melhor em Moçambique para que as mulheres vivam melhor todos nós temos que erguer a nossa voz e fazer alguma coisa para isso acontecer” (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

A coordenadora do MovFemme, Shaista de Araújo aponta que a legalização tem dois lados, que precisam ser avaliados. No contexto político moçambicano seria importante legalizar pois mostra “estamos aí somos nós, demos a cara, agora como nós vamos funcionar”, com estrutura financeira, administrativa. Pode também não ter a estrutura, “mas estamos legais, somos nós que nos reunimos, que questionamos, que queremos propor num sentido político, num contexto de pressão como é o nosso. Então eu acho que seria uma boa nos legalizarmos” (entrevista

outubro 2017). Por outro lado, “o projeto foi orientado para responder agenda do doador. E eles têm interesse em dizer que contribuíram para a legalização”.

A controvérsia da legalização das organizações também está presente na LAMBDA que tem sido impedida pelo Estado de fazer seu registro. Francelino Zeute (entrevista em 20/11/2017) relata que a associação trabalha com outras organizações da sociedade civil e com o próprio Estado, com um vínculo de trabalho no dia-a-dia, particularmente na área dos direitos humanos, que a falta de registro nada impede:

Mas também a LAMBDA trabalha com o Estado (o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça), embora que ainda não tenhamos o registro, fazemos o trabalho com essas instituições. A ausência do registro não tem sido razão para que a LAMBDA desenvolva suas atividades entre outras organizações. A Lei das Associações de 9/11/1991, tem uma cláusula sobre a questão da moralidade, que era o grande argumento para impedir o reconhecimento da LAMBDA. O conselho constitucional que é a entidade máxima em termos de posição jurídica do país, declarou inconstitucional esse artigo (Francelino Zeute, entrevista em 20/11/2017).

As relações em rede com outros movimentos sociais e com o Estado podem variar de grupos de mulheres autônomas, LGBTs e exclusivistas a seções de mulheres de partidos políticos e outros movimentos sociais. Graça Samo vê como um dilema a preocupação exclusiva com a institucionalização dos movimentos, que pode gerar interferência na autonomia da organização. Ela aponta a dimensão invisível das mulheres da base, do povo, que se auto-organizam de forma espontânea em redes de ajuda mútua e solidariedade para batalharem por sua existência:

Na forma como a Marcha foi construída e o ideal da sua forma de estar, é realmente como um movimento, mas o porém tem sobretudo, na realidade de África, uma dificuldade muito grande de entender movimento, por que as organizações em África foram muito construídas a partir de uma perspectiva da ajuda internacional ou e um mecanismo para organizar o *delivery* do governo, o

delivery de políticas públicas. Então as mulheres criam associação para poderem receber financiamentos, tipo "criado pela demanda". Não muitas vezes pela auto-organização das mulheres para fazer as coisas delas, como elas querem. Aqui nesse país¹⁰⁵ tem muitos e muitos grupos que são de auto-organização das mulheres, esporádicos, pelo xitique, pelas madrinhas, mas esses grupos não são considerados organizações. Não são considerados movimentos. Acaba que o movimento são aqueles grupos mais institucionalizados, que são associação que faz projeto, recebe dinheiro do doador, do governo ou daquele parceiro. E retira um pouco esse lugar da autonomia, da liberdade de decidirem, a possibilidade de serem o mais democrático possível, agendas atropeladas. Yah, muitos dos dilemas que nós enfrentamos quando pensamos no movimento é esta: a questão da institucionalização (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Nesse lugar amplo e heterogêneo é possível incluir no espectro instituições conservadoras da sociedade civil que organizam mulheres de uma determinada base social, mas não procuram questionar as relações de poder e nem a estrutura da sociedade. Essa variedade de formas organizacionais é acompanhada por uma variedade de estratégias e táticas, que podem ser de assimilação e adesão ao sistema, confronto, ação direta e violência, e negociação, lobby, advocacia.

Hassim (2005) ressalta que um projeto que vise à transformação das relações de poder existentes entre raça, classe e gênero não pode evitar o feminismo como um veículo ideológico, pois é ele que tem uma dimensão política direta, não apenas consciente da opressão das mulheres, mas também buscando confrontar o poder masculino em todas as suas dimensões. Na sua análise ela identifica movimentos sociais “fracos” e “fortes”.

Ela alerta que feminismo liberal, do qual o feminismo inclusivo é uma variante sul-africana, enfatiza elos ascendentes com os agentes do poder e raramente questiona as condições estruturais da desigualdade das mulheres. Isso gera uma tendência à acomodação com instituições, ideologias e detentores de poder, levando a uma relação de causa e efeito:

¹⁰⁵ Ela refere-se a Moçambique.

movimentos de mulheres em que as ideias e estratégias feministas transformadoras são fracas, levam a movimentos sociais fracos (Idem).

Na sua perspectiva um movimento social forte tem a capacidade de articular os interesses particulares da sua base, de mobilizar em defesa desses interesses e é capaz de desenvolver estratégias independentes para atingir os objetivos, criando possibilidades de aliança com outros movimentos progressistas: “Essa definição sugere que um movimento social forte requer um grau de autonomia política para manter seu poder relativo dentro de qualquer aliança e em relação ao Estado. Além dessas capacidades organizacionais, as influências ideológicas do feminismo são vitais para a construção de movimentos vigorosos de mulheres” (HASSIM, 2005, p.15).

Nesse sentido Casimiro (2008) considera o “empoderamento” (*empowrment*) é uma das ferramentas mais importantes, pois permite articular os marcadores de gênero, identidade, raça/etnia, religião, classe e também o impacto das políticas de desenvolvimento sobre as mulheres e às lutas de resistência. Ela analisa que está relacionado ao tema do poder e às relações controversas das mulheres com o conceito:

A utilização do conceito empoderamento por parte do feminismo tem as suas raízes na importância adquirida pela ideia de poder para os movimentos sociais como também para a teoria das Ciências Sociais nas últimas décadas. Os trabalhos de Gramsci e Foucault, bem como a obra de Paulo Freire para a América Latina, referem que as relações de poder e as formas de consciência são históricas e culturalmente condicionadas pelas lutas sociais. Contudo estes autores não utilizaram o conceito empoderamento e, no âmbito das relações de poder por si identificadas e discutidas, não contemplaram explicitamente as de gênero. A sua utilização por parte do movimento social de mulheres aparece durante a segunda vaga do feminismo a partir da década de 70, com a contestação aos modelos de desenvolvimento depois da II Guerra Mundial e que, de uma maneira ou de outra, haviam invisibilizado as mulheres (CASIMIRO, 2008, p. 25)¹⁰⁶.

¹⁰⁶ No texto original Casimiro (2008) relaciona essa reflexão à Léon (2001) e Arnfred (2001).

O conceito de empoderamento aparece como uma estratégia levada a cabo pelo movimento de mulheres e LGBTTs do Sul-Sul com o objetivo de prosseguir na transformação das suas vidas e das estruturas sociais. Esse posicionamento político considera o empoderamento necessário para incluir as visões alternativas dos grupos e pessoas que resistem, e essas tornarem-se viáveis ao nível do questionamento das normas e da construção de outras relações sociais, como fala Frank Lileza sobre o trabalho pedagógico da LAMBDA para que as pessoas tenham autonomia nas suas lutas:

Com esse trabalho todo também mostramos e empoderamos as pessoas LGBT a tomarem as próprias vozes e a lutarem pelos seus direitos e conhecer seus direitos. Por que empoderamento é isso. As pessoas saberem seus direitos, seus deveres e lutarem por si próprios. Quer dizer, em questões a ver com tribunais, com vivências até no caso mais extremo de casamento e adoção, as pessoas terem a noção do que tem como direito e lutarem por elas. É mais ou menos o que a LAMBDA tenta no final do dia. Trabalhamos com esses beneficiários sociais que são a própria comunidade para mesmo empoderá-las e elas mesmo sozinhas conseguirem andar com suas próprias pernas (Frank Lileza, entrevista em 20/11/2017).

As diferentes experiências que esses grupos vivem em relação ao poder revelam a ambiguidade da categoria: pode ser uma fonte de opressão no seu abuso e uma fonte de emancipação no seu uso. Assim, as relações de poder podem significar dominação, mas também desafio e resistência, mas carrega em si a potência de uma ferramenta para a construção de relações de gênero solidárias (LÉON, 2001; ARNFRED, 2001 *apud* CASIMIRO, 2008). A presidente da AMUDEIA Helena Juscavo fala na sua entrevista sobre a importância da formação feminista para o empoderamento das mulheres da base:

Temos palestras em todas as localidades para a mulher poder conhecer os seus direitos, para o seu empoderamento. Para as pequenas empreendedoras, para que a mulher mãe solteira não se diga vulnerável, porque tem mãos, tem cabeça, tem pensamento. Uma mulher que não

tinha nada, nem uma capulana, mas através da formação aquilo que faz na machamba mostramos a ela que é preciso tirar uma parte para consumo e uma deixar para semente para o próximo ano. A metade tem que vender para poder ter sal, ter amendoim, ter sabão e poder levar as crianças para escola para aprender. Porque muitas vezes as mulheres não faziam nada porque sempre vinham com as mãos cruzadas a dizer que “eu sou pobre”. Mas enquanto uma pessoa tem mãos e cabeça não é pobre. A AMUDEIA juntou muitas mulheres e agora temos um número grande que já sabem quais são os seus direitos. Como na parte da violência doméstica, a mulher já sabe que “isto aqui já estou a ser violentada”, porque antes ela pensava que fazia parte da cultura. Antes nós achávamos que tudo aquilo que o marido faz, o que os familiares do marido fazem a gente tinha que cumprir porque era a cultura (Helena Juscavo, EC AMUDEIA 13/10/2017).

As falas de Lileza e Juscavo (2017) revelam que é possível haver empoderamento em Moçambique com as experiências concretas de organizações que trabalham com populações excluídas da sociedade. Também nos revela a importância do investimento que as organizações fazem na formação de suas lideranças e junto à base social, contribuindo para o poder positivo, generativo, o poder “para” que soma para o poder total disponível, que permite compartilhar o poder e favorecer o apoio mútuo, que invoca a solidariedade para a transformação (CASIMIRO, 2008). Esse trabalho de empoderamento caracteriza o poder “com”, pois gera solidariedade e alianças, que surge a partir de dentro, que emerge para o coletivo e contribui na ação dos movimentos de mulheres feministas em Moçambique.

4.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ANALÍTICAS DO PENSAMENTO AFRICANO EM RELAÇÃO À MULHER, MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO¹⁰⁷

(...) o que liga a junção das mulheres Africanas não é um jugo metafísico, mas sim uma complexa teia

¹⁰⁷ Parte desse texto contém ideias desenvolvidas no artigo “Gênero e feminismos em África: temas, problemas e perspectivas analíticas” (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017).

de materiais, vertentes históricas e culturais que convida continuamente, adapta ou transforma. Se os nossos futuros assumirem a forma de repetição, diferença, ou ambos, isso, em parte, depende de nós (Bibi Bakare-Yusuf, 2003, p. 15).

O sul-africano Jimi Adèsinà (2010) identifica na produção teórica sobre os estudos de gênero em África três âmbitos: gênero como regurgitação, gênero como protesto e gênero com distintos significados epistêmicos.

Ele analisa que o “gênero como regurgitação” traz categorias (conceitos, teorias e paradigmas) sobre as condições locais, mas a narrativa e a análise são extensões dos estudos Euro-Americanos, atreladas a termos acadêmicos ocidentais. Os trabalhos esta perspectiva de gênero como regurgitação utilizam-se de dados locais, porém os conceitos são “de fora”, sem desafiar as teorias exógenas e seus marcos conceituais reforçam a divisão internacional do trabalho intelectual (ADÈSINÀ, 2010).

No âmbito do “gênero como protesto” Adésina (2010) argumenta que os/as teóricos/as negam os termos da divisão internacional do trabalho intelectual em que a África e os africanos forneceram os dados e os euro-americanos ofereceram a teoria em contrapartida. Muitas vezes, estes estudos geram grande quantidade de materiais, mas não necessariamente geram novos conhecimentos epistêmicos, que marca a distinção do local e dos dados etnográficos.

Para Adésina (2010), a endogeneidade a terceira e última perspectiva dos estudos de gênero em África que ele identifica, exigiu o trato dos dados etnográficos locais não simplesmente como itens de narrativas acadêmicas, mas com o desafio de explorar o grau de distintas percepções epistêmicas ou fazer uma instigante ruptura com esta mesma epistemologia.

Nessa linha de reflexão, concordamos com Adèsinà (2010) quando afirma que as nigerianas Ifi Amadiume e Oyèrónke Oyèwùmí produziram pesquisas endógenas que provocaram rupturas epistemológicas e elaboraram contribuições seminais nos discursos globais sobre “gênero”, oferecendo pistas para que uma nova geração de pesquisadores/as africanos enfrentem o desafio da recuperação intelectual (ADÈSINÀ, 2010). A pesquisas destas intelectuais e da nova geração de investigadoras/es africanas/os nesta última perspectiva apontada, segundo o autor, teorizaram sobre realidades eminentemente africanas, como a “matrifocalidade” e as sociedades “matricentristas”, oferecendo bases

para novas compreensões sobre relações de gênero, questões de identidade e sobre a tarefa política da luta por igualdade entre os sexos em África (Idem, p. 3).

Na literatura que tivemos acesso sobre os feminismos em África identificamos críticas praticamente unânimes à generalização com que o continente é tratado e aos pressupostos epistemológicos dos estudos de gênero que utiliza modelos associados à herança do colonialismo europeu e ao neocolonialismo (MCFADDEN, 2011; CASIMIRO, 2014; MAMA, 2011). A socióloga moçambicana e investigadora da WLSA, Conceição Osório, reflete sobre a cultura de dominação patriarcal, apontando conflitos sobre o conceito de gênero:

(...) há vários anos que o conceito de gênero para mim não serve para interpretar a realidade. Está sendo entendido de uma forma monolítica e culturalista. Com base na cultura e na dominação patriarcal, onde há sempre um sujeito dominado e um sujeito dominante, sem capacidade de rejuvenescimento, de reversão da ordem das coisas, e isso prejudica muito a luta das mulheres, não dá possibilidade às mulheres de serem sujeitas das suas próprias mudanças, e aqui temos que ter cuidado (...) tem estratégias de contra poder aqui em Moçambique, pois não posso generalizar África. Na Nigéria, por exemplo, a realidade é completamente diferente da nossa. Nós temos a sorte de ter pessoas que investigam e que percebem que essa realidade tem um movimento cotidiano, há uma mudança. As coisas estão a mexer e pedir cada vez mais que a gente invente conceitos, reinvente conceitos para explicar essa realidade. Até hoje essas pessoas que defendem a epistemologia do sul não nos propuseram nada de novo. Mas nós temos conflitos com alguns conceitos, e esse conceito de gênero é um deles (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

Em consonância com a reflexão de Osório (entrevista em 15/09/201) as autoras apontam a problemática de análises focadas em categorias e conceitos euro-americanos, incompatíveis com as práticas históricas locais diversas, levando ao questionamento de conceitos pré-estabelecidos. Elas apontam a preocupação em debater as teorias, a forma

como se pensam essas teorias e como essas influenciam os projetos de pesquisa implementados¹⁰⁸.

De acordo com a escritora nigeriana Bibi Bakare-Yussuf (2003) estas teorias importadas do feminismo ocidental hegemônico, impõe experiências, estruturas históricas e aplica conceitos ocidentais sobre realidades em África, como por exemplo o conceito de patriarcado¹⁰⁹, que leva a analisar as africanas como instrumentos de sistemas de dominação masculina, sem considerar “o poder e autoridade das mulheres nas esferas religiosas, políticas, econômicas e domésticas pré-coloniais” (BAKARE-YUSSUF, 2003, p. 3).

Há uma tendência de tratar de forma generalizada a África, tratar o continente como uma entidade geográfica ou uma realidade cultural homogênea continua a ser um dos debates entre estudiosos/as africanos/as. Isso causa uma nebulosidade teórica sobre o continente, por sua diversidade com múltiplas tradições culturais e agrupamentos etnolinguísticos. Essa pluralidade faz qualquer generalização da existência de gênero no continente problemático (Idem, *ibid.*).

Em diálogo com o pensamento de Bakare-Yussuf, Osório (2017), Osório continua sua análise sobre o esgotamento do conceito de gênero e sua ligação ao conceito de dominação patriarcal, que considera simplista e linear. Ao lhe questionar sobre as alternativas para repensar o conceito de gênero e qual abordagem ou categorias propõe, ela respondeu:

(...) o conceito de gênero está ligado ao conceito de dominação patriarcal, portanto essa abordagem que se faz da dominação feminina através do patriarcado. Eu cada vez menos utilizo a dominação patriarcal por que é muito simplista e linear. Penso que a alternativa é ir indo. Eu própria fazer as abordagens, contextualizar, mostrar que há singularidades, que há mudança, que há uma coisa e outra, que essas coisas se interpenetram, se inter-relacionam. Eu gostava de inventar uma coisa que contrapusesse o conceito de gênero. Inicialmente

¹⁰⁸ MCFADDEN (2011) aponta que um dos problemas é a subserviência da academia ao projeto neoliberal, assim como a influência da globalização e do capitalismo na produção teórica feminista em África.

¹⁰⁹ Ilustrando o que Adésinà (2010) chama de “feminismo de regurgitação”.

esse conceito era interessante, mas foi sendo esgotado, apropriado politicamente. A gente muitas vezes se vê num imbróglgio científico que nós consideramos que conceito de gênero é dominação masculina, e é um mandato masculino para a dominação feminina e não vemos também que esse conceito deve ser contraditado com as mudanças. Há por exemplo, a violência de gênero que existe sobre os homens, e que são por vezes estratégias de contrapoder femininas. Podem ser estratégias de reinversão, de revisar o poder, mas podem ser de reordenar o poder, reordenar as hierarquias deshierarquizando (Conceição Osório, entrevista em 15/09/201).

Esse ponto de vista coincide com a posição de Bakare-Yussuf, ao argumentar que a ênfase na dominação patriarcal provoca riscos epistêmicos que valorizam a vitimização ou a totalização de instituições e relações opressivas. Essas visões ignoram o poder da organização das mulheres e invisibilizam seus protagonismos, reificando mulheres dentro de papéis e sistemas de organização social, como é o caso de sociedades matrilineares e bilineares, onde elas têm posições de poder mais complexas:

A conceituação do patriarcado como uma mudança e sistema instável de poder, pode avançar no sentido de uma descrição da experiência de gênero Africano que não assume posições fixas em hierarquias inevitáveis, mas tenciona transformação e formas produtivas de contestação (BAKARE-YUSSUF, 2003, p. 4-5).

A perspectiva de Bakare-Yussuf (2003) apresentada acima é partilhada por Hassim (2005) ao afirmar que, embora alguns movimentos de mulheres e algumas formas de feminismo defendam a eliminação do patriarcado (entendido como o sistema de dominação masculina) como o interesse comum, em muitos países pós-coloniais este é considerado um conceito inútil pois, não leva em consideração interseções entre classe, raça e formas coloniais de dominação com a opressão das mulheres.

Para Hassim (2005), algumas feministas pós-coloniais criticaram a ênfase na categoria “patriarcado” e no que ela chama de “mesmice dos interesses das mulheres”, identificando nestes posicionamentos um viés etnocêntrico e de classe média, baseado em modelos ocidentais de lutas

políticas como o padrão pelo qual são julgadas todas as outras estratégias políticas das mulheres. Como argumentaram Mohanty (2008) e outras estudiosas pós-coloniais, o feminismo e o conteúdo ideológico da consciência feminista deveriam ser definidos no contexto de formações sociais particulares e ter ressonância na experiência histórica e na cultura política de cada sociedade.

É devido a essas inúmeras realidades vividas nas suas lutas, sonhos e agências a numerosos locais de contestação e de poder dentro das sociedades que as mulheres insistem no direito à sua humanidade e dignidade plenas, fazendo emergir uma abordagem epistemológica que permite a distinção entre Gênero e Feminismo para ser conceitual e politicamente elaborada como um primeiro passo para delinear um significado mais preciso do que significa e trata o feminismo em África, como sugere McFadden (2016). Na fala a seguir, de uma ativista de 15 anos, percebe-se essa construção da agência, da utopia e da perspectiva feminista a partir da organização em redes de solidariedade:

Na ASCHA pude saber que sou dona de mim mesma, ninguém manda no meu corpo, faço tudo o que quiser, e decido quem mexe e quem não mexe nele. Fico muito triste quando nós raparigas somos desprezadas aqui na sociedade, mas também fico feliz por que nas escolas nós é que somos mais capacitadas, nós é que somos mais inteligentes, ao invés daquelas pessoas que são dadas aquela importância aqui na sociedade. A nós não é dada importância, mas tenho visto que quase todos os cargos importantes do país são as mulheres as encarregadas por eles, e na Associação pude aprender muitas coisas, como pude ver que nosso país é muito machista (...). Acredito que a ASCHA e outras organizações vão acabar com esse machismo e nosso mundo vai ser feminista (Mara, ASCHA, 22/09/2017).

Assim como acontece com a maioria das raparigas e mulheres que viveram a subjugação colonial em diferentes contextos, na África elas têm de lutar contra as condições de opressão, precisam desenvolver estratégias coletivas de sobrevivência, pois segundo Casimiro (2004) o capitalismo impacta diferentemente na vida de mulheres e homens. Isso implica em analisar como as diferentes linhas teóricas do feminismo são motivos de controvérsia no país. Ela sugere uma abordagem crítica a determinadas

teorias feministas que interpretam de forma essencialista as mulheres africanas no que diz respeito à subordinação e falta de agência na luta por seus direitos.

Ainda que no continente, o patriarcado e o colonialismo sejam predominantes, as mulheres resistem e se reinventam a partir de suas necessidades de sobrevivência, criando o que Casimiro (2014) chama de “feminismo popular”, caracterizado por lutas e resistências criativas e inovadoras, que estão fora da academia. São as “mulheres do povo” as protagonistas de lutas que carecem de respostas imediatas às necessidades objetivas de sobrevivência e que incorporam reivindicações de gênero, como revela o depoimento da ativista da província de Sofala, Carlota Inhamussua:

Para nós o feminismo é uma atitude de questionamento, por que nós somos uma continuidade das mulheres que culminaram com o 8 de março. Nós somos feministas por que lutamos pelos direitos humanos, mas a nossa atitude é dizer “já temos esse direito, mas por que eu não estou a gozar desse direito?” Essa é a nossa pergunta. “Existe a lei da violência e por que eu não vou denunciar, o que está a me impedir de denunciar?” Eu volto para as questões das relações de gênero para rever o que me impede? Qual a atitude de grupo que me impede? E depois vou para a advocacia que é com o governo. Nos encontros mensais de capacitação feminista nós falamos dos recursos naturais e analisamos que benefícios feministas que a Lei de Terras traz para as mulheres e por que elas não têm DUAT até hoje? Essa é a atitude feminista que nós encontramos nos princípios da MMM: mesmo existindo a lei, por que as mulheres não estão a gozar dos seus direitos? Então para nós ser feminista é uma atitude (Carlota Inhamussua, entrevista em 24/10/2017).

Os depoimentos a seguir ilustram que embora grande parte das mulheres da base das organizações que participam das mobilizações por seus direitos possam não ter consciência do conceito de “feminismo”, na prática vivenciam uma luta feminista. Sobre a questão “As mulheres da base se identificam com o feminismo, com o ser feminista?” Carlota Inhamussua continuou falando na perspectiva da “atitude feminista”:

Elas se identificam por que quando nos capacitamos não falamos de ser feminista, mas nós falamos da atitude perante a reivindicação ou a busca de nossos direitos. Mas é a atitude que se relaciona com o feminismo. Por que se nós, as estudadas fomos analisar o feminismo, que teve suas ondas, questiona a falta dos direitos e discutir as relações de gênero. Nós somos a continuidade dessas mulheres que pensaram que é preciso questionar, não aceitar, por que o patriarcado ainda se veste nas leis. Os homens que estão lá para julgar, mesmos as mulheres que estão lá para julgar, muitas vezes se vestem do patriarcado e do machismo e elas não tomam a atitude que devem tomar. Então nós temos que contrariar. E a forma de contrariar é esta atitude. (Carlota Inhamussua, entrevista em 24/10/2017).

O trabalho da MULEIDE nas comunidades, por exemplo, adota uma perspectiva educativa a partir de uma visão feminista, ainda que o conceito de feminismo não seja explícito, como explica a ativista Rafa Machava:

Nós podemos dizer que é uma mistura das visões: nós temos visão feminista mas não muito visível, porque para nós são conceitos novos. Já vínhamos trabalhando no feminismo mas sem saber que estávamos a trabalhar por ele, porque toda mulher que trabalha em prol dos direitos humanos das mulheres, toda a mulher que ajuda outras mulheres a ultrapassar as suas barreiras é tudo uma corrente feminista (Idem, entrevista em 17/01/2017).

A ambiguidade de uma prática feminista sem relação com uma consciência feminista é apontada no trabalho de Angela Figueiredo e Patrícia Godinho (2016) sobre a realidade das mulheres da Guiné Bissau:

No caso da Guiné-Bissau, a maioria das mulheres, embora pratique o feminismo de várias formas – primeiramente através dos movimentos sociais de luta pelos direitos femininos, empreendedorismo e das lutas pela participação política -, elas não vislumbram um debate interno, no sentido de uma consciência feminista, tal como acontece no mundo

ocidental e no contexto brasileiro, ou seja, as mulheres guineenses são feministas e praticam o feminismo sem saberem que o são (FIGUEIREDO E GODINHO, 2016, p. 916)

Além desse componente, de acordo com Casimiro (2014), as mulheres africanas trouxeram duas contribuições para a história mundial: o matriarcado e o sistema *dual sex*. O matriarcado como uma base social e ideológica fundamental na qual assentavam o parentesco africano e os sistemas sociais e morais mais vastos. A autora aprofunda seus estudos sobre sociedade matricêntricas na sua tese de doutorado em sociologia, intitulada “Cruzando lugares, percorrendo tempos: Mudanças recentes nas relações de gênero em Angoche”, defendida em Portugal em 2008¹¹⁰:

Os estudos que se foram realizando acerca das sociedades matriarcais, matricêntricas, de filiação matrilinear, fazem referência a sociedades em que as mulheres tinham uma contribuição fundamental para a subsistência nas sociedades agrárias e a sociedades em que a descendência segue a linha feminina. Sociedades em que as mulheres negociam, contestam, exercem o poder como pessoas e agentes autônomas e não dependentes ou subordinadas aos homens, com uma estrutura social não violenta, baseadas na igualdade social, em que as decisões políticas são tomadas por consenso. Sociedades de paz e sociedades de balanço, nas palavras de Heide Goettner-Abendroth na abertura do I e do II Congresso Mundial de Estudos sobre o Matriarcado (CASIMIRO, 2008, p. 36)

O segundo elemento está diretamente relacionado com o matriarcado, que é o caráter *dual-sex* (sexo-dual) dos sistemas políticos em África, uma característica unicamente africana (AMADIUME, 1997, CASIMIRO, 2014). As dimensões de um sistema matriarcal de tradição africana agregavam o social, o econômico e o político, dominado pelas mulheres que estavam no controle da agricultura, do mercado, do

¹¹⁰ Segundo Casimiro (2008) “meu envolvimento com os estudos feministas e com feministas de várias partes do mundo, interessadas nas alternativas ao mundo atual aguçou o meu interesse acerca destas sociedades quando participei em debates sobre a Economia da Dádiva, por parte da sua autora Genevieve Vaughan no encontro *Wise Women Workshop* (WWW), em 2001, na Universidade das Mulheres em Loten, Noruega”.

comércio e da religião. Ele coexistia com um sistema patriarcal (dominado pelos homens), mas se diferenciava por suas relações de cooperação e partilha do espaço social.

O matriarcado não era equivalente ao patriarcado porque não estava baseado na apropriação e na violência (CASIMIRO, 2014). A base fundamental do matriarcado era o agregado familiar (e não a família nuclear - como nas sociedades europeias, já patriarcais quando da invasão dos povos Indo-Europeus -), o que fez com que as mulheres tivessem uma proeminência na organização dessas estruturas.

A moçambicana Ana Loforte (2003) em seu livro “Gênero e Poder entre os Tsongas” argumenta que as mulheres moçambicanas são protagonistas e criadoras de estratégias de sobrevivência frente às crises econômicas e ao patriarcado. A presença delas é essencial tanto na vida reprodutiva quanto na vida produtiva, na luta pelo acesso e posse da terra e controle do mercado. A participação das mulheres na vida comunitária é uma forma de construir seu poder, buscando a visibilidade de suas demandas e saindo do mundo privado com a articulação de redes de solidariedade e de gestão (LOFORTE, 2003) tanto no âmbito das relações do agregado familiar, como no âmbito da comunidade e da sociedade mais geral. Rafa Machava articula essa ideia de educação e patriarcado no âmbito da vida privada e reprodutiva:

(...) nós temos que quebrar este ciclo do patriarcado, daí vamos avançar muito, em todo mundo, não só em Moçambique, não só no Brasil. Nós, a corrente das mulheres feministas ou femininas, se conseguirmos quebrar este braço, este nó do patriarcado, aí podemos vencer (...) temos todos direitos iguais e muitas das vezes nós como pais não damos as mesmas oportunidades as crianças. Se eu estou a cozinhar a tendência é a chamar a filha menina para cozinhar comigo. Se o pai está a arranjar ou limpar o carro a tendência é chamar o rapaz. Se nós conseguirmos quebrar isto vamos viver um mundo melhor (Idem, entrevista em 17/01/2017).

Na conexão entre a vida cotidiana e o campo da produção de conhecimento são vários os desafios apontados por ativistas e acadêmicas, os quais não temos a pretensão de esgotar. O quadro a seguir faz um apanhado de eixos, temas e autoras/es que nos revelam a predominância de dois tipos de problemas nos estudos sobre gênero e

feminismos em África¹¹¹: os de ordem epistemológica e os de ordem política (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017). Distinguimos um do outro para efeitos de compreensão, pois estão imbricados, como bem observa Mcfadden¹¹²:

Basicamente, em termos do significado do feminismo, penso que é importante reconhecer dois elementos fundamentais desse fenômeno político. Um é o desenvolvimento de uma tradição teórica pelas mulheres, que produziu formas de conhecimento centradas nas vidas, lutas e celebrações das mulheres nas diversas divisões sociais, políticas e culturais. Outra é a tradução da teoria feminista em uma prática que transformou o ativismo, advocacia e formulação/implementação de políticas, bem como alterou as maneiras pelas quais as mulheres vivem suas vidas privadas (MCFADDEN, 2011, p.11).

Esse levantamento vem sendo realizado a partir das leituras de obras dessas autoras africanas, detalhadas nas “Referências Bibliográficas” e suas teses e argumentos desenvolvidos nos textos. Um primeiro levantamento foi realizado no artigo de Gasparetto e Amâncio (2017). À medida que avançaram as leituras para a escrita da tese o quadro foi preenchido com novas autoras, temas foram completados e novos foram identificados.

Quadro 1 – Temas e autoras conforme bibliografia acessada

TEMAS ABORDADOS	AUTORAS/ES
Trabalho e empoderamento econômico	
Trabalho e economia formal	MBILINYI (2015)
Trabalho, mercado informal, economia informal e geração de renda, acesso e controle dos	AMADIUME (2001); BAKARE-YUSSUF (2003); OYÈWÙMÍ (2000; 2004); MATE (2011) ¹¹³ , LOFORTE (2003); CASTEL-

¹¹¹ Isso não significa que não haja outros, mas estes foram os que chamaram a nossa atenção.

¹¹² A autora teve seu pensamento influenciado pela egípcia Nawal al-Sa'dawi, pela marroquina Fatema Mernissi, pela queniana Micere Githae Mugo e pela senegalesa AwaThiam.

¹¹³Rekopantswe Mate é do Zimbábue.

meios de produção e posse da terra, trabalho doméstico	BRANCO (2012); MBILINYI (2015)
Empreendedorismo, feminização da pobreza, sobrevivência	MATE (2011); LOFORTE (2008); CASIMIRO (2014)
Organização social, Parentesco e arranjos familiares, Tradições	
Conjugalidade e matrimônio	AMADIUME (2001); OYÈWÙMÍ (2000; 2004); MATE (2011); LOFORTE (2003)
Formas de família e relações de parentesco	ADÉSINÀ (2010); OYÈWÙMÍ (2000; 2004); LOFORTE (2008)
Famílias chefiadas por mulheres Divisão sexual do trabalho	OYÈWÙMÍ (2000; 2004); LOFORTE (2003); CASIMIRO (2014), HASSIM (2005).
Matrifocalidade – mãe como centro da organização familiar, parentesco bilateral	ADÉSINÀ (2010); AMADIUME (2001); OYÈWÙMÍ (2000; 2004)
Tradições, rituais de iniciação feminino e masculinos	AMADIUME (2001); OYÈWÙMÍ (2000, 2004); MATE (2011); MARIANO (2017)
Política	
Educação/escolarização e o papel das universidades	MCFADDEN (2011); MAMA (2002, 2011); HASSIM (2005)
Matriarcado, Sociedades Matricêntricas	CASIMIRO (2008, 2014) AMADIUME (1997)
Colonialismo, Estado neoliberal e as mulheres	MCFADDEN (2011); MATE (2011); CASIMIRO (2014); EBOH (2000); HASSIM (2005); MAMA (2011); MBILINYI (2015); FIGUEIREDO E GODINHO (2016)
Violências (doméstica, simbólica, estatal etc.)	MATE (2011); CASIMIRO (2014); MCFADDEN (2011)
Saúde, direitos sexuais e reprodutivos	MATE (2011); HASSIM (2005); MAMA (2011)
Papel do Estado	MATE (2011); MCFADDEN (2011); CASIMIRO (2014); MAMA (2011);
Papel do movimento feminista e de mulheres	MCFADDEN (2011, 2016); MATE (2011); CASIMIRO (2004,

	2014); MAMA (2002) HASSIM (2005); MBILINYI (2015); FIGUEIREDO E GODINHO (2016)
Emancipação política, cidadania e empoderamento	MCFADDEN (2011); CASIMIRO (2008, 2014); MATE (2011); MAMA (2011)
Neoliberalismo, Ajuste estrutural, Privatizações, Transnacionalismo	MCFADDEN (2011); MATE (2011); MBILINYI (2015)
Desenvolvimento	MATE (2011); MCFADDEN (2011); OGUNDIPE (2013), MAMA (2011).
Globalização	MCFADDEN (2011); MATE (2011); CASIMIRO (2014); MAMA (2002); MACCLINTOCK (2010)
Fundamentalismo religioso	MATE (2011); HASSIM (2005)
ONGs, ONGuização	LOFORTE (2009); CASIMIRO (2014); OGUNDIPE (2013); MAMA (2002, 2011)
Empoderamento social	
Gênero e poder, sistema <i>dual sex</i>	AMADIUME (1987, 1997); CASIMIRO (2014)
Redes de solidariedade e resistência	CASIMIRO (2014); LOFORTE (2003); MATE (2011); HASSIM (2005); MBILINYI (2015)
Mulher, mulher africana, trabalho e sexualidade	BAKARE-YUSUF (2003); MATE (2011); MCFADDEN (2011); CASIMIRO (2014); FIGUEIREDO E GODINHO (2016)
Mulher mercadoria, mercado matrimonial, economia do sexo, economia do casamento	MATE (2011); CASIMIRO (2014); EBOH (2000)
Questões epistemológicas	
Interseccionalidade de classe, raça, sexo, geração, território	MCFADDEN (2011); MATE (2011); CASIMIRO (2014); OYÈWÙMÍ (2000, 2004); MACCLINTOCK (2010);

	HASSIM (2005), MAMA (2002); FIGUEIREDO E GODINHO (2016)
Pós-colonialismo, neocolonialismo, descolonial	MCFADDEN (2011); MACCLINTOCK (2010)
Crítica à visão euro-americana e aos feminismos hegemônicos,	MCFADDEN (2011); ADÉSINÀ (2010); AMADIUME (2001); OYÈWÚMÍ (2000; 2004); BAKARE-YUSUF (2003); CASIMIRO (2014); EBOH (2000); MAMA (2002, 2011, 2013)
Divisão Intelectual do Trabalho e do Conhecimento	ADÉSINÀ (2010); MATE (2011); MCFADDEN (2011); CASIMIRO (2014); MAMA (2002, 2011, 2013)

Fonte: A autora e Gasparetto e Amâncio (2017).

Observamos um conjunto de temas constituintes de uma agenda contemporânea das mulheres nas sociedades analisadas pelas autoras, com eixos que se entrelaçam e revelam questões propositivas, apontando para pesquisas e ações relacionadas aos problemas concretos da vida das mulheres e de possível apropriação para a formulação de políticas públicas. De acordo com Amadiume (2001) desde os anos 1960 se multiplicaram as áreas temáticas sobre a situação das mulheres africanas, incluindo-se temas como:

emancipação política; educação e treinamento; empoderamento econômico; programas de ajuste estrutural; acesso das mulheres a melhores empregos; acesso mais fácil às mulheres, crédito para empresas geradoras de renda ou compra de terrenos ou propriedade; mulheres e saúde, o que destaca a necessidade das mulheres de ter acesso a serviços de saúde, particularmente saúde reprodutiva e sexual; ambiente e saúde; mulheres e o estado - a questão da guerra, violação, repressão e violência estatal; mulheres e políticas - liderança e participação política; mulheres e direitos e justiça social - é política, reforma legal e ações concretas para capacitar as mulheres; e assim por diante (AMADIUME, 2001, p. 48-49).

São temas que não se esgotam e se articulam em várias arenas sociais (AMADIUME, 2001; MCFADDEN, 2011). Temas do início da agenda nos períodos pós independência em cada país são recorrentes na contemporaneidade, se ressignificam e se recolocam, dependendo dos contextos e dos campos de tensão que reivindicam essas pautas pelos direitos das mulheres, tão diversas como as próprias sociedades.

A compreensão das especificidades deve levar em conta o contexto global de produção do conhecimento, sendo esse o ponto de partida para questionar o conceito de gênero e seus correlatos, alicerçado pelas experiências e epistemologias africanas (OYÈWÙMÍ, 2004). Para além de questionar os conceitos de gênero, família nuclear¹¹⁴ e mulher-esposa que fundamentam a epistemologia feminista ocidental, o objetivo é encontrar meios para que as pesquisas africanas sejam informadas por preocupações e interpretações locais e que estas experiências sejam tomadas em conta na construção teórica geral. Se deixar de ressaltar o racismo estrutural global sobre o continente africano. A socióloga moçambicana Rehana Carpuchande contribui para essa análise das controvérsias e propõe um “mosaico epistemológico”:

Na verdade, esta questão dos quadros teóricos, das metodologias que nós utilizamos, o que tento fazer? Para falar de gênero é preciso ter conta o mosaico epistemológico, no sentido que existem várias epistemologias, várias abordagens sobre essa questão. Há o feminismo do Ocidente, há o feminismo do Sul e há o mais específico que dentro do Sul, podemos chamar de feminismo africano, onde nós encontramos teóricas com abordagens diferentes sobre essas mesmas questões. Por exemplo, a abordagem de Simone de Beauvoir, de Judith Butler, Judite Sáfiro é diferente de Ryan Connel, ou de Oyèrónke Oyèwùmí, totalmente diferentes. Tento trazer esse mosaico e mostrar como as preocupações com o conceito de gênero são controversas porque ao longo da história há uma necessidade de uma redefinição do próprio conceito, que necessita ter em conta as especificidades de cada contexto. Quando a Oyèrónke no trabalho a "A invenção da mulher", diz que não existe *gender* na sociedade Yorubá,

¹¹⁴ Forma de organização especificamente europeia.

mas que o princípio de hierarquização é a base da idade *senhority*, ela traz uma proposta que mexe com esse quadro epistemológico que a gente chama de Ocidente. Por outro lado, autoras como Ryan Connel por exemplo, está a chamar a atenção a uma epistemologia que fosse mais cá do Sul, ou de falar de gênero ter em conta outras categorias que funcionam nessa questão da hierarquização, que é a questão da classe dentro da mesma sociedade, vamos lá ver a questão da orientação sexual, vamos lá ver a própria idade em alguns contextos (Rehana Carpuchande, entrevista em 16/12/2017).

Os exemplos etnográficos do contexto Yorubá (OYÈWÙMÍ, 2004) desafiam o discurso feminista ocidental e universal de gênero, pois demonstram que as categorias sociais africanas são fluídas e não se encaixam nas epistemologias hegemônicas. As análises e interpretações de África devem começar a partir dela mesma, a partir da produção de significados e interpretações derivados da organização e das relações sociais e das especificidades dos contextos culturais e locais, como revela o pensamento da antropóloga e docente da UEM, Esmeralda Mariano, que dialoga também com as análises de Oyèwùmí:

Eu penso que faz sentido nós rompermos com essas categorizações e cada vez mais que estou a crescer em termos intelectuais e físicos tenho um sentimento que me incomoda em relação a essas categorias: feminismo, masculinidade, essa definição de mulher que não faz mais sentido. Primo mais pelo respeito pelas pessoas, pelos indivíduos. Continuamos a perpetuar essas lógicas binárias e redutivas de chamar mulheres x homens; branco x preto, ao invés de chamar de indivíduos, que me parece uma categoria que contempla seres independentemente dos sexos, das raças. A Oyèrónke Oyèwùmí fala mais do conceito de gênero em termos de senhoridade. É claro que nos relacionamos com indivíduos, com pessoas e já estamos educados a dizer “é mulher, é homem”, mas eu já não sei quem é homem e quem é mulher e o que é ser homem e mulher. Na cultura do Sul de Moçambique (etnia changana) há um termo chamado é o *sungukati*. São as mulheres maduras, crescidas, a caminho ou em menopausa, que

quando passam para outra fase tem quase os mesmos direitos que os homens, como participar dos eventos que normalmente seriam só de homens. Essas mulheres são as que tem um segredo da família, da casa, até a própria palavra significa *kati* = casa, do lar, *sungu* = amarrar. Então aquela que tem maturidade, é uma sábia, é uma pessoa que tem conhecimento, que depois tem um poder. Com *sungukati* já não há problema de gênero, de masculino ou feminino, de ser percebido gênero em termos de relações e diferença sexual. Já não há: é pessoa, é um estatuto (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

As autoras analisadas colocam, portanto, em xeque a importação de modelos teóricos feministas ocidentais para explicar as realidades africanas, pois essas não podem ser entendidas fora do contexto socioeconômico, político e intelectual global, tal como a presença das mulheres africanas nos feminismos internacionais. Amadiume (2001, p.48) compreende que é necessário “olhar para as diferentes áreas nas quais as mulheres estão expressando suas opiniões sobre as condições e os direitos das mulheres e os discursos feministas acerca desses direitos”, para entender a natureza da discriminação e da injustiça contra as mulheres em países da África.

Esse posicionamento teórico-metodológico de Amadiume (2001), que reconhece nas mulheres africanas o poder que elas têm de falar sobre as suas condições, necessidades e direitos e a sua importância na causa da justiça social, constitui a base da crítica ao feminismo ocidental que tende a vê-las na perspectiva do patriarcado europeu. Daí sua defesa por uma perspectiva histórico-cultural e comparativa em detrimento de um monopólio do feminismo.

A perspectiva feminista europeia tende a ver as africanas como atrasadas, subordinadas aos homens e sem agência, sendo o feminismo europeu a única alternativa para elas. Aplicando tal olhar a uma realidade que lhe é alienígena, as feministas europeias não entendem como uma mulher pode ser economicamente forte e politicamente poderosa, estando, porém em um casamento poligâmico (AMADIUME, 2001). Para as autoras, essa incompreensão deriva dos conceitos ocidentais de família monogâmica e do imperialismo epistemológico das feministas ocidentais em relação ao resto do mundo (BAKARE-YUSUF, 2003; MCFADDEN, 2011, 2016; LEWIS, 2016; ADÉSINÀ, 2010; MAMA, 2011, 2013).

O problema político atravessa tanto as questões de nível teórico, assim como, as pragmáticas, de luta cotidiana pelos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Oyèwùmí (2004) ilustra bem esse problema ao argumentar que as feministas ocidentais utilizam-se do poder adquirido nas suas sociedades para transformar o que antes era percebido como problema particular das mulheres em questões públicas.

De acordo com a autora, elas fazem isso mostrando como os problemas pessoais das mulheres na esfera privada são na verdade de ordem pública e construídos historicamente pela desigualdade de gênero da estrutura social. Entretanto, a partir do momento em que as pesquisadoras feministas se valem de gênero como modelo explicativo para a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo, o problema surge, pois, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais.

A nível das questões pragmáticas o problema político se expressa pela preocupação das/os intelectuais, sobre as condições concretas dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero debatendo, por exemplo, questões sobre as políticas públicas para as mulheres, sobre as políticas neoliberais e seu impacto na vida cotidiana das mulheres e na economia dos países africanos e no contexto global.

A teórica do Zimbábue, Rekopantswe Mate (2011) reflete sobre as respostas das feministas africanas à ordem econômica neoliberal global, pois, apesar de algumas respostas serem paradoxais há ações concretas, como a crítica à linguagem e concepções neoliberais enganosas¹¹⁵; as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos; as lutas pela democratização e pela reforma do Estado de direito.

Questões sobre a democratização do Estado são levantadas por McFadden (2011) e Amadiume (2001) com argumentos semelhantes. Apesar do contexto neocolonial da África e suas implicações na vida cotidiana, especialmente das mulheres, as vozes destas são fortes, duradouras e continuam resistindo nas bases, nas suas comunidades, observa Amadiume (2001) ao analisar as condições dessas mulheres, suas preocupações e localizar suas vozes feministas para a justiça social, situando-se nesse diálogo entre a epistemologia e a política.

Ela mostra que as mulheres africanas não são dependentes do ocidente para falar e se fazer ouvir, assim como estão engajadas em ações

¹¹⁵ Relacionadas também à produção do conhecimento e com impacto direto na vida cotidiana das mulheres. Essas concepções e linguagem escondem as políticas ocidentais alheias às realidades africanas e que são muitas vezes a causa dos conflitos cujos discursos dizem pretender “ajudar” a resolver os problemas das/os africanas/os.

concretas para garantir direitos fundamentais e lutando pela democratização dos Estados africanos. Mama (2002) acrescenta alguns desafios para essas vozes, como as agendas próprias e a perspectiva da interseccionalidade:

Esta apresentação de outras vozes dos feminismos africanos e sua diversidade e contradições internas, fugindo de essencialismos e simplificações, compartilhando as diferentes correntes precisam introduzir a interseccionalidade na análise, a necessidade de se autonegociar e ter uma agenda própria, bem como a demanda por igualdade da comunidade no contexto da diferença que as tecnologias geopolíticas impõem a algumas linhas globais de demarcação (...) a auto-representação, a escuta generosa da "outra", através da qual diversos feminismos contemporâneos articulam a produção de saberes e práticas políticas (Idem).

Mbilinyi (2015) considera que as feministas do terceiro mundo tiveram que lutar para ter suas próprias vozes ouvidas nacional, regional e globalmente, enfrentando a marginalização na indústria global de pesquisa e publicações¹¹⁶. Muitas delas se uniram em organizações e redes locais e regionais de forma solidária, criando espaços para debater ideias e plataformas para promover visões alternativas. Ela considera de particular importância na África a Associação de Mulheres Africanas para Pesquisa e Desenvolvimento (AAWORD) e Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres para uma Nova Era (DAWN)¹¹⁷, sendo que essa última estava em vários lugares do Sul e tinha uma forte base na África.

Hassim (2005) ressalta que muitas vezes os movimentos de mulheres e feministas utilizam-se da ação direta, colocando-se em conflito com o Estado, criando novas linhas de fratura no terreno político, estratégicas para aumentar a presença delas nos espaços de poder e decisão. O depoimento de Nzira de Deus, do FM, exemplifica um caso de ação direta que gerou tensão na cena pública e a decisão do Estado

¹¹⁶ Ela cita Iman, Mama e Sow (1997) e Meena (1992).

¹¹⁷“O movimento DAWN/MUDAR surgiu de discussões na Índia, aquando dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Nairóbi, 1985. No livro acima referido as suas autoras alertam os planificadores do desenvolvimento e os políticos para a necessidade de considerar as questões múltiplas de género, classe, raça/etnia e nação” (CASIMIRO, 2008, p. 28).

moçambicano de expulsar a espanhola Eva Anadón Moreno, ativista da Marcha Mundial de Mulheres. O gesto foi uma represália à manifestação organizada pelo MovFemme e o FM contra a proibição do uso de saias curtas nas escolas e a obrigatoriedade do uso de saias maxi como uniforme na rede pública de educação em Moçambique.

(...) no FM o maior valor que nós temos é esta possibilidade de articular com diferentes grupos, e com essa diversidade chegamos a consensos para avançar conjuntamente sobre algumas agendas. Muitas vezes temos impasses porquê de fato o machismo continua se reinventando dentro das organizações e em algumas mulheres. No ano de 2016, quando decidimos fazer uma ação contra o aumento da saia para o calcanhar, que culminou com a expulsão da Eva¹¹⁸, muita gente contestou, falou e no fim houve uma desinformação. Falaram que o FM sempre foi polêmico. Mas vai ser sempre polêmico, por que está discutindo uma questão, está a desafiar o poder (Idem, entrevista em 13/01/2017).

Outro âmbito em que as mulheres lutam por seu lugar é dentro dos próprios movimentos sociais, buscando espaços de protagonismo. Para Hassim (2005) as relações de poder dentro de alguns movimentos sociais são mascaradas e as questões de quem tem voz e agência permanecem muitas vezes obscurecidas. Alguns movimentos sociais apoiam as mobilizações das mulheres com base em suas necessidades práticas (como eletricidade, terra e moradia), mas quando se trata de relações de gênero no âmbito do poder, os conflitos se instalam. A sindicalista Aida Morais, da província de Zambézia, traz um exemplo dessa relação:

Eu não quero ser muito pessimista, mas as mulheres ainda não são ouvidas como os homens. A partir de dentro do próprio movimento sindical também temos algumas lacunas. Nós criamos a política de gênero em 2004 porque éramos pouco ouvidas. Nós colocávamos as nossas preocupações

¹¹⁸ Eva Anadón Moreno é uma ativista espanhola da Marcha Mundial de Mulheres, que foi expulsa do país durante uma manifestação organizada pelo MovFemme e o FM contra a proibição do uso de saias curtas nas escolas e a obrigatoriedade do uso de saias maxi como uniforme na rede pública de educação em Moçambique.

e sentíamos que os homens não olhavam de boas maneiras. Criamos esse comitê para explicar qual é o nosso problema como mulheres, em que lugar nós queremos estar. Não queremos estar por detrás, mas queremos estar ao lado do homem para lutar junto para o bem da organização. Não queremos tirar o lugar do homem, mas queremos colaborar, queremos participar, e só podemos participar estando junto com eles (Aida Morais, Entrevista em 17/10/2017).

À luz dessa discussão, avaliamos que o primeiro desafio conceitual enfrentado pelos feminismos africanos neste tempo hodierno é a ambiguidade do uso da categoria gênero como uma “ferramenta” da reinvenção do *status quo* neoliberal, e do gênero como ferramenta do pensamento feminista. É preciso distinguir o gênero, como uma idealização construída a partir da necessidade das mulheres de localizarem, entenderem e explicarem suas vidas, seus silêncios e os espaços invisíveis para os quais têm sido levadas através das normas sociais e culturais, da vida familiar (e da ideia de que o espaço público é masculino e fora do seu alcance). Gênero está embutido nas epistemologias de resistência ao patriarcalismo e todos os seus sistemas institucionalizados de privilégio, supremacia, impunidade e sexismo.

O feminismo usa o gênero como parte de uma alavanca intelectual e ativista, intrometendo-se abertamente na linguagem e nos tabus patriarcais que ainda inibem as mulheres de serem seres criativas, dinâmicas e conscientes que trazem a sua agência aos locais contestados de poder, nas inter-relações entre as mesmas/suas comunidades e as instituições do Estado e das suas infraestruturas, políticas e práticas feudais (MCFADDEN, 2016, p. 3).

O conceito de gênero traz para o encarceramento patriarcal das mulheres seus “papéis” e “deveres” normalizados¹¹⁹ a noção de que não se trata de sexo, mas sim dos locais e práticas de exploração e exclusão do poder. À medida que essa noção foi ganhando reconhecimento pelo

¹¹⁹ McFadden (2016) menciona o trabalho da inglesa Ann Oakley nessa reflexão. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13084.pdf>>. Acesso em 05 set. 2018.

mundo e as mulheres do continente africano começaram a perceber a associação entre o desenvolvimento e gênero, aprofundaram a contestação ao sistema hegemônico no poder e a naturalização do lugar que tem sido reservado para elas (fora dos âmbitos desse poder, que tenta determinar o que podem fazer, pensar, dizer ou ser).

3.4 OS PARADOXOS DO DESENVOLVIMENTO, DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conversa com Nzira de Deus, questionei a inserção das Mulheres nos Projetos de Desenvolvimento e o que seria para o “FM - mulher no desenvolvimento”, pois percebi a presença desse conceito nas falas e ações públicas, em documentos, falas na mídia, trabalhos acadêmicos. “Desenvolvimento” aparece como se fosse uma coisa igual para todo o mundo. Mas de que desenvolvimento fala o FM?

O desenvolvimento que fala o FM no caso concreto é uma vida sem violência: primeiro, acima de tudo não quero nenhum tipo de violência. Segundo, não quero sofrer nenhum tipo de exclusão porque sou mulher. Esse é o desenvolvimento que nós queremos: eu conseguir participar ativamente na vida e na construção do meu país e não ser excluída de nada: nem minha voz ser excluída, nem na distribuição da produção. Em nenhum momento posso ser marginalizada, ou não ter acesso ao emprego, ou não ser recrutada porque sou mulher. Para nós enquanto isso não acontecer não temos desenvolvimento. O desenvolvimento de forma geral é eu ter o que dar de comer à minha criança sem muito transtorno, eu poder dormir sem medo do meu parceiro me agredir fisicamente ou me chamar nomes, cometer violência psicológica ou emocional. É não ser discriminada. O desenvolvimento que nós almejamos é ter uma sociedade justa acima de tudo. Agora, quando a gente desce para o nível dos mais abaixo - o desenvolvimento que nós podemos dizer na pequena comunidade e que é a vida – (nós fizemos um exercício de desenhar o mundo que nós queremos, a comunidade que nós queremos) e apareceu um desenvolvimento sustentável, que a gente possa trabalhar a terra sem agredir, sem pôr

químicos que no fim do dia mata as raízes, toda a nossa terra. Que esse desenvolvimento econômico estrondoso que se diz ai não venha destruir as nossas matas, onde a gente vai tirar a medicina nossa, as plantas que a gente sabe que cura aquilo, cura acolá, que não destruam todo esse nosso lado cultural ligada à natureza principalmente. Esse é o desenvolvimento que nós queremos: é poder gozar de igual direito como todos outros. No fim, basicamente se isso estiver, está o desenvolvimento criado para nós (Idem, entrevista em 13/01/2017).

Há muitas críticas sobre a forma como os temas gênero e desenvolvimento, mulher e desenvolvimento chegaram até o contexto africano, dentro da agenda neoliberal do FMI e da ONU, determinado pelos países doadores do Norte. Para muitas feministas do Sul-Sul essas iniciativas de desenvolvimento e combate à pobreza não valorizam as perspectivas locais, as relações de poder entre mulheres e homens, os modos alternativos de resolução de conflitos¹²⁰, assim como não questionam as raízes coloniais estruturantes do progressivo e dramático empobrecimento do Sul nas últimas décadas.

Mcfadden (2016) ressalta que a estratégia de gênero dentro do processo de construção dos estados nacionais africanos nasceu associada ao apoio às organizações de mulheres e ao incentivo em criar políticas de estado ligadas à construção da igualdade de gênero, ou mesmo através de ONGs que vieram para substituir o papel dos Estados¹²¹.

Assim, ao longo de 25 anos o conceito/categoria “gênero” serviu a variados objetivos, modificando-se também na inter-relação entre organizações multilaterais, Estado africanos, academia e movimentos sociais, mas também sendo ressignificado e reconceitualizado para potencializar as lutas dos feminismos:

¹²⁰ Sobre esta questão veja-se o texto da antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses (2008) “Corpos de violência, linguagens de resistência: As complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo”.

¹²¹ Segundo Cunha (2010) os trabalhos de Signe Arnfred, Kum-Kum Bhavnani, Penny Esterik, Esther Chow e Deanne Lyter revelam que os conceitos de desenvolvimento, pobreza das mulheres, trabalho produtivo e reprodutivo usados pelos programas de cooperação do BM, da ONU ou de ONGs transnacionais são baseados em ideários que colocam em oposição espaço privado x espaço público, trabalho produtivo x trabalho reprodutivo, relações de gênero baseadas na dominação patriarcal e por um conceito abstrato de mulheres.

(...) o gênero tornou-se uma questão sobre toda a gente, tornou-se uma panaceia para todos os desafios que as nossas sociedades colocam e uma resposta a todas as exigências que as mulheres fizeram; tornou-se um estado e uma língua da ONU e os homens posicionaram-se imediatamente no mesmo como um ‘quadro’ que muito eficaz e deliberadamente silenciou as mulheres e as empurrou de novo para as margens das sociedades. Tornou-se uma indústria e uma fonte de habilitação económica e de aprovação social. Os departamentos das universidades criaram ‘estudos de gênero e sobre as mulheres’. Em termos convencionais, o gênero é resignado, sem dentes e sem uma identidade política clara. Porém, no âmago desta estratégia de apropriação conceptual assenta a ideologia do conservadorismo neoliberal, que é de facto bastante reacionária e pro *status quo*. A par desta sabotagem conceitual de uma noção que foi arquitetada nas lutas das mulheres para um melhor entendimento do patriarcalismo, o gênero como ferramenta do pensamento crítico serviu para explicar as formas pelas quais as mulheres experienciaram a exclusão patriarcal, impunidade, supremacia e desumanização, através de um exercício teórico e prático que é fundamentalmente informado pela ideologia e pela prática política do Feminismo, como uma resistência e uma tradição celebrativa (MCFADDEN, 2016, p. 2).

A autora ressalta o aspecto pernicioso da categoria “gênero” pela forma como ela é utilizada atualmente em várias sociedades para reinventar os sistemas e práticas patriarcais, mantendo a imensa maioria das mulheres no seu lugar e exibindo alguns casos de mulheres de “sucesso” como prova de que, quando trabalham arduamente podem “tornar-se igual aos homens” e ainda assim serem “femininas”. Cria também a ideia de que as mulheres “são os seus próprios inimigos”.

Ela argumenta que a estratégia de ocupação de espaços de poder institucionais pelas mulheres¹²² podem despolitizar as realidades e

¹²² Mulheres na Política, nos Paramentos; Mulheres Empreendedoras e nas Empresas; Mulheres nas Forças Armadas e na Polícia; Mulheres na ONU - o estado globalizado, na UA e nas infra-estruturas regionais do Estado; Mulheres nos Institutos de Investigação e nas Universidades; Mulheres no Mundo Empresarial (MCFADDEN, 2016, p. 2-3).

atenuar as reivindicações e as arestas políticas que exigem setores de lutas para formas políticas, econômicas, ações legais inclusivas e outras formas de igualdade e direitos. Esta estratégia de valorização e reconhecimento de uma parcela de mulheres pode silenciar a maioria das vozes da sociedade civil e empurrar de novo a imensa maioria delas “para as fendas escuras e lúgubres da sociedade, onde assistimos a uma resistência feroz contra quem quer que seja do sexo feminino, homossexual, negra, jovem, idosa, com deficiência física ou mental e ‘Outras’ de formas aterradoras” (MCFADDEN, 2016, p.3).

Ela avalia que essas estratégias despojaram de recursos e energias algumas acadêmicas e ativistas mais radicais: “Tem sido uma época longa e seca no campo das ideias e sonhos vigorosos e desafiantes ao nível do continente e, em larga medida, este é o resultado de uma estratégia política muito eficaz de tornar convencionais as ferramentas do pensamento que as mulheres talharam para a sua liberdade” (idem).

Mama (2002) destaca que o feminismo provocou mudanças significativas no cenário do desenvolvimento internacional, impulsionando as agências financiadoras no sentido do investimento de esforços e recursos para a inclusão de gênero com ênfase para os direitos para as mulheres na agenda de desenvolvimento. A discriminação formal das mulheres foi removida das Constituições em muitos países, a prática política da jurisprudência feminista frutificou, o *status* que oprimia as mulheres na “lei consuetudinária” colonial foi modificado e as mulheres vem lutando por uma agenda legislativa que lhes proporcione a cidadania.

Na entrevista com Maira Domingos, se confirma a importância da transição das lutas por equidade de gênero para a incorporação do feminismo na concepção e na estratégia do FM, que impactou a ação política, as ações e processos do ativismo e a argumentação e as lutas realizadas junto ao Estado:

A perspectiva feminista impactou muito na afirmação dos nossos posicionamentos em a relação as questões políticas a nível nacional. Nos debates no parlamento os nossos argumentos transcendiam a preocupação que muitas associações tinham com a equidade de gênero. Nós dizíamos, a partir das experiências do cotidiano das mulheres, que tinha que ter uma lei específica da violência doméstica e que precisava ser removido do código penal o artigo que dizia que a vítima vai casar com o agressor. Nós tínhamos que dizer “não” a esses artigos porque atacavam e colocavam

as mulheres como objeto e ainda descriminalizava o agressor. E a justificativa disso não se faz com equidade de gênero, que é uma ação muito específica, pequena para um processo que precisa ir além das medidas, ir para essência do problema. Nosso posicionamento fez diferença, tanto é que os artigos foram removidos no código penal porque apoia a sustentação que nós trazíamos, que envolvia justamente trazer as mulheres como sujeito de direito, explicar na profundidade porque é que estávamos a dizer que aqueles artigos são inadmissíveis para os direitos humanos das mulheres (Maira Domingos, entrevista em 28/01/2018).

Ações foram e vem sendo desenvolvidas através dos eixos Mulheres no Desenvolvimento (WID), Mulheres e Desenvolvimento (WAD), Gênero e Desenvolvimento (GAD) ou outras estratégias de integração. Mama (2002) argumenta que essa prática deu origem a novas estruturas e ferramentas de planejamento que demandam uma atenção crítica sobre os resultados que o prometido desenvolvimento alcançou em termos de superação da opressão, exploração e marginalização das mulheres e o preço que é pago pela “ajuda”:

Enquanto a valorização é devida pela contribuição da indústria do desenvolvimento, devemos ter cuidado com a tendência de sermos muito gratas. Precisamos nos mover com cautela. Nenhum financiamento vem sem suas limitações e consequências, e existem hoje muitas agências diferentes, todas com análises e agendas diferentes, sobre as quais faríamos bem em refletir (MAMA, 2002, n.p.).

Um exemplo do que fala a autora está no depoimento de uma camponesa participante do FOMMUR, que avalia a dificuldade do movimento para se organizar e ao mesmo tempo agradar os interesses dos “parceiros”, que é como chamam as organizações financiadoras:

A luta dos parceiros é que nos fez ficarmos assim descontroladas, nos desorganizou por que não sabemos a quem atender e a quem deixar. Essa parte também foi um momento da decadência dessa

organização, como não tem fundos, não tem nada, é dependente, basta a pessoa te chamar ou quer fazer algo por si, você vai para quem tem. É muita agenda dos parceiros e financiadores que precisamos atender e acabamos não dando atenção às nossas. Isso, dos financiadores: eu sou da UNAC, aquela ali é de *Action Aid*, aquela ali é do MUGEDE ou FDC. Todos são parceiros que estão a lutar para ajudar essa mulher rural, mas ao invés de se unirem e fazerem um único plano, cada qual tem o plano dele, então quando chega o momento da implementação cada qual se chama “eu é que estou a implementar melhor, eu é que trabalho para as mulheres rurais”. E naquele momento em que eles estão a lutar é que estamos a ficar embaralhadas (Comunicação oral de camponesa do FOMMUR, 2017).

As lutas diárias das mulheres nas comunidades rurais e urbanas em relação às políticas de gênero no continente africano somam-se a uma estratégia feminista focada em exigir políticas dos Estados. Segundo Mama (2002) a relevância do "feminismo de Estado" se deve ao fato de que os interesses de gênero têm sido amplamente definidos em relação ao Estado, com as mulheres buscando assegurar que este atue em sua defesa, contra os excessos abusivos das construções imperiais e tradicionais que operam as opressões sobre elas, aliando-se na luta conta o colonialismo e lutando pela implementação do projeto nacionalista:

Nós exigimos que ele forneça serviços que, em muitos aspectos, são fundamentais para a desprivatização da opressão das mulheres. Apelamos ao Estado para promulgar leis que protejam as mulheres de estupro e violência baseada em gênero, garantam os direitos humanos das mulheres e proibam algumas das manifestações extremas de opressão sexual que ocorrem nos contextos africanos: casamento infantil, mutilação genital feminina, deserdação de viúvas e afins. Parecia uma estratégia razoável. Afinal, as mulheres africanas não apenas lutaram em lutas anticoloniais, mas também responderam mais tarde aos novos Estados-nação com grande entusiasmo. Nós dificilmente precisamos ser lembradas de que as mulheres abraçaram o nacionalismo, ou que, na

medida em que foram permitidas, seja como faxineiras de escritório ou como Ministras, as mulheres também serviram ao Estado-nação (MAMA, 2002, n.p.).

Segundo a autora, a abordagem da indústria "mulheres no desenvolvimento" não adota uma perspectiva feminista crítica e, por isso mesmo, tem merecido atenção dos movimentos. A predominância do trabalho instrumental atende a indústria do desenvolvimento de formas despolitizadas, pois se concentra em análise técnica, voltada para a produção de manuais de treinamento em gênero e serviços em detrimento de ideias feministas transformadoras e agendas de justiça social que dialogam com os crescentes movimentos de mulheres (MAMA, 2011)¹²³.

Ainda que com suas próprias características e contradições, Moçambique tem um processo de alguma forma ligado aos discursos internacionais de desenvolvimento que moldaram os vários feminismos na África, como é o caso do 'Feminismo desenvolvimentista' que é um produto dos compromissos contínuos entre feminismo e desenvolvimento.

Aliado a ele, a indústria do conhecimento concentrou-se em integrar as mulheres na "corrente principal" da agenda de gênero e desenvolvimento (*mainstream agenda*). Para Arnfred (2001, p. 75) essa perspectiva incluiu o "gênero feminino" nas políticas, mas não desafiou o modelo androcático dominante e ajudou a despolitizar os assuntos sobre a mulher no desenvolvimento, igualando a maior parte das vezes sexo e gênero, ou transformando-o numa questão de planificação e monitoria, o que esvazia o conteúdo e o propósito das lutas.

Isso ficou mais saliente em países que dependiam mais da assistência ao desenvolvimento. Esse discurso liberal aborda a desigualdade de gênero através da integração WID e WAD e se constituiu como moeda corrente nas arenas políticas nacionais e internacionais que permanecem em grande parte hostis ao feminismo (Idem).

¹²³ A reflexão desenvolvida por Amina Mama (2002; 2011), é neste aspecto análoga à feita por Judith Butler (2003). O conceito de 'dádiva ambivalente' do Estado desenvolvido por esta última, dialoga perfeitamente neste cenário. Como ela argumentou: "Podemos ver aqui o campo do dilema: de um lado, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de "desempoderamento" que frustram as próprias distinções entre as consequências psíquicas, culturais e materiais. De outro, a demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de hierarquia social [...] e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento fornecidas e exigidas pela legitimação do Estado (BUTLER, 2003, p. 226).

Mama (2011) salienta que o termo 'feminismo' contrasta com essa posição, gerando uma postura crítica à contínua subordinação e marginalização das mulheres, apesar de décadas de trabalhos do WID e tem uma tradição organizativa do movimento que é não-hierárquica, participativa e democrática, promovendo culturas institucionais igualitárias caracterizadas por um espírito de respeito e solidariedade, que inclui o fim das opressões sistêmicas:

As perspectivas feministas sobre o desenvolvimento incluem compromissos para terminar opressão sistêmica, exigindo direitos sexuais e reprodutivos e plena e igualdade de cidadania política e transformação das relações de gênero em níveis domiciliares, bem como em arenas públicas. (...) o feminismo, dentro e além da África, refere-se a um grau de autonomia organizacional e intelectual, que significa o espaço para articular análises e agendas políticas enraizadas em análise das condições materiais e culturais da vida das mulheres. Autonomia é importante porque distingue os movimentos feministas das mobilizações dirigidas (MAMA, 2011, p. 5)

A fala de Rafa Machava expressa uma visão de desenvolvimento endógena, que faz um contraponto aos modelos impostos de fora, criticados por Mama:

Para nós o desenvolvimento tem a ver com todas vivermos bem. Porque se eu não tenho um pão para comer esse desenvolvimento pode existir, não atinge a mim. Nós não queremos aquele desenvolvimento de nos compararmos com os Estados Unidos de América. Queremos um desenvolvimento de termos a educação, de termos a escola, a saúde perto. De termos a água e o pão perto. Porque há vários conceitos de desenvolvimento. Já me colocaram esta pergunta numa zona rural: “você dizem que nós somos pobres porquê? Nós não somos pobres porque nós temos os nossos terrenos. Todos vocês não têm terrenos lá na cidade. Nós temos gados e vocês não têm, nós temos o nosso rio aqui perto e vamos buscar água e vocês não têm”. Tudo bem, mas tens

a escola aqui perto? Não tens, as tuas crianças têm que caminhar até a escola. Tens a saúde aqui perto? Não tens, as tuas crianças têm que caminhar para ir. Então o desenvolvimento tem que ter estes componentes todos, as necessidades básicas nossas como pessoas satisfeitas (Idem, entrevista em 17/01/2017).

O depoimento de Graça Samo sugere a necessária relação entre as mulheres do campo e da cidade, unidas pelo “espírito de respeito e solidariedade” mencionado por Mama, na construção de um outro projeto de desenvolvimento que defenda a vida:

Como mulher sou filha de camponeses, e a nossa geração é de filhas e filhos de camponeses, como MMM somos mulheres da diversidade do campo e da cidade e nesse espaço do diálogo descobrimos que não existimos umas sem as outras, enquanto umas são urbanas, lembramo-nos constantemente que precisamos das nossas mães e irmãs que estão na base, porque a comida que nos vem a mesa é fruto do seu trabalho. (...) e aquelas que foram às zonas urbana foi consequência desse processo de colonização que desvalorizou o campo, que nos disse que o campo não é o lugar da vida, mas sim a cidade. E quando viemos a cidade vivemos e reconhecemos o quanto a destruição da vida acontece todos os dias por conta desse modelo neoliberal. Por isso que na campanha contra o Prosavana queremos reafirmar a nossa luta contra o modelo de desenvolvimento que nos desapropria da nossa própria história, da nossa terra, dos nossos saberes (...). Os bens comuns são para proteger e valoriza e salvaguardar a vida não só para nós, mas para todas as gerações, para que o mundo possa continuar a existir. (...) no queremos produzir com as iniciativas que vêm promovidas pelos megaprojetos, que é a agricultura da soja, do etanol, não são as soluções para manter a vida, são as soluções sim para manter o capital e talvez salvar a dívida do Ocidente, por que não é para salvar a dívida e a crise dos países africanos e sobretudo de um país como Moçambique. Como mulheres que nos mobilizamos com parte de uma

campanha internacional como essa, mas que tem foco no território moçambicano, queremos reafirmar a nossa luta contra o modelo neoliberal, estamos conscientes que essa não é a forma de construirmos a defesa da vida e defendermos a terra. (...) um projeto que não dialoga conosco não nos representa, o projeto que não valoriza o nosso saber, o nosso conhecimento e a nossa força de trabalhar e defender a vida, não nos representa. O ProSavana é simplesmente uma referência de como o mundo e como o nosso país está a pensar o desenvolvimento, mas esse modelo não funciona (...) e por isso que temos as crises que temos hoje. Mas nós queremos resistir e juntos podemos construir as soluções (...) a comida saudável que comemos aqui em Moçambique é resultado do trabalho da comunidade camponesa, por que tudo o que vem de fora é geneticamente modificado (...) então nós queremos defender essa agricultura camponesa, essa semente nativa (Graça Samo, Comunicação Oral na Conferência Triangular dos Povos, em 23/10/2017).

Na entrevista com a socióloga moçambicana Rehana Carpuchande, questioneei sobre o tema “gênero e desenvolvimento”, que parece ser universal, pois é usado por diferentes grupos sociais, pessoas e interesses, mas que parecem ser a mesma coisa:

Vou tentar fazer a articulação. É uma questão do próprio conceito: será que é só falar do crescimento econômico? Os estudantes têm feito trabalhos teóricos e empíricos com essa discussão conceitual, para mostrar as limitações do desenvolvimento econômico, mas falar de outras esferas da vida social. Não podemos dizer apenas que o PIB aumentou e olharmos crianças na rua, mulheres ainda só no mercado informal, que não irá mudar a condição da própria mulher (Idem, entrevista em 16/12/2017).

Carpuchande reflete sobre a entrada do conceito de gênero nas políticas públicas sobre desenvolvimento nos anos 1960 a 1980, quando a discussão era sobre “mulher e desenvolvimento” e estavam em voga os movimentos feministas. Dos anos 1990 até a atualidade houve uma

mudança da concepção “mulher e desenvolvimento” (confinada a assuntos inerentes só à mulher) para a ideia de “gênero e desenvolvimento”.

A percepção que se tem na sociedade é que gênero é igual a mulher e gênero não é isso. Essa substituição teve suas boas intenções, por que os programas estavam a falhar, não havia mudança na condição da própria mulher, na sua posição na estrutura social. Então é preciso refletir que precisamos conceitualmente usar o termo gênero, abarcando todas as questões. Até as questões, por exemplo no vosso contexto¹²⁴, a questão racial é muito forte, e mostrar que há mulheres negras brasileiras, lésbicas, que estão em desvantagem por isso as políticas públicas ficarem mais focalizadas para essas pessoas. Ai “gênero e desenvolvimento” é mais abrangente. Mas é a apenas uma substituição teórica (...). Por que? Ainda temos o problema das relações de poder na esfera privada, na esfera comunitária ou pública. (...) por exemplo, os conselhos consultivos que levam os assuntos da vida comunitária até que ponto ali onde ela está traz questões conflituosas, traz questões que vão romper com a estrutura já criada e fazer mudança na estrutura patriarcal? Ainda está muito aquém daquilo que é desejado. Outro aspecto é que partimos sempre da ideia de que as políticas públicas (*mainstream agend*) ai resolver o problema geral do “gênero e desenvolvimento”, mas esquecemos de que há outros efeitos implícitos nessas mesmas políticas, que é nossa posição na economia global. O que essa mulher que está no mercado informal produz e isso que ela produz muda sua posição e o mercado funciona através dessas mesmas desigualdades? O que produzimos e é exportado, será que vem em contrapartida, tem o mesmo valor? Claro que não tem. Então enquanto não mudarmos essas relações comerciais a nível global não vai se fazer muita diferença, mesmo com milhares de políticas públicas, elas não vão resolver nada. Podem até melhorar para a mulher ter acesso à educação, ter

¹²⁴ Aqui ela se refere ao Brasil.

acesso ao crédito, ao trabalho, à habitação social, mas e depois, será que muda a condição de todas as mulheres? Até quando é que mexe com essa estrutura toda? Outro ponto é a visão de que "nós o Ocidente, os países ricos temos a solução para os países pobres". Os outros são vistos como os passivos, objeto de intervenção dessas ajudas e as pessoas estão lá para receber somente esta mesma ajuda. Mas o que está sendo feito para alterar isso é uma questão em aberto. Outra questão é a forma como entra o conceito de gênero, defendido numa perspectiva que só olha para a subordinação entre homens e mulheres, esquecendo que existe as esferas de poder, as quais precisam ser resolvidas, e que o homem acaba somente sendo visto como o único responsável por essa subordinação. Então eu digo que é preciso destacarmos aquelas esferas onde a própria mulher também tem esses mesmos poderes: na reprodução, na produção (quem semeia, quem colhe, quem comercializa, quem guarda o dinheiro, onde é que essa mulher guarda, quem está à frente desses processos todos?). Vamos encontrar diferenças em termos de espaço urbano, espaço rural. Na reprodução, os cuidados com a criança, os cuidados na gravidez e pós-gravidez...quem é que está à frente? Por que falar de desenvolvimento é em que esfera?

Esfera da produção, da reprodução, na esfera da ligação com os antepassados, que é negligenciada e as pessoas tem uma ligação forte com isso. E todas as práticas devem fazer sentido e são ignoradas nesse conceito de desenvolvimento: por que se presume que desenvolvimento é falar de ter acesso ao crédito, parte econômica. Se esquece do lado simbólico, cultural, estão a ignorar essas culturas femininas, essas outras esferas de poder, o que acaba obstruindo qualquer iniciativa de desenvolvimento (Rehana Carpuchande, entrevista em 16/12/2017).

A intelectual e ativista do Mali, Aminata Traoré (2013), considera que o debate sobre o lugar e o papel das mulheres no desenvolvimento na África foi ignorado. A leitura que se aplica à economia e à sociedade também foi estendida às relações entre homens e mulheres. O *status* e o

papel das mulheres foram julgados, denunciados e as soluções só foram compreendidas em termos de “desenvolvimento”, pois as populações de África no seu conjunto não tiveram a liberdade de pensar, escolher, decidir por si mesma, nem no campo da agricultura, nem na sua industrialização, nem nas trocas comerciais.

A entrada das políticas de ajuste estrutural no continente nos anos 1980 levou os homens ao desemprego, fazendo com que a grande maioria das pessoas se “tornassem pobres”, explicando-se assim o fenómeno da construção da pobreza. Os homens que queriam a integração à modernidade e ao desenvolvimento estavam sentados em casa e as mulheres eram obrigadas alimentá-los, buscando o sustento da família no mercado informal:

Eles¹²⁵ não nos deixaram livres para pensar sobre o relacionamento entre homens e mulheres. Muitos projetos foram iniciados para nos tirar do nosso estado “subdesenvolvido”, o que significava que as mulheres africanas precisavam adotar a imagem das mulheres dos países desenvolvidos. É por isso que digo que é um debate principalmente cultural. A mulher teve que ser libertada da mesma maneira que as ocidentais. O combate tornou-se intra-africano: precisávamos ser igualadas aos nossos homens, para superá-los mesmo. Precisávamos acreditar que éramos duplamente vítimas, contra o Ocidente e contra nossos homens que se aproveitam desse desenvolvimento (TRAORÉ, 2013, p. 132).

Como vimos nesse capítulo, em relação às perspectivas ou abordagens empíricas e analíticas de teóricas africanas, a partir da literatura que tivemos contato identificamos uma diversidade nos trabalhos analisados, construídas e mobilizadas no intuito de compreender as complexas realidades nas quais vivem as mulheres africanas (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017). Em síntese, destacamos as seguintes:

1. Fenomenológica (BAKARE-YUSUF, 2003; MAMA, 2011);
2. Histórico-cultural e comparativa (AMADIUME, 2001; LOFORTE (2003);

¹²⁵ A autora se refere aos neocolonizadores, ao capitalistas e neoliberais que chegaram com seus modelos de desenvolvimento e suas práticas de exploração e recursos, incluindo os naturais e humanos.

3. Interseccional¹²⁶ (MAMA, 2002; OYÈWÙMÍ, 2004; HASSIM, 2005; MCFADDEN, 2011; CASIMIRO, 2014);

4. Transformacional (MCFADDEN, 2011, HASSIM, 2005);

5. Economia política (MATE, 2011; MBILINYI, 2015; CASTELBRANCO, 2012).

A abordagem fenomenológica “evita fazer afirmações absolutas sobre o mundo e as relações sociais anteriores à investigação” e contribui para compreender a existência feminina em África na medida em que produz uma teoria situada e incorporada do conhecimento e experiência, rejeitando explicações dualistas (BAKARE-YUSUF, 2003, p.1). A abordagem histórico-cultural e comparativa consiste em privilegiar as experiências locais das mulheres, sem, contudo, perder de vista o contexto global.

A abordagem interseccional fundamenta-se na mobilização e articulação das diferentes categorias, conceitos e marcadores sociais como classe, raça, gênero, geração, nação, entre outros para entender a complexidade das condições e relações nas quais as mulheres africanas estão imersas. Ainda que essas autoras não utilizem do conceito “interseccionalidade”, a perspectiva utilizada para operarem em suas análises é de caráter interseccional.

Finalmente, a perspectiva econômico-política procura entender como as condições econômicas e políticas internacionais, assim como dos países africanos impactam na vida cotidiana das mulheres no mundo rural e urbano e como elas respondem a isso com suas ações locais, como resistem, influenciam e modificam essas políticas.

No contexto dessas abordagens as/os intelectuais colocam em perspectiva diversos desafios epistemológicos. McFadden (2011) propõe reconceitualizar a noção de pós-colonial e aponta a necessidade de elaborar um feminismo contemporâneo que privilegie a realidade concreta das mulheres, conciliando a teoria e a ação. Para a autora o feminismo é um fenômeno político com forte tradição teórica que produziu formas de conhecimento centradas nas vidas das mulheres. Ela sinaliza a necessidade de transformação da teoria feminista em práxis que articule ativismo, *advocacy*, formulação e implementação de políticas e que altere a forma das mulheres viverem e enxergarem a vida privada.

Bakare-Yusuf (2003) entende que a África é um continente constituído por uma diversidade de tradições, culturas, etnias, idiomas, que leva qualquer generalização teórica ao fracasso, em especial sobre a

¹²⁶ As autoras elaboram uma abordagem interseccional, ainda que não utilizem essa categoria.

configuração da existência de gênero no continente. Assim, para a autora, a experiência de gênero africana precisa estar localizada na intersecção entre dois encontros históricos interdependentes e ainda em conflito¹²⁷, que são as imposições externas (exógenas) e os processos históricos internos (endógenos).

No seu entendimento esses se combinaram para distorcer, modificar e transformar as relações de gênero africanas de uma forma que torna difícil falar em termos absolutos da experiência da existência de gênero sem projetar ideias para o presente e sobre o passado: “As oportunidades e ações para abrir o pensamento feminista Africano surgem de se concentrar em experiências vividas e as complexas nuances, contradições e potencialidades da vida cotidiana” (BAKARE-YUSUF, 2003, n.p.). É preciso que as investigações no continente observem a cultura “nacional” de cada país, considerando religiões, classes regionais e a pluralidade da especificidade étnica¹²⁸, dialogando com a tarefa de ampliar os trabalhos de pesquisas e análises do que significa ser uma mulher africana (Idem).

Outro desafio é o processo de mobilizar recursos intelectuais, reformular linguagens e imaginários compartilhados e apostar em energias novas, impulsionadas pelo desejo de transformação para avançar nos limites da existência social, expressos por um movimento feminista contemporâneo radical, reconceitualizando os direitos e o Estado como resultado da luta feminista e da cidadania (MCFADDEN, 2011).

Esse movimento promove tensões e negociações entre várias classes e contextos sociais, numa situação neocolonial que mantém e reforça mecanismos de exclusão e repressão herdados da formação colonial em todo o continente. Para McFadden (2016, p.17) “Se não tivermos capacidade de reformular o Estado não nos tornaremos pós-coloniais. (...) temos que nos tornar pós-coloniais ousando inventar novas ideias, sistemas e práticas sociais que nós possuímos enquanto povos Africanos. E o feminismo radical é uma parte essencial desse futuro”.

Nesse capítulo tratamos dos feminismoS africanoS e suas relações nos contextos globais, suas conexões e influências (que recebe e que

¹²⁷ Um deles envolve a incorporação das diferentes sociedades Africanas em uma economia mundial, que começou com a invasão muçulmana árabe no século VII, seguido pelo colonialismo Europeu e a ocupação a partir do século XV, e duradouro até o presente sob a forma de administração neocolonial contemporânea. O outro se baseia, em um horizonte sociocultural e metafísico Africano da pré-conquista indígena, no qual as identidades e relações sociais estão implicadas e incorporadas (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 4-5).

¹²⁸ Bakare-Yusuf (2003) chama a atenção para a poder da etnia em moldar a vida das pessoas, apesar da promoção dos Estados-Nação na África”.

proporciona), suas referências, suas redes e possibilidades no campo acadêmico e do ativismo. No capítulo 5 trataremos do campo dos estudos de gênero em Moçambique, partindo de um contexto africano e buscando traçar uma linha histórica do seu surgimento no país e suas questões contemporâneas.

2º MOMENTO - (Re) Conectando Resistências e Saberes

Eu sou africana
 Não pelas roupas que visto
 Não pela língua que falo
 Nem mesmo pelas músicas que canto.
 Eu sou africana
 Não na estética cosmética
 Não na racialização da autenticidade
 Não nas definições que eles me trazem
 De uma história trágica
 De uma beleza folclórica e exótica
 Para encher galerias e museus.
 Eu sou africana
 Mas não de uma África singular
 Estática e fixa
 Romantizada na imobilidade temporal
 Caracterizada entre o erótico e o primitivo
 Estereotipada para fetiche turístico
 Minha pele e meu cabelo
 Não são para consumo científico.
 A África que me renasce todo o dia
 Não é alimento para cartão postal
 Conforto estrangeiro
 E pesquisa antropológica
 Para se arquivar nas europas.

Eu sou africana simplesmente
 porque sou
 Sou feita das tuas dolorosas contradições
 Sou feita de toda tua pluralidade
 Sou feita do que não pude aprender
 De saberes de uma ancestralidade
 Recusada e apagada
 Renovada e desimaginada
 Sou feita de terra batida e cimento
 De legados de colonialidade
 E urbanidades reinventadas
 Sou chona sou luço sou changana
 Sou identidade sem rótulo
 Sou etnias cruzadas s/em clausura
 Sou africana simplesmente
 porque sou.
 Não tenho como desfazer
 As tuas montanhas dos meus olhos
 Nem tenho como remover os teus rios
 Do meu útero
 Minha melanina são as tuas poeiras e estrelas.
 Nos meus ossos fracturam-se
 As lutas que não lutei
 E que hoje me deixam re-existir
 Não tenho como deixar de amar
 Todos que te plantam com cuidado

Estás nos meus sonhos e desejos
Estás na forma como me tormento
Com a expropriação
Que chamam de desenvolvimento
Na forma como te deixei
Sem nunca deixar-te
Só para voltar a ti
Porque sempre te pertenci
Estás na forma como carrego
Samora e Sankara
E ainda acredito que a luta
continua
E se assim sou, é porque sou tua

E acredita, se me fizer nómada de
novo
Viajando meu corpoalma com
fome de mundo
Me mantereis tua, serei sempre tua
Porque sou de ti e para ti:
Africana simplesmente.
- quando questionam se sou
africana.

(Tassiana Tomé, poesia,
01/09/2016)

5 O CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO EM MOÇAMBIQUE/ÁFRICA

No capítulo anterior tratamos da perspectiva de uma articulação dos feminismos do Sul-Sul, a partir da relação Brasil/América Latina - Moçambique, em diálogo com os feminismos africanos e moçambicanos e com as agendas de lutas das mulheres em âmbito global. Discutimos algumas categorias fundamentais para a análise desse trabalho e trouxemos as falas das atrizes políticas para colocar em relação, nas quais se podem vislumbrar as pluralidades dos *feminismos africanos*¹²⁹. Neste capítulo queremos trazer um quadro de como se organiza o campo¹³⁰ dos estudos de gênero no país, seu diálogo com os estudos de gênero em África e também em âmbito transnacional, assim como sua contribuição para as lutas dos movimentos sociais.

Este capítulo tem uma peculiaridade: ele não estava planejado, mas foi se fazendo no decorrer da pesquisa, emergindo na primeira etapa do trabalho de campo, das posteriores entrevistas e do encontro com documentos históricos que me levaram ao compromisso de escrevê-lo. Ele resulta do respeito que criei com o campo de pesquisa, com as intelectuais que concederam seu tempo e se soma aos esforços do “corredor de saberes”, para proporcionar um panorama da sua história, dos temas que vem sendo debatidos, das perspectivas, das controvérsias, das conexões e das tensões. Não tem a pretensão de ser exaustivo, mas de organizar as informações obtidas nesse período, tendo a consciência de que teria potencial para a escrita de uma outra tese, com uma reflexão eventualmente muito mais aprofundada.

O objetivo aqui é perceber parte da trajetória das acadêmicas, sua constituição epistemológica e sua área de influência e como essas influenciaram na formação de um campo de estudos de gênero moçambicano. Discutimos algumas categorias fundamentais para a análise desse trabalho e trouxemos as falas das atrizes políticas para colocar em relação, de onde emergem as pluralidades a partir das

¹²⁹ Grafia minha ainda na qualificação, quando percebi no trabalho de campo que não se pode falar de um feminismo em África.

¹³⁰ Utilizamos o conceito de Campo a partir da concepção de Pierre Bourdieu (2012), ligado a ideia de poder simbólico onde as lutas entre os agentes determinam, validam, legitimam representações. No campo se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores, assim como se determina quais valores e rituais os constituem, impondo significações como legítimas. O campo nunca está pronto, mas sim em processo, em construção.

seguintes questões: Como o campo dos estudos de gênero se configura em Moçambique? Qual a visão das intelectuais sobre os estudos de gênero e feministas em Moçambique? Como esses estudos se relacionam no âmbito da África Austral e com outros países africanos? É possível falar da constituição de um campo dos feminismoS africanoS? Qual a agenda política e epistemológica desse campo?

Preocupada com essas questões, entrevistei as antropólogas Ana Loforte, Carla Braga, Esmeralda Mariano e Maria José Arthur, as sociólogas Isabel Casimiro, Rehana Carpuchande e Conceição Osório, a assistente social Terezinha da Silva e a historiadora Teresa Cruz e Silva. A partir das entrevistas fizemos a análise do conteúdo e identificamos as seguintes categorias: Gênero, Feminismos africanos, Relação academia e movimentos sociais; Temas controversos. Verificamos uma pluralidade de opiniões que revelam várias tendências, incluindo consensos e dissensos em alguns pontos. Entendemos que os dissensos que existem são uma expressão de vitalidade, da existência de um pensamento crítico e não monolítico. Há diferentes pontos de vista sobre os temas, assim como compreensões e conceitos, conforme se poderá observar nos próximos itens. Para o efeito, partiremos de uma contextualização geral do campo dos estudos de gênero em África e depois afunilaremos nossa reflexão ao contexto moçambicano em particular à medida que avançarmos na reflexão.

5.1 OS ESTUDOS DE GÊNERO NO CONTEXTO AFRICANO: UM CAMPO EM CONSTITUIÇÃO?

Amina Mama, em reflexões publicadas nos anos 2002, 2011 e 2013, respetivamente, apresenta dados que nos ajudam a entender o contexto de emergência do campo dos estudos de gênero em África. A autora, fazendo referência à Mkandawire e Soludo (1999), pontua que na década de 1990 os governos africanos gastavam até US\$ 4 bilhões por ano na contratação de mais de 100.000 consultores técnicos expatriados. Segundo ela, a qualidade dessa orientação e conselho externos pode ser medida pelas altas taxas de falha no planejamento dos projetos de desenvolvimento, amplamente mal sucedidos no continente.

Para Mama (2002) a teorização e o direcionamento do desenvolvimento continuam a ser em grande parte impulsionados externamente e cada vez mais tecnocráticos, enquanto as instituições públicas dos diversos países do continente permanecem incapacitadas, sendo muitas delas totalmente inaptas, deixando populações inteiras

reféns de empreendedores militares e econômicos, inseguros e com pouco serviço público ou proteção.

Em outro texto, Amina Mama (2013) argumenta que há necessidade de construir capacidade intelectual e institucional estratégica para a libertação das mulheres, buscando entendimentos localmente relevantes de relações de gênero, cada uma nos seus mundos “distintos e especiais”. Isso pode tornar-se a base de conhecimento para as lutas e para desenvolver soluções, caseiras que orientam as decisões sobre quais aspectos das ferramentas e receitas genéricas servem aos propósitos das mulheres africanas. Como ela sustenta em suas próprias palavras:

Precisamos trabalhar para um engajamento mais ativo e calculado e consciencioso entre teoria/pesquisa e política/prática. Em nossos contextos carentes de recursos, isso requer formas particulares de trabalho em rede e de construção de comunidade. Onde não temos recursos para instituições separadas, vamos trabalhar para trazer nossos teóricos e praticantes bem fundamentados, e as pessoas juntas, para promover um envolvimento mais profundo entre a construção do conhecimento e a transformação social. Vamos trabalhar juntos para desencadear as capacidades críticas e criativas de tantas mulheres quanto possível, para que possamos realmente fazer um trabalho melhor de avançar o desenvolvimento deste continente, usando o que Amílcar Cabral famosamente chamou de "a arma da teoria" para trazer a nossa libertação (MAMA, 2002, p.6).

Nesse sentido, o feminismo oferece uma agenda “radicalmente subversiva” que vai na contramão de todos os interesses imperiais e das principais instituições regionais nacionais e africanas. Isso desafia a empurrar os limites e reverter os valores mais profundos das pessoas, aproveitando rapidamente as oportunidades, antes que elas se fechem novamente, analisa Mama (2002). Para ela a distância entre a teoria e a prática tem consequências para quem se preocupa com a justiça de gênero.

(...) o diálogo entre teoria e prática deve ser cuidadosamente cultivado se quisermos ir além do serviço passivo. Requer espaços reflexivos em que teoria e prática são reunidas em um compromisso

crítico. Requer atenção estratégica às condições contextuais internacionais e nacionais e maior sensibilidade às maquinações micropolíticas das diferentes culturas institucionais que prevalecem nas organizações e redes acadêmicas, ativistas e burocráticas (MAMA, 2002, p.6)

Ao ser indagada sobre a tendência contra o intelectualismo entre alguns ativistas, devido ao fato de que muitas vezes serem mulheres privilegiadas, brancas ou negras, de classe média, que ainda dominam representações e análise das lutas de gênero, Mama faz uma reflexão sobre a importância de as mulheres disputarem o poder acadêmico e as ferramentas intelectuais que levam a obter a justiça de gênero, como o conhecimento e a informação, a pesquisa, a capacidade de comunicação e de escrever:

Como mujeres no nos debemos privar a nosotras mismas de las herramientas intelectuales que nos pueden ayudar a obtener la justicia de género. El ámbito intelectual ha sido utilizado para reprimirnos. No podemos ignorar la importancia del trabajo intelectual, especialmente en este siglo XXI donde el conocimiento y la información definen más que nunca el poder. Por esto ponemos mucho énfasis en nuestro *African Gender Institute*, donde las mujeres se comprometen con la teoría y el análisis desde una perspectiva militante, y desarrollan estratégicamente herramientas útiles con un buen uso de la tecnología de la información, la investigación y las capacidades de comunicar, enseñar, formar y escribir. No creo que este objetivo de conocimiento, o de trabajar en la universidad, sea un signo no africano o no feminista. Todo lo contrario, son ámbitos que debemos incorporar en nuestras preocupaciones, transformarlos en espacios que sirvan a nuestros intereses colectivos en lugar de dejarlos que continúen perpetrando violencia teórica y práctica contra las mujeres (MAMA, 2013, p. 20-21).

Em um texto de 2011, Amina Mama faz uma retrospectiva de quatro décadas desde o estabelecimento do primeiro curso de 'mulheres na sociedade', em 1979 na Universidade Ahmadu Bello, na Nigéria, e de

uma década e meia do programa continental para fortalecer o feminismo nos estudos de gênero e mulheres africanos, questionando os resultados alcançados nesse período.

Segundo ela, os movimentos feministas se tornaram mais assertivos e influentes na África, levando a um aumento significativo de estudantes, acadêmicos/as, ativistas e escritores/as engajados/as em bolsas feministas em toda a região naquele período. Foram criados centros de estudos sobre gênero e mulheres, programas de ensino e projetos de pesquisa, incluindo as primeiras iniciativas na África francófona (Senegal e Burkina Faso). Muitas feministas acadêmicas trabalharam em disciplinas e perspectivas, dentro e fora das instituições acadêmicas e às vezes borrando as fronteiras nacionais para se apoiarem mutuamente, o que resultou numa percepção do valor de seu trabalho, tanto local como internacionalmente (MAMA, 2011).

One major achievement of the last decade has been the growth of feminist networking that spans academic and activist communities. Feminists working in Africa now feel a new level of community, one that is not merely imagined. It is most strongly felt amongst those who have moved from visioning and imagining what this would mean, into sharing the work of thinking, designing and carrying out projects and building relationships grounded in feminist practice. The active use of web and social networking technologies has meant the additional benefit of creating a virtual space that extends far beyond the meetings and workshop spaces that have been created. However, the creation of the treasured spaces that have allowed dozens of Africa's feminist thinkers to come together at various African locations and carry out collaborative work on intellectual projects is historic (Idem, p.17)¹³¹.

¹³¹ Uma grande conquista da última década foi o crescimento de redes feministas que abrangem comunidades acadêmicas e ativistas. As feministas que trabalham na África sentem agora um novo nível de comunidade, que não é meramente imaginado. É mais fortemente sentido entre aqueles que passaram a ver e imaginar o que isso significaria compartilhando o trabalho de pensar, projetar e realizar projetos e construir relacionamentos fundamentados na prática feminista. O uso ativo de tecnologias de redes sociais e da Web significou o benefício adicional de criar um espaço virtual que se estende muito além dos espaços de reuniões e workshops que foram criados. No entanto, a criação de espaços preciosos que permitiram que dezenas de pensadoras feministas africanas se

Segundo a autora, a experiência da rede intelectual feminista na África ressalta a importância dos espaços e projetos intelectuais autônomos que permitam a articulação de agendas de pesquisa e o desenvolvimento de metodologias sintonizadas com contextos locais, lutas de gênero e desafios. “It is clear that feminists in Africa need to be both globally informed and locally grounded, and able to work across multiple institutional sites if they are to be effective”¹³² (MAMA, 2011, p.18).

Mama (2002, p. 2) avalia que essas práticas moldam e são moldadas pelos compromissos críticos contínuos com a teoria e as ideias dos tempos atuais, informadas pelas lutas coletivas de ativistas e acadêmicas em toda a África e além dela. Décadas após as independências, conhecedora das políticas globais desiguais de produção de conhecimento, ela afirma o direito do continente africano atrair e contribuir para a cultura intelectual internacional e transformá-la para seus próprios fins.

Nossas academias também forneceram um fórum para muito pensamento crítico e visão, mas ideias desafiadoras nem sempre foram bem-vindas: nem por nossos políticos, nossos governantes militares, nem por instituições financeiras internacionais. Como resultado, muitos acadêmicos/as se voltaram para o serviço passivo de governos, e aqueles que não o fizeram, foram frequentemente marginalizados e constrangidos. Como resultado, a liberdade intelectual foi severamente comprometida. Hoje, se abraçamos passivamente e sem crítica a "globalização" e a "mercantilização", adotando alegremente cada nova receita de "boa governança" ou mesmo "igualdade de gênero" - se não conseguirmos interrogar os paradigmas e ferramentas e preenche-los com nosso próprio significado e interesses, corremos o risco de comprometer ainda mais a nossa capacidade, reduzindo o nosso papel histórico como defensores dos interesses do nosso povo, e prestando um

reuniram em vários locais e realizassem trabalhos colaborativos em projetos intelectuais é histórico (tradução livre da autora).

¹³²É claro que as feministas na África precisam ser globalmente informadas e localmente fundamentadas, e capazes de trabalhar em vários sites institucionais, se quiserem ser eficazes (minha tradução livre).

serviço descuidado aos interesses das instituições financeiras internacionais que dirigem o 'desenvolvimento' (MAMA, 2002, p. 2).

Mama escreveu esse texto para a Conferência que proferiu no Congresso Mundos de Mulheres, em Uganda, em 2002, quando já alertava:

A conversa que começamos hoje sugere que, ao procurar aprofundar e ativar as conexões entre o trabalho político, intelectual e prático, precisamos levar em conta constante a mudança do terreno global, regional e local. Precisamos estar atentos às implicações de, por exemplo, o predomínio sem precedentes dos EUA no mundo atual e as ramificações de gênero do militarismo global que estão sendo propostas sob a “guerra contra o terror”.

Ela propunha imaginar e trabalhar em direção a uma série de mobilizações interconectadas e alianças, um alto nível de capacidade analítica e estratégica, que combina experiência e conhecimento adquiridos localmente com a perspicácia no plano internacional. Mama (2002) lembra que setores do feminismo acadêmico confiam em movimentos organizados para desafiar o poder e provocar mudanças. Para ela “conhecimento” sem poder não chega muito longe: “As feministas que gastam tempo fazendo trabalho intelectual, portanto, têm a responsabilidade de resistir ao isolamento acadêmico e permanecer conectadas aos movimentos de maneiras que permitem que as ideias desafiem o poder” (Idem, p. 8). Esse é o desafio que se coloca para a academia e o ativismo em âmbito global.

Molara Ogundipe (2013) ressalta de modo contundente que os estudos de gênero e o trabalho social decorrente dessa problemática se converteram em moda e numa indústria em África. A partir da sua experiência concreta na Nigéria a autora argumenta que lá, nos anos 1970, o feminismo era uma tendência recente e os movimentos atuavam nos marcos de uma sociedade patriarcal e uma reação adversa ao feminismo, sendo ignorado, criticado ou alijado pelo e no espaço acadêmico, inclusive por mulheres. A investigação acadêmica nesse campo não era respeitada e nem considerada legítima. Ela analisa os efeitos desse processo:

Los prejuicios se expresaban en cuestiones como: ¿Pueden hacerse estudios sobre la mujer dentro de la crítica literaria o de la sociología? ¿Los estudios feministas se pueden evaluar y premiar en términos académicos? ¿Se puede obtener más nivel académico asistiendo a conferencias o encuentros feministas? A su vez, estas cuestiones indicaban problemas mayores que podías tener con los jefes machistas de departamento. Ahora, todo el mundo se ha subido al carro: los hombres de hoy en día se lanzan sobre el campo del feminismo y de los estudios de género, por supuesto sin haber estudiado o valorado los trabajos precedentes de las mujeres intelectuales. La tendencia actual es la de enseñar los trabajos de y sobre las mujeres como «los» expertos. La de Ogún era una nueva universidad concebida como las de los Estados Unidos. El Estado de Ogún tenía la visión de que cada estudiante debía pasar por los estudios africanos y los de agricultura, así serían autosuficientes. Todos los alumnos estaban fuera de los campus para enzarzarse en las granjas y aprender tanto la teoría como la práctica. En esta situación pionera y excitante de construir algo nuevo, me fue fácil introducir las ideas y las acciones feministas, así como diversos grupos de trabajo. A pesar de la consternación de los conservadores en esa universidad, podíamos conseguir un impacto feminista en el campus, especialmente en el ámbito del acoso sexual. También intentábamos cambiar las condiciones de servicio de las mujeres de un modo positivo. Es interesante la cantidad de hombres que se negaban a compartir las responsabilidades matrimoniales para así mantener su dominio masculino. Pero esto fue en los ochenta. Desde entonces, los cambios políticos y nacionales, entre ellos la devaluación de la vida en Nigeria, por causa de los ajustes estructurales impuestos por los programas del FMI, ha llevado a reestructurar los roles dentro de la familia y del matrimonio. Las aportaciones de las mujeres son agradecidas y utilizadas públicamente (OGUNDIPE, 2013, p. 41-42).

Esmeralda Mariano considera que essa indústria do desenvolvimento influencia nas agendas e no resultado da pesquisa e aonde se quer chegar também na atualidade:

Não há dúvida nenhuma de que há influência. Nós pegamos na pesquisa que é o nosso campo. Aqui na academia a pesquisa é a chave, informa as lógicas e as óticas de desenvolvimento, informa os estudos. Então, as próprias relações a nível mundial, entre países, são definidas por agendas políticas que muitas vezes não são completamente compartilhadas e percebidas. São baseadas em lógicas de supremacias, de lógicas onde as relações de poder são assimétricas e as definições das próprias pesquisas não definidas de acordo com o que é o interesse local (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

Entretanto, Mariano aponta outras formas de construir um desenvolvimento a partir das realidades locais e na contramão da lógica hegemónica exógena:

Qualquer desenvolvimento tem que combinar a percepção local sobre algum conhecimento e fenómeno, em articulação com outras formas, por que nós bebemos. Como contei da minha história: eu não sou um produto puro, eu sou um produto misturado, sou um produto híbrido, sou um produto que vai absorvendo e vai definindo. Na história de Moçambique temos tantos elementos que nós fomos incorporando e que depois chamamos nossos produtos. São redes, são relações que vão multiplicando, mas que vão sempre atando, sem desligar completamente. É como o nó do *n'tehe*. A lógica do desenvolvimento precisa ser de forma articulada, negociada, fluida, e não uma visão que seja imposta. Nós sabemos quais são os limites das imposições. São muros, são barreiras. Se eu falo de um *n'tehe* ou da capulana, o significado profundo desses elementos é que nos permitem falar e pensar como é que nós podemos "usar" um conhecimento, não na ótica utilitarista, mas apropriar-nos desse conhecimento, torná-lo inteligível, acessível, compartilhado, por que faz parte da cosmovisão,

faz parte de uma lógica que pode não ser entendida para si, na outra lógica do desenvolvimento, onde já vem definidas as regras. Não vai se encaixar por que há uma barreira inclusive em termos de conhecimento e aproximação de interesse por um conhecimento. Na minha experiência de investigação, não só na área de gênero, mas na área da medicina (dialoguei muito com médicos, médicos tradicionais, ginecologistas, enfermeiros e mulheres no processo da minha formação e no meu doutoramento), percebi que as ciências sociais e as ciências naturais ainda estão muito fechadas, há muitas fronteiras, há muitas barreiras. Para entender todos os processos de desenvolvimento, de crescimento e que é preciso nós dialogarmos, é preciso entendermos várias linguagens. Do meu ponto de vista uma abertura e uma aproximação é uma riqueza para nós enquanto indivíduos. E depois para percebermos a funcionalidade e como é que as estratégias de desenvolvimento podem ser efetivamente construídas com alguma eficácia e algum benefício para todos. Acho que é um processo de estabelecermos comunicação e do como esta pode ocorrer (Idem).

Uma das questões que coloquei para as acadêmicas é se elas consideram que existe um feminismo africano ou feminismos africanos. Esse é um tema que dilui as controvérsias que existem entre elas acerca de outros temas, pois são unânimes em afirmar que existem “feminismos africanos”, ainda que cada uma tenha um modo diferente de pensar sobre essa categoria. A professora do Departamento de Sociologia, Rehana Carpuchande propõe que se use o termo no plural:

O que acontece por exemplo na Nigéria, no Quênia, não é a mesma coisa que acontece na África do Sul e em Moçambique e uma vez que estamos a falar que dentro do próprio Sul há diferenças, mas dentro do africano também há. Então prefiro falar no plural, dos vários. Olhando para a realidade de Moçambique, as instituições ligadas a pesquisa, temos a WLSA, que tem uma maneira específica de fazer a investigação, o quadro epistemológico que guia suas pesquisas é fortemente marcado pelos quadros epistemológicos do Ocidente. Pra

elas o gênero é categoria fundamental de desigualdade em todos os contextos e acaba ofuscando as outras formas de desigualdade que podem ser consideradas.

Olhando que dentro da categoria “gênero” há também diferenças, como a sogra e a nora, a irmã mais velha da irmã mais nova, desta com outras pessoas de outros laços que possa criar. Isso faz com que elas produzam uma forma muito específica de ver essas questões que nós falamos que são muito mais conservadoras nesse sentido, mas por exemplo, temos casos em que as pessoas fazem pesquisas individuais (no Departamento de Antropologia, de Sociologia) temos investigadores que formaram-se todos no Ocidente (Inglaterra, Bélgica, Holanda, Estados Unidos) e que começam a produzir um conhecimento que é um pouco diferente daquele muito radical que a WLSA faz. Por vezes se tem forçado essas desigualdades, onde até poderiam ver outras formas de poder, por lados subjacentes, que não são necessariamente essa discussão binária homem e mulher, da qual não há outras formas de ver e outras leituras que se possa fazer. Esses exemplos para dizer que vamos falar de vários feminismos, até mesmo o próprio africano, por que as pessoas têm essas orientações diversas e depois de voltarem das suas formações são livres. Enquanto estão na formação são obrigadas a ficar formatadas, pois querem terminar a sua formação. Dizem que você é livre, mas aquela correção que te faz, você não sai enquanto não fizer do jeito que querem. Mas as pessoas regressam e tem essas investigações com outras abordagens que mais dia menos dia vamos começar a mostrar. Se houver fundos, serão pesquisas para a produção das próprias teorias. E vamos sair daquela ideia de que África, o Sul de um modo geral, não produz teoria, apenas é matéria-prima e que as teorias são produzidas no Ocidente (Rehana Carpuchande, entrevista em 16/12/2017).

Perguntei à antropóloga Carla Braga se em África existe um campo do feminismo e se a categoria feminismo já não é útil e o que poderíamos

pensar para explicar a luta e o poder das mulheres. Ela explicitou seu ponto de vista dizendo o seguinte:

Eu já não sei qual seria o termo e não me preocupa muito. Mas há esforços de teóricas mulheres que tem trabalhado nessas áreas as quais valorizo bastante. Estou a pensar em termos teóricos na Oyèrónke Oyèwùmí, nas velhas dinossauras, Amina Mama e Fatou Sow¹³³...todas elas vão nessa esteira. Portanto, sim, vamos pensar os direitos das mulheres, vamos pensar na equidade. Vamos olhar para a questão da desigualdade e da dominação, mas vamos olhar para a realidade de África e o que isso nos ensina e nos traz. E acho que as contribuições são muito grandes. Não só para o movimento de mulheres em África, mas para o movimento global. Mostrar de alguma forma o que havia de limitações nesse pensamento feminista pensado desde o Ocidente (Carla Braga, entrevista em 30/10/2017).

Indaguei também como isso influenciou concretamente as suas pesquisas, os seus estudos, o seu olhar, sua trajetória acadêmica, seus trabalhos, e ainda, sua forma de ser docente, as abordagens das suas aulas:

Eu acho que isso faz parte de mim, de quem eu sou, que vai comigo no que quer que eu faça. Muitas vezes não precisa até de ser verbalizado. Essas questões são um pouco reflexivas, nos primeiros trabalhos havia muito presente a noção de gênero, mas era mais explícito. O que eu noto, olhando um pouco para trás, eu não menciono como objetivo, mas a dimensão de gênero está sim...é por que não é possível não estar. Acho que é um mal pesquisador é que não leva isso em conta. Como tu podes entender a realidade, entender o social deixando essa questão de fora, não consigo sequer entender. Seja o tema que estiver em causa: o meio ambiente, agricultura, saúde, educação, não imagino ciências sociais que não leve em conta essa dimensão (Carla Braga, entrevista em 30/10/2017).

¹³³ Esta intelectual é senegalesa.

Conceição Osório, no entanto, tem uma opinião diferente:

Há coisas interessantes, mas não pode-se dizer que é um feminismo africano, temas que surgem, novos, com estudos recentes sobre as mulheres que combateram nas lutas pela independência nacional ao lado dos movimentos de libertação. O que nós encontramos são as estudiosas que pesquisam esse tema, como essas mulheres se comportam no período pós-colonial e é interessantíssimo que vários estudos mostram que elas comportam subordinando-se aos homens que foram militantes também. Elas na hierarquia eram subordinadas. Então são temas novos que aparecem, perspectivas novas (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

As entrevistas e reflexões teóricas me levam à compreensão da emergência dos estudos de gênero na África, partindo de estímulos externos, mas que encontraram um vasto campo de necessidades concretas de refletir e propor ações para a construção da igualdade entre homens e mulheres. Dessas possibilidades que chegaram com as “ajudas” e financiamentos, as acadêmicas e ativistas tiveram a capacidade de construir uma agenda de pesquisa e de ação que atendessem às dinâmicas locais. Do ponto de vista teórico, as diversidades de visões se revelam uma potência para ampliar as análises sobre o campo, como verificamos na sequência.

5.2 O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO E A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UEM/CEA

As relações históricas entre a academia e ativismo tiveram como marco o discurso de Samora Machel intitulado “A classe trabalhadora deve exercer o poder na frente da ciência e da cultura”, proferido em 1º de maio de 1976, quando da (re) fundação da Universidade Eduardo Mondlane¹³⁴. As ideias desse discurso me estimularam a incluir esse capítulo, principalmente quando Machel justifica que o nome de um dos

¹³⁴ Criada ainda durante o colonialismo, em 1962 foi fundada com o nome Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Em 1968 passou a ser Universidade de Lourenço Marques. Após a independência, em 1976 recebeu o nome de Universidade Eduardo Mondlane.

líderes da LALN, Eduardo Mondlane, marca uma nova fase da vida da instituição, pois se trata de um homem que permaneceu ligado à sua origem popular, que nunca ocultou sua origem trabalhadora e que manteve sua identidade e fidelidade para com os pobres, os humilhados e os explorados de Moçambique e do mundo:

Através deste ato não é pois Eduardo Mondlane que vem à Universidade, é a Universidade que vem a Eduardo Mondlane, o que vale dizer, é a Universidade que vem ao povo, não para o servir como entidade exterior mas para nele profunda e definitivamente se enraizar (MACHEL, 1976, n.p.).

Nesse discurso Samora Machel lançou os desafios do combate por uma “Universidade Nova”, para a conquista de um novo conteúdo, por uma universidade mergulhada nas raízes da realidade nacional, voltada para investigações sistemáticas que levassem ao conhecimento profundo do país através da reestruturação dos cursos, da organização do trabalho nas escolas e da orientação da pesquisa dentro de uma visão revolucionária. Para tal a UEM deveria estar aberta aos filhos do povo moçambicano e também aos operários, camponeses e ex-combatentes, que seriam formados por docentes comprometidos com o processo de transformação:

Ao professor militante compete essencialmente a tarefa de ensinar. O professor militante deve, porém, executar a sua tarefa identificando-se com a classe operária e camponesa, com a sua ideologia, com a sua prática. Através do seu exemplo e da sua ação deve criar as premissas para a formação de uma nova mentalidade. Compete-lhe libertar a iniciativa criadora do estudante, estimular o caráter coletivo da aprendizagem, aprendendo dos alunos e da natureza que o rodeia, para sintetizar a experiência e fornecer novas ideias (MACHEL, 1976, n.p.).

Foi com essa visão que os quadros da UEM seguiram seus percursos e se envolveram no projeto acadêmico, influenciadas/os pelo método do brasileiro Paulo Freire, como revela a entrevistada a seguir,

quando questionamos se tinham a consciência de que usavam esse método:

Sim, por que a gente leu muito, era uma das leituras proibidas no tempo colonial e a gente lia. Paulo Freire esteve na Tanzânia, aliás ele escreve uma coisa sobre a presença dele na Tanzânia e Guiné Bissau. Então esses eram métodos que eram seguidos, nós tínhamos muitos padres progressistas que tinham essa ligação, que também seguiam isso (Isabel Casimiro, entrevista em 25 e 26/01/2018).

O CEA foi fundado em 1976 e sua história se confunde com o período de Moçambique pós-independência, pois sua atuação tem se pautado pela constante sintonia com os temas de interesse do país, da sociedade, de pesquisadores/as do mundo inteiro que veem no Centro um espaço de acolhimento para a realização de suas pesquisas sobre Moçambique. Eu, por exemplo, fui recebida como pesquisadora associada, o que me garantiu as credenciais e abriu portas para o trabalho de campo¹³⁵.

Ao analisar as dinâmicas de pesquisa do CEA, Carlos Fernandes (2011) propõe abandonar as dicotomias e binarismos, a simples oposição entre autonomia da pesquisa social e a sua redução a uma função ideológica. Ele mostra que a exigência de uma visão eurocêntrica de uma pesquisa “pura”, “objetiva” e livre de valores não permitiria a compreensão do contexto social e político que determinou as prioridades de pesquisa do CEA.

Foi o “engajamento crítico” do CEA na produção de conhecimento científico-social que tornou seu trabalho relevante e importante para amplos setores dentro e fora da academia, fortalecendo o diálogo inclusive com os movimentos de mulheres e feministas, como podemos verificar. O discurso do primeiro Reitor da UEM, Fernando Ganhão (1976), sobre os “problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais” revela a opção por uma prática voltada para a mudança das condições sociais a partir do paradigma teórico e análise marxista da sociedade. Nesse caminho, para o CEA a “pesquisa deveria ter um papel

¹³⁵ Não farei uma densa retrospectiva do CEA. Para quem tiver interesse recomendo a tese de Doutorado de Carlos Fernandes (2011) intitulada “Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique Pós-Independente: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990”, orientada pelo Professor Valdemir Zamparoni, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

imediatamente e ativo no processo de transformação socialista” sendo necessário “fazer da pesquisa social um instrumento prático para a revolução moçambicana”, sem, contudo, deixar de fazer a crítica e as relações necessárias com outros setores da sociedade, especialmente com ativistas das organizações de mulheres e feministas que saíram da universidade, como ilustra a fala de uma das entrevistadas:

Sim, a universidade teve um papel fundamental e se algumas ativistas não reconhecem isso hoje é por que elas não sabem como foi a história. Por que nós estivemos presentes em todos os momentos: na criação na OMM e da UNAM, a gente estava lá e fazia as pontes. Eu creio que fazer pontes foi sempre muito importante. Eu fico muito triste quando alguém diz "vocês as acadêmicas". Há acadêmicas que fazem essa separação, mas há uma história que mostra que isso não aconteceu. Ainda outro dia falava sobre o papel do CEA, que eu não posso dizer que era um braço do Partido Frelimo, mas grandes pesquisas foram feitas que apoiaram suas medidas, por que a questão era estudar Moçambique no contexto da África Austral, contribuindo para a construção do socialismo em Moçambique, e nem sempre o Partido Frelimo gostou dos estudos do CEA, havia guerras ali. Essa história do Michel Caen e outros dizerem que isso aqui era um braço do ANC¹³⁶, não é bem assim, havia lutas ali e eu acompanhei muitas delas entre o pessoal do ANC que estava lá, nós, o Aquino de Bragança, que era a pessoa que teve um papel fundamental nisso, porque ele foi o Ministro sem pasta. Como um acadêmico, um homem visionário, ele foi um pesquisador, mas nunca deixou de estar do lado do Samora Machel e apoiá-lo em todos os momentos importantes. Ele recebeu um *honoris causa*, mas deveria receber muito mais. Ele conseguiu criar o CEA, mantê-lo com todos os apoios que tinha, mas defendia uma pesquisa comprometida com a construção desse país e sempre em articulação. O curso de desenvolvimento o que era? Com gente da luta

¹³⁶ ANC é a sigla de African National Congress, que é o nome do Partido Sul Africano que conduziu o fim do Apartheid, liderado por Nelson Mandela, entre outros/as.

armada, com trabalhadores em diversos Ministérios que estavam a ser preparados para melhor realizarem o seu trabalho em todos os cantos. O que foi por exemplo, a Faculdade para Antigos Combatentes e Trabalhadores/as de Vanguarda (Isabel Casimiro, entrevista em 25 e 26/01/2018).

Esse “engajamento crítico” do CEA é composto por características, segundo Fernandes (2011), relacionadas com as três inovações que realizou no campo da pesquisa no período pós-independência: um trabalho de pesquisa de carácter coletivo (brigadas de pesquisa com autor coletivo). Estas pesquisas enfatizavam a “unidade entre a teoria e a prática”, o que implicava em um desenvolvimento socialista que fizesse a ruptura com a historiografia colonial e a escolha de uma nova “teoria para a mudança social”.

Este binómio teoria-prática significava também uma ligação estreita entre ensino teórico e pesquisa empírica da realidade socioeconómicas moçambicana. Era, por outro lado, uma pesquisa colectiva que estava preocupada com a libertação nacional dos países da África Austral sob domínio da África do Sul e do regime rodesiano. Daí então a grande divisa do CEA ser o de “analisar Moçambique no contexto da África Austral” (FERNANDES, 2011, p. 252).

Na entrevista realizada com Isabel Casimiro, ela fala que a ligação entre teoria e prática foi “uma criação fantástica, que está sendo estudada por uma estrangeira, por que ninguém aqui estuda”. Mas o que significa esta ligação entre teoria e prática? De acordo com a entrevistada,

É essa articulação entre academia, essas associações, as organizações do governo. Creio que se hoje a gente deixar algum legado é porque conseguimos fazer essa articulação e mostrar como naquele poema do Antônio Quadros, ‘Os pés da Mesa: tem ela três ou quatro pés, se tu cortas um o que vai acontecer? Se a mesa tem quatro pés e tiras um alguma coisa acontece’. Então essas articulações vão ser imperfeitas se nós não fizermos. Eu acho que intuitivamente, ou por causa

da formação que eu tive, não sei se alguma vez parei para pensar nisso, mas era daquelas coisas: vamos, é importante fazer essa articulação. O FM surge muito por causa da necessidade de articular tudo, porque cada um estava no seu espaço e eu acho que em certa medida nós conseguimos fazer isso: articular. Hoje já não sei se é possível fazer isso, mas naquele momento a gente conseguiu. Conseguimos fazer coisas em conjunto (Idem, Entrevista em 25 e 26/01/2018).

Outra característica é de uma pesquisa de caráter urgente e atual voltada a examinar as estratégias de desenvolvimento do Partido/Estado e as suas validades para a transformação social de Moçambique. Ou seja, uma pesquisa com o propósito de gerar um conhecimento com uma função prática na sociedade, uma ciência social “aplicada” e que refletisse sobre os desafios da “transição socialista”. Era uma pesquisa preocupada com a formação de estudantes universitários e quadros do aparelho do Estado (através do Curso de Desenvolvimento) e comprometida em criar formas de disseminação e debate dos resultados das pesquisas, através das revistas “Não Vamos Esquecer!” e “Estudos Moçambicanos”, além dos relatórios de investigação que eram distribuídos.

A partir da observação e das entrevistas, pude compreender que o grande desafio do CEA foi conquistar um espaço em que pudesse exercer a dúvida e de olhar criticamente as causas sociais e políticas que apoiavam. O “engajamento crítico” significava não unicamente revelar as injustiças do imperialismo e, no caso moçambicano, evidenciar a desestabilização promovida pelo regime do *apartheid*, mas de formular questões de como este regime poderia ser aniquilado e como construir uma sociedade socialista em Moçambique. Isso implicava em não somente apoiar o modelo de desenvolvimento proposto pela FRELIMO, mas sim mostrar os seus pontos fracos ou as suas incongruências.

O fato de o CEA ter uma autonomia financeira tanto em relação à universidade como ao governo moçambicano fazia com que a “máquina” da pesquisa e do ensino (no Curso de Desenvolvimento) funcionasse. Estas instituições colaboraram de outro modo, como em questões logísticas, e no caso do governo, na facilitação do trabalho de campo com as comunidades rurais, juntos às estruturas administrativas locais, ou mesmo providenciando transporte para o contato com as comunidades.

É assim, que o CEA pode então ser definido como um “sistema cognitivo” que incorporava distintas

“culturas epistêmicas”, quer dizer, espaços de lutas, tensões criativas onde diferentes pessoas e grupos com distintas práticas, crenças, estratégias, objectos de pesquisa e metodologias, cujos interesses eram por vezes distintos sem contudo abrogar do objectivo primordial de apoiar, através da produção de conhecimento socialmente relevante, para o desenvolvimento socialista de Moçambique no contexto da África Austral (FERNANDES, 2011, p. 244).

Em Moçambique os estudos sobre as relações entre mulheres e homens se iniciaram na década de 1980 e consolidaram-se na década de 1990, cabendo ao CEA, dentro deste novo campo acadêmico, visibilizar e realizar investigação sobre a mulher em uma ótica feminista e de gênero (CASIMIRO E ANDRADE, 2007). O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) surgiu em 1989 no CEA para visibilizar a dimensão do conhecimento sobre as mulheres, que vinha sendo realizado ao longo dos anos, sobretudo na área de Ciências Sociais e Humanas.

Entre as atividades do NEM estava a coordenação nacional do projeto “A Situação Legal da Mulher e o Direito a Alimento”, proposto pela WLSA, em 1990-91; elaborar a bibliografia “A mulher no Desenvolvimento em Moçambique”; estabelecer contatos com organizações governamentais, não governamentais, sociais moçambicanas, regionais e internacionais; realizar outros projetos de investigação e consultorias (CASIMIRO E ANDRADE, 2007). Destacaram-se as seguintes investigações realizadas no CEA: “O Mineiro Moçambicano - um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane”, de Ruth First (Org., 1977)¹³⁷, “A Questão Agrária em Moçambique”, “A Situação da Classe Operária”, “A Actuação do Estado ao nível do Distrito”, “O Papel das Cooperativas de produção e de Consumo”, “A Situação nas Antigas Zonas Libertadas”. Também pesquisas sobre “Trabalho Feminino Rural, Combustível Doméstico e Nutrição” realizado por algumas Faculdades da UEM e a OIT, entre muitos outros projectos de investigação e assessorias e colaborações com organizações externas, que mencionamos no decorrer do texto¹³⁸.

¹³⁷ Este livro foi reeditado pela editora UFPE, em 2015, na Série Brasil & África.

¹³⁸ Durante a pesquisa consultei o acervo do CEA sobre Gênero e Mulheres e me surpreendi com a situação em que se encontra o armazenamento do material. Estava sobre mesas, sem uma organização sistemática, ainda que em outros momentos da história do Centro houvesse uma sala específica para a documentação sobre o tema. No Arquivo Histórico de Moçambique tivemos acesso a vários documentos que revelam a forte presença do debate

Em 1991 seu nome foi modificado para Departamento de Estudos da Mulher e do Gênero (DEMG) após uma reflexão sobre as relações sociais de gênero homem/mulher e a necessidade de ter um ponto de referência para pesquisadoras/es que estudavam ou trabalhavam sobre o entendimento das bases da discriminação da mulher e incorporavam o conceito de Gênero, que nesse período se expandia devido ao contexto de alianças do Estado moçambicano.

O DEMG orientou sua atuação para a investigação-ação, incorporando a perspectiva de gênero nas disciplinas oferecidas e priorizando as seguintes áreas: 1) Organização institucional do DEMG; 2) Participação em projetos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias; 3) Formação dentro e fora da UEM e participação na formação de membros dentro do Departamento; 4) Atividades e Seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Gênero; 5) Ativismo: contribuição para a criação de Associações Nacionais de Mulheres, participação ativa em Associações de Mulheres nacionais, regionais e internacionais, participação em Conferências nacionais, regionais e internacionais; 6) Participação nos órgãos de poder do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais (CASIMIRO E ANDRADE, 2007).

Em 1990 surge no CEA o Projeto WLSA (*Women and Law in Southern Africa Research Trust*) que na avaliação de Casimiro e Andrade (2007, p. 11) contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de gênero, permanecendo no Centro por mais de 10 anos. Esse projeto de investigação “desencadeou a criação de redes de investigadores de estabelecimentos de ensino superior, das instituições do Estado, da Justiça e das associações que iam surgindo”. Assim abriu duas frentes, estimulando o interesse de investigadores/as e estudantes sobre a problemática da mulher com enfoque de gênero e mobilizou outros setores da sociedade em defesa dos direitos humanos das mulheres.

Nesse processo foram igualmente surgindo associações de mulheres, tal é o caso da MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), NUMMA (Núcleo Mulher e Meio Ambiente) e Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no

sobre a situação da mulher no período pós-independência. Entre os documentos encontrei alguns que serão citados no decorrer desse capítulo para ilustrar a riqueza da produção do DEMG/CEA.

Desenvolvimento. Um outro aspecto a considerar está relacionado com a integração da perspectiva de Gênero nos programas do Governo 1994 e 1999, a criação duma Comissão de Assuntos Sociais, Gênero e Meio Ambiente, na Assembleia da República, a partir do primeiro Parlamento multipartidário e dum Ministério da Mulher e da Coordenação da Ação Social. De referir igualmente o surgimento de Núcleos de Gênero ao nível dos Ministérios e das Autarquias criadas a partir de 1998 (CASIMIRO E ANDRADE, 2007, p.10).

O projeto da WLSA Regional foi concebido num encontro realizado em 1988, em Nyanga, no Zimbabwe, com a participação de mulheres e homens acadêmicos, membros de ONGs e ativistas de diversas frentes, oriundos de países da África Austral:

Neste seminário foram apresentados relatórios sobre a situação legal da mulher dos diferentes países participantes, fez-se o balanço da investigação realizada na região, das metodologias e perspectivas de investigação, bem como os desafios para o futuro. Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de caráter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contato com possíveis doadores (CASIMIRO E ANDRADE, 2007, p.11).

A partir de 1990 seis países¹³⁹ aderiram ao projeto regional que visava comparar dados sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral, criando-se a primeira linha de investigação com enfoque de gênero sobre a Mulher e a Lei. A equipe de Moçambique enfrentou dificuldades em aderir ao projeto porque as questões de gênero e legais não tinham entrado ainda na luta pela conquista de espaço acadêmico, no ativismo e nas organizações do Estado, devido à ausência de investigação na área científica legal. Além disso, os estudos sobre Mulher e Gênero

¹³⁹ Os países são Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. A África do Sul e a Namíbia, que haviam tomado parte no encontro preparatório, não puderam participar, devido às sanções internacionais contra o regime do apartheid. A partir de 1996 o Malawi passa a integrar a WLSA.

havia recentemente iniciado no DEMG. A desestabilização ocasionada pela guerra civil dificultou ainda mais a primeira fase das pesquisas da WLSA que se iniciaram em Moçambique entre 1990-92.

As autoras consideram que a equipe moçambicana da WLSA cumpriu com suas tarefas, especialmente “ao nível do desafio epistemológico. Referimo-nos às concepções e metodologias duma investigação-ação, estudo e contribuição dentro duma perspectiva de gênero e feminista e no desenvolvimento duma investigação interdisciplinar real” (CASIMIRO E ANDRADE, 2007, p. 12), que busca também a transdisciplinaridade dos estudos baseadas nas seguintes concepções:

A perspectiva feminista de gênero que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de gênero é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se com as variáveis de cor da pele/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e, a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade, está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projeto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens (CASIMIRO E ANDRADE, 2007, p. 14).

As resistências e contestações por vezes são realizadas dentro do espaço acadêmico quando não há mais possibilidade de negociação, como conta Maria José Arthur em entrevista, relativamente às motivações da greve realizada na UEM no ano de 1999, pela preservação da democracia na universidade e contra a corrupção, que marcou sua trajetória

acadêmica e de outras mulheres, por serem protagonistas desse movimento:

Aquela greve foi um pouco complicada por que não estávamos reclamando salários, mas reclamando uma colegialidade. O Reitor decidiu tirar uma diretora contra a vontade de 97% do corpo docente, e isto numa universidade é completamente inconcebível. Nós sabíamos que havia corrupção e que usavam os fundos da instituição para outros fins e pediam-nos “ah deposita na minha conta”. Mas como assim depositar na sua conta? Nós tínhamos essas provas todas, tudo por escrito e tal, só que numa Universidade destas, é muito complicado contestar um poder tão hierárquico, tão prepotente. E isto caiu muito mal até com os estudantes, por que eles acham que os professores têm que dar aulas. Ou seja, nós começamos com projeto de Universidade que depois muda. A ideia que nós tínhamos do que é a Universidade estava já completamente desfasada depois daqueles anos todos. Depois pagava-se a imprensa para não aceitar artigos nossos, inventavam-se nomes para fazer cartas de opinião e houve uma lista de nomes e diziam que nós éramos o veneno da nação. Mas também depois disso já estou preparada para tudo (risos). Cada vez que eu exprimo posições que sei que não são simpáticas eu sempre penso: “pior que veneno da nação não há, tudo que vier eu tenho que ter costas para isso”. Em 2003 eu saí de vez da Universidade, pedi uma licença ilimitada sem vencimentos (Maria José Arthur, entrevista em 18/12/2017).

5.2.1 Documentos sobre os estudos de gênero na UEM/CEA

A busca de alternativas, permeadas pelo engajamento crítico marcaram a produção de documentos que se sucedeu no decorrer da história do CEA. Durante a pesquisa de campo, pude consultar alguns deles, por exemplo, um memorando interno do Centro, datilografado e assinado de próprio punho por Ruth First e Bridget O’Laughlin, data de agosto de 1980 e intitula-se “Algumas notas sobre investigação preliminar necessária a preparação do Congresso Extraordinário da OMM sobre problemas sociais”. Nele, as autoras analisam a presença das

mulheres na economia rural, no trabalho assalariado na indústria, no emprego doméstico, em profissões e serviços do Estado, na pequena produção e no comércio esporádico e a situação daquelas que vivem e trabalham em casa. Elas apontam os obstáculos à resolução dos problemas e articulam esses espaços ocupados pelas mulheres a três dimensões: a produção, a reprodução e a luta política:

Esta primeira parte das Notas sugere que uma perspectiva sobre problemas sociais bem como a ofensiva contra estes a realizar pela OMM, em coordenação com outras estruturas, exige uma análise positiva dos problemas específicos dos diversos grupos de mulheres nas esferas da produção, reprodução e luta política (FIRST E O'LAUGHLIN, 1980, n.p.).

Foram consultados documentos, relatórios de eventos e de pesquisas, estudos e trabalhos¹⁴⁰. “A luta de libertação nacional em Moçambique e a emancipação da mulher” é o título do documento elaborado pela Oficina de História do CEA/UEM e apresentado por Isabel Casimiro no Encontro de Especialistas da UNESCO, realizado na Guiné Bissau entre 3 e 7/11/1983. O encontro foi denominado “A história de contribuição da mulher para a Luta de Libertação Nacional e o seu papel e necessidade na reconstrução dos Países recém Independentes de África”.

O documento fala da situação da mulher no colonialismo, dos processos de proletarianização, colonialismo e prostituição, e a diferenciação social e a discriminação no ensino, a fundação da FRELIMO e a mulher no pós-independência. Segundo Casimiro (1983) a LALN criou as condições para a emancipação da mulher por sua atuação no exército e no DF. Entretanto ela avalia que:

Os obstáculos não eram físicos. A experiência mostrou as capacidades físicas da mulher para participar em qualquer tarefa. Os obstáculos eram sim de natureza social, resultantes da situação passiva em que a sociedade tradicional havia colocado a mulher – a mulher incultou na sua

¹⁴⁰ Observamos que nesses estudos e trabalhos, elaborados nos anos 1990 a categoria “mulher” aparece no singular, mas nos nossos comentários utilizaremos a categoria “mulheres”, no plural.

mentalidade, no seu comportamento, a convicção da sua auto-inferioridade. De tal modo esta convicção, o peso da tradição que, grande parte das mulheres membros do DF consideravam a sua participação como um momento excepcional da sua vida (Idem, p. 20-21).

Ela relata casos de mulheres bastante ativas durante a LALN que após a independência e após terem casado seus maridos não as autorizaram a participar da vida pública (Idem).

O “Seminário sobre a Mulher e a reconstrução nacional em Moçambique” foi realizado na UEM, em Maputo entre 17 e 22/03/1986, financiado pela Divisão dos Direitos Humanos e Paz da UNESCO, que promoveu uma rodada de atividades em países em contextos de libertação e reconstrução nacional, como Cabo Verde e Zimbábue e relações com Angola, Namíbia e Tanzânia. Participaram organizações representantes da sociedade civil, órgãos do Estado, vários setores acadêmicos da UEM. A propósito desse evento, Isabel Casimiro comenta:

E houve uma coisa boa e bonita que aconteceu nesse encontro, eu nunca mais me esqueço. Foi no Anfiteatro do CEA e nós convidamos mulheres da UGC, camponesas, da OMM e elas vinham a cantar quando foram para a reunião. E depois eu perguntava porque estavam a cantar em changana, e elas: "Olha nós estamos numa reunião na universidade, nós que nunca pudemos estudar na Universidade hoje estamos aqui". Depois, quando fizemos outros encontros para debater o resultado da pesquisa, na UEM ou nos locais onde havia sido realizada, a gente verificava isso. Porque hoje tem mais gente que vai a universidade, mas estamos falando de outro tempo. Com a WLSA, em 1990-95, fazíamos peças de teatro para retornar as pesquisas e ouvir se de fato o que tínhamos anotado era o que elas tinham dito. Nossas assistentes participavam nas peças de teatro, muitas vezes com as pessoas locais. Foi assim que as coisas se foram costurando aos poucos (Entrevista em 25 e 26/01/2018).

De acordo com Isabel Casimiro, esse encontro é considerado um marco na preparação para a Conferência das Nações Unidas em Nairóbi,

no Quênia. O seu Relatório Final aborda o conjunto dos temas relacionados à mulher que foram tratados no período, ainda sob a orientação política do socialismo, como o seu papel na implementação do sistema da justiça popular, a alfabetização, a legislação do trabalho, saúde, a participação política e metodologia de investigação. Para essa última questão foram levantadas várias sugestões, entre as quais a articulação de pesquisas em conjunto entre a OMM e a UEM, um curso sobre metodologia de pesquisa realizado pela UEM para as ativistas da OMM e sugerida a criação do Conselho Nacional de Investigação, previsto na Lei do Sistema Nacional de Educação, para evitar sobreposição de temas e áreas estudadas (Relatório Seminário, 1986).

O trabalho “O Estatuto da Mulher em Moçambique” foi encomendado pela OMM/UNICEF e realizado por Isabel Casimiro e Ana Loforte, em conjunto com Percina Sitói (1988). As autoras avaliam que a LALN “foi o ponto mais alto da luta política desenvolvida em Moçambique, pois pela primeira vez o povo pôde praticar e desenvolver seus direitos políticos e civis” (Idem, p. 17).

A grande maioria dos países africanos baseia sua economia na agricultura, a maior parte da população vive em contexto rural, sendo que a força de trabalho das mulheres que desempenha os trabalhos agrícolas é de 60% a 80%. As mulheres moçambicanas têm uma presença fundamental na agricultura de subsistência do agregado familiar e na produção de excedente para a comercialização. Isso implica em um volume de trabalho realizado no seu cotidiano que não reserva espaço para o descanso. A esse respeito, as autoras constataam que:

A mulher tem um dia de trabalho totalmente preenchido, do nascer ao pôr do sol: nas zonas rurais trabalha 5 a 6 horas por dia nos campos, além disso dispense 7 a 8 horas a transportar água, a procurar, apanhar e transportar lenha, cuidar das crianças, dos velhos, doentes e inválidos, cozinhar, conservar, armazenar e comercializar os produtos agrícolas. (...) ela trabalha em condições precárias, com tecnologia primitiva – a enxada de cabo curto – com as crianças às costas, sem equipamento que a proteja da chuva e da lama, ou dos produtos corrosivos ou tóxicos (Idem, p. 4).

O estudo de Ximena Andrade *et al* (s.d.) intitulado “Conferência Nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Mulher e Meio Ambiente”, foi elaborado pelo DEMG, e o Departamento de Geografia

da UEM. A autora adota um enfoque interdisciplinar e transdisciplinar, apontando preocupações sobre a participação das mulheres no desenvolvimento numa perspectiva de gênero, partindo de uma análise da família e da comunidade dentro do eixo Meio Ambiente:

Tanto no âmbito do trabalho produtivo quanto no doméstico, a mulher mantém uma estreita relação com a natureza. Serve-se dela, através de conhecimentos ancestrais que foram passando de geração em geração, mas, perante as necessidades crescentes, ela transforma-se igualmente em agente de degradação e de destruição da natureza. Esta aplicação de trabalho, e efeitos negativos sobre os processos naturais, recai principalmente sobre a própria mulher. Por conseguinte, as mulheres são, ao mesmo tempo, causadoras e vítimas da degradação ambiental (ANDRADE *et al*, s.d., p. 4).

O ponto de partida do estudo é de que a mulher representa mais da metade da população no país, sendo historicamente a principal responsável pela produção de alimentos, a principal mantenedora do espaço reprodutivo da casa e a “única que assegura a reprodução da força de trabalho” (Idem, p. 4). O estudo considera também que uma política com um modelo de desenvolvimento sustentável necessita da participação das mulheres em âmbito setorial e global, de modo a garantir a segurança alimentar.

O trabalho “A Mulher em Moçambique” (1991) também foi escrito por Isabel Casimiro e Ana Loforte, juntamente com Ana Pessoa e editado pelo CEA/UEM e tem como objetivo analisar a situação da mulher na sociedade e realizar recomendações operacionais que contribuam para a melhoria do seu nível de vida, tendo em conta a diversidade cultural do país que “constitui um autêntico mosaico de culturas” (p.1).

Chama a atenção nesse trabalho o capítulo “Envolvimento de outros financiadores em assuntos e pesquisas sobre a mulher”, que faz um inventário dos Projetos, Programas e Atividades na área da “Mulher no Desenvolvimento” (aqui inclui os setores abrangidos, organismos que coordenam e a localização), já que esse era o primeiro ano do ingresso das ONGs e das agências doadoras. Uma das primeiras recomendações das autoras se relaciona com aspectos que debatemos sobre o tema da “ajuda” nos capítulos anteriores: “Os projetos não podem ser impostos pelas Agências Doadoras, sem que haja um processo de discussão com as autoridades locais e comunidades envolvidas” (idem, p. 99). Em relação

ao tema do financiamento da investigação as autoras recomendam a avaliação permanente das pesquisas realizadas, bem como o apoio a projetos intersetoriais (com foco na formação) e a:

- Necessidade de promover a investigação em todas estas áreas¹⁴¹, financiando projetos que possibilitem um conhecimento aprofundado da situação da Mulher, tendo em conta a complexidade da sociedade moçambicana, a existência de diferentes sistemas de organização da sociedade e a necessidade de adotar estratégias diferentes, de acordo com os estudos realizados (Idem, p. 100).

Elas, por fim recomendam que seja realizado um monitoramento permanente dos projetos que envolvam a mulher, que tragam entre outros fatores, o impacto na vida das comunidades.

Também tivemos acesso ao documento “Gênero e Direitos Humanos – Seminário Mulher e Democracia”, escrito por Ximena Andrade e Margareta Espling (1992) em nome da equipe DEMG/CEA/UEM, que foi apresentado no seminário de mesmo nome organizado pela OMM. Nele elas apresentam reflexões com foco nos conceitos “gênero”, “direitos humanos”, “meio ambiente” e “democracia”, que foram concebidos como valores do ocidente e incorporados na África pelos agentes de ‘apoio ao desenvolvimento’, como uma condição para receber recursos para implementar projetos. Elas articulam ao final do trabalho os temas “Gênero, Direitos Humanos e Democracia”:

O desenvolvimento da sociedade numa perspectiva de gênero passa pela construção de relações entre homens e mulheres de caráter solidário e não como as de dominação proveniente do modelo patriarcal. A violência contra as mulheres é uma pedra angular que ilustra os conceitos limitados dos Direitos Humanos e coloca em relevo a natureza política do abuso contra as mulheres. Além de que não se tratar de uma violência fortuita. O fator de risco é o de ser mulher. A exclusão da violência contra a mulher na agenda dos Direitos Humanos, demonstra o grau que a subordinação da mulher

¹⁴¹ As áreas a que se referem as autoras são: agricultura, indústria, comércio, função pública, trabalho doméstico, educação, saúde.

está arraigada, que ainda se lhe considera inevitável e natural, em vez de ser tomada como uma realidade política construída, mantida por interesses, ideologias e instituições patriarcais (Idem, p. 7).

Luiz de Brito e Bernhard Weimer (1994) organizaram a publicação “O espaço da mulher no processo multipartidário”, resultado de um Seminário organizado pela UEM em pela Fundação Friedrich Ebert (FES) para debater a participação das mulheres na política. O relatório expõe um viés problemático do debate, ainda que se esforce em reconhecer a importância das mulheres na vida pública e também política. Os relatores partem de um olhar de subalternização da mulher e de uma conotação meritocrática para que esta alcance a igualdade de fato, já que está garantida na lei. Neste relatório, as mulheres são responsabilizadas pelas desigualdades que perduram, vistas como sendo a causa dessa problemática. Não é analisado no relatório de que a problemática tem suas raízes numa sociedade estruturada no patriarcado.

Exemplo disso é a visão romântica sobre relações simétricas estabelecidas na legislação, mas que não correspondem às práticas da sociedade no cotidiano e nem nos procedimentos do sistema de justiça: “Em Moçambique não existem organizações feministas, pois a Lei e a sociedade não discriminam de forma sistemática a mulher, antes pelo contrário, pois há sinais e comportamentos que estimulam a participação da mulher em qualquer atividade” (BRITO E WEIMER, 1994, p. 27). É justamente por essas assimetrias estruturais que a partir desse período surgem as organizações estudadas e a guinada para o feminismo a partir dos anos 2000.

O trabalho “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique” foi sistematizado por Gloria Liberman *et al* e editado em agosto de 1993 em Maputo. É uma bibliografia anotada realizada para o DEMG/CEA. A autora explica na introdução que “Um dos graves entraves à investigação científica na área social consiste na dificuldade em recolher e compilar informação documental. Em Moçambique são poucos os serviços de bibliotecas ou centros de documentação atualizados e eficientemente organizados” (LIBERMAN *et al*, 1993, p.3).

O objetivo do apanhado é justamente criar um “fundo bibliográfico que permita obter informações dos documentos e trabalhos realizados, centralizando o acervo. Elas fazem um apanhado que reúne 555 referências bibliográficas de documentos disponíveis para consultar dados e informações sobre os temas Mulher/Homem, família e

comunidade. Os dados foram recolhidos nos arquivos do CEA, do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da UEM, do Arquivo Histórico de Moçambique, no Ministério da Saúde, nos Ministério da Educação e da Agricultura, e, ainda, no Instituto Nacional de Desenvolvimento (INDE), No Instituto Superior Pedagógico (ISP), na Comissão Nacional do Plano (CNP) e na Organização da Mulher Moçambicana (OMM) (Idem).

A publicação reúne trabalhos de moçambicanas/os, africanas/os e africanistas realizados no período de 1894 a 1970, que corresponde ao período colonial, e a maior parte (62%) o período de 1971-1990. Segundo as autoras “Muitos dos estudos realizados pós-independência tratam da emancipação da mulher, dos elementos que influem na transformação da sociedade, da luta da mulher e seu engajamento na procura duma sociedade mais justa” (1993, p. 6). A obra revela a profusão de pesquisas em torno do tema da mulher/mulheres.

Esses trabalhos revelam a relação histórica de setores da UEM, especialmente o CEA, com as organizações de mulheres e feministas, através de assessorias, parcerias, colaborações, ações conjuntas. Muitas das questões apontadas pelas acadêmicas são espelhadas nos trabalhos das organizações, que articulam questões recomendadas nos documentos:

Quando investigamos e escrevemos os resultados da pesquisa, estamos também a escrever a nossa história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres feministas. Estamos, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento', e 'distanciamento', pessoal e temporal, em que se relaciona a nossa vivência académica tentando conservar uma distância solidária, com a nossa vivência política e de ativista. Um dia-a-dia que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos que escapam às análises convencionais. A realidade moçambicana, obriga a um permanente refletir e encontrar formas de traduzir as diversas maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de dizeres, ações e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam à

nossa percepção (CASIMIRO E ANDRADE, 2007, p. 13).

5.2.2 O lugar do gênero na UEM contemporânea: o CeCaGe

O Centro de Coordenação dos Assuntos do Gênero (CeCaGe) foi criado em 9/05/2008 pelo Conselho Universitário (CUN) da UEM. Suas linhas orientadoras se baseiam nas convenções nacionais e internacionais de direitos universais consensuados pelos Estados e sociedades civis. Entre seus objetivos destacamos os que:

contribuem para a apreensão cognitiva das relações homem e mulher e promover o equilíbrio nas relações de gênero; garantir dentro da UEM o respeito pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo a presença dessas nos órgão de decisão; colaborar com o governo e a sociedade civil para criar ações que levem a igualdade de gênero; promover pesquisas e ações sobre a emancipação da mulher e do homem, sem distinção de raça, origem étnica e nacionalidade; estudar fatores culturais sociais, políticos, econômicos, bem como fatores inter-étnicos, inter-raciais e religiosos que influenciam nas relações de gênero (CECAGE, 2008, n.p.).

Sua missão é:

Coordenar o desenvolvimento de atividades e estudos multidisciplinares que incluam a perspectiva de gênero nas diferentes unidades da UEM; Assegurar dentro da UEM a implementação de políticas de gênero e desenvolver ações de formação sobre as temáticas; Promover e realizar estudos e investigação na área de gênero e empoderamento da mulher (CECAGE, 2008, n.p.).

Um dos trabalhos realizado pelo CeCaGe, em parceria com a ONU Mulheres, foi a pesquisa “Custos Sócio-Econômicos da Violência Contra a Mulher em Moçambique” (COSSA *et al*, 2011). O estudo descreveu e mensurou os custos econômicos causados pela violência contra a mulher, evidenciando os investimentos público e privados que são demandados

para atender as pessoas vitimizadas, ao invés de serem investidos em ações de prevenção à violência.

Durante o trabalho de campo tive a oportunidade de participar de algumas atividades como por exemplo, a 6ª Edição da Semana de Gênero na UEM, em 27/11/2017, organizada pelo CeCaGe, Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), Rede Hopem, ONU Mulheres, MenEngage Africa. O tema central estava voltado para as questões das masculinidades, com a mesa “Repensando Masculinidades em África”, o lançamento da Campanha #ElesporElas da ONU Mulheres e do Relatório de Pesquisa “Ser homem em Maputo: Masculinidades, pobreza e violência em Moçambique, resultado do inquérito internacional sobre homens e igualdade de Gênero (IMAGES)” (2017), da ONG Promundo.

Essa pesquisa incluiu mulheres e homens de 18 a 59 anos, abordando temas como as realidades e as práticas masculinas em relação às normas de gênero, políticas de igualdade, dinâmica familiar, cuidados dos pais com os filhos, violência entre parceiros, diversidade sexual e pressão econômica e de saúde etc.

A diretora do CeCaGe, Gracinda Mataveia avalia que “nos seus 10 anos de existência o Centro tem buscado aprimorar sua ação transversal dentro da UEM com pontos focais de gênero em cada Departamento, fazendo o debate e buscando mediar os conflitos em cada área, promovendo a igualdade de gênero dentro da UEM”. Do ponto de vista concreto não tive a oportunidade de avaliar se essas políticas têm surtido efeito para construir simetrias nas relações de gênero dentro da Universidade.

5.3 AS RELAÇÕES ENTRE ACADEMIA E ATIVISMO: ENTRE-LUGARES DA WLSA

A WLSA surgiu em 1989 dentro da UEM, no CEA, como referido anteriormente¹⁴². Suas fundadoras são as acadêmicas Ana Loforte, Ximena Andrade, Maria José Arthur, Conceição Osório, Isabel Casimiro, Irene Afonso e Terezinha da Silva. Algumas delas foram entrevistadas e suas falas são resgatadas na elaboração desse item. Segundo Ana Loforte (entrevista em 12/01/2017) a organização surgiu de um convite às

¹⁴² Em Setembro de 1988 uma equipe envolvendo cientistas sociais do CEA e da UEM e profissionais da justiça em Moçambique (Isabel Casimiro, Isabel Chicalia, Ana Pessoa Pinto e Noémia Francisco), participou num encontro regional em Nyanga, Zimbabwe, que debateu a situação legal da mulher nos países da África Austral e decidiu a criação dum projecto de investigação-acção regional (CASIMIRO, 2019, p. 1).

mulheres que se dedicavam à investigação e a docência abordando questões de gênero para, a nível destes países, integrarem as diferentes WLSAs. Ela fala da trajetória da organização e do significado da sua saída do âmbito da UEM no ano 2000:

Acho que o momento importante também foi quando se constituiu a WLSA Moçambique como uma organização. Ela retirou-se do Departamento da Universidade onde estava integrada e constituiu-se como uma ONG, com autonomia e isso permitiu toda uma série de liberdades, de definição dos próprios temas de pesquisa e ampliou um pouco o nosso campo de intervenção e de ativismo fora da própria universidade. Mas em termos de *staff* grande parte de nós somos académicas, algumas reformadas, mas mantemos esta ligação entre a academia e o ativismo, que é de fato uma das nossas componentes principais em termos da investigação que realizamos. Utilizamos também os produtos, os resultados desta investigação que fazemos para alimentar as ações de formação que nós realizamos em diferentes grupos alvos, desde a questão da polícia, saúde, sobre o combate a violência doméstica e também na área dos direitos sexuais e reprodutivos, mulheres e participação política. Fazemos também muitas atividades de *lobby* e advocacia para influenciar as políticas públicas. Mantemos essa ligação entre o ativismo e a academia, mas com uma certa autonomia e independência, a partir do momento em que nos constituímos como organização fora do espaço da universidade e estabelecemos muitas parcerias, trabalhamos em rede com outras organizações da sociedade civil que tem os mesmos objetivos de promoção dos direitos humanos das mulheres, e mais recentemente também em relação às crianças, sobretudo, à criança menina (Ana Loforte, entrevista em 12/01/2017).

A trajetória da WLSA é considerada por Maria José Arthur como uma escola para o feminismo moçambicano, que começou como um projeto de pesquisa-extensão e sua saída da UEM teria ampliado a atuação para o campo do ativismo e contribuições na formulação de políticas públicas:

A WLSA foi um catalisador importantíssimo, por que criou um grupo de mulheres da academia que não encontravam espaços para fazer pesquisas sobre desigualdades, relações de poder entre homens e mulheres. De tal maneira que as WLSAs surgem nas universidades como extensão acadêmica. Todas nós trabalhávamos e colaborávamos com a WLSA formando equipes nos projetos de pesquisa, que foi uma escola, uma aprendizagem muito importante. No ano 2000 a WLSA¹⁴³ sai da UEM pela sua própria lógica de desenvolvimento, pois era importante passar para uma segunda fase: o que fazer com essa informação que recolhemos? Essa informação tem que ser aplicada, tem que servir para mudar legislações injustas, para questionar políticas públicas discriminatórias. Nós tínhamos o diagnóstico, tínhamos os meios e precisávamos usar. O desafio de gerar informação e também fazer advocacia é muito difícil na universidade, por que está sendo uma instituição estatal controlava muito qualquer ação pública, limitava o trabalho. A saída permitiu à WLSA ampliar sua base por que não se conseguia entrar no ativismo direto por que havia um grande controle sobre o que podíamos ou não fazer, por que como WLSA éramos UEM.

Tenho muita pena que este debate sobre o feminismo de alguma maneira se tenha perdido na universidade. Hoje há uma nova geração que diz que acredita em igualdade, mas não acreditam no feminismo, por que há também uma diabolização da categoria como se fosse o contrário do machismo. Mas de alguma maneira isso se perdeu e às vezes me pergunto se saímos cedo demais da universidade ou se atrasamos o surgimento de um grupo forte de estudos de gênero? Mas a WLSA desenvolveu muito depois que saiu da UEM (Maria José Arthur, entrevista em 18/12/2017).

¹⁴³ A saída coincidiu com o fim da greve e uma parte das pessoas que dela participaram estavam também na WLSA. Estes dados parecem indicar na minha avaliação que não se trata de uma mera coincidência entre esta saída da WLSA e a greve, mas que esta última também motivou a primeira.

Terezinha da Silva, atual coordenadora da WLSA, fala da capilaridade do trabalho da organização desde a sua fundação, ressaltando que apesar do desligamento oficial da UEM, várias parcerias foram criadas ou tiveram continuidade na UEM e com outras instituições:

Fizemos um acordo de cooperação com a UEM, atuamos dentro do CEA, oferecemos uma disciplina de “Gênero e direitos humanos” na Faculdade de Ciências Sociais durante dois anos e formamos uma docente para continuar o trabalho. Há também um centro de estudos de gênero em que a Isabel Casimiro e Ximena Andrade faziam parte. Temos acordo com a Universidade Católica de Moçambique para darmos a disciplina de gênero. Nós temos um acordo com o Ministério da Justiça e somos responsáveis pela disciplina de gênero desde 2006 no Centro de Formação Jurídica (que atende profissionais que querem seguir a carreira de magistratura). Este ano as aulas serão focadas na pesquisa que fez a avaliação da implementação da lei da violência doméstica. A WLSA é única ONG que faz pesquisa científica e decidimos caminhar nisso e não fazer outras ações. Há outras ONGs que fazem a formação na base e nós muitas vezes nós trabalhamos na base para conhecer a realidade: quando fazemos pesquisa conhecemos a realidade, mas não temos tido muita ligação com outras pesquisas da academia (Idem).

Terezinha da Silva e Ana Loforte (entrevista em 12/01/2017) contam que a organização é vista como de oposição devido à sua postura crítica e por realizar pesquisas do ponto de vista de direitos humanos. Segundo Teresinha tem alunos das faculdades e universidades que ouviram de alguns supervisores (orientadores) a recomendação que não sejam usados livros da WLSA na revisão de literatura. Ana Loforte referiu igualmente que esse fato se deve às críticas dessa organização à realidade do país e às suas denúncias sobre a violação dos direitos humanos:

Nossa postura é denunciar esses atos de violação olhando para os direitos humanos das mulheres e criticar a postura que procura justificar determinado tipo de ações em nome da cultura, em nome da tradição. Realmente a nossa posição é

muito crítica no sentido de afirmar que não há nenhuma cultura que pode estar acima dos direitos humanos e muitas vezes essa nossa posição não é muito bem aceita a nível de determinado fóruns. É isto que leva as vezes a esta posição numa certa camada de profissionais contra as nossas posições e aquilo que nós escrevemos e denunciamos (Ana Loforte, entrevista em 12/01/2017).

Segundo Terezinha da Silva, a WLSA coordenou a pesquisa “Os ritos de iniciação no contexto atual: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de gênero” (OSÓRIO E MACUÁCUA, 2013) e foi solicitada pelas embaixadas e pelos Ministérios a apresentação dos seus resultados sobre um tema controverso:

Estivemos a ler o “Perfil do gênero em Moçambique”¹⁴⁴, feito por uma consultoria, onde vem escrito que deve se oficializar os ritos de iniciação. Ficamos estarecidas porque está provado pelas evidências o que são os ritos de iniciação. Não temos que oficializá-los, mas fazer o trabalho com as matronas, aquelas senhoras que conduzem o rito. Então aqui andamos muito para atrás e para a frente, como vocês em relação à Lei Maria da Penha (Terezinha da Silva, entrevista em 12/01/2017).

Ana Loforte concorda sobre a importância de trazer evidências que surgem muitas vezes dos próprios depoimentos das pessoas, das informantes da pesquisa que a WLSA tem realizado:

Temos uma publicação que são depoimentos de mulheres sobreviventes de violência, onde na primeira pessoa elas relatam os casos de violência, as estratégias de sobrevivência que foram desenvolvendo e de superação. Esse é um material rico e que traz para cima situações vividas por estas mulheres sobreviventes. Em relação aos ritos de iniciação também é muito na base dos depoimentos de jovens meninas e rapazes que também foram

¹⁴⁴ Essa publicação foi realizada pelo Ministério de Gênero, Criança e Ação Social (MGCAS) em julho de 2016. A pesquisa foi financiada pela União Europeia e a impressão pelo PNUD. As consultoras são da Equipe da *Altair Assessoras e da Human Dynamics*.

submetidos a essas práticas: o seu sentimento, as formas que muitas vezes usaram para fugir a esses ritos, tudo na primeira pessoa e isto é extremamente importante para trazer a dimensão do problema. O sofrimento que é vivido pelas pessoas que são objeto desses ritos de iniciação e como é possível demonstrar que há mudanças. Que as pessoas também estão interessadas muitas vezes em mudar a situação e que não é algo elaborado apenas pelos/as investigadores/as, mas é baseado na vivência das pessoas e na reflexão que fazem sobre esses mesmos fenômenos (Idem, entrevista em 12/01/2017).

5.4 A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO FEMINISTA E DE GÊNERO: TRAJETÓRIAS, VISÕES, PERCEPÇÕES E TENSÕES

Durante a pesquisa pude perceber que há resistência das mulheres moçambicanas, muito batalhadoras, ocupando as ruas, comandando os mercados, na luta pela sobrevivência, provendo economicamente suas famílias. Ao mesmo tempo elas têm que usar a capulana, que também pode ser um símbolo da mulher “recatada”. As lutas protagonizadas pelos movimentos enfrentam contradições pois, ao mesmo tempo em que lhes transmitem os conhecimentos sobre os direitos humanos, precisam lidar com essas subjetividades que foram construídas ao longo da sua constituição como mulheres, como meninas numa realidade impregnada por valores “tradicionais”, patriarcais, coloniais. Dentro desse contexto, cabe perguntar: qual é o papel desempenhado pelos feminismos e pelos movimentos de mulheres? Em que medida tem contribuído para desmistificar e desestabilizar os padrões e valores culturais tradicionais opressores?

Na entrevista com Esmeralda Mariano conversamos sobre um aspecto polêmico no âmbito da cultura e da tradição, que são os chamados “ritos de iniciação”, considerados por ela como “escolas de iniciação/escolas de aprendizagem”. Conversamos sobre as críticas de um feminismo exógeno, que olha para Moçambique como um lugar onde as mulheres não tem agência e são vítimas, exotizando as práticas das mulheres por que são diferentes das ocidentais:

Primeiramente destaco que cada vez mais somos chamadas a prestar mais atenção às terminologias que nós usamos, porque se pensarmos no próprio

conceito de rito, eu prefiro começar a usar "escolas de iniciação", "escolas de aprendizagem". Estão tão institucionalizadas que são escolas: nelas tem grupos de mulheres, há um processo de socialização (assim como há na universidade). Temos várias instituições, até mesmo as igrejas. Como é que essas instituições trabalham? Cada vez estou mais cética em relações as essas definições, e a esses campos. Nós temos muitos campos separados, mas que é preciso ver de forma interligada, pois nesses campos não existem sempre fronteiras, porque a igreja também tem uma função, influencia, depois temos a escola, a família, ver quais são as dinâmicas dentro desses espaços, é preciso olhar para esses vários aspectos de forma mais fluida, e não de forma estanque, fixa. Quando falamos de agência feminina também temos que pensar nisso, para evitar alguma forma de exotização e também para reduzir um pouco essa tendência do nosso olhar sobre o ponto de vista das mulheres, quer dizer, refletir o nosso conhecimento sobre o ponto de vista das mulheres (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

Esmeralda Mariano avalia que uma saída para essa controvérsia sobre a obrigatoriedade de certas práticas tradicionais (um dos pontos críticos dos direitos humanos) seria pensar numa perspectiva em que as atrizes envolvidas na escola de iniciação à sexualidade poderiam retardar, deixar um pouco mais espaço para as mulheres a partir de uma certa idade, com consciência, decidirem: "Acho que foi interessante porque até elas diziam que faz-se o alongamento dos lábios naquela idade entre os 8-12 anos por que os tecidos estão mais flexíveis e a dor é mais suportada. Portanto, é quase como uma imposição" (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

A pesquisadora nos leva a pensar na tendência que temos a emitir conceituações e a querer enquadrar numa teoria as práticas que observamos ou das quais tomamos conhecimento, o que de alguma maneira é uma forma de colonizar os pensamentos dessas mulheres. Ela propõe pensar e repensar essas categorias:

O repensamento dessas categorias é muito importante. Também para evitar estes mapeamentos teóricos que não refletem muitas

vezes a realidade, não é? Pensando, por exemplo, naquilo que eram as ideologias de emancipação depois da independência: vamos eliminar as práticas tradicionais. Essas práticas continuam até hoje, mas de formas expressas, manifestas de formas diferentes, com formatos diferentes, mas estão até hoje. Com todo o esforço, com toda a força que depois da independência se tinha com a FRELIMO, inclusivamente, de eliminar, erradicar todas as formas e todas as práticas tradicionais, tribais, étnicas (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

Após a independência mesmo dentro da FRELIMO havia diferentes visões sobre a estratégia a ser utilizada para tratar desses temas junto a sociedade. Havia setores da OMM que não concordavam com a forma como alguns homens, inclusive o próprio Samora preconizavam. Elas propunham uma negociação dessas transições, fazer diálogos: “até hoje temos que pensar em termos de negociação, porque as práticas estão presentes, ainda que digam que foram ‘eliminadas’. Se o alongamento dos lábios era feito no período colonial, continua até hoje como uma intervenção sobre o corpo essencial para a identidade da mulher” (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017), logo, como uma forma de criar um pertencimento numa determinada comunidade:

A ideia do pertencimento, exatamente. Pode não ser dita, e essa é uma das questões nas discussões que muitas vezes tivemos com médicos, com juristas, sempre falando da eliminação. Depois de passados 30 anos, do discurso do Samora, de tudo, ainda hoje se discute essa questão. Estas práticas continuam acontecendo entre jovens do meio urbano e rural, não há diferenças entre as mulheres. Eu me lembro, vou dar exemplos concretos, quando fizemos o estudo e falávamos de uma série de produtos que as mulheres utilizam nas suas vaginas para atrair o homem, para manter o homem, para uma melhor performance sexual, ainda hoje as pessoas usam e aquelas mulheres que nós falávamos sobre o assunto nas instituições: "ah isso é interessante"... Queriam! (Fala com ênfase). Tinham uma séria de reservas, mas ao mesmo tempo queriam conhecer os produtos: "eu também quero o produto" (risos) (Idem).

Uma das questões que discutimos é como se organiza o campo dos estudos de gênero e feminismo em Moçambique. De acordo com a entrevistada, dentro dos grupos ainda não há uma articulação para trabalhos conjuntos:

Existem vários grupos de homens e mulheres que se dedicam de forma ativa a investigação sobre questões que tocam homens e mulheres, para o empoderamento e emancipação de ambos. Acho que existem também grupos de investigadores que fazem vários estudos baseando-se até em análises críticas das primeiras correntes dos primeiros estudos e influências, particularmente críticas e uma desconstrução das perspectivas teóricas ocidentais. Existe esse engajamento por parte de acadêmicos em Moçambique e existe um outro grupo mais engajado de forma ativa, fazendo intervenções que pode se enquadrar no ativismo e esses são os grupos de feminismos que vemos aqui no país. Infelizmente ainda não estão a trabalhar de forma articulada no que se refere a uma ligação entre o espaço acadêmico e o espaço de ativismo (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

Chamou a atenção que ao investigar referências sobre a questão das mulheres e gênero em Moçambique, como no Arquivo Histórico, bem como nas entrevistas, destacaram-se os nomes de Ana Loforte e Isabel Casimiro como duas referências pioneiras nos estudos de gênero. Perguntei para Ana Loforte de que modo, olhando para sua trajetória, ela avalia sua contribuição para esse campo desde o período pós-independência:

Bom, se eu quiser fazer uma avaliação eu poderei (risos), sem falsa modéstia (risos), que acabamos sendo as pioneiras. Eu, a Isabel e outras colegas que realizaram esses mesmos estudos. Conseguimos pelo menos trazer aos de cima e dar visibilidade ao papel desempenhado pelas mulheres ao nível das famílias, porque havia a percepção de que elas deviam participar no desenvolvimento do país. Este era o *slogan* do dia-a-dia e transmitia a ideia de que a contribuição que a mulher dava não era considerada uma

participação grande a nível do desenvolvimento do país. Então a contribuição que demos com os resultados desses estudos foi trazer muita informação de que a mulher participa neste desenvolvimento de forma bastante ativa. O que falta é um reconhecimento dessa participação, desse trabalho, não há uma partilha dos benefícios do próprio processo com as mulheres. Muitas vezes o discurso ao nível do próprio partido, da própria FRELIMO, era de fato da emancipação e participação da mulher, que vinha desde a luta armada. Penso que foi importante o que nós fizemos, como entrevistas com as mulheres das cooperativas na periferia da cidade de Maputo que nos forneceram muita informação sobre sua participação na produção agrícola na periferia, que alimentava a capital do país e outras cidades. E como que essa presença delas nas cooperativas permitia inclusive os estudos dos filhos, porque havia creches, havia escolinhas para as crianças. Como é que isto contribuía para a educação das crianças e a ocupação por parte da mulher de espaços que traziam alguma renda, algum benefício para a família. Embora fosse uma atividade agrícola que elas já exerciam e exercem, trazia outros tipos de proveitos e benefícios e uma certa liderança por parte das mulheres (Ana Loforte, entrevista em 06/12/2017).

Perguntamos para Isabel Casimiro o que significa para ela (enquanto mulher, educadora e pesquisadora) ser uma referência para várias gerações de estudantes:

Eu acho que tenho mais consciência disso nos últimos anos por que as pessoas me dizem isso, eu sei que fiz esse percurso, que parti pedra, como diz o Boaventura de Souza Santos, que eu abri caminhos. E não que eu tivesse sido a primeira, mas não fechei portas, nem janelas. A gente teve a WLSA e sobretudo teve uma coisa que me ajudou muito: a ligação entre instituições governamentais, academia e associações, porque há muitas pessoas que façam esse triângulo, porque há algumas pessoas que dizem...não, não, não...eu estou na

academia. Mas talvez por causa daqueles momentos, por causa da minha maneira de ser, eu achava que era importante e nos levaram a essas articulações. E isso me tem ajudado muito, eu posso não ser uma acadêmica 100% (por que não produzo tanto como tantas outras), por que tem essa máxima "publicar ou morrer". Eu vou navegando no meio dessas imposições todas. E se a Hopem me convida eu vou, se a MULEIDE me convida estarei lá. Eu estou em todas essas. Talvez por isso eu seja essa tal referência, porque havia um momento que eu aceitava fazer essas coisas. Pode ser que eu estivesse escudada por ser membra da FRELIMO. Mas eu aparecia, eu falava. Durante muito tempo eu era a única que falava na televisão, pois as pessoas tinham receio de falar, parece que eu era a única, e ainda por cima desta cor. Mas eu estava sempre em todas, por que era do CEA, e eu era aquela referência. Isto abriu-se e não vai fechar-se outra vez. Mas eu tomei essa consciência mais nesses últimos anos e isso pesa. Por que outras pessoas fizeram isso, como a Ana Loforte, que formou gerações, a Conceição Osório e Luiz de Brito foram fundamentais no grupo da UFICS¹⁴⁵, nos estudos de gênero esse grupo me abriu os caminhos, não fui a primeira. Eu fico muito grata, é bonito, mas é uma grande responsabilidade (Isabel Casimiro, entrevista em 25 e 26/01/2018).

Na entrevista com Esmeralda Mariano perguntei se ela considera que os estudos e trabalhos que tem feito, junto com outras acadêmicas, e trabalhos da própria WLSA, configuram um campo dos estudos de gênero:

Eu penso que já se configuram nos estudos de gênero os vários trabalhos que têm sido feitos. Falo com base na discussão que tenho com meus colegas na academia, em particular no meu Departamento. Eu sinto que nós temos linhas, perspectivas. Por exemplo, algumas são aquelas consideradas ativistas e outras são mais acadêmicas. E parece que há uma barreira, há fronteiras que estão

¹⁴⁵ Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.

delimitadas. Quero me sentir entre as duas, o que é um problema, por que a academia sente-se na prerrogativa de ser só acadêmica, aquela pesquisa pura, essa é que tem valor. Por que mesmo que eu tenha feito pesquisas, por exemplo, por encomenda, ou pesquisas impostas, que não são o que nós produzimos, nós dentro dessas pesquisas podemos dar a nossa contribuição, a nossa perspectiva, a nossa visão, podemos construir uma perspectiva que espelhe a realidade, sem distorções. Eu acho que é possível e nós fazemos isso com o nosso estudo. Em parte, claro, não era só responder uma agenda, porque o fato de estarmos ligadas e termos tido a cobertura de uma instituição tão importante como a OMS por si pode parecer que nós estivemos amarradas a um quadro, a perspectivas que não nos deixam espaço. Pelo contrário, pelo menos durante o processo e depois do processo tivemos tempo de fazer a parte da reflexividade, de compreender e assumir uma posição crítica. Ao mesmo tempo em que fazemos uma forma de ação e militância de alguma maneira. O estudo foi feito em 2005, mas ainda hoje estamos a discutir. Preparo vários artigos, hoje aqui falamos sobre isso, a trazer questões do estudo, também outras estudiosas reanalisam o trabalho para ver onde estão os espaços de poder. Quais são os discursos que são construídos de diferentes ângulos e visões e perspectivas. Nós podemos pensar que estudos de gênero estão sendo construídos em Moçambique. Se nós pensarmos desde a independência qual era a visão que as jovens tinham (Idem, entrevista em 17/11/2017).

Na entrevista com Conceição Osório, lhe pedi para fazer um balanço da sua trajetória (enquanto mulher, pesquisadora, profissional e ativista pelos direitos das mulheres), qual seria sua contribuição para a constituição de um campo de estudos de gênero e feminismos:

Não sei, acho que minha contribuição é muito pequena e que nós temos estudos e pesquisas feitas por feministas, mas não há estudos feministas ainda. Eu não sei se deveria de ter, porque temo que uma escola feminista, temo que haja um controle

teórico, inclusive, para os estudos feministas. Quando o próprio feminismo é plural, é diverso, implica olhares múltiplos. Eu tenho medo porque nos outros países, na França, por exemplo, onde estudei também, há muito a tendência de haver um controle teórico de determinados grupos sobre os próprios estudos, validando ou não validando os outros que não estão dentro da mesma lógica. Isso, como ativista eu acho que nós temos que ter...e temos. Foi muito difícil de construir, mas temos pontos comuns de acordo, de atuação pontual. Não temos ainda em Moçambique uma estratégia concertada de luta pelos direitos humanos. Não temos na pesquisa, não temos no ativismo, eu acho. Nós estamos aí a reboque das realidades que vamos conhecendo. Há o problema dos casamentos prematuros, então vamos atuar aí. Não temos entre as organizações, não temos entre as ativistas, não temos uma visão de mais longo prazo de como atuar, como definir estratégias, somos muito pontuais. E se calhar tem que ser, pois somos tão diferentes também, e se calhar elas têm que ser pontuais e não com prazos mais prolongados. Mas a minha contribuição não é nenhuma. Tento levar o conhecimento de várias realidades no campo político, em que me sinto mais à vontade: analiso em termos do acesso e do exercício do poder por homens e mulheres, das lutas que há no seio dos partidos políticos para ter uma agenda feminina, como é que essa agenda feminina se constrói, como é que o espaço privado entra no espaço político e no espaço público, como que isso se resolve. E depois também estudei muito as identidades sociais, identidades culturais etc. Atualmente pesquiso a questão do constrangimento à retirada de direitos das comunidades, devido, na última década, aos megaprojetos, e a completa desregulação e falta de fiscalização do Estado. Não temos nem mais valias, nem contrapartidas, nem ...bum...nada.... Temos uma pobreza imensa da população e como que isso faz surgir formas antigas de opressão e limitar os direitos das mulheres. Por exemplo, esse estudo que eu fiz sobre as comunidades reassentadas, nós vimos que a poligamia já era um assunto que as mulheres

sempre rejeitaram. É interessante quando pessoas como Boaventura diziam, "não mas as pessoas se sentem satisfeitas". Vão lá falar com as mulheres ao campo, sujar os pés com areia e ouvir as pessoas. Ficar só dias inteiros sem falar com as pessoas, com essas mulheres. O que era a poligamia? Era uma ordem social em que ela estava inserida, em que ela tinha que sobreviver ali naquela ordem, jogando-se umas contra as outras no privado. Mas a poligamia estava muito em desuso nas regiões semiurbanas, como era o caso de Moatize, onde está a Vale. Os homens tinham sempre suas amantes, suas mulheres, e as mulheres sabiam, mas fechavam os olhos, porque algumas achavam que isso era natural dos homens, porque eles tinham necessidades, essa história toda. Mas nesse momento, com as comunidades reassentadas, com a expropriação completa da terra (que as mulheres trabalhavam para sobreviver e era o elemento chave para a sobrevivência familiar), acontece que elas já não conseguem fazer isso e os homens com as indenizações que receberam da Vale compraram segundas e terceiras mulheres e fizeram cerimônias, portanto essas mulheres já não são as amantes que podem ter ignorada a sua existência. São mulheres instituídas ritualmente. Fizeram outras cerimônias por que lá não há lobolo. Ela tem que reconhecer que ela é a segunda e a terceira mulher. Repuseram alguma coisa que estava... epa (lamento) ...que era questionada, e que as mulheres não queriam. Isso foi devido a essa expropriação da mulher, a expropriação da terra, dos direitos (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

As falas das intelectuais nos revelam diferentes percepções e entendimentos analíticos sobre as questões. Percebo nessa ausência de consenso a grande riqueza da produção teórica, pois oferece diferentes pontos de vista que levam a múltiplas chaves de análise para as problemáticas, o que favorece o aprofundamento das reflexões. Essas controvérsias é que constroem a pluralidade dos feminismos moçambicanos e levam a nuançar e a fazer emergir outras análises, como veremos no tópico a seguir.

5.4.1 Controvérsias e concordâncias em torno dos temas em debate

Observei aquelas jovens mulheres com os seus bebês amarrados nas capulanas, trabalhando lá na praia, assando galinha no lume. A luta dessas mulheres, a resistência, a coragem. Depois vão pegar o chapa lotado, chegarão em casa muito tarde e noutro dia de madrugada estarão de pé começando tudo de novo. Então pensei que essa realidade é um exemplo de luta e de poder. Me perguntei: o que é então desenvolvimento? O que seria um modelo de desenvolvimento a partir desse mundo que está aqui, essa forma como está organizado o país, no qual as mulheres têm que cuidar da casa, das crianças, não existe política pública para a criança na escola? Mas, por outro lado observei que, estando grudada na mãe pela capulana, a criança está aprendendo junto. Então refleti também sobre o modelo “ocidental” que vigora no Brasil: o bebezinho vai para a creche, a mãe vai para o trabalho e todos os problemas que isso também acarreta. Como seria o modelo de desenvolvimento que incluísse as mulheres aqui Moçambique pensando assim todos esses paradoxos? Conheci uma senhora de 82 anos que estava sentada no pátio, no seu quintal, lavando a roupa numa bacia. Talvez se eu dissesse para ela “vou lhe dar uma lavadora de roupa”. Ela vai me dizer “não quero”, porque talvez a sua existência só tem sentido se ela lavar a roupa. São diferentes formas de viver a vida. (VG, Diário de Campo, 30 de janeiro de 2017).

O trecho do diário de campo que acabo de citar mostra a vida difícil que as mulheres moçambicanas enfrentam e simultaneamente algumas das estratégias que elas desenvolvem no dia-a-dia para superar tais dificuldades. Reproduzi a minha reflexão do diário para mostrar o quanto essas mulheres são resilientes. Durante uma entrevista com Ana Loforte e Terezinha da Silva elas fizeram algumas reflexões em diálogo sobre essa questão:

Ana - Essa questão de que o povo é resiliente é importante e isso dá a força para as mulheres aguentarem para sobreviver. Mas penso que há um

pouco de conformismo em relação ao seu próprio destino e há uma ideologia que está muito presente nas nossas sociedades sobre o papel que a mulher deve ter em termos de nutrir a própria família. Portanto, há esta responsabilidade que recai sobre as mulheres de garantir a sobrevivência dos seus próprios filhos, um pouco aquilo que alguns autores chamam a “teoria do altruísmo materno”, que é a mulher que tem que ter esta capacidade, mesmo com todas as dificuldades que ela tenha que enfrentar de no dia-a-dia, de garantir a sobrevivência e alimentação da família. Isso lhes move também no sentido de envidar todos os esforços para que pelo menos os filhos no dia-a-dia tenham um pouco de farinha, de xima, tenham uma papa, tenham caril das folhas etc. que ela vai buscar nos terrenos de cultivo para alimentação da sua família. Porque nas nossas sociedades uma mulher que não consegue garantir isto no dia-a-dia da sobrevivência da família a culpa não recai sobre os maridos, mas sobre ela que não está desenvolvendo formas de sobrevivência, não é uma verdadeira mulher no sentido que é atribuída o papel social para alimentar os filhos. Isso também contribui para a ideologia do papel social das mulheres, que as leva com todo o sacrifício, com todos os sofrimentos, a ter está força que resiste, é resiliente.

Terezinha - Mas tu achas também que a religião contribui para esse papel?

Ana –Sim, para esta ideologia a religião também contribuiu.

Terezinha - Sempre falam de Deus, porque Deus é o destino.

Ana - Os antepassados, a religião tradicional também.

Terezinha - Temos a trégua, como se Deus mandasse, sempre que acontece uma insegurança é porque Deus quis assim e não podemos fazer nada.

Ana - É a religião moderna, mas é a religião tradicional também de influência dos antepassados que se calhar estão descontentes com o comportamento dos indivíduos. Toda esta ideologia que leva que as pessoas a se conformarem com o destino que tem, com a situação em que vivem, e que muitas vezes até nem

empreendem formas de luta para poder superar porque tem que aceitar o destino.

Terezinha - Porque o povo moçambicano é religioso, seguem uma religião, quer católica, quer muçulmana, quer evangélica, a protestante é muito forte, as religiões animistas.

Conceição Osório considerava a questão da etnia como um marcador importante para compreender as estruturas em Moçambique, mas hoje já tem outra percepção. Ela considera que a etnia explica questões relativas ao poder, estratégias de acesso aos recursos, mas são visões artificiais que ela não vê como determinantes na composição da identidade, por exemplo, como verificaram no estudo que resultou no livro "Buscando Sentidos" (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2008):

Nós estudamos identidades nas escolas, de jovens e crianças entre os 12-18 anos. Fizemos algumas perguntas sobre o que elas pensavam e que elementos vinham da família, escola e grupos de amigos para compor a identidade. E comecei a ver que havia semelhanças enormes entre as várias etnias. O fato de ser Maconde ou Macua, aí são conflitos antigos, posicionamentos históricos, antigos, há algumas diferenças, mas não quando se começa a falar no concreto das identidades. Quando se fala no concreto é exatamente o mesmo discurso. Aliás, nós fizemos esse estudo em cinco províncias do Sul, Centro e Norte, e não sentimos...com muita tristeza nossa, gostaríamos de trazer essa novidade étnica para o nosso estudo, mas não conseguimos. Inicialmente eu achava que possivelmente algumas etnias tinham particularidades, por exemplo a Macua que a linhagem é matrilinear, podia ter particularidade no fato de que a mulher poderia ter algum ou ter mais poder do que no patrilinear, mas hoje já não é assim. Hoje cada vez mais a sociedade é mais patrilinear no sentido do lugar da casa, do lugar do homem, ou pelo menos é do ponto de vista da representação o lugar do homem e do imaginário e não há essas diferenças. Pode haver, pode ser que alguém descubra (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

Para a investigadora a questão de classe em Moçambique continua sendo um marcador importante:

A questão de classe, de grupo, acesso a recursos é importante, mas não do ponto de vista clássico da classe que Marx, e os marxistas deram, da apropriação dos meios de produção, da exploração direta da força de trabalho. Isso mudou ao longo de dois séculos. Mas há no sentido da diferenciação, até de acesso a direitos, acesso à justiça. Não falando em classe estruturada, mas a classe em função do acesso diferenciado a bens, recursos e direitos básicos, à justiça. Uma classe que era vista sob o ponto de vista da dominação dos recursos dos meios de produção. Agora, além dos recursos econômicos há os simbólicos também. São todos os outros recursos que há grupos sociais que tem e há grupos que não tem. Não é do ponto de vista de que tenho domínio e controle das forças produtivas e dos meios de produção, é mais vasto, no sentido do poder, do controle das pessoas, do controle das mentes, de imposição de normativos que são discriminatórios (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

Para a pesquisadora a questão da raça tem emergido como um componente importante, pois se configura no país um *apartheid* social:

A raça, que é um dos elementos, categorias ou variáveis que se coloca muito. Raça é uma coisa importante e diferenciadora, mas aqui em Moçambique raça ... Sendo que 99% da população é negra e a raça de fato precisa ser considerada. Se a gente fizer um estudo de como os negros representam os brancos vai haver diferenças, pois a maioria dos brancos hoje não se mistura (no tempo colonial estavam ruralizados e havia casamento mistos) hoje é muito mais complicado. Nós estamos voltando à segregação, pois há espaços que são só do branco, há uma conquista de espaço só de brancos e relações só entre brancos. Há uma afinidade e é visível, há um *apartheid* social. No tempo colonial, no mato nos encontrávamos o analfabeto português, aquele cuja

mulher veio junto com ele e tinha sido camponesa lá e aqui, ou casava com mulheres locais, os filhos casavam com mulheres negras, e havia uma mistura na zona rural. Esses brancos eram considerados de segunda, de terceira. Agora não, essa distinção, acentuada por essa porcaria de cooperação econômica, de fato é grande. Pra gente ser sinceros conosco, há uma questão racial colocada fortemente (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

Rehana Carpuchande analisa as questões epistemológicas e as diferentes legitimidades de pesquisadoras/es marcadas por território, língua, circulação e poder:

Essas abordagens mais africanas, e mesmo as ditas do Sul, usando para contextos como América Latina, Ásia, África, você percebe vários quadros epistemológicos, mas a partir deles temos que levar em consideração as próprias e que esses mesmos quadros encontram aquilo que é a sua legitimidade, por que quem é você para aparecer e confrontar, por exemplo, as ideias do Foucault? Ou por exemplo, quem trouxe essas ideias das teorias *Queers*, se foi mesmo a Judith Butler, mas que afinal no contexto brasileiro e mexicano outras investigadoras já haviam tratado sobre isso. Existe uma obra "A sociedade de classes no Brasil", que não foi tão divulgada assim, porque foi escrito na língua portuguesa, e já levantava essas questões que a Butler traz atualmente, e que está sendo mais reconhecida, como todos os outros pós-estruturalistas. E estão sendo mais reconhecidas por que? Quem é essa investigadora, onde ela está? Está no Ocidente, escreve na língua inglesa, esse mesmo trabalho é divulgado e difundido em todos os outros contextos. Um texto em português só vai servir para os PALOPs. Se você quer investigar algo e escrever em português, vá mais para o Brasil do que para Portugal. Porque produz quase nada, mas no Brasil tem muito mais produções em termos de artigos científicos, livros, não só de gênero, mas de modo geral, se escreve muito e são trabalhos consumidos ali localmente. Enquanto que os

escritos em inglês são traduzidos e tem uma capacidade de abrangência muito maior, o que leva a acharmos que são os primeiros a inventar essas coisas, quando, pode ser alguém de um *pequeno* departamento que já tinha escrito isso muito antes de aparecer os do Norte, mas que não foi divulgado. E depois vem outra questão que até que ponto essas epistemologias do Sul vão ter esse mesmo espaço quando temos carência de um papel higiênico para usar no nosso banheiro. Nossas pesquisas são mais pesquisas-ação, rápidas. Quase não há financiamento para as pesquisas etnográficas e fenomenológicas, que não vão muito mais além do que uma simples pergunta. Essas *grand theory* são teorias que podem nos ajudar a produzir conceitos locais e que devem ser legitimados e aceitos na comunidade científica. Outro problema é essa questão conceitual. Os mesmos conceitos: a ideia é produzida no Ocidente e aplicada aqui, e aqui não é feito o diálogo se realmente esses mesmos conceitos precisam ser redefinidos ou não e achamos que pronto, tem que ser, por que tem ser assim. Então é problemático (Idem, entrevista em 16/12/2017).

Esmeralda Mariano reflete como metodologicamente é possível a intersecção e o diálogo para construir outra academia, em diálogo com a sociedade e os movimentos sociais:

As pesquisas que nós realizamos geralmente tem a ver com questionamentos que nós temos sobre a realidade, sobre os fenômenos sociais, estão na base, nós vamos para a base. Então nós temos que manter essa articulação com essa base, permanente, constante. Quando eu venho para a academia eu já estou transmitindo algo. Também deveria ser uma outra base, onde nós vamos discutir e depois podemos levar novamente. Então é essa dialética que estou a fazer. Eu tento estabelecer esse diálogo, já faz parte da minha índole, da minha maneira de ser, gosto de estar na base, na comunidade e trazer o pensamento, esses sentimentos, essas pontes: eu quero criar pontes (Esmeralda Mariano, entrevista em 17/11/2017).

Na avaliação de Nzira de Deus, a universidade nem sempre é favorável ao debate sobre o feminismo, ainda que sua percepção sobre o ser uma mulher feminista na vida concreta tenha despertado na academia, espaço onde viveu contradições profundas ao cursar Relações Internacionais e Diplomacia, no Instituto Superior de Relações Internacionais e Diplomacia:

Vivi o feminismo na vida concreta mesmo e só na universidade consegui entender tudo e depois comecei a ler e a escrever. Foi quando eu “wow afinal existe feminismo, afinal tem isto, tem lá a teoria?” E eu fiz meu tema de defesa sobre “Relações internacionais a teoria feminista” e foi recusado.

Eu - E por que foi recusado?

Nzira - Foi dito que “não estudamos a teoria feminista na universidade. De onde é que você aprendeu isso?”

Eu – Você fez outro trabalho, com outro tema?

Nzira – Eu disse “não quero lutar”, não quis lutar. Mas agora voltei. Quando entrei no FM, acabava de sair da universidade. Depois encontrei a literatura que precisava – três livros sobre feminismo nas relações internacionais, e mostrei aos professores e perguntei “como é que vocês dizem que não faz parte do aprendizado, o fato de vocês como docentes não conhecerem não quer dizer que não existe, pode-se fazer muito bem leituras sobre isso”, calou-se não se disse mais nada. Mas é claro porque aquilo era uma coisa feminina, de afronta, porque é feminismo (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

A jovem feminista Shaista de Araújo conta sua trajetória e o papel que a academia teve no despertar sobre o feminismo, enquanto estudante, profissional e ativista:

Eu fiz história na UEM e tive uma cadeira de Antropologia onde pela primeira vez ouvi o conceito de gênero e todo esse debate internacional. Não sabia que existia o FM, associações que trabalham em assuntos que me inquietava, mas não sabia o nome dessa coisa que

por dentro me agitava. Então pela primeira vez ouvi a palavra feminismo, discutíamos na turma com a professora Isabel Casimiro. Vi que podia pesquisar e era científico falar sobre mulheres e redirecionei as minhas pesquisas da faculdade para áreas de gênero. O meu trabalho de licenciatura foi sobre o impacto do trabalho migratório no agregado familiar e sobre o poder da mulher na decisão do uso das remessas e o pouco acesso ao poder de decisão do uso daquele dinheiro. Fiz uma formação na WLSA, com um grupo de meninas da faculdade e tive a chance de ser assistente de projeto ao nível da ONU Mulheres, para debater a eficácia de ajuda, a possibilidade de ver o espaço de debate de políticas, a transição do que é decidido internacionalmente até a adaptação, a nível local. Isso definiu a minha carreira e possibilitou-me estar em contato com algumas companheiras jovens que trabalhavam nessas organizações e decidimos criar o MovFemme para interação e debate (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

Rehana Carpuchande (entrevista em 06/12/2017) conta que há um grupo regional, coordenado por ela e pela antropóloga Sandra Manuel, envolvendo África do Sul, Botswana, Zimbábue, Moçambique, que tem um financiamento para as despesas de investigação, e para a publicação dos trabalhos: “a ideia é nós ajudarmos elas a escreverem a própria publicação e que elas sejam as primeiras autoras. Se necessário vamos aparecer como coautoras, mas a ideia é colocá-las a frente, mostrar que elas são capazes de escrever”. Esse projeto regional vem buscando estreitar as relações entre a academia na África Austral. São realizados dois encontros anuais, sendo que no mês de novembro foi no Malawi. Num deles participam as estudantes para debaterem os temas, pois cada campus reflete sobre os problemas mais comuns e as pesquisas são feitas com estudantes da universidade ou envolvendo professores/as:

Cada campus universitário traz seus temas. Há questões como o assédio sexual, a saúde sexual e reprodutiva, o aborto, o sexo transnacional, a questão da intimidade, por exemplo, nas residências universitárias que refletem problemas comuns. Os temas, como no Malawi, refletem

sobre as crianças que são largadas em *containers* ou mulheres que fazem aborto ou tem os bebês e jogam fora (*baby dumping*). As estudantes pesquisaram sobre esse problema e constataram que as pessoas que fornecem os medicamentos para o aborto clandestino são os rapazes, que conhecem os homens que estão fora da universidade e vendem esses medicamentos. Então se nós pensarmos sobre políticas públicas, programas específicos para esse caso, tem que abranger também esse outro grupo, porque está tudo interligado para que haja o tal desenvolvimento. Se focarmos somente nas mulheres e esquecermos esses outros atores, então não faremos nada. Aqui na UEM já fizemos duas pesquisas no campus universitário sobre as meninas da Universidade que mantêm relações sexuais em troca de dinheiro, com pessoas mais velhas, pessoas detentoras de poder, que é para poder pagarem os estudos. A outra é sobre a intimidade nas residências, um quarto onde tem 4 camas e você quer ter relações sexuais com o teu namorado, e não tem outro espaço e daí as pessoas tem que sair e as vezes mantem relações dentro enquanto as outras dormem, então não tens aquela privacidade (Idem).

A partir da noção de campo de Bourdieu (2012) percebemos, em parte, o processo de constituição e de tensões que estão envolvidas na emergência dos estudos acadêmicos de gênero em Moçambique, evidenciando que o campo de gênero não é isolado em si mesmo, mas se faz nas relações internas e externas, com diferentes espaços da academia, do Estado e do ativismo, marcado também por relações de poder, busca de reconhecimento e legitimidade e de luta por recursos.

A partir das falas e da literatura consultada, concluímos que o campo dos estudos de gênero está ainda em processo de construção e, é marcado pela interdisciplinaridade acadêmica e mesmo empírica, por tensões internas, por pressões externas e por perspectivas para uma agenda futura que possa atender aos desafios apontados no presente. Uma das agendas de pesquisa aponta para trabalhos que façam um estado da arte da produção acadêmica e do ativismo na atualidade.

Outro desafio é fazer com que as pesquisas em geral e pesquisadores/as em particular adotem um olhar de gênero nos trabalhos que realizam. Um balanço realizado pelo historiador francês Michel Caen

durante a Conferência do Instituto de Estudos Sócio Econômicos, em 2017, identifica que “que há pouquíssimas investigações no IESE sobre questões de gênero”. Ele afirma que:

Com certeza, há outros grupos em Moçambique que produzem excelentes pesquisas sobre questões de gênero (estou pensando na WSLA). Mas não se trata de fazer do gênero um tema a parte e menos ainda uma disciplina de estudo. É de integrar a problemática do gênero em todos os estudos do IESE. Outra fraqueza é a ausência completa do IESE – salvo erro da minha parte – nos grandes debates internacionais sobre a etnicidade, o pós-colonial, a colonialidade, o feminismo negro e a interseccionalidade, as mudanças do ambiente. Claro que o IESE define-se como centro de estudo sobre Moçambique e a África austral. Mas tudo o que acabei de citar não existiria em Moçambique e na África austral? (CAEN, 2017, p.20-21).

Nessa mesma direção considero que as pesquisas feministas atuais, diante de sociedades cada vez mais complexas, demandam uma perspectiva de análise que leve em conta marcadores sociais de diferença e a questão da interseccionalidade, abrangendo as questões de gênero, sexo, sexualidade, geração, território, raça, etnia, classes e estratos sociais, entre outros que podem ser abrangidos à medida da necessidade.

Outra questão apontada pela historiadora moçambicana Teresa Cruz e Silva (2015) é que a redução de investimentos institucionais em pesquisa e a crescente entrada de recursos externos condicionam e moldam as agendas de pesquisa e a produção de conhecimento, levando as Instituições de Ensino Superior (IES) a um declínio gradual, que atinge na atualidade estados que ela considera de gravidade para o futuro do conhecimento em Moçambique e África no geral. Ela analisa ainda os fatores epistemológicos que podem impactar na produção, relação e circulação do conhecimento produzido em África em âmbito global:

Se começarmos a fazer as nossas análises há uma série de linhas que tentam impor o conhecimento hegemônico, isso é nítido como água. Mas eu sou a favor de teorias alternativas e volto ao Paulin Houtondji (2008). Não basta apenas dizer que a culpa é da imposição do Norte sobre o Sul e acho que nesse momento existem acadêmicos africanos,


latino-americanos e asiáticos que tem teorias que podem ser perfeitamente utilizadas para algumas análises. Mas há também um caminho que precisa ser feito. Portanto temos que investir para que nós africanos/as sejamos capazes de fazer nossas análises e não sou a favor das pessoas que dizem que é preciso banir o conhecimento do ocidente. Aproveitemos aquilo que pode ser útil para nós e façamos aquilo que consideramos que é nossa produção por que acho que casos extremos levam ao oposto ao eurocentrismo. O mais importante é investir na produção do nosso conhecimento e encontrar alternativas (Teresa Cruz e Silva, entrevista, 27/11/2017).

Essa situação afeta os objetivos para os quais as IES foram criadas, especialmente a produção de conhecimento que seja autônoma, crítica, construtiva, livre e comprometida socialmente com o bem-estar público, capaz de contribuir para um projeto de desenvolvimento endógeno, a partir das realidades e necessidades do país e do seu povo. “Para que a educação e a ciência possam realmente ocupar um lugar privilegiado como motores de mudança no processo de luta contra a ‘vulnerabilização’ cada vez mais patente dos países africanos aos impactos das mudanças globais” (CRUZ E SILVA 2015, 275), disfarçados de projetos de desenvolvimento salvacionistas que também focam seus projetos na agenda de gênero.

Como vimos nesse capítulo, a emergência dos estudos de gênero se deu concomitante a história recente do ensino superior no país, ligada à resistência ao regime colonial e a agenda das mulheres na luta de libertação que foi se consolidando na luta dos movimentos no decorrer das últimas décadas e posteriormente na construção do Estado no pós-independência. Revela ainda o compromisso de setores de mulheres acadêmicas com uma visão de intelectuais orgânicas, que voltam seu trabalho educativo, de pesquisa e extensão para contribuir no avanço dos direitos das mulheres.

Nos capítulos 6 e 7 será realizada a análise do trabalho de campo de acordo com os objetivos estabelecidos para a tese (o geral e os específicos), buscando compreender as formas de organização, articulação, reivindicação de políticas públicas e as principais agendas e lutas dos movimentos de mulheres e feministas junto ao Estado moçambicano, a partir dos dados e impressões colhidas em Moçambique junto às organizações da Rede Fórum Mulher.

6 VAVASATI VATINHENHA E A REDE FÓRUM MULHER: ESTRATÉGIA POLÍTICA, GESTÃO E ARTICULAÇÃO



Estamos aqui frente a frente de novo, eu e elas, com aquele frio na barriga de corresponder à altura do trabalho que realizam, de conseguir expressar a fertilidade das suas reflexões e a potência das suas ações. Cada vez que releio as entrevistas e me vem à memória os momentos que vivemos, lágrimas chegam aos olhos. Nessa emoção nos reencontramos nessa tese, onde “eu e elas” nos tornamos “nós” (VG, Diário de Campo, 13/10/2018).

No capítulo anterior verificamos o surgimento dos estudos de gênero no contexto do ensino superior em Moçambique, bem como seu papel na reflexão e análise sobre as questões controversas para a sociedade, em especial no que diz respeito à vida das mulheres. Nesse capítulo, o objetivo é compreender as formas de organização, articulação, reivindicação de políticas públicas e as principais agendas e lutas dos movimentos de mulheres e feministas junto ao Estado moçambicano ao longo das últimas décadas.

Intenciona ainda identificar e descrever as metodologias, estratégias de luta política e ações de mobilização pública que esses movimentos utilizam para negociar, tencionar e garantir a implementação dos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica, tanto no espaço público como no privado.

Para isso privilegiei a análise das narrativas das ativistas, a partir das entrevistas, dos dados obtidos, dos documentos da organização FM que informam sobre suas ações junto ao Estado e outros espaços de interlocução e de participação cidadã desses movimentos. Minha intenção é dar visibilidade ao protagonismo das mulheres na vida e nas lutas cotidianas e nas buscas por direitos. Entendo que a reflexão-ação e a compreensão dos problemas fundamentais dependem da capacidade de entendimento das questões que se colocam como essenciais para essas mulheres. Esses problemas são percebidos em contextos diversos de Moçambique, localizados, globalizados e interligados, com diferentes respostas, formas e estratégias de ativismo e intervenção política.

A seguir apresento um quadro que sistematiza as informações obtidas sobre o perfil das 13 organizações pesquisadas no trabalho de

campo, sendo todas interconectadas com o FM. Os documentos utilizados, entrevistas, cadernos de campo, legislações, atividades das quais participei estão descritos no capítulo 3, por isso considere desnecessário citar as fontes novamente no decorrer do texto de modo a deixá-lo mais fluido e de fácil compreensão. O quadro funciona como uma espécie da “Guia da Tese” e permite uma visão panorâmica geral sobre o “movimento de mulheres e feministas em Moçambique”. Na primeira coluna constam o nome, a data de fundação e o âmbito de atuação de cada uma delas. Na mesma coluna, identifico o público beneficiado ou ligado à organização, com quem ela se relaciona na base. Na segunda coluna descrevo os objetivos que percebi nos documentos/relatos. Em alguns casos a “missão” se confunde com os objetivos. No campo do “Histórico” detalhei a trajetória da organização, as motivações para o seu surgimento, as principais ações realizadas, os desafios atuais, algumas pautas e conquistas, os canais de comunicação pública, como sites e Facebook.

Quadro 2 - Perfil das organizações pesquisadas durante o trabalho de campo

Organização Fundação (F) Âmbito (A) Público (P)	OBJETIVOS/ MISSÃO	HISTÓRICO
<p>FM Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvime nto</p> <p>F:1990</p> <p>A: Nacional, Regional e Internacional</p> <p>P: Rede de <i>advocacy</i> que reúne 94 organizações moçambicanas ou com</p>	<p>- Contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres e as raparigas gozem do seu direito a uma vida livre de violência, exerçam os direitos humanos, sua autonomia econômica e sua cidadania.</p> <p>- Influenciar eficientemente as decisões políticas, as atitudes e os comportamentos na sociedade por um maior reconhecimento e observância dos direitos humanos das mulheres.</p> <p>Programas que desenvolve:</p> <p>- Combate à Violência de Gênero.</p> <p>- Economia de Gênero.</p> <p>- Direitos Sexuais e Reprodutivos.</p> <p>- Participação Política.</p> <p>- Fortalecimento Institucional</p>	<p>É uma rede de organizações não-governamental de direito privado e sem fins lucrativos, criada em abril de 1990 e oficializada em 14/04/1993, com 35 membros efetivos (organizações nacionais de sociedade civil), por iniciativa do PNUD, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de Oficiais de Programas Mulher no Desenvolvimento e de diversas outras organizações financiadoras e doadoras de recursos internacionais.</p> <p>A organização define-se como sociedade civil, a partir de uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres. Seu compromisso é lutar por transformações de princípios e práticas socioculturais que inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens, tendo como denominador comum o respeito pelos direitos humanos e a melhoria da posição da mulher na sociedade.</p> <p>São seus princípios: Democracia e direitos humanos das mulheres; Igualdade de gênero sem prejuízo de advocacia pelas ações afirmativas da mulher; Independência perante o Estado, partidos políticos, religiões ou quaisquer outras instituições similares; Transparência na sua organização e funcionamento. Suas áreas de ação são: 1 – Informação; 2 – Lobbies e advocacia; 3 –Formação.</p> <p>Tem um gabinete responsável por executar os programas, sob supervisão do Conselho de Direção que representa as organizações membros. Sua sede é em Maputo mas tem representações em todas as províncias do País, através de</p>

representação no país	<p>Missão: Impulsionar transformações económicas e socioculturais, numa perspectiva feminista, fortalecendo as ações e a influência política dos seus membros e da sociedade civil moçambicana, colaborando com os movimentos sociais nacionais e internacionais.</p>	<p>núcleos provinciais e organizações locais que são pontos focais. É presidida por Maria Paula Vera Cruz, integrante da Organização Nacional de Professores (ONP) e sua Diretora Executiva é Nzira de Deus.</p> <p>Atualmente a rede é composta por 94 membros¹⁴⁶ (organizações), sendo que membros efetivos são 50, membros não efetivos 44 (deste total, 17 organizações estão apontadas como “já não existe”). Destas, conhecemos, acompanhamos e entrevistamos integrantes de 13 organizações.</p> <p>Tipos de organizações ligadas ao FM: associações, organizações comunitárias de base, fóruns, organizações nacionais e internacionais, agências, organizações governamentais e não governamentais, organizações religiosas, ligas de partidos políticos, organizações camponesas, operárias, empresárias, cooperativas e sindicato, contando com a presença de mulheres e de homens.</p> <p>Pertencimentos de mulheres ligadas às organizações do FM: raparigas, jovens, camponesas, sindicalistas, jovens feministas, viúvas, académicas, comunicadoras, magistradas, empresárias, trabalhadoras informais, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do sexo, mulheres lésbicas/trans., comunidade LGBT entre outros segmentos.</p> <p>O FM o articulador dessa rede de entidades de base e organizações, estabelecendo relações horizontais ou verticais.</p> <p>Em 2017 o financiamento da Rede contava com 10 doadores: Oxfam Novib (Programa AGIR), Cooperação Suíça, UNFPA, WLP, Oxfam América, OSISA, IDS, Embaixada da França, MASIMANYANE e Fundação AGA KHAN.</p> <p>Site: http://forumulher.org.mz https://www.facebook.com/forumulher/</p>
-----------------------	--	---

¹⁴⁶ Recebi da coordenação do FM a “Relação de Membros do Fórum Mulher”, onde constam essas informações.

<p>AH Associação Hixikanwe</p> <p>F: 2007</p> <p>A: Cidade de Maputo (Maputo) e Massinga (Inahmbane)</p> <p>P: Pessoas vivendo com HIV/SIDA (PVHS): Mulheres e raparigas vivendo com HIV/SIDA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir com ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/SIDA, reduzir a expansão da infecção e a violência baseada no gênero. - Ajuda à mulheres e raparigas a enfrentar as dificuldades e mitigar os efeitos do HIV/SIDA, em parcerias com a rede estatal de saúde. - Troca de experiências e conhecimentos sobre o HIV/SIDA. - Dar apoio moral, apoio alimentar (distribuição de cesta básica), promover a convivência mútua, o aprendizado. - Sensibilização sobre casos de violência e práticas culturais negativas, como o Kutchinga¹⁴⁷ - Difusão de leis que protegem as pessoas soropositivas. 	<p>HIXIKANWE, que em português significa “Estamos Juntos” foi criada por sua atual presidente, Judite de Jesus. Beneficia diretamente 1530 pessoas e indiretamente 2.600 na periferia da cidade de Maputo e em Massinga (Inhambane). Suas atividades consistem em visitar pessoas infectadas pelo HIV e SIDA, prestar cuidados domiciliares, favorecer a continuidade do tratamento antirretroviral (TARV), recuperar pessoas para o tratamento, doar roupas, utensílios domésticos, alimentos e suplementos alimentares. Também é um espaço de socialização de pessoas vivendo “positivamente”, gerando um espaço capaz de dar sentido às vidas de mulheres soropositivas, criando identidades e pertencimentos, e celebrando a vida (com músicas e danças que usam os potes de TARV como percussão) e organizam casamentos coletivos. A convivência mútua e a construção de redes de solidariedade constituem mecanismos de enfrentamento da feminização do HIV e transmitindo a esperança de futuro depois do diagnóstico. É essa rede de apoio, de partilha, de confiança, de informação que ajuda a superar o sofrimento, os estigmas e preconceitos. As condições econômicas, políticas e sociais que marcaram o país nas duas últimas décadas do século XX criaram um ambiente de revalorização e, em muitos casos, reativação ou criação de redes de solidariedade. Surgiram diferentes formas de associativismo e práticas cooperativas, como alternativas para grupos sociais vulneráveis terem acesso às condições materiais de existência e à mitigação de carências sociais, para suprir uma demanda da sociedade que deveria ser provida pelo Estado (MAÛNGUE, 2015). Um dos desafios é reduzir as barreiras culturais que impedem as mudanças de comportamento e o financiamento permanente para a continuidade do trabalho, atuação nas redes</p>
--	--	---

¹⁴⁷ Kutchinga é um rito de purificação da viúva, que ao perder seu marido é obrigada a manter relações sexuais com o cunhado mais novo, como se ela fosse uma herança da família do marido.

		<p>nacionais e internacionais, além de atividades de geração de renda para sustentabilidade da AH e de seus beneficiários. Fazem parte da organização mães solteiras, viúvas, pessoas com deficiência, crianças órfãs e vulneráveis, chefes de família, adolescentes, jovens, idosos e simpatizantes</p> <p>Foi reconhecida juridicamente em 2008 e recebeu financiamentos do Núcleo Provincial de Combate ao SIDA e do Projeto Tshovelo.</p> <p>https://www.facebook.com/Hixikanwe/</p>
<p>AMPCM Associação Moçambicana para Promoção do Cooperativism o Moderno</p> <p>F: 26/01/2010</p> <p>A: Moçambique</p> <p>P: Cooperativas e/ou associações econômicas que desenvolvem</p>	<p>Promover e praticar todos os atos que possam contribuir para o desenvolvimento do movimento cooperativo moderno, que defende os interesses dos seus associados, como forma viável e sustentável de promoção da riqueza, incentivando o progresso técnico, econômico, profissional e social.</p> <p>Cooperativismo como alternativa de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Fundada em 2010 com estatutos próprios e reconhecidos, que a descrevem como uma entidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Atualmente reúne 51 cooperativas em 9 províncias do país, que atuam em áreas como agricultura, agropecuária, educação, serviços, reciclagem, comércio, crédito, habitação, meio ambiente, comercialização, consumo, construção civil. As ações voltadas para as cooperativas são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Advocacia, lobby e certificação junto a entidades públicas ou privadas, contribuição à legalização, promoção da credibilidade e valores do cooperativismo. 2) Ligações e parcerias, apoiando na pesquisa e ligações com mercados globais intercâmbios, cooperação em nível local, nacional, regional e internacional; auxílio na busca de crédito/financiamento e a integração sócio profissional. 3) Assistência técnica, estudos, pesquisas e divulgação (promoção de investigações científicas e sociais e a publicação de artigos, estudos e revistas, organização de serviços estatísticos, apoio técnico e jurídico aos associados/as, formulação e aplicação de estratégias e iniciativas de desenvolvimento institucional.

<p>atividades para o benefício de seus/suas integrantes</p>		<p>Seus princípios baseiam-se no pressuposto de que as cooperativas são organizações voluntárias, abertas, não devendo haver discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero. Baseia-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante.</p> <p>É filiada à Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP), fundada em 1991, é uma associação internacional de direito português que tem como objetivos fundamentais a difusão do cooperativismo e a intercooperação entre as cooperativas lusófonas, mantendo um contato estreito e permanente entre os movimentos cooperativos e autoridades dos Países de Língua Portuguesa</p> <p>Financiamento: Cooperação Alemã (FES, DGRV, BWZE), WE EFECT-AGIR, Cooperação Sueca, Reino dos Países Baixos, Cooperação Dinamarquesa. Uma das coordenadoras é Rebeca Glória.</p> <p>Site: www.ampcm.coop https://www.facebook.com/AMPCM-Associação-Moçambicana-para-Promoção-do-Cooperativismo-Moderno-423786357799517/</p>
<p>AMUDEIA Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira F: 1999</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Educação das mulheres, raparigas e crianças para desenvolverem seu pleno potencial humano. - Autonomia econômica das mulheres: atividades econômicas e empreendedorismo, respeito dentro da família. Acesso e 	<p>Surgiu durante uma greve de mulheres que foram demitidas da indústria açucareira Maragra, lideradas por Maria Adozinda de Almeida. Desde então vêm atuando na Manhiça e em todo o país nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação das mulheres, raparigas e crianças. - Agricultura e direito à terra. - Violência contra a mulher e rapariga. - Direitos sexuais e reprodutivos. - Direitos das mulheres e raparigas, advocacia. <p>Em 2013 contava com 3.353 integrantes mulheres e 277 homens em todo o país, totalizando 3630 pessoas. Se articulava ainda com 26 núcleos (12 em</p>

<p>A: Moçambique</p> <p>P: Mulheres e raparigas desfavorecidas em meio rural e periurbanos, majoritariamente nas províncias do Sul de Moçambique</p>	<p>segurança da posse de terra e a recursos naturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Combate à Violência contra a mulher e rapariga (doméstica, sexual e outras) e garantia do acesso à justiça. - Direitos das mulheres e raparigas, advocacia, incluindo direitos sexuais e reprodutivos. 	<p>Manhiça, 7 na província de Maputo, 3 em Nampula, 2 em Gaza, um em Inhambane e um na Zambézia. Com isso desenvolveu uma rede de colaboração e cooperação em todo o país, com outras associações e organizações, ONGs, meio académico, participação em conselhos de direitos, Fórum e articulação com outras redes de movimentos sociais. Recebeu financiamento de vários parceiros de cooperação, como Action Aid, Oxfam, ACORD, FAO, mas atualmente está com dificuldades financeiras.</p> <p>Sua sede própria fica na Manhiça, conta com duas escolas de educação infantil, áreas de terra que somam 320 hectares. O desafio atual é fortalecer seu desenvolvimento organizacional de modo a cumprir com o Plano Estratégico e tornar-se uma rede de associações de mulheres na base, com presença em Maputo, Gaza, Inhambane, Nampula e Zambézia.</p>
<p>AMUEDO</p> <p>Associação Moçambicana de Empregados Domésticos</p> <p>F: 2006</p> <p>A: Nacional</p> <p>P: Trabalhadoras domésticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Defender os direitos do setor e atuar na defesa dos problemas sofridos pelas/os trabalhadoras/es. - Dar visibilidade ao setor através de formação, sensibilização e mobilização. - Fazer advocacia junto ao Estado para que cumpra a lei. - Organizar-se politicamente em torno de reivindicações importantes, como a implementação da legislação. 	<p>Foi criada em 2006 e tem Núcleos e Delegações Provinciais em Beira, Niassa, Inhambane, Maputo, Nampula, Gaza (falta Cabo Delgado, Zambézia, Manica e Tete), e tem 7.990 membros. É filiada à Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO) e se organiza junto ao FM. Sua fundadora e presidente é Ana Matilde Macuácu. O Dia Internacional dos Trabalhadores Domésticos é 16 /06. O trabalho doméstico assalariado em Moçambique teve suas origens no período colonial e hoje integra a vida urbana, onde trabalhadores/as exercem as funções reprodutivas e produtivas para manter os lares e a economia em movimento. São 39 mil trabalhadores/as domésticos/as registrados na cidade e nos arredores de Maputo (um aumento de mais de 30% em 10 anos), e é a segunda ocupação mais importante para gerar renda às mulheres, precedida das artesãs independentes (INE, 2007).</p> <p>A relação entre o trabalhador/a doméstico/a e empregador/a é regulamentada pela Lei do Trabalho (Nº 23/2007) e pelo Regulamento de Trabalho Doméstico (Decreto nº 40/2008). O regulamento é resultado de anos de mobilização por</p>

	<p>- Mudar a percepção que os empregadores têm dos trabalhadores domésticos.</p>	<p>parte de organizações, uma vitória que reflete um reconhecimento crescente da contribuição deste setor e assegura os seguintes direitos: jornada de trabalho de nove horas; intervalo de 30 minutos para o almoço; um dia de folga por semana; de 12 e 30 dias de férias/ano; três dias para tratar enfermidade; 60 dias de licença de maternidade; cinco dias em ocasião de casamento ou morte de familiar próximo; registro voluntário no INSS; um contrato por escrito ou verbal; compensação por acidentes de trabalho e direito de serem tratados com respeito e consideração; eliminação das exigências de uma caderneta (controle), luta por um salário mínimo e a abolição de multas por infração.</p>
<p>ASCHA Associação Sócio Cultural Horizonte Azul</p> <p>Fundação:2005</p> <p>A: Áreas peri-urbanas da cidade de Maputo</p> <p>P: Crianças, adolescentes e jovens órfãos e vulneráveis,</p>	<p>-Minimizar o impacto negativo da insegurança urbana, da violência baseada no gênero, da desistência escolar no ensino secundário, das gravidezes precoces, das uniões forçadas (vulgos casamentos prematuros), do HIV e SIDA, de não participação política e cidadã das raparigas e mulheres jovens na Escola, na comunidade e no Município, de desemprego e empregabilidade das jovens.</p> <p>- Apoio psicossocial às raparigas e mulheres jovens.</p>	<p>Dalila Macuacua juntou-se com amigos, irmãos, tios para apoiar crianças na área da educação. Nessas comunidades a maior parte das crianças são órfãs (cuidadas por tios, avós) e estudam em escolas públicas. No apoio social, dialogam com os sonhos das meninas que querem estudar, serem advogadas, juízas, engenheiras. O objetivo principal da ASCHA é a educação, pois tenta criar as condições para as raparigas cursarem os níveis primário, secundário e superior. Até meados de 2017 eram atendidas 220 pessoas (raparigas e jovens mulheres majoritariamente, mas também meninos e rapazes). Qual a diferença entre raparigas (meninas) e mulheres jovens</p> <p>A sede é no Centro Comunitário, interagindo com movimentos sociais no Distrito do Maxaquene, desenvolvendo trabalho nas escolas, nas comunidades, com líderes comunitários e religiosos, com homens e mulheres. Atuam com raparigas e mulheres jovens e rapazes nas escolas, criando “Espaços Seguros de Cidadania e Liderança Feminina”, discutindo temas como gênero, violência, normas sociais.</p> <p>A identidade da ASCHA é feminista e de igualdade para que meninas e meninos tenham a mesma oportunidade de apoio afetivo, financeiro, todos os outros apoios e que ocupem os mesmos espaços ao nível da cidade visibiliza e cria</p>

<p>focada em mulheres.</p>	<p>- Empoderamento nas vertentes: educação, participação política, cidadania e outros temas. - Defende a igualdade entre meninas e meninos quanto às oportunidades de acessar recursos afetivos, materiais e financeiros, que garantam sua autonomia e melhorem as condições de sujeitas/os de direitos nas comunidades. Missão: Promover o desenvolvimento local através da educação, formação, comunicação, arte, cultura e advocacia para eliminação de todas as práticas sociais, culturais, religiosas e tradicionais nocivas à saúde e a vida das raparigas e mulheres jovens nas comunidades de Moçambique.</p>	<p>espaços para que as próprias raparigas falem sobre seus anseios e necessidades nos espaços de advocacia. Em nível nacional, atuam em rede para trazer a voz e fazer questionamentos, construir alternativas em conjunto com raparigas e mulheres jovens de outros espaços. Esse grupo foi criando pequenas ativistas pelos direitos das crianças, as quais passaram a fazer parte do FM, onde passaram por uma formação de despertar e desconstruir a maneira de pensar e aprendendo como pensar na perspectiva de gênero. Isso levou a Horizonte Azul a que se transformasse no que é hoje. As questões que se colocam no despertar: como trazer raparigas e mulheres jovens para os espaços de tomada de decisão? Como elas tomam a dianteira nos assuntos que lhe dizem respeito? Como fazer com que elas próprias possam falar desses problemas e juntas buscar soluções. Metodologia: trabalham com a arte, com todas as danças tradicionais, especialmente o xigubo que é uma dança masculina (em Moçambique e na África) para desconstruir as normas sociais sobre as desigualdades de gênero. Trabalham com o teatro da oprimida, a poesia, focando no componente de intervenção social, de questionamento, de buscar sinergias. Financiamento: Diálogo, ONU Mulheres, ROSC, MUVA, AmplifyChange, Oxfam, Embaixada do Canadá, CESC. https://www.facebook.com/aschamz/</p>
<p>COMUTRA Comitê da Mulher Trabalhadora</p>	<p>- Mobilizar, organizar e dirigir a luta da mulher trabalhadora pela defesa e promoção dos seus direitos e interesses laborais específicos.</p>	<p>É uma estrutura criada em 1994 na Central Sindical Organização dos Trabalhadores de Moçambique Central Sindical (OTM), composto por sindicatos nacionais e provinciais, ligado a em todos os níveis até a base (Comitê das Mulheres nas Empresas). Suas representantes negociam por setor de atividade) para a defesa dos direitos e interesses específicos da mulher</p>

<p>F: 1994</p> <p>A: Moçambique</p> <p>P: Mulheres trabalhadoras formais ligadas aos Sindicatos filiados à OTM.</p>	<p>-Priorizar o apoio à emancipação da mulher trabalhadora com vistas ao seu envolvimento nas tarefas do movimento sindical, o seu enquadramento na vida socioeconômica do país e na formação científica, técnico-profissional e cultural.</p> <p>- Promover a participação da mulher trabalhadora no desporto, recreio, repouso, arte e cultura.</p> <p>- Divulga a legislação que protege a mulher trabalhadora no país e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de modo a serem cumpridas ou ratificadas por Moçambique.</p>	<p>trabalhadora. Atualmente a coordenadora é Cesta Chiteleca, e o mandato eletivo é de 5 anos. Defende a unidade de todas as mulheres trabalhadoras e estabelece cooperação/intercâmbio com outras organizações femininas do país e internacionalmente. Denuncia as discriminações da sociedade, particularmente as ligadas ao trabalho, incentivando a mulher na luta pela libertação. Uma das prioridades atuais é a campanha pela promulgação da Convenção 183, que estende para 3 meses a licença maternidade.</p> <p>Entre as tarefas está assegurar que o sindicato resolva os problemas da Mulher Trabalhadora, mobilizá-la para se engajar no movimento sindical, defender os direitos e interesses específicos, garantir o cumprimento da legislação trabalhista, formar e educar a trabalhadora, influenciar a mulher para a formação acadêmica e profissional, encorajando-a a ocupar lugares de chefia e direção e promovendo a igualdade de oportunidades entre os sexos.</p> <p>A OTM já teve relações muito próximas com o Estado (que financiava atividades do movimento sindical) por que os sindicatos eram o braço direito do partido único. Ao surgirem vários partidos de trabalhadores/as e o movimento sindical, ficaram livres para escolher onde se filiar. Em relação a atuação das mulheres no movimento sindical o nível de adesão, filiação ou sindicalização tem sido bom, pois com o trabalho e base e sensibilização lançou-se o apelo de as trabalhadoras são mulheres fortes. Entretanto a participação ativa das mulheres é difícil porque a maior parte dos dirigentes são homens, os quais em alguns sindicatos não olham para as mulheres, ainda que a direção deva garantir que pelos menos 30% dos cargos sejam ocupados por mulheres.</p> <p>Está filiado nacionalmente ao Fórum Mulher (onde trata de assuntos relacionados à participação política das mulheres em vários níveis) e na África Austral ao SATUC. Em âmbito global é ligado à Organização Internacional dos Sindicatos Livres (CISL). A CUT Brasil e a Confederação Nacional dos</p>
--	--	---

		<p>Metalúrgicos (CNM) têm realizados trabalho de gênero com o COMUTRA. Mantém cooperação com a Fundação Friedrich Ebert, Cuso*Suco, KAD, CISL, CTUC, SATUC, LO Noruega e Com Monwealth.</p> <p>Site: http://www.otm.org.mz/index.php/pt/genero-no-seio-do-movimento-sindical</p>
<p>FOMMUR Fórum das Mulheres Rurais</p> <p>F: 2008 A: Moçambique</p> <p>P: Camponesas, pequenas produtoras, praticantes de comércio informal, pesca artesanal, olaria, raparigas, paralegais, apicultoras</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lutar em defesa dos interesses das mulheres rurais. - Obter o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) em nome das mulheres ou como co-titulares. - Garantia de acesso à terra e ao uso e aproveitamento dos recursos, com soberania para decidir o destino da produção. - Lutar pelo fim das desapropriações pelos grandes empreendimentos. - Garantir a utilização de sementes tradicionais e resistir à imposição das sementes transgênicas. - Buscar crédito para aquisição de máquinas agrícolas e ampliar o cultivo. - Garantir a valorização das práticas agrícolas como 	<p>Foi criado em 2008 por Graça Machel, devido à necessidade de levar uma delegação moçambicana de camponesas ao Congresso Mundial das Mulheres Rurais, em Durban – África do Sul. Ela convocou o FM, a União Nacional dos Camponeses (UNAC), Mulher, Gênero e Desenvolvimento (MuGeDe), Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM). Ela era a primeira dama e queria levar a imagem das mulheres rurais de Moçambique. Atualmente participam do FOMMUR trabalhadoras rurais ligadas à UNAC, AMUDEIA, AMPCM e outras associações e é coordenado por Rebeca Mabui. Faz parte do Fórum Mulher e da MMM.</p> <p>Na II Declaração das Mulheres Rurais, datada de 06/08/2014, estão expostos os posicionamentos do Fórum, a partir do contexto de que 70% da população vive nas zonas rurais e desta, 58% são mulheres. O bem estar e a autonomia da mulher rural estão ligados ao acesso à terra e aos recursos que a natureza disponibiliza para viver e por isso querem contribuir na decisão sobre o uso desses recursos, seja para investimento de pequena, média ou grande escala. As iniciativas de promoção da agricultura devem contemplar e potencializar a prática agrícola das mulheres</p> <p>Desafios atuais: o desafio organizativo do FOMMUR resulta do fato dele ter sido criado em gabinete, e não a partir da base, e esse é um problema que precisa ser debatido; Necessidade de criar espaços onde a mulher rural seja ouvida; Coordenação das atividades com as parceiras que pretendem fortalecer as</p>

	agroecologia, economia solidária e agricultura sustentável.	mulheres rurais; Fortalecer a legitimidade da coordenação a partir da eleição de uma mulher rural pelas mulheres rurais. Financiamento: IBIS, Embaixada da Noruega, Embaixada da Suécia, Agir, Oxfam, UNFPA, Action Aid, Embaixada da Dinamarca.
<p>LAMBDA Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais</p> <p>F: 2006</p> <p>A: Moçambique</p> <p>P: Pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais). - Operadores de direito. - Agentes de Polícia - Formação de</p>	<p>É uma organização que advoga pelo reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBT. Tem suas ações voltadas para as seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa e produção de conhecimento sobre questões LGBT. - Advocacia e monitoria de políticas públicas. - Capacitação e desenvolvimento de competências culturais sobre a diversidade sexual e identidade de gênero no local de trabalho. - Implementação de ações de prevenção do HIV e ITS entre os homens que fazem sexo com homens e mulheres que fazem sexo com mulheres. - Sensibilização e educação pública para mudança de comportamento da sociedade. 	<p>LAMBDA é um símbolo grego que significa IGUALDADE e a associação advoga pela igualdade de direitos humanos dos homossexuais, visando sua inserção nas esferas sociais culturais, econômicas, profissionais, etc. Surge em 2006, por conta do entendimento de um grupo de cidadãos moçambicanos homossexuais que entenderam que a agenda dos direitos LGBT em Moçambique não faziam parte de nenhuma agenda política. Vozes começaram a questionar os direitos a partir da Constituição da República, que no seu artigo 35 proíbe todo e qualquer tipo de discriminação e prevê a igualdade de todas as pessoas diante a lei, e ao Estado garantir a igualdade. De um grupo pequeno, cresceu e está instituída com três escritórios no país (Maputo, Beira e Nampula) e alguns programas que funcionam em outras províncias, como projetos ligados à área da saúde.</p> <p>As prioridades de intervenção se concentram na área da pesquisa (produção de informação sobre evidências da violência LGBT em Moçambique); na área da saúde; na área de comunicação e documentação (ligada a produção da vivência LGBT com a produção de uma informação correta), além da área de desenvolvimento institucional.</p> <p>Aguarda seu registro oficial pelo Ministério da Justiça desde 2008, sem ter obtido qualquer justificativa para o atraso até o momento. Ainda assim trabalha com o Estado (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça). Em 2015, em setembro, o código penal foi revisto, removidos os artigos 70 e 71 que poderiam ser utilizados para perseguir e criminalizar homossexuais, o que é um passo importante na sua luta. Parte desses avanços são fruto do trabalho da LAMBDA</p>

	<p>-Assistência psicossocial e legal gratuita. Âmbito: Nacional</p>	<p>em coordenação com outras organizações da sociedade civil das quais recebe apoio e solidariedade. A situação das pessoas LGBT em Moçambique não é das piores comparativamente aos outros países da região da África Austral, nos quais os cidadãos homossexuais são perseguidos, há violência física da sociedade muito presente e visível. Há espaço para intervir, agir e mobilizar a sociedade para tornar-se mais favorável as questões LGBTs.</p> <p>Ações: apoio jurídico em situação de violência; aconselhamento psicológico (um dos trabalhos mais solicitados); comunicação pelas redes sociais para difundir informação correta (disseminação de informações positivas sobre homossexualidade e empoderar as pessoas para conhecerem a realidade; várias parcerias com mídias (programa de rádio "Café Púrpura"; atuação em várias esferas culturais, como teatro, dança, canto; televisões).</p> <p>https://www.facebook.com/LambdaMoz/</p>
<p>MOVFEMME Movimento das Jovens Feministas de Moçambique</p> <p>F: 2009</p> <p>A: Moçambique</p> <p>P: Jovens mulheres</p>	<p>- Promover os direitos das mulheres jovens e raparigas.</p> <p>- Ser um espaço para discussão/reflexão dos problemas enfrentados pelas jovens e raparigas na agenda de gênero.</p> <p>- Conscientizar a sociedade e contribuir para a criação de uma legislação que reconheça os atos de violência, exclusão, discriminação contra a mulher jovem e rapariga como uma violação aos direitos humanos.</p>	<p>Surgiu em 2009 da iniciativa de 11 jovens feministas, que trabalhavam em diferentes organizações da sociedade civil (algumas internacionais) e algumas que se conheceram durante o mestrado online promovido pela Fundação Mulheres, da Espanha. Elas perceberam o quanto mulheres jovens de alguns países africanos estavam organizadas, e o quanto em Moçambique faltava às mulheres jovens esse espaço de união, de debate, de definição de agenda. O MovFemme surge dessa vontade de cada uma trazer a voz das mulheres jovens, criar espaços de debate, compartilhar informações para refletir sobre a realidade. Em 2010 começam a definir a agenda, destacando a questão da violência contra as jovens e raparigas no espaço público.</p> <p>Utiliza-se de metodologias criativas e participativas, como saraus e rodas de conversa nas fogueiras feministas, uma marca do MovFemme, que permite o diálogo intergeracional entre as feministas, a partilha de informação sobre o ser mulher, desde a questão de gestão família, ativismo, trabalho, aproximando e</p>

		<p>criando laços. Conta com cerca de 300 associadas/parceiras, sendo estas vinculadas ou não a outros movimentos ou organizações do mesmo caráter. Atua em coordenação com as várias organizações e movimentos no país, destacando-se como parceiras o FM, a MMM, ASCHA, o Grall, a WLSA Moçambique, a Rede HOPEM.</p> <p>Em 2016 realizaram manifestações contra a decisão do Ministério da Educação de obrigar que as meninas usassem maxissaias como uniformes para frequentar as escolas, o que levou à prisão de três ativistas, sendo uma delas deportada para a Espanha. Os desafios atuais do Movimento estão ligados ao debate interno com diferentes opiniões sobre legalizar ou não enquanto organização (funcionar como uma associação ou de forma mais espontânea). Entendem que a legalização facilitaria no contexto político, para funcionar com estrutura financeira, administrativa, embora avaliem que o trabalho de luta e questionamento é legítimo e realizado com êxito. Outra questão é melhorar a visibilidade nas mídias sociais para alcançar outras mulheres que não fazem parte das associações do FM.</p> <p>Tiveram um projeto financiado pela Embaixada da França, orientado para a legalização do Movimento (respondendo a agenda do doador que tinham interesse em contribuir para a legalização). Sua coordenadora atual é Shaista de Araújo.</p> <p>Blog: https://jovensfeministasmoz.wordpress.com https://www.facebook.com/jovensfeministasmoz/</p>
MULEIDE Associação Mulher, Lei e Desenvolve mento	- Sensibilizar e capacitar grupos alvos tais como mulheres, homens, jovens, adolescentes e instituições relevantes sobre assuntos de violência baseada no	A MULEIDE é uma organização não-governamental moçambicana de âmbito nacional, criada em Maputo nos finais de 1991, inserida no contexto de uma rede regional africana envolvendo 15 países, para a defesa e consolidação dos direitos das mulheres, integrando organização e pesquisa de setores do movimento de mulheres, governos e ONGs. Trata-se de uma associação de

<p>F: 07/12/1991</p> <p>A: Moçambique</p> <p>P: a mulher economicamente desfavorecida e homens vítimas de Violência Baseada no Gênero (VBG), raparigas e crianças de vítimas de violência sexual e maus tratos e de outros problemas sociais.</p>	<p>gênero (VGB) para que as novas gerações possam estar informadas, sensibilizadas, educadas e capacitadas para que não iniciem e nem entrem em ciclos de VBG.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o autoestima e autossuficiência das raparigas para que não estejam suscetíveis a se submeter a VBG. - Prestar assistência jurídica, psicossocial e de acolhimento de vítimas de VBG permitindo apoio e acesso à justiça. - Promover e apoiar a criação de iniciativas geradoras de rendas e acesso ao emprego para criar auto sustento das vítimas de modo que não se perpetue os ciclos de VBG por dependência financeira das vítimas. <p>Missão: Promover o equilíbrio do gênero, o respeito pelos direitos humanos da mulher (em especial a mulher vulnerável) e a elevação do seu estatuto social.</p> <p>Âmbito: Nacional</p>	<p>caráter social e humanitário que se estabeleceu como uma organização feminina para promover e defender os direitos humanos da mulher. Desenvolve pesquisas relacionadas à questão de gênero, concede educação legal e assistência jurídica a mulheres economicamente desfavorecidas, providencia formação sobre a saúde da mulher e HIV/SIDA, para além de desenvolver ações de combate à violência contra a mulher e de elevação do seu estatuto social. É coordenada atualmente por Rafa Machava.</p> <p>Entre seus objetivos destacam-se a troca de experiências nas áreas de educação legal, reforma política e serviços jurídicos; promoção de direitos civis como instrumentos de organização, colaborando com a assistência e aconselhamento; investigação de problemas legais; implantação de uma rede regional de emergência às violações das mulheres, especialmente a violência doméstica.</p> <p>Suas ações estendem-se por todo o país através do Plano Estratégico da MULEIDE 2017-2022, em três abordagens (Prevenção, Intervenção e Integração), versando-se em 3 pilares temáticos fundamentais: Direitos Humanos da Mulher e Cidadania, Saúde Sexual e Reprodutiva e Empoderamento Económico e Social da Mulher, alicerçando-se no Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional.</p> <p>A MULEIDE vem construindo uma rede a partir do conceito de integração setorial e de complementaridade entre os diversos serviços, sejam públicos, privados, filantrópicos, comunitários, da esfera municipal e associativos. A rede como padrão organizacional “é uma forma de organização democrática constituída de elementos autônomos, interligados de maneira horizontal e que cooperam entre si. Seus princípios são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igualdade, respeito e dignidade como direitos humanos universais.
--	---	--

	<p>Sede em Maputo e delegações nas províncias de Sofala e Cabo Delgado, incluindo os Centros de Acolhimento de Manhiça e de Serviços de Palma.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Respeito às diferenças, valorizando a força e a sabedoria que vêm de todas as vozes, a pluralidade e a diversidade como base da convivência ética e solidária, elementos essenciais da identidade. - Colaboração, pois o poder transformador vem do esforço coletivo, por isso a importância de mulheres e raparigas envolvidas em questões que afetam as suas vidas. - Compromisso, priorizando os interesses da organização em relação a interesses pessoais ou de grupos e atuando com foco na missão, na visão e nos objetivos estratégicos da organização. - Integridade e Transparência, com padrões éticos e níveis de prestação de contas. - Foco em resultados, atuando com iniciativa, criatividade e proatividade, identificando prioridades e concentrando ações no que é relevante para alcançar os resultados. <p>Financiamento: Fundação ORAP (Espanha), Diakonia (Suécia), Agência Sueca, ajuda popular da Noruega, Agência de desenvolvimento da Noruega, FHI (Estados Unidos), Pathfinder e da USAID, OXFAM América, CARANZA, Embaixada dos Estados Unidos, do Canadá, PNUD.</p> <p>Site: http://www.muleide.org.mz https://www.facebook.com/pg/Muleide-990413830998623/about/?ref=page_internal</p>
<p>WLSA Mulher e Lei na África Austral (Women and Law in</p>	<p>- Agir em defesa da igualdade de gênero, pois a mudança só pode ser efetiva se abaladas as estruturas de poder patriarcais que garantem e reproduzem a subordinação das mulheres.</p>	<p>Criada em 1989, por iniciativa do CEA e da pesquisadora Isabel Casimiro, a WLSA é caracterizada pela interação da investigação, que fornece o conhecimento que permite compreender o modo como se constroem e se expressam as relações sociais de gênero, com a ação como produto do saber obtido e como base para a pesquisa. Até ao início da década de 2000 a organização buscava fortalecer o trabalho regional, com estratégias comuns para</p>

<p>Southern Africa Research and Education Trust)</p> <p>F:1989</p> <p>A: Nacional (Moçambique) e Regional (África Austral)</p> <p>P:É uma organização não governamental regional (ONG), que faz pesquisas sobre a situação dos direitos das mulheres em sete países da África Austral: Botswana,</p>	<p>Missão: contribuir para identificar e disseminar os contextos favoráveis, as áreas críticas e os obstáculos no que respeita à igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens no país, propiciando a mudança na lei e nas políticas públicas, no acesso e administração da justiça, e nas práticas sociais. Defende-se que a intervenção seja no sentido do empoderamento das mulheres, para que estas tenham os meios e as oportunidades para combater a discriminação.</p> <p>Define como sua visão uma sociedade com mais justiça social e igualdade, comprometida com a defesa dos direitos humanos em geral. Pretende contribuir para a construção de um mundo com menos assimetrias, onde ninguém seja excluído em função do sexo, da raça, da etnia ou da religião, e em que cada</p>	<p>os países membros e financiamento centralizado. A maioria dos escritórios nacionais relacionava-se com instituições de ensino superior (no caso de Moçambique era um departamento do CEA/UEM) e o contexto político era monopartidário, com uma perspectiva monolítica de direitos humanos. A estratégia reduziu eventuais constrangimentos na atuação da organização, tornando-a um fórum de debate de ideias e de projetos.</p> <p>Define-se como uma organização feminista, o que significa que reconhece que existe presentemente na sociedade uma situação de injustiça, na qual as mulheres têm menos possibilidades de usufruir dos seus direitos de cidadania, menos acesso aos recursos e às instâncias de decisão. Explica essa situação de desigualdade através de uma teoria das relações sociais de gênero que toma em consideração a dimensão de poder nas relações entre mulheres e homens, estruturadas no âmbito de sistemas de dominação patriarcais.</p> <p>As decisões sobre os temas de pesquisa e as ações a desenvolver em cada fase eram debatidos em busca de consensos entre as pesquisadoras e a avaliação era periódica, com a apresentação dos resultados de pesquisa e relatórios das atividades de ação. Esta metodologia de análise do trabalho de cada uma das WLSAs permitiu a aproximação de abordagens comuns sobre os direitos humanos das mulheres e contribuiu para fortalecer uma perspectiva regional nas atividades de advocacia, desenvolvidas particularmente a partir da final da década de 1990.</p> <p>No início da década de 2000 uma série de fatores determinaram a alteração do contexto de atuação da WLSA: drástica diminuição de fundos, devido a mudança de estratégia dos doadores e o surgimento de uma nova realidade política. Circunstâncias que colocaram o desafio de redimensionar as estratégias, ainda que mantida a “regionalidade” como um fator de unidade na luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens. A WLSA Moçambique,</p>
--	---	--

<p>Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.</p>	<p>indivíduo tenha acesso ao usufruto dos seus direitos como cidadão ou cidadã.</p>	<p>tornou-se independente da UEM, adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial em abril de 2003.</p> <p>Projetos de pesquisa: Utiliza como metodologia de pesquisa a investigação-ação, que permite observar e conhecer a realidade e simultaneamente intervir com perspectivas de mudanças. As pesquisas aprofundam os conhecimentos da realidade como argumento para as transformações das leis e políticas públicas e uma avaliação documentada sobre as práticas sociais, que produzem e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres.</p> <p>São identificadas e analisadas as práticas e representações que no modelo cultural estruturam as relações de gênero e constroem o acesso e exercício dos direitos humanos das mulheres e raparigas, com destaque para os direitos sexuais e reprodutivos e direitos civis e políticos (participação política das mulheres). Atualmente é coordenada por Terezinha Silva.</p> <p>Site: http://www.wlsa.org.mz https://www.facebook.com/wlsamocambique.wlsamocambique</p>
<p>MMM Marcha Mundial das Mulheres</p> <p>F: 2000</p> <p>A: Internacional</p>	<p>A complexidade da organização que atua nos cinco continentes leva a destacar as seguintes lutas/objetivos:</p> <p>- África: mulheres resistem à violência neocolonial perpetradas por multinacionais o agronegócio. São sujeitadas a estupro, casamento forçado e gravidez precoce, o que limita seu acesso à educação e à vida digna.</p>	<p>Nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. Organiza-se em 159 países. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. Sua criação foi inspirada numa manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo simbolicamente “Pão e Rosas”. A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas e uma crítica ao sistema capitalista. Conquistas alcançadas: aumento do salário mínimo, direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defende que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela</p>

<p>P: É um movimento feminista internacional que reúne mulheres e movimentos feministas em 159 países.</p>	<p>- Mundo árabe/Oriente Médio: mulheres resistem a grupos fundamentalistas que espalham o terror e as expõem a todos os tipos de violência e brutalidade, incluindo a escravidão. Resistem através de mecanismos de autodeterminação e autodefesa.</p> <p>- Américas: a esquerda vem sendo substituída por governos de extrema direita e seus programas neoliberais. As mulheres defendem os direitos fundamentais, naturais e os bens comuns e enfrentam a criminalização de sua luta, agressão e assassinato.</p> <p>- Ásia - sofre os efeitos do colonialismo e do neoliberalismo. A pobreza aumenta com o controle territorial por corporações multinacionais, protegidas por políticas neoliberais, as mulheres são as mais vulneráveis à exploração no</p>	<p>transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homo fóbico e destruidor do meio ambiente. Constrói uma perspectiva feminista afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade.</p> <p>Desde sua criação realizou quatro ações internacionais, nos anos 2000, 2005, 2010, 2015. A primeira contou com a participação de cinco mil grupos de 159 países. O encerramento mobilizou milhares de mulheres em todo o mundo, ocasião em que foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, documento com 17 reivindicações, apoiado por cinco milhões de assinaturas. Na 2ª Ação Mundial, em 2005, milhares de mulheres foram às ruas e construíram a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, que expressa a visão das alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos. A 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres foi em 2010, com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. O primeiro período marcou o centenário do Dia Internacional das Mulheres com diversas marchas. O segundo teve ações simultâneas, com um ponto de encontro em Kivu do Sul (na República Democrática do Congo), expressando a solidariedade internacional entre as mulheres, e o protagonismo na luta pela solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz. Com o tema “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a 3ª Ação Internacional se baseou nos pontos: Bem comum e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres.</p> <p>A 4ª Ação Internacional ocorreu em 2015, com o objetivo de enraizar a MMM e fortalecer as regiões, com a defesa dos “territórios das mulheres”, que são compostos por seu corpo, pelo lugar onde vivem, trabalham e desenvolvem suas</p>
---	---	---

	<p>trabalho, à violência sexual e ao tráfico.</p> <p>- Europa, em diferentes regiões, as mulheres se opõem ao recuo do seu direito ao aborto, imposto por forças que controlam o Estado. Medidas de austeridade e segurança justificam o ressurgimento de um nacionalismo radical, da intolerância aos migrantes e outras minorias.</p>	<p>lutas, suas relações comunitárias, sua história. Durante a ação foram construídos mapas das resistências das mulheres e das alternativas feministas.</p> <p>Atualmente o Secretariado Internacional da Marcha está em Maputo, coordenado por Graça Samo.</p> <p>Site: http://www.marchemoniale.org/index_html/en</p> <p>https://www.facebook.com/marchemonialedefemmes/</p>
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir das organizações pesquisadas

Os elementos que surgem desse quadro serão aprofundados no decorrer desse capítulo e do próximo. O que se destaca é o período de surgimentos das organizações: são contemporâneas, oriundas da abertura política do país, marcada pela Constituição de 1990. Há um conjunto de organizações criadas a partir dos anos 2000, que tem sua atuação marcada por temas sensíveis, como a questão dos direitos das pessoas LGBT, os direitos das raparigas e jovens ao próprio corpo, a arte como protesto e conscientização, a questão do respeito às pessoas soropositivas, alternativas de trabalho e geração de renda e outras diversidades. As organizações pioneiras tinham como tema central o direito, a legislação, o combate à violência e os direitos no mundo do trabalho. Isso leva a um recorte intergeracional que será verificado na sequência.

É importante referir que essas organizações foram impulsionadas com recursos de agências doadoras estrangeiras, em especial dos países europeus e dos EUA. A grande maioria disponibiliza informações das suas ações na internet, destacando-se três aspectos: 1) o educativo, que busca conscientizar sobre as pautas; 2) o mobilizador, que chama para as ações públicas; 3) o da visibilidade, que presta contas e repercute as ações realizadas, divulgando inclusive relatórios anuais, planejamentos, publicações etc.

Ainda que a maior parte das organizações atuem no âmbito local ou mesmo em regiões do país, destaca-se que essas organizam-se em redes, trabalhando conjuntamente em vários momentos dentro do país, mas também em aliança com redes internacionais/regionais, de acordo com a temática em que atuam. A seguir aprofundaremos essa análise.

6.1 A HISTÓRIA E A ESTRUTURA POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO FÓRUM MULHER

Nesse tópico o objetivo é identificar os mecanismos de organização (gestão política e organizacional) e articulação dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique ligados ao FM. Para isso vamos nos reportar às entrevistas das ativistas para (re)construir a história e a trajetória dessas organizações e apresentar sua estrutura política-organizativa.

O FM define-se como uma organização com uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres. O seu compromisso é lutar por transformações de princípios e práticas socioculturais que

inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre estas e os homens (FM, 2017).

A organização surgiu logo após a guerra civil, num momento de euforia pela chegada da paz, de reconstituição das famílias até então separadas pela guerra e todas as mazelas que isso provocou, como o significativo aumento da violência doméstica. Graça Samo foi Diretora Executiva do FM por 11 anos e relata como foi o processo político para construir a autonomia em relação aos partidos e outras organizações:

Nós construímos algo que achávamos que ia nos ajudar a gerir a crise, criar espaços e mecanismos de construção coletiva, pra que a gente não criasse rupturas. Eu dirigi o FM por 11 anos e quando cheguei ele não era aquilo, era uma organização pequenininha, funcionava num *flat* (risos). Era como se fosse um núcleo dentro da máquina da FRELIMO. Foi necessário muito processo político para sacar o Fórum desse lugar e tornar realmente uma organização com autonomia, com seu espaço próprio. No prédio em que tínhamos a sede funcionam as organizações da FRELIMO, na Somachild que é um bairro chique. Na primeira vez em que fui na entrevista fiquei chocada, porque não funcionava o elevador então você subia pela escada, tudo escuro. Depois havia um andar de mezanino que estava cheio de bandeiras vermelhas, como se fosse uma campanha eleitoral...como é possível isso? Que organização é esta? E o apartamento que alugávamos era da OJM (Organização da Juventude Moçambicana). Era uma contradição para mim, mas para as pessoas era normalíssimo e eu comecei a dizer "desculpem, vocês estão a dizer que é normal isso?". Diziam "ah é por que a renda é mais baixa". Eu disse "desculpa, se olhar a cama que tem aquela casa lá, nossas convidadas...meu vocês são maravilhosas, estão a fazer um trabalho muito importante para a comunidade moçambicana, venham ocupar minha casa, por que não preciso dela, estou morando em outro lugar, a gente iria?" (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

O FM comemora 28 anos de existência em 2018 e sua trajetória vem se consolidando ao longo dos anos. Em 1998 teve uma virada na sua

atuação ao aderir à chamada internacional da MMM para a ação no ano 2000. Nesse ano foi lançada a “Carta das Mulheres para a Humanidade” e o movimento “Pão e rosas”. Em Moçambique foi realizada uma marcha somando-se às mulheres de todo o mundo e nas reivindicações pelo fim da pobreza e da violência.

A estrutura do FM era voltada para fazer *lobby* e advocacia com o governo, formação e divulgação sobre os direitos humanos. Uma pesquisa revelou o desconhecimento das mulheres sobre seus direitos, sendo um dos motivos que as impediam de reivindicar. Os pilares mais importantes eram a questão da violência e quando voltamos de Beijing a demanda era por uma lei de combate a violência. O outro era a saúde sexual e reprodutiva, focada na questão de aborto, na mortalidade da mulher, informações sobre prevenção de gravidez (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Esse quadro tem similaridades com certos aspectos da análise de Alvarez (2000) sobre a América Latina. O FM se identifica com os novos movimentos sociais, por ter uma capacidade propositiva e uma atuação feminista que influencia cultural e politicamente na sociedade. Se articula com os desdobramentos das políticas de gênero em âmbito nacional e global que eclodem nos anos 2000, num cenário de empoderamento pós Beijing, que foi um marco para a articulação transnacional do feminismo: as fronteiras da agenda de gênero são borradas, essa passa a ser global e os esforços de advocacy transnacionalizam-se (ALVAREZ, 2000). O FM se insere nas “redes de questões transnacionais” (KECK E SIKKINK, 1992 *apud* ALVAREZ, 2000, p. 407).

A Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional e Formação, Júlia Mpfumo (entrevista em 18/12/2017) falou sobre o papeis e responsabilidades das organizações do FM em fazer a articulação e o diálogo para as ações coletivas: “Se existe uma rede de organizações, existe uma partilha e onde as organizações partilham o que estão pensando em fazer em termos de plano, as grandes agendas e datas das atividades, a outra organização que também tem uma atividade pode se juntar e coordenarem juntas, desenvolvendo uma atividade muito bonita sem atividades isoladas”.

Segundo ela, de todas as organizações membros, perto de 35, são organizações efetivas e estão muito ligadas à vida do FM e dele recebem a ajuda necessária: “Ao trabalhar com essas organizações identificamos

recursos e auxiliamos nas assembleias gerais. Se existe conflito interno nós ajudamos na resolução, encorajamos as organizações a fazer consórcios para a busca de parcerias, prestamos apoio técnico, moral e metodológico” (Júlia Mpfumo, entrevista em 18/12/2017).

Os conflitos internos são inerentes às organizações e relações de poder entre ativistas, por serem espaços democráticos de debates de controvérsias, construção de alternativas e de estratégias para combater poderes mais profundos, como o próprio patriarcado. Processos contraditórios podem ser desencadeados pois existem relações desiguais de poder entre as mulheres, que envolvem questões éticas e culturais, e também estruturais e institucionais (ALVAREZ, 2000). Também envolvem relações pessoais e subjetividades que por vezes ficam invisibilizadas, mas que merecem ser trazidas para o debate para o avanço fraterno do feminismo (MAMA, 2013).

Com vistas a conhecer e compreender as assimetrias, o gabinete do FM visitou as organizações para fazer um levantamento da capacidade institucional. Cada uma delas apresentou as suas dificuldades e forma de trabalhar. Depois foi desenhado um plano de ação onde foram agrupadas em níveis e necessidades específicas. Segundo Júlia Mpfumo (Idem) isso revelou três níveis de organizações:

1) Organizações que são membros do FM mas tem capacidade de mobilizar recursos, uma estrutura e uma capacidade de entidade fortes. São filiadas ao FM por uma questão política, para criarem ligações e alicerces fortes para as campanhas de direitos das mulheres ou direitos humanos. Essas foram classificadas de nível “A”.

2) Organizações que foram classificadas de nível “B”, pois no momento do levantamento tinham financiamento e uma certa estrutura. Eram organizações sólidas que com o tempo acabaram criando certas fragilidades ligadas ao componente de gestão.

3) Organizações de nível “C”, que na sua maioria não tinham recursos financeiros e não tinham planos estratégicos. Elas também precisavam refletir sobre a sua existência, a sua identidade, a questão dos valores, a missão. Levantavam algumas dúvidas o que implicou em que muitas delas perdessem sua identidade pela falta recursos, realizando pequenas atividades para continuarem a sua existência.

A partir dessa verificação montou-se o plano de trabalho “Despertar”, que durou cerca de três anos e contou com a consultora brasileira Solange Rocha, que contribuiu com a criação de dinâmicas de fortalecimento das organizações. Foram realizadas sessões com as organizações de nível “B” e “C”, contando com o suporte das organizações de nível “A”.

Foram debatidas a identidade das organizações, a visão sobre sua atuação, os valores, as razões das organizações existirem, quais eram as suas fragilidades, qual o perfil das pessoas. Também foi discutido o “eu” como sujeito político e a organização coletiva. “Este trabalho nos fez perceber o modo como as organizações e suas lideranças pensavam e de que modo tendiam a caminhar”, ressalta Júlia Mpfumo (entrevista, 2017):

Foi um processo de muito aprendizado que levou as organizações a fazerem um Plano de Trabalho para a mudança. Voltando às suas organizações tinham que implementar o que aprenderam e para isso foi canalizado um fundo em torno de 10 mil reais para as organizações fazerem alguma ação em torno do “Despertar”: partilhar o que aprenderam, organizarem sessões de formação, adquirirem um computador ou alguma coisa útil para a organização. Com isso foi possível testar como era o processo de prestação de contas da organização (Idem).

Hassim (2005) traz uma pista para refletirmos sobre as organizações de Nível “C”, que me parecem semelhantes as “organizações baseadas na comunidade”, que são as menos visíveis, mas as mais numerosas, formadas por camadas das organizações de mulheres no nível da comunidade local. No caso da África do Sul essas organizações sempre existiram, mas são fracamente ligadas às redes nacionais e com o passar do tempo parecem ter ficado à deriva, descoladas de um projeto politicamente coeso.

Essas organizações são muitas vezes mobilizadas tanto pelo governo como pelos “novos movimentos sociais”. Seu trabalho atende às necessidades práticas das mulheres, diante do aumento da pobreza e do HIV/SIDA, focada no trabalho assistencial, cuidando dos doentes, organizando e financiando funerais. Hassim (2005) salienta que as mulheres têm amortecido os altos níveis de desemprego e o fracasso do Estado em fornecer um sistema de previdência social e assistência médica. Nas políticas governamentais há um discurso que enfatiza o valor cultural do cuidado, mas na prática o fardo de cuidar dos jovens, doentes e idosos é transferido para as mulheres, sem compensação financeira pelo seu tempo e sem um efetivo apoio do Estado.

Mas há uma ambiguidade nesse processo, pois os encargos crescentes não são desprovidos de oportunidades para redefinir papéis de gênero. Ao cuidar de pessoas que morrem de SIDA, por exemplo, as

mulheres têm que atravessar barreiras culturais de privacidade e respeito, renegociando práticas culturais e tradicionais e redefinindo papéis sociais. Essas negociações cotidianas desafiam o pressuposto comum de que as mulheres são simplesmente vítimas (HASSIM, 2005).

Nzira de Deus avalia que o FM cresceu muito no início dos anos 2000, tanto na sua organização de redes de movimentos, como nos desafios junto ao Estado, o que trouxe a necessidade de aprofundar metodologias políticas que superassem a assistência e a ajuda. Isso fez com que em 2007 o FM revisse sua estratégia e incorporasse a categoria “feminismo” na sua concepção, a partir da narrativa de algumas ativistas que perceberam que exigir direitos e justiça é “feminismo”:

Em 2007 a equipe que estava no Secretariado Executivo já vinha participando em vários espaços de diálogo, formação no nível nacional e internacional de perceber que não bastava somente trabalhar nas políticas públicas. De influenciar que tenhamos a Lei da Família aprovada se não há uma mudança de comportamento, de atitude, uma mudança de consciência da mulher sobre si própria e sobre os seus direitos: sem isso aquela lei não ia funcionar. Se a pessoa não fosse exigir junto ao governo e denunciar nas estruturas que “eu estou perdendo a minha terra, o meu direito porque eu tenho o meu direito”. E preciso que nos percebamos como sujeitos de direito e não simplesmente porque o governo tem que nos garantir, mas podemos exigir justiça, essa parte foi o grande salto de dizer: se nós exigimos isso tudo isso tem um nome: e o nome é feminismo (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Consequência disso é que em 2008 a orientação “feminismo” como um movimento político é incorporado nos documentos do FM, sendo aprovado em Assembleia por cerca de 50 organizações nacionais (oriundas de diferentes províncias). O tema do combate à violência permanece na agenda, assim como entra na pauta o empoderamento econômico das mulheres.

Maira Domingos (entrevista em 28/01/2018) concorda que entre os anos 2008 e 2009 o FM dá uma guinada na sua trajetória política-organizativa ao assumir a identidade feminista. Analisa que foi uma virada que teve impactos no processo de subjetivação das suas integrantes

pois, entre outros aspectos, desenvolveram uma consciência sobre o conteúdo político do feminismo.

Na avaliação do Plano Estratégico 2005-2009, bem como na construção do Plano posterior (2009-2013), surge um debate sobre “qual é a identidade que nós queremos construir, como é que nós nos identificamos, quem somos nós?”. Ela conta como foi controverso o processo para as ativistas assumirem-se e assumir o FM como “feminista”, atribuindo as dificuldades, aos preconceitos que existem sobre o termo:

(...) as pessoas diziam “somos um grupo de mulheres, movimento de mulheres que trabalha pela igualdade de gênero, direitos humanos das mulheres, mas isso é pouco, não é suficiente”. Dizer que somos feministas foi um longo processo, não foi um consenso, mas foi uma necessidade de afirmação política da qual precisávamos. Algumas disseram “não, nós não podemos dizer que somos feministas porque esta é uma palavra muito forte”. Então sentíamos que de alguma forma existia um medo de dizer quem somos, que somos feministas, como se implicasse na perda de alguns privilégios para homens, ou como se isto fosse uma ousadia, uma afronta aos homens. É uma avaliação individual, mas de alguma forma este processo foi conduzido pelo gabinete, mas com as associações membros do FM e com a consultora Terezinha (Maira Domingos, entrevista em 28/01/2018).

O debate não foi consensual, trazendo polêmicas e tensões, que foram e são geridas ainda hoje. Ela conta que à medida em que as pessoas foram aprendendo e superando o temor de serem rotuladas e o medo do que isso significava diante das suas famílias começaram a se autodeclararem feministas:

Também não queriam se autodeclarar feministas para não sofrerem ataques ou não perder privilégios. A questão era “você se afirma feminista porque é contra os homens e quer tomar o poder dos homens”. Eu percebia no universo das pessoas que havia medo de não conseguir lidar com os estereótipos que estão a volta do feminismo. Elas preferiam palavras mais confortantes e menos

palavras que traduzissem um conflito. O feminismo era como se estivesse a desafiar o outro. Por isso preferiam palavras que causassem menos conflito ou afronta, como igualdade de gênero e direitos humanos (Maira Domingos, entrevista em 28/01/2018).

No Plano Estratégico de 2009/2013 foram definidas cinco áreas programáticas: combate à violência, direitos sexuais e reprodutivos, economia das mulheres, participação política e desenvolvimento institucional. Este último se volta para fortalecer os membros do FM no componente institucional, para que possam realizar processos administrativos mais democráticos, com participação e transparência, dentro dos princípios da igualdade de gênero e dos direitos humanos. Maira Domingos analisa como a opção do FM pelo feminismo levou à articulação dessas novas áreas programáticas na agenda:

Foi dali que surgiram as áreas programáticas, porque eram coisas que não se viam quando se fala só de forma, de um lugar de conforto. As pessoas não trabalhavam gênero como uma categoria de análise social e não aprofundam o seu entendimento. Alguns temas como direitos sexuais reprodutivos não se via como área de trabalho. A sexualidade das mulheres, falar do corpo não se via como uma área de construção política das mulheres. Foi a partir desta reflexão de quem somos que se ampliou a visão sobre a pauta que nós temos que lutar e as áreas sobre as quais nós podemos ler mais sobre nós mesmas como mulheres. Aquelas áreas que nunca estiveram na mesa para conversa (Maira Domingos, entrevista em 28/01/2018).

A entrevistada vai nos auxiliando a compreender o quanto a chegada e a compreensão da categoria feminismo ajuda a avançar na construção teórica e política do papel do FM, levando a construir programas de formação política para as ativistas se prepararem para tratar essa concepção a partir do desvelamento de temas tabus também para elas:

Fomos fazendo sessões sobre corpo e sexualidade e as mulheres pareciam adolescentes falando pela

primeira vez sobre seus corpos, sobre seus aspectos sexuais, porque isso não era assunto para se conversar num espaço com outras mulheres desconhecidas e que estavam a ver pela primeira vez. As mulheres adultas contando as suas experiências únicas pela primeira vez, a pessoa pegar no espelho e ver a sua vulva ou se tocar. Eram coisas impensáveis, mas foram sessões que desabrocharam muitas falas que não eram mais reservadas porque sexualidade era daqueles assuntos de falar do seu corpo (Maira Domingos, entrevista em 28/01/2018).

No Plano Estratégico de 2014-2018 esses eixos de atuação foram reiterados: “Combate à violência contra a mulher”, “Economia e Trabalho”, “Participação Política” e “Direitos Sexuais e Reprodutivos”, conforme representado na figura a seguir. Nela a organização institucional aparece como pano de fundo.

Figura 28 - Áreas de atuação das organizações



Fonte: leitura da pesquisadora a partir de observações e entrevistas.

Ainda que algumas organizações trabalhem especificamente sobre um tema, observamos que os eixos estão imbricados entre si e transversalizados nas ações dos movimentos. O eixo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos articula várias organizações que constituem uma rede específica desse tema, coordenada pela ONG Pathfinder, que é uma rede internacional parceira do FM, mas não sua membra. Essa rede é formada pela WLSA, FM, MULEIDE e ASCHA.

Incluímos nessa rede a Associação Hixikanwe e a LAMBDA. O ativista da Francelino Zeute conta que a LAMBDA realizou uma pesquisa em 2014 nas três maiores cidades do país - Maputo, Beira e Nampula – e o resultado revela que na capital do país (cidade de Maputo) quatro em cada cinco pessoas entende que a homossexualidade é uma doença, revelando uma percepção negativa de uma sociedade em que a informação chega de forma deficitária e a homossexualidade ainda é um tema tabu no debate público:

A parte da comunicação é chave e usamos as redes sociais para difundir a informação correta, pois as percepções da sociedade à volta das questões da homossexualidade são ainda muito, muito frágeis. As pessoas não têm o entendimento correto e se baseiam no senso comum e entendemos que nossas intervenções devem disseminar informações positivas sobre homossexualidade e empoderar as pessoas a conhecer e perceber que é preciso mudar as normas. Nossas ações são baseadas em pesquisas que indicam a forma de intervir para responder a esses desafios das percepções erradas sobre as questões da homossexualidade (Francelino Zeute, entrevista em 20/11/2017).

No caso da AMPCM, ainda que esteja envolvida prioritariamente com o eixo da “Economia e Trabalho”, também são abordadas as questões dos DSR e do combate à violência:

Quando falamos de HIV entramos no planejamento familiar, na prevenção das doenças e aí dentro desse ângulo acontece muita violência. Daí abordamos essas questões de violência porque o que tem acontecido é que por vezes as mulheres são impedidas de fazer o planejamento, de usar o preservativo: “ahh não, tu és casada não podes usar o preservativo”, enquanto este é um dos métodos

para não contrair o HIV e outras doenças (AMPCM 1, entrevista em 20/11/2017).

O eixo do “Combate à violência contra a mulher” é um dos mais importantes, onde se destaca o trabalho da MULEIDE, da ASCHA, do MovFemme. As demais organizações transversalizam o tema nas suas ações. A jovem ativista da ASCHA, Filomena Chavanguane denuncia a violência nos espaços públicos:

Eu vou falar a nível do meu bairro. A maior dificuldade que nós temos é de andar na rua, na escola, nos transportes, sem que os homens pratiquem qualquer tipo de violência contra nós. Muitos bairros não são seguros, nos transportes nos sentimos muito violentadas, mas principalmente, temos dificuldade de enfrentar o dia e à noite, mas que também nos pertence por que somos seres humanos, temos nossos afazeres e não conseguimos cumprir com nosso fuso-horário para voltar à casa à luz do dia. E gostaríamos de frequentar esse dia e essa noite sem nenhuma proibição, por que a noite e o dia nos pertencem também, assim como pertencem aos homens. E acho que isso deve ser valioso para nós, para fazer valer aquilo que são nossos direitos, porque a igualdade de gênero é um direito nosso, não é um favor que os homens fazem, por isso se trata de tentar reeducar para uma sociedade melhor (Filomena Chavanguane, entrevista em 14/12/2017).

A coordenadora do MovFemme, Shaista de Araújo também ressalta que nas cidades a questão da violência no espaço público é prioridade para as jovens feministas: “A questão da violência no espaço público continua a ser um ponto principal na nossa agenda: a iluminação das ruas, a identificação ou a adoção da segurança pública como um espaço de preocupação com perspectiva de gênero a nível dos municípios” (Idem, entrevista em 05/10/2017).

O eixo da “Economia e Trabalho” é onde estão inseridas as sindicalistas (COMUTRA), as trabalhadoras domésticas (AMUEDO). Nessa área destaca-se também a questão da terra, onde atuam a UNAC, o FOMMUR, assim como a AMPCM e a AMUDEIA. A representante das

mulheres metalúrgicas se articula com o FM e ao ser questionada sobre se considerar feminista nos respondeu de forma ambígua:

Eu me considero em ambos lados porque nós temos que defender os direitos que vem na Lei do Trabalho, que é para ambas as partes. Mas puxamos mais para as mulheres, queremos vê-las bem na sociedade, estarem felizes para aquilo que acontece. Elas não serem pisadas pelos homens e não serem atacadas pela violência doméstica. A nível dos locais de trabalho defendemos a todos mas com maior atenção a camada feminina (Inocência Tembe, entrevista em 24/01/2018).

A fala de uma trabalhadora doméstica durante o Seminário da AMUEDO em novembro de 2017, expressa o nível das relações de trabalho nesse setor:

Eu estava a trabalhar numa família branca. Eu tinha que limpar a casa de banho mas não podia usar ela. Eu só trabalhei três dias, deixei por que eu tinha que fazer necessidades, mas só tinha uma casa de banho. Como é que ia ser? Eu voltei pra casa por que não conseguia ficar ali. Eu acho que uma empregada doméstica não deve trabalhar tipo escrava. Há outras empregadas que chegam e começam trabalhar e nem tem pelo menos uma fatia de pão, que não chegam para o dia todo, depois estar de pé, fazer todo o trabalho. Mas ai, está a me doer muito, você limpar tudo, mas o salário, zero (Trabalhadora Doméstica 29, Comunicação Oral AMUEDO, 01/11/2017).

A AMUDEIA também se incorporou no tema dos DSR e do combate à violência, o que demonstra mais uma vez a transversalidade dos temas na ação das organizações:

Nós estamos a trabalhar com educação de adultos, educação infantil, com direitos sexuais e reprodutivos, com a HIV/SIDA, agricultura e autonomia econômica, que é ensinar as mulheres a ter um auto-sustento, como fazer chinelos para elas poderem se sustentar. Também fazemos assistência

jurídica às vítimas de violência doméstica (Dulce Narciso, entrevista em 27/12/2017).

O trabalho desenvolvido pela AMPCM envolve o empoderamento econômico, a sustentabilidade ambiental, a organização solidária, articulado com reflexões sobre gênero e corpo:

A minha cooperativa é agrária, constituída apenas por mulheres e estamos a fazer esse trabalho de empoderamento, gênero, crédito de poupança, HIV/SIDA, tudo relacionado com mudanças climáticas. Temos cooperativas de mulheres que fazem a reciclagem também (AMPCM 2, entrevista em 20/11/2017).

No eixo da Participação Política¹⁴⁸ todas as organizações ligadas ao FM atuam, como pode ser observado no quadro “Perfil das organizações pesquisadas durante o trabalho de campo”. A fala de Dalila Macuacua ressalta o protagonismo falado na primeira pessoa:

Também fomos aprendendo mais coisa no FM, como desconstruir a maneira de pensar e como pensarmos na perspectiva de gênero e isso foi levando a Horizonte Azul a que se transformasse nesse grupo. E uma das questões que se colocam no “Despertar” é como nós fazemos para trazer raparigas e mulheres jovens para os espaços de tomada de decisão? Como elas tomam a dianteira nos assuntos que lhe dizem respeito? Como fazer com que elas na primeira pessoa possam falar desses problemas? E juntas buscamos soluções (Idem, entrevista em 13/01/2018).

Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017) analisa que “muito do trabalho de participação política que a gente faz é de construção da cidadania, elevar a voz das mulheres para poderem dialogar com o governo”. Na avaliação dela é uma advocacia coletiva, onde trabalham juntas na participação política, que é uma área em que a WLSA contribui muito. Também são feitas alianças com o Fórum da Mulher Autarca, que

¹⁴⁸ Em Moçambique existem as Ligas partidárias de mulheres, que não fizeram parte do trabalho de campo.

não é membro do FM. Entretanto a fala de Shaista de Araújo revela que ainda há lacunas nessa participação:

Um assunto é a presença das mulheres jovens com conhecimento de gênero em espaços de decisão onde a sociedade civil participa: espaços de debate de política, de políticas econômicas, da questão da mineração, estes lugares onde o conhecimento as vezes é muito masculino. Ter a perspectiva de gênero nesses lugares, ter mulheres que vão trazer a necessidade de olhar para alguns aspectos a nível de aprovação de políticas é importante. Acho necessário trazer ao movimento mulheres de várias áreas de formação, por que a tendência é o predomínio das áreas de ciências sociais. Então as ciências econômicas e as outras ciências ficam um pouco aquém, mas elas são um potencial de inspiração para outras mulheres, como é o caso na área de tecnologia: há uma ausência de referências de mulheres que seguem essas áreas para inspirar outras meninas (Idem, entrevista em 05/10/2017).

O ponto da participação política também é reivindicado pelas camponesas, como expressa a fala de Rebeca Mabui do FOMMUR:

O que estamos a chorar é por que tem o programa terra segura e todas nós que estamos aqui somos mulheres camponesas e não temos a possibilidade de adquirir o DUAT. Entre nós falamos quando nos encontramos e ninguém de nós é abrangido por essa "terra segura". A nossa preocupação é com a terra e estamos a pedir que gostaríamos da nossa participação por que distrito e cada município existem organizações das mulheres camponesas para nós podermos também ser abrangidas (Comunicação Oral Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

Os processos mencionados anteriormente dialogam com o que Hassim (2005) conceitua como “novos movimentos sociais”, compostos por mulheres que descobriram outras formas de agência no nível da comunidade. Esses movimentos emergiram e desafiaram o Estado a dar respostas às necessidades básicas, a superar suas fraquezas, em especial no sistema de justiça e em casos de violência contra as mulheres. Embora

as ações diretas não sejam predominantes na luta política, elas ocorrem com uma frequência que revelam o grau de agência dessas organizações.

As formas mais vibrantes e criativas de solidariedade coletiva surgiram nesse nível devido à forma como as mulheres lidam com as crises do dia-a-dia diante de poucos recursos. Essas diferentes arenas dentro do movimento das mulheres podem se somar a um movimento social forte e diversificado. Hassim (2005) considera que num estado democraticamente eficaz essas organizações poderão estar juntas para garantir que as pessoas empobrecidas e em situação de vulnerabilidade tenham visibilidade por parte do Estado, que seja cobrada a responsabilidade nos gastos públicos, que os valores constitucionais de igualdade e justiça social sejam defendidos tanto na esfera pública como privada.

Em relação ao financiamento, como vimos no capítulo 2, a chegada das ONGs e da “ajuda” ao desenvolvimento é um processo ambíguo, pois de um lado contribuí para a criação e o fortalecimento das organizações, mas por outro corre-se o risco de atender a agenda e interesses de agências doadoras, que nem sempre dialogam com as realidades locais. O depoimento da ativista é revelador dessas contradições no cenário do financiamento:

O que é que eu vou fazer se é uma mulher que está morrendo, você vai deixar morrer porque primeiro tem que ir assinar o documento, tem que sentar fazer o relatório? Depois o doador quer saber do relatório e você foi salvar aquela menina. Uma vez fomos resgatar uma menina porque ela tinha sido encarcerada por um homem muito forte, poderoso, cheio de dinheiro. Veio aqui uma senhora pedir o nosso socorro e a gente tinha que fazer, porque em princípio podíamos mandar para não sei aonde, vai naquela organização, mas aquela situação era crítica (Depoimento de ativista, 2017).

O depoimento acima reflete um pouco do dilema e a complexidades das organizações em atender as demandas concretas do cotidiano e o compromisso com os órgãos financiadores e suas exigências para a liberação de recursos. Por um lado, as organizações precisam de financiamento para operar suas ações e, por outro, a burocracia por vezes toma muito tempo, dado o reduzido número de pessoas liberadas para cuidar da parte organizativa, estrutural, mas também das demandas de ponta, que envolvem a mobilização e ação política.

Segundo o Relatório Anual do FM, publicado no final de 2017, o financiamento para a sociedade civil tem diminuído por que há uma redução do fluxo dos recursos aos parceiros financiadores, ONGs internacionais, o que implica na necessidade de rever a estratégia do FM, especialmente na mobilização de recursos. Entretanto, as agências bilaterais e internacionais mantêm uma estabilidade nos seus fundos, assegurando que não haja um risco iminente nos próximos cinco anos.

A ativista do FOMMUR denuncia em seu depoimento a forma desrespeitosa com que são tratadas por vezes pelos organizadores/parceiros, que priorizam agradar os agentes de Estado:

Me recordo do evento de 15/10, dia das mulheres rurais, em Boane. Lá tinha uma tenda muito bonita, aqueles dirigentes comeram lá, cortaram o bolo e nós como mulheres rurais estávamos a queimar com sol, procurando sombra, a pegar TKUES (marmita). Mas essa reflexão faço agora que estou a ver qual é a diferenças dos organizadores, o comportamento das pessoas perante a mulher rural. Por que a gente achava que isso era normal, mas estou a ver que afinal de contas não é normal. Por que aquele era o nosso dia, quem tinha que cortar aquele bolo era a camponesa lá debaixo, mas foram chamados os deputados. Os deputados é que deveriam assistir a mulher rural a cortar o bolo. A mulher rural habituada a ficar no sol, e os dirigentes lá na tenda. (Camponesa 3, Comunicação Oral na Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

Essa fala me instigou a conversar com algumas ativistas sobre as posturas das entidades financiadoras em relação aos rumos das pautas e agendas. Parte delas afirma que tem uma autonomia na execução dos projetos, que são negociados já dentro de um Plano de Trabalho e Termos de Referências, com objetivos e metas. Algumas informantes consideram que a influência é sutil, pois dizem que há autonomia, mas no decorrer do desenvolvimento dos projetos influenciam para uma determinada direção, dependendo do contexto. Entretanto, também observei que grande parte da atuação e dos projetos segue linhas parecidas, o que pode nos levar a refletir se a priori já não existem temas com potenciais financiamentos, e que para garantir o acesso aos recursos é preciso se inscrever no tema corrente, a agenda de interesse do doador.

Tivemos algumas ondas depois da independência em relação aos doadores. Alguns se aproximavam das organizações e diziam “nós temos dinheiro e vocês veem qual é a área que querem escolher para o trabalho”. Não interferiam do ponto de vista metodológico e nas linhas trabalho. Depois chegou outra onda que eram as agências internacionais que faziam acordos com os Ministérios de acordo com área de trabalho e os saldos eram para as ONGs. Depois quando viram que isso com o governo não dava certo, mudaram e começaram de novo a dar-nos o dinheiro. Na fase atual, que começou com muita força, nós temos que concorrer com ONGs internacionais, o dinheiro já não vem, não nos oferecem. Nós é que temos que concorrer, fazer projeto na linguagem do doador, então tem sido muito difícil. Há cinco anos havia um fundo comum, onde os doadores juntavam-se numa única e se fazia um acordo sobre este dinheiro e sua utilização era decidida coletivamente. Agora é cada uma luta pelo seu recurso e segue as regras do doador para a prestação de contas (Entrevistada em janeiro de 2017).

As organizações raramente recebem algum recurso de projetos junto ao Estado. O principal financiamento vem de agências de cooperação e por vezes alguns fundos próprios. A MULEIDE, por exemplo, presta assistência legal para mulheres de baixa renda que pagam um valor de 100,00 MZN (cem meticais) para pagar documentos. O atendimento é voltado também às mulheres de renda alta que procuram os serviços da associação, mas nesse caso o atendimento é cobrado. Outra parte dos recursos provem de aluguéis de salas de reuniões, formações na área de culinária, costura, informática, que são realizados para garantir a auto sustentabilidade e não depender exclusivamente dos fundos dos doadores, que são organizações internacionais de diferentes países.

Carlota Inhamussua ressalta a importância da autonomia financeira das organizações, para que as mulheres se articulem com seus próprios recursos, de forma colaborativa:

Elas quando quisessem visitar uma à outra para apoiarem em qualquer sentido, seja autoestima, seja da falta de produtos ou por qualquer motivo,

elas se juntavam, juntavam seu dinheiro, a sua comida e iam pra lá. Nosso desafio é construir um movimento em que as mulheres não precisem do dinheiro de doação, mas que elas próprias autofinanciem seu acampamento, esse é o desafio para 2018. E termos um lugar onde qualquer uma possa oferecer, por que o nosso alojamento também é autofinanciado. Nós não vamos dormir num hotel, queremos uma casa onde cozinhamos, fazemos nossas coisas, aprendemos a recriar aquilo que não é industrial, a comida que podemos comer que é saudável e vamos nos apoiando nesse sentido (Idem, entrevista em 24/10/2017).

6.2 A ORGANIZAÇÃO EM REDE DO FÓRUM MULHER

Os feminismos em rede tem sido uma estratégia de organização política ampliada com a ajuda da tecnologia, que potencializa a ação dos movimentos de mulheres e feministas. Entre as modalidades de organização, Hassim (2005) identifica no seu estudo que as “Redes e coalizões nacionais e regionais” se aglutinam em torno de questões comuns. São redes que fazem papéis de *advocacy* e política, articulando organizações de defesa de interesses, tendem a ser de base urbana e financiadas principalmente por doadores estrangeiros. Aqui conectamos a reflexão com a análise de Dalila Macuacua:

A ASCHA atua no centro comunitário, interage com movimentos sociais no Distrito do Maxaquene, desde o trabalho nas escolas, nas comunidades, com líderes comunitários e religiosos, com homens e mulheres, com raparigas e mulheres jovens e rapazes nas escolas, criando espaços seguros de cidadania e liderança feminina, discutindo temas como gênero, violência, normas sociais. Também atuamos ao nível da cidade, um nível macro, quando buscamos visibilizar e criar espaço para que as raparigas na primeira pessoa falam daquilo que são seus anseios e necessidades, para que os fazedores de políticas ou as pessoas no dia-a-dia interagem com elas a nível do município poderiam ver na primeira pessoa quais são seus anseios. Isso para além da participação política das raparigas é um espaço de *advocacy*. A nível nacional a gente atua em rede. Quando temos

conferências as raparigas estão lá para trazer a voz e fazer questionamentos, construir alternativas em conjunto com raparigas e mulheres jovens de outros espaços (Idem, entrevista em 13/01/2018).

Essas redes dirigem sua atenção às questões consideradas “feministas”¹⁴⁹ para as mulheres ocidentais na década de 1980, como a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres e o questionamento às normas vigentes. Para Hassim (2005) isso pode estar relacionado às mudanças discursivas do nacionalismo, que inclui na sua agenda a cidadania, favorecendo o surgimento de organizações de mulheres empoderadas, sem constrangimentos em relação aos temas e as questões que pautam no domínio político nacional. “A nova democracia, apesar de suas fraquezas, abriu as portas para que as organizações de mulheres abordem questões que estão fora das definições convencionais de ação política e exijam que o Estado preste atenção a questões que geralmente relutam em regular, regulando e mitigando o poder dos homens na esfera privada” (Idem, p. 9).

O depoimento da integrante do FM, Maira Domingos dialoga com a autora, descreve a importância da descoberta do próprio corpo para a construção da autonomia das mulheres:

Foram experiências muito boas para as mulheres poderem ir ao ginecologista pela primeira vez, irem a maternidade para ter bebê. Isso parece pequeno, é como se o corpo das mulheres tivesse sido preparado para servir, para procriar, para o prazer e não necessariamente um olhar da autonomia para si mesma. Isto nunca tinha sido posto como uma questão da agenda. Ver este desenvolvimento crescer no seio das mulheres, pensar o uso dos métodos contraceptivos, o HIV/SIDA que são questões que atravessam a relação que a pessoa tem com seu corpo e com sua sexualidade. A autonomia afeta significativamente a saúde e isto tornou-as pessoas diferentes. As adultas contaram que “pela primeira vez eu comecei a usar o espelho não para o rosto mas para ver a minha vulva” (Idem, entrevista em 28/01/2018).

¹⁴⁹ O termo entra no período contemporâneo na agenda dos movimentos na África devido ao processo específico vivido em cada contexto.

Os temas relacionados ao poder sobre o próprio corpo ajudaram no empoderamento pessoal e na consequente participação política e formação de organizações que formam as redes. Contudo Hassim (2005) chama a atenção do quanto tem sido difícil para essas redes se manterem unidas pois suas organizações por vezes competem por recursos das mesmas fontes e operam no mesmo campo. Elas podem ser mais eficazes quando organizadas em conjunto e reivindicando coletivamente sobre questões de preocupação crítica, como a violência baseada no gênero e criam as condições para articular e fazer *lobby* por políticas alternativas. Ela chama a atenção para as fragilidades inerentes a essas redes:

Elas muitas vezes não têm o financiamento para apoiar um escritório de rede, ou, quando são financiadas, seus membros constituintes podem sentir-se ressentidos com o fato de que mais recursos não estão sendo canalizados para o trabalho real no terreno. As coalizões são por natureza estruturas frágeis, constantemente tendo que negociar os termos das relações entre os membros. Onde existem recursos escassos, ou onde há disputa entre as organizações que querem ser vistas como a voz representativa de uma questão, as coalizões são as mais vulneráveis (HASSIM, 2005, p. 9).

O FM é uma rede nacional, regional e internacional de advocacia¹⁵⁰ e concertação que tem como objetivo garantir que as políticas e as leis representem os direitos humanos das mulheres e a igualdade de gênero. “É uma rede de concertação de interesses, sendo o principal pilar o combate à violência contra a mulher”, segundo Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017).

Segundo ela o FM tem se expandido para além da Rede esse desafio torna o trabalho de organização e articulação política mais complexo, indo além das organizações, pois há muitas mulheres consideradas avulsas que querem participar, o que por vezes gera dificuldades de entendimento sobre quem tem mais legitimidade na representação:

¹⁵⁰O termo *advocacy* refere-se à defesa de direitos no contexto de ações coletivas, políticas, públicas. É considerada uma ação de advocacia e defesa pública a partir da relação com a sociedade civil organizada. Essa representação é caracterizada pela ligação do representante com a causa dos eleitores e a relativa autonomia de juízo do representante, uma forma de “carta branca” (URBINATI, 2010, p. 78).

A articulação do FM sempre foi com pessoal da base, do povo, assim como com pessoas com estudo e viajadas. Quem foi a Beijing foi uma mistura desde mulheres acadêmicas até vendedoras do mercado, mulheres camponesas. Cada uma depois de voltar continuou a articulação no seu local e foi avançando a nossa agenda. Depois do 2000 começamos a desenhar os nossos planos estratégicos. O FM foi crescendo com novos membros: a União Nacional de Camponeses, Associação de Mulher na Educação, Associação das Mulheres Empresárias, os comitês da mulher trabalhadora. Nesse período decidimos continuar a concentrar esforços na base e começamos a definir os pilares de intervenção, porque não era possível abraçar tudo (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Há províncias onde o FM é organizado e tem se investido no fortalecimento das entidades. Nas províncias em que não há representação tem criado dinâmicas para induzir que as organizações femininas se reúnam em núcleos ou fóruns. “A ideia de trabalhar coletivamente dá mais resultados do que trabalhar individualmente, porque a nossa voz vai como um coletivo e você não perde a sua autonomia como instituição” reflete Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017):

Foi se trabalhando ao longo dos anos por lei, pois não tínhamos uma fórmula única de trabalho. Se havia necessidade de atuar sobre direitos sexuais e reprodutivos, trabalhávamos com as mulheres, com as organizações membro, era tudo por via das organizações afiliadas, a rede de diferentes partes do país. Continuávamos a fazer agendas de advocacia e de *lobby*, o diálogo com o governo baseado em informações fornecidas pela base social (Idem).

A ativista Carlota Inhamussua (entrevista em 24/10/2017) diferencia as redes de movimentos das ONGs e seus impactos no protagonismo da base social e a pressão no Estado:

É importante a ligação com outras redes de movimentos e conhecermos muitos que facilitam

esta rede. Nós acreditamos que como ONGS não conseguimos atingir muitas mulheres da base. Para nós as ONGs têm beneficiárias, mas no movimento nenhuma é beneficiária, cada uma é autora. E quando ela é autora ela tem uma causa. Por causa dessa característica de cada uma vem pela causa, nós encontramos uma mobilização muito grande de mulheres. Elas percebem que tem direito e que podem lutar. O processo de articulação da advocacia por exemplo, se um caso que está na justiça por que foi mal elaborado pelos agentes públicos, nós insistimos, nós perseguimos usando a via feminista. Questionamos por que ela foi julgada assim, vamos ter com o Procurador, vamos perguntar, e dessa forma pressionamos o Sistema para que comece a perceber que tem que fazer as coisas bem. Vamos fazer uma rede para perguntar e elas querem saber. Isso começou a ajudar a melhorar em alguns aspectos (Idem, entrevista em 24/10/2017).

Ela elabora uma diferenciação pragmática do papel pontual desenvolvido pela grande maioria das ONGs, com políticas setoriais, ações pontuais e de ajuda. Essas não envolvem as mulheres na construção dos seus programas e decisão sobre destinação dos recursos. É nos movimentos que as atrizes políticas encontram espaços para o envolvimento e o protagonismo em ações de transformação de longo prazo e ações por política públicas efetivas.

Nesse mapeamento inicial observamos que o FM reúne sindicalistas, agricultoras, jovens feministas, viúvas, acadêmicas, comunicadoras, magistradas, empresárias, trabalhadoras informais, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras do sexo, mulheres lésbicas entre outros segmentos, que se organizam de diferentes associações, agrupamentos, ONGs, entidades.

O FM localiza-se no centro da rede, por onde orbitam as organizações e, conforme o caso, suas redes de relações. Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017) explica que a principal missão do Fórum é coordenar, “se implementar, começa a conflitar”. Exemplifica a operação dessa rede com papéis complementares e solidários, como o fato de que a WLSA promove a pesquisa e fornece a informação. Também proporciona a capacitação e a formação, e ao FM cabe sustentar os processos de pressão, fazer *lobby*, negociações, mantendo o diálogo

regular “para que a coisa mude”. Por isso mesmo, a entrevistada fala sobre a importância de se trabalhar colaborativamente em rede com as atrizes políticas envolvidas no processo:

É fazer a comunicação direta, passar a informação, mobilizar, informar, dialogar e ver quais são as pessoas que podem criar oportunidade para sermos escutadas, ouvidas. É fazer o diálogo político regular, continuar a formar e a fortalecer as lideranças, formar na base as mulheres sobre a consciência dos seus direitos e a cidadania (Idem).

A coordenadora da ASCHA explica as alianças que as jovens feministas fazem com o FM e outros movimentos sociais de mulheres:

Além de sermos membros do FM acompanhamos as lutas em outras redes, como a CECAP que trabalha pela eliminação dos casamentos prematuros. Tem a rede da criança que focaliza mais a questão da infância. Tem a rede dos direitos sexuais e reprodutivos que trata a questão do corpo, da sexualidade, a orientação sexual e tudo mais. A nível nacional são nessas redes que nos envolvemos e quando tem uma ação política, uma ação de rua ou de advocacia, é com essas redes que articulamos. Por exemplo, a WLSA, é uma rede, mas precisamos delas para a pesquisa, são elas que formam na área de direitos sexuais e reprodutivos no contexto da juventude. Essa formação abriu espaço para que a Horizonte Azul também percebesse a situação da juventude no contexto da cidade, pois nosso foco é nas áreas peri-urbanas e como as mulheres, meninas e raparigas vivem nesse espaço (Dalila Macuacua, entrevista em 13/01/2018).

Observamos essa relação plural, de linhas horizontais e verticais no decorrer da pesquisa e a descrevemos no decorrer dessa tese, atendendo ao objetivo de compreender como funciona a organização e a articulação de redes do FM.

Figura 29 - Rede Fórum Mulher: organizações pesquisadas



Fonte: Vera Gasparetto, 25/09/2018.

A ilustração acima remete a uma organização em “rede”, no sentido que analisa Scherer-Warren (2012, p. 25) ao referir-se à articulação entre várias atrizes e organizações que se articulam a partir da identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos em comum. “Em outras palavras, o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político, pressupõe a construção de uma identidade coletiva ou identificação grupal, a definição dos conflitos, de adversários ou opositores e um projeto de utopia de mudanças”.

Verifiquei uma identidade entre a organização de Rede do FM e o conceito de Scherer-Warren, pois na organização em redes o associativismo, ONGs, e associações locais, organizações feministas, ecológicas, étnicas, movimentos sociais de base locais, regionais e transnacionais necessitam se articular com outros grupos com a mesma identidade social ou política. Dessa forma ganham potência e visibilidade para produzir ações que irão impactar a esfera pública na busca de políticas públicas e conquistas para a cidadania (2012, p. 26)

É possível observar que a organização FM mobiliza as organizações de base, tendo essas a responsabilidade de articulação das políticas decididas coletivamente no âmbito local, levando a agenda “para fora”, estabelecendo as relações com a sociedade. Deus (2017) observa que há uma necessidade de desenvolvimento institucional na gestão do FM, ampliando a democracia interna no processo decisório e dando transparência e visibilidade às decisões tomadas, para que beneficiem as

mulheres da base. Para que essa articulação seja efetiva os meios digitais, as redes sociais e a internet tem favorecido a comunicação e o trabalho em rede, com o uso de *e-mail*, *site*, *Facebook*, *Whatsapp*, também reuniões e assembleias presenciais.

Percebo que as organizações do FM que acompanhei atuam em eixos distintos, mas complementares entre si, baseando-me na análise da socióloga brasileira Ilse Scherer Warren, que vê nas dinâmicas das mobilizações políticas de redes da sociedade civil três dimensões¹⁵¹: as condições materiais de existência, as condições simbólicas da reprodução social e as condições políticas necessárias para as mulheres serem protagonistas dos processos emancipatórios.

Se observarmos o bloco superior do quadro, notamos que ali estão as organizações AMUEDO, COMUTRA, FOMMUR, AMUDEIA, AMPCM, mais voltadas para as questões do trabalho, da terra, da geração de renda, empoderamento econômico, produção das condições materiais de existência, valorização do emprego e do salário e implementação de leis do trabalho e do regulamento do trabalho doméstico. Buscam a organização do trabalho informal em cooperativas e associações para que possam mutuamente ampliar as redes de produção e comercialização.

Elas têm uma ênfase de atuação na dimensão das condições materiais de existência (SCHERER-WARREN, 2012, p. 96), que compreende as lutas contra a desigualdade, pobreza, desemprego, hierarquias, segregação espacial, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, remetendo ao lema “pão e território”. Ainda assim somam-se à luta pelo combate à violência, ao patriarcado e promovendo o empoderamento da mulher para que ela seja dona do seu corpo e de sua vida. Também tratam com questões interseccionais enfatizando relações de poder, etnia, classe, território e sexo/gênero.

No bloco inferior estão concentradas as organizações MULEIDE, HIXIKANWE, ASCHA, MOVFEMME, LAMBDA, que desenvolvem ações no âmbito das condições simbólicas da reprodução social (SCHERER-WARREN, 2012), voltada para lutas contra normas sociais, tradições, estigmas, discriminações, desvalorização pessoal e coletiva e pelo reconhecimento social e cultural. Elas atuam na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, do direito ao corpo, na educação/formação de mulheres, raparigas, grupos LGBTT, mas também das comunidades/grupos onde se vivem e se inserem. Suas ações consideram questões interseccionais onde se ressaltam aspectos

¹⁵¹ Essas três dimensões tem similaridade com a análise de Fraser (2007) e as categorias de redistribuição, reconhecimento e participação, por ela criadas.

geracionais, étnicos, territoriais, sexo/gênero, sexualidade, orientação sexual. Também podem atuar em conjunto, dependendo da ação e do tema do momento, como explica a entrevistada:

Uma coisa maravilhosa que nós conseguimos nos últimos tempos foi aproximação com a LAMBDA, pois temos companheiras que estão também no MovFemme. Temos feito rodas de conversa sobre sexualidade e um debate mais alargado, sem tabus. A presença dessas companheiras no movimento nos fortalece. O desafio agora é de nos orientar um pouco melhor em termos de metodologia, no sentido de guia, de manuais de partilha de conhecimento, o registro de como fazemos as coisas, o bê-á-bá das nossas oficinas, como falar, como criar um grupo, como criar uma roda de conversas na comunidade, na província X. Com sugestões de dinâmicas: “essas são as bases, mas também podes criar as tuas”. Também fazer esse registro, pois nós valorizamos pouco o que fazemos (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

Atuam com mais ênfase em temas de combate às diferentes formas de violências, tratam de temas tabus, sensíveis como o direito ao próprio corpo, sexualidades, assédio sexual nas escolas, uniões forçadas, gravidez precoce, prevenção e tratamento do HIV/SIDA, que contribuem para a mudança cultural e o repensar do lugar que o paradigma da tradição reserva às mulheres, observando as especificidades de cultura, reza, território, ancestralidade. Também dialogam com os temas do âmbito das condições materiais, pois desenvolvem ações concretas junto à base social, promovendo atividades de formação, conscientização da sociedade, mas também psicológica, jurídica e material a grupos vulneráveis, como é o caso da MULEIDE, da ASCHA e da HIXIKANWE. A coordenadora da ASCHA, Dalila Macuacua (entrevista, 2017) fala sobre a o trabalho de empoderamento e do questionamento das normas que limitam o processo de crescimento das raparigas:

Tem também o componente do empoderamento em todas as vertentes, desde a educação, participação política, cidadania e outros temas. Depois temos o componente de gênero, olhamos para essa questão da discussão das normas, quais as que favorecem

que mulheres e raparigas cresçam, desenvolvam e ocupem espaço. E aquelas que de uma e outra forma limitam ou são nocivas, discutimos para ver como elas podem transformar essas normas que não engrandecem em nada o nosso país e nem a vida das mulheres (Idem, entrevista em 13/01/2018).

As organizações FM, a MMM (SI) e a WLSA estão inseridas na dimensão das condições políticas necessárias para articular as ações das protagonistas envolvidas nas lutas desses processos emancipatórios e de institucionalização de direitos humanos, incluindo a luta por espaços para a expressão da cidadania, contra o fraco empoderamento e baixo poder de participação e de decisão nos espaços públicos. Em relação às demais organizações estudadas, o FM tem um papel preponderante nessa dimensão, pois entre suas tarefas está a articulação da Rede, a mobilização, a comunicação e muitas vezes o próprio financiamento que sustenta os processos de organização para a ação política.

O programa de Participação Política do FM, coordenado por Sheila Mandlhate, tem a atribuição de fortalecer membros e coordenar atividades relacionadas com participação nos vários espaços de discussão e advocacia, além de articular ações nos processos eleitorais para que as mulheres participem de forma efetiva. A cada período elaboram o “Manifesto Político das Mulheres”, apresentado aos partidos que concorrem nas eleições autárquicas, firmando seu compromisso com as agendas do movimento de mulheres e feministas. O Manifesto é construído nos encontros com uma metodologia participativa, envolvendo as organizações de base do FM. Esse processo é resultado de uma construção coletiva, com encontros nas províncias, onde as mulheres falam sobre suas aspirações, anseios e desafios.

Também são construídas alianças do FM com instituições parceiras, por exemplo, o “Protocolo de Gênero da África Austral” para o qual o Fórum é o ponto focal em Moçambique. Anualmente é produzido o “Barômetro” que mede o nível de implementação das metas, que foram revistas pelo fato de que muitas deveriam ter sido alcançadas até 2015. Por conta dos contextos específicos de cada país o prazo foi ampliado para 2030:

Cada programa tem a sua especificidade, mas também uma conexão ou uma transversalidade com os demais programas. No Programa de Participação Política construímos agendas quando

se trata de eleições: Agenda política, Agenda da mulher, Manifesto Político. O ano de 2015 era crucial porque se encerrava o prazo dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” e do Protocolo de Gênero, onde os países que o ratificaram tinham o dever de atingir a meta de 50% de mulheres no parlamento e nos espaços de poder. Mas não aconteceu e foi o momento de nós dizermos que queremos ver mais mulheres concorrerem, mulheres ocupando órgãos de tomada de decisão. Mas quando fazemos estudos identificamos que existem desafios culturais, desafio da própria forma de ser e de estar, de nós como africanas/os que muitas vezes impedem a participação das mulheres (Sheila Mandlhate, entrevista em 18/12/2017).

As organizações MMM (SI) e WLSA estão representadas ao lado do quadro, pois elas têm relação com o conjunto, mas estão num (entre) lugar, atuando dentro e fora da Rede ao mesmo tempo em que fazem a ampliação para outras redes. A MMM (SI) se articula com o FM transnacionalmente, e dentro dele a MMM Moçambique se organiza com ações próprias, mas não teve oportunidade de acompanhar o modo como opera essa articulação. A WLSA, por sua vez, assume uma atuação do tipo “guarda-chuva”, construindo suas agendas de pesquisa com/para os movimentos, produzindo dados, análises e documentos que subsidiam as ações e o teor das formações políticas, com as quais a organização colabora, como aponta a entrevistada:

A contribuição da WLSA é trazer o conhecimento sobre os direitos das mulheres, e direitos dos homens também, que são violados. Levamos para a praça pública, disseminamos esses instrumentos pelas organizações. A WLSA tem esse papel de dar instrumentos, é muito interessante ouvir as organizações de jovens falarem conosco, por que essas miúdas, pequenas até as meninas da Horizonte Azul, é incrível como elas já se apropriam da pesquisa da WLSA, vejo elas citarem enquadrando naquela realidade em que estão a viver. Elas apropriaram-se disso. A WLSA dá as ferramentas e estimula que elas procurem outras ferramentas par explicar realidades e lutar pela mudança. Do ponto de vista das políticas públicas,

nós atuamos normalmente em conjunto com outras organizações, porque sozinhas não conseguimos: tem que ser uma pressão grande da sociedade, das organizações de sociedade civil de mulheres (Conceição Osório, entrevista em 15/09/2017).

O Fórum Mulher constitui uma referência nas questões sobre os Direitos das Mulheres e Igualdade de Género em Moçambique. É grande a expectativa da sociedade em relação ao Fórum Mulher no que concerne à busca de informação sobre Direitos Humanos das Mulheres nas mais diversas áreas. Sendo a Advocacia uma das suas principais estratégias, é necessário ter um sistema de gestão de informação e conhecimento que alimente as necessidades da monitoria, do fortalecimento das alianças e parcerias, da formação política e reforce o papel sentinela dessa organização.

A informação e a comunicação são recursos indispensáveis no contexto interno e externo da organização FM, pois repercute e provoca mudanças em diferentes níveis. No nível estratégico contribui para alcançar os objetivos, pois aumenta a coerência entre a organização, articulação e envolvimento com sua base. Ao nível operacional, ela aumenta a eficiência da organização, pois favorece a comunicação interna que é a base para o trabalho externo (RA FM, p. 27-28). Verifiquei nas organizações pesquisadas algumas preocupadas em melhorar sua comunicação no cotidiano, assim como várias estratégias de comunicação, que não serão possíveis de serem expostas no seu conjunto nesse trabalho, mas citarei alguns exemplos. O depoimento abaixo fala da falta de comunicação no FOMMUR:

Há falta de comunicação no meio das mulheres rurais. Estou dizendo minhas ideias e sentimentos, pois quando temos uma oportunidade nós nos afastamos. Existem pessoas que tem suas organizações, e quando saímos para nossas atividades nem lembramos de onde viemos, esquecemos que se estamos onde estamos é por causa das nossas organizações (o FOMMUR, o FM). Muita coisa que eu nem gostaria de falar, mas gostaria de ouvir. Há quem resista a mudança, mas quem puder vai ter que mudar. Por que há falta de comunicação, por que não há união? Por que estamos a puxar uma para a outra. Mas também como o FOMMUR foi uma coisa que veio de cima e caiu. Então para voltar estamos a nos puxar,

vamos nos puxando, vamos nos puxando, mas também nesse puxa-puxa ainda falta. Não estamos seguras (Dulce Catarina Narciso, Comunicação Oral proferida na Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

A LAMBDA utiliza vários meios para visibilizar seus objetivos, realizando parcerias com mídias, televisões, programa de rádio, entrevistas como convidados a falar sobre a vivência dos homossexuais particularmente o programa de rádio da Associação.

O programa "Café Púrpura" está na quinta edição e é um meio de divulgar a informação positiva e trazermos vozes de pessoas, por que nós trabalhamos muito com vozes reais, vozes de pessoas LGBT reais, vozes de embaixadores que apoiam a causa, a visibilidade que a cultura nos dá em várias esferas culturais, como teatro, dança, canto. Para dizer que nossa cultura é sim tradicionalista, mas sim, precisa de educação. Precisa de informação correta e positiva acerca do que é realmente a homossexualidade. Nós moçambicanos somos muito, muito, muito violentos. Nós não praticamos a violência física, mas existe a homofobia verbal. Nós precisamos educar, informar as pessoas, mostrar o que realmente somos e o que viemos aqui fazer (Frank Lileza, entrevista em 20/11/2017).

A produção de folhetos e cartilhas, a tradução em eventos e a produção de programas em línguas locais são estratégias importantes, pois a maior parte da população não domina o português. Numa cartilha da WLSA identifiquei um relato que expressa essa realidade:

Em maio de 2011, quatro mulheres apanharam um machimbombo¹⁵² de Nhamatanda para a Beira, a 100 quilômetros de distância. Tinham ouvido na Rádio Moçambique que os médicos estavam a operar fístulas na Beira, durante uma campanha. Embora elas não constassem da lista da cirurgia, os médicos estenderam o seu horário de trabalho para operá-las. As mulheres haviam escutado um

¹⁵² Machimbombo equivale a ônibus no Brasil.

programa em língua local ChiSena da repórter Ilda Lourenço, que participara, na semana anterior, num curso de jornalismo sobre saúde sexual e reprodutiva organizado pela WLSA e o *International Centre for Journalists/Knight Foundation* (WLSA, 2011).

Outro desafio tem sido o uso das redes sociais virtuais como um espaço importante para as organizações feministas na atualidade, independente de país. Elas são uma alternativa para a produção e distribuição de conteúdos feministas, assim como para a mobilização e a visibilidade de ações políticas de protesto, denúncia, campanhas etc. O FM vê nas redes sociais e na internet um potencial que o levou a criar uma página no Facebook “que tem sido um vector muito importante na partilha de informação com os membros, parceiros e com o público em geral. Com o aumento do número de seguidores e de visualizações, a página tem sido uma grande prova da quantidade de pessoas que buscam informações e se alimentam dos conteúdos partilhados pelo Fórum Mulher” (RA FM, 2017).

Shaista de Araújo vai ao encontro da importância das redes virtuais ao considerar que é uma prioridade no plano estratégico do MovFemme “dar maior visibilidade no *social media*, pois precisamos estar mais presentes e alcançar outras mulheres que não fazem parte das associações do FM, trazê-las para discussão de diferentes assuntos” (entrevista em 05/10/2017). Pude observar que de fato elas tem incrementado o uso de seu Facebook com postagens criativas, com uma linguagem voltada para a juventude, transmitindo conteúdos formativos e informativos, que auxiliam na reflexão sobre as relações de gênero, o feminismo, assim como na mobilização de ações como a “Fogueira Feminista” e mesmo outras atividades realizadas no país:

O Movfemme precisa estar mais visível, ocupar o espaço de *media*, usar a internet. Tenho uma admiração fantástica pelo movimento feminista brasileiro que faz isso extremamente bem e muitas coisas que lá são produzidas nós também usamos na nossa campanha. Precisamos produzir os nossos próprios conteúdos, com a nossa própria linguagem para alargar as fronteiras. Como é que nós trazemos mais mulheres ao debate e como fazemos a coisa fluir, pois temos meninas que estão na Zambézia, em Nampula e que se identificam como

MovFemme e criaram espaços de debate e têm realizado ações (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

Essas e algumas outras formas de mobilização têm sido utilizados, caracterizando uma metodologia feminista, como veremos a seguir.

6.3 FORMAS DE ATUAÇÃO E A METODOLOGIA FEMINISTA

Nossa perspectiva é feminista, não é só de gênero, é de metodologia de formação e da abordagem de olhar relação de gênero no sentido de transformação, de mudança de papel, de atitude, de ação. De que você faz uma formação para a ação. Durante muito tempo todo mundo dava formação e tem que ser uma formação que te transforma, primeiro você como pessoa, depois você age também e move os outros e se coordena com as outras (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

O método de trabalho para construir as agendas coletivas do FM é descrito na entrevista com Nzira de Deus. Ela destaca que cada organização nacional e internacional leva sua agenda para ser debatida nos encontros de coordenação. Ali são apresentadas, é feita a discussão, a construção do pensamento coletivo e da agenda política, sem necessariamente ter voto final, mas buscando-se um entendimento e a construção através do consenso:

Nós sentamos todos os anos com os membros para definir as prioridades partindo de análise uma reflexão sobre o nosso contexto: as oportunidades que nós temos e como é que avançamos. Claro que cada uma vem com a sua expectativa pois cada organização existe porque identificou um certo problema. Cada uma tem seu problema específico: as empregadas domésticas, as camponesas, as trabalhadoras do sexo, as jovens da associação juvenil. Quando chegamos ao FM cada uma coloca na mesa o seu assunto e decidimos qual é a questão que de fato nós vamos atacar. Ou porque tem oportunidade, ou tem um meio que permite avançar, ou dar mais do nosso tempo neste assunto e talvez um pouco menos nos outros. Não

deixamos de lado nenhum tema, tudo isso se alinha com agenda regional, internacional porque tem uma agenda regional da SADC, uma agenda africana que depois conecta com agenda global. Então essa conexão toda, é um exercício muito profundo é árduo (Idem, entrevista em 13/01/2017).

O processo de concertação é realizado primeiro dentro do FM devido às tensões internas que existem por inúmeros fatores: a relação com os parceiros que financiam as organizações, organizações que preferem ser mais independentes do FM, linguagens com que dão sentido políticos diferentes para agendas iguais, tensões internas a nível de liderança. Este último ainda que não dito, se torna visível nos processos de disputa de método de trabalho e agendas prioritárias. Nzira de Deus (2017) faz um apanhado dessas questões para compreender as dificuldades internas e os desacordos na articulação de uma agenda comum:

Ficamos muito tempo sem falar umas com as outras por que está tudo muito corrido. Estamos buscando recursos, fundos. Tem uma agenda dos parceiros que no contexto atual tem muita competição entre as organizações. Também algumas organizações estão tentando tomar uma postura mais independente, e não querem articular-se com o FM, o que as leva a muitas vezes terem posicionamentos isolados. Semana passada diziam “isso que o Fórum vai adotar não quero fazer parte, neste ponto não concordo com a posição”. Em algum momento diziam “não quero ser feminista”, ou “eu não sou movimento, sou organização”. Nossa reunião é para concertar bem essa situação. Como é que a gente entende esse assunto. Falar a mesma língua (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Para a ativista a questão da linguagem que expresse adequadamente os conceitos das lutas é um elemento político de grande importância. Como, por exemplo, Moçambique está em 10º lugar a nível mundial em relação a mulheres obrigadas a casarem-se. Isso significa que meninas abaixo de 17 anos vivem em uma relação, em uma união a dois. Parte significativa delas com 14 anos engravida e com 15 anos já tem uma

criança. Nzira de Deus fala da necessidade de uma linguagem que defina essa prática concretamente:

Qual é a nossa linguagem: a nossa linguagem não é "casamento prematuro" e sim "união forçada". Ainda que a família e a comunidade permita trate como uma coisa normal, porque vem acobertada como cultural. Essa é uma agenda que temos porque cruza violência com a questão de saúde da mulher, com os direitos sexuais da mulher. (NZIRA DE DEUS, entrevista em 18/09/2017).

O FM participa da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), que é uma plataforma específica que trabalha o tema. No momento de construção da plataforma aceitou essa denominação por ser uma terminologia interacional, no âmbito da campanha “Mulheres e meninas, não noivas”. Segundo Nzira Deus (entrevista 18/09/2017) o FM tentou contrapor, mas prevaleceu essa terminologia por ser a mais conhecida: “questionamos o que é afinal o casamento: é uma união livre e feliz? Meninas de 12/ 15 anos podem viver um casamento prematuro e ter decidido? É um ponto que precisamos afinar e até a WLSA, por causa da rede, tem mudado sua fala. Os termos vão evoluindo no debate”.

Na relação com o Estado, algumas organizações tomam a atitude fazendo um trabalho de representação direta após identificar um problema e buscar negociar e resolver.

As instituições do Estado começam a prestar atenção que nós estamos a exigir nossos direitos, não estamos contra ninguém, mas perguntamos por que as coisas têm que ser assim, se a lei diz isso e o agente público deveria ter agido assim, por que não agiu? Nós dizemos que queremos justiça, agora o que vocês vão fazer? O que a lei vos manda fazer? Nós estamos mostrando a vocês que não estão a cumprir com aquilo que a própria lei está a divulgar. Eu penso que é um trabalho que está a resultar, que é bom para todos (Carlota Inhamussua, entrevista em 24/10/2017).

Na ASCHA é utilizada a componente da arte como intervenção social e de questionamento, com abordagens que utilizam da metodologia do teatro do oprimido, a poesia e as danças tradicionais, especialmente o

“Xigubo”, por que é utilizada para desconstruir as normas sociais, sobre a questão da desigualdade de gênero, pois é uma dança considerada masculina.

Então as meninas dançam dentro da sua feminilidade não perdem aquela força aquela garra e executam o passo do mesmo jeito que os homens executam. Então é esta afirmação, a questão dos direitos, a questão da igualdade, quando me dão a oportunidade de estar nesse espaço eu posso fazer e fazer muito bem (Dalila Macuacua, entrevista em 13/01/2018).

Essa metodologia alarga a própria noção de arte, pois pessoas que não são “artistas” fazem arte com uma responsabilidade coletiva do que é arte e intervenção social. Com essa experiência elas mostram o potencial de um caminho a seguir para a transformação do social com projetos coletivos, onde a arte como método favorece a transformação pessoal, e a performance com colaboração, coletividade e engajamento podem levar à transformação social.

As “fogueiras feministas” são uma marca do Movfemme que permite o diálogo intergeracional entre as feministas mais antigas e as mais jovens:

Essa partilha de informação desde o ser mulher, desde a questão de gestão da família, ativismo, saraus. A roda de conversas de fogueira nos aproximou, pois nos conhecemos mais e criamos laços. Eu não sinto que temos conflitos entre as duas gerações, e temos feito ações trabalhando juntas (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

O episódio das “saias curtas” deu muita visibilidade e impulsionou o MovFemme, marcou o conjunto dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique. Mas, Shaista de Araújo considera que é preciso descer mais na base. “Nós criamos o Manifesto e o Plano Estratégico e estamos discutindo qual é nossa agenda através de um debate participativo, para que haja maior identificação dessas novas meninas que surgiram e que buscam esse pertencimento à organização” (Idem).

O trabalho feito pela Associação Hixikanwe é de alta relevância para a sociedade moçambicana, num contexto onde o HIV/SIDA é uma pandemia. As ações desenvolvidas pelas ativistas transformam um drama pessoal e coletivo como possível de ser superado. Elas participam de atividades públicas, programas de televisão com seus potes de remédios antirretroviral usados como instrumento de percussão para dizer “queremos uma vida positiva”. Na “Cerimônia da panela”, realizada na sede, acontece uma série de atividades que incluem refeição coletiva, danças, cantos, rezas, depoimentos e momentos educativos sobre o cuidado com a saúde e o uso adequado da medicação, falas de pessoas que precisam de ajuda, distribuição de medicação e de doações e casamentos entre pessoas soropositivas e discordantes. As falas são em changana, pois é a língua entendida pelas pessoas. A Cerimônia envolve crianças, jovens, adultas e idosas. Participam também homens, mas são minoria. Viver essa experiência solidária me fez escrever:

Estar com essas mulheres é um momento de catarse, de renovação na esperança e na vida, uma terapia coletiva de onde não é possível sair de lá a mesma pessoa. É entrar num labirinto de afetos, emoções e empatias, de refletir sobre as meninas e mulheres que o Estado em parte abandonou” (VG, Diário de Campo, Janeiro de 2017).

As parcerias transnacionais tomam um significado fundamental que refletem questões locais como no caso do FOMMUR. Ele organiza a base de mulheres camponesas, articulando a luta local com a rede internacional Via Campesina, à qual também está ligado o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil. Aqui só vale lembrar a articulação em Rede com a Marcha Mundial das Mulheres, como expusemos anteriormente.

A importância do trabalho educativo com os homens e rapazes é algo ressaltado em várias organizações, como a ASCHA, a Hixikanwe, a LAMBDA, e a AMPCM. A AMPCM coloca em discussão as relações sociais de gênero em grupos mistos com homens e mulheres, “também porque não vai se falar de gênero sem unir os dois grupos. Envolvermos também os filhos que já são jovens, raparigas e rapazes, sim por que são eles que vão dar a continuidade quando nós já estivermos felizes” (AMPCM 2, entrevista em 20/11/2017).

Uma das ativistas expõe o que considero um tema sensível dentro de alguns movimentos de mulheres e feministas não só em Moçambique,

como também em alguns movimentos que tive oportunidade de conhecer no Brasil.

Você tem que aprender a questionar, a dinamizar. Perdemos algumas coisas que eram do próprio processo de construção, e isso também faz com que a gente tenha essa fragmentação que tem hoje. Não temos uma coisa que nos alavanca, que nos aglutina. O Fórum tem essa responsabilidade grande, recebe recursos para gerir, acaba perdendo aquele lado da construção política e fica muito no burocrático. Nós precisamos mudar a situação começar a construir um caminho de saída. Às vezes que nos reunimos foi para discutir "manual de procedimentos". Um manual de procedimentos, na minha opinião, tem que vir depois de você construir o campo político, por que a política depois vai necessitar da estrutura, que vai articular as coisas (Ativista, Entrevista 2017).

Essa fala revela o desafio de retomar as práticas feministas na concepção de gestão de grupos, de trabalho coletivo, planejamento e avaliação constantes, de educação popular feminista, em processos que priorizem a política e menos a burocracia. Esses fatores de controvérsias por vezes estão ligados à institucionalização dos movimentos feministas (ALVAREZ, 2000), e mesmo aos processos de ONGuização.

Essa questão está no centro do paradoxo feminismo de rebelião x feminismo institucional e permeado pela problemática da representatividade e da legitimidade, resultantes dos desequilíbrios de poder dentro dos movimentos feministas, que envolvem objetivos políticos e financiamento (Idem). A problemática do poder se estende à quem financia e as exigências colocadas como contrapartida. Que tipo de portfólio de temas oferecem, que influencia podem exercer sobre a definição das prioridades, das agendas e dos próprios métodos de mobilização e ação.

Outro ponto nevrálgico para os movimentos de mulheres e feministas num cenário internacional de ataque aos direitos e crescimento do reacionarismo é o retorno ao trabalho de base. Muito tem se falado sobre a volta às origens, contudo as críticas à distância da base nem sempre chegam ao patamar da autocrítica que leve a uma mudança de prática, o que enfraquece o movimento e o processo (ALVAREZ, 2000).

A base social, a organização local, a regional, nacional e internacional consistem em múltiplas camadas de uma articulação construída coletivamente, com fluxos direcionados, consegue ser policêntrica e também polifônica, tirando da invisibilidade as agendas ocultas e criando potência às múltiplas vozes. São esses passos que poderão superar às ações tão somente no âmbito institucional e “estadocêntrico” e conduzir à transformação da “lógica cultural e patriarcal” (ALVAREZ, 2000, p. 409).

Sheila Mandlhate (entrevista em 18/12/2017) avalia que o FM cresceu muito como organização, entretanto permanece o desafio de consolidar-se como movimento:

Nós temos o desafio ainda de nos construirmos, nos consolidarmos como um movimento. Movimento não é só eu dizer que eu tenho a capulana da Marcha Mundial das Mulheres que me identifica como feminista. O que significa ser movimento? O que significa estar inserida no movimento para construirmos essas lutas que tanto aspiramos? Queremos ter os direitos das mulheres respeitados, queremos construir uma sociedade justa, igualitária e também temos o desafio da própria conjuntura nacional. Moçambique é um país que fala uma língua portuguesa, mas dentro de Moçambique podes encontrar muitos Moçambiques. Quando se discute direitos humanos das mulheres há muitas questões particulares em cada contexto e podes encontrar e depois terás quer voltar, sentar e pensar: usei essa metodologia em Manica e deu certo. Porque é que não deu certo em Cabo Delgado? (Idem).

Diante desse quadro geral e complexo, aqui exposto de modo sintético, concluímos que o FM criou em Moçambique novas maneiras de fazer política, que incluem negociação, diálogo, enfrentamentos, protestos, relações com o Estado e com o mercado, com a comunidade, movimentos em redes, conexões transnacionais, estratégias diferenciadas de comunicação. Utiliza-se para isso de métodos criativos e inovadores, para levar ao conhecimento de diferentes âmbitos suas agendas e projetos de futuro, projetos de sociedade desenhados pelos sonhos das ativistas e das suas organizações, como veremos a seguir.

7 VAVASATI VATINHENHA E A REDE FÓRUM MULHER: A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO AO ESTADO

A militarização global da masculinidade e a feminização da pobreza asseguraram que mulheres e homens não vivam no pós-colonial da mesma maneira, nem partilhem a mesma condição pós-colonial singular. A culpa do contínuo pleito das mulheres não pode ser depositada apenas na porta do colonialismo ou anotada e esquecida como um dilema neocolonial passageiro. O peso continuado do auto interesse econômico masculino e as variadas ondas da cristandade patriarcal (...) continuam a legitimar a negação do acesso das mulheres aos corredores do poder político e econômico, sua persistente desvantagem educacional, a dupla jornada de trabalho, a distribuição desigual do cuidado das crianças, a má nutrição, a violência sexual, a mutilação genital e a violência doméstica (MCCLINTOCK, 2010, p. 34-35).

Esse capítulo é transitivo direto, uma continuidade que complementa a análise, sendo sua separação causada para efeitos didáticos. Nele meu objetivo é fazer uma reflexão a partir das visões das ativistas e mapear as reivindicações, agendas, pautas, propostas, tensões e conflitos dos movimentos de mulheres e feministas ligadas ao Fórum Mulher.

Em simultâneo irei observar como as lideranças ocupam espaços de poder e de decisão para operar a construção de políticas públicas junto ao Estado moçambicano e quais as estratégias que são utilizadas nessa relação. O desafio que se coloca é como o FM enquanto direção¹⁵³, gabinete (equipe executiva) e organizações integrantes articulam formas de ação social, política e econômica mais marginais, nas bordas do sistema, distanciando-se dos métodos que estão próximos à indústria do desenvolvimento. Trata-se de debater o que é política e qual é o lugar das mulheres na política.

A observação direta em atividades de organizações ligadas ao Fórum Mulher (FM), a leitura de documentos produzidos por elas e entrevistas com ativistas permitiram verificar quais são os pontos

¹⁵³ Conferir no Anexo B.

prioritários da agenda de lutas contemporâneas junto ao Estado moçambicano. A pesquisa teórica e histórica inclui a análise de uma parcela da bibliografia produzida sobre/em Moçambique. A propósito da teoria das políticas públicas nos referenciamos na perspectiva do brasileiro Geraldo Di Giovanni (2009), as moçambicanas/o Ana Monteiro, Maria José Arthur, Conceição Osório, Teresa Cruz e Silva e Ernesto Macuacua, a colombiana Margarita Mejia, a cientista política belga Chantal Mouffe (2005) e a sul africana Shireen Hassim (2005).

7.1 A CONSTRUÇÃO DO DIREITO E O LUGAR DAS MULHERES NA LEI E NA JUSTIÇA

Como vimos no capítulo 4, a construção dos Estados Nacionais em África e a agenda da democracia e do desenvolvimento imposta por interesses econômicos externos criaram imensas dificuldades para o acesso universal aos chamados direitos humanos e à justiça, especialmente para as mulheres.

Internamente foram encontradas dificuldades no âmbito da produção da legislação e da justiça, com a coexistência de uma legislação formal com as leis consuetudinárias. Toda essa complexidade provoca antagonismos, conflitos, choques e contradições, os quais, além de não serem lineares no espaço temporal, habitam as fronteiras das práticas culturais da sociedade e das relações de poder.

A política se coloca como a luta pela hegemonia, pois é um conjunto de práticas, discursos e instituições com certa ordem e organização da coexistência humana em condições que são sempre conflituosas porque são afetadas pela dimensão do “político”. Assim, “o político” é a dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, que toma muitas formas e emerge em diferentes tipos de relações sociais (MOUFFE, 2005, p. 20).

Para pensar essas controvérsias Chantal Mouffe (2005, p. 19) propõe um modelo democrático capaz de apreender a natureza do político, “onde a questão do poder e do antagonismo estejam no centro”. A prática política opera um deslocamento das relações tradicionais entre democracia e poder, pois representa a constituição dessas identidades em um terreno precário e vulnerável, onde não há possibilidade de conciliação de conflitos, pois a luta é permanente e não pode ser extinta. A possibilidade do consenso não existe, mas o processo é temporariamente interrompido.

Para Mouffe (2005) aceitar a visão do adversário significa passar por uma mudança radical de identidades políticas. É mais uma espécie de

conversão do que um processo de persuasão racional. A autora vê que pactos [*compromises*] são possíveis e integram o cotidiano da política, mas sugere que sejam vistos como interrupções temporárias de uma confrontação contínua. A introdução da categoria “adversário” torna complexa a noção de antagonismo e a distinção de duas formas diferentes mediante as quais ela pode emergir: o antagonismo (que é a luta entre inimigos) e o agonismo (luta entre adversários). Dessa forma, na perspectiva do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é transformar antagonismo em agonismo, sem eliminar as paixões da esfera do público, mobilizando-as em prol de desígnios democráticos:

Uma das chaves para a tese do pluralismo agonístico é que, longe de pôr em risco a democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência. A especificidade da democracia moderna reside no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. Rompendo com a representação simbólica da sociedade como um corpo orgânico - que era característica do modo holístico de organização social -, uma sociedade democrática reconhece o pluralismo de valores, o “desencantamento do mundo” diagnosticado por Max Weber e os conflitos inevitáveis que dele decorrem (MOUFFE, 2005, p. 21).

No modelo agonístico proposto por Mouffe (2005) nessa luta não se perde tudo, mas se avança estrategicamente e se recua taticamente, acumulando forças no processo. Esse ponto de vista tem consonância com a perspectiva trazida por Osório e Macuacua:

É neste contexto que os movimentos de mulheres têm debatido a necessária articulação entre a cidadania e o poder que nos remete para as oportunidades e as possibilidades de exercer, ou não, a cidadania e por outro lado, revela as estratégias entre forças complementares, visando trazer para o debate público temas que alarguem a inclusão social e política de maiores camadas da população. É neste sentido que o exercício da cidadania depende, não apenas, da consciência da

necessidade de intervenção na coisa pública, mas também da possibilidade que, no caso das mulheres, existe em fazer ouvir as suas vozes e integrar nas agendas sociais a luta pelos seus direitos (2015, p. 10).

Após a independência a organização judiciária foi sucessivamente estruturada por diversas leis, assim como criou instâncias formais do sistema judiciário (o Tribunal Judicial de Distrito, o Tribunal Judicial de Província e o Tribunal Supremo), organizado hierarquicamente e buscando uma conexão entre organização judiciária e organização administrativa (WLSA, 2000). Além do sistema legal estão os Tribunais Comunitários, com uma função de aconselhamento, que substituíram os Tribunais Populares, vigentes anteriormente.

Foram identificadas quatro instâncias de justiça no país: 1) Os Tribunais do sistema legal e os Tribunais Comunitários fora dele; 2) Mecanismos de Justiça como polícia, que por vezes têm um papel importante na gestão de conflitos; 3) As autoridades tradicionais; 4) As organizações de mulheres, do partido no poder ou organizações locais da administração pública que ainda reservam algumas competências na resolução de conflitos (WLSA, 2000).

Somado a essa complexidade que dificulta o acesso e as respostas à justiça, na construção da escassez promovida pelas agendas neoliberais, as mulheres foram as primeiras a serem excluídas. A ajuda chegou, mas nas políticas de intervenção que vieram com o neoliberalismo têm suas ambiguidades. De um lado a mão é estendida com a promessa do “desenvolvimento”, no entanto, a outra mão leva embora as riquezas do país, para os mesmos lugares de onde vem a “ajuda”.

São políticas pontuais, experiências piloto, mas que nos relatórios se colocam como universais. Ao buscar na literatura e nas entrevistas as visões sobre o conceito de “desenvolvimento” pude perceber que este tem seus sentidos e significados em disputa, como aprofundamos no capítulo 4. A fala da ativista Clotilde Noa fala dos desafios que uma mulher enfrenta para uma vida estável e com autonomia econômica para sair dos ciclos de violência e ter acesso a um desenvolvimento endógeno:

Para além das necessidades básicas, quando nós falamos de desenvolvimento estamos a pensar em dar oportunidades a essas mulheres porque quando nós olhamos para aquilo que é a MULEIDE nós temos a componente legal muito forte, mas no componente de desenvolvimento ainda estamos a

crescer. Esta mulher quando sai do ciclo de violência o que é que lhe espera ao nível de oportunidades, como é que ela se insere na sua comunidade? Se ela volta a conviver com seu marido ou se ela sai da casa do seu marido e quer começar uma vida nova, como é que nós criamos condições para ela? Que tipo de desafios esta mulher enfrenta para ter uma vida estável ou ter acesso a estes serviços básicos se ela vem de uma situação crítica e devastadora. Então quando nós falamos de desenvolvimento é olhar para esses fatores e essa mulher que saiu do ciclo de violência não ter barreiras para ter acesso aos serviços básicos (Clotilde Noa, entrevista em 17/01/2017).

Tentaremos estabelecer a seguir algumas relações entre as questões sobre desenvolvimento tratadas anteriormente, e uma visão sobre as políticas públicas alicerçada em quatro fatores históricos, destacando o período pós-segunda guerra mundial (GIOVANNI, 2009), momento em que o povo moçambicano lutava pela sua libertação do colonialismo português. Para esse autor:

A expressão *políticas públicas* parece ter entrado definitivamente no vocabulário contemporâneo. Sua presença constante na imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos, nas pautas de movimentos sociais, revela uma avassaladora presença do tema na vida cotidiana dos países democráticos (GIOVANNI, 2009, n.p.).

Em Moçambique o sistema democrático pode ser caracterizado por um conjunto de liberdades e direitos constitucionais bem demarcados, com legislações e políticas de gênero que garantem o acesso das mulheres ao poder político e a formulação de legislações que tem por objetivo alterar as relações de poder produzidas no âmbito privado (produtos e produtoras de uma tradição cultural).

Osório e Macuacua (2015, p. 9) afirmam que “A combinação entre legislação, política e estratégias é na realidade a chave para que se alcance a igualdade de direitos de forma mais integrada e consistente”. Na sua análise o fato de funcionários/as públicos participarem na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas, a Estratégia de Gênero na função pública colabora para alterar as assimetrias.

Já o fator de natureza macroeconômica ocasiona mudanças nas políticas econômicas, até então adotadas pelos estados capitalistas fundadas em preceitos do liberalismo econômico, com um Estado regulador da economia, na produção de bens e serviços, na vida coletiva e a criação de sistemas de proteção social, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Para Osório e Macuacua (2015) a luta pelo desenvolvimento dos direitos humanos traduzidas pelas Conferências e Recomendações aos Estados membros, do qual faz parte Moçambique, levou ao surgimento de novos atores e atrizes políticas, que colocaram a luta contra a violação dos direitos humanos na agenda. Esse agenciamento aprofundou o sistema democrático e da participação política, incluindo essa demanda nas políticas públicas e nos programas partidários, ainda que perdurem mecanismos que naturalizam a subalternidade das mulheres.

De acordo com o ponto de vista de Giovanni, a questão geopolítica se relaciona com “o fim da bipolarização entre os blocos capitalista e socialista” (2009, n.p.), pois a tensão política do pós guerra criou princípios e pactos nas relações entre capital e trabalho, tendo o Estado como mediador, constituindo os modernos sistemas de proteção social e o Estado de bem estar social. Moçambique estava no centro dessa questão, pois vivia uma transição entre um Estado de orientação socialista (apoiado pelos países do bloco socialista) para a adesão ao modelo neoliberal.

Nesse período surgem também os pactos e convenções, dos quais o Estado Moçambique passa a ser signatário de instrumentos regionais e internacionais de proteção dos direitos humanos das mulheres, com sua adesão aos acordos relacionados à construção da igualdade de gênero: Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW); Declaração de Beijing, através da implementação da Plataforma de Ação com 12 áreas prioritárias¹⁵⁴; Declaração de Gênero e Desenvolvimento da SADC; Protocolo Opcional da Carta Africana sobre dos Direitos Humanos e das Pessoas e Direitos das Mulheres; Declaração Solene da Igualdade de Género em África; Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

¹⁵⁴ Mulheres e Pobreza; Educação e Formação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra a Mulher; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres na Tomada de Decisões; Mecanismos Institucionais para o Avanço da Mulher; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e Meios de Comunicação Social; Mulheres e o Meio Ambiente; A Rapariga (MOÇAMBIQUE, 2014)

Um exemplo do protagonismo das mulheres é que em 1995 uma delegação participou da Conferência de Beijing e retornou com uma agenda assumida pelo governo e pelas ativistas. Segundo Nzira de Deus,

Em 1995 foi a grande mobilização das mulheres moçambicanas para participarem na conferência de Beijing e foi um grupo de cerca de 50 mulheres para lá. Estava a liga feminina, a OMM (que ainda não era partidarizada, era a liga da organização da mulher moçambicana) que era o movimento de mulheres, conhecido, organizado, estruturado. Ao retornarem trouxeram uma agenda com 12 pontos de ação de Beijing, que foi transportado para o nível do contexto nacional e decidido o que era prioritário para Moçambique: tinha a questão da violência, o desenvolvimento, isso tudo foi adotado e internalizado como uma agenda nossa do país (Entrevista em 13/01/2017).

No âmbito político observa-se que os avanços e recuos dos “modelos” de democracias ocidentais ampliaram os canais de participação cidadã e os campos de representação política nas esferas sindical e partidária, o direito de voto, movimentos sociais e outras formas de associação voluntária. É nesse contexto que os movimentos de mulheres e feministas surgem e se expandem. Essas mudanças criaram concepções de sociedades que pressionam o Estado a ampliar sua ação e garantir políticas públicas na vida cotidiana, no âmbito da vida pública e da vida privada para a ampliação dos direitos humanos das mulheres e na construção da igualdade de gênero.

Para muitos segmentos da sociedade, o estado verdadeiramente democrático passa a ser visto, não apenas como aquele que inclui mecanismos clássicos de representação (direito de votar e ser votado; participação igualitária de classes, categorias e interesses), mas também aquele que revela uma forte capacidade de resposta (*responsiveness*) às demandas da sociedade (GIOVANNI, 2009, n.p.).

Osório e Macuacua (2015) destacam alguns problemas provocados pelas assimetrias ao acesso a igualdade de direitos e ao campo político pelas mulheres. Por exemplo, no caso das lutas pela igualdade de direitos

entre os sexos, as pessoas LGBTs não foram incluídos/as/es. Portanto, o princípio da igualdade não se estendeu a todos os âmbitos. Há ainda o fato de que mesmo no caso de Moçambique estar em âmbito mundial como o 10º país com maior representação na Assembleia da República, o acesso ao poder pelas mulheres é limitado. Conforme a/o autor/a, elas se veem condicionadas “por uma representação estereotipada das competências femininas sobretudo por um conjunto de disposições produzidas na esfera privada e projetadas para o campo político, ligadas às disposições produzidas nas esferas políticas” (Idem, p. 7).

Voltando à reflexão de Giovanni, o impacto das transformações com a entrada da categoria cidadania provocou nos modos de vida e no plano sociocultural uma “revolução das expectativas” (2009, n.p.), causada pela ação política dos grupos sociais, instituições e indivíduos organizados a partir “do binômio direito/demanda, que pressupõe, sempre, a ação do Estado” (idem), onde se inserem as agendas contemporâneas pleiteadas pelo Fórum Mulher, como veremos na sequência.

Mesmo com os dispositivos legais favoráveis aos direitos das mulheres e políticas públicas orientadas para as assimetrias de gênero, Osório e Macuacua (2015, p. 8) constataam que “as mulheres ainda são socialmente sujeitas a formas graves de violação de direitos, ou por que as leis não são aplicadas, e as políticas não são implementadas, ou, porque o modelo cultural patriarcal continua a estruturar as relações sociais”. O relato de Sheila Mandlhate revela como esse processo é marcado por controvérsias:

Tudo o que tem a ver com direitos das mulheres tem sido polêmico, porque somos as tais que queremos mexer com as normas. E quando você mexe com normas sociais e culturais é sempre vista como quem quer desestabilizar as famílias. Quando estávamos a comentar sobre mulheres na política em Cabo Delgado nós tivemos esse problema com os membros das assembleias municipais. Quando falávamos sobre questões de gênero, direitos humanos das mulheres, diziam: “Não, isto aqui é para vir estragar os nossos lares, vocês é que vem estragar os lares das nossas famílias”. Mas quando fizemos a interação, discutimos, fizemos formação, foram entendendo. Tanto que alguns homens até acabaram matriculando as suas mulheres na escola

para fazer a alfabetização (Sheila Mandlhate, Entrevista 2017).

Ainda que permeado por essas polêmicas, isso se reflete nas necessidades concretas de mulheres do povo, que carecem de respostas imediatas às questões objetivas de sobrevivência e que incorporam reivindicações de gênero, mesmo que sem consciência da chamada “luta feminista”. Elas resistiram, resistem e se reinventam criando o “feminismo popular” (CASIMIRO, 2014, p. 269), lutas de resistência criativas e inovadoras nos espaços do cotidiano, na fricção com o Estado, independente dos termos utilizados nos espaços acadêmicos.

Dentro do fator de natureza cultural e sociológica percebe-se que as relações entre o Estado e a sociedade civil se institucionalizaram, “criando pautas de conduta política, regras e padrões que modificaram os processos decisórios tradicionais, dando origem a essa forma nova, contemporânea, mais partilhada, de exercício do poder” (GIOVANNI, 2009, n.p.). Ainda que na prática os resultados concretos sejam de baixo impacto na vida dessas mulheres, devido à escassez de investimentos públicos para solucionar as questões apontadas pelos movimentos, se observa um avanço no que diz respeito à criação de novas leis, que emergem a partir de ações, lutas, *lobbies* e advocacia protagonizados pelos movimentos de mulheres e feministas.

As reflexões de Arthur e Mejia (2006, p. 189), no caso de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, ajudam a compreender esses paradoxos das relações de poder no âmbito da sociedade civil, na construção de uma legislação que espelhe as demandas das mulheres e que combata as desigualdades de gênero que erradicariam a longo prazo a violência:

As políticas públicas que dizem respeito, direta e indiretamente, à violência doméstica contra as mulheres, são o resultado de várias lutas para impor a ideia das mulheres como sujeitos de direitos, levando a uma mudança de percepção para que velhas práticas sejam vistas com novos sentidos, como atos transgressores de uma ordem baseada nos direitos humanos, de modo a abalar sua legitimidade social. No entanto, no processo de reconhecimento, aceitação e integração da violência doméstica nos programas do Governo, há uma recusa em aceitar o modelo explicativo, proposto pelas organizações de mulheres ao nível

nacional e internacional, que vê este fenômeno como uma forma de violência estrutural ou violência de gênero, como uma expressão do controle das mulheres no âmbito de uma sociedade patriarcal. Outras interpretações que surgem como um contra discurso insistem em prolongar a longevidade de velhos mitos sobre a violência, emprestando-lhe, por vezes, novas roupagens, como quando se adiantam argumentos culturais para justificar a não intervenção ao nível de uma unidade tão altamente hierarquizada como a família (Idem).

Esse processo carregado de tensões e conflitos levou a diálogos entre o Estado e a sociedade civil para enfrentarem os problemas sociais e econômicos decorrentes do contexto histórico e da guerra civil, num exemplo perceptível de articulação de políticas públicas no qual as mulheres protagonizaram - e protagonizam - lutas para o avanço da igualdade de gênero, uma das categorias que marca a construção da legislação moçambicana.

O caso de Moçambique, como aponta Osório e Macuacua (2015, p. 12) evidencia o quanto um contexto de suspensão dos direitos humanos através de discursos excludentes impulsiona a sociedade civil para lutar pela paz, pela democracia e por uma sociedade justa e igual: “existe um potencial enorme para a transformação da democracia como espaço participativo que via deste influência na elaboração dos dispositivos legais e de políticas públicas não discriminatórias, até a constituição de redes que se mobilizam em torno de novas demandas por direitos”.

A luta pela criação do Ministério da Mulher – atualmente Ministério de Gênero - foi protagonizada pelos movimentos de mulheres e feministas que viram na ocasião a necessidade de uma instituição estatal, capaz de funcionar como um mecanismo de coordenação, gestão e implementação da agenda das mulheres.

O diálogo no campo das políticas públicas é considerado fundamental para transitar os direitos das mulheres junto ao Estado. No âmbito governamental o FM integra o Grupo Coordenação de Gênero (GCG) e o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM), na avaliação permanente da implementação de políticas públicas.

São encontros regulares para o monitoramento da agenda das mulheres articuladas pelo FM junto ao Estado, orientadas pelo Observatório de Desenvolvimento e pela Plataforma da sociedade civil. Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017) explica que a gestão das

políticas de gênero ou da mulher era realizada pelo CNAM, que foi destituído. “Para nós isso é um retrocesso, um grande absurdo acabar com o Conselho porque o Ministério é de gênero e nos alegaram que não tinha como ter um conselho de gênero para substituir o da mulher”, avalia.

Foi mantido o Grupo de Coordenação de Gênero (GCG), liderado pelo governo e co-liderado pelo FM, composto ainda por outras organizações como a ONU-Mulheres, UNEFP e todas as demais agências que apoiam as atividades ou programas de gênero, gênero e igualdade da mulher no país. Nesse espaço as reuniões são mensais para apresentar e discutir projetos que vem sendo realizados com o objetivo de coordenar ações e evitar a duplicação de esforços e papéis. Nzira de Deus ressalta que “Fomos descobrindo nesse mecanismo que havia muita coisa aqui que nós não sabíamos: você pensa que está chegando com recurso para avançar uma agenda que outro já investiu, você está colhendo trabalho do outro” (entrevista em 13/01/2017).

Ela conta que o CNAM tinha o conselho técnico para o avanço da mulher onde estavam os pontos focais de gênero de cada setor, como educação, saúde, agricultura. “Todos os setores e ministérios tem um ponto focal de gênero e nos encontros regulares verificamos o que fazem, qual é o plano, quais são os desafios e como está avançando a sociedade civil. Nesse espaço a gente fazia *lobbies*” (NZIRA DE DEUS, jan. 2017). A ativista fala sobre o papel paradoxal do movimento em relação ao governo e ao parlamento. Ela reflete sobre as estratégias para garantir a presença do movimento nos espaços de decisão e a contradição de seu papel de tensão x negociação, aspectos em consonância com a ideia de “feminismo de Estado”, apresentada por Mama (2002):

Quando tem uma agenda eles nos convidam e não tem como não fazer o diálogo. E quando tem um encontro que nós temos que participar a gente vai lá. Posso dizer que temos uma relação cordial tanto com o parlamento, como o governo. O que nós não queríamos, mas por vezes fazemos é ser assessoras do governo. Nós acabamos fazendo uma assessoria que como movimento não é nosso papel. Mas tudo bem, é uma boa forma de entrar e às vezes decidir. Só que não tínhamos que ficar muito nisso, porque as vezes nós queremos fazer barulho porque os técnicos não conseguem levar nossas agendas para os seus representantes (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Me utilizo da reflexão de Hassim (2005) que traz as várias estratégias possíveis de serem utilizadas para que os movimentos possam avançar nas suas conquistas junto ao Estado, a partir de seu olhar sobre a realidade sul-africana, mas que tem similaridades com a realidade observada em Moçambique. Assim, pode ser utilizado um modo de operar na relação com o Estado onde as organizações de mulheres empregam táticas que não dependem de mobilização de massa ou confronto. Ao invés disso, as táticas, demandas e retóricas podem ser moderadas para se ajustarem aos discursos do Estado com o objetivo de garantir algum avanço em manter as conquistas duramente alcançadas:

Uma série de ganhos legislativos e políticos cruciais foram obtidos como resultado dessa estratégia. Um exemplo notável é o sucesso na descriminalização do aborto, apesar da profunda oposição tanto das organizações da sociedade civil quanto dos membros de base dos partidos políticos. Usando uma abordagem estratégica cuidadosamente argumentada, as feministas foram capazes de enquadrar a demanda dentro dos termos mais aceitáveis da saúde, em vez de como um direito manifesto à integridade corporal (HASSIM, 2005, p. 7).

Entretanto, ela chama a atenção que a necessidade de manter aliados nos partidos políticos e no Estado - a ligação ascendente – pode trabalhar contra o processo de reter as ligações descendentes dentro do movimento das mulheres. Hassim (2005) alerta para os custos políticos de priorizar as relações com partidos e o Estado que leva ao surgimento de brechas entre grupos de defesa e os grupos de mulheres que buscam exigir seus direitos a serviços básicos (como água ou eletricidade) por meio de enfrentamentos:

A ação direta tendeu a colocar os movimentos sociais em conflito com o Estado de maneiras que criaram novas linhas de fratura no terreno político. Em certos casos, formas específicas de ação direta (como reconexões informais à rede elétrica) foram consideradas criminosas pelo governo do ANC. Nesse contexto, a escolha de manter a credibilidade junto aos atores estatais pode, ao longo do tempo, reforçar o viés de elite desse nível de política, já

que o acesso à tomada de decisões por meio de aliados político-partidários e burocráticos se torna mais importante do que a pressão vinda de baixo. Os discursos feministas moderados que caracterizam este setor, e que permitem o acesso à tomada de decisão política, podem, assim, atuar como limites ao movimento das mulheres, restringindo gradualmente a gama de estratégias potenciais (e, possivelmente, reivindicações de cidadania) que são consideradas legítimas (Idem, p. 8).

São muitos os obstáculos para a efetivação das agendas, e um deles é a baixa participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão. No âmbito da Assembleia da República (AR) a representação é de 39%, mas no âmbito local dos 53 municípios do país, cinco são governados por mulheres, muito aquém de alcançar o protocolo de paridade de gênero que Moçambique comprometeu-se a atingir até 2015 (Sheila Mandlhate, entrevista em 18/12/2017). A participação política das mulheres é condicionada também por fatores culturais, que constroem a presença da mulher na vida pública, pois está naturalizada a visão de que seu lugar é a esfera do cuidado e da vida doméstica (OSÓRIO E MACUACUA, 2015).

Em relação a questão partidária, Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017) observa que na sua trajetória o FM criou uma autonomia em relação aos partidos políticos e aos governos e tem a consciência dos riscos de filiação a um único partido, ou de fazer alianças que comprometam os processos de luta coletiva sobre a agenda das mulheres:

No FM nós somos neutras, somos apartidárias. Aqui a agenda é “mulher”, não “mulher de”, “mulher do” ou “mulher com”. Convidamos todo mundo para concertar como mulher e temos o desafio de fazer as pessoas perceberem isto e sentar e conversar. Nós nos relacionamos com o partido Frelimo, com o partido Renamo e o partido MDM. A no FM não tenho que tomar partido A, B, C e D, pois o espaço é de todo mundo e quando eu preciso trabalhar na agenda da participação política da mulher eu convido as três. Durante um tempo houve um partido que não vinha porque achava que o espaço estava contaminado. Fizemos encontros paralelos mas depois começou se a perceber que de

fato não havia nenhum interesse político no sentido de desviar eleitores ou manipular. O nosso interesse é que todas elas se unissem para tratar da agenda das mulheres. Na AR nós trabalhamos com o Gabinete da Mulher Parlamentar que coordena todas as mulheres (Idem)

No âmbito legal o primeiro avanço da advocacia do FM foi a reformulação e a aprovação da Lei de Terras (Lei nº 19/1997) garantindo o direito dos camponeses sobre a terra, como também que as mulheres não sejam discriminadas em virtude das normas consuetudinárias vigentes nas comunidades rurais (ARTHUR, 2001, p. 15). O FM influenciou no sentido de que elas tivessem direitos iguais aos homens, direito de posse, de uso e aproveitamento da terra, e aprovou a cotitularidade da sua posse no nome delas e não apenas registrada no nome dos homens. Mas, segundo Nzira de Deus, os desafios continuam:

O reconhecimento de que a mulher também era parte foi fundamentado pelas dificuldades e desafios que as mulheres enfrentavam. As relações de poder do dia-a-dia delas por não terem controle de tomar decisão sobre a terra. Isso ainda continua, não mudou grande coisa, pois temos as leis, as conquistas no âmbito legal, mas isso não quer dizer que tenhamos alcançado tudo porque na implementação temos muitos desafios (Entrevista em 13/01/2017).

A primeira Lei de Terras foi aprovada em 1979, logo após a independência, e reafirmava o princípio da propriedade estatal da terra, estabelecido pela Constituição de 1975. Em 1987 é aprovado o Regulamento das Terras que estabelece o Título como “única prova legal da transferência dos direitos do Estado para qualquer cidadão nacional ou estrangeiro”. Por este meio se põe em causa o direito de ocupação da terra pela população rural, fundado nos sistemas de posse “tradicionais” ou “costumeiros”. A Constituição de 1990 continuou a considerar os recursos naturais como propriedade do Estado (artigo 35), fazendo-se menção explícita ao caso da terra (artigo 46) e sublinhando que “Como meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo o povo moçambicano”.

O pesquisador moçambicano José Negrão (2008, n.p.) faz um resumo das ambiguidades da Lei de Terras, mostrando seus aspectos

positivos bem como as insuficiências para regular a distribuição e o acesso ao recurso no país:

(...) acabou por ser mais uma plataforma de entendimento entre vários atores. Não privatiza a terra mas dá garantias totais para a segurança do investimento, não demarca o setor familiar, mas permite que venha a acontecer ao abrigo das chamadas terras comunitárias, não restringe os direitos de acesso ao setor familiar, mas centraliza a definição das finalidades da exploração, não permite a venda, mas dá espaços suficientes para a integração no mercado regional via sociedades mistas, não ignora as sustentabilidades do uso de recursos, mas permite a sua hipoteca a capitais internacionais (Idem).

No depoimento a seguir, a camponesa Rebeca Mabui, coordenadora do FOMMUR, nos leva a refletir sobre a distância entre a legislação e a sua efetiva implantação, num contexto de interesses econômicos exploratórios sobre as terras moçambicanas:

Nós dependemos daquele dinheiro sujo. Não podemos dizer que isto não está bem se eu estou a receber esse dinheiro do “grande malandro” que está a investir em Moçambique. Como vou dizer “a Monsanto não”? Todas as estruturas, tudo o que está a funcionar não é a lei moçambicana, estão a ser impostas que vocês devem trabalhar assim, pronto. Nós confiamos nos movimentos sociais para ajudar o povo. A exploração não vai acabar, mas vão minimizar porque Moçambique depende daquele dinheiro sujo. Nós estamos a ver mas não temos voz ativa. Então a pergunta é “E vejo você sofrer, o que eu faço?”. Individualmente consigo me defender e aquele que está perto de mim, se me aceitar, eu consigo ajudar. Isso aqui não está bem, você deve ir assim”. É preciso saber a filosofia dos movimentos sociais. Se vocês souberem como é, se o carro está a vir assim, mas eu também não quero sair da estrada, o que eu vou fazer? Vou parar aqui no meio do risco, nem ele há de vir passar, nem ele há de pisar ali, então nós os dois estamos assim. Então o que eu faço, eu pretendo lutar pelas outras

(Rebeca Mabui, Comunicação Oral Formação Política Feminista do FOMMUR, 03/11/2017).

Na mobilização pela revisão da Lei da Família (12/2004), as mulheres se uniram para influenciar e pressionar o governo e o parlamento. A principal reivindicação era obter direitos iguais em caso de separação e de divórcio mesmo que o casamento não estivesse legalizado e consumado no papel (o registo na união de fato), com vistas a superar a discriminação e a violência contra as mulheres, conforme aponta Monteiro:

Esta era mais uma forma de discriminação contra as mulheres, acompanhada de uma continuidade da violência. Esta era praticamente legitimada pelo poder legislativo uma vez que elas eram obrigadas a suportar as situações mais complicadas de violação dos seus direitos humanos, pois, em caso de separação, não se falava em divisão de bens e eram obrigadas a ir-se embora sem absolutamente nada para recomeçar com uma nova vida, mesmo que, como em alguns casos, tivessem tido vinte anos de vida em comum (2007, n.p.).

Uma das lacunas identificadas pelo movimento nessa Lei é a revisão do artigo 424º, sobre o estabelecimento do direito à herança em caso de viuvez em uma união de fato e o estabelecimento de medidas para evitar ou punir a poligamia. “Muitas mulheres quando ficam viúvas, vem os familiares do marido e retiram os bens e ela tem que voltar para casa dos seus pais para começar a vida do zero”, conta Nzira de Deus (entrevista em 13/01/2017). Ela sintetiza como se deu a articulação entre o ativismo e a academia para enfrentar a aprovação da Lei da Família:

Tudo isso baseado em muita pesquisa porque no grupo das fundadoras do FM estava o grupo da UEM, com as acadêmicas como Isabel Casimiro, Terezinha da Silva. Na parte da OMM estavam a senhora Luísa Xadraca. São pessoas que já vinham de uma caminhada acadêmica, de uma consciência também de movimento de libertação, tinham uma caminhada muito forte então foi se fazendo o trabalho todo e conseguimos que a Lei da Família fosse aprovada tomando em consideração essa questão de união de fato (Idem).

A moçambicana Ana Monteiro (2007) analisa que as alterações propostas estavam centradas na necessidade de definição de família, nas modalidades do casamento e seus efeitos quanto à chefia, ao nome, à representação e à administração dos bens do casal. A luta do movimento de mulheres visava criar um enquadramento legal para as famílias não constituídas pelo casamento formal, para que em caso de dissolução a divisão de bens fosse feita de igual para igual. Lutava ainda para que esta união tivesse os mesmos efeitos que um casamento civil, constituindo uma proteção para os direitos das mulheres, já que este tipo de união em Moçambique é majoritário e porque a decisão de registrar ou não o casamento não depende delas.

7.2 ARENAS DE (RE) PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM LABIRINTO DE RELAÇÕES

Nós mulheres sofremos violência de outras mulheres por que duvidamos que podemos gostar de nós mesmas (Ativista Lésbica, Ato Público Janeiro 2017).

A estratégia de dar visibilidade e desnaturalizar a violência contra as mulheres tem sido uma prioridade dos movimentos de mulheres e feministas, a partir dos dispositivos legais alcançados com a Constituição e os compromissos legais internacionais assumidos por Moçambique frente à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979, e a Declaração de Beijing, de 1995, resultante da 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher.

O trabalho da WLSA intitulado “Coragem e Impunidade - Denúncia e tratamento da violência doméstica contra as mulheres em Moçambique” (ARTHUR e MEJIA, 2006) sobre as mulheres que procuram ajuda do Estado quando são alvo de violências, foi realizado antes da aprovação da Lei e expressa as tensões entre as vozes das mulheres que se revoltaram e quebraram o silêncio e a persistência de uma estrutura violenta que quer mantê-las caladas.

O trabalho da WLSA intitulado “Coragem e Impunidade - Denúncia e tratamento da violência doméstica contra as mulheres em Moçambique” (ARTHUR e MEJIA, 2006) sobre as mulheres que procuram ajuda do Estado quando são alvo de violências, foi realizado antes da aprovação da Lei e expressa as tensões entre as vozes das

mulheres que se revoltaram e quebraram o silêncio e a persistência de uma estrutura violenta que quer mantê-las caladas.

A violência contra as mulheres é o resultado esperado de uma sociedade na qual as mulheres estão em posição de subordinação e foi preciso apresentar, falar no assunto, e expor as suas diferentes manifestações para despertar o interesse do público e do Estado, de modo a impulsionar em 2009 a aprovação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher (No. 29/2009) (Idem). Embora a luta de libertação trouxesse na sua agenda a “emancipação da mulher”, essa aprovação resultou de uma longa luta e articulação dos movimentos e do FM, que pressionaram através de diversas ações públicas e mobilizaram 400 mulheres para a votação na Assembleia da República. Graça Samo, coordenadora do FM naquele período, conta como se deu essa mobilização, destacando o papel da ativista Adozinda:

A Adozinda era aquela mulher que quando você dissesse “precisamos marchar”, as mulheres diziam “vamos marchar”. Ela perguntava “quantas mulheres vocês querem?” E ela ia e mobilizava. Quando o processo da Lei do combate à violência estava a acontecer nós decidimos que íamos acampar no Parlamento, íamos encher o lugar, ocuparíamos até que aprovassem a lei. Tinha que acontecer, se não ia voltar à estaca zero, porque 2009 estava a mudar uma governação, era ano de eleições e (puff). Imagina pode mudar os deputados...até que venha...Nós decidimos que íamos acampar no Parlamento e Adozinda mobilizou mulheres para encher aquele espaço: ela ia para a paragem, desviava um “chapa” para ir carregar as mulheres e ela trazia as mulheres todas. A gente pagava o chapa como pagando o bilhete, não era alugar transporte. Era líder, para ela não existiam limites. Nós estávamos muito articuladas. E elas se sentiam parte, como o processo sendo delas (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Nzira de Deus relata como se deu a pressão das organizações na Assembleia da República para aprovar a Lei:

Em Junho fomos lá assistir a sessão de discussão, porque estava pautada para discutir mas nunca chegavam a uma decisão. Éramos 400 mulheres no

Parlamento, sentadas e dissemos “você não vão decidir, mas nós vamos assistir você discutirem. Você não tirar tudo, mas a gente vai perder sabendo que estivemos aqui na casa do povo. E nós mulheres que sofremos esse mal vamos ficar aqui”. E ficamos ali sentadas e tiveram que dizer “lei da violência aprovada”. Foi tão polêmico, mas a questão era de mostrar a força do envolvimento. O maior valor que o FM tem é esta possibilidade de articular com diferentes grupos. Nesta diversidade chegamos a consensos sobre avançar conjuntamente em algumas agendas, muitas vezes temos tido alguns impasses porquê de fato o machismo se reinventa e dentro das organizações em algumas mulheres também acontece (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017)

Durante a pesquisa percebi que o tema da violência contra a mulher é transversal a todas as pautas das organizações que tivemos a oportunidade de observar, e são violências de vários tipos: violência física, violência simbólica, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial ou privação da liberdade seja na vida pública ou privada. Essa é uma demanda tão forte que inclusive, parece dificultar o avanço das demais agendas e entender a origem desse fenômeno é um desafio para as feministas acadêmicas e militantes em vários países do mundo. Clotilde Noa relaciona as origens das violências em Moçambique com questões ligadas à tradição, ao desenvolvimento e a globalização:

É difícil falar das origens porque são várias motivações que levam a violência e muitas vezes nós temos olhado para aquilo que é a tradição. Mas a tradição não é origem nossa como seres humanos: é que moldamos as pessoas dum jeito e tornarmos estas mesmas pessoas agressivas, depende daquilo que nós transmitimos para as gerações mais novas. O *lobolo* no passado não era escudo, mas era uma forma de unir as famílias, era uma forma de troca no estilo “eu sou mulher vou para uma nova família e como forma de substituir o meu lugar o dinheiro que se pagava o lobolo era para o meu irmão buscar uma mulher numa outra família”. Tinha um recurso para ir buscar uma outra mulher, mas nós hoje interpretamos de forma diferente. Estamos a usar a tradição de forma deturpada para justificar muitos

problemas que nós encontramos, então fica muito difícil dizer que a origem está na tradição ou que a origem está no desenvolvimento que nós fomos buscar coisas novas de outras culturas. O desenvolvimento e a globalização estão muito misturados e fica difícil dizer que esta é a origem da violência porque ela sempre esteve lá, esteve enraizada e como o patriarcado, está muito forte (Idem, entrevista em 17/01/2017).

O livro editado pela WLSA, “Entre a denúncia e o silêncio - Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)”, coordenado por Osório e Cruz e Silva (2016)¹⁵⁵ analisa os 6 anos da criação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher em Moçambique, refletindo sobre sua implementação.

As representações conservadoras sobre a violência doméstica continuam a ter efeitos nas decisões dos atores que tem como missão atender, encaminhar e sancionar esse crime. As autoras analisaram as representações de Violência Doméstica em diferentes grupos-alvo, procurando verificar como essas representações implicam na aplicação da Lei.

Embora exista um repúdio à violência doméstica, há uma rejeição ao caráter público da violência doméstica, como se essa devesse ficar no âmbito do quintal e da casa. Contrariamente das percepções discursivas que afirmam que as mulheres não denunciam devido a dependência material, o trabalho aponta que o maior motivador do baixo número de denúncias está ligado às representações sobre a proteção da família, sua honestidade e seriedade (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2016), o que leva muitas desistirem de denunciar, pois a Lei impede a retirada da queixa.

As mulheres que denunciam as agressões são muitas vezes consideradas pela comunidade e por sua família como um problema, na medida em que expõe as mazelas do contexto familiar. O estudo alerta que as mulheres que apresentam queixas na polícia ou nas organizações da sociedade civil têm majoritariamente entre 20-35 anos e passam por um logo sofrimento nas mãos de seus parceiros, sendo as instituições de atendimento seu último recurso (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2016).

As autoras analisam que as dificuldades para a aplicação da Lei da Violência Doméstica são de duas ordens: “Uma primeira que tem a ver

¹⁵⁵ Conferir também o livro “Dinâmica da resposta de Moçambique à violência contra a mulher” (ABREU, 2011).

com a ambiguidade entre o espírito da lei que toma como objeto a proteção das mulheres mas que amplia a sua aplicação aos homens e outra é a necessidade de salvaguardar a família, que aparece como orientação dos magistrados” (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2016, p. 267).

De acordo com o ponto de vista dessas autoras, o fato de que a Lei é alargada para combater também a violência doméstica contra os homens representa uma exceção, mas é tomado como regra pelos operadores de direito. A realidade é que a imensa maioria das vítimas de violência doméstica são mulheres. As denúncias protagonizadas por homens estão relacionadas ao não cumprimento dos deveres atribuídos socialmente às mulheres, que reagem a anos de sofrimento (2016).

A salvaguarda da família tem constringido a aplicação da lei pelos agentes do sistema de administração da justiça, que priorizam esse enfoque sobre a problemática, o que está relacionado a uma visão idealizada de família - mesmo que seja uma família que se expressa pela violência e não pela afetividade -, levando a uma despenalização social e até legal do infrator, segundo as autoras.

O depoimento da ativista Carlota Inhamussua vai ao encontro da análise das autoras ao afirmar que a pressão permanente dos movimentos por respostas adequadas por parte do Estado no atendimento às vítimas incentiva as mulheres a denunciarem:

A província de Sofala melhorou muito o atendimento às questões da violência e são resultados da nossa luta. Em 2014/15 fizemos uma carta à governadora reclamando do atendimento à mulher nos serviços públicos. E nos perguntávamos se essa mulher que estamos a mobilizar e conscientizar para que denuncie a violência, quando ela chega nos serviços esses não fazem um bom atendimento, estamos a desencorajar a denúncia. A governadora prestou atenção a essa questão, questionou os serviços e há melhorias. Mesmo não havendo melhorias por causa da atitude do movimento das mulheres feministas o sistema sente-se obrigado em algum momento a seguir as regras, por que nós perguntamos. Nesses dias decidimos não fazermos as marchas, mas uma roda de conversa e uma oficina, onde fazemos a nossa serpentina e cantamos (Idem, entrevista em 24/10/2017).

Graça Samo relaciona a dimensão global e local de processos violentos, que parte das estruturas econômicas macro e interferem no cotidiano das mulheres. Cita o caso da resistência das mulheres rurais às ameaças das multinacionais e avalia ser preciso superar a dimensão da violência doméstica dentro dos movimentos de mulheres e feministas:

O FM começou há muito tempo nos esforços de construir a agenda das mulheres rurais. Hoje tínhamos a capacidade de ter uma outra visão sobre o que é realmente o processo de se trabalhar mulheres rurais. E se nós tivéssemos assumido a construção política da Marcha tínhamos muito mais condições de estar com o pé no chão. Por que num contexto como esse em que tu estás a falar das condições em que elas estão, das ameaças em que elas estão das multinacionais, se não tiveres uma abordagem que te permite discutir o poder do patriarcado, do capitalismo, das novas formas de colonialismo, a partir desse entendimento político e real das coisas, vais continuar fazendo um trabalho superficial. A nossa discussão da dimensão de violência, enquanto não radicalizarmos nessas distintas dimensões de análise da estrutura, vamos continuar relaxando no debate de uma lei de violência doméstica, o mesmo que fizemos 10 anos atrás, dizendo que a solução é que precisamos reformar a lei por que aquele artigo, aquele artigo... Não pode mais, volvidos esses anos, o central da discussão ser a Lei de Violência. É preciso entender as dimensões cada vez mais profundas dessa violência e as diferentes facetas de como ela se manifesta, mas a gente continua reducionista. Mas como é que você constrói isso? São os processos políticos, de formação política. Quando você vai botar as mulheres falando, trazendo, refletindo, resgatando o histórico, resgatando as lutas. Muitas mulheres com quem nós estamos hoje são mulheres que enfrentaram a luta anticolonial, são as mulheres que enfrentaram os processos das políticas de reabilitação nacional (silêncio), que chamaram ajuda internacional, como é que essa ajuda internacional entrou aqui, os condicionalismos todos, as facetas e mazelas que o BM fez na década

de 1990, que foi o que começou a colapsar terrivelmente a nossa indústria, e o começo das privatizações. Você precisa trazer esse campo da discussão (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018)

Carlota Inhamussua, por sua vez, argumenta que a agenda principal é da defesa da terra, por estar intrinsecamente ligada à violência à autonomia da mulher. Ela fala do cultivo dos laços de solidariedade como estratégia de resistência às inúmeras violências:

Nós temos a agenda da terra que para nós nesse momento é a agenda principal, por que ligamos a terra à violência contra a mulher. Quando a mulher perde a terra, que parte dela, ela perde a sua autonomia, perde a sua capacidade e volta a ser submissa. Em paralelo à questão da terra temos a questão da violência. Eu não sei se ela é violência doméstica porque também ela vai se ligar com a violência doméstica, mas temos uma rede aqui que vai, ela própria começa a violentar-se, a reproduzir a violência porque já não tem capacidade de fazer mais nada. Então dizem "ela está maluca", este é um pilar. E o outro pilar seria a rede, a continuidade da construção da solidariedade africana, talvez dissesse africana/moçambicana, porque nossas mães, nossas antepassadas cultivaram, ao seu modo, laços de solidariedade. Quando queriam visitar uma à outra para apoiarem em qualquer sentido, seja na autoestima, seja por causa da falta de produtos ou por qualquer motivo, elas se juntavam, juntavam seu dinheiro, a sua comida (Idem, entrevista em 24/10/2017).

A solidariedade é construída no trabalho de base feito na comunidade, que é focado em valorizar as mulheres (crianças, jovens e adultas), e reconhecer suas existências e necessidades, o que pode ser a raiz para o combate a violência. Shaista Araújo percebe um retorno positivo da intervenção no bairro, com resultados importantes para mudar a percepção da comunidade local:

O reconhecimento é um problema de todos e das instituições municipais trabalharem em colaboração com a polícia. A violência era sempre um problema considerado da polícia, mas é um

problema que começa na comunidade: se essa menina não é reconhecida a nível da comunidade então cria toda uma estrutura, todo um ambiente que impede essa menina de ser valorizada. O reconhecimento de que existem outras razões para o crime, mas a questão do patriarcado, a questão da desvalorização que se dá a essa menina, o papel dessa menina na comunidade é o que mais pesa (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

Na agenda da LAMBDA a questão do combate à violência também é uma prioridade no âmbito das pessoas LGBTTT, invisibilizadas pelo Estado pela ausência de políticas públicas para o setor, o que exige um trabalho mais voltado à aceitação cultural e a ao combate à violência simbólica do que necessariamente a violência física:

Apesar de ser um contexto que ainda não é dos melhores em termos de vida e inclusão dos LGBTs na participação como cidadãos de pleno direito e em igualdade com os demais, a situação em Moçambique não está das piores comparativamente aos outros países, por exemplo da região da África Austral, onde os cidadãos homossexuais são perseguidos, há violência física da sociedade muito presente e visível. Não temos estudos concretos que informem sobre a questão da violência contra os LGBTs em Moz, mas podemos dizer que não é das piores. Há espaço para intervir e mobilizarmos a sociedade para torná-la mais favorável as questões da comunidade LGBTs. Socialmente o nosso ambiente é permissivo e dá-nos espaços para fazermos nosso trabalho e pouco a pouco mudar a forma de ser e estar em relação aos LGBT em Moz (Francelino Zeute, entrevista em 20/11/2017).

As raízes da violência contra a mulher continuam sendo buscadas no mundo acadêmico e no ativismo. São anos de escavação já feitos e outros tantos que temos pela frente, não apenas em Moçambique, mas no mundo inteiro. Essa agenda é histórica e comum às lutas das mulheres em geral e nos parece que é o grande entrave que impede o avanço das outras agendas. Enquanto andamos no circuito da violência, tentando resistir e sobreviver, é difícil levantar a cabeça e olhar além. Dedicar tempo a

defender a própria vida é um impeditivo para andar em outros caminhos e avançar em outras questões da existência, essenciais para a libertação e uma vida plena para as mulheres.

Como pudemos observar, as organizações de mulheres feministas atuam em várias áreas e temas, mas a maioria orbita em torno do tema das violências: a violência de Estado, que não cumpre seu papel de proteger as mulheres e seus direitos; a violência do mercado, que explora a força de trabalho das mulheres; a violência nas ruas, sem poder andar com liberdade pelos espaços urbanos e rurais, no transporte; as violências em casa, a na escola, a violência estrutural do sistema capitalista que teima em colocá-las à margem. E qual tem sido a saída? Observamos que para as moçambicanas a saída tem sido ampliar as redes de conscientização e de solidariedade que constroem esperança e geram a potência para resistir e lutar.

7.3 O FÓRUM MULHER E A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA CONTEMPORÂNEA

As agendas contemporâneas são inúmeras, pois há pendências históricas conectadas com pautas atuais. A conquista da Lei de Combate a Violência foi um momento de grande importância para o movimento nos anos 2010, mas outros desafios que já estavam esperando para serem atendidos foram reprimidos pela prioridade dessa Lei que precisa ser aperfeiçoada constantemente. Para consolidar sua organização nesse período, o FM incorporou formas de atuação que incluíam novas agendas atendendo às demandas, produzindo materiais para divulgação dos direitos das mulheres, capacitação das filiadas para atuar dentro dos temas prioritários, além de tensionar e dialogar com o governo a partir da pauta, dinâmicas e estratégias das organizações de base.

Atualmente o diálogo no campo das políticas públicas continua sendo fundamental para transitar os direitos das mulheres junto ao Estado. Apesar de terem sido incorporadas demandas como saúde sexual e reprodutiva, o direito ao aborto e o combate à mortalidade das mulheres, as lacunas são profundas e as pautas emergem de um cotidiano de necessidades concretas, apresentadas pelas organizações a partir de sua relação com a base social. É preciso ressaltar que aspectos culturais permanecem presentes na sociedade e na legislação, o que se torna um grande entrave nas lutas travadas atualmente.

Só foi incluída a partilha dos bens de propriedade em caso de separação e o resto não entrou. O FM

fez *workshops* com as mulheres parlamentares sobre esta agenda, a ampliação da licença-maternidade para 90 dias e a criação de uma lei que criminalize os casamentos prematuros. Esses temas ainda estão no processo de conversa, isso é nossa agenda como FM que nós vamos ter que convencer todos os outros que temos que ir por esse caminho (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Ao encontro dessas lutas realizou-se durante anos a revisão do Código Penal (CP), finalmente promulgado em 18/12/2014 pelo presidente da República, depois de aprovado na AR, em substituição ao que vigorava a mais de um século, ainda de cariz colonial e que violava direitos humanos das mulheres e das crianças (WLSA, 2015). Essa revisão resultou num processo iniciado em 2006 por várias organizações da sociedade civil que lutaram para inserir no CP o respeito aos direitos das mulheres e das raparigas. Parte desses direitos foi alcançado, mas uma parcela importante de demandas ficou de fora, como expressado na “Carta ao Presidente da República de Moçambique” (WLSA, 2015) assinada por um grupo de organizações que solicitou a não promulgação do CP.

Entre os problemas que permanecem, a Carta menciona a discriminação por orientação sexual, o que sinaliza por parte do Estado que esse grupo não necessita de proteção legal. Questionei os representantes da LAMBDA se do ponto de vista legal há uma agenda de *advocacy* pela criminalização da homofobia e pela não criminalização do cidadão LGBT no código penal. O ativista Francelino Zeute (entrevista em 20/11/2017) entende que a demanda da criminalização da homofobia é bastante importante, a semelhança de outras, como o casamento, mas que atacar outras muito complexas sobre o ponto de vista da mobilização de diversos grupos sociais requerem mais esforços. Por isso a prioridade da LAMBDA é fazer a sociedade compreender os aspectos basilares, como a questão do direito à igualdade, condição para que se possa avançar em outras frentes:

Nós entendemos que mais do que saltar para etapas muito grandes, é importante construir uma base sólida sobre o entendimento que tem que haver igualdade no tratamento das pessoas: o atendimento médico sem julgamento, o respeito na escola, as pessoas não podem ser despedidas do seu local de trabalho por serem homossexuais. São questões mais consensuais, que dividem menos a

sociedade. Nosso interesse é que futuramente tenhamos conseguido plantar e poder colher uma sociedade onde os direitos de todos os cidadãos são respeitados, garantidos por lei e assegurados pelo Estado. Quer tenhamos uniformizado a necessidade e a importância do respeito, de que a violência e a exclusão e as outras questões não nos fazem avançar como a sociedade que tem objetivos comuns (Idem).

Outra problemática apontada é que o CP falha em proteger menores que sofrem de violência sexual no entorno familiar e dificulta a investigação, assim como há insuficiência de elementos para tipificar o crime de violação. Um dos mais graves problemas é a tentativa de incorporação da Lei da Violência Doméstica no CP, considerada precipitada e prematura, pois sua vigência é relativamente curta e ainda desconhecida por amplos setores da sociedade enquanto um direito (OSÓRIO E CRUZ E SILVA, 2016). Sua inclusão no CP poderia ser uma forma de invisibilizá-la, ou diluí-la, causando ainda mais obstáculos para a aplicação da lei.

Resultado da ação dos movimentos, alguns pontos do CP continuam sendo negociados e no decorrer algumas questões foram revisadas pelo governo, por exemplo, o caso da criminalização de pessoas homossexuais, como relata o ativista da LAMBDA:

Em setembro de 2015 o Código Penal foi revisto, pois haviam os artigos 70 e 71 que poderiam ser utilizados para perseguir e criminalizar homossexuais. Eles foram removidos, o que é um passo extremamente grande na luta que a LAMBDA tem feito. Parte desses avanços são fruto do trabalho da LAMBDA em coordenação com outras organizações da sociedade civil. Apesar de ser a única que trabalha taxativamente com a questão LGBT não está sozinha, pois recebe apoio e solidariedade das outras organizações (Francelino Zeute, entrevista em 20/11/2017).

Existem pontos fundamentais para o feminismo no código penal, um deles é a categoria “femicídio”¹⁵⁶. A antropóloga e ativista moçambicana, integrante da WLSA, Maria José Arthur (2001, p.10) propõe que seja incluído no CP o crime de “femicídio”, um conceito que resulta do trabalho de intervenção e análise do movimento feminista em âmbito mundial:

Torna-se importante reconhecer essa categoria, porque a fixação na patologia dos que cometem violência contra as mulheres, pode obscurecer a função de controle social que têm esses atos. Até que ponto os que cometem atos de violência contra as mulheres são indivíduos marginais e desviados da norma? O contexto doméstico e “disciplinador” em que esta violência é geralmente cometida, revela que o seu objetivo, quer seja ou não consciente, tem por base a preservação da supremacia masculina. Tal como na violação, a maioria dos assassinos de mulheres, sejam maridos, amantes, familiares ou simples estranhos, não são produto de desvios inexplicáveis. Eles são “femicidas”, a forma mais extrema de “terrorismo sexista”, motivados por desagrado, prazer ou por um sentido de posse em relação às mulheres (Idem).

A autora considera que chamar feminicida os “assassinos misóginos” retira o véu utilizado quando se empregam termos “neutros”, que invisibilizam as questões de gênero que perpassam homicídios ou assassinatos.

O ‘femicídio’ é uma forma extrema de um contínuo de terror anti-feminino, que inclui uma variedade de abusos verbais e físicos, como a violação, a tortura, a violência física e psicológica, o assédio sexual na rua, no serviço ou na escola, e a maternidade forçada (pela proibição do planejamento familiar e do aborto). Quando estas formas de violência resultam em morte, trata-se de ‘femicídio’ (ARTHUR, 2001, p.10).

¹⁵⁶ “Femicídio” no português moçambicano equivale a categoria “feminicídio” no Brasil, que foi um conceito adotado no âmbito internacional na Conferência das Nações Unidas em Nairóbi, 1985.

Entre os avanços, ela ressalta que o bem jurídico em causa nos crimes sexuais é o da liberdade sexual e a integridade física, reconhecendo a autonomia no desenvolvimento da sexualidade e a direito ao aborto legal e seguro. A articulação do FM e da Rede de Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos (RDSR), com a parceria do Ministério da Saúde, conseguiu garantir no CP a despenalização do aborto, representando um grande avanço para a luta do movimento de mulheres.

“Como já tem sido várias vezes denunciado, o aborto inseguro constitui uma causa importante da morte materna” (WLSA, 2015). Entre os desafios para a aplicação dessa lei está o “estigma” e o estereótipo de gênero que atribui às mulheres a função da maternidade e a discriminação, que faz parte das controvérsias culturais, como explica Sheila Mandlhate:

A questão do aborto no princípio foi muito polêmica: podíamos nos reunir como organizações a falar pela legalização do aborto, se diziam a favor, mas na hora de ir falar com as pessoas diziam “minha religião não permite”. Às vezes são questões culturais, a forma como fomos construídas socialmente, a religião e o pecado (Idem, entrevista em 18/12/2017).

Ana Loforte considera que essa conquista resultou de uma luta importante do movimento, que conseguiu negociar num nível legal e político:

Nesse processo de luta no dia-a-dia por parte dos movimentos de mulheres por oportunidade e direitos iguais entre homens e mulheres em relação ao controle do corpo, por exemplo, houve um trabalho muito importante relativo ao código penal para a despenalização do aborto, seguindo certos requisitos. Daí houve essa necessidade de autonomia por parte da mulher para decidir em relação ao seu próprio corpo. Isto era a luta feminista em Moçambique (Idem, entrevista em 12/01/2017).

Outro tema polêmico contemporâneo é o caso das “maxi” ou “saias curtas” ocorrido no ano de 2016. Em reação à decisão do Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano (MINEDH) que determinou o uso saias compridas até aos calcanhares como uniforme escolar para as

raparigas. Diversas organizações da sociedade civil tentaram organizar uma ação de rua no dia 18 de março. Estavam previstas atividades como apresentação teatral, leitura de comunicado de imprensa, falas contra o aumento da violência contra raparigas na escola, e contra as normas que pretendem controlar o vestuário das estudantes, responsabilizando-as pelas agressões sexuais que sofrem de professores e colegas (WLSA, 2016)¹⁵⁷.

Figura 30 - Cartaz de chamada da ação pública



Fonte: WLSA

Este episódio revela parte das controvérsias que envolvem as feministas, a sociedade civil e o Estado e reflete o pensamento arraigado na sociedade moçambicana em relação às normas e tradições sobre o corpo das mulheres e meninas. Revela também a ambiguidade do Estado, que elaborou o decreto, mas não assumiu a responsabilidade, sendo esse procedimento recorrente nas falas de seus agentes. A fala de Sheila Mandlhate expressa as incompreensões que por vezes recaem sobre os movimentos:

Quando fizemos a campanha das “maxi saias” fomos mal interpretadas, foi falado que estávamos indo contra o regulamento da escola. Procuramos alertar que não é a maxissaia que vai fazer antecipar o abuso sexual, porque mesmo as mulheres que estão de capulana nas machambas são violadas de forma extravagante, mas ninguém faz nada. Nosso

¹⁵⁷ Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/medo-das-criancas/>. Acesso em: 25 out. 2018.

objetivo era pôr a consciência dessas questões, mas fomos mal interpretadas. O governo disse que não tinha escrito isso a nível do Ministério, jogando a responsabilidade às próprias escolas: “é um regulamento que foi feito nas escolas” (Idem, entrevista em 18/12/2017).

No site da WLSA (2016) foi divulgada uma nota com a posição do movimento: “Num desrespeito de todos os direitos, a polícia reprimiu esta ação, que não chegou a acontecer, detendo cinco das ativistas, usando de força, intimidação pelas armas e confiscação de materiais como cartazes, celulares e máquinas fotográficas. A sociedade civil pede contas desta atuação ilegal da polícia, que alegava estar a cumprir “Ordens de cima”. Essa categoria “ordens de cima” revela o potencial caráter autoritário de setores do Estado moçambicano, pois é o mesmo que dizer “você não irão receber explicações”.

A ativista Maria Feliciano Velemo, em artigo publicado no site da WLSA (2016) avalia que não há como ser indiferente ao tema das saias maxi. Ele tornou-se o assunto da atualidade nas conversas de rua, corredores, redes sociais e canais de informação, dividindo opiniões e revelando que há uma sombra sobre esse debate, que impede os cidadãos de compreenderem o que realmente está por detrás das mini e maxi saias.

Compreenda-se que as escolas já há muito que deixaram de ser um espaço seguro para as meninas, em particular as adolescentes, por várias razões, e dentre elas o abuso sexual - o que é uma gritante forma de violação dos seus direitos humanos.

Poderia chamar a atenção para os inúmeros fatores que obrigaram ao Ministério da Educação a dar a mão à palmatória e a aceitar que existem abusos sexuais nas escolas, daí a Campanha “Tolerância Zero”. Se ainda vigora, não está a funcionar como deve ser, de contrário, foi esquecida (Idem).

O debate sobre as “saias curtas” teve alcance nacional, problematizou as normas, revelando o que de fato o sistema quer impor, assim como quais são as reivindicações das jovens feministas. Isso levou ao surgimento em todo o país de muitos grupos de Facebook e de WhatsApp que são espaços de debate que ainda persistem (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017). Essa ação teve visibilidade em todo o

país e impulsionou o MovFemme, além de marcar o conjunto dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique:

Esse episódio é um exemplo prático: nós agimos diante de uma situação e questionamos o problema e foi entendido como uma ação política, não apenas como uma manifestação artística de questionamento. Então fomos presas. Foram algumas companheiras, mas isso marcou muito a nossa forma de agir, porque nunca se tinha ocorrido um episódio similar. Temos as grandes feministas moçambicanas que já marcharam. Elas nunca viveram isso. Eu tenho um pensamento de que há redes que o tempo de trabalho de ativismo permitiram, criadas por pessoas como a professora Isabel, a Graça Samo e todas essas mulheres feministas, em parceria de cumplicidade. O Movfemme até então era conhecido num grupo restrito de debates, de quintal, de rodas de conversa, com outras jovens, então surge a questão “quem são vocês jovens meninas que nós nem conhecemos? Como é que vocês se atrevem a questionar?” Se o papel da mulher já é deficitário, quanto mais de uma mulher jovem, então eu acho que isso também contribuiu para haver um exagero na percepção do nosso ato: “quem são essas, nós não as conhecemos” (Idem).

A origem desse debate está ligada a um conjunto de fatores e medidas do Estado que demonstra o quanto meninas, raparigas, jovens e mulheres são desvalorizadas no espaço educacional. O despacho 39 é uma luta vinculada a essa desvalorização, pois estabelece uma punição aos assediadores e abusadores sexuais no espaço escolar, mas também penaliza as mulheres que engravidam nessas situações, impedindo-as de estudar no período diurno. Essa proibição é extensiva à qualquer mulher grávida.

O tráfico sexual é uma agenda presente para o FM, mas de acordo com Nzira de Deus, o movimento ainda não tem estrutura para priorizar, pois antes de combater a violência externa, precisa combater os abusos sexuais no espaço doméstico:

Moçambique em termos de tráfico sexual é horrível, tem muita gente levando as meninas para

fora do país. Mas é uma agenda nós não sabemos por onde pegar, pois exigiria mudar um pouco o nosso estilo de trabalho para ter uma postura de assistência com uma equipe de advogados que fizessem o trâmite. Mexer com isso dá confusão! Ainda ontem ouvi rumores que estão à procura de um motivo para encerrar o FM: “você incomodam e nós incomodamos”. Então se incomoda, o governo vai buscar tudo que é mecanismo para dizer “toma seu caminho, vamos encerrar a instituição”. É complexa essa agenda de tráfico humano e tráfico sexual de mulheres. Nosso foco urgente são os casos que acontecem nas famílias, onde meninas são abusadas em casa e também é pior o índice esse tipo de exploração (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Além desses aspectos, observei também que o FM tem uma atuação sobre os processos eleitorais em Moçambique, lançando a cada período o “Manifesto Político das Mulheres”, que é entregue aos partidos políticos com a agenda construída pelo movimento. Em agosto de 2017 foi realizado na província de Sofala o Encontro Nacional para a elaboração do “Manifesto Político das Mulheres” para as eleições autárquicas de 2018 e para as eleições gerais de 2019. Contou com a presença de 65 ativistas de diferentes províncias, segmentos sociais, partidos e populações (Sheila Mandlhate, entrevista em 18/12/2017).

Primeiramente é realizado um diagnóstico sobre a realidade dos municípios, verificando se o orçamento alocado atende aos setores chave, como a educação, a saúde, a segurança pública, transportes públicos. “Em relação ao transporte público apontam a problemática do retorno dos *my loves* e de chapas precários e lotados como um retrocesso para o povo moçambicano, especialmente para as mulheres que são submetidas a maiores riscos e violações, como abuso e assédio sexual” (Idem).

Outro aspecto apontado é a expansão de bairros com ausência de ordenamento do espaço urbano, sem jardins, praças e locais adequados para as pessoas circularem e as crianças brincarem. A ausência de políticas de inclusão para as mulheres com deficiência faz parte das lacunas. No campo da infraestrutura foi apontada a falta de fornecimento de energia e de água em muitos municípios, e onde tem o fornecimento é precário. Na pauta da saúde foi apontada a baixa qualidade dos serviços, a dificuldade de acesso ao tratamento com antirretroviral para os casos de

HIV/SIDA, assim como indicada a necessidade de ampliar as unidades sanitárias (Sheila Mandlhate, entrevista em 18/12/2017).

A fala de Shaista de Araújo demonstra a visão sistêmica sobre pautas aparentemente fragmentadas, conectando a agenda do meio ambiente, terra, saneamento e saúde:

Na nossa pauta entra a questão da terra, principalmente para os municípios que estão ao redor da costa e a forma, como está sendo tratado o meio ambiente. Há locais onde os mangais, a biodiversidade que servem de respiração do mar, que é para fortalecer a vida marinha, que estão sendo destruídos por conta de infraestruturas ou construções nesses locais devido a não observância do respeito ao ambiente, no nosso Manifesto apresentamos que é preciso respeitar a natureza porque nós não somos o fim. Estamos neste mundo, mas amanhã serão os nossos filhos, netos. Ligamos à necessidade de melhoria do saneamento. O nosso país é tropical e em muitas ocasiões tem o agravamento de doenças se dá por conta do mau saneamento, levando mulheres levarem os seus filhos ao hospital. O saneamento, a questão da saúde, da água, tudo está vinculado (Shaista de Araújo, entrevista em 05/10/2017).

No âmbito da relação capital e trabalho/mercado Inocência Tembe, do COMUTRA (entrevista em 24/01/2018) conta que no sindicato se organizam por setores de atividade, unindo os metalúrgicos, a energia, os químicos e o setor de construção civil, para negociar as pautas com empresas grandes e pequenas, para as quais são apresentadas pautas diferentes. As pautas são construídas com a base, junto aos/às trabalhadores/as que trazem suas reivindicações. Depois é feito um resumo e leva-se aquela proposta para a mesa de negociação com os empregadores, que também trazem suas propostas. “Assim confrontam-se as duas propostas e as vezes esses dizem ‘nós terminamos aqui’. Então trocamos impressões até chegar pelo menos a uma parte que pode não ser aquela que nós desejaríamos, mas aproximada”. O COMUTRA promove formações para as mulheres conhecerem os seus direitos trabalhistas.

Nesse âmbito da autonomia econômica das mulheres, Carlota Inhamussua aponta que “Queremos começar a construir processos para nos organizarmos em cooperativas, para furar o sistema, a fim de que

nossas comercializações também tenham valor. Pensamos em utilizar o instrumento da economia solidária para nos ajudar nesse processo”.

Temos o desafio em relação à questão da paz e a soberania econômica. Como nós temos que criar essa questão de sermos autossuficientes para nossa alimentação e criar aquilo que é a riqueza que cada mulher quer? Se ela quer construir uma casinha como pode conseguir a partir do que ela produz? Entre se nós criarmos esta rede de sinergias conseguiremos que o mundo veja que é possível voltarmos a nos alimentar com a água que nós temos, com os alimentos que a nossa terra tem, sem precisar de comprarmos produtos de fora (Idem, entrevista em 24/10/2017).

Há uma forte presença de mulheres no movimento cooperativo, que na avaliação de lideranças da AMPCM, ainda precisa de instrumentos para poder caminhar com as suas próprias pernas e ter viabilidade econômica, pois embora a Lei Geral tenha sido aprovada em 2009, ainda carece de regulamentação para alterar o curso daquilo que concebem como cooperativismo em Moçambique:

Atualmente há um desconhecimento dos grupos e dos cartórios sobre a nova lei, e muitas das associações estão sendo criadas para fazer negócio e poderem redistribuir excedentes. O trabalho da AMPCM é divulgar a nova Lei, pois esse desconhecimento influi muito na redistribuição da riqueza e logo afeta a sustentabilidade das ações, por isso não se desenvolvem porque estão sempre a baixo, pedintes, não chegam a ter um valor de caminhar (AMPCM 2, entrevista em 20/11/2017).

A partir do acesso aos vários manifestos produzidos pelas diferentes organizações com suas pautas específicas, como das raparigas, das trabalhadoras rurais, cooperativas, trabalhadoras formais, entre outras, compusemos o quadro de reivindicações a partir da identificação dos eixos principais, conforme pode ser visto a seguir.

Quadro 3 - Reivindicações contemporâneas

EIXOS	TEMAS
Agenda Geral	<p>Combate à violência contra a mulher:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A não inclusão da Lei de Combate à Violência contra a Mulher no CP, pois corre o risco de ser diluída. - Aperfeiçoamento da Lei, incluindo a precisão das tipificações de crime, a precisão do enquadramento dos tipos de violências, penas mais adequadas, os crimes cibernéticos. <p>Direitos Humanos das Mulheres:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma legislação sobre o fim das uniões forçadas (casamentos prematuros) - Revisão da Lei das sucessões e Lei da Família para que as mulheres estejam em primeiro lugar na sucessão de herança e que haja o reconhecimento da união de fato. <p>Paz e Desmilitarização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pelo fim dos conflitos armados. - Pela deposição das armas.
Mundo do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Ratificação da Convenção 183 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre proteção à maternidade. O país reconhece a convenção mas não a ratifica. - Ampliação da licença maternidade de dispora três meses no âmbito das empresas privadas. - Criação do “cantinho da amamentação” nos locais de trabalho. - Implementação do Regulamento de Trabalho Doméstico, aprovado em 2008, mas ainda sem efetividade. Essa lei foi inspirada no regulamento colonial dos empregados domésticos de 1966. Os direitos e os deveres do empregador e dos/as trabalhadores/as domésticos mudaram pouco desde o período colonial. - Respeito aos princípios de cada trabalhador, assim como seu horário e seus salários, direito a medicação e assistência medicamentosa. - Direitos às trabalhadoras informais. - Implementação da Lei do Trabalho 23/2007, juntamente com os direitos específicos da mulher trabalhadora. - Regulamentação das Lei Geral das Cooperativas, aprovada em 2009, para definir as áreas de atividade e a tabela de benefícios fiscais.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Negociações para a inclusão do tema gênero na reforma curricular. - Educação Sexual e de Gênero, devido à ausência e sensibilização de gênero. - Linguagem não sexista, entendida como uma demanda internacional para o sindicato dos professores no currículo dos alunos/as e na formação docente. - Esforços para a redução do índice de analfabetismo. - Educação para as raparigas. - Professoras no Ensino Básico: quanto mais alta a escolaridade, menos mulheres.

	<ul style="list-style-type: none"> - Despacho 39¹⁵⁸ – as jovens grávidas não podem frequentar a escola no período diurno nos níveis elementar, básico e médio do Sistema Nacional de Educação (SNE). - Obrigatoriedade do uso das saias longas como uniforme na rede pública.
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento adequado às mulheres em situação de parto. - Priorizar o combate à fístula obstétrica¹⁵⁹ como um problema de saúde pública, que atinge mulheres, especialmente meninas que tiveram gravidez precoce devido à negligência do Estado em orientar e atender adequadamente. - Superar a desnutrição crônica. - Serviços de saúde voltados para idosos/os
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> - Luta pela manutenção da Lei de Terras (não à venda e privatização da terra). - Acesso à terra e aos direitos das comunidades locais. - Soberania e segurança alimentar – conectada a agenda da Via Campesina - Acesso à terra e ao uso e aproveitamento dos recursos, como soberania para decidir o destino da produção. - O fim das desapropriações pelos grandes empreendimentos. - Campanha pela utilização de sementes tradicionais (não à utilização de sementes transgênicas). - Combate ao agronegócio e às empresas de plantações de árvores (eucalipto e pinho). - Empréstimos para aquisição de máquinas agrícolas e ampliação do cultivo da terra. - Acesso aos insumos agrícolas. - Implementação pelo Estado do programa “Terra Segura”, que garanta o DUAT em nome das mulheres ou co-titulares com seus maridos. - Valorização das práticas agrícolas como agroecologia, economia solidária e agricultura sustentável e das sementes locais - Incentivo à comercialização da produção, com acesso aos mercados a nível nacional. - Enfrentamento à livre transação dos títulos de terras. - Combate à violência contra a mulher rural.
Participação Política	<ul style="list-style-type: none"> - Participação ativa nas eleições autárquicas de 2018 e eleições gerais 2019. - Manifesto Político das Mulheres.

¹⁵⁸ Durante a finalização da tese recebemos a notícia de que esse despacho foi revogado pelo MINEDH.

¹⁵⁹ A fístula obstétrica atinge 100 mil mulheres no país, sendo na imensa maioria jovens, pobres e do meio rural. A fístula é um orifício na vagina, bexiga ou reto que impossibilita o controle da urina e de fezes que resulta de um parto complicado, o que leva a ruptura dos tecidos vaginais e a incontinência urinária.

	<ul style="list-style-type: none"> - Paridade de participação das mulheres nos postos de tomada de decisão em todos os níveis (Nacional, Provincial e Local). - Efetivo funcionamento dos órgãos de decisão com a participação de representação dos movimentos de mulheres e feministas.
Temas Eleições autárquicas	<ul style="list-style-type: none"> - Educação - Saúde - Segurança pública - Saneamento e coleta de lixo - Distribuição de água e energia - Transporte público - Urbanização e ordenamento territorial - Questão ambiental - Acesso à terra
Jovens Feministas	<ul style="list-style-type: none"> - Direito a decidir e ter autonomia sobre o corpo - Direito de ir e vir e ocupar o espaço público sem violência - Iluminação das ruas e segurança pública - Desafiar o patriarcado criando espaços de diálogo para construir relações igualitárias - Presença das mulheres jovens em espaços de decisão - Fim dos casamentos prematuros, uniões forçadas (conceito em disputa dentro do movimento)
População LGBT	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do Código Penal com ênfase para a descriminalização de homossexuais. - Reconhecimento da associação LAMBDA.

As questões apontadas pelos movimentos de mulheres e feministas constituem em Moçambique temas de uma agenda contemporânea das mulheres, apontando para ações relacionadas a problemas do cotidiano das mulheres e de possível direcionamento para a formulação de políticas públicas (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017).

Essas agendas dialogam com o levantamento feito por Amadiume (2001) que observa que desde os anos 1960 se multiplicaram as áreas de preocupação sobre outras realidades das mulheres Africanas, incluindo temas como:

Emancipação política; educação e treinamento; empoderamento econômico; programas de ajuste estrutural; acesso das mulheres a melhores empregos; acesso mais fácil às mulheres, crédito para empresas geradoras de renda ou compra de terrenos ou propriedade; mulheres e saúde, o que destaca a necessidade das mulheres de ter acesso a serviços de saúde, particularmente saúde

reprodutiva e sexual; ambiente e saúde; mulheres e o estado - a questão da guerra, violação, repressão e violência estatal; mulheres e políticas - liderança e participação política; mulheres e direitos e justiça social - é política, reforma legal e ações concretas para capacitar as mulheres; e assim por diante (AMADIUME, 2001, p.48-49).

São temáticas que se renovam, articulados em múltiplas arenas sociais (AMADIUME, 2001; MCFADDEN, 2011). Agendas que se ressignificam e se recolocam, dependendo dos contextos e dos campos de tensão que reivindicam essas pautas pelos direitos das mulheres, tão diversas como as próprias sociedades (GASPARETTO E AMÂNCIO, 2017). Portanto as condições e as necessidades são igualmente complexas, devido às diversidades de origens e culturas (AMADIUME, 2001) e das demandas pelas condições materiais, simbólicas e políticas de existência.

Durante a pesquisa não tive condições de observar em que medida o Estado tem implementado as políticas negociadas, especialmente na destinação orçamentária, o que pretendo que seja objeto de estudos posteriores. Os documentos que tivemos acesso do MGCAS (2016) se referem a uma agenda que numa primeira análise tem consonância com as pautas dos movimentos de mulheres e feministas, entretanto há um contingenciamento de recursos, que impede o investimento do Estado moçambicano, que depende basicamente de agências doadoras nos programas de gênero (Angelina Lubrino, entrevista em 18/01/2017). Desse modo o Estado promove ações pontuais e fragmentadas, sem investir numa política continuada que impacte na transformação das condições de vida das mulheres, como expressa a pesquisadora da WLSA, Ana Loforte:

Chamamos a atenção sobre a necessidade das mulheres se aperceberem que seus direitos podem ser violados por parte do próprio Estado, por parte de instituições que de forma bastante acintosa violam esses mesmos direitos em nome da cultura. Há muito trabalho a ser feito, sobretudo nas zonas rurais para chamar atenção sobre estas mesmas violações e também de empoderar as mulheres no sentido de conhecerem os seus direitos. Nós aqui em Moçambique em termos da legislação até estamos bastante avançados, a Constituição da República determina a igualdade de direitos entre

homens e mulheres e uma série de compromissos assumidos pelo governo em relação aos instrumentos de defesa dos seus direitos. Mas em termos práticos é difícil divulgar as leis, as mulheres conhecerem seus direitos para depois os reivindicar. Elas chamar a atenção do governo sobre os compromissos assumidos, porque muitas vezes isso fica só no nível discursivo, mas a nível das práticas o Estado não cumpre (Ana Loforte, entrevista em 12/01/2017).

Entre as mulheres que tive contato, ouvi seus discursos críticos e contundentes (de confronto e denúncia da ausência da implementação de políticas), mulheres que ocupam lugares contraditórios que são os espaços de poder que por vezes lhes são negados. São lutas duplas: uma para chegar lá e outra para lá permanecer e fazer os embates necessários. Algumas mulheres superam as suas próprias expectativas e são legitimadas enquanto lideranças no meio político do ativismo e na representação política.

Por vezes são lutas para tirar o “silêncio do silêncio”, puxar processos da invisibilidade, tirar máscaras, que às vezes parecem bonitas, mas escondem processos destrutivos, como a rígida distinção entre o público (fala e poder dos homens) e o privado (espaço da mulher, mas sob a tutela masculina), que preserva o poder masculino em ambos espaços.

As raparigas e mulheres ligadas aos movimentos que tem um caráter mais juvenil questionam o controle sexual. Uma ação para mostrar que elas querem mudança foi comparecer para votar nas eleições autárquicas 10 de outubro de 2018 com blusas de alça, vestimenta que no dia-a-dia são impedidas de usar nos espaços da estrutura do Estado.

No âmbito legal há uma agenda que prioriza a criação de normas leis e direitos e outra que luta pela implementação das leis e direitos criados. Nos pareceu que um dos desafios para os movimentos é encontrar outras alternativas para além da judicialização, a fim de salvaguardar as leis e o seu cumprimento. A promoção da cidadania implica em elevar o nível da educação e também em levar ao conhecimento da sociedade quais são os direitos e o que fazer para acessá-los.

Para Céli Pinto as políticas públicas incluem as políticas de governo e de Estado (Comunicação Oral na III Jornadas do LEGH/UFSC, 2018) e precisam ser universais para atingir grandes contingentes populacionais. Na minha perspectiva, há uma diferença metodológica na construção do que é a política de governo/Estado e a política pública. Entendo que a política de governo/Estado é criada em gabinetes, faz parte

dos programas de governos e dos compromissos dos governantes com seus aliados e base social. A política pública é aquela construída de forma conjunta, coletiva a partir das necessidades apresentadas pela sociedade civil, que a negocia com o Estado. Essa construção tem como método o planejamento, o monitoramento e a avaliação. Assim, as políticas deixam de ser públicas quando não são implementadas.

Ao invés de serem universais, serão pontuais, pois a maioria ficará às margens do acesso, sendo parcela atendida por programas temporários e de baixo impacto na transformação da estrutura econômica e social das suas vidas. A democracia liberal não tem lugar para todas as pessoas, faz escolhas, onde predominam as exclusões. Inclui parcela na distribuição das riquezas, exclui parcelas onde mulheres e pessoas negras estão entre as principais lesadas.

Observamos que existe uma resistência local aos processos globais, como as camponesas que lutam contra a revolução verde e as megacorporações. A ativista Graça Samo analisa que o desafio atual é organizar uma luta frente a aliança neocolonial para salvar os recursos fundamentais para a vida das mulheres:

No contexto que está hoje teríamos muito mais condições de fazer uma luta clara e de criar mecanismos de defender o avanço das alternativas: que alternativas, o que que nós fazemos, o que nós podemos defender, o que que ainda dá para salvar que ainda não se perdeu. Aqui nesse país ainda dá para salvar que nós precisamos de terras que não vão ter agrotóxicos. Precisamos de terras em que os camponeses possam produzir comida limpa. A gente pode construir pauta ainda para lutar. O mal ainda está a entrar (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Com essas palavras de resistência concluímos esse capítulo na noite da eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, onde tratamos dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique, articulados pelas organizações da Rede FM. Suas ações estão voltadas para a produção da luta por direitos e dessa luta emerge a produção de saberes cotidianos, fundamentais para o existir e resistir frente à realidade das mulheres em África e a produção de um movimento de mulheres e feministas em Moçambique singular, que parte das realidades, limites, potencialidades e condições locais.

A seguir serão desenvolvidas as considerações finais da tese, onde irei expor as limitações desse trabalho, indicações para futuras pesquisas dentro do espaço do “corredor de saberes”, assim como algumas questões refletidas no decorrer da escrita, mas que merecem destaque para pensar novas relações ativismo e academia, os desafios na relação com o Estado e na produção de políticas públicas efetivas, assim como a importância de fortalecer as relações Sul-Sul para a circulação de conhecimentos que potencializem os processos de luta e resistências nas diferentes esferas da sociedade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A LUTA CONTINUA

- Não há outra alternativa senão a morte?
- Não. A África deve morrer para renascer. É necessário que feche as portas para se redescobrir e se reconhecer de outra maneira. Devemos ficar entre nós, consumir localmente, olhar para os programas africanos ... Aqueles que sobreviverão a essa morte simbólica começarão com novas bases sobre as quais nos recompostemos com o mundo, nós fixaremos os preços das matérias-primas. Se não, apenas os outros aproveitarão a globalização (BUGUL, 2013, p. 161-162).

Ainda que sendo uma “outra”, ou seja, uma mulher não africana, fui recebida com interesse e disponibilidade pelas mulheres, pelas ativistas e pelas acadêmicas, por homens, jovens e crianças. Por onde passei e expliquei minhas intenções fui recebida e tive a oportunidade de ouvir minhas/meus interlocutoras/as, ainda que fosse para um justificado “não”. Talvez o fato de ser “de fora” permitiu que a maior parte das minhas abordagens recebessem um sim e as pessoas se sentissem a vontade para conversarmos, ocasiões em que me coloquei num lugar de escuta das suas trajetórias e histórias.

Há uma visão predominante sobre África enquanto lugar de crises, de catástrofes e conflitos. Esta visão contribui para a reprodução estereotipada de todo um continente e seus habitantes, que por sua vez, também produz a invisibilidade e desconhecimento das produções teóricas, neste caso particular dos feminismos, que é preciso desconstruir. Precisamos pensar os motivos que fazem com que nós acadêmicas/os deixemos de falar de um continente inteiro, para o qual olhamos muitas como um lugar “vazio”, ou um “não lugar”. Ainda que a circulação da produção dos feminismos africanos seja rara na América Latina, como feministas decoloniais não podemos reproduzir violências epistêmicas e precisamos nos desafiar a colocar no mapa aquilo que conhecemos ou reconhecer que não temos acesso às produções das pesquisadoras do continente.

Vivi na trajetória acadêmica vários episódios que revelam a “colonização do feminismo”, mesmo quando tratamos de feminismos “decoloniais”. São situações que em parte me deixam impotente, reflexiva, pensando que nossas contradições são tão profundas que talvez

não poderemos ver mudanças a curto prazo. Mas por outro lado vi nele uma força: a ausência proporcionou a fala, a complementaridade, a possibilidade de contar que há sim “feminismoS africanoS”, que há feminismo acadêmico, militante e ativista, que há uma potência de mulheres naquele continente.

Esses episódios fortaleceram a necessidade de trafegar pelo “corredor de saberes”, pelos conhecimentos produzidos em Moçambique e em África, de trazer sua potência epistêmica para que conheçamos deste lado do Atlântico, no Brasil e na América Latina, os conhecimentos que existem no desconhecido lado de lá. Quebrar os estereótipos e preconceitos e conectar nossas forças físicas, energias espirituais e capacidades intelectuais para a transformação de realidades tão diversas e ao mesmo tempo tão similares.

E agora esse também é meu papel e desafio: de falar do que descobri, de dizer o que vi e vivi, de contribuir para superar um pouco essa invisibilidade epistêmica do gênero e feminismoS africanoS no Brasil. Entendo que falarmos em feminismos decoloniais significa também dialogar com a África, com o compromisso de desnaturalizar, desmistificar, deslocar, revelar os feminismos dissidentes, as mulheres heréticas e profanas que se conectam com suas ações políticas e produção de conhecimento, ainda que careçam de mais poder de circulação, o que estamos propondo no “corredor de saberes”.

Esse trabalho se soma às iniciativas de movimentos sociais solidários aos povos do continente e de pesquisadores/as brasileiros/as que estudam África. Considero que temos legitimidade para fazer pesquisas sobre esse continente em virtude das relações históricas constituídas e da necessidade de aprofundar as relações dos feminismos Sul-Sul. Um dos meus compromissos é devolver os resultados da pesquisa, colocar em diálogo, debate e verificação durante as atividades do 14º Congresso Mundos de Mulheres, que será realizado em Maputo em 2020¹⁶⁰.

A seguir, relacionarei brevemente alguns aspectos que me parecem os principais dessa tese, em termos conclusivos. Inicialmente ressalto que, no decorrer da pesquisa de campo junto às organizações de mulheres e feministas em Moçambique, pude observar que elas são protagonistas de uma nova luta pela África, por um outro modelo de desenvolvimento, que considere seus saberes e suas experiências. Não há um “feministômetro” que permita comparar diferentes contextos e identificar quem é mais ou menos feminista, mas é possível constituir um campo de pesquisas que

¹⁶⁰Pretendo ainda ampliar o Blog Corredor de Saberes, criando uma biblioteca virtual.

faça emergir suas trajetórias, contribuindo para deslocar a geopolítica do conhecimento.

Concordo com Rehana Carpuchande quando afirma: “Então é preciso olhar essa mesma mulher nos vários espaços, nas várias arenas sociais por onde ela percorre, as múltiplas redes por onde ela está integrada, por que cada uma dessas esferas contribui para aquilo que depois vai fazer sentido no desenvolvimento, que significa olhar o conjunto, para todas as esferas” (entrevista em 16/12/2017).

Destaco também que os resultados da pesquisa nos apontam questões para uma agenda de lutas contemporânea que tem no seu centro a disputa por um modelo de “desenvolvimento” para as mulheres e LGBTs moçambicanas, com igualdade de gênero e de oportunidades, o fim das diferentes formas de violências e opressões, atuando frente e junto ao Estado para a construção de políticas públicas, com um forte protagonismo das organizações de jovens feministas moçambicanas.

As falas das mulheres rurais remetem a uma relação com a ideia do *Buen Vivir*, que é uma categoria central da filosofia relacionada à vida originária da cosmovisão dos povos e nacionalidades autóctones da América Latina, caracterizada pela busca de alternativas aos modelos de desenvolvimento impostos, de caráter exógeno. O *Buen Vivir* propõe uma mudança de paradigma civilizatório (ACOSTA, 2016). Surge de raízes comunitárias não capitalistas, de modos de vida diferenciados, pois é uma oportunidade para construir e reconstruir coletivamente formas de vida descolonizadoras e despatriarcalizadoras, fazendo uma ruptura com as lógicas antropocêntricas do capitalismo como civilização dominante e com as diversas experiências socialistas.

Constatamos ainda, do ponto de vista histórico, observando as ações e escutando as falas, dialogando com a literatura consultada, uma aliança dos agentes do Estado com as grandes corporações econômicas: um neoliberalismo de alta intensidade com impacto na vida da população, em especial na vida das mulheres, e mais fortemente notado no meio rural, onde as camponesas estão à mercê dos megaprojetos, resistindo à espoliação de suas terras, como vimos nas lutas do FOMMUR.

Esses protagonismos dos movimentos de mulheres e feministas têm raízes nos processos históricos, na luta pela emancipação nos diferentes contextos, como a resistência contra a escravização, a luta anticolonial, a luta armada e a luta no período pós-independência. Essas lutas revelam que grande parte das pautas/agendas são atuais e que carecem de implantação por falta de vontade política de agentes do Estado e da consequente ausência de recursos financeiros para a garantia efetiva dos direitos. Nesse sentido é necessário aprofundar pesquisas que

verifiquem o orçamento do Estado moçambicano para as questões de gênero, em que medida atende, por que não atende, quais são as escolhas e prioridades.

Apesar de os movimentos de mulheres e feministas conquistarem várias leis, observamos que são executadas ações pontuais, movidas por programas que não atendem a um dos pressupostos das políticas públicas, que é a equidade e a universalização de direitos, o que desafia a um repensar a respeito da efetividade das políticas públicas. Ainda assim os movimentos de mulheres continuam apresentando propostas concretas para alcançar a igualdade de gênero e a paridade na gestão das políticas públicas.

As narrativas dos movimentos de mulheres e feministas são invisibilizadas para o espaço público, criminalizadas pela grande mídia e pelo poder de coerção do Estado, e não vistas por grande parte da academia. A influência da metodologia e dos conteúdos do feminismo brasileiro é notória, por exemplo, nas palavras de “desordem”, nas relações dentro da MMM. Tal influência se explica na medida em que várias feministas brasileiras têm atuado como consultoras no país, havendo pois, relações de troca entre feministas brasileiras e moçambicanas. Fenômenos comuns que resultam da globalização e das relações coloniais – pautas que coincidem em muitos aspectos.

Ao longo da pesquisa, tornou-se possível também observar que as organizações têm um papel por vezes ambíguo, pois representam os interesses das comunidades locais frente aos projetos das agências doadoras que apoiam projetos e ações, ao mesmo tempo em que também contam com esses recursos para poder organizar a resistência contra os valores dessas instituições de ajuda, por vezes ligadas aos setores hegemônicos do capitalismo internacional.

A entrada da categoria feminismo nas organizações de mulheres moçambicanas foi uma virada importante para trazer uma nova agenda e uma nova metodologia de luta, que junto com outros movimentos sociais, forçaram a abertura do Estado.

Amina Mama (2013, p. 9) lembra: “tivemos que lutar para alcançar o nosso próprio significado do termo "feminismo" para nos manter vivas. Às vezes, o conceito tem sido usado por interesses antidemocráticos”. Segundo a autora “O debate sobre o imperialismo feminista foi a nossa resposta para isso. Em outras ocasiões, regimes africanos têm tentado fazer coisas engraçadas com as políticas de gênero e deturpação do feminismo, e nossas sociedades nem sempre foram evidentes sobre o significado de ‘feminismo’” (Idem). Entretanto para ela:

O feminismo continua sendo um termo positivo, baseado no movimento, e fico feliz por me identificar com ele. Indica uma rejeição da opressão, luta de libertação das mulheres de todas as formas de opressão, interno, externo, psicológico e emocional, socioeconômico, político e filosófico. Eu gosto do termo, porque me identifico com uma comunidade de mulheres radicais e seguras de si mesmas, muitas das quais eu admiro: (...) são mulheres africanas, asiáticas, latino-americanas, do Oriente Médio, europeias e norte-americanas, de todas as cores e tendências, do passado e do presente (MAMA, 2013, p. 10).

Entretanto, as conquistas dos movimentos feministas em âmbito internacional estão constantemente ameaçadas, o que exige uma constante fricção para manter a agenda em aberto. O dilema é resistir, enfrentar e manter ou ceder, retroceder e perder? Quais forças têm sido acumuladas, quais avanços, quais estratégias adotar para garantir um futuro?

Percebo que há ainda um peso político de processos de repressão e coerção que ocorrem em diferentes contextos africanos, mas também em Moçambique, como ameaças a dissidentes, perseguições a ativistas, recados dados através de violência e o pior de todas as repressões: a autovigilância, o silêncio de quem não fala por medo.

Portanto, pode haver movimentos de mulheres que não sejam autônomos e que não tenham como objetivo resolver a injustiça de gênero ou transformar relacionamentos opressivos, alerta Mama (2013, p.16). O chamado “feminismo de Estado” cooptou muitas lideranças do movimento feminista, avaliam intelectuais da América Latina e da África (PINTO, 2018; ALVAREZ *et al*, 2000; MAMA, 2002; HASSIM, 2005). Esse tipo de feminismo, estando ligado às elites econômicas e étnicas do país, fica restrito aos limites desses marcos, e por isso mesmo, não proporciona espaço para todas dentro das políticas chamadas públicas.

Nesse sentido é útil ter uma ideia explícita de que as políticas de gênero para a libertação das mulheres precisam contribuir para a transformação em três níveis: 1) da subjetividade; 2) da vida pessoal e relacionamentos; 3) no nível da economia política (MAMA, 2013). A libertação das mulheres requer a superação da injustiça de gênero em todas as áreas, do nível micro político ao macro político, sem esquecer ou

omitir qualquer nível de luta, ainda que o feminismo hegemônico tenha priorizado o âmbito da economia política.

Movimentos sociais e ONGs construíram as condições político-organizacionais que levaram as mulheres a ocupar o espaço público, constituíram o feminismo, gerando um certo caos numa ordem que não atendia suas necessidades. Trata-se de um tipo de caos que evidencia outros aspectos caóticos: a ausência de ações práticas, de políticas de Estado que melhorem suas condições de vidas. Nessa perspectiva a luta feminista desestrutura as organizações androcêntricas e patriarcais, criando fissuras no sistema, ainda imperceptíveis e, ao menos aparentemente, levemente percebidas.

Essa cultura política do confronto cotidiano, do questionamento, da resistência, tem sido protagonizada por mulheres consideradas “atrevidas”, “desviantes”, “ostensivas”, “fora da norma”, que tem a coragem de sair dos lugares reservados para elas nas estruturas patriarcais que encontraram um campo fértil no “encontro colonial”. As “mulheres em lutas” no plural (porque são diversas), são muitas e defendem distintas pautas, são híbridas, mas, apesar das diferenças, se misturam em razão de interesses comuns ou por solidariedade, incluindo aqui a agenda LGBT.

Numa perspectiva otimista, entendo que suas disputas discursivas e ações corroem aos poucos o sistema cultural e econômico: agregam outras narrativas e vozes, a resistência das camponesas, das jovens, das raparigas, das lésbicas, das tantas e tantas pertencentes a esse processo de resistência, para quem às vezes se torna necessário gritar para ser escutada.

São lutas que se articulam, se interconectam e impulsionam umas às outras. No entanto, nelas há também várias ausências e lacunas, como denota a fala dessa ativista: “Mas não temos espaço...agora estamos de férias, na semana passada minha colega, ligou: precisamos falar, eu não estou bem! E a gente se encontrou. Ela me perguntou o que que a gente vai fazer (silêncio)? A gente precisa fazer alguma coisa em Moçambique”.

De retalhos em retalhos, juntas costuramos essa tese! Reflexões em diálogo com percursos intelectuais coerentes com compromissos éticos e políticos. Atenta às condições de vida das pessoas e a necessidade de uma produção teórica que traga elementos para pensar políticas públicas, acadêmicas, de circulação de conhecimento, e práticas militantes, de alteridade e de afetos. Concordo com Alcoff, quando sugere que gênero, feminismo e militância política são constitutivos de uma epistemologia para a próxima revolução (2016).

Esse trabalho tentou identificar e descrever algumas metodologias, estratégias de luta política e ações de mobilização pública que os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique utilizam para negociar, tensionar e garantir a implementação das pautas e demandas pelos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica, tanto no espaço público como no privado.

Essa tese apresenta parte das dinâmicas observadas no trabalho de campo quando andamos por alguns territórios do país para ter contato com o contexto geral, com as organizações e realizando entrevistas com atrizes políticas da Rede Fórum Mulher. Se colocaram questões como o papel da pesquisa na articulação das lutas das mulheres e feministas, quem são e de onde vem as agências financiadoras e qual seu papel e interesses, como agências multilaterais e ONGs e o papel ambíguo contido nas questões econômicas de algumas organizações internacionais.

As denúncias ao colonialismo e seus efeitos perdura ainda hoje nas músicas, museus, documentários, filmes e na literatura. Também está presente nas formas de ação de organizações como a ASCHA, que tem como método de atuação junto ao seu público - formado por meninas e jovens - a arte para educar e protestar.

As ativistas fazem discursos críticos e contundentes (de confronto e denúncia da ausência da implementação de políticas), mulheres que ocupam lugares contraditórios que são os espaços de poder que por vezes são negados a elas. São lutas duplas: uma para chegar lá e outra para lá permanecer e fazer os embates necessários. Algumas mulheres superam as suas próprias expectativas e são legitimadas enquanto lideranças no meio político do ativismo e na representação política.

Do ponto de vista da teoria “política”, “democracia” e “cidadania” deveriam andar juntas, mas há uma impossibilidade da democracia no capitalismo. A democracia tendo seu viés nos processos eleitorais (modelo representativo) e participativo (onde a cidadania delibera), ao priorizar os interesses de poucos (a burocracia e o ajuste econômico) irá também focar na representação, que é pouco efetiva em termos de garantir os direitos humanos universais.

No âmbito legal há uma agenda que prioriza a criação de normas leis e direitos e uma agenda que luta pela implementação das leis e direitos criados. Nos pareceu que um dos desafios para os movimentos é encontrar outras alternativas para além da judicialização para salvaguardar o direito e o seu cumprimento. A promoção da cidadania passa também por levar

ao conhecimento da sociedade acerca dos seus direitos, onde eles estão e o que fazer para acessá-los, o que também passa pela educação.

Por vezes são lutas para tirar o “silêncio do silêncio”, puxar processos da invisibilidade, tirar máscaras, que parecem bonitas, mas escondem processos destrutivos, como a rígida distinção entre o público (fala e poder dos homens) e o privado (espaço da mulher, mas sob a tutela masculina), que preserva o poder masculino em ambos espaços.

Algumas temáticas foram ressaltadas e despertaram a necessidade de aprofundamento sobre o seu significado para os interesses antagônicos que convivem na esfera pública do país, como desenvolvimento, tradição, feminismoS africanos/moçambicanos e as influências endógenas e exógenas no processo de construção desse conhecimento. Mama (2011, n.p.) aponta como alternativa a esse processo um olhar para dentro de África por suas próprias feministas:

Em contextos pós-coloniais multiétnicos que a África tipifica em infinitas variações, convocar uma equipe formada por feministas africanas pesquisando em seus próprios contextos nacionais é um primeiro passo para inventar uma pesquisa que refaça o contexto Norte-Sul global e contribua para mudar a hegemonia nos sistemas de conhecimento. Equipes de pesquisa feministas africanas são capazes de dar o próximo passo, indo além da grande divisão imperial para começar a pensar e se envolver com a miríade de divisões que prevalecem na região.

Reflico brevemente sobre as limitações do meu próprio trabalho, comentando sobre alguns tópicos que poderiam ter sido desenvolvidos e/ou que podem vir a ser desenvolvidos em outras pesquisas do campo dos estudos de gênero e feminismos (inclusive nas minhas), na expectativa de que possam contribuir para o debate. Alguns grupos mereciam ser pesquisados, mas ficaram de fora, como por exemplo, o Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM) e a Associação das Mulheres Moçambicanas de Carreira Jurídica (AMMCJ).

Não tive condições de abordar a questão das trabalhadoras do sexo e do seu papel na luta de libertação e ainda hoje, assim como o poder das mulheres curandeiras, mas como anunciei desde o início foi necessário fazer escolhas. O tema inicial da minha pesquisa sobre a imagem da mulher moçambicana na mídia ficou totalmente de fora do trabalho e poderá ser abordado em outros projetos. Outro tema que me chamou a

atenção no caminho é o das tradições e seus impactos nas organizações de base a partir de pesquisas junto a base social das associações estudadas, verificando o impacto de suas ações na vida das mulheres, por exemplo.

Tive a oportunidade de conhecer a organização *Fanelo Ya Mina*¹⁶¹, a Rede Homens pela Mudança (HOPEM) e a Rede Africana *Men Engage*, que priorizam atividades voltadas para os homens. Não foi possível levar em conta essa questão, mas fica como sugestão para pesquisas futuras, dado que para setores dos movimentos de mulheres e feministas a luta articulada com os homens, assim como um trabalho educativo para a mudança da mentalidade patriarcal se colocam como fundamental na estratégia para avançar nos processos de transformação cultural. Uma agenda de pesquisa para as masculinidades em África e a ideia de fraternidade entre homens e mulheres.

Nosso objetivo foi de verificar a agenda política e epistemológica do campo pesquisado, considerando que as redes e os movimentos de mulheres e feministas não são só políticos e a academia não é só reflexão e pesquisa. São espaços com nuances, híbridos, interconectados. Para nós intelectuais, o desafio do trabalho feminista não é só na academia, mas no terreno, ajudando a mudar a vida das mulheres e suas experiências de resistência desde baixo, como reforça a socióloga estadunidense Paola Bachetta:

Levar a sério os gêneros não acadêmicos como produtivos de teoria é começar a provincializar o campo dominante da inteligibilidade com suas categorias lógicas, pressuposições e conclusões. É resistir à política de fronteira acadêmica dentro da academia, para permitir a entrada das ruas. É mudar que os gêneros de escrita e conteúdos contam como válidos. Este trabalho é portanto, decolonial, antirracista, antimisógino desde o início (2018, n.p.).

Acrescento a essa reflexão a necessidade de promover uma virada nas relações entre academia e ativismo. Por um lado a academia precisa sair das suas paredes e estar em diálogo com as ruas, com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade. Criar uma relação entre a academia e o ativismo que leve a contribuição direta da academia para a vida cotidiana das mulheres, essa virada para o ativismo. Ao mesmo tempo, que as ativistas possam reconhecer no espaço acadêmico

¹⁶¹ Termo em changana que significa “meu direito” em português brasileiro.

(por vezes menosprezado) as potencialidades de alianças que contribuam para um ensino-pesquisa-extensão engajados com as causas sociais.

Promover atividades de construção coletiva, utilizando-se de pedagogias e metodologias feministas, oficinas, formação, fazer as mulheres falarem e trazerem suas questões, valorizando o diálogo e a prática política, assim como o permanente questionamento da realidade e da moral social que constrói o sistema de culpa sobre/para as mulheres. Realizar escritas coletivas, novas formas de fazer academia, pesquisas articuladas, conversar e se olhar, conectando-nos com nossas capacidades e realizações produzidas nas diferentes frentes de atuação.

Nossa intenção é contribuir com reflexões e proposições que emergjam dessas ações e possam circular nos ambientes dos ativismos, nos espaços acadêmicos e junto a agentes de políticas públicas, de modo a produzir reflexões sobre o protagonismo das mulheres e seu exercício de cidadania em Moçambique e que lições podemos tirar no Brasil. Isso me levou a pensar sobre qual é o papel da interdisciplinaridade em contribuir para uma produção científica crítica e comprometida com a transformação social?

Somos sujeitas constituídas pelas nossas próprias experiências, ainda que passageiras, e nossas escolhas fazem parte disso, assim como aquilo que buscamos explicar e sobre o qual produzimos conhecimento, no meu caso a partir de uma formação interdisciplinar, que foi fundamental para a construção desse trabalho pois articula saberes de várias áreas disciplinares. Como acadêmicas também estamos conectadas em nossas redes, temos poder e agência e o nosso desafio é a “escuta” da outra.

Navegamos em águas turvas, que no decorrer do caminho vão ficando mais ou menos límpidas, pois fizemos as escolhas em decorrência das condições de navegação: não é possível abarcar tudo, algumas vezes fomos para as margens, outras vezes ficamos no centro da correnteza, algumas vezes tivemos muita luz, por outras estivemos nas sombras da realidade (...). Por vezes tivemos vantagens, em outras desvantagens pelo fato de ser uma estrangeira e de ter identidade com o tema pesquisado. Por vezes corremos o risco de ter um olhar antropocêntrico, eurocêntrico, etnocêntrico e até mesmo falocêntrico, pois são contradições que vivem dentro de nós. E até aportar o barco no outro lado, prosseguimos na navegação cuidando do processo de escrita, escavando outras teorias, separando o que segue e o que fica.

O saber adquirido das experiências vividas é singular, relativo e inexoravelmente ligado aos saberes locais, ao cotidiano. Foi assim que tentamos fazer análises das experiências humanas a partir das marcas

deixadas nos corpos-territórios: escravismo, colonialismo, militarismo, sexismo, resistências, potências.

Assim, tentamos contribuir para uma memória e história da luta das mulheres em Moçambique. Mulheres como fontes históricas com suas próprias e múltiplas vozes e identidades. Mulheres em lutas no plural, porque são diversas: memórias e fluxos que se comprimem em redes de espaço e tempo. Essa tese mostra essa potência híbrida, um matiz de cores, ambiguidades, paradoxos, contradições. Nada é só uma coisa, tudo pode ser isso e aquilo. A diversidade de situações das mulheres, dos feminismos, dos ativismos, espelha uma organização não binária do mundo. Compreendo que nossa aposta na perspectiva feminista, decolonial, antirracista, interseccional e transnacional foi adequada à realização desse trabalho porque nos permitiu tentar superar os paradigmas e padrões ocidentais de produção do conhecimento.

Essas mulheres são as sobreviventes da escravidão, do colonialismo, das guerras. Com suas ações ajudam na decolonização do pensamento, do ser, do poder, do saber e do gênero, contribuindo para que os processos de existência e resistência no âmbito global sejam movidos pela utopia de uma nova vida. Essa nasce de sonhos individuais, mas quando compartilhados em ações coletivas são potência, são sementes para a chegada do novo. E assim caminham as *vavasathi vatinhonha* dentro do *corredor de saberes* entre as ambiguidades das independências às liberdades rumo aos *corredores do devir* que possam favorecer o acesso das mulheres aos *corredores do poder político e econômico*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cremildo. **Dinâmica da resposta de Moçambique à violência contra a mulher**. Editora Publifix: Maputo, 2011.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.

AESBISCHER, V; FOREL, C (org.). **Falas masculinas, falas femininas: sexo e linguagem**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ADÉSINÀ, Jimi O. **Re-appropriating Matrifocality: Endogeneity and African Gender Scholarship**. *Sociological Review African* 14 (1) 2010.

África: o empoderamento das mulheres. *Além Mar.* 04 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.alem-mar.org/noticias/EFAFAFFyElfDkZstpU.html>>. Acesso em 06 nov.2018.

ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1 Janeiro/Abril 2016*.

ALMEIDA, Elga L. e KRAYCHETE, Elsa S. **O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: Existe ajuda desinteressada?** *Astrolábio*, n. 10, 2013.

ALVAREZ, Sonia E. **Para além da Sociedade Civil: reflexões sobre o campo feminista**. In: *Cadernos Pagu*, Campinas/SP: Núcleo de Estudos Pagu, n. 43, Janeiro-Junho de 2014, pp. 13-56. Disponível em www.scielo.br/

ALVAREZ, Sonia *et al.*[org.]. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

AMADIUME, Ifi. (2001). **African Women: Voicing Feminisms and Democratic Futures**. Volume 10 *International Feminisms: Divergent Perspectives Article 9*. Spring, p: 47-68.

AMADIUME, Ifi. **Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture**. Zed Books Ltd, London & New Yorque, 1997.

AMÂNCIO, Hélder Pires. **Da casa à escola e vice-versa: experiências de início escolar de crianças em Maputo**. Dissertação de Mestrado – PPGAS/ UFSC. Florianópolis, SC, 2016.

AMÂNCIO, Hélder P. e GASPARETTO, Vera. **Relações entre Educação e Desenvolvimento Sócio-Económico em Moçambique**. Revista Brasileira de Estudos Africanos | Porto Alegre | v.3, n.5, Jan./Jun. 2018 | p. 191-20.

ANDRADE, Ximena *et al.* **Famílias em contexto de mudanças em Moçambique**. CEA/UEM: Maputo, 1998.

ARNFRED, Signe. *Questions of Power: Women's Movements, Feminist Theory and Development Aid*. SIDA studies n° 3, Discussing Womens's Empowerment - Theory and Practice, Novum Grafiska AB, Stockholm, 2001, pp. 73-87.

ARNFRED, Signe (Org.). *Re-Thinking Sexualities in Africa*. Nordiska Afrikainstitutet, 2004.

ANZALDÚA, Glória. **La consciencia de la mestiza – rumbo a uma nova consciência**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

ARAÚJO, Caio Simões. **A luta continua, 40 anos depois: histórias entrelaçadas da África Austral**. Alcance Editores, Maputo, 1ª Edição, 2017.

ARCOS, Eduardo. El mapa invertido de Joaquín Torres-García. 06 jan. 2006. Disponível em: <<https://hipertextual.com/2006/01/el-mapa-invertido-de-joaquin-torres-garcia>>. Acesso em 23 mar. 2017.

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. In: Prefácio: **A quebra entre o passado e o futuro**. 7ª ed., 1. Reimp. – São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARTHUR, Maria José. **Reavaliando a situação legal da mulher em Moçambique**. WLSA Moçambique, s.d. Disponível em: <<http://www.nazarebeira.com/wp-content/uploads/2017/05/st-2006-5.pdf>>. Acesso em 16 out. 2018.

ARTHUR, Maria José e MEJIA, Margarita. **Coragem e impunidade – Denúncia e tratamento da violência doméstica contra as mulheres em Moçambique**. WLSA Moçambique, 2006

AZEVEDO, Desirée de L. **Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional**. Etnográfica vol.16 no.3 Lisboa out. 2012.

BACCHETTA, Paola. **Subalternidades críticas: feministas nativas e queer, e feministas e queer de cor, teorizações na Ilha Trataruga.** Comunicação Oral. PPGICH/UFSC, 19/10/2018.

BAGNOL, Brigitte; MARIANO, Esmeralda. **Cuidados consigo mesma, sexualidade e erotismo na Província de Tete, Moçambique.** Physis vol.19 n.2. Rio de Janeiro, 2009.

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence.** Feminist Africa, Issue 2, 2003. Disponível em:

<http://www.bakareweate.com/texts/bibi/Phenomenology%20of%20African%20Female%20Existence%20Africa.pdf>. Acesso: 16 jun. 2017.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70; 2010. O MÉTODO 81-128.

BASIMILE, Sunday. **A procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo.** Via Atlântica, São Paulo, n.24, p. 257-279, dez. 2013.

BASTOS, Ângela. **Congresso Mundos de Mulheres faz travessia para Moçambique, que sediará o evento em 2020.** Jornal Diário Catarinense. Publicado em 04 ago. 2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/08/congresso-mundos-de-mulheres-faz-travessia-para-mocambique-que-sediara-o-evento-em-2020-9860707.html>>. Acesso em: 02 set. 2018.

BIDASECA, Karina (Org.). **Genealogías Críticas de la Colonialidad em América Latina, África, Oriente.** Buenos Aires: CLACSO, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGANÇA, Aquino e DEPELCHIN, Jacques. **Da idealização da FRELIMO à compreensão da história de Moçambique.** Estudos Moçambicanos, (5/6), 1986, p. 29-52.

BRAH Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

_____. **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5534-republica-de-mocambique>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. **Secretaria de Política para as Mulheres**. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CABAÇO, Jose Luís. **Políticas de identidade no Moçambique colonial**. *In: Raça como retórica – a construção da diferença*. MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcelos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

CABRAL, Amílcar. **Nacionalismo e Cultura**. Galiza: Edicións Laiovento, 1999.

CABRAL, João de Pina. **Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 229-253, jul./dez. 2005.

CAHEN, Michel. **Uma cidadania científica no Índico**. Comunicação Oral na abertura da Conferência do IESE, Maputo, 19 set. 2017.

CAMARA, Fatou Kiné, **Feminism from African and Matriarchal Culture Perspective**. How Ancient Africa's Gender Sensitive Laws and Institutions Can Inform Modern Africa and the World. Disponível em: http://law.ubalt.edu/downloads/law_downloads/CAF_Conf_Camara_draft_s11.pdf. Acesso: 28 ago. 2016.

CAMARGOS, Roberto. **Rap e Política – percepções da vida social brasileira**. 1. Ed. Boitempo. São Paulo, 2015.

CAPELA, José. **Moçambique pela sua história**. Ed. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010.

CASIMIRO, Isabel. **Criação da WLSA Regional e em Moçambique**. Maputo, mar. 2019, no prelo.

CASIMIRO, Isabel. **Feminismo e direitos humanos das mulheres**. “Outras Vozes”, nº 6, Fevereiro de 2004.

CASIMIRO, Isabel. **Movimentos sociais e movimentos de mulheres**. COSDERIA, 13ª Assembleia Geral: A África e os desafios do século XXI. Marrocos 5-9 dez. 2011. Disponível em:

<http://www.general.assembly.codesria.org/IMG/pdf/Isabel_Maria_Casimiro-2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 2014.

CASIMIRO, Isabel e ANDRADE, Ximena. **A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e ativistas**. CEA/UEM, 08 ago. 2007.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. N. **Desafios da indústria extractiva em Moçambique**. Maputo: Iese, 2013 Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/Oxafam_CNCB.pdf. Acesso em 19 jun.2018.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno *et al.* **Desafios para Moçambique 2016**. IESE: Maputo, 2016.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique**. *In:* Desafios para Moçambique 2017. IESE: Maputo, 2017.

CASTEL-BRANCO, Ruth Kélia. **A formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo: desafios para o estado e organizações laborais**. Desafios para Moçambique 2013, IESE, 308-330.

CASTEL-BRANCO, Ruth Kélia. **Legislating Worker Justice: The Formalisation of Paid Domestic Work in Maputo, Mozambique**. Masters of Development Studies. School of the Built Environment and Development Studies, University of KwaZulu-Natal, Durban, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS (CEA). Disponível em: <<http://www.cea.uem.mz>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2010.

CERQUEIRA, Wagner de. **As duas Áfricas**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/as-duas-africanas.htm>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CHIZIANE, Paulina. **As Andorinhas**. 2ª Ed. Matiko, 2016.

CHIZIANE, Paulina. **O canto dos escravizados**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

COSSA, Misete Getessemane. **Persistência da desigualdade: quando é que as mulheres poderão decidir por si mesmas?** “Outras Vozes” n° 23, Maio de 2008.

COSSA, Segone Ndangalila. **CORPOS UBÍQUOS: Estudo Etnográfico sobre a Construção Social dos Corpos em Moçambique.** Dissertação de Mestrado no PPGAS/UFRGS, 2014.

COSTA, Cláudia e ALVARÉZ, Sônia. **A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução.** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinza.** As Areias do Imperador. Fundação Fernando Leite Couto, 2ª edição, 2015.

CREENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, 2002. p. 171-188.

CRUZ E SILVA, Teresa. **Liberdade acadêmica e ensino superior em Moçambique.** World Tensions, 2011. Disponível em: <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/issue/view/13/showToc?fbclid=IwAR1NkCccoU7nw68986RvQo7qGcP-2rmemVtYiTmJmLJb8-8MXUxJKzbxNQ>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CRUZ E SILVA, Teresa. O lugar das Ciências Sociais como Motor de Mudança: o caso de Moçambique. In: **A ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa.** CRUZ E SILVA, Teresa E CASIMIRO, Isabel (Orgs.). Dakar: CODESRIA, 2015.

CUNHA, Teresa. **As memórias das guerras e as guerras de memórias. Mulheres, Moçambique e Timor Leste.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 96, Março 2012: 67-86.

CUNHA, Teresa. **Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste.** Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Orientada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Setembro 2010.

CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista.** N. 26. Abril 2007. Universidad Central – Colombia.

DAVIS, Ângela. **Gênero, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.

DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvona S. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvona S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEUS, Nzira Sofia Razão de *et al.* **Movimento Feminista em Moçambique**. Naway, out. 2011. Disponível em: <http://www.naway.net/wp-content/uploads/downloads/2014/07/Movimento_Feminista_em_Mo%C3%A7ambique.pdf>. Acesso: 22 ago. 2016.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Curitiba, Educar, n. 24, p 213-225, 2004.

DULOBO, Karina. **Estratégias de sobrevivência de um grupo de viúvas organizadas em associação, cidade de Maputo, 2008**. Outras Vozes, nº 29-30, Fevereiro-Maio de 2010.

EBOH, Marie Pauline. **Teia Androcêntrica e filosofia ginista**. Na African Journal of Philosophy, Vol. XIV, n. 1-2, 2000, p. 103-11. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/marie_pauline_eboh_-_teia_androcêntrica_e_filosofia_ginista.pdf. Acesso em 08 jul. 2018.

ESTÉVEZ, Jorge *et al* (Orgs.). **Feminismos en las Relaciones internacionales, 30 años después**. Relaciones Internacionales Número 27, Oct. 2014 – Enero 2015 Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – UAM.

ITCILO E-Campus. **Economia informal em Moçambique**. s.d. Disponível em: <https://ecampus.itcilo.org/pluginfile.../economia%20informal%20Moçambique.pdf?..>Acesso em 10 set. 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad /colonialidade latinoamericano**. Tabula Rasa, n. 1, p. 58-86, 2003.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa – mulher, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEMENÍAS, María Luisa. **Esbozo de um feminismo latinoamericano.** IN: Revista Estudos Feministas, Vol.15, Nº 01, jan/abril 2007. p. 11-25.

FERNANDEZ, Victor R. *et al.* **Emergencia del Sur Global. Perspectivas para el desarrollo de la periferia latino-americana.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 611-643, dez. 2014.

FIGUEIREDO, Angela e GODINHO, Patrícia. **Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 24(3), set-dez., 2016.

FIRST, Ruth (Coord.). **O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane.** Editore UFPE: Recife, 2015.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição para o reconhecimento da representação.** Rev. Estud. Fem. vol.15 n. 02, Florianópolis, maio-ago. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2013.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: 10/04/2012.

FORUM MULHER. Disponível em: <<http://ibismozambique.org/parceiros/forum-mulher/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FORUM MULHER. **Nota de Repúdio: Violência contra as mulheres e raparigas em Moçambique.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/forumulher/posts/1239088569512408>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

FREITAG, Rafael. **Turismo ecológico e humano é possível, acredita Rafael Freitag.** 14 ago. 2018, Site Portogente, São Paulo. Entrevista concedida a Vera Gasparetto. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/103347-turismo-ecologico-e-humano-e-possivel-acredita-rafael-freitag>. Acesso em: 04 set. 2018.

FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG (FES). **Barómetro Africano de Mídia – O primeiro exercício de análise concebido localmente sobre situação dos media em África.** Moçambique, 2011.

GALASTRI, Leandro. **Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política.** Crítica Marxista, n.39, p.35-55, 2014.

GARCIA, Ana e KATO, Karina. **Políticas Públicas e interesses Privados: uma análise a partir do corredor de Nacala em Moçambique.** Caderno CrH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 69-86, Jan./Abr. 2016.

GASPARETTO, Vera F. **A BUSCA POR UMA CIDADANIA DA IMAGEM: organização, lutas e articulação de políticas públicas no Brasil pela Rede Mulher e Mídia.** Orientadora, Ilse Scherer Warren – Florianópolis, SC, 2014. 253 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

GASPARETTO, Vera F. **Os desafios epistemológicos de uma pesquisa interdisciplinar feminista com movimentos de mulheres no Brasil e em Moçambique.** In: Encontros com Moçambique. Ed. PUC Rio, 2016, p. 265-286.

GASPARETTO, Vera & AMÂNCIO, Hélder P. **Gênero e feminismos em África: temas, problemas e perspectivas analíticas.** Simpósio Temático: Leituras e olhares de (e) sobre África em perspectiva de gênero. Trajetórias, construções e percursos”. Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, 2017, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499218752_ARQUIVO_GeneroefeminismoemAfrica_VeraeHelder.pdf

GERDES, Paulus. **Mulheres, Cultura e Geometria na África Austral.** Centro Moçambicano de Pesquisa Etnomatemática, 2011.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência.** UCAM-Centro de Estudos Africanos, editora 34, 2012.

GIOVANNI, Geraldo Di. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa N. 82. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Universidade Estadual De Campinas – UNICAMP, 2009.

GOTTLIEB, Alma. **Tudo Começa na Outra Vida – a cultura dos recém-nascido no oeste da África.** São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2012.

GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA. *Género e Desenvolvimento: Uma perspectiva sociológica com enfoque nos Sectores de Educação e Saúde*. CIEDIMA SARL, 2004

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: questão da ciência par ao feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Caderno Pagu (5), Campinas - SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. ISSN 1809-4449. <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Ed. Morata, 1996.

HASSIM, Shirren. **Voices, hierarchies and spaces: Reconfiguring the women's movement in democratic South Africa**. South African Journal of Political Studies, Volume 32, 2005.

HEDGES, David, CHILUNDO, Arlindo. **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**. Volume 2. UEM: Imprensa Universitária, 1999.

HONWANA, Alcinda. **O Tempo Da Juventude – Emprego, Política E Mudanças Sociais em África**. Kapicua Livros e Multimedia Ltda, 1ª ed., 2013.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 14-160.

JARDIM, Márcia. **De sogra para nora para sogra: redes de comércio e de família em Moçambique**. DOSSIÊ: FAMÍLIAS EM MOVIMENTO. Cad. Pagu n. 29 Campinas July/Dec. 2007.

KABUNDA BADI, Mbuyi. **África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas**. Revista Theomai, N. 17, 2008.

KABUNDA BADI, Mbuyi. **Las mujeres en África: apuntes sobre los avances en sus derechos, logros y vulnerabilidades**. In: E. Molina y N. San Miguel (coords.), Buenas Prácticas en Derechos Humanos de las Mujeres, nº 4. (pág.217-237). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2009.

LEWIS, Desiree. **Neo-liberalism, the humanities, and feminist intellectuals in South Africa**. Mar, 2016. Disponível em: <<http://jias.joburg/wp-content/uploads/2016/03/neoliberalism-and-feminism.pdf>>. Acesso: 20 mai. 2017.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Botiempo Editorial, 2014.

LOFORTE, Ana. **Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e gênero em Moçambique**. Publicado em “Outras Vozes” nº 22, Fevereiro de 2008.

LOFORTE, Ana. **Gênero e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique**. Lisboa, Ela por Ela, 2003.

LOFORTE, Ana. **Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso**. “Outras Vozes” nº 27, Junho de 2009.

LOPES, Nei e MACEDO, José R. **Dicionário de história da África – séculos VII a XVI**. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa. Bogotá – Colômbia, N. 9: 73-110, julho-diciembre 2008.

MACHEL, Samora. **A classe trabalhadora deve exercer o poder na frente da ciência e da cultura**. Maputo, 1º de maio de 1976.

MACHEL, Samora. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de continuidade, condição de seu triunfo**. In: I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index>. Acesso em 15 abr. 2017.

MACHIRORI, Fungai. **Feminismo chiclete e a descolonização e descapitalização das mentes**. Série Diálogo Feminista FES e FM, Dez. 2016.

MADZWAMUSE, Masego. **Economic Justice as Site for Women’s Empowerment – What Transformative Shifts are Required**. BUWA, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.osisa.org/sites/default/files/economicjusticesitewomenempowerment_.pdf>. Acesso: 16 mai. 2017.

MAGNANI, José Guilherme C. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Tempo Social – USP, Abr. 2003.

MAMA, Amina. **Gains and Challenges: Linking Theory and Practice**. Women’s World’s Congress: Keynote Address presented at opening ceremony, Makerere University, July 21st 2002.

MAMA, Amina. **What does it mean to do feminist research in African contexts?** Feminist Review Conference Proceedings, 2011.

MANUEL, Sandra. **Maputo has no marriage material: sexual relationships in the politics of social affirmation and emotional stability amongst cosmopolitans in an african city.** Department of Anthropology and Sociology School of Oriental and African Studies University of London. Thesis presented to the University of London for the degree of Doctor of Philosophy. April 2014.

MARIANO, Esmeralda. **Ser antropóloga entre local e global.** Rev. antropol. (São Paulo, Online), V. 60 n. 3: 65-88 | USP, 2017.

MÁRIO. Tomaz V. **Guia de Reforma das Políticas e Legislação da Comunicação Social em Moçambique.** Edição: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/09494.pdf>. Acesso: 28 ago. 2016.

MARTÍN, Irene Martínez. *Descolonizar los feminismos para la construcción de una pedagogía crítica con enfoque de género: caso de Mozambique.* Journal of supranational policies of education, nº3, pp. 202-218, 2015.

MATE, Rekopantswe. **Feminist Responses to the Neoliberal Global Economic Order.** BUWA! – A Journal on African Women’s Experiences, jul. 2011. Disponível em: <http://www.osisa.org/buwa/womens-rights/regional/feminist-responses-neoliberal-global-economic-order>. Acesso: 14 abr. 2017.

MATSINHE, Cristiano. **Tábula Rasa – Dinâmicas da Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA.** Texto Editores: Maputo, 2005.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na educação e na política.** Editora UFMG, 1998.

MAÚNGUE, Hélio Bento. **A face feminina do HIV E SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique.** Dissertação de Mestrado PPGSP/UFSC, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo: n-edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-edições, 2018a.

MBILINYI, Marjorie. **Transformative Feminism in Tanzania: Animation and Grassroots Women’s Struggles for Land and**

Livelihoods. Data de publicação on-line: maio 2015. OXFORD HANDBOOKS ONLINE (www.oxfordhandbooks.com). (c) Oxford University Press, 2015.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.

MCFADDEN, Patricia. **Contemporary African Feminism: Conceptual Challenges and Transformational Prospects.** Open Society Initiative for Southern Africa, Jul. 2011, p. 11-17. Disponível em: <http://www.osisa.org/buwa/womens-rights/regional/contemporary-african-feminism-conceptual-challenges-and-transformational>. Acesso: 10 jun. 2017.

MCFADDEN, Patricia. **Cultural Practice as gendered exclusion: Experiences from Southern Africa.** In: SIDAstudies n° 3, Discussing Womens’s Empowerment - Theory and Practice, Novum Grafiska AB, Stockholm, 2001, “pp. 58-72.

MCFADDEN, Patricia. **Tornamo-nos feministas africanas contemporâneas: histórias femininas, legados e os novos imperativos.** Série Diálogo Feminista, FES e Fórum Mulher, nov. 2016.

MENDES, Marli Maria Mendes. **Abraço utópico entre logos e sofia em romances de Paulina Chiziane.** Tese de Doutorado, PUC Minas Gerais, 2009.

MENESES, Maria Paula. **Corpos de violência, linguagens de resistência: As complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 161-194.

MENESES, Maria Paula. **Mulheres insubmissas: mudanças e conflitos no norte de Moçambique.** CES COIMBRA-exæquo, n.º 17, 2008, pp. 71-87.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n° 34, p. 287-324, 2008.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa *et al* [Orgs.]. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** Editoria Universidad del Cauca, 2014.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República Popular.** 1975. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp->

content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Assembleia da República (AR), 1990. Disponível em: <https://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_%28as%20amended%29_pt.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Assembleia da República (AR), 2004.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Assembleia da República, 2011.

MOÇAMBIQUE. Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**. Publicado em 21 Jun. de 2011. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2011/06/21/comunidade-para-o-desenvolvimento-da-africa-austral-sadc/>>. Acesso em 18 mar. 2017.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. 2007.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. 2009.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Saúde; Instituto Nacional de Estatística; ICF Macro. **Inquérito nacional de prevalência, riscos comportamentais e informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique 2009**. Maputo: INS; INE, ICF Macro, 2010.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Divulgação dos Resultados Preliminares IV RGPH 2017**. Gabinete do Presidente, 2017.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Mulheres e homens em Moçambique, 2011**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, Direção de Estatísticas e de Empresas, 2012.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **O setor informal em Moçambique: Resultados do primeiro inquérito nacional (2005)**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, Direção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas (DESE), 2006.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **III recenseamento geral da população e habitação, 2007**. Quadros definitivos,

Moçambique 2007. Maputo: INE; Gabinete Central de Recenseamento, 2010.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **Relatório final do inquérito ao orçamento familiar (IOF), 2008/9**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, Direção Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais, 2011.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. **O setor informal em Moçambique: Resultados do primeiro inquérito nacional (2005)**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, Direção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas (DESE), 2006.

MOÇAMBIQUE. MMAS. **BEIJING+20: Relatório de Moçambique sobre a implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing**. MMAS e ONU Mulheres, 2014.

MOÇAMBIQUE. MGCAS. **Perfil de Gênero de Moçambique**. Maputo, Julho de 2016.

MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico 2011-2015**. Maputo, 2011.

MOÇAMBIQUE. **Programa País para o trabalho digno de Moçambique 2011-2015**. OTM, CT, CONSILMO, 2011.

MOÇAMBIQUE. **Relatório de Moçambique Beijing+20 sobre a Implementação da Declaração e Plataforma de Acção**. Ministério da Mulher e da Ação Social, Maputo, abril de 2014. Disponível em: <http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/59/national_reviews/mozambique_review_beijing20>. Acesso em 20 jun. 2016.

MOASSAB, Andréia. **Globalização, neocolonização e urbanização na África**. Teoria e Debate, Ed.111,18 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/internacional/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-na-africa?page=full>>. Acesso: 25 ago. 2016.

MOHANTY, Chandra. **Bajo los ojos de occidente**. In: Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Ed. Cátedra, Madrid, 2008.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995.

MONDLANE, Eduardo. **O desenvolvimento do nacionalismo em Moçambique.** In: Quem é o inimigo? BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, Immanuel. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978)

MONTEIRO, Ana Cristina. **Não reconhecimento da União de Facto: uma forma de discriminação contra as mulheres.** Publicado em Outras Vozes, nº 20, Agosto de 2007.

MORIN, Edgar. **Da necessidade de um pensamento complexo.** In: MARTINS, F.; SILVA, J. M. (Orgs.) Para navegar no século 21: tecnologias do imaginário e cibercultura. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS e SULINA, 2000.

MORIN, Edgar. *Restricted complexity, general complexity.* In: *Colloquim Intelligence de la Complexity: epistemologie et pragmatique.* Cerisy-La-Salle. Annales... Cerisy-La-Salle: CCIC (Centre Culturel International de Cerisy), 2005, p.5-29. Disponível em: <<http://cogprints.org/5217/1/Morin.pdf>>. Acesso em: 16 de out. 2013.

MOSCA, João; SELEMANE, T. **El dorado Tete: os mega projectos de mineração.** Maputo: Centro de Integridade Pública, 2011 <www.cip.org.mz/cipdoc/106_EL%20DORADO%20TETE_Mosca%20e%20Seleman_CIP_2011.pdf> (22 fev. 2013).

MOUFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia.** Revista de Sociologia e Política. n. 25, p. 11-23, 2005.

MUTZENBERG, Remo. **Protestos sociais em Moçambique - Uma agenda de pesquisa.** Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 137-153, jan.-abr. 2014.

MUXANGA, Paulo Fernando Chiveia. **Possibilidades e limites dos conselhos Consultivos como fatores de democratização e de controle social de políticas públicas em Moçambique: o caso de Angoche.** Dissertação de Mestrado no PPGSP/UFSC, 2013.

NAVAZ, Liliana Suárez e CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes.** s.d.

NEGRÃO, José. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural.** Texto Editores: Maputo, 2008.

NGOENHA, Severino. **Das independências às liberdades – filosofia africana.** Edições Paulinas: Moçambique, 2014.

NGOENHA, Severino E. E CASTIANO, José P. **Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana Educação e Cultura Política**. Editora Educar: CEMEC/UP, 2011.

NHAMPOCA, Joaquim. Os três C's da África e a desconstrução do rótulo. In: **Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola**. BOAVENTURA, Ilka e SEVERO, Cristine (orgs.). Editora Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 417-426.

ÖCALAN, Abdullah. **Vida liberadora: Revolução das Mulheres**. Traduzido por Florencia Guarch. Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. s.d.

OLIVEIRA, Roberto C. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n° 1.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Qualquer semelhança não é mera coincidência: uma análise do HIV/AIDS no cinema moçambicano**. Tese de Doutorado PPGAS/UFSC, 2014.

OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. **A política do trabalho de campo – sobre a produção de dados em sócio antropologia**. Alcance Editores: Maputo, 2017.

OMAR, Denisse Kátia S. **As mulheres chefes do agregado familiar: o caso do bairro da Matola A, 1992-2002**. UEM, nov. 2005. Dissertação de Licenciatura em História.

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Edición Traficantes de Sueños, 2014.

OSÓRIO, Conceição. **Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de género**. “Outras Vozes”, n° 17, Novembro de 2006.

OSÓRIO, Conceição Osório e MACUÁCUA, Ernesto. **Descentralização e participação política. Algumas notas**. Outras Vozes: WLSA, No. 49-50, Novembro 2015.

OSÓRIO, Conceição Osório e MACUÁCUA, Ernesto. **OS RITOS DE INICIAÇÃO NO CONTEXTO ACTUAL: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género**. WLSA Moçambique, 2013

OSÓRIO, Conceição Osório e SILVA, Teresa Cruz. **Buscando sentidos – gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique**. WLSA Moçambique, 2008.

OSÓRIO, Conceição Osório e SILVA, Teresa Cruz. **Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize**. WLSA Moçambique, 2017.

OSÓRIO, Conceição Osório e SILVA, Teresa Cruz. **Entre a denúncia e o silêncio – Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)**. WLSA Moçambique, 2016.

OSÓRIO, Conceição Osório e SILVA, Teresa Cruz. **Identidades de gênero e vida sexual**. Publicado em Outras Vozes, nº 23, Maio de 2008.

OSSOME, Lyn. *Search of the State? Neoliberalism and the labour question for pan-African feminism*. Feminist Africa 20, s.d. Disponível em: http://agi.ac.za/sites/agi.ac.za/files/2_fa20_feature_1.pdf. Acesso: 20 jun. 2017.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónke. **CONCEPTUALIZING GENDER: THE EUROCENTRIC FOUNDATIONS OF FEMINIST CONCEPTS and the Challenge of African Epistemologies**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004. Disponível em: <<https://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>>. Acesso: 22 abr. 2017.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónke. **La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017. Traducción: Alejandro Montelongo González.

PASSADOR, Luiz Henrique. **“As mulheres são más”: pessoa, gênero e doença no sul de Moçambique**. Cadernos Pagu (35), julho-dezembro de 2010:177-210.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, N. 1, p. 77-98, 2005.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.z

PENA, Rodolfo F. Alves. **África**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/africa-2.htm>>. Acesso em: 15 set. 2018.

PEREIRA, Charmaine. **Promover uma agenda feminista para a mudança, um ponto de vista da Nigéria.** Série Diálogo Feminista FES e FM, Nov. 2016.

PINHO, Osmundo. **Descolonizando o feminismo em Moçambique.** Rev. Estud. Fem. vol.20 no.3 Florianópolis Set./Dec. 2012.

PINHO, Osmundo. **O Destino das Mulheres e de sua Carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique.** Cad. Pagu [online]. 2015, n.45, pp.157-179.

PINTO, Céli. **Feminismo e Democracia.** Comunicação Oral na III Jornadas do LEG, 20 mar. 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-274. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>>. Acesso em: <20 jun. 2016>.

PRATT, Mary Louise. **Na neocolônia: modernidade, mobilidade, Globalidade.** Ilha do Desterro, Florianópolis, N. 57, p. 19-36, jul.-dez. 2009.

PINTEREST. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/542120873870970259/?lp=true>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2013.** A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Washington: Communications Development Incorporated, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Novos Rumos, ano 17, nº 37, 2002.

RASSOL, Ciraj e HAYES, Patricia. **Do trabalho de campo à exposição do império: a viagem da bosquímana /Khanako pela África do Sul, 1936-1937.** In: Raça como retórica – a construção da diferença. MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia Barcelos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

RAYNAUT, Claude. **Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade.** R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.11, n.1, p. 1-22, Jan./Jun. 2014.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha Mundial das Mulheres: um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Orientadora: Profa. Dra. Luzinete Simões Minella, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. Letramento: Justificando, 2017.

RIFIOTIS, Teophilos *et al* (org.). **Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

ROSÁRIO, Lourenço do. **Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura**. Ed. Nandyala: Belo Horizonte, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero - Mulher gosta de apanhar? In **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: A Secretaria, 2003.

SALGADO, Martha P. C. **Metodología de la investigación feminista**. CEIIHC-UNAM, México, 2008.

SANSONE, Livio. **Urbanismo, globalização e etnicidade**. In: Raça – Novas Perspectivas Antropológicas. OSMUNDO, Pinho e SANSONE, Livio (orgs.) ABA e EDUFBA: Salvador, 2008

SANTANA, Cristiane Soares de. **Militante e dona de casa: representações sobre as mulheres emancipadas no pós-independência em Moçambique**. Veredas da História, [online]. Ano VII, Edição 1, 2014, p. 20-40.

SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemología Del Sur**. Coimbra, 2009.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **Do Pós-Moderno para o Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Conferência De Abertura Do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro De Ciências Sociais. Coimbra, Setembro De 2004.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Aquino de Bragança e as epistemologias do Sul. In: **Como fazer Ciências Sociais em África**. CRUZ E SILVA, Teresa *et al* (Orgs.). CODESRIA e CLACSO, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, F. A. **Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, p. 48-72, abril. 2017. ISSN 2179-0892.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio , SCHMITT, Claudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. In: **Pesquisa Social Empíria: Métodos e Técnicas**. NEVES, Clarissa E. Baeta; CORREA, Maíra, B. (org.) PPGS/UFRS: Cadernos de Sociologia, 1998.

SCOTT, James. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa**. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002 (Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra).

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade (20)2: 71-99, jul-dez, 1995.

SHOHAT, Ella E STAM, Robert. **Do Eurocentrismo ao Policentrismo**. In: Shohat, Ella E Stam, Robert *Crítica Da Imagem Eurocêntrica*. Multiculturalismo E Representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SITOE, Tirso. **Para Além de uma Escolha: Da música de crítica e protesto social às identidades político-partidárias em Moçambique**. Cadernos de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), N. 35, 2018.

SITOE, Yolanda. **Os Direitos Humanos das Mulheres e a persistência da desigualdade e da discriminação**. Outras Vozes, nº 31-32, Agosto-Novembro de 2010.

SOARES, Vera. **MOVIMENTO FEMINISTA: Paradigmas e desafios**. ESTUDOS FEMINISTAS, 2º. Semestre N. E., 1994.

SOUSA, Noémia. **Sangue Negro**. Vozes da África, São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

SPONCHIADO, Justina I. e SOUZA, Vânia B. M. (orgs.). **Contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

TEIXEIRA, Ana Luísa. **A construção sociocultural de 'gênero' e 'raça' em Moçambique: continuidade e ruptura nos períodos colonial e pós-colonial**. ISCTE – Centro de Estudos Africanos - 6º Congresso SOPCOM – abril 2009.

TIMBANE, Alexandre António. **A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - 14 - n. 1 - p. 119-139 - jan./abr. 2018.

TORRES, Nelson M. **La descolonización y el giro des-colonial**. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 61-72, julio-diciembre 2008.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). Disponível em: <http://www.uem.mz/>. Acesso: 27 ago. 2017.

URBINATI, Nadia. **Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática**. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, 2010.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: **Pedagogías Decoloniales – Prácticas Insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir**. Serie Pensamiento decolonial, Tomo 1, s.d.

WLSA. **Quem tem medo dos direitos das crianças?** 2016. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/medo-das-criancas/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

Várias Autoras. **Africana - Aportaciones para la descolonización del feminismo**. Colección Pescando husmeos nº 10, Barcelona, 2013. Traducción y compilación: Dídac P. Lagarriga.

ZAMPARONI, Valdemir. **As "escravas perpétuas" & o "ensino prático": raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930**. Estud. afro-asiát. vol.24 n.3. Rio de Janeiro, 2002.

ZELEZA, Paul Tiyambe. 2006. **The disciplinary, interdisciplinary and global dimensions of African Studies**. International Journal of African Renaissance Studies 1(2):195-220.

ZIMBA, Benigna. **A escravatura não desaparece com tratados.** Moçambique: 09 jun. 2016. Público.Pt, v. 20, n. 37, p. 5-8, 14 set. 1988. Entrevista concedida a Joana Gorjão Henriques. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/mocambique-a-escravatura-nao-desaparece-com-tratados-1729884>. Acesso em 04 set. 2018.

FONTES

ENTREVISTAS

AMPCM 1, AMPCM 2. Entrevista [20 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:01:50). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

ARAÚJO, Shaista de. Entrevista MOVFEMME [5 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 3 arquivos .m4a (0:00:56, 0:45:17, 0:15:28 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

ARTHUR, Maria José. WLSA [18 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG) e Hélder Pires Amâncio (HPA). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:08:38 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (HPA).

BRAGA, Carla. UEM [30 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 2 arquivos .m4a (00:51:58, 00:00:41 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

CAPURCHANDE, Rehana. UEM [16 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:06:53 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

CASIMIRO, Isabel Maria. UEM [25 e 26 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2018. 2 arquivos .m4a (01:51:40, 01:57:09, 00:21:31 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

CHAVANGUANE, Filomena Fernando. ASCHA [14 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:02:27 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

COMUNICAÇÃO ORAL (CO) AMUEDO. [01 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a

(01:20:24 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

CRUZ E SILVA, Teresa. WLSA/UEM [27 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG) E (HPA). Maputo - Moçambique, 2017. 5 arquivos .m4a (00:03:58, 00:28:46, 00:28:59, 00:28:58, 00:02:45 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG) e (HPA).

DEUS, Nzira de. Entrevista FM [13 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:44:27 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

DEUS, Nzira de. Entrevista FM [18 set. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:29:16 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

DOMIGOS, Maira. Entrevista FM [28 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2018. 1 arquivo .m4a (00:34:44 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

ENTREVISTA COLETIVA (EC) AMUDEIA. [13 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:20:24 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

ENTREVISTA COLETIVA (EC) ASCHA. [22 set. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:56:31 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

INHAMUSSUA, Carlota Fernando Uate. Entrevista FM [24 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:20:59 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

LILEZA, Frank e ZEUTE, Francelino. Entrevista LAMBDA [20 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG) Hélder Pires Amâncio (HPA) . Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:37:20 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

LOFORTE, Ana e SILVA, Terezinha. WLSA [12 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:44:27 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

LOFORTE, Ana. WLSA [06 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG) e (HPA). Maputo - Moçambique, 2017. 3 arquivos .m4a (00:03:53, 00:28:52, 00:29:00 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (HPA).

LUBRINO, Angelina. Entrevista MGCAS [18 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (01:19:10 e 00:04:08 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

MABUI, Rebeca. FOMMUR [19 out. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:00:13 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

MACHAVA, Rafa e NOA, Clotilde. Entrevista MULEIDE [17 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:32:54 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

MACUÁCUA, Dalila. Entrevista ASCHA [03 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2018. 1 arquivo .m4a (01:00:00 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

MACUÁCUA, Ana Matilde. Entrevista AMUEDO [15 out. e 01 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:16:00 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

MANDLHATE, Sheila E MPFUMO, Júlia. Entrevista FM [18 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (0:42:24 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

MARIANO, Esmeralda. UEM [17 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:17:04 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

MORAES, Aida de Jesus. Entrevista COMUTRA [17 out. 2017]. Entrevistadora: Vera Gasparetto (VG). Tete - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (0:16:57 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: Lázaro Cossa (LC).

MPFUMO, Júlia. Entrevista FM [18 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:28:35 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

NARCISO, Dulce. AMUDEIA [27 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:04:13 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

OSÓRIO, Conceição. WLSA [15 set. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:06:53 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

SAMO, Graça. Entrevista MMM [26 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:36:19 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

SAMO, Graça. Entrevista MMM [27 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (01:39:20 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

TEMBE, Inocência. Entrevista SINTIME/COMUTRA [24 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (00:21:43 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

VERA CRUZ, Paula. FM [24 nov. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:06:13 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

DOCUMENTOS

AFONSO, Ana Elisa de Santana (Org.). **Eu mulher em Moçambique**. Edição CNUM E AEMO, jun. 1994.

AMPCM. **Nova Lei Geral sobre as Cooperativas**. Moçambique, s.d.

AMUDEIA. **Plano Estratégico da AMUDEIA 2014-2018**. Amudeia: 15 anos de mobilização das mulheres na base, nov. 2013.

ANDRADE, Ximena *et al.* **Conferência Nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Mulher e Meio Ambiente**. DEMG-Departamento de Geografia/ UEM (s.d).

ANDRADE, Ximena e ESPLING, Margareta. **Gênero e Direitos Humanos – Seminário Mulher e Democracia**. Seminário organizado pela OMM e relatado pelo DEMG/CEA/UEM, 1992.

ASCHA. **Participando da vida da minha escola e da minha comunidade sou cidadã – Espaço Seguro e Amigo**. s.d.

- ASSOCIAÇÃO HIXIKANWE. **Historial Associação Hixikanwe**. s.d.
- BRITO Luiz de WEIMER, Bernhard. **O espaço da mulher no processo multipartidário**. Relatório do Seminário organizado pela UEM e FES, 1994.
- CASIMIRO, Isabel *et al.* **A Mulher em Moçambique**. UEM/CEA, 1991.
- COMUTRA. **COMUTRA apresenta-se**. s.d.
- I CONFERÊNCIA DA MULHER MOÇAMBICANA. 1973.
- FIRST, Ruth e O'LAUGHLIN Bridget. Algumas notas sobre investigação preliminar necessária à preparação do Congresso Extraordinário da OMM sobre problemas sociais. UEM/CEA, 1980.
- FOMMUR. **Carta de demandas das mulheres pelo direito à terra**. 2016.
- FOMMUR. **Declaração Final das Mulheres Rurais**. Dondo, 06 ago. 2014.
- FÓRUM MULHER. **Plano Estratégico 2014-2018 Fórum Mulher**. Processo de Planificação Estratégica do Fórum Mulher. Ago. 2013.
- FÓRUM MULHER. **RELATÓRIO ANUAL 2017 – Fórum Mulher**. FM, 2017.
- ISAACMAN, Bárbara e STHEPHEN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Ed: Instituto Nacional do Livro e do Disco, ONU – Comissão Econômica para a África, Centro Africano de Pesquisas e de Formação para a Mulher e Fundação Ford. 1984.
- JOSÉ, Generosa *et al.* **Custos Socioeconômicos da Violência Contra a Mulher em Moçambique**. UEM/CeCAGe e ONU Mulheres, nov. 2011.
- LIBERMAN, Gloria *et al.* **Mulher no Desenvolvimento em Moçambique** – Bibliografia Anotada. DEMG/CEA: Maputo, agosto de 1993.
- LOFORTE, Ana *et al.* **O Estatuto da Mulher em Moçambique**. OMM, Maputo, 1988.
- MOÇAMBIQUE. **Regulamento do Trabalho Doméstico** - Decreto 40/2008 de 26 de Novembro. Disponível em: <http://www.mitess.gov.mz/documento/decreto-402008-de-26-de-novembro-regulamento-de-trabalho-domestico>. Acesso em: 10 set. 2018.

OMM. **7 de Abril – Dia da Mulher Moçambicana**. s.d. Fonte: Arquivo Histórico.

OMM. **Mulheres Moçambicanas**. Financiado por NORAD, s.d. Fonte: Arquivo Histórico.

SINTIME. **III Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora – Regulamento Interno do COMUTRA**. Maputo, 18 dez. 2013.

SLEGH, Henny *et al.* **Ser homem em Maputo: Masculinidades, pobreza e violência em Moçambique**: resultados do inquérito internacional sobre homens e igualdade de Género (IMAGES). Washington, DC e Rio de Janeiro: Promundo, 2017.

WLSA. **Omitidas – mulheres com fístula obstétrica em Moçambique**. WLSA, 2011.

SITES, BLOGS, FACEBOOK, Emails

AMPCM. Site: www.ampcm.coop. Acesso em: 20 set. 2018.

AMPCM. <https://www.facebook.com/AMPCM-Associação-Moçambicana-para-Promoção-do-Cooperativismo-Moderno-423786357799517/>. Acesso em: 20 set. 2018.

ASCHA. <https://www.facebook.com/aschamz/> . Acesso em: 20 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO HIXIKANWE. <https://www.facebook.com/Hixikanwe/>. Acesso em: 20 set. 2018.

E-mails fórum mulher@.....o FM ocorreu por e-mail em 24/08/2016, quando enviei um pedido à Terezinha Silva para verificar a

DENISE MILICE. Disponível em: https://www.facebook.com/denise.milice/posts/10214509012503135?__tn__=K-R. Acesso em: 02 set. 2018.

FORUM MULHER. <http://forumulher.org.mz> . Acesso em: 20 set. 2018.

FORUM MULHER. <https://www.facebook.com/forumulher/> . Acesso em: 20 set. 2018.

LAMBDA. <https://www.facebook.com/LambdaMoz/> . Acesso em: 20 set. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Site: http://www.marchemondiale.org/index_html/en Acesso em: 20 set. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. <https://www.facebook.com/marchemondialesdesfemmes/> . Acesso em: 20 set. 2018.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. <<https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>> . Cesso em: 24 set. 2018.

MOVFEMME. Blog: <https://jovensfeministasmoz.wordpress.com> . Acesso em: 20 set. 2018.

MOVFEMME. <https://www.facebook.com/jovensfeministasmoz/> . Acesso em: 20 set. 2018.

MULEIDE. Site: <http://www.muleide.org.mz> . Acesso em: 20 set. 2018.

MULEIDE. https://www.facebook.com/pg/Muleide-990413830998623/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 set. 2018.

OFICINA DE HISTÓRIA. **A luta de libertação nacional em Moçambique e a emancipação da mulher**. Apresentado por Isabel Casimiro. UEM/CEA, 1983.

OMM e UNESCO. **Seminário sobre a Mulher e a reconstrução nacional em Moçambique**. Local: UEM/Maputo, de 17 a 22/03/1986.

OTM.<http://www.otm.org.mz/index.php/pt/genero-no-seio-do-movimento-sindical> . Acesso em: 20 set. 2018.

WLSA. Site: <http://www.wlsa.org.mz> . Acesso em: 20 set. 2018.

WLSA <https://www.facebook.com/wlsamocambique.wlsamocambique> . Acesso em: 20 set. 2018.

ANEXO A – Credencial do Centro de Estudos Africanos



Centro de Estudos Africanos

CREDENCIAL

No âmbito da colaboração académica com outras instituições de investigação, o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane aceitou como investigadora associada Vera Gaspareto da Universidade Federal de Santa Catarina.

De Setembro de 2017 a Março de 2018 a Dra. Vera Gaspareto, irá investigar tópicos relevantes sobre Moçambique, com o tema: "Movimentos de Mulheres Feministas em Moçambique: A Articulação de Políticas sobre a Imagem da Mulher na Mídia junto ao Estado e ao Mercado na Perspectiva Epistemológica do Sul".

A Investigadora em referência está credenciada pelo CEA, a visitar várias instituições na Cidade de Maputo, no âmbito da recolha de dados para a sua pesquisa.

Agradecemos desde já a colaboração e assistência que V.Excia poder prestar, caso queiram mais esclarecimentos, não hesitem em contactar-nos.

Com os melhores cumprimentos,

Maputo, aos 22 de Setembro de 2017

O Director

Carlos Arnaldo, PhD
(Professor Associado)



ANEXO B - Estrutura do Fórum Mulher

DIREÇÃO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Coalizão – Maria Feliciano Velelo

Vice-Presidente: Amudeia – Dulce Catarina Narciso

Secretária: Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul – Laura Winasse

CONSELHO DE DIREÇÃO:

Presidente: ONP- Maria Paula Vera Cruz

1º Vice-Presidente: WLSA – Terezinha da Silva 2º Vice-Presidente:

Lemusica – Achia Camal CONSELHO FISCAL:

Presidente: AMMCJ – Luisa Firmino 1º Vogal: UNAC-Tereza Sumbane 2º

Vogal: ORAM – Estrela Enosse

GABINETE DE COORDENAÇÃO: Equipe Técnica Direção Executiva:

Nzira de Deus Administradora Financeira: Leonilde Lumbela

Gestão de Informação: Aida Nhavoto

Programa de Violência: Maria Sabata da Graça Júlio

Programa de DSDR: Maira Solange, Maria Deonilde Catarina Magaia

Programa de Economia de Género:

Programa de Participação Política: Sheila Mandlate

Programa de Fortalecimento Institucional: Júlia Mpfumo

Monitoria & Avaliação: Francisco Artur Joaquim

Administração e Finanças: Arcélio Simbine, Maria de Assunção Siteo e Lidia Ribeiro

Secretariado e Logística: Ercília Manhique

Serviços de Apoio: Motoristas: Pinto Camanguira e Amâncio Mucavele

Limpeza: Florinda Bila e Maria Milagre Chambe

Segurança: José Chiluvane, José Macamo, Alberto Tovela

Fonte: www.forummulher.org.mz . Acesso em 20 ago. 2018.

APÊNDICE A - Quadro das/os entrevistadas/os

Organização	Nome/Pseudônimo	Sexo	Raça	Faixa etária Naturalidade	Profissão /cargo	Formação
AMPCM	AMPCM 2	F	Negra	50-60	AMPCM	NI
	AMPCM 3	F	Negra	20-30	AMPCM	NI
AMUDEIA Entrevista coletiva	Amélia Bila	F	Negra	30-40 NI	Titia da escolinha	NI
	Arlete Salomão Dhlovo	F	Negra	30-40 Manhiça	Ativista da AMUDEIA.	NI
	Clara Daniel Chauque	F	Negra	30-40 Manhiça	Membro da AMUDEIA	NI
	Helena Juscavo	F	Negra	50-60 Manhiça	Presidente da AMUDEIA	NI
	Maria Adozinda Almeida	F	Negra	56 Nampula	Diretora executiva	NI
AMUDEIA	Dulce Narciso	F	Negra	30-40 Manhiça	Ativista	NI
AMUEDO	Ana Matilde Macuácu	F	Mulata	50-60 NI	Coordenadora	NI
ASCHA	Dalila Macuácu	F	Negra	41 anos	Coordenadora	Superior incompleto

Entrevista coletiva	Chema	F	Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Malu	F	Negra	14 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Ara	F]Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Casa	F	Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Seja	F	Negra	16 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Mina	F	Negra	13 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Manu	F	Negra	14 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Rima	F	Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Vita	F	Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Mara	F	Negra	15 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Ada	F	Negra	14 anos	Ativista	Ensino Secundário
	Filomena Fernando Chavanguane	F	Negra	21 anos	Ativista	12ª classe

COMUTRA	Aida de Jesus Moraes	F	Mulata	40-50 Zambézia	Dirigente Sindical	Não informado
	Inocência Tembe	F	Negra	40-50 Maputo	Dirigente Sindical Maputo	Não informado
FOMMUR	Rebeca Mabui	F	Negra	50-60 Maputo	Agricultora Coordenadora	Não informado
FÓRUM MULHER	Carlota Fernando Uate Inhamussua	F	Negra	NI Sofala	Ativista	Não informado
	Júlia Mpfumo	F	Negra	30-40 Maputo	Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional e Formação	Não informado
	Maira Domingos	F	Mulata	30-40 Maputo	Coordenadora do Programa de Direitos Sexuais e Reprodutivos	Superior completo
	Nzira de Deus	F	Negra	37 anos Maputo	Diretora Executiva	Superior Incompleto
	Paula Vera Cruz	F	Negra	NI Maputo	Professora Presidente do Conselho de Direção do FM	NI

	Sheila Mandlhate	F	Negra	30-40 Maputo	Coordenadora do Programa de Participação Política	Superior completo
LAMBDA	Francelino Zeute	M	Negro	30-40 NI	Equipe de comunicação	NI
	Frank Lileza	M	Negro	20-30 NI	Equipe de comunicação	NI
MGCAS	Angelina Lubrino	F	Negra	50-60	Coordenadora Nacional de Gênero	Superior Completo
MMM	Graça Samo	F	Negra	40-50	Coordenadora do Secretariado Internacional	Superior completo Brasil
MOVFEMM E	Shaista de Araújo	F	Negra	35 anos	Coordenadora	Mestrado
MULEIDE	Clotilde Malate Noa	F	Negra	43	Oficial de Programas	Bacharel em Relações Internacionais e Diplomacia
	Rafa Valente Machava	F	Negra	57 Maputo	Coordenadora	Bacharel em Ciências Sociais
UEM	Carla Braga	F	Mulata	50-60	Professora de antropologia	Doutora em Antropologia

						nos Estados Unidos
	Esmeralda Mariano	F	Negra	40-50 Beira	Professora de antropologia	Doutora em Antropologia na Bélgica Mestrado na Noruega Graduação na Itália
	Rehana Capurchande	F	Negra	30-40 Inhambane	Professora de sociologia	Doutora em Sociologia na Bélgica Mestrado em Portugal
	Isabel Maria Casimiro	F	Branca	60-70 Nampula	Professora de sociologia	Doutora e Mestre em Sociologia em Portugal
WLSA	Ana Loforte	F	Negra	60-70 Inhambane	Antropóloga Pesquisadora	Doutora em Antropologia em Portugal Mestrado na França

	Conceição Osório	F	Branca	60-70 Nampula	Socióloga	Doutora em Sociologia em Portugal
	Maria José Arthur	F	Branca	40-50 NI	Antropóloga	Mestrado em Sociologia com menção em Antropologia na França
	Teresa Cruz e Silva	F	Mulata	66 Gaza	Historiadora	Doutora em História na Inglaterra
	Terezinha da Silva	F	Negra	60-70 NI	Assistente Social	Graduada em Serviço Social

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

APÊNDICE B - Questionário Semi-estruturado Ativistas/Lideranças

Objetivos: aplicar esse questionário na pesquisa com duas frentes:

1) Ativistas do FM, assim como análise de documentos, planos, lista de entidades, publicações, agenda com o governo, narrativa

- acompanhamento de atividades

- acompanhamento de negociações

2) Ativistas da Base social (Organizações ligadas ao FM)

Nome da entrevistada e sua breve trajetória pessoal, educacional e no ativismo.

Realização do trabalho em duas frentes:

- Escritório do FM – documentos, planos, lista de entidades, publicações, agenda com o governo, narrativa

- acompanhamento de atividades

- acompanhamento de negociações

- Base social – Organizações ligadas ao FM

- Como é a tradução e a prática do discurso de emancipação na base?

- Que palavras de ordem e agenda transitam no contexto local?

- Quais que tem dificuldade em contextos pessoais, famílias e comunidades?

- Qual bandeira feminista é assumida e qual é questionada?

Objetivo: Ouvir os dois lados e observar:

- Onde se aproximam?

- Onde se distanciam?

- O que une?

- O que cria ruído?

Existem feminismoS africanos?

Fonte: Elaborada pela autora e orientadora (2017).

**APÊNDICE C - Questionário Semi-Estruturado
Acadêmicas/Pesquisadoras**

Objetivo: Perceber a trajetória das autoras, sua constituição epistemológica e sua área de influência.

Dados pessoais e trajetória acadêmica e militante (quando for o caso)

Quais as referências e perspectivas teóricas que utiliza em seus trabalhos, pesquisas etc?

O que a motivou a seguir essas referências

Quando se utiliza de autoras/es ocidentais, qual o referencial e posição política?

Qual sua visão atual sobre os estudos de gênero e feministas em Moçambique
Como esses estudos se relacionam na sua percepção no âmbito da África Austral e com outros países africanos?

Qual sua opinião sobre a constituição de uma teoria para explicar os feminismoS africanos?

Fonte: Elaborada pela autora e orientadora (2017).

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE - *Centro de Estudos Africanos*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Título da pesquisa

Movimentos de Mulheres e Feministas em Moçambique:

políticas públicas e Estado na perspectiva epistemológica do Sul

2. Pesquisadora

Vera Fátima Gasparetto – Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciência Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Associada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane.

Orientadora: Luzinete Simões Minella (UFSC)

Coorientadora: Isabel Maria Casimiro (CEA/UEM)

3. Introdução

Justificação para fazer o estudo: A realização da pesquisa em Moçambique visa contribuir para o processo de produção de conhecimento na relação Brasil-África, no âmbito das relações Sul-Sul, que vem sendo desenvolvida em diversos programas do governo brasileiro. O trabalho intenciona contribuir para preencher lacunas de estudos em ciências humanas no campo teórico das relações Sul-Sul, através de uma pesquisa realizada fora dos centros hegemônicos de produção epistêmica, que proporcione uma ampliação do conhecimento sobre as especificidades dos movimentos de mulheres e feministas em Moçambique.

Objectivo do estudo: Esta pesquisa de doutorado pretende analisar em que medida a sociedade civil, nomeadamente o Fórum Mulher (FM) e suas ativistas, atuam, articulam e negociam junto ao Estado para a construção de políticas públicas para as mulheres em Moçambique, identificando se as políticas negociadas são incorporadas em programas de governo, documentos, legislações, orçamento estatal etc. O trabalho focalizará o período de 2010 a 2017, a partir de uma breve contextualização histórica sobre os feminismos no país.

População: O trabalho de campo será realizado junto a representantes de associações e de movimentos sociais de mulheres e feministas em Moçambique, buscando a opinião de ativistas e usuárias de ações desses movimentos. Também será realizado junto à pesquisadoras e teóricas que contribuem para a formação de um campo de gênero no país.

4. Procedimentos

Entrevistas: Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres e raparigas de diferentes movimentos sociais ligados à organização Fórum Mulher, incluindo ativistas e beneficiárias. Será complementar a esse trabalho a observação participante, acompanhando atividades públicas das organizações selecionadas.

Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com teóricas e pesquisadoras do campo de gênero e feminismo em Moçambique, complementadas por suas produções científicas.

Participando desta pesquisa, está a ser convidada a:

- Participar de entrevistas realizadas pela pesquisadora, que serão gravadas em áudio. Tais áudios serão posteriormente transcritos pela pesquisadora, assegurando o sigilo da identidade da participante - se for de sua opção - à qual somente terão acesso a pesquisadora.

- Participar de conversas informais com a pesquisadora, cujo conteúdo será registrado em diários de campo restritos à pesquisadora. Assegura-se que tais conversas não serão gravadas.

- Permitir que a pesquisadora observe e faça registros em vídeo e fotografias nas atividades desenvolvidas pela organização/instituição à qual a participante faz parte, e que registre as suas impressões em diários de campo.

5.Riscos e benefícios

Desconfortos e riscos

Não há riscos previstos envolvidos na participação. Possíveis desconfortos como tempo e custos de deslocações, ocupação do tempo das participantes, exposição de temas privados das participantes serão evitados ou diminuídos das seguintes formas: 1) A pesquisadora deslocar-se-á até ao local mais adequado à participante. 2) As entrevistas serão agendadas com antecedência, privilegiando o conforto e disponibilidade das participantes. 3) O tempo de duração das entrevistas será previamente acordado entre a pesquisadora e a participante, não excedendo os 90 minutos. 4) Sempre que assim exigido, será resguardada a identidade das participantes por meio da ocultação dos seus nomes, da não divulgação de quaisquer dados que possam facilitar a sua identificação e do consentimento no compartilhamento de quaisquer informações. 6) Apenas a pesquisadora terá a transcrição das entrevistas e os diários de campo e os dados coletados serão utilizados apenas neste projeto de pesquisa.

6.Confidencialidade

Garantimos às pessoas entrevistadas que toda e quaisquer perguntas serão respondidas pela investigadora; que a privacidade da sua identidade será resguardada; que ele (a) terá todo o direito de desistir de participar da pesquisa mesmo que esta já tenha sido realizada.

7.Voluntariedade

Garantimos a voluntariedade e que nenhuma pessoa será obrigada a participar nesta pesquisa se não o desejar.

8.Como contatar os investigadores em caso de dúvida

Procurar **Vera Fátima Gasparetto** (Centro de Estudos Africanos, Campus Universitário Principal, Av. Julius Nherere, Maputo, Telefone: 21490828, celular: 831074451).

9.Declaração de consentimento

Eu, _____, abaixo assinado/a, tendo recebido todos os esclarecimentos acima citados, e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo toda a documentação necessária, o uso de imagens fotográficas e de filmagens, a edição de vídeos, a divulgação e a publicação em periódicos, revistas bem como apresentação em congressos, seminários e quaisquer eventos de carácter científico. () Inclui-se aqui o uso de meu nome. () Não inclui-se o uso de meu nome.

Local: _____ Data: ___/___/___ Assinatura: _____